UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP
FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA

**UMA ANÁLISE DA IMPORTÂNCIA DO GASTO SOCIAL
E DA SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL DIANTE DA CRISE
DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO**

José Alexandre Buso Weiller

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública para a
obtenção do título de Doutor em Ciências.

Área de Concentração: Serviços de Saúde Pública

Orientador: Prof. Dr. Áquilas Nogueira Mendes

Versão revisada

São Paulo

2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Weiller, José Alexandre Buso

Uma análise da importância do Gasto Social e da Saúde Pública no Brasil
diante da crise do capitalismo contemporâneo. São Paulo, 2019.

335 p.: il.; 30cm

Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Saúde Pública/USP. Área de
concentração: Serviços de Saúde Pública.

Orientador: Áquilas Nogueira Mendes.

1. Capitalismo. 2. Economia Política da Saúde. 3. Crise. 4. Contas Nacionais.
5. Análise de Multiplicadores de Insumo-Produto.

Nome: Weiller, José Alexandre Buso

Uma análise da importância do Gasto Social e da Saúde Pública no Brasil diante da crise do capitalismo contemporâneo

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública para a
obtenção do título de Doutor em Ciências.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof.^a Dr.^a _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof.^a Dr.^a _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof.^a Dr.^a _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Thereza Emília e Carlos Roberto que sempre me apoiam, debatem e ajudam nas minhas escolhas e ideias. Contarei sempre com vocês!

A Áquilas Nogueira Mendes, amigo e orientador, que durante os anos me ajudou na construção da tese e de uma visão marxista sobre a realidade.

A minha banca de qualificação: Mariana Jansen e Maria Angélica pelo apoio no debate e nas decisões sobre o desenvolvimento da tese. Muito obrigado!

Aos amigos e amigas UNESPianxs pelas experiências vivenciadas na construção de uma Universidade mais ética.

Aos amigos e amigas PROAHSiaticxs pelos dias de experiências em trabalho e aprendizado, onde o SUS é, e sempre será, possível!

A toda militância da Associação Paulista de Saúde Pública, pelos dias constantes e intensos de trabalho, organização e luta por uma sociedade mais justa e por um SUS cada vez maior e melhor! Em frente APSP!

Ao grupo de pesquisa Saúde, Estado e Capitalismo Contemporâneo da FSP-USP pelos grandes momentos de formação e debate, dos quais me formei com uma nova visão sobre a realidade e de como lutar!

Ao grande professor Guilherme Magacho que muito me ajudou com sua experiência e habilidade com as contas nacionais!

Aos amigos e amigas mauaenses, do dia-a-dia do trabalho, que construíram e constroem um SUS maior e melhor mesmo com todas as adversidades! Nenhum passo pra trás!

Aos amigos e amigas francorochenses, do dia-a-dia do trabalho, que construíram e constroem comigo um SUS mais equânime e efetivo a cada novo dia!

Aos amigos e amigas do dia-a-dia, das cervejas, dos papos e da luta, por me suportarem na agitação e, às vezes, irritação que causo! Não sou nada sem vocês, um beijo a todxs!

As minhas irmãs, cunhados, sobrinhos, tias, tios, vó, e Ronita por sempre me lembrarem que família é única e divertida, mas principalmente, um espaço de formação e debate!

A minha paixão Clarice, por continuar existindo ao meu lado como uma companheira, parceira e poderosa mulher!

O comunismo não priva ninguém do poder de se apropriar de sua parte dos produtos sociais; apenas suprime o poder de subjugar o trabalho de outros por meio dessa apropriação. (Karl Marx e Friedrich Engels, Manifesto Comunista, p. 54)

RESUMO

WEILLER, J. A. B. (2019). Uma análise da importância do Gasto Social e da Saúde Pública no Brasil diante da crise do capitalismo contemporâneo. Texto para a defesa de Doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública do Departamento de Prática de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP (Orientador: Prof. Dr. Áquilas Nogueira Mendes).

As crises do capitalismo, por fazerem parte do próprio ciclo econômico, são uma constante no desenvolvimento das forças produtivas no mundo. Por meio dos ajustes na composição orgânica do capital, momentos de expansão do consumo e de melhores condições de vida e trabalho são substituídos, ciclicamente, por momentos de destruição de capital com drásticos efeitos sobre a vida da classe trabalhadora. Dessa forma o objetivo do trabalho é demonstrar que os gastos sociais, em especial a Saúde Pública, constitui importante mecanismo macroeconômico para enfrentamento das crises, garantindo a expansão de direitos sociais e da economia. Este trabalho revisa os efeitos das crises sobre a vida das pessoas não só no Brasil como no mundo, considerando as críticas realizadas ao Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional sobre as políticas de austeridade. Outra análise do trabalho se dá sobre política econômica brasileira dos governos FHC, Lula, Dilma e Temer e os efeitos negativos impostos às políticas públicas sociais e também a Saúde Pública. As análises dos efeitos macroeconômicos do gasto em saúde foram feitas no período de 2000 a 2015 para as Contas Satélites de Saúde, e 2010 e 2015 para as Matrizes Insumo-Produto, baseadas nos coeficientes diretos e indiretos de Leontief. Os resultados indicaram que o setor saúde foi um dos que mais gerou empregos por valor de produção assim como salários por emprego, se somando ainda o fato de que a atividade Saúde Pública foi mais produtiva e garantiu melhores pagamentos aos trabalhadores (diretos e indiretos) do que a Saúde Privada. Conclui-se, por fim, que a Saúde Pública como prioridade macroeconômica garante melhores resultados para a economia e para as condições de trabalho e vida da população brasileira, contrariando as práticas vigentes de desconstrução de uma política pública universal.

Palavras-chave: Capitalismo; Economia Política da Saúde; Crise; Contas Nacionais; Análise de Multiplicadores de Insumo-Produto.

ABSTRACT

WEILLER, J. A. B. (2019). An analysis of the importance of Social Spending and Public Health in Brazil in the face of the Crisis of contemporary capitalism. Text for the defense of Doctorate presented to the Graduate Program in Public Health, Department of Public Health Practice, University of São Paulo, São Paulo, SP (Advisor: Prof. Dr. Áquilas Nogueira Mendes).

The crises of capitalism, because they are part of the economic cycle itself, are a constant in the development of the productive forces in the world. Through adjustments in the organic composition of capital, moments of expansion of consumption and better living and working conditions are replaced, cyclically, by moments of capital destruction with drastic effects on the life of the working class. Thus, the objective of the study is to demonstrate that social spending, especially Public Health, is an important macroeconomic mechanism to deal with crises, guaranteeing the expansion of social rights and the economy. This paper reviews the effects of crises on the lives of people not only in Brazil but also in the world, considering the criticisms made to the World Bank and the International Monetary Fund on austerity policies. Another analysis of the work is given on the Brazilian economic policy of the governments FHC, Lula, Dilma and Temer and the negative effects imposed on public social policies as well as Public Health. The analyzes of the macroeconomic effects of health spending were made between 2000 and 2015 for the Health Satellite Accounts, and 2010 and 2015 for the Input-Output Matrices, based on Leontief's direct and indirect coefficients. The results indicated that the health sector was one of the ones that generated more jobs by value of production as well as wages per job, in addition to the fact that the Public Health activity was more productive and guaranteed better payments to the workers (direct and indirect) of the than Private Health. Finally, it is concluded that Public Health as a macroeconomic priority guarantees better results for the economy and for the working and living conditions of the Brazilian population, contrary to the current practices of deconstruction of a universal public policy.

Keywords: Capitalism; Political Health Economics; Crisis; National Accounts; Analysis of Input-Product Multipliers.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Políticas Keynesianas e o Multiplicador Marxista – Parte 1	66
Figura 2 – Políticas Keynesianas e o Multiplicador Marxista – Parte 2	69
Figura 3 – Consequências sociais, sobre o estado de saúde e para o sistema de saúde das crises econômicas e das medidas de austeridade fiscal	120
Figura 4 – Fluxo do processo de ressarcimento ao SUS – Brasil – ANS	188
Figura 5 – Relações fundamentais de Insumo-Produto	226

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Medidas de desigualdade na distribuição dos rendimentos dos indivíduos adultos – Brasil – 2006 a 2012	149
Tabela 2 – Rentabilidade sobre o patrimônio líquido/ROE (%) – 2007 a 2014; média anual	159
Tabela 3 – Variação anual* no Lucro líquido (bilhões de R\$) das empresas de capital aberto, sem Estatais - Brasil - 2014 a 2018	161
Tabela 4 – Variação anual* no Lucro líquido (bilhões de R\$) das empresas de capital aberto, Estatais - Brasil - 2014 a 2018	162
Tabela 5 – Indicadores de gasto em saúde para países selecionados – 2015	179
Tabela 6 – Multiplicadores decorrentes de um aumento de 1% do PIB Segundo Tipo de Gasto – 2006 – Brasil.	201
Tabela 7 – Multiplicadores decorrentes de um aumento de 1% do PIB Segundo Tipo de Gasto – 2006 – Brasil.	201
Tabela 8 – Índice de Gini entre tipos de famílias após as simulações e variação percentual em relação ao índice observado ($G_0 = 0.3805$) – 2006 – Brasil.	202
Tabela 9 – Efeitos sobre operações selecionadas com o choque de 618.641,00 (R\$) - Brasil – 2010	229
Tabela 10 – Efeitos sobre operações selecionadas com o choque de 1.000.000,00 (R\$) – Brasil – 2015	230
Tabela 11 – Renúncias Tributárias (milhões de reais)* em Contribuições Sociais – Brasil – 2013 a 2018	238
Tabela 12 – Receitas de contribuições sociais (milhões de reais)* desvinculadas pela DRU para anos selecionados – Brasil – 2005 a 2017	239
Tabela 13 – Comparação entre os resultados apresentados pela ANFIP e governo para receitas e despesas (milhões de reais)* do Orçamento da Seguridade Social segundo anos selecionados – Brasil – 2005 a 2017	240
Tabela 14 – Saldo da Seguridade Social (milhões de reais)* – Brasil – 2005 a 2017	240
Tabela 15 – Carga Tributária como proporção do PIB em países da OCDE e Brasil – 2014	244
Tabela 16 – Composição da carga tributária, por tipo de impostos (em %)	245

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Matriz Departamental	51
Quadro 2 – Movimentos cíclicos do capital	61
Quadro 3 – Relação entre consequências sociais e Determinantes Sociais afetados – Estabilização	115
Quadro 4 – Relação entre consequências sociais e Determinantes Sociais afetados – Liberalização da Conta de Comércio e Capital	116
Quadro 5 – Relação entre consequências sociais e Determinantes Sociais afetados – Desregulamentação econômica	117
Quadro 6 – Relação entre consequências sociais e Determinantes Sociais afetados – Privatização de empresas estatais e recursos naturais	118
Quadro 7 – Características do nacional-desenvolvimentismo e do nacional-desenvolvimentismo às avessas do Governo Lula	170
Quadro 8 – Exemplo da tabela 1 da TRU	204
Quadro 9 – Exemplo da tabela 2 da TRU	205
Quadro 10 – Atividades e produtos de saúde	206
Quadro 11 – Consolidação dos produtos em suas atividades relacionadas segundo as Contas Satélites de Saúde – Brasil – 2000 a 2015	210

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Taxa média de lucro do mundo e G7, 1963–2008 (indexado, 1963 = 100) (Tradução nossa).	41
Gráfico 2 - Lucro das empresas nos EUA, investimento real e PIB do primeiro trimestre de 2001 ao segundo trimestre de 2012, em bilhões de US\$	75
Gráfico 3 – Mudanças no PIB e nos gastos governamentais com saúde entre países selecionados nos períodos de recessão e austeridade – 1995 a 2011 (Tradução nossa)	95
Gráfico 4 – Comparação da variação percentual do Produto Interno Bruto (PIB) segundo quartil – Estados Unidos da América e Reino Unido – 2008 a 2012	97
Gráfico 5 – Relação entre a Expectativa de Vida e os Gastos com Bem-estar Social segundo países selecionados – 2008	99
Gráfico 6 – Mudança em despesas com proteção social* para o desempregado e a taxa de desemprego (%), UK, 2004–2011 (Tradução nossa)	100
Gráfico 7 – Total de pacotes de austeridade por tipo de gasto governamental em 26 países da União Europeia entre 2009 e 2011 (Tradução nossa)	101
Gráfico 8 – Variação nas despesas dos Sistemas de Proteção Social em 23 países da União Europeia entre 2009 e 2011 (Tradução nossa)	102
Gráfico 9 – Relação de gastos com trabalhadores da saúde pública, orçamento da saúde, população e números de usuários com cartões médicos – 2005 a 2014 – Irlanda (tradução nossa)	107
Gráfico 10 – Variação percentual do orçamento da saúde pública, pessoal, hospitalar, hospital-dia, atendimentos Departamento de Emergência e atendimentos ambulatoriais – 2005 a 2014 – Irlanda (tradução nossa)	109
Gráfico 11 – Número de pessoas à espera de internação e atendimento ambulatorial – 2008 a 2013 – Irlanda (tradução nossa)	110
Gráfico 12 – Participação dos salários no PIB e índice de Gini – 1995 a 2013 – Brasil	148
Gráfico 13 – Coeficiente de Gini da distribuição dos rendimentos dos indivíduos adultos, restringindo-se extremos da distribuição – 2006 a 2012 – Brasil	150
Gráfico 14 – Taxas de crescimento do consumo (%) – 1999 a 2018 – Brasil	152

Gráfico 15 – Taxas de crescimento do investimento (%) – 1999 a 2014 – Brasil	153
Gráfico 16 - Variação real da FBKF e seus componentes (média anual em %)	155
Gráfico 17 – Média da despesa liquidada federal (bilhões de R\$) * com Juros e Encargos da Dívida Pública segundo mandato - Brasil - 1995 a 2018	156
Gráfico 18 – Meta da taxa (%) SELIC fixada pelo COPOM - Brasil – 1999 a 2018	
Gráfico 19 – Evolução dos Gastos Tributários (bilhões de R\$) * por função segundo os 5 maiores gastos - Brasil - 2009 a 2019	157
Gráfico 20 - Variação no Lucro líquido (bilhões - R\$) das empresas de capital aberto - Brasil - 2014 a 2018	158
Gráfico 21 – Volume médio diário anual - Bovespa B3 (milhões de R\$) – Brasil – 2002 a 2018	163
Gráfico 22 – Evolução do Lucro Líquido (milhões de R\$) trimestral dos 3 bancos maiores bancos privados – Brasil – 2006 a 2018	164
Gráfico 23 – Produto Interno Bruto (PIB) a preços de mercado, variação real anual (%) - Brasil - 1999 a 2018	165
Gráfico 24 – Rendimento médio real (Ind), Salário real (Ind) e salário mínimo real - Brasil - 2007 a 2018 (2006=100)	166
Gráfico 25 – Taxas de desocupação, subutilização da força de trabalho* e da utilização da capacidade instalada (Ind) (%) - Brasil - 2007 a 2018	167
Gráfico 26 – Número de beneficiários de planos de saúde de Assistência Médica por tipo de contratação e taxa de cobertura – Brasil – 2000 a 2018	174
Gráfico 27 – Evolução do registro de operadoras no Brasil – dezembro/1999 a janeiro/2019	175 176
Gráfico 28 – Distribuição dos beneficiários de planos de assistência médica por operadoras (Brasil – dezembro/2018)	179
Gráfico 29 – Percentual do gasto público em saúde como proporção do PIB – Países selecionados – 2005 a 2015	180
Gráfico 30 – Percentual de participação no gasto público em saúde por ente federado – Brasil – 2002 a 2017	181
Gráfico 31 - Comparativo de renúncia fiscal (em bilhões de R\$) segundo projetado e bases efetivas por subfunção em saúde ao ano – Brasil - 2007 a 2011	183

Gráfico 32 - Gastos Tributários (bases efetivas, projeção e LOA-2019) (bilhões de R\$) por subfunções selecionadas da Saúde - 2013 A 2018 – Brasil – Parte 1	184
Gráfico 33 – Gastos Tributários (bases efetivas, projeção e LOA-2019) (milhões de R\$) por subfunções selecionadas da Saúde - 2013 A 2018 – Brasil – Parte 2	185
Gráfico 34 – Relação entre o número de beneficiários de planos de Assistência Médica e o número de atendimentos de beneficiários no SUS – 2001 a 2015 – Brasil	189
Gráfico 35 –Relação (%) entre valores totais cobrados e pagos dos atendimentos realizados no SUS – 2001 a 2017 – Brasil	189
Gráfico 36 –Relação (%) entre valores totais cobrados e pagos dos atendimentos realizados no SUS segundo modalidade de operadora – 2001 a 2017 – Brasil	190
Gráfico 37 – Relação (%) entre valores totais cobrados e pagos dos atendimentos realizados no SUS das Operadoras Ativas – 2016 e 2019 – Brasil	191
Gráfico 38 – Relação (%) entre valores totais cobrados e pagos dos atendimentos realizados no SUS das Operadoras Inativas – 2016 e 2019 – Brasil	192
Gráfico 39 – Comparativo segundo percentual do PIB do Gasto público federal em saúde entre a EC-29 e EC-95 – Brasil - 2001/2015	194
Gráfico 40 – Simulação do gasto federal com políticas sociais como proporção do PIB com o efeito da EC-95 – Brasil - 2015/2036	194
Gráfico 41 – Participação do Valor Adicionado bruto no Valor da produção segundo atividades selecionadas ao ano – Brasil – 2000 a 2015 – Parte 1	212
Gráfico 42 – Participação do Valor Adicionado bruto no Valor da produção segundo atividades selecionadas ao ano – Brasil – 2000 a 2015 – Parte 2	212
Gráfico 43 – Participação da Remuneração no Valor da produção segundo atividades selecionadas ao ano – Brasil – 2000 a 2015 – Parte 1	213
Gráfico 44 – Participação da Remuneração no Valor da produção segundo atividades selecionadas ao ano – Brasil – 2000 a 2015 – Parte 2	214
Gráfico 45 – Participação do Salários no Valor da produção segundo atividades selecionadas ao ano – Brasil – 2000 a 2015 – Parte 1	215

Gráfico 46 – Participação do Salários no Valor da produção segundo atividades selecionadas ao ano – Brasil – 2000 a 2015 – Parte 2	215
Gráfico 47 – Participação do Rendimento misto bruto no Valor da produção segundo atividades selecionadas ao ano – Brasil – 2000 a 2015	216
Gráfico 48 – Participação do Excedente Operacional Bruto no Valor da produção segundo atividades selecionadas ao ano – Brasil – 2000 a 2015 – Parte 1	217
Gráfico 49 – Participação do Excedente Operacional Bruto no Valor da produção segundo atividades selecionadas ao ano – Brasil – 2000 a 2015 – Parte 2	219
Gráfico 50 – Ocupações geradas a cada milhão (R\$)* de Valor da produção segundo atividades selecionadas ao ano – Brasil – 2000 a 2015 – Parte 1	220
Gráfico 51 – Ocupações geradas a cada milhão (R\$)* de Valor da produção segundo atividades selecionadas ao ano – Brasil – 2000 a 2015 – Parte 2	220
Gráfico 52 – Salários gerados (R\$)* por Fator trabalho (ocupações) segundo atividades selecionadas ao ano – Brasil – 2000 a 2015 – Parte 1	221
Gráfico 53 – Salários gerados (R\$)* por Fator trabalho (ocupações) segundo atividades selecionadas ao ano – Brasil – 2000 a 2015 – Parte 2	221
Gráfico 54 – Composição do Valor adicionado bruto (em milhões de R\$)* segundo Saúde Privada ao ano – Brasil – 2000 a 2015	222
Gráfico 55 – Composição do Valor adicionado bruto (em milhões de R\$)* segundo Saúde Pública ao ano – Brasil – 2000 a 2015	223

LISTA DE SIGLAS

AIH – Autorização de Internação Hospitalar

ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BM – Banco Mundial

BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social

CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde

CPMF – Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira

CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

CSS – Contas Satélites de Saúde

DATASUS – Departamento de Informática do SUS

EC-95 – Emenda Constitucional nº 95/2016

FMI – Fundo Monetário Internacional

GM – Gabinete do Ministro

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IGP-DI – Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LOA – Lei Orçamentária Anual

MS – Ministério da Saúde

MIP – Matriz Insumo-Produto

ONU – Organização das Nações Unidas

OSS – Orçamento da Seguridade Social

OPAS – Organização Pan-Americana da Saúde

PIB – Produto Interno Bruto

SCN – Sistema de Contas Nacionais

SIH – Sistema de Informação Hospitalar

SIOPS – Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde

STN – Secretaria do Tesouro Nacional

SUS – Sistema Único de Saúde

TML – Taxa Média de Lucro

TRU – Tabelas de Recursos e Usos

Sumário

INTRODUÇÃO	26
1. CONSIDERAÇÕES SOBRE O MÉTODO.....	34
2. ECONOMIA POLÍTICA E AS CRISES ESTRUTURAIS	36
2.1. OS CICLOS ECONÔMICOS E AS CRISES NA OBRA DE KEYNES	42
2.2. A DINÂMICA ECONÔMICA E OS “LÍDERES EMPRESARIAIS” EM KALECKI.....	48
2.3. MULTIPLICADOR MARXISTA E A LEI TENDENCIAL DA QUEDA DA TAXA DE LUCRO	59
3. AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS GLOBAIS E A FUNÇÃO DA AUSTERIDADE.....	77
3.1. A AGENDA MUNDIAL PARA AS POLÍTICAS DE AUSTERIDADE	78
3.2. OS EFEITOS DA AUSTERIDADE.....	94
3.3. ALTERNATIVAS À AUSTERIDADE	120
4. A POLÍTICA ECONÔMICA E DE SAÚDE NO BRASIL.....	128
4.1. A ECONOMIA POLÍTICA E A CRISE BRASILEIRA	129
4.1.1. Tripé macroeconômico.....	130
4.1.2. A Política Econômica nos Governos Lula, Dilma e Temer.....	141
4.2. A POLÍTICA DE SAÚDE NO BRASIL E A SITUAÇÃO DO SUS NA CONTEMPORANEIDADE	172
4.2.1. A situação crítica do financiamento do SUS	176
4.2.2. O aumento da Renúncia Fiscal (Gasto Tributário) em Saúde	181
4.2.3. Os impactos do Ressarcimento SUS	185
5. GASTO PÚBLICO SOCIAL COMO PRIORIDADE MACROECONÔMICA.....	195
5.1. AS CONTAS SATÉLITES DE SAÚDE	202
5.2. MATRIZ INSUMO-PRODUTO E OS EFEITOS DOS GASTOS NO SETOR SAÚDE	225
5.3. FONTES DE FINANCIAMENTO PARA O GASTO SOCIAL	231
5.3.1. A Dívida Pública no capitalismo contemporâneo	231
5.3.2. O Orçamento da Seguridade Social e sua sistêmica inviabilização.....	236
5.3.3. A Reforma Tributária necessária.....	241
CONCLUSÃO	248
REFERÊNCIAS	254
APÊNDICE A – TABELAS DE RECURSOS E USOS.....	267
APÊNDICE B – MATRIZES DE INSUMO-PRODUTO (MIPs)	274
APÊNDICE C – SIMULAÇÕES DOS CHOQUES DE INVESTIMENTO.....	316

INTRODUÇÃO

Esta tese surge da necessidade de avançar na produção de políticas públicas de caráter universal, como o Sistema Único de Saúde (SUS), além da necessária qualificação da gestão pública com foco no orçamento, desempenho e efetividade das ações em saúde (WEILLER, 2014). Assim, além da gestão qualificada, há uma necessidade urgente de proteger, orçamentário-financeiramente, a política pública de saúde vigente hoje no Brasil na forma do SUS.

Um orçamento organizado e acompanhado que foque o desempenho das ações do Estado para melhores condições de vida da população é condição inicial, porém há uma base importante que “suporta” a melhoria da gestão pública, ou seja, a defesa dos gastos sociais enquanto produtores e promotores de um desenvolvimento econômico e social.

Para tanto, faremos um debate e defesa pela proteção e ampliação das políticas sociais como prioridade macroeconômica com foco nos efeitos possíveis sobre as cíclicas crises do capitalismo.

A hipótese geral deste trabalho é de que o investimento nos gastos sociais, e em especial na Saúde Pública, constitui importante mecanismo de política macroeconômica para melhor enfrentamento das crises, numa perspectiva de proporcionar o desenvolvimento econômico no Brasil, inclusive, com expansão dos direitos sociais, isto é, num caminho completamente inverso ao que vem sendo adotado pela política econômica brasileira nas últimas décadas.

Utiliza-se aqui da análise de Vieira (2016) sobre as consequências mais recentes no quadro econômico brasileiro, que identifica que “o Brasil vivencia um período de crise econômica e o foco das discussões mais uma vez se concentra no corte e/ou contenção de gastos públicos, especialmente dos gastos sociais, vistos por alguns como descontrolados e causadores do déficit público” (VIEIRA, 2016, p. 5).

Com a aprovação de reformas no campo das políticas sociais, através do congelamento dos gastos públicos (Emenda Constitucional 95/2016), da Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017) e proposição de uma Reforma Previdenciária (Projeto de Emenda Constitucional 287/2016), a solução apresentada pelos governos brasileiros tem sido a limitação de despesas e precarização da força de trabalho, com piora no acesso aos serviços públicos e consequente piora da condição de vida e saúde.

Por meio da análise de Ferrari-Filho e De Paula (2015), iniciamos nosso debate sobre a importância do entendimento da política econômica brasileira, não só como:

[...] políticas para estabilização ou utilizadas com vistas a obter taxas desejáveis de crescimento e inflação ao longo do ciclo, tais como as políticas monetárias, cambiais e fiscais; mas, principalmente, como políticas fins (interventoras de forma horizontal ou vertical em segmentos ou setores, como as políticas industrial, agrária e tecnológica, dentre outras) e políticas estruturais-institucionais (FERRARI-FILHO & DE PAULA, 2015, p. 5).

Com essa posição inicial, passa-se a reconhecer que as políticas sociais têm efeitos sobre o padrão de desenvolvimento do país, principalmente nas formas em que este desenvolvimento será medido. Neste sentido, desenvolver-se-á neste trabalho uma pesquisa à procura dos reais impactos das decisões políticas e econômicas que têm sido tomadas pelos diferentes governos brasileiros.

As diferentes e, por vezes, conflitantes perspectivas e visões das contribuições de Keynes (1996), Kalecki (1977) e Marx (2017), serão utilizadas junto às produções de autores que seguem tais linhas, a fim de compreender como a economia política se estrutura e a partir dela como os conceitos de ciclos econômicos, crises, dinâmicas e tendências do sistema capitalista operam. Portanto, esta tese parte de conceitos gerais sobre modelos econômicos, dentro da lógica do sistema capitalista, e se utiliza de determinados resultados para diagnósticos e propostas sobre a ação do Estado.

Entende-se que as mudanças econômicas e sociais que aqui ensejaremos não estão atreladas somente aos modelos econômicos e de estrutura do Estado, elas passam pela necessidade de um constante embate popular, que veremos ser composto pela luta dos trabalhadores por melhores condições de vida e trabalho.

Neste sentido, se reconhece que o setor saúde constitui importante fator para o desenvolvimento econômico, dada a sua capacidade de empregar e garantir renda (salários e lucros). Conforme aponta Quaglio et al. (2013), nos 28 países da União Europeia a participação na economia do setor saúde tem sido de cerca de 9% do PIB; enquanto no Brasil o valor adicionado bruto das atividades de saúde foram responsáveis por 6,5% do PIB em 2013, sendo que a atividade saúde pública teve uma participação de 2,3% do PIB no mesmo ano (BRASIL, 2015).

Este trabalho, portanto, se desenvolverá tendo como principal objetivo a análise e discussão da importância dos gastos públicos em saúde no Brasil como importante instrumento macroeconômico para enfrentar o contexto atual da crise do capitalismo, que

se consolida com o avanço da precarização das relações de trabalho (emprego e salários) e das condições de vida dos trabalhadores.

Em relação aos objetivos específicos, se buscará descrever os pressupostos dos modelos macroeconômico keynesianos, kaleckianos e marxianos, evidenciando as possíveis relações, e com elas, críticas sobre o papel que o investimento pode assumir como mecanismo de enfrentamento da crise econômica capitalista.

Interessa-nos também verificar como a chamada “política de austeridade” tem ganhado espaço durante as últimas décadas no Brasil e nos diversos países do mundo, com o discurso de que é uma ação necessária para reestabelecer o desenvolvimento econômico. Assim, como consequência, torna-se importante investigar e descrever os determinantes da crise do capitalismo contemporâneo e seus reflexos no Brasil e na saúde pública em especial.

Retoma-se então o pressuposto de que não é por meio de políticas de austeridade (cortes nos gastos públicos) que o Estado conseguirá estabilizar ou reverter o processo cíclico de ocorrência das crises econômicas dentro do sistema capitalista. Portanto, parte-se da afirmação de que os gastos sociais (investimentos públicos), principalmente os de cunho universalista, são as engrenagens necessárias para a estabilização e manutenção do emprego, dos salários e, por consequência, dos lucros, no sistema econômico capitalista.

Considerando as afirmações feitas anteriormente, esta tese está organizada em quatro capítulos divididos em diferentes seções que abarcam conceitos, métodos e análises diferentes em busca dos efeitos da ampliação do gasto público em saúde.

No primeiro capítulo buscamos aproximar conceitos fundamentais para a economia política entre os principais autores: Keynes, Kalecki e Marx. Partindo dos ciclos econômicos e das crises da obra de Keynes, identificaremos o efeito do investimento como forma de intervenção do Estado na manutenção da ordem capitalista.

Tal pressuposto do autor parte da ideia de que o aumento inicial da riqueza, em decorrência da passagem de recursos de um indivíduo para outros através do investimento seria capaz de gerar novos aumentos de renda por meio de efeitos multiplicadores. Assim, a multiplicação da renda ampliaria a confiança dos empresários nos retornos que são esperados dos investimentos que serão feitos.

Somado a este pressuposto, há as colocações de Kalecki sobre a dinâmica econômica e a grande diferença entre o consumo dos capitalistas para o dos trabalhadores. Nessa dinâmica descrita por Kalecki (1977), o investimento não apenas é produzido, mas

também é produtor das crises, uma vez que a contradição desse processo é justamente o sistema em si, o capitalismo.

Por fim, para então colocarmos em cheque a viabilidade do investimento público como forma de “salvação” para as crises capitalistas, nos utilizaremos da produção de Marx e autores marxistas para investigar o que se chamou de “multiplicador marxista” e os efeitos do investimento defendidos por Keynes e Kalecki na Lei Tendencial da Queda da Taxa de Lucro como parte da teoria do valor elaborada por Marx.

De forma geral, Keynes (1996) elabora sua teoria partindo do pressuposto de que a ação de agentes racionais deveria ter como foco os equilíbrios de mercado para uma “estabilização” do desenvolvimento da sociedade. Nesse sentido, nos será importante discutir a produção de Kalecki (1977), pois este reconhece que há, de certa forma, uma luta de classes e que os “líderes empresariais”, por vezes, preferem ter seus lucros mantidos ao invés de perderem o controle sobre as “fábricas”.

Será em Marx (2017), por fim, que se procurará as engrenagens para o desenvolvimento de uma sociedade capitalista, principalmente por meio da medida da taxa de lucratividade. Entretanto, ao investigar os efeitos dos investimentos realizados pelo Estado sob a lógica da acumulação do capital, os resultados teóricos demonstrarão que as crises no capital podem ser atrasadas ou, ainda, agravadas, uma vez que tal ação do Estado interferirá na composição orgânica do capital e assim reduzir a queda da taxa média de lucro.

Nos importa destacar um trecho em que Carchedi (2012b) indica que a luta por melhores condições de trabalho e vida através de políticas públicas pode ser uma das formas de se expandir uma consciência e poder de classe que, apesar de serem movimentos antagônicos fazem parte de um mesmo processo, o capitalismo. Com a expansão do gasto público, por exemplo, não necessariamente se acabaria com as crises do capital, mas poder-se-ia melhorar as condições do trabalho e vida das pessoas.

Já na segunda parte da tese utilizar-se-á de estudos e suas análises sobre o impacto das crises do sistema capitalista nos países que compõem a União Europeia, Estados Unidos da América, entre outros. Tal abordagem tem como foco os efeitos das políticas de austeridade como forma de enfrentamento das crises (cíclicas) do sistema capitalista, sobre as condições de saúde e de vida. A leitura e análise terão como entendimento que as decisões políticas pela austeridade não trouxeram, necessariamente, melhora para os sistemas de saúde e de seguridade dos países em estudo.

Com a produção de Harvey (2007), passa-se a identificar que as políticas sociais, interessadas em garantir uma melhora na condição de vida da população, só serão realizadas se houver uma “maximização das liberdades empresariais” na lógica do direito à propriedade privada, liberdade individual, mercados livres e livre comércio. Dessa forma, o Estado pensado na lógica do capital e nas concepções neoliberais deve garantir a qualidade e a integridade da moeda, e assim, a estabilidade de preços, somada a funções necessárias para garantir o direito à propriedade privada e livre dos mercados, ou seja, um estado mínimo (HARVEY, 2007, p. 2).

Na lógica de um Estado que garanta principalmente as formas de acumulação de capital, a austeridade, que será mais discutida com a produção de Canterbury (2015), é um discurso e uma ferramenta da política econômica das instituições financeiras internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM), interessadas em constantemente ajustar as políticas públicas, principalmente as sociais, de forma adequada à acumulação de capital e à precarização de toda a classe trabalhadora em qualquer que seja o país.

Com os trabalhos de Sarah Babb (2009) e Kentikelenis (2017), se analisa como o FMI e BM, durante as décadas de 1970 e 1980, foram introduzindo programas de financiamento (empréstimos) que tinham como função apresentar uma “cartilha” aos países de baixa renda de como organizar sua política econômica, a fim de garantir os pagamentos aos esquemas de financiamento realizados. Nesse sentido, são lançados na década de 1990 os chamados Programas de Ajuste Estrutural - *Structural adjustment policies* (PAEs), que apresentaram novas formas de como as políticas econômicas deveriam ser mais flexíveis e racionais, já indicando a austeridade como a principal forma.

É então com as contribuições de Liang e Tussing (2018) que passaremos a investigar as principais consequências da redução no gasto público em saúde (GPS), diante do cenário da crise econômica. As análises demonstram como o GPS acompanhou o ciclo da crise nos diversos países, sendo reduzido como forma de manter a economia estável. Esse cenário ocorreu em países de baixa e média renda per capita, principalmente nos países do continente africano. Há assim uma relação entre a redução do GPS com uma diminuição na expectativa de vida da população, além do aumento das taxas de mortalidade adulta (LIANG & TUSSING, 2018).

Cenário oposto, seguindo a análise das autoras, foi visto para os países de alta renda per capita, com resultados positivos sobre os Anos Potenciais de Vida Ganhos

(APVG), considerando que 1 ano de vida por pessoa foi ganho e 13 vidas foram salvas por 1000 adultos, quando reduzidos os cortes do GPS (LIANG & TUSSING, 2018).

Nos parece importante e fundamental defender que a saúde pública, como parte das políticas sociais universais, tem a função não só de garantir melhores condições de vida e saúde, mas também de gerar emprego e renda.

Contrariamente à ideia de austeridade, nos basearemos no conceito de Estado Social (BOSCHETTI, 2016) que nos ajuda na compreensão de que o Estado teve, principalmente nos “anos dourados do capitalismo” (1945 a 1975), a função de garantir a reprodução da força de trabalho, mas ao passo em que as condições de vida e trabalho são melhoradas, ampliam-se as possibilidades do desenvolvimento de consciência de classe.

Para entender então como o Estado Social, ainda que fragilizado, se desenvolveu no Brasil, tornou-se necessário investigar como a política econômica brasileira se desenvolveu nas últimas décadas. Assim, o terceiro capítulo abordará o tripé macroeconômico vigente durante todo o período – câmbio flutuante, metas de inflação e superávit primário – e as consequências sobre as políticas sociais na forma de restrições de acesso aos serviços públicos e manutenção da acumulação de capital, principalmente através da esfera bancária-financeira.

Apesar de avançarmos sobre o conceitos de desenvolvimento, com o desenvolvimentismo social ou nacional, termos que serão explicados no terceiro capítulo, nos importa trazer a visão de Sampaio Jr. (2012), a partir da crítica à economia política, que considera a acumulação de capital, o avanço das forças produtivas e a integração nacional como constituidores de um mesmo problema: o desenvolvimento do capitalismo e seus processos de acumulação desmedidos e devastadores.

Se considerar a ideia de desenvolvimento econômico sem uma constante crítica, nossas análises, por vezes, consolidarão as estruturas do capitalismo, não colocando em questão a função do Estado e de suas políticas públicas como forma de recomposição orgânica do capital. Assim, as reformas estruturais indicadas pelo FMI e BM, para além da austeridade, servem para dar suporte à acumulação de capital medida, principalmente, com a taxa de lucratividade, sem considerar quais serão as condições de reprodutibilidade da força de trabalho.

Ao analisar os dados de emprego, salários, lucros, rentabilidade, PIB, formação bruta de capital fixo, entre outros, durante os governos Fernando Henrique Cardoso (1998-2001), Lula (2002-2010), Dilma (2011-2016) e, em parte, Temer (2016-2018), procura-se compreender o comportamento da política econômica brasileira, no que se

refere ao Governo Federal, sobre a constante composição/recomposição orgânica do capital, revelando muitos conflitos entre a manutenção das taxas de lucros e as condições de emprego e salário dos trabalhadores no Brasil.

Com a “Carta ao povo brasileiro” (Marquetti et al., 2017), o governo Lula assume a presidência do Brasil e nos anos seguintes muitas conquistas à classe trabalhadora serão alcançadas, mas elas também ocorrerão para os capitalistas do setor produtivo e, principalmente do bancário-financeiro. Quando então é colocado em cheque o pacto que se havia realizado durante o segundo governo Dilma, por diversos fatores que serão explorados no terceiro capítulo, a crise econômica-institucional se agudizará e levará ao golpe parlamentar, dando fim à gestão do Partido dos Trabalhadores como grupo político no âmbito federal brasileiro há mais de 13 anos consecutivos.

Assim, ao se aproximar das políticas realizadas internamente no Brasil, explora-se os aspectos do desenvolvimento do Sistema Único de Saúde a partir do crônico subfinanciamento do sistema somados às fugas de recursos como os gastos tributários no setor saúde, a pouca efetividade do Ressarcimento SUS e, até o presente momento, com a vigência da EC-95 o cenário de “desfinanciamento” que se avizinha, ou seja, a drástica queda nos gastos federais com saúde pública pelos próximos 18 anos, já considerando a vigência desde 2016.

Será então no último capítulo da tese que detalharemos, a partir dos dados do Sistema de Contas Nacionais do IBGE, os efeitos econômicos do gasto em saúde sob diferentes óticas. Nesse sentido, nosso interesse é o de verificar o papel fundamental dos gastos em saúde, principalmente em saúde pública, como forma de estabilidade e desenvolvimento econômico e social no Brasil.

Com as diferentes abordagens metodológicas utilizadas nas Contas Satélites de Saúde (CSS) e Matrizes Insumo-Produto (MIP), analisou-se como o valor produzido por diferentes atividades na economia “flui” por entre demais atividades compondo formas de se medir os impactos dos gastos realizados no setor saúde e fora dele, ou seja, dos demais setores da economia brasileira.

Por fim, uma vez analisados os impactos econômicos e sociais que o gasto no setor saúde gerou/geraria (por meio de simulações), procuramos identificar formas possíveis de ampliação do gasto público através de intervenções políticas e econômicas que provocariam uma ampliação de receitas às políticas públicas sociais e, nela, o próprio SUS.

Identifica-se ações necessárias sobre o sistema da Dívida Pública brasileira, desde sua auditoria até à prática de altíssimos juros pagos no Brasil. Outro aspecto explorado é a realização de uma auditoria sobre as receitas e despesas do Orçamento da Seguridade Social (OSS), constantemente apontada pela Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP, 2017), que demonstra usos do OSS para ações atividades/políticas divergentes do previsto constitucionalmente para a Seguridade.

Coube ainda identificar as possibilidades de ampliação de receitas através de uma reforma tributária pautada na progressividade de tributos (ANFIP e FENAFISCO, 2018), como meio para reduzir a desigualdade social e garantir bases de financiamento de políticas públicas sociais.

1. CONSIDERAÇÕES SOBRE O MÉTODO

Inicialmente, destaca-se que os diferentes capítulos elaborados nessa tese abordam diferentes conteúdos e metodologias; porém, de forma geral, a pesquisa desenvolvida tem caráter bibliográfico, uma vez que utiliza livros e artigos científicos e legislações. Assim sendo, é um estudo sistematizado, desenvolvido com base em material publicado acessível ao público em geral, bem como os disponíveis em sistemas públicos de informação. Trata-se, também, de uma pesquisa de caráter documental, à medida que os meios da pesquisa consistem em utilização de dados secundários.

O período de análise do trabalho foi de 1998 a 2018, entretanto, houve recortes específicos dentro deste período para as análises de nosso interesse. Assim abarcaram-se, quando analisado o cenário da política econômica brasileira, diferentes grupos gestores, como os governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), Lula, Dilma e parte do governo Temer.

Para desenvolver o terceiro capítulo, nossas análises sobre os aspectos teóricos do desenvolvimento do sistema capitalista, utilizaremos da produção de Bhaduri e Marglin (1990), que dividem o crescimento econômico em *wage-led* e *profit-led*, partindo do pressuposto de Blecker (1989). O *wage-led* pode ser definido como uma mudança da distribuição funcional da renda a favor dos salários, e o *profit-led* é identificado quando a mudança se dá em prol dos lucros.

Assim, nossas análises, ao absorver a visão marxista sobre a composição orgânica do capital, ou seja, a relação entre o capital variável (força de trabalho) com o capital constante (meios de produção) que tem efeitos diretos sobre a lucratividade (MARX, 2017), nos dá indícios de como o desenvolvimento do capitalismo ocorreu no Brasil através das análises realizadas no terceiro capítulo.

Para tanto, utilizar-se-á dos dados disponíveis do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Receita Federal do Brasil (RFB), Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS), *OECD Health Data* (Base de dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), *Economatica* (2019), Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e Banco Central do Brasil (BCB).

No capítulo 4 os dados foram obtidos por meio de planilhas eletrônicas publicadas pelo IBGE, segundo as contas integrantes do Sistema de Contas Nacionais (SCN) e

informações organizadas nas Contas Satélites de Saúde (CSS), Tabelas de Recursos e Usos (TRUs) e Matrizes de Insumo-Produto (MIP).

Destaca-se que para as correções de valores entre os diversos anos analisados foram usados o Índice Geral de Preços – Despesa Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), variando o período de ajuste segundo dados disponíveis e interesse de análise. Esse índice reflete o comportamento dos preços em geral da economia brasileira¹ e é o mais utilizado para análises financeiras-orçamentárias dos fundos públicos.

Por fim, ressalta-se que os cálculos realizados na segunda seção do quarto capítulo serão mais detalhados no momento da construção dos coeficientes técnicos diretos e indiretos (LEONTIEF, 1951) das MIPs e TRUs para os anos de 2010 e 2015.

¹ Maiores informações podem ser obtidas em: <<https://portalibre.fgv.br/estudos-e-pesquisas/indices-de-precos/igp/>>.

2. ECONOMIA POLÍTICA E AS CRISES ESTRUTURAIS

Durante o desenvolvimento econômico global ocorrido nos dois últimos séculos, os países, ora situados em uma parte do mundo, ora em outra, por diversas vezes vivenciaram crises econômicas, que para além dos efeitos sobre as condições de vida da população geraram, por vezes, mudanças radicais na sociabilidade². Tais cenários de crise têm assumido, talvez, um caráter sem precedentes na história. Esta constatação e sensação tem levado a população a incorporar o vocábulo “*crise*” no linguajar cotidiano em todas suas classes e gerações, ainda que seu significado seja apreendido das maneiras mais distintas, variando sob o ponto de vista de classe, da posição em que cada país ocupa na divisão social do trabalho, das experiências geracionais etc.

Este capítulo mantém sua análise sobre as crises e sua existência dentro dos ciclos econômicos a partir dos conceitos desenvolvidos por John Maynard Keynes, Michal Kalecki e Karl Marx. Dessa forma, o texto desenvolvido aqui caminha pela teoria keynesiana sobre as crises, juntamente com a kaleckiana, analisando as afirmações dos respectivos autores para o enfrentamento daquelas; porém, ao ingressar na teoria marxista visualiza-se os limites e contradições do próprio sistema capitalista quando das propostas de enfrentamento das crises estruturais.

Assim, pretendemos avançar sobre o entendimento dos fatores fundantes das crises ou, mais diretamente, na estrutura do capitalismo sob a ótica da crítica da economia política de Marx. Sendo assim, por ora, vamos nos aprofundar nos efeitos econômico-sociais desencadeados, principalmente, após a crise econômico-financeira ocorrida após 2008.

Paniago (2014) descreve como a crise contemporânea tem sido enfrentada a partir de medidas saneadoras da crise propostas pelos gestores do capitalismo mundial, com a invenção e substituição contínuas de políticas econômicas. Tais medidas têm como foco:

- a) ajustes de conduta política na condução dos interesses do capital nos países desenvolvidos;
- b) aprofundamento da centralização do capital no ranking mundial das grandes empresas;
- c) redefinição das relações de dependência econômica entre o hemisfério norte e o sul;
- d) redução da possibilidade de existência social de grandes

² Utilizamos este termo a partir da análise realizada por Oliveira (2010), destacando como o homem, aqui entendido como espécie, não é um ser isolado, uma subjetividade pura, mas sim um ser de relações intersubjetivas, sendo que esta interação entre os indivíduos é chamada de sociabilidade, refletindo uma genericidade humana, resultante do trabalho.

contingentes humanos em todo o planeta; e) condução do capital a um beco sem saída, mantidas as tendências atuantes no sistema global.

Assim, as decisões sobre o enfrentamento da crise têm sido pensadas, elaboradas e realizadas no campo da política econômica, tendo como resultado um impacto direto sobre as políticas sociais que “tentam” assegurar a estabilidade social.

As medidas saneadoras da crise do capitalismo têm provocado, então, uma sucessão de curtos e múltiplos ciclos de instabilidade, cuja expressão se concentra, nos últimos anos, na esfera financeira, ocultando os determinantes estruturais da crise.

Uma das faces do enfrentamento das crises pelos países tem se dado via planos de resgate financeiro, fundamentalmente pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), o que gera certas ameaças à cobertura em saúde, na medida em que a recomendação dos credores é para que os países adotem medidas de austeridade fiscal e reformas estruturais. Tais fatos diminuem a capacidade dos mesmos países em garantir que o bem-estar social responda efetivamente à demanda, fatos que podem ser observados na Grécia, Irlanda, Portugal, Chipre e Espanha (KENTIKELENIS, 2015).

Ainda neste contexto, Labonté e Stuckler (2015) apontam que os países europeus que receberam empréstimo do FMI tiveram maior probabilidade de adotar tais medidas, reduzindo seus orçamentos da saúde. A redução do gasto do governo com proteção social tem sido associada ao aumento da pobreza e da desigualdade, com consequências também para a saúde das populações.

Nesse contexto internacional e já abrangendo o Brasil, o próprio Banco Mundial publicou, em novembro de 2017, um documento intitulado “Um Ajuste Justo: Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil” (BANCO MUNDIAL, 2017). No documento é apontado que no Brasil o “gasto tornou-se cada vez mais engessado pela rigidez constitucional em categorias como folha de pagamento e previdência social, deixando quase nenhum espaço para despesas discricionárias e de investimento” (p. 1). Assim, o Banco Mundial, com seus técnicos e especialistas, alcança um “achado” que é de que “alguns programas governamentais beneficiam os ricos mais do que os pobres, além de não atingir de forma eficaz seus objetivos” (p. 1).

Na sequência da análise, que passa pelos setores da Educação, Assistência Social, Previdência e Saúde, sugere-se que é “possível economizar parte do orçamento sem prejudicar o acesso e a qualidade dos serviços públicos, beneficiando os estratos mais pobres da população” (p. 1). Aqui reside o principal ponto de nossa crítica a este documento, qual seja o de manter o acesso às políticas públicas sociais de forma não

universal. Essa agenda, ligada ao conceito de cobertura universal de saúde, resume-se a vincular o poder de compra com o acesso aos serviços de saúde, rompendo diretamente a universalidade do acesso ao Sistema Único de Saúde, e o esforço necessário que os governos devem realizar para um financiamento suficiente e adequado.

De fato, a agenda que o Banco Mundial nos propõe é sempre a da Austeridade, ou seja, de focar nos cortes de gastos do Estado, sempre ligados às Políticas Sociais, e não em realizar reformas estruturais para a garantia de maiores e melhores fontes de receitas.

Como pode ser visto, de forma geral, as políticas sociais são a síntese do conflito entre capital e trabalho nos países que buscaram respostas às crises. Pires e Demo (2006) descrevem, numa análise histórica, como as políticas sociais foram se desenvolvendo:

[...] a partir do pós Segunda Guerra mundial, operacionalizam-se a partir da concepção e práxis do capitalismo monopolista de Estado, e se viabilizam pelas políticas keynesianas, coincidente com o pós-guerra europeu, que ajudou a conformar o Estado de Bem-Estar Social . Este se estende até a década de 70 (crise do petróleo e consequente esgotamento do Estado social), chegando a fase atual do capitalismo, denominado avançado, financeiro ou tardio, marcado pela reestruturação produtiva, transnacionalização dos mercados e desregulamentação das garantias sociais [...] (PIRES & DEMO, 2006, p. 58).

Nesse sentido, após o avanço do ideário neoliberal, novamente o Estado, como interventor na relação do Mercado com a sociedade foi procurado. Mollo (2011) indica como as medidas saneadoras e o processo de desregulamentação das garantias sociais tiveram que ser repensadas:

A crise econômica atual abalou as convicções liberais conservadoras no poder autorregulador do mercado, levando mesmo alguns liberais a, pragmaticamente, intitulem-se keynesianos com a defesa da intervenção salvadora do Estado nas economias. [...] as teorias ortodoxas liberais conservadoras não têm muito a dizer, uma vez que a crença nos preços livres e flexíveis como os melhores reguladores econômicos tornam a crise financeira atual e as anteriores, inexplicáveis. Afinal, não há mercados em que os preços sejam mais flexíveis que os financeiros e, apesar disso, foi neles que ela desencadeou-se (MOLLO, 2011, p. 449).

Como consequência deste ciclo de crises que compõem o capitalismo, inerente e necessário a ele, Mendes (2015) traz sua análise:

Se há algo que marca o momento atual é a manifestação problemática da crise estrutural do capitalismo, no seu modo de funcionamento da tendência persistente da queda da taxa de lucro e da dominância do capital portador de juros (capital financeiro) no movimento do capital. Várias visões de algumas lideranças de países capitalistas e de alguns economistas vêm afirmando que a crise atual é de natureza financeira, em que fica patente a

sua contaminação na economia real, e que as dívidas europeias podem ser resolvidas por meio de reduções drásticas no gasto público, especialmente no gasto das políticas sociais (MENDES, 2015, p. 69).

Neste sentido, Gambina indica que há uma crise sistêmica do capitalismo, pois é financeira, econômica, alimentícia, energética e meio-ambiental (GAMBINA, 2012, p. 34). Essas consequências do desenvolvimento do capitalismo e de suas “crises” são relatadas por Nakatani e Gomes:

Os resultados que podemos observar até o momento mostra que a crise, iniciada em 2007, continua desenvolvendo as contradições internas à dinâmica do capital e pressionando a transferência de valor e mais valia dos países mais frágeis para os mais fortes dentro do sistema, e dos trabalhadores para os capitalistas, entre os Estados Nacionais e entre as classes sociais (NAKATANI & GOMES, 2014, p. 79).

Retomando as colocações trazidas por Mendes, sobre a queda na taxa de lucratividade, Carchedi e Roberts (2013) indicam em seu artigo:

O capitalismo não se desenvolve em uma linha reta ascendente. O seu movimento é sujeito a ciclos recorrentes de “crescimentos e recessões” que destrói e desperdiça grande parte do valor criado anteriormente. Por exemplo, nos anos 1880 e 1890 viu-se uma destruição maciça da riqueza dos Estados Unidos; e durante a Grande Depressão da década de 1930 também. Agora nós sofremos a primeira Grande Recessão e estamos na Grande Depressão do século XXI. Afirmamos que a chave para entender a sequência de altos e baixos é o movimento da taxa de lucro (CARCHEDI & ROBERTS, 2013, p. 86).

Essa perspectiva, apresentada pelos autores, indica a taxa de lucratividade como um bom método de análise do ciclo de crise capitalista. O gráfico 1 apresenta as taxas bianuais dividindo os valores entre os países que compõem o G7³ e todos os países do mundo.

³ Grupo dos Sete (G7) é um grupo internacional que reúne os sete países mais industrializados e desenvolvidos economicamente do mundo. Todos os países fundadores são nações democráticas: Estados Unidos da América, Alemanha, Canadá, França, Itália, Japão e Reino Unido.

**Gráfico 1 – Taxa média de lucro do mundo e G7, 1963–2008 (indexado, 1963 = 100)
(Tradução nossa).**

Fonte: Carchedi e Roberts, 2013

Como pode ser visto no gráfico 1, a taxa mundial atingiu uma baixa em 1975 e, em seguida, cresceu até 1989-1990. Desde então, ela tem sido estática ou ligeiramente em queda, não voltando ao seu auge da década de 1990. O que se destaca mais no gráfico é a divergência, cada vez maior, entre a taxa mundial e a dos países do G7. Isso pode indicar que as economias “não G7” têm desempenhado um papel cada vez maior na manutenção da taxa de lucratividade; enquanto as economias capitalistas do G7 estão em queda desde o final da década de 1980 e, certamente, a partir de meados da década de 1990.

Os autores Carchedi e Roberts descrevem, então, que:

A globalização foi a principal força dos fatores de “contrataque” que dominou na década de 1990. O capitalismo tornou-se verdadeiramente global no final do século 20, período que foi semelhante, mas muito mais poderoso do que no final do século 19. O enorme aumento do investimento capitalista nas chamadas “economias capitalistas emergentes” trouxe para o modo de produção capitalista, pela primeira vez, uma enorme oferta de camponeses e de trabalho não-capitalista, e, por vezes, a um abaixo custo do valor da força de trabalho dos países dominantes, ou seja, super-exploração. No entanto, os dados sugerem que os fatores de compensação já não são suficientes para elevar a taxa de lucro para o mundo agora. Além disso, a destruição de capital será necessária através de outra queda significativa no capitalismo global para aumentar a rentabilidade (CARCHEDI & ROBERTS, 2013, p. 91).

Retomando os aspectos do neoliberalismo, Harvey (2007) descreve como tal processo ocorreu por meio de práticas de políticas econômicas que afirmavam que o bem-estar humano só poderia ser promovido por meio da maximização das liberdades empresariais dentro de um quadro institucional caracterizado por direitos de propriedade privada, liberdade individual, mercados livres e livre comércio.

Assim, segundo o autor:

[...] o Estado deve preocupar-se com a qualidade e a integridade da moeda. Ele também deve estruturar aquelas funções militares, de defesa, policiais e jurídicas necessárias para garantir os direitos de propriedade privada, e para apoiar o funcionamento livre dos mercados (HARVEY, 2007, p. 1).

Esta “remodelação” do Estado e, conseqüentemente, da estrutura econômica e social foi realizada globalmente, afetando diferentemente os diversos países capitalistas. Algumas instituições globais foram fundamentais para que a força da transformação necessária se mantivesse. Harvey (2007) destaca:

As regras instituídas pela OMC (regulando o comércio mundial) e pelo FMI (regulando as finanças internacionais) estabeleceram o neoliberalismo como padrão de regulação global. Todos os países que aderiram à OMC ou ao FMI concordaram em se submeter a essas regras (embora com um ‘período de graça’, para permitir um ajustamento suave) ou a serem severamente castigados (HARVEY, 2007, p. 3).

Esses suaves ou severos ajustes tiveram como foco, fundamentalmente, as políticas que garantiam o direito ao acesso universal. Neste sentido, é importante entender o processo do desenvolvimento do capitalismo e sua “forma” de neoliberalismo como um avanço na restauração do poder de classe (da elite econômica).

Após esse rápido debate sobre a ocorrência das crises, que entendemos como estruturais, avançamos para as seções do capítulo. Na primeira parte nos debruçaremos sobre os ciclos econômicos identificados por Keynes e outros autores keynesianos, sobre como as crises se desenvolvem em seu interior, já considerando as críticas feitas pelo autor aos ideais liberais, principalmente, ao conceito de equilíbrio da economia e as relações entre investimento e emprego, renda e consumo.

Já na segunda parte deste capítulo, ao nos aproximarmos do trabalho de Kalecki e de outros autores brasileiros que o utilizam, adicionaremos à discussão as relevantes e fundamentais diferenças sobre o consumo dos trabalhadores e o dos capitalistas, que geram consequências diretas sobre o grau de investimento e, principalmente, do emprego

e renda (salários e lucros). É nesta parte do capítulo que usamos algumas análises de Kalecki para a introdução da tensão que ocorre entre os proprietários dos meios de produção, aqui nomeados “líderes empresariais”, e os trabalhadores que, por vezes, terão seus direitos ou políticas sociais desenvolvidos para uma manutenção mínima da força de trabalho, afetada pela decisão de “manter a ordem nas fábricas, ao invés de aumentar os lucros”.

Assim, da contribuição de Kalecki passaremos à análise realizada por Marx, adicionando a ela situações contemporâneas do mundo e do Brasil, a fim de investigar os efeitos que o investimento do Estado, ou mesmo o privado, geram sobre as taxas de lucratividade e como pode ocorrer uma tendência na queda da taxa média de lucro de forma global ou de um dado país.

2.1. OS CICLOS ECONÔMICOS E AS CRISES NA OBRA DE KEYNES

Enfatiza-se aqui a produção de John Maynard Keynes sobre o pensamento econômico na direção da necessidade de intervenção estatal como meio de alcançar a estabilidade dos ciclos econômicos, uma vez que as crises estruturais se repetem e se intensificam (frequência e intensidade) durante o passar dos anos.

No prefácio do seu livro “A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda”, Keynes (1996) afirma o seguinte:

Acredito que a economia em toda parte, até recentemente, tenha sido dominada, muito mais do que compreendida, pelas doutrinas associadas ao nome de J. B. Say. É verdade que a “lei dos mercados” dele já foi abandonada há tempo pela maioria dos economistas, mas eles não se livraram de seus postulados básicos, particularmente de sua ideia errônea de que a demanda é criada pela oferta. Say estava supondo implicitamente que o sistema econômico está sempre operando com sua capacidade máxima, de forma que uma atividade nova apareceria sempre em substituição e não em suplementação a alguma outra atividade. Quase toda a teoria econômica subsequente tem defendido, no sentido de que ela tem exigido, esse mesmo pressuposto. No entanto, uma teoria com essa base é claramente incompetente para enfrentar os problemas do desemprego e do ciclo econômico (KEYNES, 1996, p.40).

Assim, por meio dessa crítica elaborada à *Lei de Say*, ou seja, as economias monetárias de produção, definição dada por Keynes ao sistema capitalista, estão inerentemente sujeitas às trajetórias históricas cíclicas, com subseqüentes momentos de expansão e de contração da riqueza social.

Para Keynes a função das políticas econômicas é a de estabilizar os ciclos econômicos e, por conseguinte, permitir uma dinâmica estável do sistema econômico, evitando a queda da riqueza social.

Ainda sobre a produção de Keynes, destaca-se a necessidade do diálogo com a própria estrutura do capitalismo e nele, seu aspecto mais impactante: as crises. O autor destaca:

“...para que a nossa explicação seja adequada, devemos incluir outra característica do chamado ciclo econômico, ou seja, o fenômeno da crise — o fato de que a substituição de uma fase ascendente por outra descendente geralmente ocorre de modo repentino e violento, ao passo que, como regra, a transição de uma fase descendente para uma fase ascendente não é tão repentina. Qualquer flutuação no investimento, não compensada por uma variação correspondente na propensão a consumir, resulta, necessariamente, numa flutuação no emprego. Portanto, dado que o fluxo de investimento está sujeito a influências bastante complexas, é muito improvável que todas as flutuações, tanto as do próprio investimento como as da eficiência marginal do capital, sejam de caráter cíclico” (KEYNES, 1996, p. 273).

A realidade social para Keynes é a economia monetária da produção, em que um indivíduo, ou seja, o empresário, é o agente que toma decisões de investimentos produtivos e, ao concretizá-las, gera emprego, renda – inclusive, ao setor público – e riqueza. Porém, aquele mesmo agente em sua decisão de investir é confrontado pela incerteza sobre o futuro e, assim, surge a dúvida se deve ou não investir sua moeda em equipamentos, bens de capital e emprego.

Keynes mantém sua visão sobre a dinâmica do mundo real associada à sua teoria da probabilidade. Os empresários tomam suas decisões a partir do conjunto de conhecimento direto, transformando-o em proposições sobre a ocorrência de um evento (confiança). Assim, quanto maior o conjunto de conhecimento, maior será o peso que seu argumento terá e mais confiante ele estará em abrir mão de sua riqueza no presente, realizando investimentos produtivos e apostando, assim, em conseguir mais riqueza no futuro.

Keynes, portanto, prescreve modos de condução para a política econômica: o Estado não deve ser retirado dos mercados, mas deve, neles, atuar no sentido de balizar as expectativas dos agentes privados e, dessa forma, manter o ciclo econômico estável por meio da manutenção de um nível de investimentos compatível com o alcance do pleno emprego.

Para tanto, o Estado deve sustentar o nível de demanda efetiva⁴ vigente no sistema econômico, seja por políticas de renda que incentivem o consumo, seja, em especial, por uma agenda de investimentos públicos que ofereça âncora às esperanças de receitas futuras dos empresários.

Para que o Estado tenha condições financeiras de estimular, direta e indiretamente, a demanda efetiva, utilizamos de Terra (2011) que indica de forma objetiva:

Keynes propôs a criação de um orçamento público bipartite: o corrente e o de capital. O primeiro, que se refere aos gastos de manutenção de um Estado e seus serviços públicos, deveria auferir superávits constantes. Por sua vez, o de capital seria o orçamento relacionado aos investimentos estatais para a conservação do trilho equilibrado do sistema econômico. Ele deveria, quando requerido pelo ciclo econômico, ser deficitário, dado o papel nevrálgico que os investimentos representam na estabilidade da economia. Os déficits de capital seriam financiados *prima facie* pelos saldos positivos acumulados no orçamento corrente e, no longo prazo, pelos próprios efeitos multiplicadores do investimento sobre a geração de renda na sociedade bem como pelos retornos dos investimentos públicos (TERRA, 2011, p. 19).

De forma geral, os ciclos econômicos, com uma fase de superávit primários e outra de déficits, seriam equilibrados com uma poupança do Estado num primeiro momento e com o uso desta num segundo momento. No caso brasileiro não temos essa política econômica em vigência.

Cabe destacar que esta tese desenvolve e apresenta os efeitos dos multiplicadores econômicos relacionados ao gasto público, mais especificamente no setor saúde, como tratados por Keynes, no capítulo 4. Assim, os efeitos multiplicadores e os ônus sobre o processo de endividamento público serão mais detalhados posteriormente.

Dada a necessidade de expansão e manutenção dos investimentos públicos, há um constante desequilíbrio fiscal com consequente expansão da dívida líquida do setor público. É questionável então, se os gastos financeiros funcionam para sustentar a demanda efetiva ou para estimular o crescimento da riqueza social.

Segundo Terra (2011):

As despesas financeiras detiveram como contrapartida o lucro monetário dos agentes atuantes no sistema financeiro, funcionando como transferências de recursos do setor público ao privado, notadamente à iniciativa privada relacionada ao sistema financeiro. A política monetária

⁴ Segundo Keynes, a demanda efetiva é o ponto de interseção da função da demanda agregada com o da oferta agregada. Isto quer dizer que a demanda efetiva, em vez de ter um único valor de equilíbrio, comporta uma série infinita de valores, todos igualmente admissíveis, e que o volume de emprego é indeterminado, salvo na medida em que a desutilidade marginal do trabalho lhe fixe um limite superior (KEYNES, 1996, p. 56).

responsabilizou-se por este processo, pois, para efetivar-se, precisou precificar a preferência pela liquidez dos agentes, oferecendo-lhes a possibilidade de arbitrarem seus lucros monetários contra o setor público (TERRA, 2011, p. 17).

Tal afirmação do autor se baseia na análise da dívida líquida do setor público no Brasil pós-real. Os resultados indicaram que os gastos financeiros não estimularam a demanda efetiva, ocorrendo enfim a compressão da demanda tanto em termos de consumo quanto no que toca ao investimento.

Keynes dá aos gastos públicos não financeiros (investimentos públicos e as políticas de transferência de renda) uma importância enquanto estabilizadores automáticos do ciclo econômico, argumentando que deveriam ser mais restringidos para financiar os gastos financeiros da política monetária.

Novamente destaca-se que a redução dos gastos não financeiros pode implicar na estagnação ou queda do crescimento econômico, que redundariam em piora da situação fiscal.

Concordamos com a afirmativa de Terra (2011) que indica a causalidade entre dívida pública e gastos financeiros como sendo o cerne da diferença entre as perspectivas de análise: a dívida pública é causada pelos gastos financeiros.

É necessário destacar que o *mainstream* teórico da ciência econômica vigente decorre das ideias clássicas, neoclássicas e novoclássicas, entendendo que a causa da dívida pública parte da elevação dos gastos primários que acabam pressionando os gastos financeiros (ALVES, 2018).

Colocadas as questões da necessidade de intervenção do Estado na economia capitalista, a fim de controlar e manter estáveis os ciclos econômicos e evitar as crises, vinculamos uma análise de Oliveira (1998) sobre a estruturação do Estado de bem-estar keynesiano.

Para o autor, essa nova configuração e ordenamento da economia, inauguraram um padrão determinado de financiamento público. O fundo público tornou-se uma via de mão dupla, pois por um lado financia a acumulação capitalista (por meio de subsídios, recursos para pesquisa etc.) e, por outro, financia a reprodução da força de trabalho (educação, saúde, previdência social etc.).

Santo (2016) pontua de maneira objetiva:

Todas essas “benesses” conquistadas, ora por pressão dos trabalhadores organizados, ora pela necessidade da própria existência do capital não

exauri-los, possuem um alto custo, o que faz as despesas públicas se expandirem significativamente (SANTO, 2016, p. 30).

Na mesma linha de análise, Mendes (2014) descreve a formação do fundo público no desenvolvimento do Estado de bem-estar social nos países centrais do capitalismo, principalmente após a Segunda Guerra Mundial:

“...o fundo público foi o fundamento das políticas macroeconômicas, tornando-se um mecanismo-chave no processo de acumulação capitalista, assegurando, inclusive, a fortificação de uma política anticíclica, por meio do reforço da capacidade de financiamento das políticas sociais. A rigor, até hoje, o fundo público tem exercido importante função para a manutenção da expansão do capitalismo e a garantia de seu contrato social (MENDES, 2014, p. 1186).

Assim, a formação das políticas de bem-estar social ocorre por meio de políticas anticíclicas de matriz keynesiana (como já descritas anteriormente), marcando um novo padrão de financiamento público da economia capitalista, fazendo com que a esfera pública passe a utilizar o fundo público.

Segundo a interpretação de Oliveira (1998), o surgimento do capitalismo não teria sido possível sem o apoio incondicional dos recursos do Estado, ao assegurar o processo de acumulação primitiva do capital.

Esses contrapontos e ressalvas sobre o papel do Estado diante do capitalismo, não tão explícitos em Keynes, têm a função de ressaltar os desafios de desenvolver políticas econômicas e sociais num sistema instável e que “sobrevive” por meio de crises cíclicas.

Outro fundamental conceito que Keynes explorou e desenvolveu em seus escritos são os multiplicadores econômicos. No “Capítulo 10 - A Propensão Marginal a Consumir e o Multiplicador” (Keynes, 1996), ele introduz:

Demonstramos no capítulo 8 que o emprego só pode aumentar *pari passu* com o investimento, a não ser que haja uma mudança na propensão a consumir. Podemos levar esta ideia um pouco mais adiante, pois, em dadas circunstâncias, é possível estabelecer uma relação definida, que chamaremos multiplicador, entre a renda e o investimento, e, sujeita a algumas simplificações, entre o emprego total e o emprego diretamente ligado ao investimento (a que chamaremos emprego primário) (KEYNES, 1996, p. 121).

Essas relações dos efeitos de investimentos sobre o emprego, renda e propensão a consumir já introduzem os apontamentos feitos anteriormente das funções dos gastos públicos ante as crises econômicas, no sentido de estabilizar, minimamente os ciclos econômicos.

Keynes (1996) estabelece, aqui colocado de forma geral, que o aumento inicial da riqueza, em decorrência da passagem de recursos de um indivíduo para outros no ato de investir, é capaz de gerar um circuito de gastos e, então, novos aumentos de renda por meio do efeito multiplicador dos investimentos. Em conjunto, essa multiplicação da renda amplia o estado de confiança dos empresários de que suas apostas concretizar-se-ão em receitas futuras que remuneram os gastos já efetivados.

Keynes (1996) destaca ainda:

O multiplicador diz em que proporção terá de aumentar o emprego para provocar um acréscimo na renda real suficiente para induzir o público a realizar uma poupança adicional, e é função de suas propensões psicológicas. Se a poupança é a pílula e o consumo é a geléia, a geléia extra tem de ser proporcional ao tamanho da pílula adicional. Se as tendências psicológicas do público são realmente as que supomos, estabelecemos aqui a lei de que o aumento de emprego consagrado ao investimento estimula necessariamente as indústrias que produzem para o consumo, determinando, assim, um aumento total do emprego que é um múltiplo do emprego primário exigido pelo próprio investimento (KEYNES, 1996, p. 124).

Neste trecho a indicação da poupança adicional já se relaciona diretamente ao investimento que será realizado. Algumas ressalvas serão feitas sobre essa relação imediata entre poupar e investir no próximo item desta parte.

Por fim, trazemos uma colocação de Pires (2014) sobre a importância, cada vez mais dada, ao tema dos multiplicadores junto aos ciclos econômicos:

O impacto da política fiscal sobre o crescimento econômico tem sido revisitado nos últimos anos em decorrência do renovado interesse dos economistas em reavaliar esse instrumento de política em circunstâncias de restrição da política monetária. Tais multiplicadores foram objeto de calorosa controvérsia dando impulso a uma renovada literatura que buscou estabelecer novas e melhores evidências empíricas. Diante dessas evidências recentes, a ideia keynesiana de que multiplicadores fiscais podem ser elevados em momentos de recessão voltou a ganhar corpo (PIRES, 2014, p. 82).

É com essa última afirmação que trazemos para debate a necessidade de ampliar e intensificar os argumentos para a estabilização dos ciclos econômicos a partir dos multiplicadores, e neles, a importância do gasto público, principalmente na forma de investimentos em políticas públicas universais.

2.2. A DINÂMICA ECONÔMICA E OS “LÍDERES EMPRESARIAIS” EM KALECKI

Torna-se importante apresentar alguns contrapontos e entendimentos que Michal Kalecki desenvolveu sobre a dinâmica econômica, tendo por vezes uma relação com a teoria keynesiana.

O arcabouço teórico construído por Kalecki tem muitos aspectos condizentes com o de Keynes, dentre os quais se destaca a crítica contra o modo de funcionamento da economia por meio da *Lei de Say*, já destacada na seção anterior, mas que retomamos, rapidamente, como uma postulação que entende que a demanda, em termos agregados, é consequência da criação de oferta. Como já colocado por Keynes, a Demanda Efetiva gera o conceito oposto, pois a demanda é uma variável independente.

Na apresentação da “Teoria da Dinâmica Econômica - Ensaio sobre as mudanças cíclicas e a longo prazo da Economia Capitalista de Kalecki” (1977), Jorge Miglioli descreve:

Apesar de Kalecki ter formulado diversos modelos de ciclos, seu princípio básico é sempre o mesmo. A variável estratégica na explicação do nível da atividade econômica, seja num ano ou seja ao longo do tempo, é o investimento. É essa variável que, através do seu efeito multiplicador, determina o volume geral dos gastos (isto é, da demanda efetiva) e, assim, a renda nacional num dado ano. É essa variável que, adicionada ao existente estoque de capital, amplia a capacidade produtiva e permite o crescimento econômico de longo prazo. Por fim, é essa variável que, com suas oscilações, gera os ciclos econômicos (Kalecki, 1977, apud Miglioli, 1977, p. 21).

E quando vinculada a crise ao processo dos ciclos econômicos, Kalecki (1977) analisa:

Vemos que a pergunta ‘Que causa as crises periódicas?’ poderia ser respondida brevemente: é o fato de que o investimento não apenas é produzido mas também é produtor (Kalecki, 1977, apud Miglioli, 1977, p. 21).

A função da demanda agregada, fundamental para determinar o nível da renda agregada, é considerada, tanto por Keynes quanto por Kalecki. Indicam ainda que a economia não funciona necessariamente com o pleno emprego dos fatores de produção, permitindo que expansões na demanda sejam acomodadas com aumentos na produção e no emprego.

Para reafirmar os condicionantes mais gerais da crise, utilizamo-nos novamente das colocações feitas por Miglioli (Kalecki, 1977, apud Miglioli, 1977, p. 21) sobre os

motivos da causa das crises cíclicas. O investimento considerado como despesa é a fonte de prosperidade, e cada aumento dele melhora os negócios e estimula uma posterior elevação do investimento. Ao mesmo tempo, cada investimento é uma adição ao equipamento de capital, e desde logo compete com a geração mais velha desse equipamento. A tragédia do investimento é que ele causa crise porque é útil. Sem dúvida, muitas pessoas considerarão paradoxal essa teoria; mas não é a teoria que é paradoxal, e sim seu objeto: a economia capitalista

Ainda, consideram que o investimento é a variável chave para a determinação do nível do produto e seu caráter instável é que explicaria as flutuações que ocorrem na economia.

Para nossa análise, destacaremos uma diferença importante entre a produção dos autores. Para Keynes não há distinção entre classes sociais na questão da distribuição de renda e sua função consumo agregado pressupõe que essa distribuição esteja dada. Para Kalecki, há uma construção a partir da divisão da sociedade entre trabalhadores e capitalistas, com o objetivo de explicar o papel da distribuição funcional da renda entre salários e lucros na determinação do consumo e da própria renda agregada. Kalecki descreve:

Podemos considerar em primeiro lugar os determinantes dos lucros em um modelo fechado, no qual tanto os gastos do setor público como a tributação sejam desprezíveis. O produto nacional bruto, portanto, será igual à soma do investimento bruto (em capital fixo e estoques) e o consumo. O valor do produto nacional bruto será dividido entre trabalhadores e capitalistas e nada, praticamente, será pago como impostos. A renda dos trabalhadores consiste em salários e em ordenados. A renda dos capitalistas (ou lucros brutos) engloba a depreciação e lucros não distribuídos, dividendos e saques não operacionais, aluguéis e juros. Temos assim o seguinte balanço do produto nacional bruto, no qual fazemos a distinção entre o consumo dos capitalistas e o consumo dos trabalhadores (KALECKI, 1977, p. 61).

O consumo, para ambos os autores, é determinado preponderantemente pela renda. Contudo, a propensão marginal a consumir de Keynes é explicada para a sociedade como um todo e apresenta um valor entre zero e um; enquanto Kalecki faz uma distinção entre o consumo dos trabalhadores e o consumo dos capitalistas.

Nesse arcabouço apresentado por Kalecki, os trabalhadores gastam toda sua renda, fazendo com que sua propensão marginal a consumir seja igual a um, ou seja, adota-se a hipótese simplificadora de que os trabalhadores não poupam e nem têm acesso ao sistema

de crédito, implicando que a demanda por bens de consumo para trabalhadores é totalmente determinada pelos salários.

Assim, o consumo capitalista não é tão simplificado, apresentando um componente autônomo em relação à renda e outro dependente dos lucros passados com um lapso de tempo, porém, com uma propensão marginal entre zero e um.

Quando a função da distribuição da renda é analisada por Kalecki, é um fenômeno de ordem microeconômica. Ainda assim, constitui-se num importante parâmetro para a determinação do nível de produto. Para o autor, esse segundo processo tem como elemento essencial o princípio da demanda efetiva, segundo o qual são os gastos que determinam a renda.

Kalecki (1977) rejeita a suposição ortodoxa de produto dado, visto que esta se baseia nas premissas de determinação do produto por uma função de produção fundamentada em capital e trabalho e de pleno emprego dos fatores de produção que, em conjunto, implicam na determinação de um produto de pleno emprego.

Para análise do efeito ou não da distribuição de renda, Kalecki (1977) propõe então um modelo departamental baseado nas equações marxistas de reprodução para demonstrar que um aumento global de salários não implica a redução dos lucros totais.

Para tanto, Kalecki (1977, p. 66) adota um modelo de três setores verticalmente integrados, que produzem respectivamente bens de investimento, DI, bens de consumo para os capitalistas, DII, e bens de consumo para os trabalhadores, DIII. Adota-se ainda as hipóteses simplificadoras de abstração da poupança dos trabalhadores e da ausência de governo e comércio externo.

No fluxo de circulação de capital, a produção de cada setor, bem como a soma dos lucros e salários setoriais representam o produto e a renda gerados no país. Definindo P_1 , P_2 e P_3 como os lucros brutos de cada departamento, e W_1 , W_2 e W_3 como os respectivos salários, temos que P e W são os respectivos lucros totais e salários totais. O consumo dos capitalistas é representado por C_k , o consumo dos trabalhadores por C_w , o investimento bruto por I e a renda nacional bruta por Y , conforme quadro 1 a seguir:

Quadro 1 – Matriz Departamental

DI	DII	DIII	Total
P_1	P_2	P_3	P
W_1	W_2	W_3	W
I	C_k	C_w	Y

Fonte: Elaboração própria.

Assim, é possível observar que os lucros do departamento produtor de bens de consumo para os trabalhadores são iguais aos que os trabalhadores dos demais setores recebem de salários, dada a hipótese de que os trabalhadores gastam tudo o que ganham: $P_3 = W_1 + W_2$. Somando P_1 e P_2 em ambos os lados, ocasiona então que: $P_1 + P_2 + P_3 = P_1 + W_1 + P_2 + W_2$; o que significa que $P = I + C_k$. Ademais, dada a distribuição da renda nos três setores, representada respectivamente por:

$$w_1 = \frac{W_1}{I}; w_2 = \frac{W_2}{C_k}; w_3 = \frac{W_3}{C_w}$$

O consumo dos trabalhadores pode ser representado por:

$$C_w = \frac{w_1 I + w_2 C_k}{1 - w_3}$$

Daí, depreende-se que:

$$Y = I + C_k + C_w = I + C_k + \frac{w_1 I + w_2 C_k}{1 - w_3}$$

Pode-se dizer, então, que:

O que foi dito acima esclarece o papel dos “fatores de distribuição”, isto é, os fatores que determinam a distribuição da renda (como o grau de monopólio) na teoria dos lucros. Dado que os lucros são determinados pelo consumo e investimento dos capitalistas, é a renda dos trabalhadores (igual aqui ao consumo dos trabalhadores) que é determinada pelos “fatores de distribuição”. Dessa forma, o consumo e o investimento dos capitalistas, em conjunto com os “fatores de distribuição”, determinam o consumo dos trabalhadores e, conseqüentemente, a produção e o emprego em escala nacional. A produção nacional se deslocará para cima até o ponto em que os lucros dela auferidos de acordo com os “fatores de distribuição” forem iguais à soma do consumo e do investimento dos capitalistas (KALECKI, 1977, p. 67).

Com base no que foi apresentado, é possível demonstrar que um aumento real generalizado de salários não implica redução nos lucros globais. Até então, o modelo desenvolvido por Kalecki não considerava outros dois departamentos necessários à nossa análise, porém o próprio autor continua:

O produto nacional bruto então é igual à soma do investimento bruto, consumo, gastos do Governo com bens e serviços, e o saldo da balança comercial (exportação menos importação). ("Investimento" aqui quer dizer investimento privado, sendo que os investimentos públicos se enquadram no item “gastos do Governo com bens e serviços”.) Uma vez que o valor total da produção é dividido entre capitalistas e trabalhadores ou pago em impostos, o valor do produto nacional bruto do lado da renda será igual aos lucros brutos depois de deduzidos os impostos, salários e ordenados depois

de deduzidos os impostos, mais todos os impostos, tanto diretos como indiretos (KALECKI, 1977, p. 68).

Dado o enunciado, temos que os lucros são iguais ao investimento mais o saldo da balança comercial, mais o déficit orçamentário, menos a poupança dos trabalhadores, mais o consumo dos capitalistas.

É possível concluir daí que um acréscimo do saldo da balança comercial elevará os lucros, desde que os demais componentes não se alterem, e:

O déficit orçamentário tem efeito semelhante ao de um saldo positivo na balança comercial. Ele também permite um aumento dos lucros acima do nível determinado pelo investimento privado e pelo consumo dos capitalistas. Em um certo sentido, o déficit orçamentário pode ser considerado um saldo positivo da balança comercial artificial. No caso do déficit orçamentário, o setor privado da economia recebe mais através dos gastos do Governo do que paga em impostos. A existência de um déficit orçamentário significa um aumento do valor devido pelo setor público ao setor privado da economia. Esses dois excedentes da receita sobre as despesas geram lucros da mesma forma (KALECKI, 1977, p. 71).

Com essa expansão da análise de Kalecki e o nosso interesse em investigar os efeitos dos gastos públicos sociais, principalmente os realizados no setor da saúde, é necessário entender os efeitos sobre o lucro dos capitalistas, que “ganham” com a expansão dos déficits orçamentários.

Com esta última citação que apresentamos de Kalecki pode-se perceber o efeito catastrófico das isenções fiscais que os governos podem realizar para os capitalistas. Com a queda nos impostos, cairá também o lucro dos donos do capital. Sobre esse assunto abordaremos de forma mais detalhada nos capítulos 3 e 4 deste trabalho, sendo que neste último serão analisados os efeitos no setor Saúde.

Esse fluxo dentro dos ciclos econômicos sobre a força e intervenção no Estado dos interesses capitalistas, na lógica da defesa dos lucros, passa por decisões políticas que os governos tomam, ou são “levados” a tomar, sobre o tipo de política fiscal que executarão.

Para alguns casos europeus, Noiye e Conti (2016) argumentam, após análises das decisões sobre as políticas econômicas adotadas diante da crise nos últimos anos, a seguinte situação:

As análises realizadas sobre o caso europeu indicam que o estímulo à demanda autônoma poderia advir de uma política fiscal expansionista (aumento do gasto público ou desoneração tributária) e/ou do aumento das exportações líquidas mediante reduções nos salários ou no mark-up. Na égide da austeridade fiscal, porém, restam apenas as possibilidades de

ajustes salariais ou nas margens de lucro. Portanto, ainda que as alternativas sejam restritas, chega-se, ao fim das análises a duas opções. No entanto, os economistas conservadores e a mídia em geral só tratam da primeira das opções supracitadas, qual seja, o ajuste salarial. Fica claro, portanto, que se trata de uma escolha política (NOIJE & CONTI, 2016, p. 25).

Os autores relatam diretamente que a crise está acentuando o conflito distributivo no campo de redução de salários e empregos. Assim, a preocupação não parece ser com a retomada do dinamismo econômico, mas com a redução das perdas por parte dos capitalistas. Noiye e Conti (2016) indicam que, esses períodos críticos, são caracterizados por uma ofensiva liberal, com o intuito de reduzir os direitos trabalhistas e de aumentar a concorrência do mercado.

Ainda sobre a relação das teorias e métodos de análise de Keynes e Kalecki, utilizamos da produção de Robinson (1978) que indica o fato de Kalecki ter formulado o princípio da demanda efetiva antes de Keynes.

A autora descreve que, já em 1933, no esboço de uma teoria do ciclo econômico, ele mostrara, antecedendo a “Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda” (Keynes, 1996), publicada em 1936, que a demanda concretizada comanda a geração da renda na economia capitalista. Sendo assim, não é a oferta que cria a sua própria procura, tal como reza a *Lei de Say*.

Se Keynes não fora capaz de se libertar dos esquemas que permitem pensar a economia capitalista em equilíbrio, Kalecki fora mais longe, pois formulara uma teoria dinâmica em que o nível de atividade oscila com o ciclo econômico (ROBINSON, 1978). Ao fazê-lo, por isso, não raciocinara com base na noção de multiplicador de emprego, mas considerara – o que é crucial – “o mecanismo dos ajustamentos dos estoques de capital, tomado agora como base de todas as modernas teorias dos ciclos econômicos” (p. 55).

Ainda no contraponto entre Keynes e Kalecki, a autora descreve como aquele não fora capaz de perceber que “nenhuma empresa individual pode comandar uma quantidade indefinidamente ampla de finança a uma dada taxa de juros” (ROBINSON, 1978, p. 57). Kalecki, ao contrário foi capaz de “postular que a quantia de recursos financeiros que uma empresa individual pode obter para fazer investimento [...] depende da razão entre a sua dívida e o seu capital próprio” (Ibidem, p. 57). Sendo assim, o seu crescimento está condicionado tanto pela taxa de lucro quanto pela própria capacidade de reembolso do capital emprestado, a qual diminui mais e mais com o endividamento crescente.

Sobre o entendimento de Prado (2016a) para a afirmação anterior, destaca-se:

Keynes não chegou a esse ponto porque tomou a finança, em tese, como mera servidora funcional da produção, a qual, para ele, consiste inerentemente na geração de valores de uso, isto é, de bens e serviços na linguagem típica da teoria neoclássica, aliás, por ele sempre preferida. Ora, para os seus leitores atentos, essa perspectiva é bem patente já que chamou a economia capitalista de economia monetária de produção, supondo que a finança deve atuar como auxiliar da produção de coisas úteis para o conforto dos seres humanos (PRADO, 2016a, p. 3).

Assim, acompanhando as críticas colocadas acima sobre os limites das análises feitas por Keynes, nos utilizamos da publicação de “Os aspectos políticos do pleno emprego”, escrita em 1943 por Kalecki, para avançar na crítica e análise das formas de ocorrência dos Ciclos Econômicos e correlação de forças, e nela a luta de classes dentro das economias capitalistas.

Kalecki destacou, já no início do texto, a falsa suposição de que um governo manteria, e manterá, o pleno emprego numa economia capitalista se ele sabe como fazê-lo, já considerando as colocações feitas anteriormente nesta seção sobre o aumento dos lucros como consequência do crescimento econômico pautado no aumento do emprego e de salários. Assim, destacamos:

Maior produção e emprego claramente beneficiam não apenas os trabalhadores, mas também os empresários, porque seus lucros crescem. E a política de pleno emprego baseada na despesa governamental financiada por empréstimos não usurpa os lucros, porque não envolve tributação adicional (KALECKI, 1977, p. 54).

O autor segue afirmando que surge, nesse sentido do gasto governamental, uma desconfiança dos grandes empresários sobre a manutenção do pleno emprego. Ele, então, faz a seguinte colocação:

Os empresários, na depressão, sonham com uma expansão econômica; por que, então, eles não aceitam com prazer a expansão “sintética” que o Governo está apto a oferecer-lhes? (KALECKI, 1977, p. 54)

Esse é o ponto central que destacamos sobre a obra de Kalecki, pois nesta tese veremos como as políticas de austeridade, com seu crônico subfinanciamento das políticas sociais, geram efeitos sobre o acesso da população à Saúde Pública concomitante com o congelamento econômico. Assim, Kalecki indica os motivos para a oposição dos “líderes industriais” ao pleno emprego:

(a) a reprovação à interferência pura e simples do Governo no problema do emprego; (b) a reprovação à direção da despesa governamental (para investimento público e subsídio ao consumo); (c) a reprovação às mudanças sociais e políticas resultantes da manutenção do pleno emprego (KALECKI, 1977, p. 55).

Como esta tese se baseia na importância do Gasto Social e da Saúde Pública como forma de enfrentamento da crise do capitalismo contemporâneo no Brasil, aprofundamos na análise de Kalecki sobre o Governo e seu “truque de aumentar o emprego por meio de suas próprias despesas”. É neste processo que os déficits orçamentários se tornam necessários para efetuar a intervenção governamental, porém, para os “líderes industriais” ou “capitães da indústria” é um passo perigoso. Para os donos do capital, “A função social da doutrina da ‘finança sadia’ é fazer com que o nível de emprego dependa do “estado de confiança” (KALECKI, 1977, p. 55).

Há, então, uma necessidade de que os princípios econômicos, vigentes na época da publicação de Kalecki e presentes em nosso atual contexto econômico brasileiro, se realize como intervenção governamental requerendo que “o investimento público seja limitado a objetos que não concorram com o equipamento de capital dos negócios privados: por exemplo, hospitais, escolas, rodovias etc.” (KALECKI, 1977, p. 55). Se tal fato não ocorrer, a rentabilidade do investimento privado se enfraquece e o efeito positivo do investimento público sobre o emprego é anulado pelo efeito negativo do declínio do investimento privado. O autor coloca diretamente:

Essa concepção satisfaz muito bem aos homens de negócio. Mas o âmbito do investimento público desse tipo é estreito, e há o perigo de que o Governo, prosseguindo nessa política, possa ser eventualmente tentado a nacionalizar os transportes ou outros serviços de utilidade pública a fim de ganhar uma nova esfera onde aplicar o investimento. (KALECKI, 1977, p. 55).

É este o ponto preciso que estamos discutindo nesta tese: o investimento público deve se dar em setores econômicos que concorram com os realizados pelos capitalistas, fundamentalmente em áreas sociais como Saúde, Educação, Assistência Social, Previdência, etc.

Como análise geral das propostas de Kalecki, Robinson (1978) afirma como aquele autor havia predito a existência necessária de um “ciclo político econômico” no evoluir da governança democrática (limitada) no pós-guerra: o Estado mostrar-se-ia ativo na formulação de políticas econômicas visando o crescimento, mas o keynesianismo seria oscilante.

O ato de defender o gasto social, como investimento público, se dá na lógica de entender que é incerta a reação dos “homens de negócio” em realizar o investimento privado. Kalecki coloca:

Se a depressão é forte, eles (homens de negócio) podem ter uma visão pessimista do futuro, e a redução da taxa de juro ou do imposto de renda pode então, por um longo período, não exercer qualquer influência sobre o investimento e, portanto, sobre o nível de produção e de emprego (KALECKI, 1977, p. 59).

Além da incerteza sobre investir ou não, há a fundamental questão da necessidade dos líderes empresariais apreciarem mais a “disciplina nas fábricas” e a “estabilidade política” do que os lucros. Seu instinto de classe lhes diz que, de seu ponto de vista, um pleno emprego durável é insano, e que o desemprego é uma parte integrante do sistema capitalista normal (1977, p. 59).

É necessário trazer, por fim, a conclusão de seu texto:

Na depressão, ou pela pressão popular ou mesmo sem ela, o investimento público financiado por empréstimo será adotado para evitar o desemprego em larga escala. Mas se forem feitas tentativas de aplicar esse método a fim de manter o alto nível de emprego alcançado na subsequente prosperidade, é provável que haverá uma forte oposição por parte dos “líderes empresariais”. Nessa situação é provável a formação de um poderoso bloco de grandes empresários e rentistas, que encontraria mais de um economista para declarar que a situação é claramente enferma. A pressão de todas essas forças, e em particular das grandes empresas, muito provavelmente induziria o Governo a retomar à política ortodoxa de corte do déficit orçamentário. Seguir-se-ia uma recessão, na qual a política governamental de despesa voltaria a seu sentido próprio (KALECKI, 1977, p. 60).

Essa mudança de orientação de política econômica na economia já é observada no quadro político-econômico brasileiro. Silva (2016) descreve, em um artigo que será explorado mais intensamente no capítulo 3, o processo indicado por Kalecki:

Diante de uma taxa de desemprego de 4,5% e ganhos sociais expressivos, diversos economistas brasileiros caracterizaram a situação da economia em 2014 como enferma, sendo necessário flexibilizar o mercado de trabalho, isto é, gerar desemprego. Essa flexibilização deve ser feita via corte de salários como afirmou Armínio Fraga em entrevista à Folha de São Paulo em setembro de 2014, e que na perspectiva de Samuel Pessoa deve ser de 10%. Porém, para cortar salários é preciso gerar desemprego, e isto deve ser realizado através de corte dos gastos públicos e até mesmo corte em gastos sociais como argumentou Gustavo Franco em entrevista à Revista Época em outubro de 2015 (SILVA, 2016, p. 135).

O que ocorreu no Brasil em 2014 foi a adoção de um ajuste fiscal ortodoxo que seguiu a política econômica restritiva adotada desde o governo Fernando Henrique Cardoso, com a nomeação de Joaquim Levy para a coordenação do Ministério da Fazenda. Silva (2016) relata por fim:

Semelhantemente ao golpe militar de 1964, quando os trabalhadores detinham uma parte significativa na renda, dada a redução dos indicadores de desigualdade de renda e o ganho expressivo dos salários na renda da economia brasileira na última década, no final de 2015, a elite política conservadora com o empresariado tenta o impeachment da presidente Dilma. Sendo assim, 2016 se inicia com perspectiva de novas mudanças para a economia brasileira (SILVA, 2016, p. 135).

Como ponto de finalização de nossas análises em Keynes e Kalecki, se torna crucial o entendimento que Prado (2016a) traz sobre a ampliação do lucro junto ao aumento do emprego e salários (os trabalhadores gastam o que ganham e os capitalistas ganham o que gastam):

Tal “milagre” só pode ser bem explicado – é evidente – retomando a teoria valor de Marx e, assim, a sua crítica do fetichismo da produção capitalista. De qualquer modo, a diferença de perspectiva assim introduzida revela-se como bem notável: ao invés de analisar a economia capitalista por meio da esfera da circulação do capital e, assim, da repartição, passou-se a examiná-la a partir da esfera da produção, não meramente como local da produção de bens e serviços, mas como domínio da produção de valor sob a capa da produção de valores de uso, isto é, de mercadorias. O esquema de geração das rendas de Kalecki passou a ser reinterpretado como mero reflexo superficial da reprodução do capital (PRADO, 2016a, p. 75).

Novamente se destaca que o que está em jogo é a repartição do capital, para além da reprodução deste há uma questão de entender e agir sobre o que se entende como “sistema capitalista normal”, com seu desemprego necessário e acumulação de capital intensa. Essa temática nos remete à análise do contexto do capitalismo contemporâneo em crise.

Neste sentido, utilizamo-nos de Prado (2016a) que faz uma crítica importante sobre a relação que Kalecki fez sobre os modelos econométricos e o materialismo histórico, afirmando que os esquemas de reprodução de Marx não eram mais do que modelos econométricos simples. De fato, Kalecki deveria saber que a sua interpretação era arbitrária, já que os esquemas de reprodução são apresentados em valor e em valor monetário, simultaneamente. Ao contrário, o autor suprimia a primeira dimensão porque

rejeitava explicitamente a noção de valor trabalho de Marx. Eis que a considerava metafísica e, portanto, supérflua (PRADOa, 2016a, p. 71).

2.3. MULTIPLICADOR MARXISTA E A LEI TENDENCIAL DA QUEDA DA TAXA DE LUCRO

Nesta seção do texto iremos organizar um possível contraponto à defesa do gasto público, em forma de investimentos do Estado, por meio da descrição crítica de alguns pesquisadores sobre o que Roberts e Carchedi (2013) convencionaram intitular de “multiplicador marxista”. Tais análises partem do pressuposto keynesiano de que, para se manter as crises sob controle é necessário que o Estado intervenha na economia para manter o nível de investimento estável e garantir o interesse dos capitalistas em investir em novos negócios.

Em “O Capital” (MARX, 2017), as menções sobre os ciclos econômicos (e nele as crises) não são explícitas. Assim, o estudo da teoria marxiana dos ciclos se dá por meio das análises que o próprio Marx faz dos ciclos de produção e/ou reprodução de determinados produtos/serviços realizados em dado momento histórico.

Para Marx, ultrapassada a fase de crise, cada ciclo se renova por meio de fases sucessivas de depressão, reanimação e auge, que desemboca na crise seguinte, a partir da qual se origina um novo ciclo. Temos aqui uma natureza cíclica do movimento da reprodução que tem a causa fundamental no impulso inelutável do capital à sua valorização (valor que se valoriza).

Marx (2017) nos indica quatro aspectos do movimento cíclico, que iremos descrever sinteticamente no quadro 2:

Quadro 2 – Movimentos cíclicos do capital

Desenvolvimento de barreiras próprias do sistema, que surgem da contradição entre o impulso à acumulação do capital e o envoltório cada vez mais estreito das relações de produção capitalistas.	Crescimento desproporcional entre os Departamentos I (produtor de bens de produção) e II (produtor de bens de consumo).
	Exploração dos trabalhadores que rebaixa o nível de consumo das massas ou impede sua elevação nas proporções de uma demanda solvente compatível com a ampliação da oferta.
Autonomização da esfera bancária com relação à esfera produtiva.	O capital bancário pode criar moeda escritural possibilitando a expansão do crédito em ritmo mais veloz do que o da produção real (bolhas financeiras). Como consequência, há um aumento da especulação que não guarda relação com condições viáveis de realização das mercadorias produzidas e, portanto, de sua conversão em capital dinheiro.
Suficiência de estruturas técnico-materiais para o movimento cíclico.	No processo de renovação periódica do capital fixo (máquinas, materiais, tecnologia, etc.), é necessário um investimento de capital para superar o desgaste físico e a obsolescência tecnológica.
Ocorrência das crises.	As crises cíclicas não se desencadeiam por efeito da insuficiência da demanda solvente (ou demanda efetiva, como destacou Keynes e Kalecki), mas sim na fase de auge, em que a oferta de empregos e os salários sobem aos patamares mais altos possíveis. Assim, a crise não se segue a uma queda do consumo, porém, muito ao contrário, à sua elevação mais acentuada nas condições específicas do capitalismo.

Fonte: Marx (2017) - adaptado.

A partir do quadro 2 podemos identificar que, com a elevação dos salários, já considerando que não há mais um exército industrial de reserva, ou situação de pleno emprego, há uma redução na taxa de mais-valia e, por conseguinte, da taxa de lucro. Assim ocorre uma desaceleração do processo de acumulação do capital. De fato, vemos como a superacumulação do capital traz consigo o agravamento da desproporcionalidade entre os dois departamentos da produção social (bens de produção e bens de consumo) e a superprodução de mercadorias postas à venda, provocando uma insuficiência de demanda e crise de realização.

Portanto, podemos concluir a partir das reflexões feitas que a insuficiência da demanda não constitui causa, mas consequência da superprodução, entendida, antes de tudo, como superprodução de capital. A expansão da produção, além das barreiras erguidas pelo próprio capital, incide na esfera do crédito e termina por suscitar drástica retração das disponibilidades líquidas, o que, por sua vez, agrava a retração dos investimentos (MARX, 2017).

Assim, os ciclos econômicos já debatidos neste capítulo sob a análise de Keynes e de Kalecki tomam novos rumos, pois consideramos que as crises, como parte dos ciclos, funcionam como processo de reequilíbrio do sistema capitalista. Entretanto, o equilíbrio é momentâneo e só se efetiva mediante destruição das forças produtivas até então acumuladas como: a) depreciação das mercadorias; b) destruição dos estoques invendáveis; c) surgimento de alto grau de capacidade ociosa nas empresas; d) falência ou absorção de umas por outras empresas; e) desemprego maciço (gerador de um novo contingente do exército industrial de reserva).

Com esses processos desencadeados, se inicia uma nova fase de elevação da taxa de lucro deprimida pela conjuntura anterior e que, ciclicamente, serão os fatores que levarão a economia capitalista a ultrapassar a depressão subsequente à crise e atravessar, mais uma vez, as fases de reanimação e auge do ciclo econômico.

Como vimos, as proposições tanto de Keynes quanto de Kalecki são políticas econômicas induzidas pelo Estado, podendo ser de redistribuição ou políticas de investimentos. Essa estratégia passa ainda por um financiamento que deve ser por meio de capital financeiro e não pelo aumento da exploração da força de trabalho (neste caso seriam políticas neoliberais). Por fim, as políticas de investimento induzidas pelo Estado podem ser civis como obras e serviços públicos, desde que se evite a concorrência com os setores privados ou militares.

A transição de análises entre Keynes/Kalecki e Marx também é marcada pelo uso das palavras “poupança” e “investimento” que têm sentidos diferentes para os autores. Em Keynes, “investir” significa “gastar parte da renda para elevar o nível da renda no futuro”. Em Marx, significa “aplicar capital para obter mais capital”, isto é, “valorizar o valor”. Em Keynes, “poupar” significa “preferir o consumo futuro em relação ao consumo presente”. Em Marx, tende a significar “reservar parte do lucro para acumular, para obter mais lucro”.

Carchedi (2012a, p. 06) demonstra que, uma vez que supomos que os salários líquidos aumentem, mais bens de consumo serão vendidos e os trabalhadores consumirão

mais (dizemos aqui de uma política pró-trabalho, muito distante da realidade brasileira no contexto atual). Na sequência, com a venda de bens de consumo não vendidos estimular-se-ia a produção de meios de consumo, que geraria a demanda por meios de produção. *Um ciclo ascendente começaria*. Essa é a base do reformismo keynesiano, da “colaboração de classes”.

Entretanto, o próprio autor vai colocar um ponto de ruptura com a lógica do ganha-ganha entre capital e trabalho:

Mas o maior consumo do trabalho realmente causa uma maior produção de bens de consumo e depois de bens de produção e, portanto, maior emprego e crescimento econômico? Suponha que alguns bens de consumo não sejam vendidos. Esta é a hipótese por trás do intervencionismo keynesiano (falta de demanda). Nesse caso, salários mais altos causam a venda de bens de consumo não vendidos e não uma maior produção desses bens. A redistribuição keynesiana falha em seus próprios termos, em termos de produção induzida pela demanda e, portanto, emprego e recuperação. Mas o capitalismo não prospera se a produção aumentar, mas se a lucratividade aumentar. Uma vez que introduzimos a lucratividade, tudo muda. Se um capitalista não pode vender sua produção, ele sofre uma perda. Se mais tarde, devido a salários mais altos, essas mercadorias são vendidas, ele realiza o lucro não realizado. Lucros e perdas cancelados. Mas a lucratividade cai (CARCHEDI, 2012a, p. 2, tradução nossa).

Para entendermos tal lógica, o autor propõe que pensemos em alguns passos para chegar à conclusão dada: a) **Setor produtor de meios de consumo:** No argumento keynesiano, todo aumento salarial é gasto (“os trabalhadores gastam o que ganham e os capitalistas ganham o que gastam”) em bens de consumo. Este setor, por um lado, sofre uma perda devido a salários mais altos, mas por outro, pode vender meios de consumo não vendidos por um preço igual. O numerador da taxa de lucro é inalterado. No entanto, o denominador sobe devido ao maior investimento em capital variável. O consumo de trabalho aumenta, mas a taxa de lucro cai. b) **Setor produtor de meios de produção:** Seu numerador diminui (devido a salários mais altos e, portanto, lucros menores) e o denominador aumenta (por causa do maior investimento em força de trabalho). Neste setor o consumo do trabalho também aumenta, mas a taxa de lucro cai. c) Por fim, os salários mais altos no setor produzindo meios de produção levam ao aumento da demanda e do consumo dos trabalhadores daquele setor e, portanto, a um lucro extra para o setor que produz esses meios de consumo. Mas eles também são iguais à perda de capital no primeiro setor. A perda no setor I e o lucro no setor II se anulam.

Vimos que os numeradores dos dois setores retornam ao valor original, por se anularem, entretanto, os denominadores aumentaram. Assim, a Taxa Média de Lucro (TML) cai para os dois setores.

Os salários e, portanto, o consumo pode aumentar sem que os lucros (e não a TML) caiam, aumentando assim a realização de *commodities* produzidas anteriormente. Temos então que o consumo do trabalho aumentou, mas a produção permanece a mesma e a TML cai. “A redistribuição keynesiana falha não apenas em seus próprios fundamentos, produção, mas também em razão da lucratividade; o aumento do consumo do trabalho e o agravamento da crise são dois lados da mesma moeda” (CARCHEDI, 2012a, p. 6, grifo nosso).

Por fim, supondo que os salários continuem subindo até o ponto em que todos os bens de consumo sejam vendidos, dado que há demanda suficiente, não haveria a necessidade de uma “intervenção keynesiana”. Um novo aumento nos salários não estimularia a produção extra de bens de consumo, pois a produção aumenta tanto quanto a rentabilidade se houver demanda para a produção extra, isto é, se a mais-valia pode ser produzida e realizada.

Nesse sentido, os salários mais altos aumentam a demanda por bens de consumo, mas ao mesmo tempo reduzem a taxa de lucro. Assim, se os lucros caírem, dois processos estruturais ocorrerão: 1) Um valor menor de excedente será gerado e reinvestido, e as reservas não serão investidas em atividades cuja lucratividade continua diminuindo; 2) Devido a salários mais altos, os capitalistas mais fracos irão à falência e cessarão a produção, seguindo-se que os capitalistas como um todo reduzirão suas produções, apesar da maior demanda e apesar de seus esforços para atender a essa demanda.

Dada esta lógica, e partindo das premissas já colocadas anteriormente em Keynes e Kalecki, temos que salários mais altos gerarão um maior consumo. No entanto, esse maior consumo não necessariamente gerará uma maior produção, pois no caso de vendas remanescentes, os salários mais altos não afetarão a produção (já que somente a realização de *commodities* já produzidas é estimulada). Enquanto isso, a lucratividade cairá, ainda, a partir do ponto de que toda produção for vendida, salários mais altos diminuirão a rentabilidade e, assim, a produção. A produção é inalterada ou cai, mas a rentabilidade cai em ambos os casos, sendo que os salários mais altos não poderão acabar com a queda, mas piorá-la. “A medicina keynesiana é pior que a doença” (CARCHEDI, 2012a, p. 2, grifo nosso).

O que estamos desenvolvendo aqui é a importância sobre a análise da lucratividade nas abordagens keynesiana e marxista. Em Keynes e em Kalecki, a lucratividade é consequência da maior produção induzida pela demanda, consequência da maior produção física induzida pelo maior consumo. Porém, na abordagem marxista, a maior produção é consequência de maior lucratividade.

Assim, Carchedi conclui:

Se uma demanda maior (induzida por salários mais altos) estimulasse a produção, a economia tenderia a um ponto em que, dada a redistribuição pró-trabalho, a demanda mais alta e a oferta mais alta se igualariam. Este é o ponto em que crescimento e equilíbrio se unem. Essa é a ilusão da economia convencional. Mas se a maior demanda induzida por salários mais altos não estimular a produção, mas, na verdade, provocar sua queda por causa da queda da lucratividade, a demanda e a oferta não poderão ser atendidas e nenhum ponto de equilíbrio poderá ser atingido. Para combater a queda da lucratividade, os salários teriam que aumentar novamente. O resultado é uma sequência descendente de pontos de não-equilíbrio entre demanda e oferta, que são tantas etapas em direção à crise. Ao contrário da abordagem keynesiana, os salários mais altos ao custo do capital contribuem não para o movimento em direção ao equilíbrio e crescimento, mas para o movimento em direção à depressão e às crises (CARCHEDI, 2012a, p. 3, tradução nossa).

Essa conclusão é importante para a política econômica, porque mostra que as políticas destinadas a estimular o crescimento por meio da redistribuição pró-trabalho podem afetar as crises de maneira não esperada. Assim, como um dos aspectos já trazidos por Kalecki, “o fato de que o investimento não apenas é produzido, mas também é produtor das crises” (1977, p. 21), é importante destacarmos os pontos de vista teórico e político que, ao negar que o sistema, dadas as políticas apropriadas de redistribuição, podem tender para o equilíbrio e o crescimento, negando que esse sistema seja racional.

Carchedi (2008) destaca como o argumento mais forte para as políticas keynesianas não é a redistribuição induzida pelo Estado, mas o investimento induzido pelo Estado. O autor considera apenas o investimento financiado pelo capital, porque os investimentos financiados pelo trabalho não são o que os autores keynesianos propõem para acabar com a recessão.

A fim de organizarmos o conceito desenvolvido por Carchedi juntamente com Roberts (Carchedi & Roberts, 2013) sobre o multiplicador marxista, iremos utilizar a figura 1 para demonstrar o processo desencadeado sobre a queda na taxa de lucratividade, a partir de uma redistribuição e investimentos induzidos pelo Estado.

Figura 1 – Políticas Keynesianas e o Multiplicador Marxista – Parte 1

Fonte: Carchedi & Roberts, 2013.

Na figura, como vimos, são distinguidos 2 setores no investimento induzido pelo Estado: setor I, o produtor de obras públicas e o setor II, o resto da economia. A mais-valia, S , é apropriada (tributada) pelo Estado do setor II e canalizada para o setor I para a produção de obras públicas, sendo possível também que, ao invés de tributar a mais-valia, o Estado pode apropriar-se de reservas não utilizadas (poupança do Estado). Mas no que diz respeito ao capital, isso é uma perda e, portanto, uma dedução da mais-valia. Tendo-se apropriado de S do setor II, o Estado paga ao setor I um certo lucro, p , e avança o resto, $S - p$, para o setor I para a produção de obras públicas.

Assim, o Estado recebe obras públicas do setor I com o valor de $S - p + p^*$, em que p^* é a mais-valia gerada no setor I. O setor I percebe seus lucros porque recebeu p do Estado, enquanto p^* pertence ao Estado. Neste ponto, Carchedi & Roberts (2013) destacam:

Sob o capitalismo, o valor só é percebido se e quando é metamorfoseado em dinheiro pela venda do valor de uso no qual ele é incorporado. Como o estado não vende obras públicas (a menos que as privatize, mas a privatização está fora do escopo atual), parece que esse valor permanece potencial, preso a um valor de uso não vendido. No entanto, obras públicas podem perceber seu valor de uma maneira diferente. Seu valor de uso é consumido pelos usuários dessas instalações que, em troca desse uso, devem pagar, em princípio, a parcela do valor contido nas obras públicas que consomem (Carchedi & Roberts, 2013, p. 96, tradução nossa).

Temos então que, uma vez que as obras públicas são totalmente consumidas, o Estado recebe $S+p+p^*$. O Estado percebeu o valor potencial das obras públicas, cobrando capital e força de trabalho pelo seu uso. Essas taxas são uma redução indireta de salários e lucros. O estado ganhou $S-p+p^*$, setor I ganhou p , o setor II perdeu S e o setor privado perdeu $S-p$.

Quando olhamos para a TML, o setor II perde S , mas o setor I ganha p . Em suma, o capital privado perde $S-p$ para o Estado. O numerador da TML diminui nessa mesma proporção e a mais-valia capitalizada adiantada pelo Estado, $S-p$, é investida pelo setor I. Surge então, a fim de determinar o efeito desse investimento na lucratividade, o multiplicador marxista (CARCHEDI, 2012a).

Para produzir obras públicas, o Setor I adquire força de trabalho e meios de produção de outras empresas de ambos os setores. Essas empresas, por sua vez, realizam novas compras de meios de produção e força de trabalho. Sob a hipótese mais favorável para o argumento keynesiano, os investimentos induzidos pelo Estado conseguirão absorver os bens não vendidos e estimular a nova produção.

Como as empresas relacionadas ao processo têm diferentes composições orgânicas (relação entre capital constante e capital variável), três situações podem ocorrer: **1)** O investimento inicial do setor I, mais o efeito cascata em toda a economia, é tal que forma uma seção representativa de toda a economia. Então, a taxa de lucro gerada por ele é igual à média da economia. A TML após esses investimentos não muda e nem o emprego. **2)** A outra situação se dá com a cadeia de investimento parando em um ponto no qual a composição orgânica de todos os capitais investidos (incluindo os iniciais) é maior que a média. Então, a TML diminui e o emprego também. Interessante notarmos que os investimentos serão, predominantemente, destinados às empresas mais eficientes, ou seja, aquelas com maior composição orgânica. Assim, ao vender sua produção mais alta pelo mesmo preço que a produção mais baixa das empresas de menor composição orgânica, eles se apropriam do valor destes últimos e acabam empurrando-os para fora do mercado, piorando a crise. **3)** No caso oposto ao do item 2, em que a composição orgânica

média cai como resultado desses investimentos, a TML e o emprego aumentam. Mas então a política keynesiana ajudou os capitais ineficientes (menos a composição orgânica) a sobreviver, e assim, a política desenvolvida adia a queda em vez de terminá-la.

Para Marx, a tendência pode ser somente “atrasada”, “restrita”, “parcialmente paralisada”, “retardada”, “mas não afastada (...) ela apenas pode ser contrariada em seus efeitos” (2017, p. 316).

Vimos que os resultados possíveis não são opções políticas que podem ser influenciadas pela política do Estado. Uma vez investido o capital inicial induzido pelo Estado, o resultado final em termos de composição orgânica e TML depende do funcionamento espontâneo do sistema, ou seja, em que capitais recebem comissões por outros capitais (valor que se valoriza).

Carchedi (2012a) destaca como, de fato, o Estado pode influenciar apenas o primeiro passo, com a encomenda de investimentos públicos para capitais de baixa composição orgânica. No caso acima, isso ajuda a aumentar a lucratividade, mas também a manter os capitais menos eficientes. Seguindo essa lógica, o resultado mais provável é um aumento na composição orgânica combinada (empresas com maior e menos composição orgânica) e da TML, porque cada capital na cascata tende a comprar o material necessário dos licitantes mais baratos, que normalmente são os mais eficientes (alta composição orgânica). Assim, o investimento adicional induzido pelo Estado irá principalmente para esses produtores, aumentando a composição orgânica aumentará e diminuindo a TML. Em suma, em nenhum dos casos a economia pode reiniciar, pois não há destruição de capital.

Como vimos, as políticas de redistribuição ou investimento induzidas pelo Estado encontram um novo obstáculo, pois são possíveis quando o capital privado pode suportar a perda de mais-valia (ou de reservas); mas quando o capital entra em crise, quando a lucratividade cai, seu financiamento se torna cada vez mais problemático. Essas políticas podem ser aplicadas onde são menos necessárias e não podem ser usadas onde são fundamentais.

Dando sequência à análise, a partir do multiplicador marxista, vamos analisar como a redistribuição pró-trabalho induzida pelo Estado, por meio de taxa progressiva ou, ainda, subsídios mais altos, terá os efeitos esperados para superar as crises do sistema capitalista.

Supondo que os bens de consumo não vendidos e que há políticas introduzidas para aumentar os salários líquidos (direta ou indiretamente), mais bens de consumo serão

vendidos e a força de trabalho consumirá mais. Assim, com maiores vendas haverá uma recuperação de lucros perdidos anteriormente pelos capitalistas. Aqui, como já destacado nas seções anteriores deste capítulo, o argumento keynesiano é que esses lucros maiores podem compensar o aumento dos salários, iniciando assim a recuperação (a ideia do “ganha-ganha”). É por isso que essas políticas também devem ser pró-capital. Tanto o capital como o trabalho ganhariam. Esse é o caráter reformista das políticas keynesianas.

A fim de detalharmos tal análise, voltamos novamente ao esquema organizado por Carchedi e Roberts (2013) sobre os efeitos da redistribuição induzida pelo Estado para possível resolução das crises cíclicas. Vejamos a Figura 2:

Figura 2 – Políticas Keynesianas e o Multiplicador Marxista – Parte 2

Fonte: Carchedi & Roberts, 2013.

Como visto, a economia é dividida nos setores: produtor de meios de produção (setor I) e produtor de meios de consumo (setor II). Começaremos pelo setor II, sob a hipótese de que todo aumento salarial em ambos os setores é gasto em bens de consumo não vendidos (“os trabalhadores gastam o que ganham”), o mesmo setor II sofre uma perda de lucros devido a salários mais altos mas, por outro lado, pode vender os meios de consumo não vendidos a seus próprios trabalhadores por um preço igual. Neste caso, o numerador da taxa de lucro é, portanto, inalterado. Caso o denominador suba devido ao

maior investimento em capital variável (força de trabalho), o consumo do trabalho aumenta, mas a taxa de lucro do setor II cai.

Quando, então, analisamos o setor I, temos que seu numerador diminui (devido a lucros menores advindos de salários mais altos) e o denominador aumenta (devido ao maior investimento em força de trabalho). Nesse mesmo setor, o consumo da força de trabalho aumenta, mas a taxa de lucro cai.

Por fim, os salários mais altos no setor I (uma perda de capital no setor I) aumentam a venda de bens de consumo para o trabalho no setor I pelo setor II (um ganho para o capital no setor II). O ganho do setor II é igual à perda de capital no setor I. Não há mudança nos dois numeradores.

Chegamos então ao ponto em que ganhos e perdas nos numeradores da TML compensam um ao outro, mas os denominadores em ambos os setores aumentam, então a TML diminui. De fato, os salários e o consumo dos trabalhadores aumentarão, mas a TML cairá, confirmando a visão de Marx (2017).

Agora, caso os salários continuem subindo até o ponto em que todos os bens de consumo sejam vendidos, um novo aumento salarial estimularia a produção extra de bens de consumo e isso aqueceria a produção de meios de produção. *A economia seria revivida* (Carchedi, 2012a). Porém, a produção só aumenta se tanto a demanda pela produção extra quanto a lucratividade aumentassem, pois os capitalistas teriam que optar por isso, entretanto, este não é o caso.

A redistribuição a favor do trabalho aumenta a demanda, mas diminui a TML, como já dito anteriormente. “A medicina keynesiana falha porque supõe que a dinâmica do sistema depende do consumo e não da lucratividade” (CARCHEDI, 2012a, p. 94). Mesmo a partir da perspectiva keynesiana do lucro, em que os ganhos derivados de vendas mais altas supostamente compensam o custo do aumento dos salários, as políticas keynesianas fracassam porque os lucros não aumentam.

De forma geral, a partir das análises das Figuras 1 e 2, e dos pressupostos em Keynes/Kalecki, teríamos um sistema que tende ao pleno emprego, ao crescimento e ao equilíbrio, assim ele sairia das crises e restabeleceria o equilíbrio, não por meio da destruição de capital, mas por meio de mais acumulação de capital e de crescimento. Entretanto, quando nos debruçamos sobre as análises de Marx e de alguns marxistas, temos um sistema que se regenera de modo destrutivo, que vai em direção à sua própria “catarse”, ou seja, a destruição do excesso de capital (porque este é menos produtivo).

Marx aponta que “sob todas as circunstâncias (...) o balanceamento será restaurado por meio da destruição de capital em maior ou menor extensão” (MARX, 2017, p. 328).

Assim é a destruição de capital que põe o sistema a andar para frente e, após essa destruição, o crescimento pode recomeçar. Se o capital tende à sua destruição cíclica, e isto é condição para sua regeneração, ele caminha em direção à crise, não ao equilíbrio; a TML tende ao ponto mais baixo (o vale do ciclo) como condição para o posterior movimento de ascensão. O movimento para baixo é, pois, a tendência enquanto tal (Carchedi & Roberts, 2013).

Neste trabalho estamos verificando os limites que as políticas de Estado têm. Assim, não devemos interpretar uma indiferença nossa às políticas de redistribuição e/ou investimento realizadas pelo Estado. Pelo contrário, o trabalho se desenvolverá fortemente por tais ações, na defesa de políticas públicas sociais universais e estatais, sendo que este processo deve ser realizado não de uma perspectiva keynesiana, mas da própria visão marxista.

Assim, partimos do pressuposto de que as políticas públicas podem melhorar muito o trabalho, e nela as condições de vida da classe trabalhadora, mas que são impotentes contra a crise – elas podem, no máximo, postergá-la. Para além desse aspecto, há o potencial político dessas ações, que pode suportar o enfrentamento dos trabalhadores e trabalhadoras por melhores condições de vida e trabalho e nesse processo uma consciência de classe pode surgir e crescer.

Interessante notarmos o que há nesse processo: uma consciência de classe pode crescer entre os trabalhadores cada vez que essas políticas são pagas pelo capital, o capital é enfraquecido econômica e politicamente, e o trabalho pode explorar isso para enfraquecer o jugo do capital.

Como coloca Carchedi (2012b):

Do ponto de vista marxista, a luta pelo aprimoramento da força de trabalho e a sedimentação e acumulação de consciência e poder antagônicos do trabalho por meio dessa luta devem ser dois lados da mesma moeda. Esta é a sua real importância. Eles não podem acabar com a crise, mas certamente podem melhorar as condições do trabalho e, dada a perspectiva adequada, promover o fim do capitalismo (CARCHEDI, 2012b, p. 7, tradução nossa).

Até esta parte do capítulo analisamos os efeitos, sob a visão marxista, do investimento realizado, que tende, a médio e longo prazo, agravar as crises capitalistas que tanto tentam ser combatidas. Nesse processo, acabamos analisando a composição

orgânica do capital (relação entre o capital constante e variável) e os efeitos que geram e são gerados sob a força de trabalho dependendo das intenções dos capitalistas à procura da lucratividade.

Assim, para entrarmos no segundo aspecto que queremos debater, a Lei Tendencial da Queda da Taxa de Lucro, precisaremos retornar à primeira parte deste capítulo e revermos a posição que Keynes tomou no campo da macroeconomia, considerando suas principais identidades contábeis nacionais: Renda nacional = gasto nacional; assim, a renda nacional pode então ser dividida em: Lucro + Salário; e as despesas nacionais podem ser divididas em: Investimento + Consumo; portanto: Lucro + Salários = Investimento + Consumo. Assumimos então que os salários são gastos em consumo e não poupados, então: Lucros = Investimento.

Deste processo de análise podemos extrair que, para Keynes (1996), a direção causal é simplesmente que o investimento gera lucro, e para ele, as decisões subjetivas de empreendedores individuais são as causas do investimento, o “*animal spirits*”, ou expectativas variadas de retorno do investimento. Portanto, a ideia de que os lucros dependem do investimento estaria de volta, mas como neste trabalho já temos assumido que o investimento depende do lucro e o lucro depende da exploração da força de trabalho e de sua apropriação pelo capital, temos uma análise causal objetiva baseada em uma forma específica de sociedade de classes.

Então, ao olharmos para a equação de lucro desenvolvida por Kalecki (1977) e já discutida anteriormente: Lucros = Investimento (os lucros dependem do investimento), temos a seguinte divisão das economias na fórmula Lucro = Investimento - Poupança (não capitalista): Poupança das famílias, Poupança dos governos e Poupança capitalista estrangeira.

Se as famílias pouparem mais (como tendem a fazer em uma recessão) e a poupança externa aumentar (em outras palavras, o déficit da economia nacional com o resto do mundo aumenta), então o investimento será menor e os lucros também. No entanto, há um salvador: a poupança do governo. Se o governo acumular um grande déficit orçamentário, isso pode impulsionar o investimento e, portanto, os lucros. Assim, as equações de lucros de Keynes-Kalecki nos dizem que o capitalismo pode ser salvo por mais gastos do governo, não menos.

Aqui torna-se importante priorizarmos, por meio de outra chave, os lucros, estabelecendo uma outra direção causal, a visão marxista. Como já depreendemos que o investimento em uma economia depende dos lucros, se os lucros forem fixados na

equação e não puderem ser aumentados, o investimento não poderá ser aumentado. Portanto, o investimento capitalista dependerá agora da redução do desvio dos lucros para o consumo capitalista e/ou da restrição do investimento não capitalista, a saber, o investimento governamental, portanto, o capitalismo precisa de mais economia do governo (CARCHEDI, 2008).

Assim, os gastos do governo não impulsionarão a economia capitalista porque ela está lucrando ao privar o setor capitalista de parte de seu lucro potencial. Como destacamos na seção anterior deste capítulo, Kalecki (1977) descreve:

O investimento público deve se restringir a objetos que não competem com o equipamento dos negócios privados. Caso contrário, a rentabilidade do investimento privado poderia ser prejudicada e o efeito do investimento público sobre o emprego compensado pelo efeito negativo do declínio do investimento privado (Kalecki, 1977, p. 55).

Defende-se, nesta tese, que as políticas públicas sociais sejam universais e estatais, retirando a possibilidade do capital de valorizar-se por meio dos “negócios privados”, como indicado por Kalecki.

Por fim, na ideia de um multiplicador keynesiano, os investimentos induzidos pelo estado têm um efeito positivo na produção e, portanto, na renda, no gasto e na poupança, sendo que a lucratividade desempenha um papel secundário e os efeitos na economia são sempre aparentemente positivos. No multiplicador marxista, a lucratividade é central. A questão é se os ciclos de investimentos subsequentes geram uma taxa de lucro maior, menor ou igual a taxa média de lucro original.

Para os marxistas, a variável chave na compreensão do movimento de uma economia capitalista moderna é a taxa de lucro. A análise marxista reconhece que a causa subjacente da crise, em primeiro lugar, deve ser encontrada no fracasso da produção capitalista em gerar lucros suficientes em relação ao capital investido.

Então, o capital deve se autodestruir para restaurar a rentabilidade e começar tudo de novo. Isso significa que uma massa suficiente de capitais mais frágeis e vulneráveis deve ir à falência, tecnologias antigas devem ser substituídas por novas, mais eficientes, e o desemprego suficiente deve ser gerado.

Embora a taxa de lucro seja a relação do lucro com o capital total (soma, por sua vez, do capital constante e do capital variável), o próprio lucro só é criado pelo capital variável. Assim, com a mesma taxa de mais-valia, a redução do coeficiente do capital variável no capital total teria forçosamente de importar numa queda da taxa de lucro.

Não há, portanto, dificuldade lógica na explicação da queda da taxa geral de lucro, a dificuldade está na medida do seu movimento muito lento e dos seus efeitos perceptíveis somente a longo prazo (MARX, 2017). Assim, a mesma elevação da composição orgânica do capital, que leva à queda da taxa de lucro, também traz consigo efeitos contrários a essa queda, atenuando-a ou até aumentando a taxa de lucro durante certos prazos mais ou menos prolongados. Tais efeitos decorrem do crescimento da produtividade do trabalho e consistem no barateamento dos elementos do capital constante (que baixa a composição orgânica do capital e, por conseguinte, eleva a taxa de lucro); no barateamento dos salários (que diminui o tempo de trabalho necessário e aumenta o tempo de sobretrabalho, que por conseguinte gera o aumento da taxa de lucro).

Assim, esses efeitos dão à queda da taxa de lucro seu caráter tendencial irregular, com tendências e contratendências, mas são efeitos limitados em sua contraposição à queda da taxa de lucro. Com o barateamento dos elementos do capital constante, temos o recrudescimento da acumulação do capital, do qual, por sua vez, procede nova elevação da composição orgânica, embora a massa física de meios de produção por trabalhador cresça mais depressa do que o valor neles incorporado.

Marx (2017), indicou que outros fatores contribuíam para atenuar ou deter temporariamente a queda da taxa de lucro, sendo que um deles é o comércio exterior, que permite obter bens de produção e/ou salário mais baratos, coincidindo, portanto, com os efeitos apontados acima. Ainda, outro fator apontado pelo autor é a possibilidade de exportação de capitais aos países atrasados, em que a taxa de lucro costuma ser mais elevada, motivo pelo qual os lucros dos investimentos no exterior impelem para cima a taxa de lucro no país exportador de capitais.

Com a desvalorização periódica do capital, considerando as crises cíclicas, se empurra para baixo a composição orgânica durante certo lapso de tempo, e eleva a taxa de lucro, permitindo, conforme já visto, o decurso de novo ciclo econômico.

Assim, a Lei Tendencial da Queda da Taxa de Lucro (LTQTL), em Marx (2017), manifesta o impulso do capital à expansão sem consideração de outros limites que não o da própria valorização, com isto obrigando-o a desenvolver as forças produtivas. Embora tenham sua taxa diminuída, os lucros aumentam na sua massa na medida em que avança a acumulação de capital, o que, por sua vez, incrementa ainda mais essa acumulação. Mas a queda da taxa de lucro indica que a direção social da riqueza pelo capital se detém nele próprio e que o regime capitalista de produção não constitui a forma absoluta.

Carchedi e Roberts (2013) tem demonstrado que a LTQTL é logicamente consistente. Assim, se a queda da rentabilidade é a causa da recessão, a recessão só terminará se a rentabilidade da economia se iniciar em um caminho de crescimento sustentado. Então, a questão relevante é: políticas keynesianas podem restaurar a lucratividade da economia? Elas podem acabar com a queda? (CARCHEDI, 2012).

Os autores, demonstraram em seu trabalho (Carchedi & Roberts, 2013) como os lucros das empresas americanas atingiram o pico no início de 2006, com a massa de lucros caindo até meados de 2008, fazendo uma recuperação limitada no início de 2009 e depois caiu para uma nova baixa em meados de 2009. Depois disso, a recuperação dos lucros começou e o pico anterior em dólares nominais foi superado em meados de 2010, como nos ilumina o gráfico 2.

Gráfico 2 - Lucro das empresas nos EUA, investimento real e PIB do primeiro trimestre de 2001 ao segundo trimestre de 2012, em bilhões de US\$

Fonte: Carchedi & Roberts, 2013.

Para os autores, quando o crescimento do lucro das empresas americanas começou a desacelerar em meados de 2005 e depois caiu em termos absolutos em 2006, os investimentos corporativos continuaram crescendo por algum tempo, na medida em que as empresas gastavam reservas ou aumentavam os empréstimos na esperança de que os lucros fossem restaurados. Mas, quando isso não se concretizou, o crescimento do

investimento desacelerou em 2007 e depois caiu absolutamente em 2008, chegando a cair quase 20% na comparação ano a ano. Os lucros começaram a se recuperar no final de 2008, mas o investimento não se seguiu por um ano.

Quanto ao PIB, foi possível verificar que este teve um bom pico depois que os lucros se recuperaram. O movimento de lucros levou ao movimento do investimento, e não o contrário. Os lucros estavam caindo bem antes do início da crise de crédito, portanto, a crise não se deveu a uma falta de “demanda efetiva”, como pensado por Keynes/Kalecki, mas sim seguiu a lei marxista de lucratividade, mesmo que o eventual gatilho para a recessão fosse no setor financeiro.

Caminhando para a finalização deste capítulo, conseguimos avançar nos conceitos teóricos desenvolvidos por Keynes a respeito dos ciclos econômicos e das crises, que se repetem no interior do sistema capitalista, avançando nas visões que a economia clássica tem desenvolvido. Esta utiliza de pressupostos como decisões de agentes racionais e equilíbrios de mercado que “estabilizam” o desenvolvimento da sociedade. Portanto, para nós, se torna importante iniciar um diálogo com a perspectiva keynesiana, mas para além dela, precisa-se avançar com a crítica à economia política.

Nesse ponto, Kalecki nos parece importante pois reconhece em suas análises as lutas de classes, que se aproximam das concepções de “líderes empresariais”. Quando esses perdem o controle sobre as “fábricas”, perde-se, portanto, a classe trabalhadora. Ao reconhecer as diferenças entre o consumo realizado pelos capitalistas e trabalhadores, Kalecki reorganiza o papel e o efeito que o investimento teria sobre o “*animal spirits*” dos investidores. Contudo, ele ainda não havia alcançado o verdadeiro objetivo do desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo, ou seja, o mais-valor, representado em forma de lucro.

Assim, é necessário procurar em Marx a fundamental engrenagem para o desenvolvimento de uma sociedade capitalista, destacando, com isso, a taxa de lucratividade. Portanto, nos deparamos com uma outra medida para investigarmos a importância do gasto público, e nele o social, a fim de se enfrentar, possivelmente, os efeitos das crises sobre as condições de vida da população. Ao investigar tal processo, notou-se que, considerando os multiplicadores marxistas e a Lei Tendencial da Queda da Taxa de Lucro, os efeitos dos investimentos realizados pelo Estado poderiam atrasar, ou mesmo, agravar tais crises, uma vez que tal ação estatal interfere na taxa de lucratividade.

Então, revelamos que não é na negação da importância do gasto público, na forma de políticas sociais, que iríamos superar o capitalismo, ao contrário, é através do

investimento do Estado em políticas públicas sociais que podemos criar condições mínimas para que os trabalhadores e trabalhadoras possam perceber, ao desenvolver uma consciência de classe, que a riqueza social por eles produzida, a eles pertence.

Por fim, para termos uma materialização de como o conflito de classes ocorre em todo o mundo, aparecendo por vezes como uma mera questão de distribuição da riqueza, iremos investigar os efeitos que a crise contemporânea do capitalismo tem gerado sobre diversos países, principalmente os que absorveram as políticas econômicas impostas pelas instituições financeiras internacionais, como o Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional.

Tais imposições sempre carregaram consigo os ideais liberais, já descritos no início deste capítulo, indicando, fundamentalmente, que o Estado deve sempre garantir a estabilidade de preços e participar o mínimo possível das decisões do Mercado sobre a população, que podemos qualificar tais conceitos como o poder da classe capitalistas sobre as condições da classe trabalhadora.

Nesse próximo capítulo, utilizar-se-á o termo Austeridade como ponto fundamental das análises que se seguirão, mesmo que tal conceito seja da perspectiva keynesiana/kaleckiana. Tal esforço é necessário pois as análises dos autores partem, em sua maioria, de que a distribuição da riqueza produzida pela população é o ponto principal a ser alterado por meio da garantia de mais e melhores direitos sociais.

3. AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS GLOBAIS E A FUNÇÃO DA AUSTERIDADE

Como visto no capítulo 1, as crises estruturais do sistema capitalista envolvem não só ajustes por dentro das políticas econômicas mas também nas condições de vida da população, verdadeira responsável por gerar riqueza. Ainda, foi possível analisar os ciclos econômicos em diferentes perspectivas, considerando a relevância do investimento público com possíveis impactos positivos sobre a economia, como a ampliação de emprego, renda e, principalmente, de lucros.

Entretanto, a partir da introdução e uso dos conceitos de multiplicadores marxistas e da lei tendencial na queda da taxa de lucro, foi possível observar como o investimento público, principalmente os que têm um enfoque na melhoria das condições de vida da classe trabalhadora, gera um possível agravamento das crises capitalistas, acentuando ou acelerando-as.

Assim, este capítulo aborda como são tratadas as crises econômicas, no modo capitalista, desde as políticas que visem as reduções nos gastos sociais, como a austeridade, seus efeitos e o que se tem indicado como alternativas. Utilizamos, centralmente, o conceito de austeridade organizado por Canterbury (2015), que o descreve a partir de três campos: a) severidade de disciplina, regime, expressão ou desenho; b) medida econômica para poupança, garantia de uma economia de valores ou ato de autonegação (retirando o que poderia ser considerado como excesso de gasto); c) poupança forçada, principalmente por meio do Estado como uma política que restringe o acesso ou a disponibilidade de bens e serviços.

Nesse sentido, a austeridade guarda uma relação com a perspectiva keynesiana, pois entende que essa decisão política gera efeitos negativos sobre a demanda efetiva e leva às crises, mantendo então sua crítica sob a questão da circulação da riqueza produzida e não na produção de tal riqueza (realizada apenas pela classe trabalhadora).

Vieira (2016) nos ajuda a condensar o conceito de austeridade:

[...] as medidas de austeridade estão relacionadas à adoção de políticas que exigem grandes sacrifícios da população, seja porque aumentam a carga tributária seja pela implementação de políticas que restringem a oferta de bens e serviços públicos, em razão de cortes de despesas, afetando de forma significativa os estratos mais vulneráveis da população (VIEIRA, 2016, p. 6).

Realizadas as considerações sobre o termo austeridade, este capítulo terá como principal conteúdo uma revisão dos diversos autores que analisaram e acompanham os efeitos das políticas de austeridade impostas nos países do mundo.

Tais autores, em sua maioria, mantêm suas análises a partir da perspectiva keynesiana da função do Estado e do mercado em toda sociedade. Assim, utilizamos dos estudos desenvolvidos, porém reforçamos que a visão desta tese se manterá sobre a relação capital-trabalho que aparece, por vezes como resultados de piora das condições de saúde da população, e outras vezes como piora das condições da reprodução do próprio trabalho pelos trabalhadores.

Nesse sentido, na primeira parte deste capítulo, analisaremos as agendas que as duas principais instituições financeiras internacionais, Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI). Elas têm, desde suas origens, colocado como “cartilha” para os diversos Estados-nação em todo o globo a política de austeridade. Em um cenário de necessidade de investir no desenvolvimento das forças produtivas de dado país, os governos procuram o BM e FMI para obter empréstimos que, com dificuldades e após reformarem grande parte de seus sistemas de proteção social, irão ano a ano pagar tais dívidas somando-se a elas juros e amortizações.

Com o desenvolvimento dessas políticas de austeridade no interior dos diversos países, desenvolve-se também sintomas por dentro da sociedade. Tais sintomas aparecem como um efeito da causa “austeridade”e, como veremos, variam nos mais diversos aspectos: saúde, emprego, moradia, meio ambiente, previdência, etc. Essas análises, como resultado das revisões bibliográficas, comporão a segunda parte deste capítulo.

Por fim, na terceira e última parte deste capítulo, veremos de forma breve como, na perspectiva keynesiana, alguns países têm assumido políticas contrárias à austeridade, demonstrando resultados de crescimento ou melhora do quadro econômico sem, necessariamente, realizar cortes nas políticas públicas sociais. É importante destacar que a “alternativa à austeridade” não é uma análise crítica à função que o Estado tem no sistema capitalista, pois não abordaremos aqui tal visão, ou seja, a marxista.

3.1. A AGENDA MUNDIAL PARA AS POLÍTICAS DE AUSTERIDADE

Para iniciarmos as análises sobre as crises que ocorrem como parte do processo de desenvolvimento do capitalismo e como as grandes organizações internacionais se colocam perante a necessidade de políticas de austeridade, partimos do histórico de como

os países que compõem a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) conseguiram resistir ao “futuro neoliberalismo” durante os “*trinta anos dourados*” do crescimento econômico pós-Segunda Guerra Mundial (HALL, 1989). Tal resistência se deu, fundamentalmente, por meio de políticas de taxaço progressiva e novos programas de proteção social (ATKINSON & LEIGH, 2010).

Entretanto, é na década de 1970 que a inflação alta e o baixo crescimento econômico criaram um espaço político para a entrada do neoliberalismo. Para Labonté & Stuckler (2016), um primeiro “experimento” foi realizado no Chile em 1973, com o golpe apoiado pelos Estados Unidos da América (EUA) contra o governo socialista de Salvador Allende. Em seguida, tal processo se expande com a eleição nos anos 1980 de governos conservadores nos EUA (Reagan), no Reino Unido (Thatcher), na Alemanha (Kohl) e em outros países economicamente avançados.

Para esses autores tem-se que:

A crise da dívida mundial em desenvolvimento nos anos 70 apoiou ainda mais a expansão das políticas econômicas neoliberais. Para evitar a inadimplência soberana (onde os governos se tornaram incapazes de pagar aos credores internacionais), o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial concederam empréstimos e doações aos países mais endividados, mas com condicionalidades econômicas radicais de livre mercado (Labonté & Stuckler, 2016, p. 313).

Assim, o que se desenvolveu foi uma extensa privatização de ativos do Estado, reformas fiscais para atrair investimentos estrangeiros, redução da dívida pública e de seu déficit, com a rápida liberalização do comércio.

A suposição, então, era de que essas políticas permitiriam que os governos continuassem pagando dívidas a credores estrangeiros enquanto estimulavam o crescimento econômico, porém essas políticas não conseguiram melhorar o crescimento econômico nas duas regiões do mundo mais atingidas pelo ajuste estrutural, América Latina e África (Labonté et al., 2004).

O que se desenvolveu então foram reduções nos gastos públicos com a saúde e proteção social sendo acompanhadas pela expansão do neoliberalismo na forma de mercados financeiros liberalizados (remoção dos controles de capital, regras bancárias desregulamentadas e novas tecnologias digitais).

Para retratar, de maneira mais direta os aspectos do neoliberalismo, Harvey (2007) descreve como o processo ocorreu por meio de práticas de política econômica que afirmavam que o bem-estar humano só poderia ser promovido por meio da maximização

das liberdades empresariais dentro de um quadro institucional caracterizado por direitos de propriedade privada, liberdade individual, mercados livres e livre comércio.

Assim, segundo o autor:

[...] o Estado deve preocupar-se com a qualidade e a integridade da moeda. Ele também deve estruturar aquelas funções militares, de defesa, policiais e jurídicas necessárias para garantir os direitos de propriedade privada, e para apoiar o funcionamento livre dos mercados” (HARVEY, 2007, p. 1).

Essa “remodelação do Estado e, conseqüentemente, da estrutura econômica e social foi realizada globalmente, afetando diferentemente os diversos países capitalistas. Algumas instituições globais foram fundamentais para que a força da transformação necessária se mantivesse. Harvey (2007) destaca:

As regras instituídas pela OMC (regulando o comércio mundial) e pelo FMI (regulando as finanças internacionais) estabeleceram o neoliberalismo como padrão de regulação global. Todos os países que aderiram à OMC ou ao FMI concordaram em se submeter a essas regras (embora com um ‘período de graça’, para permitir um ajustamento suave) ou a serem severamente castigados (HARVEY, 2007, p. 3).

Esses suaves ou severos ajustes tiveram como foco, fundamentalmente, as políticas que garantiam o direito ao acesso universal. Nesse sentido, é importante entender o processo do desenvolvimento do capitalismo e sua fase do neoliberalismo como um avanço na restauração do poder dos “líderes empresariais”, ou avanço capitalista na visão marxista. Não nos aprofundaremos aqui nessa questão, mas é necessário citá-la.

Bech (2012) analisou como, no ano de 1980, o valor total de todos os ativos financeiros no mundo era aproximadamente igual ao do produto econômico bruto mundial, e que até 2012 o valor dos derivativos em aberto (*commodities*, ações, moedas, índices de mercado e taxas de juros) chegou a quase dez vezes do valor total do produto econômico bruto mundial. É nesse cenário que, a partir do enorme crescimento do mercado financeiro altamente alavancado e não regulamentado, ocorre uma crise financeira mundial em 2008.

No mesmo ano em que ocorreu a crise, a Comissão de Determinantes Sociais da Saúde da OMS (WHO, 2008) divulgou seu relatório final, pedindo ações sobre os determinantes sociais da saúde para abordar as iniquidades em saúde. Tal relatório já apontava que, até então, haviam programas sociais pobres em conteúdo e objetivos, arranjos econômicos injustos e políticas ruins, responsáveis por grande parte das iniquidades em saúde detectadas. Notaram-se diferenças sistemáticas de saúde entre os

países e dentro deles que podiam ser evitadas por meio de ações razoáveis, incluindo uma redução na desigualdade, na distribuição de fatores socioeconômicos (ou determinantes estruturais de saúde). Isso poderia ser feito por meio de intervenções de políticas sociais direcionadas, tais como uma política de tributação progressiva e subsídios do governo para bens e serviços promotores da saúde.

Ao se retomar um pouco o debate feito no capítulo 1 desta tese, no qual vimos os processos de análise que envolvem o funcionamento e a dinâmica do capitalismo e as formas de ação indicadas por Keynes, Kalecki e alguns marxistas, utilizamos do trabalho de Mollo (2011), que destaca como é possível evitar as crises com o retorno à ação reguladora do Estado, o qual, embora não possa eliminar a incerteza, irá administrá-la melhor por meio da centralização de informações. Mollo argumenta como os marxistas apresentam a restrição ao papel do Estado para o enfrentamento das crises:

A solução que passa pelo Estado é limitada. Esses limites mostraram-se no próprio aparecimento e desenvolvimento do neoliberalismo, que não foi mais do que uma reação à regulação do período pós-Segunda Guerra Mundial. Tais limites vêm-se explicitando na resistência em aceitar um papel mais ativo, discricionário e distributivo do Estado nas formas de enfrentamento atuais, que mostram como o pensamento neoliberal ainda é dominante (MOLLO, 2011, p. 24).

Com o avanço do neoliberalismo, as práticas que garantiam a força do Estado, suas funções regulatória e intervencionista foram se esvaindo. Um aspecto fundamental desse processo foi a privatização acelerada e intensa de serviços que eram garantidos pelos Estados a partir das propostas de coberturas universais dos diferentes sistemas sociais: saúde, educação, previdência etc.

Ainda sobre o processo de cortes nas áreas sociais, Harvey (2007) descreve como na Inglaterra e no México, a partir da ação do FMI, tais países foram “empurrados” em direção à prática neoliberal, realizando cortes dos gastos sociais e do Estado de bem-estar social, de modo a restabelecer a austeridade fiscal.

O autor destaca ainda como o Serviço Nacional de Saúde da Inglaterra, muito utilizado para comparações com o nosso Sistema Único de Saúde, passou por uma importante crise:

Mais tarde, na Inglaterra, em 1979, Margaret Thatcher faria um uso implacável do porrete neoliberal, embora nunca tenha conseguido vencer inteiramente a oposição dentro do seu próprio partido, nem tenha sido capaz de confrontar elementos centrais do Estado de bem-estar social, como o Serviço Nacional de Saúde (HARVEY, 2007, p. 10).

Como forma de avanço do processo neoliberal sobre as políticas sociais, este trabalho busca aproximar os processos regulatórios do Estado sobre as políticas econômicas a partir da defesa da expansão das políticas sociais, principalmente as universais como o SUS, focando o poder redistributivo do Estado.

Ruckert & Labonté (2013) apontam como o FMI “utiliza” a crise financeira para promover uma redução ainda maior do Estado em meio à crise social. Assim veremos, mais detalhadamente na continuidade desse capítulo, um estudo de Reeves et al. (2014) que revelou que os países que receberam empréstimos do FMI tiveram uma expectativa significativamente maior de adotar políticas de austeridade e, quando o fizeram, tinham quatro vezes mais chances de reduzir os orçamentos de saúde do que os não membros do FMI, mesmo depois de corrigir a gravidade das recessões econômicas e dos níveis de endividamento.

Nesse mesmo sentido, Sanjay et al. (2017) descrevem que, apesar das alegações originais do FMI, essas medidas foram de austeridade, sendo planejadas como soluções de “curto prazo”. A lenta recuperação econômica ou o agravamento das condições econômicas em muitos dos países afetados pela crise financeira levaram a um aumento no número e rigor das medidas.

Por meio da síntese de Kentikelenis (2017), exploraremos um pouco as origens e modo de funcionamento do Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM). Ambas as instituições foram estabelecidas no pós-Segunda Guerra Mundial, tendo como funções manter a estabilidade financeira global (FMI) e financiar projetos de desenvolvimento (BM). Para desenvolver essas funções, ambas as organizações acabaram se envolvendo na promoção de reformas de liberalização de mercado como parte de seus empréstimos em apoio a reformas de políticas ou projetos específicos.

Segundo Sarah Babb (2009), durante as décadas de 1970 e 1980, o FMI e BM introduziram programas de financiamento direcionados a mudanças estruturais por meio de programas que se tornaram onipresentes entre os países de baixa renda. Ainda, na década de 1990, os Programas de Ajuste Estrutural - *Structural adjustment policies* (PAEs) tornaram-se formas mínimas de implementação da transição para o capitalismo nos países após a dissolução da União Soviética.

Para Kentikelenis (2017), no início dos anos 2000 os PAEs apresentaram novas formas de como as políticas deveriam ser feitas, assumindo posições mais flexíveis,

racionalizadoras, comprometidas com os empréstimos e orientadas “pró-pobre”. Por fim, para o autor:

Após 2009 e o início das crises da dívida soberana na Europa, o FMI, em conjunto com as instituições da União Europeia, designou os chamados Programas de Ajuste Econômico para economias europeias em dificuldades (Grécia, Irlanda, Portugal e Chipre). Esses programas eram semelhantes aos programas de ajuste estrutural defendidos pelo Fundo e pelo Banco Mundial em outras regiões, na medida em que dependiam de extensas condicionalidades de liberalização do mercado (KENTIKELENIS, 2017, p. 297).

Segundo Ruckert et al. (2015), começando no início dos anos 1980, os PAEs foram amplamente introduzidos em todo o mundo em desenvolvimento e, em 1987, o Banco Mundial havia aprovado 52 empréstimos de ajuste estrutural e 70 empréstimos de ajuste setorial. Entre o período de 1980 e 1989, 171 PAEs foram introduzidos apenas na África subsaariana. Assim, essas transformações tiveram, e continuam a ter, implicações significativas para a equidade em saúde tanto nacional como globalmente.

Embora a implementação da política neoliberal diferisse em contextos variados de país, geralmente incluía o desmantelamento progressivo do Estado Social capitalista, em termos de sua capacidade fiscal e sua capacidade relacionada à ampliação dos gastos sociais. Neste momento, destacamos o uso do termo Estado Social capitalista, nos baseando na produção de Boschetti (2016), em que a autora reconhece que o Estado assume o importante papel na:

[...] regulação das relações econômicas e sociais, tendo por base a constituição de um sistema de proteção social de natureza capitalista, assentado em políticas sociais destinadas a assegurar trabalho, educação, saúde, previdência, habitação, transporte e assistência social. (BOSCHETTI, 2016, p. 28).

Assim, o percurso que se desenvolve nesta tese, apoiada pela discussão realizada pela autora, entende que a regulação econômico-social por meio de políticas sociais, parte de uma atribuição esperada e/ou exigida do Estado capitalista, uma vez que este pode incorporar um caráter social, mas não será dele retirado sua natureza essencialmente capitalista (BOSCHETTI, 2016).

Ao voltarmos para a agenda dos programas de ajustes, Ruckert & Labonté (2017) apontam ainda como um dos principais objetivos dos PAEs o de eliminar, ou pelo menos reduzir significativamente, os déficits orçamentários para que os países cumpram suas obrigações internacionais do pagamento da Dívida, apontando aos países credores que o

risco de inadimplência é baixo e a situação do orçamento está equilibrada ao longo do tempo.

Em muitos países, isso significou cortes significativos nos gastos com saúde e outros serviços sociais relevantes para a saúde, por meio do processo da austeridade. Assim, tais cortes de gastos eram frequentemente acompanhados por formas de gerar receitas exigindo que os usuários compartilhassem o custo dos serviços, reduzindo ainda mais o acesso equitativo aos cuidados em saúde.

Schrecker (2016) analisou como as evidências recentes têm indicado que os programas do Fundo e do Banco Mundial geram elementos centrais da agenda dos PAEs. As mudanças anunciadas pelo FMI quanto à condicionalidade de empréstimos foram apenas de fachada, com poucas diferenças em relação ao aconselhamento normativo de liberalização dos mercados. O Banco Mundial continua a oferecer acesso a empréstimos dependentes do grau de liberalização dos mercados nos países.

Para termos uma dimensão de como a austeridade afeta e afetará vários países no mundo, utilizamos o trabalho de Ortiz et al. (2015), que examinou as últimas projeções de gastos do FMI para 187 países entre 2005 e 2020 (projetado). Ainda, tal documento analisou 616 relatórios dos países que guardam relação com o Fundo.

As autoras apontam:

A análise das projeções de gastos revela que houve duas fases distintas dos padrões de gastos do governo desde o início da crise econômica global. Em uma primeira fase (2008-09), a maioria dos governos introduziu programas de estímulo fiscal e aumentou os gastos públicos. Em 2010, no entanto, cortes orçamentários prematuros tornaram-se generalizados, apesar da necessidade urgente e significativa de assistência pública das populações vulneráveis. A segunda fase da crise é caracterizada por dois grandes choques contracionistas, o primeiro ocorrendo em 2010-11 e o segundo em 2016, com duração até, pelo menos, 2020 (Ortiz et al., 2015, p. 3).

Uma das principais conclusões da análise realizada pelas autoras é de que os países em desenvolvimento (países periféricos no capitalismo) serão os mais afetados, com uma projeção, em média, de que 81 países em desenvolvimento cortarão gastos públicos durante o próximo choque, contra 45 países de alta renda. A comparação entre os próximos períodos de 2016-20 e pré-crise de 2005-07 sugere ainda que 30% dos países estão sofrendo contração excessiva, definida como corte de gastos abaixo dos níveis pré-crise em termos de PIB.

Outro ponto de destaque é o de que a austeridade afetará mais de dois terços de todos os países em 2016-2020, acometendo mais de seis bilhões de pessoas ou quase 80%

da população mundial até 2020. Assim, de acordo com Ortiz et al. (2015), a austeridade tem sido executada de várias formas nos países, com destaque para oito dimensões, tais como: a) Eliminação ou redução de subsídios, incluindo combustível, agricultura e produtos alimentícios (em 132 países); b) Cortes nas bonificações ou salários, incluindo os salários da educação, saúde e outros trabalhadores do setor público (em 130 países); c) Racionalização e direcionamento dos serviços de segurança social, deixando para trás a ideia de universalidade (em 107 países); d) Reformas previdenciárias (em 105 países); e) Reformas trabalhistas (em 89 países); f) Reformas dos/nos sistemas de saúde (em 56 países); g) Introdução ou ampliação de impostos sobre o consumo (em 138 países); e h) Privatização de bens e serviços estatais (em 55 países).

Essa análise trazida pelas autoras reflete como os PAEs se desenvolveram nos países e, possivelmente, se desenvolverão afetando toda a população mundial. Essa perspectiva de análise nos dá uma projeção da real força que as instituições financeiras globais, como o FMI e BM, detêm perante os países, povos e governos.

Para o termo Programas de Ajuste Estrutural, nos baseamos na produção de Kentikelenis (2017), que o descreve como uma abreviatura do vasto leque de reformas destinadas a efetuar uma revisão fundamental, abrangente e duradoura nos acordos políticos de um país, sendo agrupados em pacotes de estabilização, liberalização, desregulamentação, privatização: 1) A estabilização implica políticas fiscais, monetárias e cambiais com o objetivo de restaurar a estabilidade da balança de pagamentos e da moeda e controlar a inflação. Para tanto é necessário adotar a austeridade para garantia daqueles objetivos; 2) A liberalização das contas comerciais e de capital reduz as barreiras ao comércio e facilita o investimento estrangeiro direto; 3) A desregulamentação econômica limita a interferência do Estado no funcionamento do livre mercado que, por exemplo, pode adotar uma legislação favorável às empresas; e 4) A privatização de empresas estatais e de recursos naturais visa melhorar o desempenho econômico de indústrias até então protegidas das “forças do Mercado”.

Utilizamos, então, da publicação do Fundo Monetário Internacional (IMF, 2010) que indica como ocorreram e devem ocorrer os desdobramentos políticos que as economias avançadas fizeram e farão para enfrentar o desafio da consolidação fiscal. Assim, surge a ideia dos cortes de gastos públicos e aumentos de impostos como necessidade de reduzir a dívida pública e aumentar a confiança do Mercado em investir.

O documento citado aponta:

Os déficits orçamentários e a dívida do governo dispararam durante a Grande Recessão. Em 2009, o déficit orçamentário média de 9% do PIB nas economias avançadas, acima de apenas 1% do PIB em 2007. Até o final de 2010, a dívida do governo deve atingir cerca de 100% do PIB - seu maior nível em 50 anos . Olhando para o futuro, o envelhecimento da população poderia criar problemas ainda mais sérios para as finanças públicas (IMF, 2010, p. 93, tradução nossa).

Como vimos no capítulo 1 deste trabalho, a visão keynesiana indica que cortar gastos ou aumentar impostos reduzirá a atividade econômica no curto prazo, considerando os efeitos multiplicadores do investimento público. Entretanto, no material produzido pelo FMI (IMF, 2010) se encontra evidências de que o corte nos déficits orçamentários poderá estimular a economia, na hipótese das “contrações fiscais expansionistas”, indicando um efeito positivo sobre a confiança das famílias e das empresas. Se faz importante notarmos que essa é uma perspectiva do *mainstream* teórico da ciência econômica vigente que decorre das ideias clássicas, neoclássicas e novoclássicas.

No estudo do FMI, são analisadas as políticas orçamentárias a fim de identificar períodos de consolidação fiscal e os efeitos sobre a política monetária, o comércio internacional, a forma de consolidação e *perceived sovereign risk* (risco soberano percebido⁵).

De forma geral o estudo aponta:

A ideia de que a austeridade fiscal desencadeia crescimento mais rápido no curto prazo encontra pouco apoio nos dados. A contenção fiscal normalmente tem efeitos contracionistas de curto prazo na atividade econômica, com menor produção e maior desemprego. Um corte no orçamento igual a 1% do PIB normalmente reduz a demanda interna em cerca de 1% e aumenta a taxa de desemprego em 0,3 ponto percentual. Ao mesmo tempo, geralmente ocorre uma expansão nas exportações líquidas, o que limita o impacto sobre o PIB a um declínio de 0,5% (IMF, 2010, p. 113, tradução nossa).

Pelos resultados encontrados, notou-se ainda que cortes nos gastos públicos, particularmente aqueles que dependem de cortes nas transferências, têm efeitos contracionistas menores do que os ajustes baseados em impostos. Uma das principais razões para essa diferença é que os bancos centrais tipicamente fornecem menos estímulo monetário durante os ajustes baseados em impostos, particularmente quando envolvem

⁵ Utilizamos aqui o conceito de risco soberano constituído de um conjunto de indicadores-chave (quantitativos ou qualitativos) que medem a capacidade e intenção de pagamento do serviço das dívidas dos países (BCB, 2016).

aumentos nos impostos indiretos que pressionam a inflação para cima. Essa constatação ressalta novamente que o processo de ajuste fiscal provavelmente será mais doloroso sem o papel de apoio dos cortes nas taxas de juros.

Por fim, aponta-se que uma dívida menor reduzirá as taxas de juros reais e o ônus dos pagamentos de juros, permitindo cortes futuros nos impostos distorcivos (aqui apresentados como impostos indiretos). De fato, esses efeitos tendem a aumentar o investimento e a produção a longo prazo. As reformas apontadas incluem o fortalecimento de instituições fiscais e a reforma de direitos previdenciários e sistemas de saúde pública (IMF, 2010). Na medida em que tais ações melhoram a confiança das famílias e das empresas e aumentam as expectativas sobre a renda futura, elas poderiam ajudar a apoiar a atividade durante o processo de ajuste fiscal.

Vejam que o documento do FMI aponta para dois caminhos que podem ser realizados em conjunto ou individualmente, entretanto, ambos buscam assegurar uma credibilidade do Mercado (“confiança das famílias e das empresas”) na gestão do Estado. Aqui, novamente, devemos retomar o capítulo 1 para lembrar sobre os verdadeiros interesses em manter o desenvolvimento econômico estável e/ou em crescimento, isto é, a taxa de lucratividade deve se manter estável ou em crescimento. Assim, todo gatilho já apontado por Marx (2017) voltará a ser acionado e as condições de reprodução do trabalho deverão ser agravadas por meio de cortes nos gastos com políticas sociais, principalmente.

Sobre a discussão de austeridade por meio do Banco Mundial (2017), as ideias se aproximam às do FMI. No debate específico sobre o Brasil, o BM ressalta:

Após um período de estabilidade econômica, altas taxas de crescimento e redução substancial da pobreza, o Brasil enfrenta hoje grandes desafios para lidar com seus gastos públicos. O crescimento das despesas primárias superou o PIB mesmo durante a fase favorável do super ciclo das commodities. O gasto tornou-se cada vez mais engessado pela rigidez constitucional em categorias como folha de pagamento e previdência social, deixando quase nenhum espaço para despesas discricionárias e de investimento (Banco Mundial, 2017, p. 1).

O Banco Mundial (BM) alega a necessidade dos cortes nos gastos públicos (despesas discricionárias e investimentos), apontando que há uma “rigidez constitucional”, ou seja, leis que asseguram fontes de financiamento dedicadas às políticas sociais.

O estudo aponta que o fator principal de pressão fiscal é o crescimento das despesas primárias obrigatórias, embora os custos dos juros da dívida pública também contribuam, quer dizer, já há um reconhecimento de que não é só por cortes nos gastos públicos que se reverterá um cenário de crise econômica, como já apontado anteriormente pelo FMI (2010). O BM aponta:

Embora os custos dos juros e outras operações “abaixo da linha” sejam muito altos no Brasil, seria errado concentrar a estratégia de ajuste fiscal nesses custos. Além dos déficits primários, a grande conta de juros da dívida brasileira contribuiu para o aumento do déficit fiscal nominal. O custo dos juros cresceu moderadamente entre 2006 e 2014 (de 6,4% para 7,4% do PIB). No entanto, quando as taxas de juros superaram 14%, o gasto com juros saltou para 8,7% do PIB em 2015, impulsionando a deterioração do déficit fiscal nominal naquele ano. De fato, os pagamentos de juros desempenharam um papel importante no desequilíbrio fiscal brasileiro, representando 62% do aumento do déficit nominal entre 2011-2014 e 2015-2016 (Banco Mundial, 2017, p. 22).

Entretanto, na sequência da afirmação, o Banco cita que “atribuir demasiada importância às contas “abaixo da linha” é um equívoco do ponto de vista de política econômica”, pois isso deriva da interação entre as políticas fiscais e monetárias. Assim, em países com uma posição fiscal estrutural frágil, qualquer tentativa de baixar os juros e, assim, reduzir o ônus de financiamento da dívida levaria inevitavelmente a pressões sobre a taxa de câmbio. Para recuperar a credibilidade de sua política monetária, o Banco Central precisa abandonar sua política de taxas baixas.

No tocante a questão dos juros, e nela o passivo da dívida pública, é deslocada para o campo da credibilidade do Mercado que, com razão, estará muito mais interessado em receber a notícia de que as despesas realizadas com as políticas sociais serão reduzidas, ao passo que as despesas financeiras serão mantidas.

O documento (BM, 2017), segue apontando que, do ponto de vista da política fiscal, a despesa em serviço da dívida pública é geralmente considerada endógena, pois ela é determinada pelo estoque da dívida (acumulação de déficits passados), e que a taxa de juros é determinada nos mercados financeiros, influenciada entre outros fatores pela orientação da política monetária e da absorção de poupança agregada, por meio de déficits fiscais e o prêmio de risco da dívida pública. Retornamos novamente à questão do risco soberano, ou mais adequadamente estruturado, o risco que os investidores terão se comprarem títulos da Dívida Pública brasileira. Por fim, nesses aspectos citados juntamente com o FMI, o documento finaliza indicando:

Seria incorreto, portanto, buscar solucionar o desequilíbrio fiscal a partir dos custos “abaixo da linha” (da Dívida Pública). Em vez disso, a política do governo deveria manter seu foco na redução do déficit primário (que, por sua vez, permitiria a redução das taxas de juros, dos pagamentos de juros e do déficit nominal) (Banco Mundial, 2017, p. 22).

Outro aspecto que utilizamos da pesquisa do BM é o da progressividade ou não dos impostos realizados no Brasil, uma vez que este item foi citado pelo FMI (2010) como uma das formas de superação das crises econômicas vigentes. Assim, nas mais de 150 páginas do estudo do BM (2017), poucos pontos explicitaram a questão da regressividade tributária vigente no Brasil. No entanto, ela é apontada em estudo publicado por Gobetti e Orair (2016):

A tributação sobre a renda pessoal desempenha um papel relativamente pequeno no Brasil (18% da receita tributária, ou 6% do PIB). Devido à existência de muitas fontes de renda não tributáveis (tais como ganhos de capital e dividendos), a tributação sobre a renda pessoal não afeta os ricos de maneira adequada (Banco Mundial, 2017, p. 35).

Por fim, o BM aponta que “um ajuste fiscal bem elaborado não precisaria reduzir o apoio aos mais pobres e vulneráveis; ele poderia até aumentar a equidade por meio da redução de gastos regressivos e do aumento da progressividade da tributação” (2017, p. 19). É nesse ponto em que confluímos os argumentos apresentados pelo FMI e BM nos dois aspectos citados para enfrentamento da crise: cortes nos gastos públicos e/ou ampliação da tributação. Ambos devem ter como finalidade impactos sobre o tamanho da dívida pública de um país a fim de que esta se reduza e, com isso, se reduzam os “riscos” dos investidores/Mercado.

Não iremos nesse momento explorar os outros argumentos apresentados pelo BM para o tal “Ajuste Justo” a ser realizado nos diversos setores, inclusive na saúde pública no Brasil. Para tanto, consideramos os textos de Cardoso Jr. (2017) e de Mendes e Carnut (2017) que apresentam ponto a ponto contrargumentos dos pontos levantados pelo BM. Destacamos no texto de Cardoso Jr. (2017) o ponto relativo a taxa de juros e dívida pública:

“[...] se temos uma grande necessidade de financiamento (déficit nominal, que inclui juros), o gasto com juros é alto porque a taxa de juros cobrada pelo setor privado ao governo é alta. [...] historicamente elevada e não porque historicamente gastamos mais do que arrecadamos. Aliás, os maiores saltos da dívida pública brasileira no período pós-real foram em

1994-99, e em 2002. Eles estiveram pouco relacionados a déficits primários descontrolados, mas sim a taxas reais de juros estratosféricas (20% a.a. na época do câmbio fixo) e endividamento público externo ou atrelado ao câmbio (CARDOSO JR, 2017, p. 3).

É interessante notar como os estudos e análises do BM e FMI deslocam a discussão do pagamento da dívida pública, e nela seus juros, para uma decisão que passe pelo Mercado, atrelando a uma política monetária. Como já citado no capítulo 1, aquela para efetivar-se “precisa precificar a preferência pela liquidez dos agentes, oferecendo-lhes a possibilidade de arbitrarem seus lucros monetários contra o setor público” (TERRA, 2011, p. 17).

Ainda sobre o “Ajuste Justo” apresentado pelo BM, destacamos parte da análise de Mendes & Carnut:

É necessário que se refute os seus principais argumentos em torno da defesa intransigente de cortes drásticos do gasto público e que se explicita que se trata de um documento associado à mais um movimento do capital a favor da adoção de políticas austeras por parte do Estado, dando continuidade ao aniquilamento dos direitos sociais no Brasil, especialmente na área da saúde, em clara sintonia com as contrarreformas impostas à classe trabalhadora que vem sendo implantadas pelo governo Temer (Mendes & Carnut, 2017, p. 2).

De fato, os aspectos aqui já levantados anteriormente retornam às questões de como as crises econômicas ocorrem e quais são as propostas do *mainstream* do pensamento econômico para possíveis saídas. Como visto, a agenda para a austeridade tem se sustentado de várias formas e, principalmente, por meio de instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial.

Essas instituições internacionais têm considerado necessárias políticas de austeridade para o que o risco de investimento privado (dos capitalistas), o mínimo possível e a acumulação, dada principalmente pela análise das taxas de lucratividade, a máxima a qualquer custo.

Destacamos a análise de Rossi (2015) que aponta como o cálculo de risco e o retorno de um investimento empresarial dependem da influência do binômio câmbio-juros, já citados acima. Assim para o autor, “a perspectiva de crescimento econômico sustentado é outro fator que estimula os instintos empresariais para o investimento” (ROSSI, 2015, p. 13).

Assim, novamente, obsevamos o palavra *instinto*, ligada à clássica expressão de Keynes, o *animal spirits*, que descreve como as decisões subjetivas de empreendedores

individuais são as causas do investimento, e que após passarmos por Marx, temos que as expectativas variadas de retorno do investimento são então traduzidas em expectativas pela lucratividade maior possível.

Carneiro (2002), ao analisar a política econômica brasileira nas duas últimas décadas de 2000, apontou como a nossa política monetária era caracterizada por taxas de juros altas e voláteis. O autor observa como essa política exacerba a preferência dos agentes pelas formas líquidas de riqueza em detrimento do investimento instrumental e, ao mesmo tempo, impede o desenvolvimento do financiamento de longo prazo em bases voluntárias pelo sistema financeiro privado, ambas contribuindo para deprimir o investimento.

Nota-se como essa preferência pela liquidez, traduzida aqui como preferência pela lucratividade, gera uma série de decisões políticas que deverão ser executadas pelos Estados nacionais que operam as políticas de austeridade. Por fim, ainda sobre o regime econômico que garante as políticas de austeridade, destacamos a fala de Rossi (2015) que se coloca contrário a esse regime vigente:

Nesse sentido, o regime macro deve prover a estabilidade macroeconômica, entendida não somente como estabilidade de preços, mas também das taxas de retorno da economia (juros e lucros) e da taxa de câmbio. A busca por uma taxa de juros baixa e por uma taxa de câmbio competitiva deve ser o objetivo adicional e voltado para permitir o desenvolvimento do financiamento de longo prazo e os ganhos de competitividade do setor produtivo. Além disso, esse ambiente macroeconômico deve igualmente favorecer a alocação da riqueza no investimento em ativos instrumentais em detrimento de ativos de alta liquidez (ROSSI, 2015, p. 14).

Destacamos o ponto sobre o investimento necessário para a manutenção ou desenvolvimento da economia brasileira, indicando a importância do gasto público com políticas sociais que visem melhores condições de vida (emprego e salários), assim como acesso a serviços públicos universais. Nesse sentido, uma publicação brasileira de 2015 que reuniu as perspectivas de vários estudiosos do campo da Economia Política no Brasil é trazida ao debate. Nela, Conti (2015) aponta como os financiamentos aportados pelo FMI aos países nunca são gratuitos e/ou baratos:

Não estou com isso me referindo apenas aos juros e ao decorrente custo da dívida, mas sim aos ajustes impostos pelo Fundo. Com a autoridade de quem salva do calote e da crise, o FMI, em contrapartida, exige que o país ajudado siga uma determinada cartilha (CONTI, 2015, p. 40).

O autor aponta, já considerando os dois materiais do FMI e BM que discutimos no início deste capítulo, como a “boa ciência econômica” é imposta aos povos “bárbaros” e perdulários, ou seja, como essas instituições internacionais apontam uma “receita” a ser seguida para que a economia brasileira se mantenha com seu risco de investimento dentro de uma boa avaliação por parte dos investidores internacionais e nacionais. Nesse ponto voltamos ao apontamento de Conti (2015):

A pergunta incontornável é: diante dessa tragédia anunciada, porque o governo optou pela austeridade fiscal? E a resposta é: estamos novamente diante da mesma cartilha que exige a prática da “boa ciência econômica”. Não sendo mais credor do Brasil, o FMI talvez não tenha o mesmo poder de outrora na imposição de sua doutrina. No entanto, o mandamento da austeridade é recolocado, desta vez, por um novo agente disciplinador: as agências de rating de crédito (*Standard & Poor's, Moody's e Fitch*). Sob o olhar dos mercados, são elas que dão o selo de qualidade a um país, indicativo de sua atratividade para o capital internacional (CONTI, 2015, p. 299).

Com essa afirmação, vemos como a austeridade cumpre a função de bloquear o avanço das demandas por redução das desigualdades, estabelecendo um mecanismo de controle dos capitalistas sobre o governo. Como já citado anteriormente, Kalecki (1943) já apontava como a função social da doutrina do equilíbrio fiscal a de tornar o nível de emprego dependente do estado de confiança, que nesse caso é o do Mercado. Utiliza-se aqui, uma transcrição de uma palestra feita por Kalecki em 1942⁶:

[...] a manutenção do pleno emprego causaria mudanças sociais e políticas que dariam um novo ímpeto à oposição dos líderes empresariais. De fato, sob um regime de pleno emprego permanente, o ajuste deixaria de desempenhar seu papel como medida disciplinar. A posição social do chefe seria minada e a autoconfiança e a consciência de classe da classe trabalhadora aumentariam. Greves por aumentos salariais e melhorias nas condições de trabalho criariam tensão política [...] (KALECKI, 1942, p. 3).

Novamente, retornamos a algumas expressões que Kalecki muito utilizou, como “disciplina nas fábricas” e “estabilidade política”, que na maior parte das vezes são mais apreciadas do que os lucros. Assim o “instinto” dos líderes empresariais indica-lhes que o pleno emprego duradouro é insustentável, entendendo que o desemprego é parte integrante do sistema capitalista, ou seja, algo natural.

No cenário brasileiro contemporâneo, Belluzzo e Bastos (2015) apontam como a tal “cartilha” do *mainstream* econômico, a partir do preceito da austeridade, exige juros

⁶ Disponível em: <<https://mronline.org/2010/05/22/political-aspects-of-full-employment/>>. Acesso em: 23 jul. 2018.

mais altos e maior destinação de impostos para o pagamento da dívida pública, ao invés de devolvê-los na forma de transferências sociais, serviços e investimentos públicos.

Os autores apontam sobre a situação de início de governo da então presidenta Dilma:

O problema das contas públicas em 2014 foi gerado pela estagnação da economia e pelos subsídios públicos que não conseguiram estimular o gasto do setor privado. Se houve “gastança”, ela foi com isenções de impostos e contribuições trabalhistas para empresas que não reagiram como esperado e sim cortaram gastos, em parte por causa da própria desaceleração da demanda, em parte por causa das incertezas do processo eleitoral, em parte por causa da avalanche de importações provocada pela crise internacional (BELLUZO & BASTOS, 2015, p. 5).

Quando assume o governo, Dilma, eleita pelo Partido dos Trabalhadores, decide pela austeridade em uma economia à beira da recessão. Como não houve resolução ou intervenção sobre o processo, já dito anteriormente, do tamanho e forma da Dívida Pública (pagamento de juros elevadíssimos), agravou-se ainda mais o processo da austeridade.

O caso brasileiro e toda a sua relação com a agenda da austeridade será mais bem detalhado no capítulo 3. Portanto, iremos explorar agora como os efeitos das políticas de austeridade têm se apresentado e desenvolvido em diversos países no mundo.

A crise financeira global que começou em 2007 levou os governos nacionais de todo o mundo, e notavelmente muitos dentro da União Europeia, a implementar medidas de austeridade. Semelhante aos PAEs implementados em todo o mundo em desenvolvimento desde os anos 1980, grande parte da pressão para adotar e impor medidas de austeridade foi cobrada por instituições financeiras globais como o FMI. Apesar das alegações originais de que essas medidas foram planejadas como soluções ostensivamente de “curto prazo”, a lenta recuperação econômica ou o agravamento das condições econômicas em muitos dos países afetados pela crise financeira levaram a um aumento no número e rigor das medidas.

3.2. OS EFEITOS DA AUSTERIDADE

As crises do capitalismo, portanto, têm ocorrido e tendem a se tornar frequentes e, nesse processo, geram efeitos importantes sobre as medidas sociais protetivas. Se utilizamos a leitura da queda na taxa de lucratividade dos países do G7, torna-se importante analisar o efeito das decisões que vêm ocorrendo nos países da União Europeia e Estados Unidos diante da crise.

Como este trabalho tem seu foco nas mudanças das políticas sociais Diante das crises do capitalismo e, mais especificamente, sobre o impacto no acesso à saúde, utiliza-se da produção de Reeves et al. (2014), que demonstram no gráfico 3, como o padrão de gastos governamentais com saúde foi alterado nos países que compõem a União Europeia e os Estados Unidos da América.

Gráfico 3 – Mudanças no PIB e nos gastos governamentais com saúde entre países selecionados nos períodos de recessão e austeridade – 1995 a 2011 (Tradução nossa)

Fonte: Reeves et al., 2014, adaptado.

Os autores destacam que as decisões sobre as políticas de acesso à saúde foram muito diferentes nos países apresentados. Alguns destes permitiram que a despesa total subisse diante das crescentes necessidades da população, apesar das pressões sobre o

aumento dos déficits e dívidas públicas, como nos Estados Unidos da América, Holanda e Alemanha.

Outro grupo, influenciado por um consenso das instituições internacionais (FMI e BM) de que a consolidação fiscal iria promover o crescimento econômico futuro, reduziu substancialmente os gastos do governo com saúde, como a Irlanda, Espanha, Reino Unido, Eslováquia e Grécia.

Reeves et al. (2014) apontam como essa grande variação nas respostas dos governos a um choque econômico na Europa criou um conjunto de experiências para a compreensão dos efeitos nos orçamentos do setor saúde:

Enquanto as flutuações da moeda podem ser responsáveis por variações entre os países fora da zona euro, alguns destes (Islândia, Grécia, Irlanda, Reino Unido, Espanha, Eslovénia e Espanha) tem implementado grandes reduções nos gastos com saúde, enquanto outros (Holanda, França e Suíça) têm permitido níveis reais de aumento no gasto. Por mais intuitivo que possa parecer, as recessões levam aos cortes, e estes dados indicam que há espaço para diferentes opções políticas, como uma pesquisa recente que mostra que a profundidade da recessão não parece corresponder diretamente a evolução das despesas de saúde (REEVES et al., 2014, p. 2, tradução nossa).

Essa pesquisa recente indicada pelos autores se trata do livro, publicado em 2013, *The Body Economic: Why Austerity Kills* dos autores David Stuckler e Sanjay Basu (STUCKLER & BASU, 2013).

Utilizamos de um apontamento feito pelos autores do livro em questão, sobre as diferentes formas que os governos dos Estados Unidos da América e Reino Unido lidaram com as consequências da crise ocorrida em 2008. Como pode ser visto no gráfico 4, os EUA e o Reino Unido tiveram resultados diferentes sobre o PIB após a crise em Wall Street.

Gráfico 4 – Comparação da variação percentual do Produto Interno Bruto (PIB) segundo quartil – Estados Unidos da América e Reino Unido – 2008 a 2012

Fonte: Stuckler & Basu, 2013.

Os autores descrevem:

A partir de 2009, quando o presidente Obama tomou posse, os EUA começaram a seguir um caminho de estímulo. Essa escolha marcou um ponto de mudança desde a recessão nos Estados Unidos, então a economia vem se recuperando e agora seu PIB é maior do que era antes do início da crise. Em contraste, depois dos conservadores chegarem ao poder em 2010, o governo britânico começou a cortar bilhões de libras nos gastos do governo. Sua economia tem se recuperado em menos da metade da taxa dos EUA, que ainda não se recuperou totalmente [...] (STUCKLER & BASU, 2013, p. 13, tradução nossa).

Essa análise dos autores sobre as consequências dos cortes nos gastos públicos e o efeito sobre o PIB dos países analisados se relacionam diretamente com os conceitos já trazidos na parte anterior sobre os efeitos dos investimentos públicos em Keynes e Kalecki.

Sobre as curvas vistas no gráfico acima, destacamos que, de um lado, a maior parte dos países europeus assumiam posições de austeridade; de outro, os Estados Unidos da América, vistos há muito tempo como um país mais conservador em relação a Europa, respondiam à mesma crise com estímulo e não com austeridade (BASU et al., 2017). Os autores destacam:

Com Barack Obama, os EUA participaram de um plano de estímulo temporário que aumentou o apoio ao desemprego, à assistência alimentar, à saúde e a outros programas sociais. Como os principais dados econômicos debateram o estímulo como uma alternativa à austeridade, numerosos

artigos de pesquisa ressaltaram que o estímulo ajudaria na recuperação econômica mantendo emprego e consumo, e não levando a dívidas de longo prazo (BASU et al., 2017, p. 204).

Stuckler & Basu (2013) descrevem também como a “sabedoria popular entende que as recessões são inevitavelmente ruins para a saúde humana”. O que se espera então é um aumento da depressão, suicídio, alcoolismo, surtos de doenças infecciosas, e muitos outros problemas de saúde.

De forma radical, os autores afirmam como aquela expectativa é em partes contraditória, argumentando como as recessões podem ser ameaças e/ou oportunidades para a saúde pública. Um exemplo que é dado é o caso da Suécia que passou por uma importante crise no início de 1990, mas que não apresentou aumento no número de suicídios ou morte causadas pelo alcoolismo.

Dessa argumentação inicial, Stuckler & Basu (2013) reafirmam:

O que aprendemos é que o perigo real para a saúde pública não é recessão em si, mas a austeridade. Quando as redes de segurança sociais são reduzidas, os choques econômicos como a perda de um emprego ou uma casa pode se transformar em uma crise na saúde (STUCKLER & BASU, 2013, p. 14, tradução nossa).

Os autores utilizam de uma relação entre a expectativa de vida e os gastos com o bem-estar social para argumentar a afirmação acima. No gráfico 5 é possível identificar a relação entre o aumento da expectativa de vida e os gastos com políticas de bem-estar social, fundamentalmente pelo fato de os governos investirem mais em bem-estar social, como apoio a programas de habitação, de desemprego, pensões e cuidados em saúde (STUCKLER & BASU, 2013).

Gráfico 5 – Relação entre a Expectativa de Vida e os Gastos com Bem-estar Social segundo países selecionados – 2008

Fonte: Stuckler & Basu, 2013.

Como pode ser visto, quando distribuídos os países selecionados segundo expectativa de vida e gastos com bem-estar social, se tem uma correlação forte entre as variáveis analisadas. Os autores comparam o caso da Islândia com a Grécia:

É por isso que a Islândia – embalada pela pior crise bancária da história – não sofreu mortes crescentes na Grande Recessão. Ela escolheu por defender os seus programas de assistência social, e foi ainda mais longe para reforçar a eles. Em contrapartida, a Grécia, cobaia da Europa para a austeridade, foi pressionada a realizar cortes draconianos – o maior já visto na Europa desde a Segunda Guerra Mundial. Sua recessão foi menor do que a da Islândia no início, mas agora piorou com a austeridade. Os custos humanos tornaram-se dramaticamente claros: um aumento de 52% nos casos de HIV, a duplicação no número de suicídios, o aumento dos homicídios e o retorno da malária – todos os programas de saúde mais críticos foram cortados (STUCKLER & BASU, 2013, p. 14, tradução nossa).

Os efeitos da austeridade são consistentes e profundos, sendo que o maior foco dos debates sobre os períodos de recessão, gerados pelas crises cíclicas, está centrado sobre o decréscimo do PIB, os déficits orçamentários e a redução ou não da dívida pública. Pouco ou nenhum debate se faz centrado na saúde humana e bem-estar social.

Um outro artigo produzido por Reeves et al. (2013) apresenta o acompanhamento da taxa de desemprego e a relação das despesas com proteção social realizadas no Reino Unido.

Como pode ser visto no gráfico 6, o aumento da taxa de desemprego desencadeou um aumento nas despesas com proteção social de 2005 a 2009, porém, a partir da política de austeridade os gastos governamentais com os desempregados iniciou um declínio até 2011.

Gráfico 6 – Mudança em despesas com proteção social* para o desempregado e a taxa de desemprego (%), UK, 2004–2011 (Tradução nossa)

Fonte: Reeves et al., 2013.

(*) Despesas com subsídios ao desempregado ajustado pela inflação e poder de compra.

O acompanhamento da taxa de desemprego e sua relação com os gastos sociais é necessário diante dos métodos já apresentados da análise dos ciclos econômicos no sistema capitalista (IMF, 2010; BASU et al., 2017; STUCKLER & BASU, 2013). As taxas de desemprego “naturais”, longe da perspectiva de garantia do pleno emprego e presentes nos discursos públicos dos governantes e empresários, somadas aos cortes orçamentários nas políticas sociais, têm gerado efeito devastadores sobre os indicadores de saúde.

Reeves et al. (2013) apresentam no gráfico 7 e 8 como foram as mudanças nas áreas de proteção social relativas às despesas governamentais. Para avaliar quais grupos foram os mais prejudicados por medidas de austeridade, o gráfico 7 demonstra as mudanças em cada componente dos gastos do governo em toda a Europa. Como pode ser visto, nove países europeus reduziram os gastos com a proteção social durante a crise

econômica, e os outros dezessete aumentaram. Os orçamentos da saúde apresentaram as maiores reduções, seguidos pelos fundos de habitação e da comunidade.

Gráfico 7 – Total de pacotes de austeridade por tipo de gasto governamental em 26 países da União Europeia entre 2009 e 2011 (Tradução nossa)

Fonte: Reeves et al., 2013.

O Reino Unido apresentou reduções em quase todas as áreas de gastos do governo, exceto para a ajuda externa e pagamentos de juros sobre a dívida pública. Novamente, ressaltamos o papel da agenda da austeridade como forma de garantia dos compromissos com o serviço da dívida pública dos países.

No gráfico 8 nota-se, em toda a Europa, que o declínio dos gastos em “doença e invalidez” foi o que mais contribuiu para os cortes orçamentários globais, seguido pelo “apoio à família” (incluindo programas de desenvolvimento da primeira infância) e “subsídios ao desemprego”.

Gráfico 8 – Variação nas despesas dos Sistemas de Proteção Social em 23 países da União Europeia entre 2009 e 2011 (Tradução nossa)

Fonte: Reeves et al., 2013.

Reeves et al. (2013) mais uma vez afirmam sobre o Reino Unido:

Entre 2009 e 2011, o Reino Unido aumentou os gastos ligeiramente em três áreas: Exclusão Social (compostas principalmente por crianças e Créditos Tributários de Trabalho), Habitação (aumento do número de pessoas com risco de falta de moradia) e pensões (com o envelhecimento da população). Em contraste, os gastos em todas as outras categorias foram reduzidos. Isto incluiu reduções médias anuais de £22 de benefícios por pessoa para doenças e invalidez, £28 em suporte à família (incluindo programas de desenvolvimento da primeira infância), e aproximadamente £18 sobre benefícios ao desempregado (REEVES et al., 2013, p. 3).

Esse monitoramento das mudanças no perfil de gastos com os sistemas de proteção social, considerado também como “medidas saneadoras” para os efeitos da crise do capitalismo, tem fundamental importância para análises das decisões dos governos europeus.

Ainda nesse contexto europeu de vigência das políticas de austeridade, Quaglio et al. (2013) analisam:

Muitos governos europeus têm reduzido, demasiadamente, as despesas públicas com a saúde durante a crise financeira. Consequências sobre os resultados de saúde começaram a surgir. Esta recessão levou a um aumento do estado de mal estar de saúde, aumentando as taxas de ansiedade e depressão entre os cidadãos economicamente vulneráveis. Além disso, a incidência de algumas doenças transmissíveis, juntamente com a taxa de

suicídio tem aumentado significativamente (QUAGLIO et al. 2013, p. 13, tradução nossa).

Os autores seguem a discussão sobre as consequências da austeridade indicando a necessidade de se olhar a crises econômicas internacionais anteriores (Grande Depressão de 1929, o colapso da União Soviética em 1991, a crise financeira do Sudeste Asiático do final de 1990 etc.). Esse olhar se faz necessário para compreender os efeitos na saúde pública a fim de se antecipar ou atenuar tais consequências.

Esta tese mantém esse foco. Analisar os processos políticos e de (des)construção dos sistemas de proteção e promoção social que estão em andamento no Brasil é fator fundamental para, além dos efeitos deletérios sobre as condições de vida da população, entender que o gasto social gera um efeito positivo sobre o crescimento e estabilização econômica diante das crises cíclicas do sistema capitalista.

Quaglio et al. (2013) fazem uma ressalva sobre as análises históricas dos efeitos das crises econômicas:

[...] não é tão fácil aprender com as crises anteriores pois cada crise foi diferente e seus efeitos na saúde pública dependem de várias questões-chave. Tais como a dimensão da crise, a natureza das respostas do governo, as condições pré-existentes antes da crise, e a medida em que as populações estão expostas, entre outros. Apesar destas limitações, uma série de estudos existentes têm examinado o impacto da recessão na Europa, encontrando diversos efeitos negativos. (QUAGLIO et al., 2013, p. 15, tradução nossa).

Gili et al. (2013), ao analisarem o caso espanhol dos efeitos da crise, observam um aumento no número de pessoas que procuraram cuidados primários de saúde em hospitais relacionados a alterações no humor, como ansiedade, somatizações e transtornos relacionados ao álcool, durante o período de recessão. Cerca de um terço deste aumento do risco pôde ser atribuído à ameaça de desemprego e/ou diminuição da oferta de habitação à população.

Ainda utilizando da análise de Quaglio et al. (2013), os autores indicam como, a partir de relatórios da Itália, Reino Unido e alguns outros países europeus, têm-se observado que houve uma reversão da tendência de queda na taxa de suicídio em simultâneo com o desemprego crescente. Os dados sobre as ocorrências de suicídio são, para os autores, um “barômetro para a crise”. Porém, relacionam que a taxa de suicídio, provavelmente, subestima uma crise de saúde mental mais ampla ligada ao aumento das taxas de estresse, ansiedade e depressão entre as populações que são mais vulneráveis à volatilidade econômica.

Suhrcke et al. (2011), a partir de um estudo cruzado em diferentes nações, descreveram como as crises econômicas pioram o prognóstico das doenças infecciosas. Os autores evidenciam que a crise econômica aumentou o tamanho de subpopulações de alto risco como populações de rua, minorias étnicas, migrantes (especialmente os menores de 18 anos), pessoas encarceradas e pobres. É nessas populações que se aumentou a susceptibilidade a doenças infecciosas, por meio do aumento da baixa imunidade, piora do quadro nutricional e da obstrução ao acesso a cuidados de saúde preventivos. Os autores seguem descrevendo:

Um estudo de incidência da TB (tuberculose) durante a crise de Nova Iorque em 1975 constatou que o número de pessoas sem-teto aumentou em 60%. No geral, os riscos de contrair TB foram maiores entre aqueles que tinham experimentado reduções de renda, desemprego involuntário, e foram incapazes de pagar os cuidados de saúde (SUHRCKE et al., 2011, p. 9, tradução nossa).

Ainda nesse campo de análise, Reeves et al. (2015) apontam que, após a recessão de 2008, houve um aumento no número de pessoas que não tiveram suas necessidades médicas atendidas na União Europeia. Assim, a hipótese que surge é a de que esse crescimento se deva ao estabelecimento de medidas austeras para enfrentar as crises econômicas, tais como o aumento do co-pagamento pelo uso de serviços de saúde, corte de gastos públicos (que provocam fechamento de serviços, redução de horas de funcionamento e da força de trabalho), assim como a realização de reformas que restringem o acesso aos imigrantes e moradores de rua.

Voltando aos resultados obtidos por Quaglio et al. (2013), identificou-se que, durante os últimos três anos, a Grécia tem sido vítima de uma elevada carga de diferentes epidemias em larga escala. Entre 2007 e 2010, novas infecções pelo HIV foram notificadas anualmente entre usuários de drogas injetáveis; este número aumentou para 256 em 2011, e para 314 nos primeiros oito meses de 2012. Houve ainda, segundo o estudo, um aumento de novas infecções pelo HIV na população da Romênia, em 2011, saindo de 3 a 5 casos anualmente de 2007 a 2009, de infecções pelo HIV entre usuários de drogas injetáveis, para 12 casos em 2010 e 62 casos em 2011.

Vlachadis & Kornarou (2013) descreveram como a situação de saúde na Grécia apresentou um declínio nos últimos anos. A natimortalidade que diminuía continuamente ao longo de 42 anos, de 16,03/1000 nascidos vivos em 1966 para um valor de 3,31/1000

em 2008. Em 2009-2010 a taxa de natimortos aumentou para 4,28 em 2009 e 4,36 em 2010 – um aumento de 32% entre 2008 e 2010.

Ainda sobre a situação da Grécia, Simou e Koutsogeorgou (2014) demonstram como o país foi extremamente afetado pela última crise econômica na Europa, sendo que seus casos de suicídio aumentaram em 17% de 2007 a 2009, com dados não oficiais reportando aumento de 25% entre 2009 e 2010. O Ministério da Saúde grego ressaltou incremento de 40% em 2011, e por fim, houve aumento das tentativas de suicídio em 36% no período de 2009 a 2011.

Os autores relatam também que, sobre os programas de prevenção de doenças, observou-se um aumento dos casos de HIV, H1N1 e malária. Com a redução do orçamento da saúde, que sofreu corte de 5% entre 2009 e 2010 e de 30% no primeiro trimestre de 2011, houve um aumento de pessoas que passaram a demandar dos serviços públicos de saúde, porém sem ter acesso a eles, o que afetou especialmente os grupos sociais mais vulneráveis, na medida da cobrança de taxas para consultas e de aumento do gasto do bolso para acesso a medicamentos (SIMOU & KOUTSOGEOURGOU, 2014).

Sanjay et al. (2017), por fim, denunciam:

Ministros da Grécia, em colaboração com o Goldman Sachs e outros bancos, claramente cometeram fraudes em seus relatórios contábeis, declarando falsamente suas estatísticas econômicas à União Europeia e aos credores internacionais; internamente, os gregos mais ricos foram autorizados a continuar evitando pagamentos de impostos. E quando os credores internacionais tomaram conhecimento, e o país caiu em estado de ruína financeira, houve fuga de capital do país (SANJAY et al., 2017, p. 204).

Nesse sentido, Alderman & Ewing (2012) publicaram uma matéria apontando como houve um elaborado sistema de empréstimos ao governo grego, como ajuda de emergência (Tróika), mas quase nada do dinheiro vai para o governo grego para pagar por serviços públicos vitais. Em vez disso, flui diretamente para os fundos financeiros dos membros que compõem a Tróika. Os autores descrevem:

O resgate europeu de 130 bilhões de euros (163,4 bilhões de dólares), que deveria ganhar tempo para a Grécia, está principalmente atendendo apenas os juros da dívida do país. Se isso parece fazer pouco sentido economicamente, tem uma certa lógica na política financeirizada da Europa. Afinal, o dinheiro dispensado pela Tróika (Banco Central Europeu, Fundo Monetário Internacional e Comissão Europeia) vem dos contribuintes europeus, os quais estão cada vez mais cautelosos com a

desordem política na Grécia e da sua possível saída da União Europeia (ALDERMAN & EWING, 2012).

Notadamente, essa “ajuda” financeira para garantir a manutenção dos pagamentos de juros da dívida pública grega não tem como interesse real manter ou mitigar a crise nas condições de vida da população daquele país.

Stuckler et al. (2009) também demonstraram a mudança nas condições de saúde da população com a crise financeira, não só segundo causas relacionadas às doenças transmissíveis ou crônicas, mas também no abuso de álcool, homicídios e acidentes de transporte. Nos períodos de recessão nos Estados-Membros da União Europeia entre 1970 e 2007, foi possível observar que um aumento de 1% na taxa de desemprego estava associado a um aumento de 0,79% na taxa de homicídios. O mais impressionante, um aumento de 3% na taxa de desemprego foi associado a um aumento de 28% nas mortes por abuso de álcool.

Ainda sobre a mortalidade, Falagas et al. (2009) descreve como foi possível verificar que os períodos de crises econômicas são acompanhados do aumento da mortalidade da população geral por todas as causas. Por mais que a mortalidade por acidente de trânsito possa diminuir, as doenças cardiovasculares, respiratórias, doenças hepáticas crônicas, suicídios, homicídios e a mortalidade infantil contribuíram para esse aumento da mortalidade geral.

Quaglio et al. (2013) retomam como nos últimos seis anos o desemprego aumentou substancialmente em muitos Estados-Membros da União Europeia, sugerindo que efeitos semelhantes podem ser observados durante essa crise, bem como em crises anteriores. Os efeitos das recessões passadas têm sido associados à redução dos acidentes de transporte com o aumento da atividade física, devido aos custos de transporte. Na crise atual, as mortes no trânsito continuam diminuindo em todos os países da UE, porém, os autores colocam que vai ser difícil determinar se haverá qualquer impacto a longo prazo associados com quaisquer mudanças na atividade física da população.

Por fim, trazemos parte da conclusão dos autores no referido artigo:

Saúde é frequentemente representada apenas como um dreno de recursos, mas pode representar um setor que conduza o crescimento econômico (*foco desta tese*). Atualmente, o setor saúde, tem representa cerca de 9% do PIB na União Européia, contando com 28 países, e cerca de 10% de todos os trabalhadores na União Europeia pertencem ao setor da saúde e/ou bem-estar. Através da eficiência na produtividade do setor é possível se ter um impacto importante sobre as medidas de desempenho na economia como um todo (QUAGLIO et al., 2013, p. 17, tradução nossa).

Os autores continuam a afirmação de que a carga de doenças nos países desenvolvidos é impulsionada principalmente por fatores relacionados ao estilo de vida e, conseqüentemente, de saúde, educação e fatores culturais. Assim, o investimento na saúde deve envolver medidas que abordam questões fora da influência dos sistemas de saúde tradicionais, sendo necessário pensar e agir nas esferas de promoção e proteção social.

Há evidências crescentes (QUAGLIO et al., 2013) de que os impactos negativos sobre a saúde podem ser moderados por investimento adequado na proteção social, saúde pública e promoção da saúde, além de prestação de cuidados de saúde.

Kleinert & Hortone (2013) indicam, diretamente, que enquanto não houver um consenso de que são necessários dados e provas para se formular as políticas de austeridade, é na governança e liderança que a maioria irá determinar o quão bem os sistemas de saúde estão preparados para enfrentar a crise e encontrar formas de mitigar os seus efeitos. A ressalva colocada pelos autores é de que não se deve permitir que na União Europeia a desigualdade no acesso aos serviços de saúde marque profundas mudanças para pior nos resultados de saúde da população.

De fato, os efeitos da crise capitalista sobre as políticas sociais têm e podem se apresentar de maneira importante. Outro estudo que demonstra tais efeitos é o de Burke et al. (2014) que destacam o caso da Irlanda. Segundo os autores:

Um novo governo irlandês chegou ao poder, em março de 2011, com as propostas mais radicais para a reforma do sistema de saúde na história do Estado, incluindo a melhoria do acesso aos cuidados de saúde, cuidados GP (*general practitioner* – médico generalista) livre para todos até 2015 e a introdução de Seguro de Saúde Universal após 2016. Tudo isto deveria ser alcançado em meio à crise econômica mais grave vivida pela Irlanda desde a década de 1930 (BURKE et al., 2014, p. 275, tradução nossa).

Os autores avaliam quão bem o sistema lidou com um “enxugamento” de recursos por uma análise dos indicadores de atividade de cobertura do sistema de saúde. De forma geral foi possível verificar que o sistema de saúde conseguiu “fazer mais com menos” (termo utilizado pelos autores) de 2008 a 2012. Porém, também foi identificado que o sistema conseguiu tal “façanha” transferindo os custos dos cuidados para as pessoas.

A partir de 2013, os indicadores mostram um sistema que não tem escolha senão “fazer menos com menos”, com reduções severas sobre as receitas disponíveis à saúde. O gráfico 9 demonstra como houve uma redução orçamentária para a saúde e,

simultaneamente, aumento no número de pessoas com cartões médicos (*GMS cards*). Estes cartões garantem acesso aos médicos generalistas e hospitais sem custo algum, além de garantir acesso a medicamentos prescritos a um baixo custo.

Gráfico 9 – Relação de gastos com trabalhadores da saúde pública, orçamento da saúde, população e números de usuários com cartões médicos – 2005 a 2014 – Irlanda (tradução nossa)

Fonte: Burke et al., 2014

*Projetado

Os autores indicam que houve uma queda no número de pessoas que se inscreveram no sistema de seguros privados de saúde durante o período, com uma redução de 245.000 pessoas em dezembro de 2013, desde dezembro de 2008. Com esses dois apontamentos, um milhão de pessoas está mais dependente do sistema público de saúde.

Ainda sobre o mesmo estudo, pode-se observar no gráfico 10 a queda no orçamento da saúde pública após 2009, considerando que ele vinha numa ascendente anterior. Observa-se também, e isto é colocado pelo autores, como, apesar da redução do orçamento e do número de pessoas na saúde pública, os hospitais públicos conseguiram fazer “mais com menos”, no período de 2008 a 2012.

Há um fato importante que o artigo traz sobre os números crescentes de internação, hospital-dia, consultas ambulatoriais e atendimentos de emergência: ao mesmo tempo em que o orçamento se tornava reduzido, o que pode indicar a existência de uma “gordura” no sistema a partir do início dos cortes orçamentários. Burke et al. (2014) colocam:

Estes ganhos de eficiência também podem ser influenciados pelos programas de cuidados clínicos, instituídos em 2009 e que começaram a mostrar os benefícios a partir de 2010, além de acordos entre a administração dos serviços de saúde e os sindicatos que permitiram maior flexibilidade e produtividade (BURKE et al., 2014, p. 276, tradução nossa).

Por fim, após o momento do “mais com menos” houve o início do “fazer menos com menos”, uma vez que a partir de 2012 ocorreu o aumento dos casos de atendimentos no Departamento de Emergência, com redução de todas as outras formas. Isto demonstra que os recursos estruturais públicos do sistema de saúde chegaram ao seu limite (superlotação de leitos, filas para agendamento ambulatorial etc.), porém a demanda por saúde não reduziu, levando ao aumento dos atendimentos nas urgências e emergências.

Gráfico 10 – Variação percentual do orçamento da saúde pública, pessoal, hospitalar, hospital-dia, atendimentos Departamento de Emergência e atendimentos ambulatoriais – 2005 a 2014 – Irlanda (tradução nossa)

Fonte: Burke et al., 2014
*Projetado.

O gráfico 11 se torna importante para nossa análise pois traz à luz os efeitos sobre as filas de espera dentro do sistema de saúde irlandês (BURKE et al., 2014). Nota-se que em 2009 havia um menor número de pessoas aguardando internações ou atendimentos ambulatoriais e, após esse ano, se instaurou uma nova média, superior, do número de pessoas em espera.

Gráfico 11 – Número de pessoas à espera de internação e atendimento ambulatorial – 2008 a 2013 – Irlanda (tradução nossa)

Fonte: Burke et al., 2014.

O artigo em questão possibilitou um entendimento sobre a necessidade de se qualificar o uso, com eficiência, das estruturas presentes no sistema de saúde irlandês. No entanto, o “fôlego” foi curto e o sistema entrou num momento de escassez de oferta, com aumento das filas e dos atendimentos nas urgências e emergências. Assim, os resultados sugerem uma oportunidade limitada de “benefício” da austeridade, para além dos cortes e racionamento que prevalecem os danos humanos (condições de saúde que se tornam agudas para então iniciar o tratamento nas urgências) e financeiros (aumento do custo, pois as morbidades e condições de saúde não foram cuidadas via prevenção e proteção).

Partimos dessa estrutura de análise do artigo de Burke et al. (2014) para organizar alguns indicadores de como é possível medir os efeitos dos ajustes econômicos que ocorreram e ocorrem no Brasil, considerando as ofertas de leitos hospitalares, atendimentos ambulatoriais na Atenção Básica ou Especializada, dentre outros. Ao final deste capítulo, sintetizaremos um painel de indicadores para análises dos efeitos da austeridade no Brasil no campo da Saúde Pública.

Por fim, ainda sobre o caso da Irlanda, utilizamos da publicação de Burke et al. (2016) que, acompanhando o desenrolar das políticas sobre o setor Saúde, aponta:

A Irlanda está em um momento crítico, desviando-se entre um caminho potencial para a saúde universal e um sistema sobrecarregado por sete anos de austeridade, que continua a manter o *status quo* e um viés histórico em

direção a um sistema desigual de cuidados de dois níveis (BURKE et al., 2016, p. 236).

Para os autores há uma diferença significativa entre a intenção da política e o que realmente aconteceu entre os anos de 2001 e 2015, indicando deficiências da introdução de uma reforma importante do sistema de saúde sem objetivos claros, orçamentos e mecanismos de implementação para assegurar uma saúde pública e universal.

Ainda, sobre os possíveis efeitos no campo da saúde e seguridade social diante das crises cíclicas do capitalismo, utilizamo-nos de uma revisão sistemática de Glonti et al. (2015) que teve como objetivo examinar as evidências de estudos longitudinais sobre os fatores que influenciam a capacidade de manutenção das condições de saúde em países expostos às crises financeiras.

Na referida revisão, Glonti et al. (2015) apontam:

Dos 22 estudos que preencheram os critérios de inclusão, foram identificados 10 fatores de risco/proteção associados com a saúde durante as crises econômicas. Estes incluíram idade, sexo, escolaridade, estado civil e tamanho da família, o emprego/ocupação, renda/restrição financeira, crenças pessoais, estado de saúde, área de residência, e as relações sociais (GLONTI et al., 2015, p. 18).

Os autores descrevem como os resultados só medem o efeito líquido do choque econômico e sua resposta, ou seja, identificou-se evidências que oferecem alguns indicativos sobre vulnerabilidade, que englobam tanto o risco de um indivíduo ser exposto a um choque econômico (por exemplo, por estar em um emprego instável ou ter baixa escolaridade) e o efeito que esse choque tem sobre suas condições de saúde (GLONTI et al. 2015).

Entre os fatores de risco socioeconômicos, os níveis de renda mais baixa foram associados com maior vulnerabilidade, tais como as doenças cardiovasculares e sofrimentos em saúde mental. Em geral, aqueles com emprego mais precário eram mais vulneráveis a problemas de saúde mental. A associação com a educação era mista, embora o ensino superior pareceu ser um fator protetor⁷ (GLONTI et al. 2015).

Os resultados de saúde mais comumente relatados foram em saúde mental (saúde mental em geral, estresse e depressão) e nos comportamentos saudáveis, seguido por

⁷ Os autores consideram um fator de risco e/ou proteção qualquer atributo, característica ou exposição de um indivíduo que aumente ou diminua a probabilidade de desenvolver uma doença ou lesão. Este conceito é derivado da Organização Mundial de Saúde, que exemplifica alguns fatores de risco mais importantes como: baixo peso, sexo inseguro, pressão alta, consumo de tabaco e álcool, água, saneamento e higiene inseguros para uso e consumo.

saúde física e lesões autoprovocadas intencionalmente (incluindo tentativas de homicídio e suicídio). Estes resultados provavelmente foram escolhidos, pois a maioria dos estudos abrangeu um curto período de tempo, que impediu a medição das mudanças a longo prazo nos resultados, como os efeitos das doenças crônicas não transmissíveis. É importante citar que essa revisão sistemática apontou que os estudos se focaram em três combinações possíveis: pré e pós-crise; pré-crise e durante a crise.

De fato, há a necessidade de desenvolvimento de estudos longitudinais (pré, durante e pós) para examinar a evolução dos efeitos das crises, reforçando a necessidade de estabelecer sistemas de monitorização a longo prazo, como painéis de monitoramento ligados às instituições de Saúde Pública (DATASUS) e de áreas socioeconômicas (IBGE, IPEA etc.).

Dos apontamentos feitos por esta revisão, uma ressalva deve ser feita sobre a correlação das crises econômicas e os efeitos nas condições de vida da população. Mesmo que um dado país não esteja passando por uma recessão definida, é possível que um grande número de pessoas experimente choques econômicos individuais (perda de postos de trabalho ou endividamento excessivo). Ainda assim, há a possibilidade de uma grande proporção de pessoas estarem em uma recessão econômica nacional e não sentirem qualquer queda nos padrões de vida, o que pode ocorrer, provavelmente, quando há uma ação do Estado na garantia de direitos sociais diante das demandas do capital.

Labonté & Stuckler (2016) relacionam os efeitos a longo prazo na Saúde com a crise financeira, Grande Recessão e austeridade, que dependem em grande parte de como o emprego e os ambientes de trabalho serão afetados. Os autores destacam:

O desemprego de longo prazo, combinado com a redução dos apoios à proteção, provavelmente levará a comportamentos de enfrentamento insalubres e à pobreza crônica. A qualidade do emprego também está se deteriorando em um aprofundamento da reestruturação do mercado de trabalho que começou no início dos anos 80, levando ao aumento da insegurança econômica mesmo para aqueles que tinham empregos. A reestruturação do mercado de trabalho nesta época foi acompanhada por um declínio contínuo nas taxas de sindicalização nas economias avançadas, e particularmente desde os anos 80 (LABONTÉ & STUCKLER, 2016, p. 317).

A Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, 2013) estimou globalmente que a participação da produção econômica do trabalho *versus* capital caiu de pouco mais de 65% para menos de 54% entre 1980 e 2011. No documento é apontado:

[...] a grande mudança na distribuição da renda no nível global nas últimas três décadas tem sido num ritmo mais lento da renda sobre o trabalho em comparação com a produção mundial. Embora isso corresponda a um aumento da participação nos lucros, a mudança não produziu os benefícios dinâmicos esperados em termos de investimento produtivo, criação de empregos e redução da pobreza (UNCTAD, 2013, p. 4).

Essas tendências levaram, segundo Standing (2011), a uma nova classe para além da trabalhadora, o chamado “precariado”, que se caracteriza por pessoas que trabalham em empregos de curto prazo, sem a formalização de identidades ou carteiras de trabalho, não tendo apoio à proteção social e regulamentos de proteção ao seu vínculo de trabalho.

Dois interessantes exemplos das relações de trabalho precárias foram condensados por Labonté & Stuckler (2016), utilizando experiências de dois países europeus: na Alemanha há trabalhadores assalariados que realizam parte da jornada de trabalho quando da necessidade dos capitalistas, sendo chamados, os empregos de “mini-empregos” (*mini-jobs*); no Reino Unido há um aumento dos contratos de trabalho no formato “zero hora”, em que o empregador não é obrigado a fornecer um número mínimo de horas de trabalho aos contratados.

Por fim, os autores, por meio do estudo de Chan (2012 apud Labonté & Stuckler, 2016), apontam como a China tem passado por uma crescente agitação trabalhista com a desaceleração econômica global, o que tem acarretado um posicionamento dos capitalistas de reduzir salários ao mesmo tempo em que há uma ameaça de mudar as plantas das fábricas para países vizinhos com salários mais baixos.

Utiliza-se novamente do estudo realizado por Kentikelenis (2017), quando analisados os efeitos indiretos sobre os sistemas de saúde dos chamados Programas de Ajuste Estrutural imposto/proposto pelo FMI ou BM. Um elemento-chave das políticas de estabilização tem sido a desvalorização da moeda a fim de melhorar a competitividade externa dos países. Porém, os preços das importações aumentam consideravelmente mais quando comparada a valorização da moeda; e assim, o acesso a medicamentos e equipamentos médicos importados torna-se prejudicado (BREMAN & SHELTON, 2006).

Quando então ocorrem as políticas de liberalização das contas de comércio e capital, como a remoção de tarifas alfandegárias, se reduz as receitas tributárias comerciais no curto prazo, que, sem serem substituídas por outras receitas, podem minar a base fiscal da política de saúde. Outro possível efeito é o de deixar as economias

liberalizadas mais vulneráveis às flutuações econômicas globais, dificultando o desenvolvimento de indústrias nacionais e contribuindo para a dependência externa.

Por fim, retornando ao material de Kentikelenis (2017), as privatizações que ocorrem são projetadas para arrecadar fundos para governos que estejam em desequilíbrio fiscal; no entanto, a médio e longo prazo, os Estados perdem fontes de receita pública confiáveis, que poderiam ter sido usadas como bases fiscais para a política de saúde.

Utilizamos aqui, para apoio à sistematização de indicadores e dados de acompanhamento, o trabalho de Kentikelenis (2017) que sintetiza as evidências disponíveis comparando as possíveis consequências das dimensões dos PAEs (estabilização, liberalização, desregulamentação e privatização) com os amplos agrupamentos de determinantes sociais de saúde, que se basearam na publicação de Wilkinson & Marmot (2003) e da Organização Mundial de Saúde (WHO, 2014): 1. Gradiente social (ligação direta entre renda e saúde⁸); 2. Estresse; 3. Condição de vida inicial; 4. Exclusão social; 5. Trabalho; 6. Desemprego; 7. Apoio social; 8. Dependência; 9. Alimentação; e 10. Transporte.

Assim, do trabalho utilizado de Kentikelenis (2017), teremos alguns indícios, porém não todos os efeitos esperados sobre os determinantes sociais, uma vez que há uma interação complexa e uma série de consequências imprevistas que podem ocorrer. Ainda, é necessário termos uma dimensão temporal para avaliar plenamente os efeitos das políticas de ajuste estrutural sobre a saúde: “[...] diferentemente de seu impacto nos sistemas de saúde que podem se refletir rapidamente nos resultados, os efeitos das mudanças nos determinantes sociais na saúde podem levar anos ou décadas” (KENTIKELLENIS, 2017, p. 299).

Primeiramente iremos abordar os aspectos dos PAEs a partir da **Estabilização** (Quadro 3). As consequências tiveram variações em todos os determinantes sociais e podem ocorrer principalmente pelo efeito que a austeridade causa ao retirar recursos disponíveis para as políticas públicas sociais, como Saúde, Previdência Social, Assistência Social e Educação.

Ainda, para garantir a estabilização, se realizam políticas fiscais, monetárias e cambiais, o que pode acarretar uma variação nos preços de compra da população que, se

⁸ Segundo a WHO (2009), existe um gradiente social na saúde que vai de cima para baixo no espectro socioeconômico. Este gradiente em saúde significa que as iniquidades em saúde afetam a todos. Por exemplo, se você olhar para as taxas de mortalidade de menores de 5 anos por níveis de riqueza familiar, verá que dentro dos países a relação entre nível socioeconômico e saúde é graduada.

aumentarem, geram um efeito de menor acesso a medicamentos e materiais para uso em Saúde. Cabe também destacar que, caso o país em análise possua um câmbio desvalorizado e precisar importar para produtos em Saúde, seu poder de compra será menor e assim gerará um efeito menor de acesso aos produtos e serviços necessários à população.

Quadro 3 – Relação entre consequências sociais e Determinantes Sociais afetados – Estabilização

Possíveis consequências (positivas ou negativas)	Determinantes sociais afetados
Desigualdade aumentada	Gradiente social
Alterações na disponibilidade e custo da habitação	
Reduções na inflação ou hiperinflação	
Redução na probabilidade de crise cambial	
Redução dos serviços de saúde disponíveis	Estresse
Reduções na inflação ou hiperinflação	
Acesso inadequado a nutrição ou cuidados de saúde	Condição de vida inicial
Redução da disponibilidade ou acesso à educação	
Erosão das comunidades e solidariedades sociais	Exclusão social
Condições de trabalho precárias	Trabalho
Composto de efeitos econômicos adversos de crises	Desemprego
Fundos públicos limitados disponíveis para políticas sociais	Suporte social
Aumento do custo de insumos (por exemplo, medicamentos) devido à desvalorização	
Redução do consumo de álcool ou tabaco devido a rendimentos reduzidos	Dependência
Aumento do custo de alimentos importados devido à desvalorização	Comida
Diminuição da dependência de carros que contribuem para a redução dos acidentes de trânsito	Transporte
Aumento do custo da viagem para acesso aos cuidados de saúde	

Fonte: Kentikelenis (2017, tradução nossa) – Adaptada.

O segundo ponto de análise é o da **Liberalização da Conta de Comércio e Capital** (Quadro 4). Uma vez que a liberalização reduz as barreiras ao comércio e facilita o investimento estrangeiro direto, o país que estiver sobre essa égide sofrerá com a dependência de todo o mercado internacional, ou seja, a competitividade nos setores produtivos tende a aumentar considerando a entrada de investimentos e novas empresas estrangeiras. Tal competitividade terá um duplo efeito que pode gerar a qualificação dos serviços realizados, mas também tende a reduzir os salários e expor toda a economia do país a flutuações econômicas globais.

Ainda sobre as flutuações econômicas globais, é provável que se tenha uma redução no acesso a alimentos, medicamentos e/ou materiais para uso em Saúde, uma vez

que os países sofrem com as variações nas taxas de câmbio e com ela, no poder de compra da população. Por fim, considerando o mercado ocupado pelas multinacionais no setor alimentício, há uma tendência de que a população acesse alimentos não saudáveis, os chamados alimentos ultraprocessados⁹.

Quadro 4 – Relação entre consequências sociais e Determinantes Sociais afetados – Liberalização da Conta de Comércio e Capital

Possíveis consequências (positivas ou negativas)	Determinantes sociais afetados
Desigualdade aumentada	Gradiente social
Aumento de oportunidades para trabalhadores qualificados	
Aumento da concorrência levando a insegurança no emprego	Estresse
Reduções no trabalho infantil	Condição de vida inicial
Alteração das normas sociais (as economias de livre mercado favorecem a concorrência e traços individualistas em vez de solidariedade comunitária e social)	Exclusão social
Reduções salariais para garantir a competitividade	Trabalho
Aumento de oportunidades para trabalhadores qualificados	
Maior exposição a flutuações econômicas globais	Desemprego
Redução dos impostos relacionados ao comércio disponíveis para políticas sociais	Suporte social
Maior disponibilidade de tabaco	Dependência
Maior exposição às flutuações dos preços dos alimentos	Comida
Maior disponibilidade de alimentos não saudáveis	

Fonte: Kentikelenis (2017, tradução nossa) – Adaptada.

Outro aspecto dos PAEs é o da **Desregulamentação econômica** (Quadro 5), ou seja, o processo que limita a interferência do Estado no funcionamento do livre Mercado. Como pode ser visto, algumas consequências negativas se vinculam às mudanças nas legislações de determinado país que, tendo como base uma forte influência dos “líderes empresariais”, tendem a realizar reformas sociais que penalizem mais os trabalhadores, como reformas da Previdência, Assistência Social e Saúde. Ainda, esse aspecto pode afetar o acesso da população à moradia por meio de novos ajustes/regras para ter acesso a uma casa própria ou mesmo locada.

⁹ Para mais informações sobre o termo utilizado, acesse o artigo produzido por Louzada, MLC et al. Alimentos ultraprocessados e perfil nutricional da dieta no Brasil. Rev. Saúde Pública, 2015. Disponível em : < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102015000100227&lng=pt&tlng=pt>.

Quadro 5 – Relação entre consequências sociais e Determinantes Sociais afetados – Desregulamentação econômica

Possíveis consequências (positivas ou negativas)	Determinantes sociais afetados
Desigualdade aumentada	Gradiente social
Flexibilidade de trabalho	Estresse
Mudanças nas leis e regulamentos de moradia que enfraquecem a proteção dos inquilinos	
Mudanças nas leis e regulamentos de moradia que podem afetar a disponibilidade, acessibilidade e qualidade das moradias para famílias	Condição de vida inicial
As normas sociais em mudança (economias de livre mercado favorecem a competição e traços individualistas, em vez de solidariedade comunitária e social)	Exclusão social
Redução dos direitos trabalhistas	Trabalho
Enfraquecimento das instituições de negociação coletiva	
Mudanças nas condições de trabalho	
Maior exposição a flutuações do ciclo de negócios	Desemprego
Novas oportunidades de emprego	
Mudanças no caráter das políticas sociais (por exemplo, redes de segurança social minimalistas)	Suporte social
Maior disponibilidade de tabaco	Dependência
Maior disponibilidade de alimentos não saudáveis	Comida
Aumento do custo das viagens para acesso aos cuidados de saúde devido à liberalização de preços	Transporte

Fonte: Kentikelenis (2017, tradução nossa) – Adaptada.

Por fim, temos o aspecto da **Privatização de empresas estatais e recursos naturais** (Quadro 6) considerando os PAEs. Tal aspecto tem a função de aumentar o desempenho econômico dos setores produtivos, estatais, que até então estavam protegidos das “forças do mercado”.

Na análise realizada, verificou-se que, de forma geral, os efeitos podem contribuir para a redução a médio prazo do acesso à saúde da população, uma vez que se vincula o acesso à disponibilidade financeira dos usuários. Caso não os recursos não sejam suficientes, haverá acesso, se vinculando ao processo de relação formal de trabalho, no qual o futuro usuário do sistema terá ou não condições de pagar pelo cuidado em saúde.

Ainda, é importante ressaltar a questão das “Demissões em massa”, se referindo ao fato de que as classes mais baixas são as mais propensas a ficar desempregadas, principalmente por impactos secundários, uma vez que são as primeiras a serem despedidas durante os cortes do setor público e dominam setores como varejo e manufatura que são mais adequados para a realocação no exterior. Este desemprego provoca uma perda de renda, resultando em severa tensão financeira. Com a dívida se acumulando à medida que lutam para encontrar um emprego, sofrem com o estigma social associado ao desemprego, os indivíduos sentem-se fora de controle com níveis crescentes de estresse e depressão, deteriorando sua saúde (PRICE et al. 2002).

Quadro 6 – Relação entre consequências sociais e Determinantes Sociais afetados – Privatização de empresas estatais e recursos naturais

Possíveis consequências (positivas ou negativas)	Determinantes sociais afetados
Desigualdade aumentada	Gradiente social
Flexibilidade de trabalho	Estresse
Mudanças no acesso das famílias aos cuidados de saúde	Condição de vida inicial
Mudança nas condições de emprego no setor privado	Trabalho
Demissões em massa	Desemprego
Aumento das receitas públicas a curto prazo para potenciais investimentos em saúde	Suporte social
Diminuição das receitas públicas a médio ou longo prazo para potenciais investimentos em saúde	
Privatização de serviços de saúde	
Aumento da prevalência de dependência ligada ao estresse e desemprego	Dependência
Aumentos nos preços dos alimentos	Comida

Fonte: Kentikelenis (2017, tradução nossa) – Adaptada.

Como vimos, um quadro conceitual pode ser organizado para medição dos efeitos potenciais para a Saúde dos PAEs, no entanto, se relacionam com outros determinantes da formulação de políticas e, assim, estabelecem parâmetros fiscais para todas as políticas públicas, afetando as relações entre mercado e determinando o modo de integração dos países ao sistema econômico global. Essa forma de organizar proposta por Kentikelenis (2017) pode ser empregada para orientar o desenho de políticas que afetem diretamente a Saúde Pública e, nesse aspecto, como poderemos analisar os impactos nas condições de vida da população segundo gastos em saúde no Brasil.

Outro estudo realizado que sistematizou várias análises dos efeitos sobre a população por meio da austeridade, foi o de Vieira (2016). A autora realizou um interessante e recente estudo sobre os efeitos das crises perante as políticas de austeridade, indagando quais lições podemos aprender sobre os efeitos das crises econômicas e das medidas de austeridade fiscal para a situação social, de saúde e para os sistemas de saúde. Assim, a autora sintetiza:

As lições principais são: 1) as crises econômicas podem agravar os problemas sociais e aumentar as desigualdades sociais; 2) as crises econômicas podem piorar a situação de saúde da população; 3) as medidas de austeridade fiscal que estabelecem a redução do gasto com programas de proteção social agravam os efeitos da crise sobre a situação de saúde, em particular, e as condições sociais, de forma mais geral; e 4) a preservação dos programas de proteção social é medida importante para proteção da saúde da população e para a retomada do crescimento econômico em prazo mais curto (VIEIRA, 2016, p. 20).

Destacamos o ponto 4 como condição e intervenção política e social necessária para o avanço da defesa dos gastos sociais públicos como forma de enfretamento das

crises cíclicas do capitalismo. Abordaremos este assunto de forma mais ampla e profunda na última parte da tese.

De forma geral, nesta parte, pôde-se notar um vasto rol de indicadores e produções científicas que tem apresentado como a crise capitalista está transformando as políticas públicas de proteção social e, em especial, a da saúde.

Torna-se importante mencionar uma publicação (OSTRY et al., 2016) feita por economistas do FMI, afirmando que as políticas de austeridade fiscal não só têm custos para o bem-estar social, mas também afetam a demanda, aumentando o desemprego. Na prática, os benefícios que tais medidas podem trazer ao reduzir a dívida pública como aumentar a confiança e o investimento privado, parecem exagerados, havendo forte evidência de que a iniquidade pode significativamente baixar o nível e a durabilidade do crescimento econômico.

Neste ponto voltamos a ressaltar a incerteza sobre como investir ou não no setor privado passa pela fundamental questão de os líderes empresariais apreciarem mais a “disciplina nas fábricas” e a “estabilidade política” do que os lucros (KALECKI, 1977).

Este trabalho, portanto, busca aproximar os processos regulatórios do Estado sobre as políticas econômicas a partir da defesa da expansão das políticas públicas sociais, principalmente as universais como o SUS, focando o poder distributivo do Estado.

Por fim, para fechamento desta parte da tese, utilizaremos do fluxo organizado e sistematizado por Vieira (2016), na figura 3, sobre as consequências sociais, o estado de saúde e sobre o sistema de saúde perante as crises econômicas e as medidas de austeridade fiscal.

Como pode ser visto, de forma geral, o efeito primário das crises econômica recai sobre a capacidade da economia em garantir o emprego (perda ou insegurança). Dada esta situação, o efeito imediato é o empobrecimento da população (queda dos salários e renda) com a respectiva redução na capacidade de pagamento do bolso ou de planos privados de saúde, o que gera um aumento sobre os serviços públicos de saúde. Entretanto, a agenda das medidas de austeridade fiscal também pressiona para a redução dos gastos públicos com as políticas de proteção social.

Figura 3 – Consequências sociais, sobre o estado de saúde e para o sistema de saúde das crises econômicas e das medidas de austeridade fiscal

Fonte: Vieira, 2016.

Esta parte da tese destacou a importância da análise sobre os efeitos das crises econômicas, fundamentalmente por meio de políticas de austeridade fiscal. Entender o quadro da situação dos países europeus é condição básica para avançarmos sobre as perspectivas e condições atuais em que a política econômica brasileira se encontra e quais estão sendo as diretrizes macroeconômicas e sociais que os últimos governos (2003-2016) têm tomado diante da crise capitalista global.

3.3. ALTERNATIVAS À AUSTERIDADE

Um importante artigo produzido por Goranitis et al.(2014) analisou o processo de austeridade realizado (e em realização) na Grécia, porém não na perspectiva dos efeitos que ela gerou nas condições de vida da população grega, mas sim em como foi proposta e realizada, considerando os efeitos por dentro da organização da Política de Saúde nesse país.

Inicialmente, segundo o próprio *Memorandum of Understanding* (MoU) entre a “Troika” da Comissão Europeia (CE), o Banco Central Europeu (BCE), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o governo grego, foram exigidos cortes severos nas despesas públicas, entre elas, a saúde. Os apontamentos iniciais indicavam cortes salariais para aumentar a competitividade e aumentos em impostos a fim de se gerar receitas adicionais (IMF, 2010b).

Os autores Goranitis et al. (2014) afirmam como as negociações para o processo de austeridade foram conduzidas entre os atores com diferentes percepções da situação:

Por um lado, era um problema de disponibilidade de dados, pois não havia informações sobre os fluxos financeiros no sistema ou sobre o desempenho financeiro e econômico das unidades públicas de saúde. Por outro lado, havia falta de conhecimento, da perspectiva da Troika, das regras implícitas em que o sistema de saúde grego operou durante décadas e a profundidade dos problemas políticos e estruturais herdados (GORANITIS et al., 2014, p. 280).

Assim, as decisões para respostas políticas à crise econômica grega se deram sob essas restrições de informação. Uma delas era que os dados utilizados para cálculo do gasto público em saúde não estavam dentro do modelo do *System of Health Accounts* (SHA), que foi implantado apenas a partir de 2013. Dessa forma, a “Troika” tinha a impressão de que a Grécia estava entre os grandes gastadores da OCDE, uma vez que o EUROSTAT e a OCDE reportavam números muito superiores a 10% do PIB em 2005, não tendo relação com os dados das despesas de saúde emitidos pelo Serviço Estatístico Grego (*Greek Statistical Service*) em 2009.

Os resultados dos cortes horizontais impostos pelo MoU foram de diminuição do gasto total com pacientes internados em 3,5%, produtos farmacêuticos em 30,8% e despesas ambulatoriais em 42,4%. Os autores destacam que as tentativas de reforma da saúde levantadas na Grécia, nos últimos 30 anos, não foram implementadas e que as áreas prioritárias foram ignoradas:

As respostas políticas foram focadas apenas em ajustes fiscais rápidos e fáceis, ignorando a necessidade de reformas estruturais ou o direito dos indivíduos de acessar cuidados de saúde, independentemente de sua capacidade de pagamento. Projetar políticas de saúde direcionadas, abrangentes e eficazes certamente depende da disponibilidade de dados, que no caso da Grécia era limitada (GORANITIS et al., 2014, p. 283).

Destacamos então, como é necessário que, uma vez instaurado um cenário de austeridade, as ações políticas devem ser julgadas e realizadas com base em evidências apresentadas, com reformas estruturais mais efetivas e de impacto reduzido nas condições de vida da população.

Por fim, Goranitis et al.(2014) indicam algumas ações de caráter reorganizativo que tiveram bons resultados: 1) uso de prescrições eletrônicas e monitoramento destas pelas equipes de qualidade, o que gerou corte em prescrições excessivas e, até mesmo, fraudulentas; 2) debate da reformulação do financiamento, longe do seguro social baseado em contribuições trabalhistas, mas para o Seguro Nacional de Saúde baseado em impostos; e 3) reestruturação e consolidação hospitalar, com a criação de Unidades de Emergência e Acidentes, operando 24h/dia, 7 dias por semana, nos principais hospitais.

Ainda, apontou-se como horizonte a ser desenvolvido a necessidade de implementação de um banco de dados central que fornecesse a vinculação de registros de pacientes em serviços ambulatoriais e hospitalares; a incorporação no processo da gestão pública em saúde de protocolos de cuidado baseados em evidências; e uso de métodos de Avaliação Socioeconômica, Medição da Qualidade e Satisfação dos Pacientes.

Um outro achado relevante sobre a falha da austeridade foi o de Talley (2013) e Blanchard & Leigh (2013), que apontaram como o FMI calculou incorretamente um multiplicador fiscal quando avaliado para os efeitos dos gastos dos governos durante a crise econômica. Inicialmente, os economistas do FMI assumiram um multiplicador fiscal médio de 0,5, ou seja, para cada dólar de gastos do governo durante a crise, a economia perderia 50 centavos (0,5 dólar). Em 2013, um recálculo realizado pelo FMI descobriu que o multiplicador fiscal para os gastos públicos na verdade variava entre 0,9 e 1,7, e era mais provável que se situasse na extremidade mais alta da estimativa.

Ainda, Stanford (2013) aponta que para cada US\$ 1 novo em gastos públicos, geraria US\$ 1,70 como crescimento econômico, e que mesmo num ambiente pós-crise financeira, os gastos do governo tenham, em média, um efeito multiplicador fiscal de 1,6.

O estudo realizado por Reeves et al. (2013) mostra que ao quantificar os multiplicadores fiscais antes e durante a recessão iniciada em 2008 para 25 países da UE de 1995 a 2010:

Primeiro, esses resultados, tomados em conjunto com outros estudos, corroboram as evidências existentes de que as prescrições históricas para a austeridade das instituições financeiras internacionais tendem a exacerbar as crises econômicas. Em segundo lugar, existe um consenso generalizado de que o investimento na educação e na saúde contribui para o crescimento econômico a longo prazo, criando uma força de trabalho mais saudável, mais instruída e, portanto, mais produtiva (REEVES et al., 2013, p. 11).

Esse último apontamento feito sobre a força de trabalho estar mais produtiva guarda uma relação com o que já citamos, utilizando a fala de Carchedi (2012) que, do ponto de vista marxista, o aprimoramento da força de trabalho, ao mesmo tempo em que se torna mais produtiva, também desenvolve uma consciência e poder antagônicos do trabalho, ou seja, reconhecer que sempre terão que ir ao mercado vender sua única mercadoria, sua força de trabalho. Este é um perigoso processo que os capitalistas temem.

Ainda, sobre o trabalho de Labonté & Stuckler (2016), se indica a necessidade que os governos têm, em regular as finanças globais, fortalecer os mercados formais de trabalho e tributar progressivamente tanto dentro de suas fronteiras quanto globalmente (*O “1%” pode ser domado*). Assim se faz necessário, segundo os autores, expandir o discurso antiausteridade por meio de grupos políticos, instituições multilaterais e produções acadêmicas baseadas em evidências, considerando, para os autores citados, que muitos políticos parecem não estar recebendo “a mensagem”.

Aqui, voltamos nas considerações já realizadas no capítulo 1 deste trabalho, em que identificamos como a queda nos salários tem um efeito na composição orgânica do capital, ou seja, altera-se taxa de mais-valia e, por conseguinte, com a queda do capital variável (salários, fundamentalmente), aumenta-se a taxa de lucro. Chega-se então a conclusão de que “a mensagem” é recebida pelos políticos, contrariando Labonté & Stuckler (2016) e estes decidem por manter as políticas de austeridade para agravar a condição de vida da classe trabalhadora (redução de direitos sociais, de salários, desemprego etc.)

Assim, não devemos apenas acreditar que haverá uma escuta para “a mensagem” que temos tentado passar (de que as políticas de austeridade agravam o desenvolvimento econômico e as condições de vida da população), evitando uma falsa expectativa de que

os “líderes empresariais” ou capitalistas, estarão preocupados com melhores condições de vida.

Reeves et al. (2013), ao realizarem análises setoriais mostraram impactos multiplicadores muito maiores na Saúde, Educação e Proteção Ambiental, e um dreno econômico para os Gastos Públicos com Defesa.

Novamente, utilizando Stanford (2013), o departamento financeiro do Canadá, usando de estimativas, previu em 2010 que cada dólar em gastos públicos para novos projetos de infraestrutura, habitação ou demais medidas de apoio às famílias de baixa renda e desempregadas aumentariam a economia entre 1,3 e 1,5. Para o autor:

[...] Cortes de impostos individuais custariam à economia 0,9 e com os cortes nos impostos sobre as empresas 0,2. Simplificando: a lógica econômica da austeridade foi destruída. Os gastos governamentais em saúde e proteção social não só melhoram a equidade em saúde e contribuem para a estabilidade social, mas também impulsionam o crescimento econômico. Os países que aumentam os gastos sociais durante as recessões econômicas recuperam-se muito mais rapidamente (STANFORD, 2013, p. 145).

De fato, podemos depreender dos estudos apresentados que, na medida em que a austeridade em tempos de recessão econômica cresce, as iniquidades da renda e do acesso aos serviços de saúde pioram para os mais pobres, mas mantêm-se como garantia aos mais ricos.

Em um material publicado pelo Observatório Europeu de Políticas e Sistemas de Saúde (WHO, 2013), observou-se que durante a atual crise econômica, houve exemplos de países europeus cujas políticas de saúde garantiram um padrão mínimo de seu sistema de saúde. Assim, foram incluídas políticas que tentaram manter o financiamento público para o sistema de saúde, aumentando as contribuições sociais e alargando a base de receitas (como na Holanda), ou visando proteger pessoas com baixos rendimentos (como em Portugal).

Houve ainda, políticas que deram um “impulso” ao reforçar uma política de acesso a fármacos de qualidade (Áustria, França, Grécia), acesso de qualidade aos cuidados primários (Itália, Reino Unido, Lituânia), reestruturação do sistema de saúde nacional (Dinamarca, Bulgária, Espanha) e um reforço a investimentos, entendidos pelo mercado como rentáveis, em produtos, serviços e tecnologias no campo da Saúde (Reino Unido, Bélgica, Portugal) (WHO, 2013).

McKee et al. (2013), seguindo as análises apontadas acima, afirmam como a saúde é frequentemente representada apenas como um dreno de recursos, mas pode representar um setor que impulsionaria o crescimento econômico. Como uma das maiores indústrias de serviços, a saúde representa um dos setores mais importantes nas economias desenvolvidas. Atualmente, a sua produção representa cerca de 9% do PIB na UE-28 e cerca de 10% de todos os trabalhadores da União Europeia pertencem ao setor da saúde e da segurança social.

Kentikelenis et al. (2016) argumentam que para se contrapor a alguns efeitos adversos dos Programas de Ajuste Estrutural (PAEs) nos sistemas de saúde, os programas do FMI incorporam pisos de gastos mínimos. No entanto, essas incorporações não foram adequadamente realizadas nos programas de ajuste, evidenciando que as metas de gastos prioritários foram observadas na metade do tempo, embora as condições de consolidação fiscal tenham sido quase sempre atendidas.

Como resultado desses efeitos nos sistemas de saúde, os atores não estatais muitas vezes procuraram preencher as lacunas na provisão de cuidados de saúde deixados pelo recuo dos serviços do Estado. Esse cenário de expansão dos serviços privados sobre os serviços públicos de saúde será mais detalhado no capítulo 3, em que nos aprofundaremos no cenário brasileiro.

Na maioria dos países, o corte de sistemas de apoio social, como na Saúde, tem resultado num aumento da morbimortalidade para muitas pessoas, porém as intervenções políticas que tentam preservar tais sistemas de apoio não têm surtido muito efeito (BASU, et al., 2017).

Liang & Tussing (2018) destacam como as principais consequências, em resposta à crise econômica no Setor Saúde, são os da redução na renda familiar e no gasto público em saúde (GPS). Para as autoras, a contração dos GPS durante as recessões exacerba o risco à saúde imposto pelas reduções nos gastos das famílias com cuidados em saúde e outros serviços ou produtos que se relacionam à saúde, como a alimentação.

Para discutirmos o GPS, trazemos sua definição pelo material da OMS (WHO, 2015), que a descreve como: 1) Proteção contra riscos financeiros; 2) Acesso a serviços essenciais de saúde de qualidade; e 3) Acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes e de qualidade.

Assim, inegavelmente, a função de proteção financeira do GPS gera uma necessidade excepcionalmente vital para que o Estado responda ao ciclo de negócios de uma maneira não procíclica, ou seja, considerando a visão keynesiana, quando há um

agravamento da crise capitalista, o Estado deve agir sustentando as políticas públicas sociais. Além disso, nos países em desenvolvimento (da periferia do capitalismo global), o efeito das flutuações econômicas nos gastos públicos em saúde pode ser uma questão de vida ou morte para as pessoas. Quando uma recessão econômica ameaça trazer efeitos irreversíveis à saúde, uma resposta fiscal pública oportuna e adequada é fundamental.

Liang e Tussing (2018), estimaram, para 135 países que compõem a ONU, a relação entre o gasto público em saúde com o Produto Interno Bruto (PIB), examinando o impacto dos ciclos de redução ou aumento do gasto com os resultados de saúde da população.

As estimativas indicaram que o GPS é procíclico para os países em desenvolvimento de baixa e média renda, e também, que a região africana teve o GPS mais procíclico entre as regiões analisadas. Ainda, notou-se uma relação de que países onde o gasto com saúde do governo é mais procíclico, há uma expectativa de vida mais curta e taxas de mortalidade adulta mais altas. Para os países em desenvolvimento, os resultados indicaram uma mudança da resposta procíclica para a resposta contracíclica no GPS. Além disso, os resultados de Anos Potenciais de Vida Ganhos (APVG), indicaram que, aproximadamente, 1 ano de vida por pessoa foi ganho e 13 vidas foram salvas por 1000 adultos, associando-se a uma redução unitária na prociclicidade do GPS (LIANG & TUSSING, 2018).

Jamison et al. (2013) apontaram na mesma direção ao indicar que as reduções na mortalidade representam cerca de 11% do crescimento econômico recente em países de baixa e média renda, deixando claro aos governos dos países em desenvolvimento que essas são oportunidades a serem realizadas. Outro resultado importante, e que nos interessa, é de que o uso de fundos de Previdência Social para a Saúde, que no caso brasileiro é o Orçamento da Seguridade Social, ajuda a explicar a variação entre países nos ciclos da economia nos países. Assim, o efeito encontrado é de menor prociclicidade em países que tenham Fundos de Seguridade Social para a Saúde.

Nos trabalhos desenvolvidos por Furceri (2010) e Darby & Melitz (2008), notou-se evidências sobre a evolução dos sistemas de seguros sociais de saúde ao longo do tempo, mostrando que ela geralmente cobre primeiramente os setores formais e se expande lentamente para outros grupos populacionais. Assim, o GPS terá maior efetividade onde há fundos de Previdência Social para a Saúde, chegando mais profundamente aos setores informais e cobrindo universalmente a população de dado país.

Notamos, por fim, que os países com GPS procíclico, ou seja, vinculados ao crescimento econômico, têm expectativas de vida mais curtas e maiores taxas de mortalidade adulta (LIANG & TUSSING, 2018). Assim é importante ressaltar que o aumento no peso dos Fundos de Seguridade Social nos Orçamentos da Saúde pode ser fundamental para quebrar o padrão procíclico do GPS.

Para encerrarmos este capítulo, no qual discutimos toda uma agenda para as políticas de austeridade, de forma global, utilizamos o texto de Mollo (2015) publicado no livro “Austeridade para quem? Balanço e perspectivas do governo Dilma Rousseff”, a fim de relacionarmos as perspectivas keynesianas e marxistas sobre a austeridade e a função do Estado nesse processo.

A autora aponta que, para os economistas marxistas, que não veem no Estado a solução dos problemas que são inerentes à lógica do capitalismo, há um papel do Estado sempre que ele pode melhorar a posição do trabalhador na relação capital-trabalho. Assim:

[...] Os marxistas obviamente reconhecem a importância do dinheiro e do mercado no capitalismo, porque sabem que todos são compradores e, para tanto, precisam vender, mas eles criticam tal forma de organização social. No capitalismo, a inserção social e a vida das pessoas dependem de uma coisa, o dinheiro – ao invés disso se fazer de forma consciente, com prioridades planejadas (MOLLO, 2015, p. 86).

Reconhecemos então que, para uma mudança social que vise uma outra forma de sociabilidade, é importante, mas não exclusivo, que se construa condições materiais de mudança no próprio sistema capitalista. Boschetti (2016) nos ajuda a compreender como o Estado tem uma função primordial de garantir a reprodutibilidade da força de trabalho, porém, na perspectiva do Estado Social, aproxima-se os trabalhadores da possibilidade de uma consciência de classe. Tais movimentos, mesmo sob a visão keynesiana, não serão feitos através de políticas de austeridade, pois os trabalhadores estarão em condições adversas (precarização das condições de vida) e, possivelmente, terão dificuldades em se organizar e se preparar enquanto classe trabalhadora.

Mollo (2015) então aponta como a defesa pela austeridade significa reduzir recursos de políticas sociais e impedir a realização de investimentos públicos para fins sociais, ou seja, punir os trabalhadores, principalmente os que mais dependem dessas políticas e serviços.

Como esta questão é debatida em todo o mundo, a austeridade permanece um tema relevante e persistente porque define a conversa convenientemente para os poderosos:

focaliza a questão do capital, circunstanciando se é necessário ou não distribuir ou concentrar o capital, ao invés de se concentrar em conceitos alternativos, como direitos, ética, empatia, comunidade ou no que desejamos que o nosso mundo se transforme (BASU et al., 2017).

É improvável, portanto, que a austeridade acabe, pois serve para moldar continuamente nossas políticas e sociedade de uma maneira que seja conveniente para aqueles que escolhem para onde o capital irá fluir e, nesse sentido, para sua acumulação e precarização de toda classe trabalhadora em qualquer que seja o território.

O que se expõe nesse capítulo é que a austeridade não é uma mera escolha, é uma agenda sobre como usar melhor o capital. Retornamos as ideias dos economistas liberais que continuamente afirmam a necessidade de controlar os gastos públicos para que o mercado mantenha a confiança como “grande” investidor, atento aos juros que irão receber.

Nesse sentido, o que impulsiona o crescimento econômico é o gasto público social que tem base na realidade e nas pesquisas utilizadas e debatidas aqui. Tal crescimento operará, o que já foi debatido com o auxílio de Carchedi e Roberts (2013), um adiamento e possível agravamento da crise estrutural a qual os investimentos públicos querem combater. Identificou-se, então, um movimento de tendências e contratendências do próprio sistema capitalista que se ajusta para ampliar as taxas de lucro, alterando assim a composição orgânica do próprio capital.

Mollo (2001) colabora, ao analisar a visão marxista, que o Estado tem limitações, que ao “salvar” a economia pune os trabalhadores, não sendo possível superar definitivamente as crises que surgem da dinâmica econômica. Portanto, reconhecemos que, ao invés das políticas de austeridade, há possibilidades maiores de barganhas salariais e desenvolvimento de ações coletivas da classe trabalhadora, conforme há melhoria das condições de vida e do emprego.

4. A POLÍTICA ECONÔMICA E DE SAÚDE NO BRASIL

Como já discutido no capítulo 1 deste trabalho, os conceitos e a formulação teórica trazidos por Keynes, Kalecki e Marx apontam para aspectos essenciais do sistema capitalista que tornam necessário o entendimento de fundamentos macroeconômicos para o comportamento microeconômico.

Algumas abordagens keynesianas, kaleckianas e marxistas serão apresentadas nesse capítulo a partir da história econômica brasileira na contemporaneidade. Tais abordagens definem o papel e o comportamento dos agentes econômicos (ou classes) a partir de um contexto macro, respectivamente. A evolução capitalista fundada na lei do valor ou permeada pela incerteza que perpassa as decisões econômicas em economias monetárias, a partir dessas abordagens heterodoxas, permite uma compreensão mais ampla da complexidade existente no capitalismo (LIMA et al., 2016).

De fato, as contribuições do capítulo 1 são úteis ao entendimento das limitações ao desenvolvimento econômico no capitalismo e à avaliação das políticas econômicas diante das crises capitalistas ou mesmo da ideia de crescimento e possíveis efeitos da instabilidade e da desigualdade inerentes ao sistema.

Portanto, diferentemente da perspectiva neoclássica, que não admite intervenções estatais ou as delimita a momentos de estabilização de curto prazo, o que veremos é a base das políticas econômicas que vêm sendo realizadas no Brasil, utilizando as correntes heterodoxas (Keynes, Kalecki e Marx) para reconhecer as possibilidades de atuação concreta na sociedade, agindo sobre o contexto macroeconômico que tem gerado, cada vez mais, uma piora significativa sobre as condições de vida da população.

Caminhamos aqui, lado a lado, com a intenção de analisar a relação da política macroeconômica e o desenvolvimento econômico com seus condicionantes políticos, por meio da abordagem da economia política. Assim, nossas análises serão compostas por trabalhos que vão do campo dos debates da teoria econômica *strictu sensu*, indo para o pressuposto de que a adoção de determinada política econômica pode ser decorrente de condicionantes externos e internos.

Assim, usamos do material de Teixeira & Pinto (2012) que consideram o caso da economia política brasileira atrelada à sua condição periférica e dependente da economia

mundial, assim como as interações e conflitos de interesses econômicos e políticos das frações de classe no bloco no poder¹⁰.

Este capítulo está organizado em duas seções que abordam, primeiramente, os aspectos da economia política brasileira com foco, principalmente, nos efeitos da crise econômica mundial pós-2008 no Brasil. Analisar-se-á as bases da política econômica brasileira a partir do tripé macroeconômico vigente (câmbio flutuante, metas de inflação e superávit primário) e as consequências sobre as políticas sociais na forma de restrições de acesso aos serviços públicos, e em especial os da saúde.

Ainda na mesma seção, serão apresentados dados e análises sobre as políticas econômicas desenvolvidas durante os governos Fernando Henrique Cardoso (1998-2001), Lula (2002-2010), Dilma (2011-2016) e, em parte, Temer (2016-2018), caminhando pelos resultados quanto aos empregos, salários, lucros, rentabilidade e crescimento do PIB. Escolhe-se esse período contemporâneo, no sentido de se compreender o comportamento da política econômica brasileira, no que se refere ao Governo Federal, sobre a constante composição/recomposição orgânica do capital. Essa relação revela conflitos entre a manutenção das taxas de lucros e as condições de emprego e salário dos trabalhadores no Brasil.

Por fim, na segunda seção, ao entrarmos no campo da saúde no Brasil, se descreverá, de forma geral, como a Política de Saúde tem sido realizada dentro dos governos analisados, principalmente sobre o aspectos do subfinanciamento do Sistema Único de Saúde (SUS) com suas variáveis que garantem um escoamento de recursos públicos como as isenções fiscais possíveis na saúde e o perfil precário do ressarcimento SUS até então realizado.

4.1. A ECONOMIA POLÍTICA E A CRISE BRASILEIRA

Como já colocado no capítulo 1, nesta seção aprofundaremos no entendimento dos fatores fundantes da recente crise brasileira, principalmente, após a crise econômico-financeira ocorrida após 2008. Tal movimento se dará sob a ótica da crítica da economia política de Marx.

¹⁰ Os autores se baseiam na obra de Poulantzas (1977) que especifica o termo como no como uma unidade contraditória entre distintas classes e/ou frações de classes sob a hegemonia em seu interior de uma dessas frações ou classes, em suas relações com o Estado capitalista, abrangendo as práticas políticas de classe, refletindo o conjunto das instâncias, mediações e níveis da luta de classe em uma determina conjuntura.

O entendimento do conceito de crise foi abordado por três principais autores: Keynes, Kalecki e Marx, e foi possível compreender o caráter cíclico e estrutural que as crises têm dentro do próprio capitalismo, tendo efeitos não só em determinados países, mas em todo o globo, principalmente com a precarização de suas condições de vida.

Assim, a economia política nos ajuda a analisar as relações sociais de produção, circulação e distribuição de toda mercadoria produzida que, em partes, visa atender às necessidades humanas, mas principalmente são as formas necessárias para a reprodução do capital.

O que se desenvolverá na segunda parte dessa seção será uma análise das políticas realizadas no Brasil, considerando o período do fim do governo FHC até o início do governo Temer, sob os contornos políticos que se desenvolveram na relação Estado e mercado, procurando indícios das causas e efeitos no campo do emprego, finanças públicas e privadas, rentabilidade, entre outras.

4.1.1. Tripé macroeconômico

Nos debruçamos aqui sobre as bases estruturais da política econômica brasileira vigente, isto é, as delimitadas pelo tripé macroeconômico. Para prosseguir nas nossas análises precisamos trazer à luz alguns conceitos como os de desenvolvimento econômico, entendido como um processo de crescimento com transformações estruturais, e de desenvolvimentismo como uma política que reconhece a necessidade de intervenção do Estado no mercado com foco no nacionalismo e na industrialização para o desenvolvimento (FONSECA, 2004).

O desenvolvimento econômico nos é importante para análise, pois procuraremos reconhecer possíveis transformações estruturais que ocorreram durante os diferentes governos que ocuparam a gestão da União. Já o conceito de desenvolvimentismo torna-se relevante pois veremos como o Estado interviu no mercado para garantir uma maior proteção da indústria nacional e/ou de toda forma de produção que a sociedade brasileira realizou no período.

Ainda, temos o conceito de social-desenvolvimentismo que agrega ao desenvolvimentismo, para além da intervenção do Estado (desenvolvimento das forças produtivas e constituição de um projeto nacional), o aspecto da inclusão social como eixo principal e o objetivo último do processo de desenvolvimento (CARNEIRO, 2012).

Traremos ainda, para análise e debate, o conceito de Nacional-desenvolvimentismo (ND), de forma simplificada, como um projeto de desenvolvimento econômico assentado no trinômio: industrialização substitutiva de importações, intervencionismo estatal e nacionalismo. Assim, ampliamos o conceito de desenvolvimentismo adicionando a ele o caráter de especificidade da relação com o mercado estrangeiro.

Na perspectiva da Economia Política, o ND significa deslocar o poder econômico e político na direção da burguesia industrial em detrimento dos grandes proprietários de terras e recursos naturais (OLIVEIRA, 1981). Assim, segundo Gonçalves (2012), o ND tem como foco o crescimento econômico, baseado na mudança da estrutura produtiva (industrialização substitutiva de importações) e na redução da vulnerabilidade externa estrutural, a partir de alguns pressupostos:

1. Menor dependência em relação à exportação de *commodities* com mudanças na estrutura de importações e redução do coeficiente de penetração das importações industriais;
2. Fortalecimento do sistema nacional de inovações;
3. Aumentos das restrições ao capital estrangeiro como discriminação nas compras governamentais, restrição de acesso a determinados setores, imposição de critérios de desempenho e restrição na obtenção de incentivos governamentais.

Veremos mais adiante neste capítulo como no campo da Saúde Pública tem se desenvolvido essas relações entre o capital estrangeiro e o investimento e desenvolvimento do setor saúde, especialmente a partir do segundo governo Lula (2007).

Como parte do movimento desta tese, o de caminhar entre as posições apresentadas por Keynes, Kalecki e Marx sobre as crises do capitalismo e o comportamento do investimento/lucro em dado cenário de um país, utilizamos de uma contribuição crítica sobre o desenvolvimentismo elaborada por Sampaio Jr. (2012):

O desenvolvimentismo é um termo vago utilizado para designar o pensamento crítico sobre os dilemas e os desafios do desenvolvimento nacional nas economias latino-americanas enredadas no círculo vicioso da dependência e do subdesenvolvimento. O centro dessa reflexão consiste no esforço de equacionar os nós que devem ser desatados para que a expansão das forças produtivas possa ser associada à solução dos problemas fundamentais da população. Nessa perspectiva, acumulação de capital, avanço das forças produtivas e integração nacional constituem aspectos indissolúveis de um mesmo problema: criar as bases materiais, sociais e

culturais de uma sociedade nacional capaz de controlar o sentido, o ritmo e a intensidade do desenvolvimento capitalista (SAMPAIO JR., 2012, p. 673).

Assim, segundo o autor, o desenvolvimentismo, como conceito e ideia, ajuda a “cristalizar” as estruturas da economia capitalista, não colocando em questão a teoria do valor de Marx e suas consequências na composição orgânica do capital. Portanto, apesar dos diversos conceitos que derivam do desenvolvimentismo (social e nacional-desenvolvimentismo), tal processo nada mais é do que um esforço de mostrar a necessidade inescapável de reformas estruturais para a manutenção, como já considerada anteriormente, da taxa de lucratividade e das condições de reprodutibilidade da força de trabalho.

Por fim, nos cabe trazer uma precisa colocação de Sampaio Jr. (2012), que descreve o movimento dos novos conceitos do desenvolvimentismo com uma *arma ideológica dos grupos políticos entrincheirados nas estruturas do Estado*, apresentando uma diferenciação entre o governo Lula e FHC, partindo da posição de que durante o governo Lula reforçou-se o crescimento como solução para os problemas do país. Essa solução terá efeitos positivos sobre a ampliação do consumo da população, mas no campo da saúde pública e de demais áreas sociais, afetará a forma pela qual tais serviços públicos se desenvolverão, numa expansão conjunta do setor privado na garantia de acesso.

As considerações aqui utilizadas de Sampaio Jr. (2012) são fundamentais para a constante manutenção da crítica desta tese sobre os discursos de desenvolvimento: por meio do gasto público (investimento) que não considera as estruturas e a lógica do próprio sistema capitalista, a do capital valorizar-se a qualquer custo.

Feita essa consideração crítica sobre o discurso do desenvolvimentismo, passamos ao próximo campo de nossa análise, o regime macroeconômico. Tal conceito é entendido como uma ferramenta auxiliar ao processo de desenvolvimento e, portanto, como parte do planejamento estratégico (ROSSI, 2015). Portanto, as políticas macroeconômicas são destinadas a garantir melhores resultados não só a curto prazo, mas também dar diretrizes para o manejo da política macro de forma a adequá-la a determinados objetivos de longo prazo.

No Brasil se encontra ainda vigente o regime macroeconômico que se constitui, desde 1994 durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), pelo tripé macroeconômico composto pelo câmbio flutuante, metas de inflação e superávit fiscal primário.

Essa estrutura teve como pressuposto uma concepção característica do pensamento clássico, a neoliberal, que dá ao sistema capitalista algumas características naturais como a operação do mercado livre de interferências do Estado, levando a uma ideia de alocação de recursos mais eficiente. Como apontado por Rossi (2015):

[...] o instrumental macroeconômico deveria ser mobilizado para a busca quase exclusiva da estabilidade de preços, identificada como condição primordial para o desenvolvimento. No debate recente sobre o modelo de crescimento brasileiro, o rigor do tripé econômico foi apontado por diversos críticos como o responsável pelo baixo crescimento da economia brasileira e como entrave para o desenvolvimento (ROSSI, 2015, p. 8).

Entretanto, mesmo com a defesa da manutenção “a qualquer custo” da máxima do tripé econômico, após a crise de 2008, algumas políticas começaram a ser realizadas. A política cambial brasileira utilizou de controles de capital, a política monetária passou a considerar os choques de oferta para a decisão de política e o regime fiscal passou a ponderar o uso da política fiscal anticíclica. Tais ações deveriam ter segurado os efeitos no Brasil da crise global, porém não será o que veremos mais adiante neste capítulo.

Trazemos, ainda, a concepção de “desenvolvimento dependente-associado”, muito desenvolvido e elaborado por Fernando Henrique Cardoso (FHC) nos anos 1970, que orientou os aspectos fundamentais da inserção externa brasileira durante seus mandatos presidenciais (1995-2002). Assim, no texto de Cardoso e Faletto (1970) vê-se que o conceito de dependência parte da crítica às limitações da teoria cepalina¹¹ e das teorias do imperialismo¹². Os autores então deixam claro que não se trata de uma relação de dominação imposta de fora para dentro, mas sim de laços de dependência que são reproduzidos pelas relações entre classes e grupos sociais domésticos e externos, de maneira que a dependência tem raízes no interior da economia dependente.

Teixeira e Pinto (2012) colaboram com uma síntese dos elementos que compõem o conceito de desenvolvimento dependente-associado, ao analisar as posições políticas de FHC, como: 1) A internacionalização do mercado interno pela qual as empresas estrangeiras buscam trazer suas plantas produtivas aos países periféricos, visando ao mercado interno; 2) A mudança no tipo de dependência que deixa de ser uma dependência

¹¹ Considera o Estado como um ente autônomo e racional que conduz o processo de industrialização que levaria ao desenvolvimento, não considerando os conflitos entre classes e grupos sociais no interior do próprio Estado.

¹² Reconhece que não há perspectivas ao desenvolvimento pelo capitalismo-dependente, em particular, porque o “imperialismo”, representado pelas empresas multinacionais e Estados dos países desenvolvidos, teria interesse na manutenção da condição de subdesenvolvimento e da orientação rural e agrária exportadora dos países periféricos.

do mercado externo para a dependência dos investimentos e da tecnologia estrangeiros;

3) Rearticulam-se os laços entre elites domésticas e grupos estrangeiros, de forma que a burguesia doméstica torna-se sócia-menor dos interesses do capital estrangeiro no país;

4) Superação das ideias cepalinas ao se considerar que as empresas estrangeiras exerciam um papel cada vez maior na industrialização da periferia a qual era fundamental para a superação do subdesenvolvimento.

Por fim, essa perspectiva do desenvolvimento dependente-associado guarda uma relação ideológica com o neoliberalismo, ou seja, o bem-estar humano, aqui trazido na lógica do desenvolvimento, só poderia ser promovido por meio das liberdades empresariais, dos direitos de propriedade privada, da liberdade individual e do livre comércio (HARVEY, 2007). Assim, o que vem à tona é uma real abertura da economia brasileira ao “livre comércio internacional”, já sendo mediada pela OMC, FMI e BM, como citados nos capítulos anteriores.

Ainda sobre o regime macroeconômico pensado na perspectiva neoliberal, o objetivo essencial é colocar as autoridades políticas sob princípios preestabelecidos que limitam a discricionariedade da atuação do Estado, objetivando a estabilidade de preços e a solvência do setor público no longo prazo, de preferência com redução do gasto público ao longo do tempo para reduzir o tamanho do Estado e, assim, aumentar a “eficiência” na alocação de recursos (ROSSI, 2015).

Iniciamos então nossa análise pelo **Regime de Câmbio** no Brasil, que pode ser classificado como flutuante, considerando as intervenções no mercado de câmbio e as demais medidas regulatórias de política cambial que o país possa fazer. Para tanto, trazemos, mais uma vez, a influente instituição mundial que apresentou e apresenta aos países agendas de austeridade, o FMI. Segundo o Fundo:

O comportamento observado da taxa de câmbio, complementado por informações sobre as medidas monetárias e cambiais adotadas pelas autoridades do país (principalmente a intervenção), permite que, na maioria dos casos, seja feito um julgamento sobre se a taxa de câmbio é determinada principalmente pelas forças do mercado ou por ações da política oficial (HABERNEIER et al., 2009, p. 8, tradução nossa).

Vejam que há um certo grau de subjetividade que permite que regimes de câmbio com alto grau de atuação do governo (intervenções, controles de capitais, medidas regulatórias etc.) podem ser classificados como flutuantes. Nesse contexto, a alegação de que o governo não segue metas explícitas para a taxa de câmbio pode bastar para

classificar o regime como flutuante. Assim, esse regime, se classifica como de flutuação livre, caso não tenha tido intervenções nos últimos seis meses, com exceção de intervenções limitadas com o objetivo de resolver condições de desordens no mercado. Tais intervenções, como forma de medida, não devem ter duração superior a 3 dias úteis, que normalmente, nas condições desordenadas de mercado duram apenas 1 ou 2 dias.

Importante notar que, em 2009, o FMI alterou sua classificação a fim de atender às novas condições do sistema monetário internacional após a crise de 2008 e, antes disso, classificava como flutuação independente o regime cambial que não fazia uso de nenhum tipo de intervenção por parte do governo e de flutuação administrada aquele em que as autoridades monetárias buscavam influenciar a taxa de câmbio sem um alvo específico (HABERNEIER et al., 2009).

Como vemos, o FMI pressupõe que um aumento do grau de intervenção nos regimes de câmbio no pós-crise e a recusa dos Estados nacionais em aceitar tipos mais “intervencionistas” de classificação estão na origem da mudança. O Fundo aponta:

[...] um número crescente de países agora é capaz de alternar entre dívida em moeda nacional e estrangeira em termos comerciais, enquanto outros tiveram fluxos de renda, em particular do petróleo, que podem ou não ser canalizados através de um banco central, e construíram conjuntos de ativos semelhantes a reservas na forma de fundos de estabilização do petróleo ou fundos de investimento de longo prazo. Como resultado, medidas convencionais de intervenção podem subestimar o grau em que as taxas de câmbio flutuantes em alguns países são gerenciadas. Os problemas são agravados pela falta de disponibilidade de dados sobre intervenção cambial (HABERNEIER et al., 2009, p. 6, tradução nossa).

Por fim, voltamos a destacar como há uma preocupação por parte do FMI em acompanhar e controlar o câmbio de um país a partir de um ranqueamento de quantas e quais intervenções são realizadas sobre o câmbio, voltado a prever quais seriam os impactos, que no caso dos rentistas, poderiam se dar em forma de lucros quando combinados com a dívida pública e seus credores. O que apontamos aqui é que ter um câmbio flutuante segundo as regras e demandas do mercado não tem necessária função de garantir melhores condições econômicas para os países e suas relações comerciais estrangeiras.

Como já dito no capítulo 2, um efeito importante do câmbio flutuante segundo as regras do mercado é o impacto na compra e acesso de materiais e medicamentos pela população de determinado país. Na sequência deste capítulo, ao nos debruçarmos sobre a situação da Política de Saúde no Brasil, verificamos como se comportam nossas

importações e exportações de produtos em saúde e os impactos que um câmbio flutuante podem gerar.

Passamos então à discussão do **Regime Fiscal de Superavit Primário**, que estabelece metas para o resultado fiscal do setor público, considerando suas despesas não financeiras, ou seja, é o resultado nominal menos os gastos líquidos com juros, ou ainda, a variação nominal da dívida líquida, deduzidos os ajustes patrimoniais efetuados no período, o impacto da variação cambial sobre os passivos (destaca-se a força do mercado ao termos um Câmbio Flutuante), e os juros nominais incidentes sobre a dívida líquida (ROSSI, 2015).

Assim, a exclusão dos gastos líquidos com juros é explicada, pois o pagamento de juros é um dos componentes do orçamento fiscal que não pode ser alterado sem rompimento de contratos no caso de um ajuste fiscal. Vemos aqui, então, que a garantia de cumprimento dos contratos é a principal função dos superávits primários. Já havíamos destacado que a austeridade tem como função a garantia dos pagamentos dos serviço da Dívida Pública.

É nessa garantia que se fundam e se problematizam os métodos de ranqueamento dos países para apresentar aos futuros credores, na lógica do capitalismo global, a fim de haver um investimento privado para a realização de políticas públicas. Como já apontado anteriormente, os Programas de Ajustes Estruturais (PAEs) do FMI e BM têm-se mostrado funcionais para a execução dos pagamentos dos juros e parte da dívida nominal dos países, porém geram efeitos mortais sobre a população ao retirarem recursos de políticas sociais.

Essa lógica do superávit primário teria como função, então, corrigir incentivos e conter pressões para o excesso de gasto de forma a garantir a responsabilidade fiscal, entretanto, a meta fiscal é a que dá sustentabilidade à dívida pública. Assim, segundo Rossi (2015):

O regime de meta para superavit primário tem como objetivo limitar a discricionariedade fiscal da ação pública e assegurar a sustentabilidade da dívida no longo prazo. Com relação a esse último ponto, o superavit primário é uma das variáveis importantes para a sustentabilidade da dívida, junto com o crescimento econômico, a taxa de juros real e a composição da dívida que determinará a direção e a intensidade das variações patrimoniais (ROSSI, 2015, p. 23).

Como já visto no capítulo 1, os ciclos econômicos numa economia capitalista passam por períodos de crescimentos e recessões, e segundo as decisões tomadas pelos

governos como forma de resposta aos períodos de crise (recessões), podemos inferir se a política é procíclica ou anticíclica.

No caso brasileiro, no regime de metas fiscais, que é anual, gera-se um efeito procíclico, uma vez que busca incessantemente o cumprimento da meta fiscal ao longo do ano reforçando um caráter procíclico, que agrava as condições de vida e econômicas da sociedade.

Utilizamos, mais uma vez, a análise de Rossi (2015) para alguns apontamentos sobre a questão do superávit primário “a qualquer custo”, ou seja, perseguir a meta de um superávit para o respectivo ano, não importando se as ações do Estado terão grande impacto nas condições de vida da população. Assim, o autor propõe três formas de ação: 1) Alongar a periodicidade da meta de forma a abarcar o ciclo econômico, para além dos 12 meses em que é pensada/proposta ano a ano; 2) Estabelecer um mecanismo institucional, com regras claras, que permita ao gasto público ser expansionista nos momentos de baixo crescimento e contracionista nos momentos de alto crescimento, preservando, assim, a continuidade de uma meta de superávit com periodicidade anual. Esse apontamento feito pelo autor guarda uma relação intrínseca com a ideia de uma “conta poupança” para a realização do Estado enquanto há uma fase áurea do capitalismo já elaborada por Keynes (1996); 3) Conciliar o regime de metas com a gestão anticíclica da política fiscal por meio da instituição de bandas para o superávit primário, similares ao sistema de metas de inflação, e assim estabelecer limites de tolerância para acomodar o ciclo econômico e as variações não esperadas na arrecadação tributária (ROSSI, 2015).

Feitos os apontamentos ainda sobre o Regime Fiscal de Superávit Primário, passamos agora para o **Regime de Metas de Inflação**, caracterizado como uma estratégia de condução da política monetária na qual a autoridade monetária se compromete a perseguir uma meta para a inflação, explicitamente anunciada, em um determinado período de tempo.

Modenesi (2005) indica como essa definição de regime de metas de inflação abrange diversos enquadramentos institucionais e formas de gestão do regime, que entre as principais características do desenho institucional de um regime de metas de inflação estão: o formato da meta, que pode ser pontual ou com bandas; a escolha do índice, que pode ser um índice cheio ou um núcleo de inflação; o horizonte temporal da meta, que determina o período para o qual a meta deve ser cumprida; os instrumentos de política monetária usados para operacionalização do sistema.

O Banco Central do Brasil (BCB, 2016b) argumenta que o regime de metas de inflação não pode ser combinado com outras metas, como metas para câmbio ou crescimento, considerando uma exclusividade do uso da taxa de juros como instrumento de política. Rossi (2015) indica que o uso de controles de capital reduz o impacto da taxa de juros na taxa de câmbio e permite que instrumentos de política cambial se ocupem do manejo da taxa de câmbio, enquanto os juros (e outros instrumentos) ganham autonomia para buscar a meta de inflação.

O FMI aponta em seu documento para uma pergunta disparadora sobre o uso de políticas monetárias e cambiais:

Como um banco central deveria usar esses dois instrumentos de política para atingir suas duas metas? Políticas monetárias e cambiais totalmente discricionárias permitem, obviamente, a máxima flexibilidade na resposta a choques inesperados. No entanto, a total discricção não é gratuita: pode resultar em sinais conflitantes sobre os objetivos do banco central, minando assim a credibilidade (OSTRY et al., 2012, p. 3, tradução nossa).

Como pode ser visto, a questão da credibilidade com o mercado torna-se novamente o centro para a decisão de quais instrumentos de política um Estado deverá utilizar para lidar com as crises capitalistas. No caso brasileiro, o câmbio flutuante já está na “mão” do mercado, tendo então uma necessidade de atuação na política monetária por meio de metas de inflação.

Por fim, agora utilizando de outro material produzido pelo FMI (BLANCHARD et al., 2010), vemos como um número grande de países escolheu o caminho da flexibilização das metas de inflação:

Na prática, a retórica ultrapassa a realidade. Poucos bancos centrais, se houver algum, preocupam-se apenas com a inflação. A maioria deles praticou “metas de inflação flexíveis”, onde o retorno da inflação para uma meta estável, não é imediato, mas ocorre com algum horizonte. A maioria deles permitiu mudanças na inflação, como aquelas causadas pelo aumento dos preços do petróleo, desde que as expectativas de inflação permanecem bem ancoradas. E muitos deles prestaram atenção aos preços dos ativos (os preços das casas, preços de ações, taxas de câmbio), além de seus efeitos sobre a inflação, mostrou-se preocupação com a sustentabilidade externa e os riscos associados com efeitos patrimoniais (BLANCHARD et al., 2010, p. 4).

É interessante notarmos posições do FMI que vão à público debater e questionar os movimentos que os estados nacionais fizeram e fazem sobre as políticas cambiais e monetárias por meio das metas de inflação, partindo de posições às vezes mais

conservadoras como as produzidas por Ostry et al. (2012) e mais progressistas como as de Blanchard et al. (2010).

Ainda, sobre esta última produção citada, os autores colocam como a crise expôs falhas no arcabouço de políticas econômicas vigentes, forçando os formuladores de políticas a explorar novas formas de responder, principalmente com a combinação de instrumentos tradicionais de política monetária e regulação, e o desenho de melhores estabilizadores automáticos para a política fiscal.

De fato, com um regime de metas de inflação há um estabelecimento do compromisso público com a estabilidade de preços e um quadro de referência para a política monetária. Rossi (2015) aponta como agenda para esse regime de metas de inflação:

- i) A meta não deve ser um objetivo exclusivo da política monetária;
- ii) A meta deve ser flexível o suficiente para acomodar as pressões de preços decorrentes das transformações estruturais inerentes ao processo de desenvolvimento e outros choques de oferta;
- iii) A taxa de juros não deve ser o único instrumento para atingir a meta de inflação e que outros instrumentos sejam usados, dependendo da origem do fenômeno e da natureza do impulso inflacionário.

Conforme o exposto, o regime macroeconômico vigente não é suficiente para garantir o processo de desenvolvimento, tampouco pode ser identificado como o seu principal determinante. O que se nota é que o tripé macroeconômico vigente é uma das formas de garantia de que haverá uma estabilização de preços e de que o mercado se manterá junto ao Estado para a garantia de seus lucros (efeitos de juros da Dívida e do câmbio flutuante).

Entretanto, são necessárias políticas planejadas para o desenvolvimento, que vise melhores condições de vida da população como preceito para melhores condições econômicas aos capitalistas. Deve-se fazer então um planejamento estratégico, articulando de forma reforçadora com outras políticas de desenvolvimento, como as políticas sociais, industriais, tecnológicas, salariais, de investimento público, de infraestrutura etc.

Utiliza-se da produção de Rossi (2015) ao apontarmos, dentro das práticas já realizadas no Brasil, a necessidade de uma orientação da política macro para uma atuação

anticíclica, a fim de se criar um ambiente macroeconômico favorável ao investimento produtivo. De fato, os regimes de câmbio flutuante, de meta fiscal primária e de metas de inflação mostraram-se não convergentes com um projeto desenvolvimentista. Assim, o foco do tripé, novamente, é o de impor limites à discricionariedade da atuação do Estado e de submeter as autoridades políticas aos princípios de uma visão liberal de desenvolvimento, em que o mercado é o principal protagonista.

Como esta tese busca um caminho que passa pela macroeconomia entendida por Keynes, Kalecki e Marx, considerando nossas discussões já realizadas no capítulo 1 sobre a Lei Tendencial na Queda da Taxa de Lucro e o multiplicador marxista, temos que realinhar as ideias discutidas aqui sobre o tripé macroeconômico adicionando à análise a taxa de lucratividade.

Utiliza-se, então, da produção de Prado (2016b):

Nada espelha melhor o método marxiano de pensar o sistema econômico como um todo do que a famosa equação estrutural da taxa de lucro que foi apresentada pelo próprio Marx como lei da queda tendencial da taxa de lucro e de suas causas contrariantes—portanto, como uma expressão explícita do conflito implícito inerente a um processo de produção que é, sobretudo, um processo de valorização (PRADO, 2016b, p. 138).

Assim, a taxa de lucro é o móvel da acumulação de capital, mas a própria acumulação cria barreiras para o seu próprio desenvolvimento, as quais se expressam no andamento temporal da própria taxa média geral de lucro.

Como foi visto, seu objetivo da TML consiste em mostrar as “forças contraditórias” que atuam na taxa de lucro no próprio processo da concorrência dos capitais e, assim, da acumulação de capital, e que se fazem valer de modo complexo – por meio de efeitos de realimentação negativa e positiva que se entrelaçam de um modo difícil de deslindar (PRADO, 2016b).

Assim, entende-se que por mais que haja um esforço político de se “equilibrar” o desenvolvimento do capitalismo, é inerente à própria lógica do capital se “desequilibrar”, ou melhor, de acumular capital a qualquer custo. Entretanto, nossos esforços têm se realizado a partir da análise das políticas econômicas praticadas no Brasil, que até então guardam um caráter da economia neoclássica, e nela, a lógica do neoliberalismo.

Para além de Keynes e Kalecki, que trazem a função do investimento público na perspectiva desenvolvimentista, há um esforço, nesta tese, em desenvolver um caminho por meio da economia política de Marx. No capítulo 1, vimos que o investimento em uma

economia depende dos lucros; assim, se os lucros forem fixados na equação e não puderem aumentar, o investimento não pode crescer.

O investimento capitalista depende, portanto, da redução do desvio dos lucros para o consumo capitalista e/ou da restrição do investimento não capitalista como o governamental. No caso brasileiro, o tripé macroeconômico tem feito essa função: a de contrair ao máximo o investimento e gasto do Estado. Como não estamos interessados aqui em garantir a qualquer custo a manutenção do sistema capitalista, defendemos que o gasto público concorre com os negócios privados, retirando do capital a possibilidade de exploração (lucro) das políticas sociais, e em específico, da saúde.

Por fim, voltamos a trazer a contribuição de Carchedi (2012), que aponta como a luta pelo aprimoramento da força de trabalho e a sedimentação e acumulação de consciência e poder de classe, devem ser o lado de uma mesma moeda. Expandir políticas públicas deve ser um movimento que gere e é gerado pela expansão da crítica ao próprio sistema capitalista. Não iremos acabar com a crise, já que ela é parte do capitalismo, mas podemos melhorar as condições do trabalho e da vida das pessoas em busca do fim do capitalismo.

4.1.2. A Política Econômica nos Governos Lula, Dilma e Temer

Antes de iniciarmos nossas análises, segundo diferentes perspectivas e utilizando estudos já elaborados, manteremos nossa atenção a uma passagem na forma de condução política e econômica dos oito anos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) como presidente.

Partimos então das premissas já descritas do processo que o neoliberalismo e as instituições financeiras internacionais desencadearam com uma agenda sobre os Estados nacionais em todo o globo. A abertura comercial e financeira, somada às privatizações e às reformas, eliminaram a capacidade de planejamento e intervenção dos Estados na atividade econômica, além da condução ortodoxa da política econômica. Por meio da manutenção de juros altos e contenção de gastos correntes, na lógica da austeridade, não conseguiram proporcionar o desenvolvimento que se esperava.

O que se desenvolveu em grande parte dos países foi uma instabilidade macroeconômica permanente e a um padrão de crescimento *stop and go*, dada a elevada vulnerabilidade externa da economia no período, abalada frequentemente pelas

turbulências do mercado financeiro internacional, as quais se respondiam com juros elevados, afim de atrair o capital estrangeiro.

Como colocado por Teixeira e Pinto (2012), a partir do conceito de mercados emergentes, ou seja, países periféricos que não são mais vistos como oportunidades para investimentos produtivos mas sim como plataformas de valorização financeira, a “era” FHC conduziu o Brasil a uma dependência financeira externa.

Para os autores, ao considerarem o conceito de bloco no poder, apontam como a fração bancário-financeira do capital, composta por bancos, seguradoras, fundos de pensão, corretoras e agências de *rating*, passou a influenciar um centro de poder no Estado: o Banco Central. Nesse ponto, relembramos o fundamental papel do Banco Mundial e do FMI que impunham e até hoje impõem as políticas ortodoxas por meio das condicionalidades exigidas aos empréstimos realizados ao países perante suas crises econômicas.

Por fim, para essa curta colocação sobre a gestão FHC, trazemos um trecho de Teixeira e Pinto (2012):

De fato, no período 1994 a início dos anos 2000, o país esteve refém das constantes ameaças de fuga de capital e crises cambiais, bem como das exigências e condicionalidades dos empréstimos do FMI, o que conferiu aos grupos ligados ao mercado financeiro doméstico e internacional um poder extraordinário sobre a condução da política econômica, em detrimento de trabalhadores do setor privado, funcionalismo público e mesmo de outros setores das elites domésticas ligados ao setor produtivo (TEIXEIRA & PINTO, 2012, p. 918).

Antes de adentrarmos nas políticas econômicas desenvolvidas pelos governos Lula, Dima e Temer, ressaltamos que, para nós, as diretrizes do regime de política macroeconômica do governo FHC (sistemas de metas de inflação, superávits primários e câmbio flutuante) continuaram nos governos que se seguiram.

Considerando os apontamentos feitos até então, principalmente nos países europeus, diante da crise e de seu principal efeito nas áreas sociais (a austeridade), esta parte da tese busca realizar uma leitura da política econômica brasileira nos governos Lula, Dilma e Temer, pós-golpe parlamentar¹³, fundamentalmente no entendimento da forma de crescimento econômico realizado e suas consequências socioeconômicas para a população. Utilizaremos aqui de produções científicas e de dados com base nos modelos keynesianos, kaleckianos e marxistas, num esforço de aproximar análises e,

¹³ Para mais detalhes sobre o debate utilizamos Abreu (2016).

principalmente, inserir a economia política como ferramenta de análise dos cenários socioeconômicos.

Inicialmente e de forma geral, utilizamos da produção de Silva (2016) para introduzir o tema:

O crescimento apresentado no governo Lula (2003-2010) teve seu driver no consumo, estimulado por políticas de valorização do salário, expansão do crédito e redistributiva que contribuíram para reduzir a desigualdade da renda no país. Com efeito, o consumo das famílias cresceu de forma exponencial, levando consigo o PIB, que depois de duas décadas perdidas passou a apresentar crescimento expressivo, média superior a 4,0% (SILVA, 2016, p. 113).

O autor ressalva que no início de 2011 a equipe econômica do novo governo “entendeu” que esse padrão de crescimento havia se esgotado, e aqui reforçamos as colocações de Kalecki sobre a necessidade dos líderes empresariais em apreciar mais a disciplina nas fábricas e a estabilidade política do que os lucros. Ferrari-Filho & De Paula (2015) também descrevem:

Desde o início dos anos 2000, a performance da economia brasileira, sob a ótica do Produto Interno Bruto (PIB), tem apresentado melhores resultados do que as décadas anteriores, denominadas “perdidas”: entre 2000 e 2014, a taxa média do PIB foi da ordem de 3,3%. Apesar deste período ter apresentado um crescimento médio do PIB mais auspicioso, a atividade econômica continuou sendo caracterizada por um processo de crescimento *à la stop-and-go* e, além do mais, nos últimos anos a taxa de crescimento desacelerou-se significativamente: entre 2011 e 2014 o PIB cresceu, em média, 2,1% ao ano (FERRARI-FILHO & DE PAULA, 2015, p. 1).

Assim, uma nova rota foi estruturada para alcançar o crescimento de forma sustentável no longo prazo, passando à adoção de uma nova matriz macroeconômica que tinha a função de estimular as exportações e, portanto, o investimento por meio da desvalorização cambial e redução da taxa de juros.

Na produção de Kalecki (1977), “Mecanismo da Recuperação Econômica”, é possível identificar a construção de modelos macroeconômicos que incorporaram a influência do processo de distribuição de renda no crescimento econômico. Os pressupostos de que os trabalhadores possuem maior propensão marginal a consumir do que os capitalistas mediante efeito dos salários sobre a demanda agregada e, por conseguinte, sobre o crescimento econômico, devem ser aqui considerados.

É com a afirmação já citada anteriormente, de que “os trabalhadores gastam o que ganham, enquanto os capitalistas ganham o que gastam” que Kalecki chamou a atenção para os efeitos da distribuição de renda sobre o crescimento econômico.

Lavoie & Stockhammer (2012) sustentam que uma economia está sob um regime *profit-led* ou *wage-led* dependendo da sua estrutura econômica, isto é, da distribuição de renda existente e do grau de abertura econômica do país (comercial e financeira). Os autores argumentam, também, que outros componentes comportamentais devem ser levados em consideração para determinar o regime de crescimento: a propensão a consumir dos vários estratos de renda, a sensibilidade dos empresários a mudanças nas vendas ou nas margens de lucro, as mudanças na taxa de câmbio, a demanda externa e a participação das variáveis da demanda agregada (consumo, investimento, gastos do governo e exportações líquidas).

O início de nossa análise partirá de alguns apontamentos feitos por Silva (2016), que caracterizaram os anos 2000 como um período de crescimento do PIB até o ano de 2010. Neste ponto, o autor indica:

Depois de duas décadas de baixo crescimento, a média de crescimento entre 2000 e 2010 foi da ordem de 3,7%. Sendo o grosso desse crescimento obtido a partir de 2004, quando alcançou uma média de 4,5%. Excluindo o ano de 2009 devido à crise internacional, essa média aumenta para 5,2%. Contudo, no primeiro governo Dilma a taxa de crescimento do PIB caiu vertiginosamente, obtendo uma média de 1,5% no período 2011-2014 (SILVA, 2016, p. 120).

O autor descreve que esse desempenho sobre o PIB pode estar relacionado à mudança de orientação das políticas econômicas no Brasil, que se distanciou da visão neoliberal e foi direcionada para uma perspectiva mais desenvolvimentista (na tentativa de aliar crescimento à redução da desigualdade), além do processo expansionista da China que ampliou as exportações brasileiras.

Um outro aspecto analisado aqui, ainda sobre o governo Lula, é a dívida líquida total do setor público que, segundo Marques-Pereira & Bruno (2010), caiu de 2003 (54,9% PIB em dezembro de 2003) até 2010 (39,2% PIB em dezembro de 2010). Os autores destacam que um dos principais fatores da queda foi a redução da dívida externa que, em dezembro de 2006, o setor público passa à condição de credor externo, saindo de R\$ 27,8 bilhões até atingir o valor de R\$ 359,7 bilhões de créditos externos em dezembro de 2010.

Teixeira e Pinto (2012) se referem à redução da dívida líquida externa, indicando que esta se deu, principalmente, pelos elevados saldos da balança comercial, entre 2003 e 2006, e da conta financeira, entre 2007 e 2010. Para os autores, houve então a possibilidade de o governo elevar suas reservas em dólar (de US\$ 49,3 bilhões em 2003 para US\$ 85,8 bilhões em 2006, para US\$ 180,3 bilhões em 2007 até os US\$ 352 bilhões em 2010), reduzindo assim a dívida líquida externa a ponto de tornar-se credor líquido. Ao mesmo tempo, considerando a manutenção da taxa de juros elevada, o que cresceu então foi a dívida líquida interna do setor público, passando de 43,5% em 2003, para 48,7% do PIB 2010.

Por mais que houvessem superávits primários elevados durante o governo Lula (R\$ 758,8 bilhões no acumulado entre 2003 e 2010), foram menores do que os montantes pagos de juros no mesmo período (R\$ 1.491,4 bilhões). Assim, com a manutenção da taxa de juros elevada foram gerados grandes custos fiscais e o contínuo aumento da dívida interna em termos absolutos (TEIXEIRA, 2007).

Se faz importante notar que, no primeiro mandato de Lula, o crescimento brasileiro foi fortemente impulsionado pela dinâmica externa de forma direta (aumento das exportações) e indireta (elevação dos investimentos dos setores exportadores).

Assim, o setor externo assumiu papel importante para a manutenção do nível de atividade econômica nesse período, resultado do aumento das exportações, que induziu o aumento dos investimentos, em termos absolutos e relativos, dos grupos econômicos da indústria de *commodities* intensiva em capital, puxando a expansão dos investimentos entre 2003 e 2006. Ainda, como efeito do aumento das exportações, gerou-se um aumento na renda agregada interna, induzindo o investimento por meio do efeito acelerador, particularmente daquelas empresas/grupos econômicos que destinavam sua produção para exportação (PINTO, 2010).

Na sequência dos governos, para o segundo mandato de Lula, que teve um cenário favorável internacional, houve uma expansão do mercado interno gerada pela flexibilização da orientação contracionista da política econômica. Essa flexibilização criou uma expansão econômica sustentada pelos investimentos e pelo consumo das famílias, com grande estímulo de políticas de crédito expansionistas.

Teixeira e Pinto (2012) apontam a expansão do crédito de 26,1% em 2003 para 45,2% do PIB em 2010. Somando-se a isso, houve reduções das alíquotas do IR e do IPI sobre carros novos, material de construção e eletrodomésticos, do IOF nas operações de crédito das pessoas físicas e da COFINS sobre motos.

Cintra e Acioly (2012) destacam como as contas externas durante o governo Lula tiveram resultados positivos através dos superávits na Balança de Pagamentos entre 2003 e 2010, cerca de US\$ 231,8 bilhões acumulados. Nesse cenário, houve a possibilidade de realizar o saldo dos empréstimos com o FMI, diminuindo o endividamento público externo. Os autores demonstram como a Conta Capital e Financeira, entre 2007 e 2010, passou a apresentar superávits recordes, de US\$ 88,3 bilhões em 2007, US\$ 70,2 bilhões em 2009 e US\$ 99 bilhões em 2010, garantindo no balanço de pagamentos, registrou superávits expressivos no segundo governo Lula.

Como forma de se analisar com cautela esse cenário de melhora do quadro econômico brasileiro no pós-crise de 2008, Teixeira e Pinto (2012) descrevem como a rápida recuperação das contas externas brasileira se deu, principalmente, pelos fluxos líquidos de capitais, um “excesso de liquidez” da economia mundial. Assim, parte dessa liquidez é atraída ao Brasil pela alta rentabilidade das aplicações em carteira (diferencial entre a taxa Selic e a internacional) e da recuperação rápida da atividade econômica, considerando que passávamos por uma expansão enquanto se desenrolava uma estagnação econômica na Europa e nos Estados Unidos da América. Os autores apontam:

As taxas médias de crescimento do PIB nos dois governos Lula (3,5% entre 2003 e 2006; 4,6% entre 2007 e 2010) foram maiores do que as dos dois governos FHC (2,4% entre 1995 e 1998; 2,1% entre 1999 e 2002). Entre 2003 e 2010, o consumo das famílias e os investimentos públicos e privados, – Formação Bruta de Capital Fixo (FBKF) – elevaram-se em 4,5% e 7,5% ao ano em média, respectivamente. A expansão do investimento acima do PIB implicou na elevação da FBKF de 15,3% PIB em 2003 para 19,5% em 2010 (TEIXEIRA & PINTO, 2012, p. 924).

Neste ponto, trazemos a produção de Carvalho & Rugitsky (2015) que apontam como durante o governo Lula foi tomada como estratégia a expansão do mercado de consumo de massa com a inclusão de famílias e trabalhadores anteriormente excluídos, além do aumento do investimento público. É importante citar aqui o Programa Bolsa Família¹⁴ como política direta de expansão e sustentação de um novo, e maior, patamar de consumo.

No campo forma distribuição da renda e o volume desta, Silva (2016) afirma que foi somente nos governos Lula e Dilma que o salário mínimo cresceu muito acima da inflação, fundamentalmente durante os anos 2000.

¹⁴ Para mais detalhes do referido programa, ler Programa Bolsa Família: Uma década de inclusão e cidadania. Brasília: IPEA, 2013.

Ademais, o crescimento do salário, indica o autor, não foi acompanhado pelo aumento da taxa de desemprego, mas pelo contrário, ocorreu o aumento da formalização e crescimento do emprego. Silva (2016) afirma que ocorreu tanto a redução da desigualdade de renda como o aumento na participação dos salários na renda, como pode ser observado no gráfico a seguir.

Gráfico 12 – Participação dos salários no PIB e índice de Gini – 1995 a 2013 – Brasil

Fonte: Silva, 2016.

Para adensar o debate sobre o real efeito na distribuição de renda e redução do índice Gini, utilizamos da publicação de Medeiros et al. (2016), que encontraram evidências de que a desigualdade de renda no Brasil é mais alta do que se imaginava. Os autores afirmam:

A desigualdade no Brasil permanece estável entre 2006 e 2012 quando os rendimentos do topo da distribuição são estimados por informações do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF). Os vários testes apontam um resultado que parece importante, mas que ainda falta ser explicado adequadamente: o comportamento da desigualdade observado nas pesquisas domiciliares muda de direção quando os dados do IRPF são utilizados; mais precisamente, deixa de haver queda e passa a haver estabilidade (MEDEIROS et al., 2016, p. 7).

Como forma de sintetizar os apontamentos feitos pelos autores na referida publicação, analisaremos dois pontos de quando a informações sobre o IRPF foram incorporadas: houve estabilidade dos valores do índice Gini no decorrer dos anos e foi

diferente do indicado por Silva (2014), e a tendência da desigualdade é afetada não pelos mais pobres, mas pelos mais ricos (MEDEIROS et al., 2016). Essa insistência de análise se dá pela necessidade de entendermos se, de fato, as formas de crescimento foram voltadas para o *wage-led* ou *profit-led*.

Considerando o primeiro ponto, a tabela 1 apresenta o comportamento de várias medidas de desigualdade. Três merecem atenção especial: os índices de Gini, de Mehran e de Piesch. As três medidas indicaram estabilidade, com pequenos aumentos e quedas de menor importância. A única variação mais nítida da desigualdade é uma leve queda ocorrida entre 2011 e 2012.

Tabela 1 - Medidas¹⁵ de desigualdade na distribuição dos rendimentos dos indivíduos adultos – Brasil – 2006 a 2012

	Pnad e DIRPF	Pnad e DIRPF	Pnad e DIRPF	Pnad e DIRPF	Pnad-i e DIRPF ¹	Pnad e DIRPF	Pnad e DIRPF	POF e DIRPF	Censo Demográfico e DIRPF
Período de referência	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2008-2009	2010
Coefficiente de Gini	0,697	0,695	0,704	0,699	0,701	0,704	0,689	0,723	0,716
Índice de Mehran	0,824	0,821	0,824	0,821	0,821	0,822	0,809	0,849	0,838
Índice de Piesch	0,633	0,632	0,644	0,638	0,642	0,645	0,629	0,661	0,655

Fonte: Medeiros et al., 2016 (adaptado).

Os autores destacam:

Vale notar que não se sabe o que ocorreria com o comportamento da desigualdade se a combinação fosse feita com outras pesquisas domiciliares, pois o período coberto pelos dados tributários, 2006-2012, não engloba o intervalo entre edições do Censo Demográfico ou da POF. Sabe-se, apenas, que combinações com o Censo Demográfico levam a níveis de desigualdade semelhantes aos de combinações com a Pnad, sendo as diferenças maiores quando a DIRPF é combinada à POF (MEDEIROS et al., 2016, p. 7).

Este destaque demonstra a importância do uso dos dados do Imposto de Renda como forma de ajuste dos índices apresentados pelo IBGE, principalmente o Gini, com atualizações anuais. O segundo ponto indicado pelos autores diz sobre a tendência de a desigualdade ser afetada não pelos mais pobres, mas pelos mais ricos. Ou seja, computar os rendimentos na base da distribuição – rendas de valor zero ou muito baixo – afeta o

¹⁵ O índice de Mehran tende a enfatizar a parte inferior da distribuição; o coeficiente de Gini, os pontos próximos à média aritmética; e o índice de Piesch, a parte superior da distribuição.

nível da desigualdade, mas não tem um impacto claro sobre as tendências da desigualdade.

O gráfico 13 demonstra como há uma estabilidade quando se retira os 25% mais pobres – todos os de renda zero e praticamente todos os adultos com renda muito baixa. É perceptível então a mudança do padrão ano a ano, quando os 5% mais ricos não são computados no cálculo do coeficiente de Gini, gerando uma tendência na queda da desigualdade.

Gráfico 13 – Coeficiente de Gini da distribuição dos rendimentos dos indivíduos adultos, restringindo-se extremos da distribuição – 2006 a 2012 – Brasil

Nota-se, portanto, que a mudança causada pela modificação nos 5% mais ricos é claramente mais forte que aquela causada por um grupo cinco vezes maior, os 25% mais pobres. Ou seja, os ricos afetam muito mais o comportamento da desigualdade que os pobres (MEDEIROS et al., 2016).

Considera-se que as contribuições dos autores apresentadas no artigo citado, nos colocam mais uma variável de análise sobre o fato de o método de crescimento, nas bases neokaleckianas, ter mantido ao mesmo tempo suas formas de proteção dos salários (*wage-led*) e proteção dos lucros (*profit-led*). Esta constatação aponta para o fato de a renda nacional ter crescido a altas taxas, ocultando a manutenção da má-distribuição de renda durante o período estudado.

Neste ponto, e continuando nossa análise sobre as formas de crescimento, analisamos o item consumo. Silva (2016) indica que, para inserir novos consumidores com alta propensão a consumir no mercado, algumas ações foram realizadas pelos governos Lula e Dilma.

A primeira ação corresponde ao programa de redistribuição de renda Bolsa Família, que no início beneficiava apenas 3,6 milhões de famílias, cujo valor correspondia a R\$ 3,4 bilhões em 2013. Em 2010, o número de famílias aumentou para 12,9 milhões em 2010 com o valor correspondente a R\$ 14,6 bilhões. Em 2013, esses números aumentaram para 14,1 milhões de famílias e R\$ 24,9 bilhões. Já a segunda ação foi o aumento do crédito por meio da criação do crédito consignado, da redução da taxa de juros e, no período pós-crise de 2008, pela expansão do crédito fornecido pelos bancos públicos. Esses dois fatores também contribuíram de maneira decisiva para o aumento do consumo e, portanto, para o crescimento *wage-led* no período 2003-2010 (SILVA, 2016).

O gráfico 14 indica como o consumo das famílias cresceu de forma exponencial durante os governos Lula, alcançando, aproximadamente 6,5% em 2008 e 2010. No período anterior a média total de crescimento dos 4 anos (1999/2002) ficou em 1,7%, seguida então de 3,2% e 5,2% nos quadriênios 2003/2006 e 2007/2010, respectivamente. Por fim, já há o início do declínio das taxas de crescimento que foram, para o consumo médio total de 3,1% (2011/2014), com uma queda drástica resultando num crescimento negativo de 0,9% no período 2015/2018.

É importante destacar que o consumo das famílias é o principal modulador do consumo total, considerando que há uma certa estabilidade no consumo da Administração Pública que, já em 2012 e 2013 iniciam uma redução, já indicando um freio nos gastos do Governo Federal, e que se mantém com um crescimento negativo médio de 0,5%.

Outro ponto de destaque é uma retomada no consumo médio das famílias a partir de 2017 e 2018, que teve uma média de 1,6% de crescimento, apesar de não haver ampliação do consumo da Administração Pública, que novamente nos aponta para as políticas de restrições do gasto federal para a manutenção dos superávits primários. Entendemos que, talvez, o consumo da Administração Pública possa ter entrado, após 2013, em um novo padrão de crescimento, como os vistos nos anos de 1999 e 2000, ou seja, a função do Governo Federal como provedor/consumidor de serviços públicos esteja sendo reduzida.

Gráfico 14 – Taxas de crescimento do consumo (%) – 1999 a 2018 – Brasil

Fonte: IBGE – elaboração própria.

Silva (2016) descreve como o forte crescimento do consumo ao impulsionar o PIB aumentou o grau de utilização da capacidade instalada e induziu os empresários a aumentarem seus investimentos (medindo-se pela FBKF), gerando uma taxa de crescimento média do investimento total de 7,5% entre 2003-2010.

Bielschowsky et al. (2015) afirmam que essa alta taxa de crescimento do investimento nos anos 2000 não se deve apenas ao investimento induzido pela demanda interna como a de bens e serviços de consumo de massa, mas também pelo investimento em infraestrutura, fundamentalmente via Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Esses tipos de investimentos (investimento autônomo) cresceram, sobretudo, a partir do segundo governo Lula quando alcançou uma média de 17,5% contra uma média de 5,3 no primeiro governo.

Os autores apontam que tais investimentos foram possíveis devido ao país ter pagado sua dívida ao FMI e, portanto, permitindo a equipe econômica do governo maior liberdade na condução da política econômica para reduzir as metas de superávit primário e criar o PAC I e II (BIELSCHOWSKY et al., 2015).

Por fim, Silva & Lorenço (2014) destacam que o crescimento do investimento público foi maior do que o apresentado pelo investimento privado durante praticamente todo o período do governo Lula, tendo papel importante em 2009. Enquanto este último

apresentou uma variação negativa de -9,5%, o investimento do governo aumentou em 8,3%, evitando assim uma redução ainda maior do PIB naquele ano.

Ainda, indicam os autores, o investimento das administrações públicas constituiu-se em uma forma de induzir o investimento privado, reduzindo as incertezas deste quanto ao futuro da economia, o que pode ter contribuído, em alguma medida, para a rápida recuperação do investimento em 2010, como pode ser observado no gráfico 15.

Gráfico 15 – Taxas de crescimento do investimento (%) – 1999 a 2014 – Brasil

Fonte: Silva, 2016.

Na argumentação apresentada por Silva (2016), sobre a então mudança feita durante o governo Dilma, as medidas adotadas que tinham como objetivo aumentar as margens de lucro para despertar o *animal spirits* (KEYNES, 1977) dos empresários resultou numa queda da demanda agregada e redução do grau de utilização da capacidade instalada, e conseqüentemente reduziu a margem de lucro na economia brasileira. Foi um processo de transição do modelo *wage-led* para o *profit-led*.

Uma importante colocação feita por Teixeira e Pinto (2010) é relativa ao setor privado que, em particular, a indústria de transformação, apresentou resultados “decepcionantes” em produção física e crescimento do PIB, o que já apontava para uma desindustrialização. Os autores destacam como a capacidade ociosa desse setor em níveis elevados conduziu a uma retração dos investimentos privados a partir de 2011, que vinham sendo fonte importante do crescimento. A manutenção da formação bruta de capital fixo (FBKF) tem dependido cada vez mais dos investimentos públicos (PAC e

empresas estatais) que, por sua vez, são limitados pela manutenção da meta de superávit primário.

Pinto et al. (2017) trazem um quadro interessante à nossa análise quando olhamos para o cenário que se estruturou com a crise política em 2015:

1. Retração do PIB em 3,8%;
2. Desmoronamento do investimento (FBKF) em 14,1% (R\$ 75 bilhões), sobretudo no setor público;
3. Aumento do desemprego nas regiões metropolitanas de 5,8% em fevereiro de 2015 para 8,2% em fevereiro de 2016;
4. Queda de 8% da renda real entre janeiro de 2015 e janeiro de 2016;
5. Significativa redução das taxas de rentabilidade de boa parte dos setores produtivos com exceção do setor bancário-financeiro.

Para os autores, a acumulação de capital parou em 2015 e 2016, argumentando que há dois aspectos responsáveis por tal cenário. O primeiro diz sobre a crise internacional sob a especificidade da desaceleração econômica da China e o retorno de políticas de redução do déficit público na Europa e nos países da periferia, o que provocou sobressaltos na acumulação capitalista global em virtude da retirada dos componentes autônomos (gastos e investimentos públicos) da demanda mundial (PINTO et al., 2017). Assim, com queda de preços e das quantidades demandadas das *commodities*, tivemos como resultado a redução dos investimentos da indústria de *commodities* intensivas em capital, como petróleo e gás, siderurgia, papel e celulose, mineração etc.

O segundo aspecto refere-se à priorização do investimento do setor privado em detrimento do setor público, adicionado a isso o ajuste fiscal de 2015, que transformou o baixo crescimento em recessão. O setor privado, principalmente o industrial, gozou de privilégios para estimular o seu próprio investimento, substituindo a posição da administração pública na manutenção do nível dos investimentos. Tais privilégios foram: subsídios; redução dos custos de energia; desvalorização cambial; ampliação das concessões em infraestrutura.

Pinto et al. (2017) sistematizaram então o gráfico 16 que demonstra a mudança no perfil da FBKF. Assim, as taxas de crescimento real dos investimentos da Administração Pública durante o primeiro governo Dilma reduziram em relação ao segundo governo Lula, não ocorrendo a tão esperada inversão na FBKF-Privado.

Para Carvalho & Rugitsky (2015), as margens de lucros ainda eram suficientes para incentivar o aumento do investimento até 2010, mas foi caindo para um nível em que as empresas não estavam mais dispostas a investir, o que explica a estagnação da taxa de investimento observada desde 2011.

Gráfico 16 - Variação real da FBKF e seus componentes (média anual em %)

Fonte: Pinto et al., 2016.

É interessante notar que com o ajuste fiscal de 2015, o que se retirou foram componentes autônomos da demanda, ou seja, os gastos e os investimentos públicos, e com isso houve uma deterioração externa e desaceleração do investimento privado. Somando-se ao cenário, se mantiveram e expandiram as desonerações, havendo então a redução das receitas, num contexto em que as despesas financeiras do setor público estavam aumentando com pagamento de juros desde 2013.

Para termos uma dimensão do comportamento dos juros pagos pelo Governo Federal perante a Dívida Pública, sistematizamos os dados da Secretaria do Tesouro Nacional segundo Grupo de Despesa e selecionamos apenas os valores de “Juros e Encargos da Dívida”, corrigindo-se segundo IGP-DI. Utilizamos cores diferentes para cada presidente em exercício.

Como pode ser visto (gráfico 17), ao passar dos anos, os valores despendidos com os Juros e Encargos da Dívida Pública pelo Governo Federal tiveram um crescimento a cada gestão dos diferentes governos, com uma queda na média no primeiro governo Dilma. As taxas de crescimento foram de 54,8% entre o primeiro e segundo mandato do governo FHC, de 16,2% e 7,2% nos dois mandatos do governo Lula, de -10,1% e 20,4% durante o governo Dilma, e após sua saída, houve um crescimento de 3,6% durante o

governo Temer. Os valores médios (a cada 4 anos) saíram de, aproximadamente, 120 bilhões em 1995 para 258 bilhões em 2018.

Gráfico 17 – Média da despesa liquidada federal (bilhões de R\$) * com Juros e Encargos da Dívida Pública segundo mandato - Brasil - 1995 a 2018

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – Elaboração própria.

* Deflator – IGP-DI em 2018.

Destacamos aqui, um fato que consideramos importante para a futura retirada da presidente Dilma de seu segundo mandato, que foi a redução da taxa de juros que remunera os títulos da dívida pública em 2011 (gráfico 18). Assim, a queda da taxa SELIC começa em 2011, quando estava em 12,5% ao ano, atingindo 7,25% cento em 2012, o menor valor desde o início da série histórica em 1986. Essa queda nos juros, considerando a perspectiva keynesiana, abriria espaço para o crescimento dos investimentos privados em infraestrutura, ou seja, na capacidade produtiva do país.

Inicia-se então um movimento de oposição ao governo Dilma por parte dos setores bancários-financeiros, além dos setores produtivos, grandes empresas, que possuem aplicações financeiras da dívida pública como forma de composição de sua lucratividade. Portanto, “o acordo expresso na “Carta aos Brasileiros” havia sido rompido, bem como a composição de classes constituída no governo Lula” (MARQUETTI et al., 2017, p. 12).

Gráfico 18 – Meta da taxa (%) SELIC fixada pelo COPOM - Brasil – 1999 a 2018

Fonte: BCB – Elaboração própria.

Aqui analisamos o aspecto do Gasto Tributário Federal, ou seja, a perda de arrecadação decorrente da concessão de benefícios de natureza tributária. Assim, para a Receita Federal do Brasil:

Gastos tributários são gastos indiretos do governo realizados por intermédio do sistema tributário, visando a atender objetivos econômicos e sociais e constituem-se em uma exceção ao sistema tributário de referência, reduzindo a arrecadação potencial e, conseqüentemente, aumentando a disponibilidade econômica do contribuinte (BRASIL, 2018, p. 9).

Portanto, tais gastos podem ter caráter compensatório, caso o Estado não garanta serviços adequados à população segundo setor/política (Saúde, Educação, Assistências Social, Cultura etc.), ou como forma de incentivar o desenvolvimento produtivo privado em determinado segmento econômico, como já citado anteriormente e que, de forma direta, chamamos de privilégio ao setor privado.

O gráfico 19 demonstra, então, o crescimento que ocorreu desde 2009 até a projeção, através do Projeto de Lei Orçamentária, para 2019. Os valores foram corrigidos segundo IGP-DI com referência para 2019, sendo que até o ano de 2015 os dados são considerados pela Receita Federal como “bases efetivas”, ou seja, que realmente foram apurados e confirmados após processamentos das isenções pela Receita Federal do Brasil, assim entre os anos de 2016 e 2018 considera-se como “estimativas” por meio de dados agregados (BRASIL, 2018).

Observa-se o crescimento do valor total dos Gastos Tributários federais, saindo de aproximadamente 116 bilhões, para chegar a surpreendentes 306 bilhões previstos para 2019. Quando analisamos então os cinco maiores gastos tributários segundo função orçamentária, vemos que o Comércio e Serviço sempre liderou como o de maior valor,

acompanhado dos gastos com Trabalho, que teve uma queda considerável a partir de 2015, e da função Saúde que, a partir de 2015 se manteve como o terceiro maior gasto tributário federal, chegando aos 41 bilhões de reais como previsão para 2019.

É importante considerar que o gasto federal em saúde previsto para o mesmo ano é de, aproximadamente, 114 bilhões de reais; assim, os gastos tributários na função Saúde poderão representar 36% do gasto estimado para 2019.

Na sequência deste capítulo iremos explorar, com mais detalhes, como se distribuem os gastos tributários em Saúde segundo subfunção.

Gráfico 19 – Evolução dos Gastos Tributários (bilhões de R\$) * por função segundo os 5 maiores gastos - Brasil - 2009 a 2019

Fonte: STN – Elaboração própria.

* Deflator – IGP-DI em 2018.

Considerando, ainda, o cenário construído durante os governos Lula e Dilma, e ainda parte do governo Temer, analisaremos a lucratividade do setor privado, para as empresas de capital aberto, entre os anos de 2007 e 2018. Utilizamos uma tabela elaborada por Pinto et al. (2017) em um primeiro olhar sobre o período de 2007 a 2014.

Lembramos aqui da taxa de lucro e seus efeitos sobre as escolhas de investimento dos donos do capital, como já mencionado no capítulo 1. Assim, quanto mais as expectativas de lucratividade se reduzem, maior é a tendência de diminuição dos investimentos das empresas e da acumulação de capital, reduzindo ainda os níveis de produção e emprego.

Os dados demonstram que, entre os períodos de 2007 a 2010 e 2011 a 2014, houve queda em todos nos setores das 500 maiores empresas não bancárias (48%), as 6 maiores

construtoras (33%), as responsáveis por produção de automóveis e ônibus (50%), as de produção de petróleo e coque, incluindo a Petrobras (78%), e as de fabricação de aços e derivados (93%). Os setores que tiveram aumento foram o bancário-financeiro (4%) e as 6 maiores empresas de Alimentos e Bebidas (28%) (tabela 2).

Assim, temos um cenário que, de forma geral, resulta da queda na rentabilidade sobre o patrimônio líquido dentro dos períodos comparados numa média de 45%, ou seja, um resultado, ainda que positivo, reduziu-se em 72,4 bilhões de reais.

Tabela 2 – Rentabilidade sobre o patrimônio líquido/ROE (%) – 2007 a 2014; média anual

	500 maiores empresas (não bancárias)	Setor bancário-financeiro	6 maiores construtoras	Automóveis e ônibus	6 maiores Alimentos e Bebidas	Petróleo, gás, refino e coque (Petrobras)	6 maiores siderúrgicas
2007-2010	10,1	20,7	15,9	64,4	11,6	18,4	21,1
2011-2014	5,3	21,5	10,6	32	14,9	4	1,5

Fonte: Pinto et al. (2017).

Quando então passamos a analisar os anos já finais do governo Dilma, veremos uma possível manifestação da crise na forma da acumulação dos setores privados, e algumas estatais entre 2014 e 2018. Os dados foram elaborados a partir das publicações do Economática¹⁶, que consolida o lucro de todas as empresas de capital aberto brasileiras no terceiro trimestre de um ano, comparando com os resultados no mesmo período do ano anterior. Tais dados são acessados através dos demonstrativos financeiros que a empresas entregam à Comissão de Valores Mobiliários, que é uma autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda.

A tabela 3 apresenta a variação nos lucros líquidos em bilhões de reais obtidos a cada ano, desde 2014 até 2018, considerando ainda o número (n) de empresas em cada setor citado.

Inicialmente podemos observar que em 2015 houve uma queda no lucro líquido das empresas de capital aberto brasileira, excluindo-se as estatais, em aproximadamente, 96 bilhões de reais de redução quando comparado a 2014. Nesse cenário, o setor dos Bancos teve expressivo aumento em seus lucros, na ordem de 16 bilhões de um ano para outro. Quando adicionamos os lucros obtidos pelas estatais, notamos a queda na Petrobras em aproximadamente 33 bilhões, o que gerou uma queda geral na lucratividade das 300 maiores empresas de capital aberto brasileiras de 2014 para 2015 (tabela 3).

¹⁶ Os materiais utilizados estão disponíveis em: <<https://economica.com/estudos/data/>>.

Esses resultados guardam uma importante relação com o aprofundamento da crise global iniciada em 2008, mas que gerou efeitos sobre a redução dos investimentos públicos, principalmente por meio das políticas de austeridade, somadas à não sustentação de um padrão mínimo e crescente do investimento das empresas privadas. O setor que manteve sua taxa de lucratividade foi o bancário-financeiro.

Seguindo então em nossa análise pode-se observar que nos anos posteriores, as variações na lucratividade das empresas não estatais foram positivas em, aproximadamente, 8,4 bilhões de 2015 a 2016, 12,5 bilhões de 2016 a 2017 e 11 bilhões de 2017 a 2018.

Tabela 3 – Variação anual* no Lucro líquido (bilhões de R\$) das empresas de capital aberto, sem Estatais - Brasil - 2014 a 2018

Setores	2014-2015		2015-2016		2016-2017		2017-2018	
	Valor	n	Valor	n	Valor	n	Valor	n
Agropecuária e Pesca	0,05	3	-0,03	4	0,12	5	-0,10	4
Água, esgoto e outros sistemas	-0,83	5	3,06	4	0,49	5	-0,45	5
Alimentos e bebidas	3,89	14	-6,24	13	0,40	11	1,25	12
Assistência médica e social	0,00	-	0,39	5	0,00	0	0,00	5
Bancos	15,58	25	-7,45	23	1,41	21	4,31	18
Comércio	-2,83	17	-0,72	19	-0,30	18	1,11	18
Construção	-2,66	17	-6,12	18	0,26	21	-0,11	21
Educação	-0,35	6	0,91	6	0,66	5	-0,27	5
Eletroeletrônicos	-0,69	4	0,12	3	-0,03	4	0,03	5
Energia Elétrica	-11,88	34	4,15	36	-0,11	34	-1,09	35
Imobiliárias e locadoras de outros bens	-2,00	9	1,64	15	0,21	15	-0,12	15
Investimentos em títulos, commodities e atividades	0,00	-	-0,69	3	0,00	0	0,00	0
Máquinas Industriais	0,13	5	-0,05	4	0,10	4	0,08	5
Mineração	-43,80	4	1,54	3	5,30	Vale	-1,25	4
Minerais não metálicos	-0,11	3	-0,10	3	0,02	3	-0,03	3
Outros	-2,97	54	1,93	40	0,19	50	0,09	44
Papel e Celulose	-2,63	5	7,98	5	1,08	4	-0,80	5
Petróleo e Gás	-32,94	7	0,51	6	0,45	5	5,98	9
Química	1,97	10	0,59	9	0,29	10	0,61	9
Seguradora e corretora de seguros	1,07	4	-0,25	6	0,41	6	-0,20	7
Serviços ambulatoriais de saúde	0,00	-	0,00	0	0,07	6	0,00	0
Serviços financeiros	0,00	-	0,00	0	0,00	0	0,17	3
Siderurgia e Metalurgia	-7,49	18	4,20	16	0,57	19	1,33	19
Software e Dados	0,22	5	0,44	6	-0,01	6	-0,22	6
Telecomunicações	-1,59	6	-2,47	6	0,38	4	1,62	4
Têxtil	-0,17	17	0,04	17	0,34	17	-0,19	16
Transporte e serviços	-4,57	13	5,17	13	-0,24	13	-0,50	13
Veículos e peças	-1,27	12	-0,13	12	0,48	13	-0,29	14
Subtotal (sem estatais)	-95,87	297	8,43	295	12,56	299	10,95	304

*Valores analisados no 3º trimestre de cada ano

Fonte: Economatica (2018) – Elaboração própria.

Quando adicionadas as empresas estatais, a lucratividade se torna ainda maior, chegando a 97,5, 28,4 e 15,5 bilhões, respectivamente aos períodos já apontados. Novamente os bancos, com exceção do período entre 2015 e 2016, mantiveram sua lucratividade sempre com aumento. Já as estatais, Petrobras, ou de controle acionário brasileiro, Vale, também sustentaram variações positivas nos lucros líquidos dentro dos períodos analisados (tabela 4).

Tabela 4 – Variação anual* no Lucro líquido (bilhões de R\$) das empresas de capital aberto, Estatais - Brasil - 2014 a 2018

Estatais	2014-2015	2015-2016	2016-2017	2017-2018
Ambev S/A	0,0	0,0	-3,1	-
BBSeguridade	0,0	0,0	0,0	0,3
Banco do Brasil	0,0	-6,4	0,0	-
Dommo	0,0	0,0	-1,5	-
Eletrobrás	0,2	17,9	0,0	2,2
Oi	0,0	0,0	1,1	-
PDG Realt	0,0	0,0	1,4	-
Petrobrás	-32,9	20,0	16,7	6,4
Petrobrás BR	0,0	0,0	0,0	0,7
Tran Paulista	0,0	0,0	-4,1	-
Vale	2,0	57,5	5,3	-
Subtotal (estatais)	-30,8	89,0	15,9	4,6
Total Geral	-126,6	97,5	28,4	15,5

Fonte: Economatica (2018) – Elaboração própria.

Por fim, apresentamos ainda o gráfico 20 que esquematiza o cenário de grande recessão econômica que desencadeou um declínio nas taxas de lucratividade de 2014 para 2015, mas que nos anos seguintes as empresas de capital aberto voltaram a crescer, principalmente sendo puxadas pelas estatais e/ou de controle acionário brasileiro.

Gráfico 20 - Variação no Lucro líquido (bilhões - R\$) das empresas de capital aberto - Brasil - 2014 a 2018

Fonte: Economatica (2019) – Elaboração própria.

O esforço aqui realizado para uma tentativa de análise de um quadro histórico das mudanças nas taxas de lucratividade, por meio de medidas como o lucro líquido e rentabilidade, nos fornece mais um componente para o debate dos motivos que levariam, ou não, o setor privado, os capitalistas, a investirem seus recursos em novas e maiores plantas produtivas e/ou de prestação de serviços. Assim, o *animal spirits* não teve reação

aos diferentes gastos e investimentos públicos que foram realizados durante os governos Lula e, em parte, Dilma, mantendo-se alinhado à possibilidade de manutenção dos lucros principalmente na esfera bancária-financeira.

Com a intenção de investigar ainda mais o fluxo de capital para dentro do setor bancário-financeiro, trazemos o gráfico 21, que demonstra o volume financeiro médio diário que foi negociado na Bovespa entre o período de 2002 a 2018 (Economática, 2019). No gráfico é possível identificar o grande aumento, de quase o dobro, ocorrido entre os anos de 2006 e 2007, e após uma estabilização entre 8 e 9 bilhões entre 2008 e 2015, cai para aproximadamente 7 bilhões em 2016, voltando a subir, de forma inédita para 11 bilhões em 2018, o maior valor alcançado dentro do período analisado.

Gráfico 21 – Volume médio diário¹⁷ anual - Bovespa B3 (milhões de R\$) – Brasil – 2002 a 2018

Fonte: Economática (2019).

Por fim, ainda sobre uma análise sobre os rendimentos alcançados pelos bancos durante os governos Lula, Dilma e Temer, observamos a evolução dos lucros líquidos trimestrais (gráfico 22). O lucro líquido consolidado dos bancos no terceiro trimestre de 2018 é o segundo maior dentro do período analisado, ficando abaixo do resultado do segundo trimestre de 2015, quando o Santander teve um resultado muito acima dos outros bancos, obtendo um lucro em aproximadamente 3,8 bilhões de reais. Vemos ainda que,

¹⁷ Valores ajustados pelo IPCA de novembro de 2018.

durante os quatro últimos trimestres do ano de 2018, o lucro consolidado dos três bancos registrou crescimento, sendo que o Itaú Unibanco, no terceiro trimestre de 2018, alcançou a marca de 6,2 bilhões de reais.

Gráfico 22 – Evolução do Lucro Líquido (milhões de R\$) trimestral dos 3 bancos maiores bancos privados — Brasil – 2006 a 2018

Fonte: Economatica (2019).

Com esse cenário construído por meio das medidas de lucratividade, rentabilidade e, principalmente, do fluxo de capitais que foram circulando pela Bovespa, podemos notar, com mais detalhes, os caminhos possíveis que o investimento privado tomou, evitando assim um aumento no grau de seu investimento na capacidade produtiva, visto pela queda da FBKF privada. E, diferentemente de um cenário de crise na acumulação de capital, notamos que entre as 300 e até entre as 500 maiores empresas do Brasil, houve aumento na rentabilidade.

Outro ponto que analisamos nessa parte da tese é o da variação do PIB ocorrida no Brasil dentro do período de 1999 a 2018 (gráfico 23). Como já apontado anteriormente por Silva (2016), com exceção do ano de 2009, a variação do PIB sempre foi positiva até o ano de 2014 que, então, fecha negativamente nos anos de 2015 e 2016, voltando a ter variações positivas em 2017 e 2018.

Gráfico 23 – Produto Interno Bruto (PIB) a preços de mercado, variação real anual (%) - Brasil - 1999 a 2018

Fonte: IBGE – Elaboração própria.

Esse aspecto da queda no PIB, rentabilidade e no volume de ações que circularam pela Bovespa durante os anos de 2014/2015 demonstraram a grande retração ocorrida na economia brasileira que teve impacto diretamente sobre as condições de empregabilidade e uso da capacidade produtiva do país.

Pinto et al. (2017) descrevem como ocorreu uma redução do exército industrial de reserva¹⁸ brasileiro nesse período (queda das taxas de desemprego desde 2006 até o ano de 2014), com consequente aumento do poder de negociação e reivindicação da classe trabalhadora.

Entre 2011 e 2013 (gráfico 24), o rendimento médio real e salário real da indústria de São Paulo cresceram, juntamente com o salário mínimo real. Para esse fato, Pinto et al. (2017) apontam que para além do poder de negociação dos trabalhadores do setor industrial junto aos empregadores, houve ainda políticas governamentais de ganhos reais dos salários mínimos e estímulos como subsídios e redução dos impostos às indústrias para não realizarem demissões.

Assim, a partir dos anos de 2014 e 2015, com a queda das taxas de rentabilidade e crescimento dos salários, a relação capital/trabalho começa a ser colocada em questão, considerando que durante os governos Lula houve condições (conjuntura internacional de venda de *commodities* principalmente à China) e uma relação estabilizada entre os

¹⁸ Este conceito desenvolvido por Marx (2017) refere-se ao desemprego estrutural das economias capitalistas, correspondendo à força de trabalho que excede as necessidades da produção, assim numa economia capitalista para garantia do processo de acumulação, é necessário que parte da população ativa esteja permanentemente desempregada.

interesses dos setores industriais, financeiros e agrícolas, junto ao movimento sindical e popular (gráfico 24).

Nesse contexto, Pinto et al. (2016) destacam como as ações políticas e macroeconômicas dos governos Dilma não foram os fatores geradores da crise, mas aceleraram a possível conciliação de classes (donos do capital e trabalhadores), tanto na esfera da acumulação de capital quanto na capacidade do governo em lidar com movimentos sociais ansiosos por uma continuidade na expansão de direitos sociais e consolidação dos já instituídos.

Assim, após o ano de 2013, inicia-se uma queda no salário real do setor industrial, de 121 para 92 em 2016, se estabilizando então abaixo do valor de 2006. Pode-se ainda observar (gráfico 24) uma estabilização no rendimento médio real da indústria em 2014 até 2018 (média de 115).

Gráfico 24 – Rendimento médio real (Ind), Salário real (Ind) e salário mínimo real - Brasil - 2007 a 2018 (2006=100)

Fonte: IBGE – Elaboração própria.

Somaremos então a este cenário os dados (gráfico 25) sobre as taxas de desocupação, subutilização da força de trabalho e de utilização da capacidade instalada na indústria. Como já apontado anteriormente, a taxa de desocupação, e com ela o desemprego, haviam chegado a aproximadamente 6,7% em 2014, e cresce ano a ano até 2018 com seu maior valor atingido em 2017 (13,3%). Concomitantemente a este cenário de aumento da desocupação, cresce a subutilização da força de trabalho e cai a utilização da capacidade instalada do setor industrial.

Nesse cenário temos então tanto um agravamento das condições de garantia de trabalho nos anos seguintes a 2014/2015 quanto uma certa paralisação do setor produtivo, personificado pela Indústria, diante de uma expansão da acumulação financeira no setor bancário.

Gráfico 25 – Taxas de desocupação, subutilização da força de trabalho* e da utilização da capacidade instalada (Ind) (%) - Brasil - 2007 a 2018

* Os dados só começaram a ser sistematizados pelo IBGE a partir de 2012.

Fonte: IBGE – Elaboração própria.

Para nos ajudar na compreensão pela perspectiva marxista do cenário analisado, trazemos uma colocação de Marquetti et al. (2017) sobre as diferentes origens das crises do capitalismo: a) redução da parcela dos lucros na renda com o fortalecimento do poder de barganha dos trabalhadores; b) redução da produtividade potencial do capital devido ao aumento da composição orgânica do capital, ou seja, elevação dos preços dos bens de investimento em relação aos demais bens; c) diminuição no nível de utilização da capacidade instalada decorrente do declínio da demanda agregada.

Podemos ver que os elementos apontados estiveram de certa forma ligados à crise instaurada em 2015 e geraram um reordenamento na composição política e econômica do Brasil, já entrando no governo Temer com proposição e aprovação de reformas fundamentais como a do congelamento dos gastos públicos (Emenda Constitucional 95/2016), Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017) e Reforma Previdenciária (Projeto de Emenda Constitucional 287/2016).

Retomando então os conceitos dos tipos de crescimento neokaleckianos, *profit-led* e *wage-led*, utilizamos da produção de Blecker (1989) que destaca que um crescimento *wage-led* seria bem-sucedido somente se a economia estiver relativamente

fechada para o comércio externo, na medida em que tem baixas elasticidades-preço de exportações e importações, uma baixa elasticidade renda das importações, e um pequeno coeficiente de importações.

Por sua vez, as economias que são altamente vulneráveis à concorrência internacional e cujas exportações e importações são relativamente sensíveis aos preços tendem a apresentar um regime de crescimento do tipo *profit-led*. Neste tipo de regime uma desvalorização da taxa de câmbio real resultará em um aumento de utilização da capacidade produtiva e da taxa de investimento, uma vez que tal desvalorização implicará em uma redução do salário real, permitindo ampliar a margem de lucro das empresas, com efeitos positivos sobre os seus investimentos planejados.

De fato, a importância do investimento público se fez no sentido de manter a estrutura de consumo, empregos e salários. Sobre a redução da desigualdade, já apresentamos as colocações de Medeiros et al. (2016) sobre os reais efeitos na distribuição da renda. Neste sentido, apesar do aumento ao consumo e elevação dos salários reais, os lucros e a concentração da renda nacional se mantiveram.

Por fim, Maldonado-Filho et al. (2015) contribuem para a análise, afirmando:

[...] o crescimento econômico pouco sustentado e dinâmico do Brasil nos últimos 20 anos pode ser explicado por um investimento volátil e que não se sustenta em níveis elevados. Os estímulos proporcionados por um maior nível de atividade econômica à la efeito acelerador, via consumo doméstico, gasto público ou exportação de commodities, por exemplo, são importantes, mas parecem insuficientes para sustentar a expansão da acumulação de capital, que por sua vez acaba por se refletir em níveis reduzidos de atividade econômica via demanda efetiva, já que as duas se movem na mesma direção no longo prazo (MALDONADO et al., 2015, p. 24).

Os resultados encontrados no estudo desses autores indicaram que as elevadas taxas reais de juros de curto prazo, mesmo que em queda, se mostraram como uma possível restrição à expansão sustentada da acumulação, principalmente quando se tornam referência para as taxas de longo prazo. Assim, o estoque de riqueza líquida se coloca como impulso ao investimento, porém não foi visto o crescimento do crédito ao setor privado na mesma direção do investimento.

Aqui cabe uma importante colocação que os autores fazem sobre a distribuição de renda em favor do trabalho nos últimos 12 anos. Para eles, o efeito da renda pode estimular o investimento, aumentando o consumo e a produção, porém notam que haverá uma incidência sobre os lucros já que estes é que “movem a acumulação de capital em uma economia capitalista” que são a principal fonte de financiamento. Porém, a partir da

perspectiva de Marx, identificamos que o aumento da renda interfere nos lucros. Então, a decisão dos capitalistas será a de manter ou intervir sobre as condições de empregabilidade e do salário médio a ser pago aos trabalhadores, tendo então um cenário de crise, não só econômica como social, de ajustes e de austeridade.

Seguimos então para as colocações feitas pelos social-desenvolvimentistas (BASTOS, 2012), que afirmam que desvalorizar a taxa de câmbio é concentrar ainda mais a renda na economia brasileira¹⁹ e defendem que o crescimento econômico seja dinamizado pelo consumo de bens de massa, estimulado pelo aumento do nível de emprego, pelo aumento do crédito para consumo e para investimento, pela distribuição de renda e maior participação do Estado em serviços públicos básicos. É neste último ponto que reside o núcleo central desta tese, qual seja, a defesa do gasto social e da saúde pública no Brasil diante da crise do capitalismo contemporâneo.

Diferentemente dessa posição, e já retomando nossa análise sobre o segundo governo Dilma, as decisões tomadas no início da gestão foram em direção oposta às nossas colocações anteriores, sendo prometidas políticas econômicas ortodoxas (austeridade) em formas de ajuste fiscal drástico e propostas de mudanças nas leis trabalhistas e previdenciárias. Dessa forma, o principal gatilho da crise, em sua dimensão econômica, foi o ajuste fiscal.

Como analisado até aqui, as contrações do consumo e do investimento da administração pública, associadas à redução dos investimentos das empresas estatais (Petrobras), provocaram uma expressiva redução da demanda agregada o que, por conseguinte, afetou de forma negativa o nível de utilização dos setores produtivos privados. Soma-se ainda a este cenário a queda nas taxas de lucros das empresas não financeiras (2014/2015), com a possível consequência de redução dos investimentos privados e queda no consumo das famílias, que não se recuperou (crescimento negativo) até o ano de 2018.

Usamos da síntese de Pinto et al. (2017) que, após considerar a crise de acumulação em 2015 com a queda na remuneração do trabalho e do lucro capitalista (rentabilidade), aponta para o aumento do conflito distributivo que gerou uma necessária mudança na condução do governo federal com a tese da inevitabilidade de reformas (trabalhistas e previdenciárias) que culmina em um arrocho na remuneração do trabalho

¹⁹ Perspectiva de crescimento via *profit-led*, com sua variação do *export-led* (KALDOR, 1964). O *export-led growth* se dá em situações em que salários e demanda doméstica são comprimidos e as exportações são estimuladas via política cambial e/ou política industrial (HEIN, 2003).

e dos gastos do Estado, em específico os sociais, com o argumento de que tais medidas poderiam destravar a acumulação.

Retomamos aqui o conceito de nacional-desenvolvimentismo para avançarmos para além da distribuição de renda (salários e lucros) que se desenvolveu durante o período dos governos Lula (2003-2010), mas focando nas estruturas do próprio desenvolvimentismo. Voltamos a utilizar a produção de Gonçalves (2012), que havia focado seus esforços na crítica aos analistas que identificaram, durante o Governo Lula, três traços distintos como os de grandes transformações, reversão de tendências estruturais e predominância da visão desenvolvimentista nas políticas do governo a partir de 2005.

O autor então, por meio da análise de oito campos diferentes (estrutura produtiva; padrão de comércio; progresso técnico; origem de propriedade; competitividade internacional; vulnerabilidade externa; concentração de capital; e dinâmica financeira) consegue estruturar o quadro 7, útil à nossa crítica.

Quadro 7 – Características do nacional-desenvolvimentismo e do nacional-desenvolvimentismo às avessas do Governo Lula

Nacional-desenvolvimentismo	Nacional-desenvolvimentismo às Avessas – Governo Lula
Industrialização	Desindustrialização
Substituição de importações	Dessubstituição de importações
Melhora do padrão de comércio	Reprimarização das exportações
Avanço do sistema nacional de inovações	Maior dependência tecnológica
Maior controle nacional do aparelho produtivo	Desnacionalização
Ganhos de competitividade internacional	Perda de competitividade internacional
Redução da vulnerabilidade externa estrutural	Crescente vulnerabilidade externa estrutural
Desconcentração de capital	Maior concentração de capital
Subordinação da política monetária à política de desenvolvimento	Dominação financeira

Fonte: Gonçalves (2012)

O que o autor nos traz é que houve, durante o período analisado, desindustrialização²⁰, dessubstituição de importações; reprimarização das exportações; maior dependência tecnológica; maior desnacionalização; perda de competitividade

²⁰ A desindustrialização pode ser definida como a tendência de queda da relação entre o valor adicionado na indústria de transformação e o PIB (Gonçalves, 2012).

internacional, crescente vulnerabilidade externa estrutural em função do aumento do passivo externo financeiro; maior concentração de capital; e crescente dominação financeira.

Estes argumentos retomam uma das direções que apontamos quando feita a análise do tripé macroeconômico brasileiro da época e, até então vigente, que expressa a subordinação da política de desenvolvimento à política monetária focada no controle da inflação (metas de inflação).

Gonçalves (2012), então, conclui de que forma o país foi colocado a longo prazo numa instabilidade e crise no contexto de crescente globalização econômica, com erros estratégicos que comprometem estruturalmente o desenvolvimento do país, chegando à conclusão de que no Governo Lula não houve grandes transformações, reversões de tendências estruturais e, muito menos, políticas desenvolvimentistas.

Vimos, por meio da produção de vários autores, como a partir do governo Lula, a economia brasileira iniciou um novo regime de crescimento, puxado pela demanda (políticas de distribuição de renda e crescimento do mercado interno) com a incorporação de ampla parcela da população antes excluída do consumo de massas.

Em 2010/2011, já no governo Dilma, começam a aparecer os limites ao modelo de crescimento baseado no mercado interno e na redistribuição da renda, combinado com a manutenção de juros elevados e apreciação cambial. Assim, tivemos um crescimento com elevação do consumo das famílias, mas com baixo dinamismo industrial, que gerou uma reprimarização da pauta exportadora e especialização regressiva da estrutura produtiva (TEIXEIRA & PINTO, 2012).

Assim, a manutenção da política econômica, estruturalmente ligada ao tripé macroeconômico já herdado pelo governo FHC, manteve a ampliação das conquistas sociais no limite imposto pela lógica do superávit e das metas de inflação. Essa política econômica ortodoxa é fundamental para compreender a sustentação do governo Lula e, em parte, o de Dilma, na medida em que se alinhou ao setor bancário-financeiro, que mantém o Estado sob a égide do mercado. Dada a permanência da situação de dependência financeira já consolidada no governo FHC, o setor bancário-financeiro mantém sua influência sobre a nomeação para cargos dos principais centros de poder do Estado, em especial, o do Banco Central.

Tivemos então um cenário em que a crise financeira global de 2008 teve um efeito reduzido até 2010, gerando a impressão de que o Brasil tinha retomado a capacidade de crescimento perdida na década de 1980. Entretanto, segundo Marquetti et al. (2017), as

grandes crises globais sempre tiveram fortes impactos na economia e na política brasileira.

Os autores citam como a crise de 1929 teve um papel importante para o fim da República Velha e a ascensão do Estado Novo, e como a crise da Idade Dourada em 1973 antecedeu a abertura política do regime militar e a passagem para a Nova República. Assim, os efeitos da crise global de 2008 gerariam efeitos radicais na política brasileira como o golpe parlamentar (na forma de *impeachment* como um dispositivo jurídico), com o avanço sobre as reformas trabalhistas e previdenciárias focadas no ajuste da relação capital/trabalho. Consideramos então, junto aos autores, que “os acontecimentos da economia mundial são peças chaves para entender a evolução da economia brasileira” (MARQUETTI et al., 2017, p. 3).

4.2. A POLÍTICA DE SAÚDE NO BRASIL E A SITUAÇÃO DO SUS NA CONTEMPORANEIDADE

O Sistema Único de Saúde, como parte da política social brasileira, tem sido campo de esforços e avanços significativos na qualidade e garantia de condições de vida da população, porém não consegue alcançar seus princípios: universalidade, integralidade e equidade.

Mendes et al. (2017) apontam como o quadro econômico e social que se seguiu à criação do SUS foi diferente daquele dos países capitalistas avançados, fundamentalmente os europeus que construíram seus sistemas de saúde de forma universal.

Os autores descrevem que, “se antes era possível verificar grande magnitude de recursos e um ambiente político e social favorável à construção da cidadania social” (MENDES et al., 2017, p. 842), principalmente no pós-guerra; atualmente, com a vigência de uma agenda neoliberal em todo o mundo, tais aspectos se tornaram “disputados com o movimento do capital contemporâneo, sob a predominância do financeiro, cujo interesse é manter o pagamento dos juros da dívida pública e acessar recursos antes a ele proibidos” (Ibidem, p. 842).

Como visto nos capítulos anteriores, a agenda da política econômica brasileira tem colocado de forma hegemônica os direitos sociais, dentre eles o SUS, em disputa direta com o movimento do capital contemporâneo, sob a predominância do financeiro, principalmente sob a égide do capital portador de juros com interesse em manter o pagamento dos juros da dívida pública.

Este fato nos revela como o tripé macroeconômico brasileiro tem mantido o Estado como controlador dos preços (câmbio flutuante e metas de inflação), que ao mesmo tempo se dissolve (alcance dos superávits primários), abrindo campo para que o setor privado se expanda. Assim, o SUS tem seu desenvolvimento diretamente ligado à ordem econômica e política que se desenvolveram e se desenvolvem no Brasil.

Quando consideramos o *boom* ocorrido no consumo das famílias no Brasil durante os governos Lula e, em parte, no de Dilma, o setor Saúde não ficou atrás. Houve sim a construção de um movimento focado em construir uma “cidadania consumista”, contrário à forma de acesso a serviços de saúde por meio do direito à saúde (SCHEFFER, 2015).

Para termos uma dimensão dessa expansão do consumo das famílias no setor Saúde, analisamos os dados da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que

apresenta o volume de beneficiários por tipo de contratação e a taxa de cobertura para a Assistência Médica (excluindo-se planos odontológicos). Assim, podemos observar um importante crescimento iniciado em 2006 e que tem seu maior volume em 2014, quando aproximadamente 50 milhões de pessoas possuíam algum tipo de plano de saúde, sendo que 2015 foi o ano com a maior taxa de cobertura, a de 25,9%.

Um dado interessante (gráfico 26) é que o crescimento do número de beneficiários de planos de saúde se deu, principalmente, pelo tipo “Coletivo Empresarial”, que guarda uma relação com o nível de empregabilidade, pois se trata de planos de saúde garantidos pelas empresas aos trabalhadores como forma de “benefício” ao empregado. Assim, como consequência deste fato, quando a empregabilidade declina, também cai a cobertura de planos de saúde que chegou a aproximadamente 47 milhões de pessoas cobertas, indicando assim um “retorno” de 3 milhões de pessoas aos serviços públicos de saúde de forma exclusiva.

Gráfico 26 – Número de beneficiários de planos de saúde de Assistência Médica por tipo de contratação e taxa de cobertura – Brasil – 2000 a 2018

Fonte: ANS – Elaboração própria.

Além da ampliação do número de pessoas cobertas por planos de saúde, houve também um aumento na concentração de empresas prestadoras. Como pode se observar no gráfico 27, em dezembro de 2000 haviam 2.037 operadoras médico-hospitalares em atividade e 726 exclusivamente odontológicas, ao passo que em janeiro de 2019 os números foram reduzidos para 918 e 305, respectivamente, ou seja, o número de

operadoras de planos de saúde cai de um total de 2.763 para 1.223, uma redução de 56% aproximadamente.

Gráfico 27 – Evolução do registro de operadoras no Brasil – dezembro/1999 a janeiro/2019

Fontes: CADOP/ANS/MS - 01/2019 e SIB/ANS/MS – 01/2019

Por fim, quando analisamos o número de beneficiários por operadora de assistência médica (gráfico 28), verificamos também uma concentração no número de beneficiários por empresa. Assim, em dezembro de 2018, duas empresas foram responsáveis pela cobertura de 7 milhões de pessoas, aproximadamente. Tais empresas são a Amil Assistência Médica Internacional S. A., parte da *UnitedHealthcare* multinacional americana presente em outros 125 países²¹, e BRADESCO SAÚDE S. A.²², seguradora especializada em saúde integrante do Grupo Bradesco de Seguros e Previdência e subsidiária do Banco Bradesco (2º maior banco no Brasil).

Pode-se ainda perceber como 253 operadoras detêm a cobertura de, aproximadamente, 42,5 milhões de pessoas, ou seja, 90% da cobertura de planos de saúde são realizados por 34,0% das empresas que possuem pessoas cobertas.

²¹ Mais detalhes sobre a empresa podem ser acessados em: <<https://www.unitedhealthcareglobal.com/global-markets/>>.

²² Mais detalhes sobre as operadoras podem ser acessados em: <<http://www.ans.gov.br/perfil-do-setor/dados-e-indicadores-do-setor/sala-de-situacao>>.

Gráfico 28 – Distribuição dos beneficiários de planos de assistência médica por operadoras (Brasil – dezembro/2018)

Fontes: CADOP/ANS/MS - 01/2019 e SIB/ANS/MS – 01/2019

Por fim, destacamos um fato talvez pouco conhecido relativo à compra da Amil Participações S/A pela operadora norte-americana *UnitedHealthcare*. Em 2012, a Agência Nacional de Saúde Suplementar havia aprovado tal aquisição²³, entretanto, apenas em 2015 através da Lei 13.097/2015 é que foi permitida a participação direta ou indireta, e inclusive o controle de empresas ou de capital estrangeiro na assistência à saúde no Brasil, revogando o § 3º do Art. 199 da Constituição Brasileira, que vedava essa participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde.

Todos esses pontos destacados quanto à expansão dos serviços privados de saúde no Brasil, tanto na sua forma quanto no conteúdo, demonstram um aumento da relação do Setor Saúde com o capital estrangeiro e, ao mesmo tempo, com o setor bancário-financeiro. Tal expansão do privado sobre o acesso da população brasileira à saúde se deu, principalmente, a um cenário de subfinanciamento do SUS em seus mais de 30 anos de existência.

Mendes (2012) descreve como o movimento no trajeto do financiamento do SUS se expressou por meio de dois princípios contraditórios no Brasil: a defesa da

²³ Mais detalhes sobre a aquisição podem ser acessados em: <<http://ans.gov.br/a-ans/sala-de-noticias-ans/operadoras-e-servicos-de-saude/1790-ans-aprova-aquisicao-da-amil-pela-unitedhealthcare>>.

universalidade, um dos princípios do SUS que se expressa pelo direito de cidadania às ações e aos serviços de saúde para todos, por meio da defesa permanente de recursos financeiros; e a contenção de gasto, que já se relaciona com o objetivo do superávit primário, diminuindo as despesas do Estado, principalmente relacionadas aos gastos sociais.

4.2.1. A situação crítica do financiamento do SUS

O SUS, como parte do fundo público que ocupa um papel relevante na articulação das políticas sociais e na reprodução da força de trabalho, é uma questão estrutural para o capitalismo (SALVADOR, 2010). Assim, a Saúde Pública, ao compor parte do fundo público, tem a capacidade de mobilizar recursos que o Estado dispõe para intervir na economia que, como já visto, pode ser por meio de políticas monetárias, fiscais e sociais.

Behring (2010) nos ajuda a compreender como o fundo público se expressa, principalmente, por meio do orçamento público constituído de impostos, contribuições, taxas e da mais-valia (parte do trabalho excedente que se transformou em lucro, juros ou renda de terra). Todo este orçamento está disponível ao Estado para a realização de diversas funções que, constantes como os direitos sociais, podem ter a fundamental função de garantir a reprodução do capital e da força de trabalho, debatidas aqui pela manutenção e ampliação das políticas sociais.

Assim, os embates por recursos financeiros para assegurar o SUS sempre foram uma constante desde sua criação, em 1988, até o presente momento. Tais embates não alcançaram condições adequadas de financiamento da Saúde Pública como a indefinição de fontes seguras (vinculações específicas e legais de recursos), além da fragilidade das que foram propostas, como o caso da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), extinta em 2007.

A história de tensões no financiamento desse sistema não deixou de ser intensa antes e durante os anos 2000, após a aprovação da Emenda Constitucional 29. Ao mesmo tempo, nesse período, a fragilidade do financiamento foi percebida no crescimento da renúncia fiscal decorrente da dedução dos gastos com planos de saúde e similares no imposto de renda e das concessões fiscais às entidades privadas sem fins lucrativos (hospitais) e à indústria químico-farmacêutica, enfraquecendo a capacidade de arrecadação do Estado brasileiro e convertendo-se no que se convencionou denominar por gasto tributário.

Verifica-se, ao longo de mais de trinta anos de existência do SUS, um quadro de baixa disponibilidade de recursos, com fontes inseguras. Inicia-se a década de 2010 sem a resolução desta questão, à medida que a Lei 141/2012 (regulamentação da EC-29) não assegurou novos recursos financeiros para a saúde universal, especialmente por parte da União.

É importante destacar que, centralmente, há consequências perversas da política macroeconômica restritiva com o objetivo central de assegurar o cumprimento de metas de inflação e a obtenção de elevados superávits primários, resultando em constante pressão para que o gasto público em políticas sociais fosse diminuído.

Para se ter uma ideia do gasto público em saúde no Brasil apresenta-se, a partir de dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, uma comparação com países que possuem sistemas universais de saúde como o Canadá, França, Japão e Reino Unido, contando ainda com os Estados Unidos da América que possuem um sistema de saúde do tipo liberal que, entretanto, passou por uma recente reforma na saúde pública.

Quando analisados os dados do percentual do gasto em saúde como proporção do PIB (%), nota-se que na média, segundo a tabela 5, os países de sistemas universais gastaram 10,64% de seu PIB com ações e serviços de saúde, tanto públicos quanto privados, acima do valor encontrado para o Brasil que também possui um sistema de saúde do tipo universal, como o SUS. Nota-se ainda, que os EUA apresentaram um gasto, como percentual do PIB, muito superior ao encontrado nos países de sistemas universais e Brasil (tabela 5).

Noronha e Ugá (1995) argumentam que a acentuada elevação do gasto em saúde nos EUA, verificada a partir de meados dos anos 1970 pode ser atribuída ao comportamento das taxas de inflação, porém é necessário buscar nas características da própria organização da assistência à saúde estadunidense os determinantes das taxas de crescimento do gasto setorial.

Com a análise do percentual dos gastos públicos em saúde sobre o total gasto em saúde, vemos que, na média, os países com sistemas universais chegaram a 78%, muito acima do valor apresentado pelo Brasil, mas abaixo do apresentado pelos EUA (tabela 5).

Por fim, quando analisados o gasto total per capita em saúde a preços correntes e na paridade de poder de compra (constante internacional 2005), o Brasil apresentou um baixíssimo valor ao compararmos com os países de sistemas universais, aproximadamente um terço do valor, e muito mais abaixo do valor realizado nos EUA.

Assim, podemos afirmar que para que o Brasil alcance um sistema de saúde universal e possível deve aproximar seu gasto público em saúde dos países que já possuem sistemas universais de saúde, ou seja, garantir um aumento do gasto público em 200%.

Tabela 5 – Indicadores de gasto em saúde para países selecionados – 2015

País	Percentual do gasto em saúde do PIB	Percentual do gasto público em saúde do gasto total em saúde	Gasto total em saúde per capita em preços correntes (US\$) e PPC*
Canadá	10,4%	71%	\$ 4.632,84
França	11,5%	77%	\$ 4.656,58
Japão	10,9%	84%	\$ 4.428,35
Reino Unido	9,8%	80%	\$ 4.071,81
Estados Unidos da América	16,8%	82%	\$ 9.491,40
Brasil	8,9%	43%	\$ 1.401,85

* Paridade de Poder de Compra, constante internacional 2005

Fonte: OECD Health Data – Elaboração própria

Voltamos a dar um destaque ao gasto público realizado nos EUA que tiveram uma importante mudança no perfil de gasto após o ano de 2013 (gráfico 29). Costa (2013) descreve que o modelo vigente nos EUA, habitualmente considerado liberal, sofreu importantes alterações promovidas pela administração Obama, que teve como resultado a incorporação de um maior nível de universalidade, acessibilidade e regulação. Assim, com a implantação do *Obamacare*²⁴ houve redução dos maiores anátemas do país, que apesar de rico e poderoso, convivia com 40 milhões de cidadãos sem qualquer proteção em caso de doença. O que vemos, então, é um salto do percentual de gasto público como proporção do PIB de 7,97% para 13,43% (gráfico 29).

Mais uma vez, relembremos as questões colocadas por Stuckler e Basu (2013) e Basu et al. (2017), apontando para um posicionamento contrário às agendas de austeridade, tão presentes e impostas pelo FMI e BM a vários países no mundo, inclusive ao Brasil. A partir de 2009, quando o presidente Obama tomou posse, os EUA ampliaram seus gastos públicos e um dos setores afetados foi o da saúde, com o já citado *Obamacare*.

²⁴ Mais detalhes sobre o programa podem ser acessados em: <<https://obamacarefacts.com/uninsured-rates/>>.

Gráfico 29 – Percentual do gasto público em saúde como proporção do PIB – Países selecionados – 2005 a 2015

Fonte: OECD Health Data – Elaboração própria

Como pôde ser visto, a situação de subfinanciamento do SUS é condição *sine qua non* para avançarmos na consolidação do direito à saúde no Brasil. Assim, devemos considerar ainda como se comportam os diferentes entes federados do Brasil quando da realização do gasto em saúde.

Como sabemos, o financiamento do SUS se dá de forma tripartite, envolvendo a União, estados e municípios. Ao considerarmos no Brasil os gastos públicos totais realizados nos diferentes períodos analisados (gráfico 30), se nota como há uma importante queda na participação da União no financiamento do SUS, saindo de 74% em 2002 e chegando a 44% em 2017.

No caso dos estados e municípios, a situação é contrária, havendo uma expansão da participação destes entes federados no financiamento do SUS, que saltam de 12% para 25% no caso dos estados, e de 14% para 31% nos municípios, ambos resultando no dobro de participação nos 15 anos analisados (gráfico 30).

Gráfico 30 – Percentual de participação no gasto público em saúde por ente federado – Brasil – 2002 a 2017

Fonte: SIOPS – Elaboração própria

Destacamos também, a partir dos dados do SIOPS, que em 2002 a média do percentual de gasto em saúde realizado com recursos próprios dos municípios foi de 16,54%, já acima do piso de 15% colocado pela Emenda Constitucional nº 29 (EC-29) e regulamentado pela Lei Complementar 141/2012, chegando a 21,29% em 2017. No caso dos estados, que devem aplicar um mínimo de 12%, em 2002 a média ficou em 9,39% abaixo da regra vigente na época pela EC-29, mas que chega a 12,73% em 2017, ficando um pouco acima do piso estabelecido.

Esse quadro nos indica uma ampliação vigorosa dos gastos públicos em saúde pelos municípios que, a cada ano, passaram a destinar mais recursos para o SUS, não sendo acompanhados, na mesma escala, pelos estados e, muito menos, pela União.

Como apontado por Behring e Boschetti (2011), os recursos disponíveis para a realização das políticas sociais permanecem concentrados e centralizados no Tesouro Nacional, contrariando a orientação constitucional da descentralização, ou seja, a maior parte dos impostos e contribuições pagos pela população são recolhidos e mantidos pelo Governo Federal que, só através de transferências obrigatórias constitucionais ou de convênios/programas realizados com os outros entes, repassará o que seria de direito a cada cidadão.

Assim, como já visto neste capítulo, a União também concentra sua alocação de recursos nos serviços da dívida pública, como os juros, encargos e amortizações que contam com uma destinação sempre maior que todo recurso da seguridade social.

A partir deste ponto, comporemos outros dois aspectos que integram o subfinanciamento do SUS, tal como o Gasto Tributário em Saúde e o Ressarcimento SUS.

4.2.2. O aumento da Renúncia Fiscal (Gasto Tributário) em Saúde

Como já descrito anteriormente, os gastos tributários no Brasil saltaram de aproximadamente 116 bilhões de reais em 2009 para uma expectativa de mais de 300 bilhões para 2019 (segundo a LOA-2019 do Governo Federal). Esse cenário de exponencial expansão também se deu na função Saúde, que salta de, aproximadamente, 14 bilhões para mais de 40 bilhões, de 2009 a 2019.

Quando então analisados os dados sobre as subfunções da Saúde, e utilizando das análises já realizadas por Mendes e Weiller (2015), observa-se que entre 2007 e 2011 (gráfico 31), as bases projetadas para a renúncia fiscal foram menores que os dispêndios efetivamente gastos, particularmente, no tocante às despesas médicas do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF). Essa subfunção teve uma magnitude de recursos bem superior às demais (Medicamentos; Assistência Médica Odontológica e Farmacêutica; Entidades Sem Fins Lucrativos – Assistência Social; e Produtos Químicos e Farmacêuticos).

Para essa subfunção, despesas médicas do IRPF, sabe-se que a legislação²⁵ brasileira permite que os abatimentos junto à declaração de IRPF, com despesas médicas privadas, não dispõem de limites. Assim, como apontado pelos autores, a possibilidade de estabelecimento de limites para a área da saúde deve ser o foco de amplo debate no interior desse complexo tema de incentivos ao setor privado de saúde no Brasil.

Ainda, tivemos no Brasil uma expansão da cobertura de planos de saúde e, com base na análise de Mendes e Weiller (2015) (gráfico 31), podemos identificar como a subfunção Assistência Médica, Odontológica e Farmacêutica a Empregados – IRPJ, que segundo legislação específica²⁶, garante que, além da redução dos valores pagos de Imposto de Renda pelas empresas que pagam planos de saúde a seus empregados, é possível também reduzir o valor da Contribuição Sobre o Lucro Líquido que as empresas deveriam pagar como tributo. Destaca-se que a CSLL é uma das fontes de recursos que

²⁵ Para mais detalhes da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, acesse: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9250.htm>.

²⁶ Para mais detalhes da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, acesse: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9249.htm>.

compõem o Orçamento da Seguridade Social (OSS), que inclui as áreas de previdência, saúde e assistência social.

Gráfico 31 - Comparativo de renúncia fiscal (em bilhões de R\$) segundo projetado e bases efetivas por subfunção em saúde ao ano – Brasil - 2007 a 2011

Fonte: Mendes e Weiller (2015)

Ocké-Reis e Santos (2011) argumentam que a renúncia fiscal em saúde deve ser analisada sobre duas diferentes perspectivas: ela contribui para o aumento da oferta hospitalar privada e para a expansão do mercado de planos de saúde, por meio de apoio do Estado, em prejuízo ao financiamento do SUS; e, em razão dos recorrentes cortes no gastos sociais como medida para a garantia do tripé macroeconômico brasileiro, os subsídios implícitos nas renúncias acabam por favorecer os grupos sociais com maior capacidade de receita e, portanto, de gasto. Esse último aspecto é fundamental, pois os indivíduos que se situam no topo da distribuição de renda, ao abaterem seus gastos no Imposto de Renda, receberiam uma quantidade maior de recursos em termos per capita.

Como forma de atualizarmos a discussão sobre os gastos tributários em saúde, prosseguimos nas análises realizadas por Mendes e Weiller (2015), organizando os dados para os anos de 2013 a 2019 com base nos Demonstrativos dos Gastos Governamentais Indiretos de Natureza Tributária (Gastos Tributários). Foram considerados os valores efetivamente contabilizados para os anos de 2013, 2014 e 2015, sendo que os anos de 2016, 2017 e 2018 são as projeções feitas pela Receita Federal e, 2019, o previsto na LOA-2019.

Podemos notar, segundo o gráfico 32, que para subfunções da Saúde houve poucas variações no decorrer dos anos, com destaque para as Despesas Médicas do IRPF que

saem de aproximadamente 13 para 16 bilhões de reais como expectativa em 2019. Em segundo lugar, tínhamos as Entidades Filantrópicas que ficavam acima da subfunção Medicamentos, mas que, a partir de 2016 concorria por essa posição, ficando ambas próximas a 7 bilhões de reais em 2019.

Destacamos, por fim, que a variação do total de gastos tributários em Saúde é mais expressiva no período de 2013 a 2015, com um crescimento de 11% que considerou as bases efetivas da Receita Federal do Brasil; entretanto, não foi visto o mesmo crescimento quando analisada a variação de 2016 a 2018, referentes a uma projeção, que ficou com 2% de aumento.

Gráfico 32 - Gastos Tributários (bases efetivas, projeção e LOA-2019) (bilhões de R\$) por subfunções selecionadas da Saúde - 2013 A 2018 – Brasil – Parte 1

Fonte: Receita Federal do Brasil – Elaboração própria.

* Deflator – IGP-DI em fev/2019.

Como os valores encontrados para as subfunções Água Mineral²⁷, Pronas/PCD²⁸ e Pronon²⁹ (BRASIL, 2018) não chegaram a casa dos bilhões de reais, o gráfico 32 não

²⁷ Redução a zero das alíquotas de PIS/COFINS sobre a receita de venda de águas minerais comercializadas em recipientes com capacidade nominal inferior a 10 (dez) litros ou igual ou superior a 10 (dez) litros.

²⁸ Dedução do imposto de renda devido, das doações e dos patrocínios efetuados em prol de ações e serviços de reabilitação da pessoa com deficiência, previamente aprovados pelo Ministério da Saúde e desenvolvidos pelas instituições que se destinam ao tratamento de deficiências físicas, motoras, auditivas, visuais e intelectuais.

²⁹ Dedução do imposto de renda devido, das doações e dos patrocínios efetuados em prol de ações e serviços de atenção oncológica, previamente aprovados pelo Ministério da Saúde e desenvolvidos pelas instituições de prevenção e combate ao câncer.

contou com esses valores. Assim, obtivemos o gráfico 33 que demonstra uma manutenção nos valores da subfunção Água Mineral, com média de 85 milhões ao ano, com um expressivo aumento do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD) de 2014 para 2015, de 14 para 118 milhões, se estabilizando numa média de 115 milhões ao ano, e, por fim, um crescimento do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica de 2014 para 2015, de 91 para 154 milhões ao ano, se estabilizando numa média de 151 milhões.

Destaca-se como as políticas de saúde que se desenvolvem a partir das necessidades da população, como a área de oncologia e das pessoas com deficiência assumem uma forma também privada, para além dos serviços públicos, a partir do instante em que formas de isenção tributária são formalizadas por lei e terão como consequência impactos sobre a rentabilidade dos setores privados por terem parte de suas despesas (taxas e impostos) reduzida.

Gráfico 33 – Gastos Tributários (bases efetivas, projeção e LOA-2019) (milhões de R\$) por subfunções selecionadas da Saúde - 2013 A 2018 – Brasil – Parte 2

Fonte: Receita Federal do Brasil – Elaboração própria.
* Deflator – IGP-DI em fev/2019.

Independentemente da subfunção analisada, observamos que os gastos tributários em Saúde tiveram um significativo crescimento, quando consideradas as bases efetivas; entretanto, o cenário de crescimento não é observado para as projeções dos anos de 2016, 2017, 2018 e 2019 (LOA-2019).

As questões levantadas por Ocké-Reis e Santos (2011) demonstraram que a discussão das isenções remete à relação entre o setor privado e o padrão de financiamento

da saúde universal que, ao mesmo tempo, sofre com as consequências da redução de possíveis receitas para o Estado e é alvo dos cortes cada vez mais intensos na busca dos superávits primários pelo Governo Federal.

Mendes e Weiller (2015) apontam o necessário enfrentamento da insuficiência de recursos públicos para a Saúde dos brasileiros, principalmente com o fim dos incentivos fiscais ao setor privado da saúde, como os subsídios implícitos nas deduções do Imposto de Renda das despesas com Planos Privados de Saúde e/ ou com despesas particulares com médicos, hospitais e exames.

Como projetado para 2019, 41 bilhões poderão ser perdidos em forma de impostos e contribuições no setor Saúde, representando aproximadamente 32% do recurso indicado pela LOA-2019 do Governo Federal para a Saúde (128,19 bilhões aproximadamente). Assim, tal recurso, se destinado ao SUS, contribuiria para enfrentar o quadro de subfinanciamento.

De fato, o crescimento dos gastos tributários em Saúde direciona a “saúde pública para uma mercantilização, de direito social a produto, provocando um ocultamento enquanto política social, que vise à universalidade, à igualdade e à equidade” (MENDES & WEILLER, 2015, p. 503). Nossa defesa parte do pressuposto que as isenções fiscais no setor Saúde devem ser extintas para que os recursos adicionais desse movimento possam ser garantidos para o SUS de forma protegida, tanto legal quanto financeiramente.

4.2.3. Os impactos do Ressarcimento SUS

Para finalizar nossa análise de como o SUS tem sido subfinanciado em vários aspectos, analisaremos nessa parte da tese o comportamento do chamado Ressarcimento SUS. O ressarcimento ao SUS foi a primeira proposta de regulação das interfaces entre o setor público e o privado que adquiriu normatização após a Constituição Federal de 1988 (FREITAS, 2011).

O marco regulatório é a Lei nº 9.656/1998, instrumento de regulação da atividade de saúde suplementar, que instituiu em seu Art. 32 a obrigação das operadoras de Planos de Saúde de ressarcimento dos serviços de atendimento à saúde, previstos nos contratos de prestação de serviços aos seus beneficiários e respectivos dependentes, em instituições públicas ou privadas, conveniadas ou contratadas, integrantes do SUS.

Alguns aspectos importantes devem ser observados sobre o ressarcimento SUS:

- 1) a inexistência de qualquer regulação do setor privado por quase 10 anos, ou seja, de

1988 até 1998 não havia uma legislação específica que cuidasse da interface dos serviços públicos que atendiam pessoas cobertas por planos de saúde; e 2) apesar da publicação da Lei nº 9.656/1998, ainda não se sabe qual o real impacto do acesso dos beneficiários dos planos de saúde no SUS, uma vez que apenas são identificados os atendimentos de beneficiários através do cruzamento de dados da ANS e informações registradas no SUS por uma Autorização de Internação Hospitalar (AIH) e/ou Autorização de Procedimento Ambulatorial (APAC).

Assim, o resultado do cruzamento é enviado por um Aviso de Beneficiário Identificado para as operadoras, que podem ou não acatar a cobrança e quitar a dívida ou contestá-la. O não pagamento do ressarcimento comprovadamente devido pela operadora resulta na inscrição em dívida ativa e no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN), bem como na consequente cobrança judicial.

Uma vez que apenas os atendimentos ligados a uma AIH ou APAC são contabilizados, todas as outras formas de atendimentos e processamento de informações na produção dos serviços do SUS não são contados como parte do Ressarcimento SUS (atendimentos ambulatoriais não individualizados, como os realizados nas Unidades Básicas de Saúde, Unidades de Pronto Atendimento, Centros de Atenção Psicossocial; vacinações realizadas em campanhas etc.).

A figura 4 apresenta um fluxograma que descreve o processo de Ressarcimento SUS que tem como fundamental instituição para cobrança e processamento das informações a própria ANS. Cabe ainda destacar que os recursos ressarcidos ao SUS vão para a composição do Fundo Nacional de Saúde (FNS), entretanto, não há programas ou linhas específicas que garantem o repasse adequado aos municípios ou estados que prestaram o atendimento à saúde por meio de seus serviços locais, ou seja, o recurso do ressarcimento retorna apenas para a União.

Figura 4 – Fluxo do processo de ressarcimento ao SUS – Brasil – ANS

Fonte: ANS³⁰

Quando então olhamos para os dados disponíveis (gráfico 34), em parte, no Tabulador de Dados Ambiente WEB (TABNET) da ANS, ao comparamos o número de beneficiários de planos de Assistência Médica com o número de atendimentos de beneficiários no SUS, notamos que houve um crescimento moderado de 2001 a 2011, acompanhando o de beneficiários. Porém, a partir de 2012, há um salto no volume de atendimentos realizados da casa de 222 mil, aproximadamente em 2011, para exorbitantes 822 mil em 2013, seguindo-se uma queda acentuada nos anos seguintes, chegando a 147 mil em 2017 (gráfico 34).

Esses resultados encontrados nos causam estranhamento, uma vez que fogem muito da tendência observada nos anos anteriores de aumento junto com o volume de beneficiários. Entretanto, iremos explorar com mais detalhes possíveis falhas na disponibilização dos dados pela ANS quando compararmos os resultados das planilhas eletrônicas disponibilizadas pela agência, nomeadas de “Índice de Efetivo Pagamento das Operadoras”³¹.

³⁰ O fluxograma foi obtido no site, disponível em: <<http://www.ans.gov.br/aans/noticias-ans/integracao-com-o-sus/3920-nova-edicao-do-boletim-do-ressarcimento-esta-disponivel>>.

³¹ Mais detalhes sobre as planilhas eletrônicas estão disponíveis em: <<http://www.ans.gov.br/perfil-do-setor/dados-e-indicadores-do-setor/integracao-e-ressarcimento-ao-sus>>.

Gráfico 34 – Relação entre o número de beneficiários de planos de Assistência Médica e o número de atendimentos de beneficiários no SUS – 2001 a 2015 – Brasil

Fonte: TABNET-ANS – Elaboração própria

Quando então analisamos os valores cobrados e pagos dos atendimentos realizados no SUS pelas diversas operadoras de planos de saúde de Assistência Médica (gráfico 35), nota-se, com base nos dados disponibilizados, um crescimento importante no valor cobrado de 2001 a 2014, com a queda, novamente, a partir desse ano, chegando a zero quando olhamos para 2017.

Nota-se que a relação entre os valores cobrados e pagos ficaram, em média, em 40%, o que pode indicar uma grande inadimplência por parte das operadoras durante os anos analisados com um aumento do passivo devido à União ano a ano (gráfico 35).

Gráfico 35 –Relação (%) entre valores totais cobrados e pagos dos atendimentos realizados no SUS – 2001 a 2017 – Brasil

Fonte: TABNET-ANS – Elaboração própria.

A fim de investigar com mais precisão a relação entre o pagamento pelas operadoras e os valores cobrados pela ANS, a decompomos em diversas Modalidades de operadoras, conforme seus estatutos jurídicos.

Como resultado (gráfico 36), podemos observar que a modalidade Seguradora Especializada em Saúde³² foi a que obteve um perfil de melhor “pagadora” como Ressarcimento SUS (média de 85%, excluindo 2017). A Autogestão³³, apesar de ficar em segundo lugar, teve uma tendência de queda nos anos, até 2015, com um aumento no ano de 2016, seguindo a tendência das demais modalidades. Por fim, nota-se que a modalidade Filantropia³⁴ foi a que menos pagou (média de 22%, excluindo 2017) quando cobrada pela ANS.

Gráfico 36 – Relação (%) entre valores totais cobrados e pagos dos atendimentos realizados no SUS segundo modalidade de operadora – 2001 a 2017 – Brasil

Fonte: TABNET-ANS – Elaboração própria.

³² Sociedade seguradora autorizada a operar planos de saúde, desde que esteja constituída como seguradora especializada nesse tipo de seguro, devendo seu estatuto social vedar a atuação em quaisquer outros ramos ou modalidades (disponível em: http://www.ans.gov.br/anstabnet/notas_operadora.htm).

³³ Empresa que opera planos de assistência à saúde destinados, exclusivamente, a empregados ativos, aposentados, pensionistas ou ex-empregados, de uma ou mais empresas ou, ainda, a participantes e dependentes de associações de pessoas físicas ou jurídicas, fundações, sindicatos, entidades de classes profissionais ou assemelhados e seus dependentes (disponível em: http://www.ans.gov.br/anstabnet/notas_operadora.htm).

³⁴ Entidade sem fins lucrativos que opera planos privados de assistência à saúde, sendo certificada como entidade filantrópica junto ao Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), e declarada de utilidade pública pelo Ministério da Justiça e pelos órgãos dos governos estaduais e municipais (disponível em: http://www.ans.gov.br/anstabnet/notas_operadora.htm).

Para entendermos melhor o que ocorreu com as informações obtidas para os anos seguintes a 2014/2015 e, principalmente, para 2017, tivemos que sintetizar em um quadro os dados disponibilizados pela ANS para cada mês, segundo “Índice de Efetivo Pagamento das Operadoras”. Esses índices estão disponíveis do mês 07/2016 a 02/2019, período em que sintetizamos os dados disponíveis em planilhas eletrônicas que apresentam as operadoras que estavam ativas ou inativas no período analisado. Fizemos os cortes de análise dos dados em 07/2016, 02/2017, 02/2018 e 02/2019, a fim de termos uma “foto” dos momentos a cada ano, considerando a disponibilidade precária de dados da ANS, ou seja, não havia até o momento tais dados de Ressarcimento SUS no TABNET-ANS.

Como resultado (gráfico 37), identificamos que os valores cobrados em 2016 foram, aproximadamente de 1,5 bilhões de reais, saltando para 3,6 bilhões em 2019. Entretanto, os valores cobrados ficaram em aproximadamente 600 milhões em 2016, chegando a 1,6 bilhões em 2019, ou seja, tiveram um acréscimo de 1 bilhão. Assim, a relação entre os valores pagos e cobrados teve um leve aumento, saindo do aumento de 39% para 45%. Este perfil ainda se mantém próximo ao encontrado a partir de 2013 e nos anos seguintes.

Gráfico 37 – Relação (%) entre valores totais cobrados e pagos dos atendimentos realizados no SUS das Operadoras Ativas – 2016 e 2019 – Brasil

Fonte: Índice de Efetivo Pagamento das Operadoras – ANS

Por fim, analisamos os dados disponíveis sobre as operadoras inativas que deviam e devem pagamentos ao FNS referentes ao Ressarcimento SUS. É importante lembrar que essas empresas já estão inativas, ou seja, haverá maiores empecilhos para que seus responsáveis legais respondam judicialmente aos pagamentos devidos.

Podemos observar (gráfico 38), então, que os valores cobrados saíram dos aproximadamente 600 milhões em 2016, e chegaram a 880 milhões em 2019, apresentando um crescimento de 49%, que foi acompanhado pelo crescimento dos pagamentos que saíram de 215 milhões e foram para 329, ou seja, de 53%.

Gráfico 38 – Relação (%) entre valores totais cobrados e pagos dos atendimentos realizados no SUS das Operadoras Inativas – 2016 e 2019 – Brasil

Fonte: Índice de Efetivo Pagamento das Operadoras – ANS

De forma geral, o quadro da execução do Ressarcimento SUS no Brasil ainda é crítico, considerando vários fatores como a introdução tardia de um mecanismo que regulasse e medisse o uso, dos beneficiários de planos de saúde, do SUS; a ampliação contínua de internações (AIH) e procedimentos ambulatoriais (APACs) pelos beneficiários desde 2001 até 2016/2017, considerando a precária base de informações da ANS via TABNET que não dispõe dos valores atualizados a partir de 2015/2016, somente considerando as operadoras e os valores pagos e cobrados (planilhas eletrônicas disponíveis no site da Agência); e, por fim, o baixo grau de pagamento que deveria ser realizado pelas operadoras considerando uma média de 41% desde os anos 2001 a fevereiro de 2019.

Com a análise dos dados sobre o Ressarcimento SUS foi possível observar que apesar dos valores verificados estarem próximos a 4 bilhões de reais, tal mecanismo tem a função de contribuir de fato para a regulação do setor privado e, não necessariamente, de compor um fundo público para o SUS.

Esse cenário que elaboramos sobre o Ressarcimento SUS se soma ao cenário de aumento das Renúncias Fiscais e da situação crítica do financiamento do SUS,

considerando o quadro já crônico de subfinanciamento de um sistema de saúde universal que tem sofrido retrações e retrocessos jurídicos e orçamentário-financeiros a cada ano.

Para finalizarmos, trazemos uma rápida análise dos impactos da mencionada EC-95, aprovada em 2016, que visa congelar o gasto social e estabilizar a dívida pública em relação ao produto interno bruto durante vinte anos. Tal emenda congela em termos reais pelo IPCA a despesa primária total do governo federal (congelamento na base fixa do gasto em 2017, com 15% da Receita Corrente Líquida da União, somente acrescida ano a ano pelo IPCA), tendo impacto direto na garantia dos superávits primários a cada ano, garantindo assim saldo suficiente para pagamento dos juros da dívida pública.

A questão dos efeitos negativos da EC 95/2016 foi analisada por Vieira e Benevides (2016), que indicaram perdas acumuladas de 2017 a 2036 na ordem de 162 bilhões a 400 bilhões de reais, conforme projeção anual do PIB de 1,0% e 2,0% respectivamente. Funcia e Santos (2019) apontam:

Os efeitos deletérios da EC nº 95/2016 na saúde são patentes na matemática orçamentário-financeira. Os pisos federais de 2018 e 2019, calculados em acordo a regra dessa emenda, que impõe o “congelamento” do valor-piso ao nível de 2017, atualizados somente pela variação da inflação do período, medida pelo IPCA/IBGE, representa, na realidade, uma redução de recursos para a saúde pública no Brasil, que passou de 15,0%, conforme determinação constitucional (que a Procuradoria Geral da República insiste em dizer não ter sido alterado), para 13,95% em 2018 e 13,85% em 2019 (estimada), com base nos parâmetros apresentados na Lei Orçamentária de 2019 (FUNCIA E SANTOS, 2019, p. 3).

O cenário que se configura então é, para além do subfinanciamento de mais de 30 anos do SUS, um contínuo desfinanciamento, a partir de 2017, em decorrência de um ajuste fiscal que corta grande parte dos direitos sociais até então alcançados pela população brasileira.

Para termos uma dimensão do que poderia ter ocorrido com o perfil de gasto federal em proporção do PIB, Funcia e Ocké-Reis (2018) projetaram “para trás” como seria o gasto federal se houvesse a vigência da EC-95 desde 2001 (gráfico 39). Assim, enquanto a vigência da EC-29 garantiu que o gasto federal variasse entre 1,7% e 1,6% do PIB com Saúde, a projeção da EC-95 sairia de 2% em 2001 para menos de 1,2% em 2015.

Gráfico 39 – Comparativo segundo percentual do PIB do Gasto público federal em saúde entre a EC-29 e EC-95 – Brasil - 2001/2015

Fonte: Funcia e Ocké-Reis (2018)

Para então projetarmos “para frente” os efeitos da EC-95, utilizamos da publicação de diversas entidades (FRIEDRICH EBER et al., 2016), que demonstra como o gasto federal, como proporção do PIB cairá nos próximos 20 anos nos setores da Saúde e da Educação, principalmente, e demais áreas dos direitos sociais como a Assistência Social, Cultura, Ciência e Tecnologia, entre outras (gráfico 40). Os percentuais então, que somaram, considerando os diversos setores, cai de aproximadamente 19% para 12% em 2036, ou seja, é um desfinanciamento das políticas sociais no Brasil.

Gráfico 40 – Simulação do gasto federal com políticas sociais como proporção do PIB com o efeito da EC-95 – Brasil - 2015/2036

Fonte: Friedrich Ebert et al. (2016)

Esse aspecto do desfinanciamento é um avanço das políticas econômicas liberais sobre as políticas sociais desenvolvidas no Brasil que já estavam, paulatinamente, sendo drenadas de recursos públicos e interesses políticos. Diferentemente do ocorrido dentro dos mais de 30 anos do SUS, o cenário que se avizinha é o de redução dos serviços e das ações em saúde de forma universal e pública, com uma real possibilidade de extinção do SUS que conhecemos até hoje.

5. GASTO PÚBLICO SOCIAL COMO PRIORIDADE MACROECONÔMICA

Como analisado nesta tese, ao considerarmos nosso caminhar entre as crises do capitalismo e a formação de um Estado Social, vimos como este, além de garantir a reprodutibilidade da força de trabalho, também pode gerar uma melhora na condição de vida da classe trabalhadora.

Nesse sentido, considerando também os impactos vistos nos capítulos 2 e 3, tanto das políticas de autoridade quanto das decisões econômicas tomadas pelos diversos governos brasileiros nos últimos anos, reforça-se a necessidade de um Estado interventor para a redução das precárias condições de trabalho (desemprego, subemprego, vínculo trabalhistas frágeis etc.) e de vida (retorno e agravamento das morbi-mortalidades, rede de saúde pública insuficiente etc.), que, ocorre ciclicamente em vários países no mundo, e em especial no Brasil.

Para tanto, neste capítulo, iremos abordar a importância do gasto público em saúde partindo de análises das Contas-Satélites de Saúde e de Matrizes Insumo-Produto, estruturadas pelo IBGE para o caso brasileiro. Ambas as ferramentas partem do pressuposto da contabilidade social que pode ser descrita como um sistema de contas que:

[...] fornece um retrato da realidade econômica e social dos países ao dar forma empírica sistemática à estrutura e ao desenvolvimento de uma economia ao longo do tempo. Em outras palavras, provê base objetiva para julgar o nível e o progresso da riqueza das nações e para identificar as causas do sucesso ou do fracasso da economia (GUEDES PINTO, 2010, p. 110).

Assim, a contabilidade social reúne instrumentos que ajudam a medir o movimento da economia de um país num determinado período, como a produção realizada/consumida, quanto se investiu e ainda quanto se importou e exportou de produtos e serviços. Essa perspectiva de uma contabilidade possível para um país advém do pressuposto da macroeconomia, que trabalha as dimensões macroscópicas das diferentes variáveis econômicas de forma agregada (consumo agregado, investimento agregado, o produto nacional, renda nacional etc.). Os tais agregados macroeconômicos são construções estatísticas sintetizando os aspectos relevantes da atividade econômica em um período de tempo, como é o Produto Interno Bruto de dado país.

Paulani e Braga (2003) nos ajudam a entender como, a partir da Teoria Geral de Keynes, a contabilidade social ganha contornos definitivos, sendo possível que os economistas passassem a saber o que medir em nível agregado e como fazê-lo. Dado o momento histórico em que Keynes desenvolve seu trabalho (pós-crise de 1929 com ampliação da recessão e aumento do desemprego), cresce a importância das medições possíveis para as transações econômicas entre países e os efeitos dos investimentos realizados pelo Estado tão indicados por Keynes e relatados no capítulo 1 desta tese.

Assim, com essa nova perspectiva da análise macroeconômica, instigou-se na política o interesse em verificar o comportamento e a evolução da economia de dado país com uma dimensão sistêmica, medindo produção, renda e consumo, mas fazendo isso de modo a perceber exatamente a relação entre esses agregados e a lógica do sistema econômico como um todo.

Guilhoto (2011) descreve que, por meio do princípio das partidas dobradas, tão utilizadas no campo da contabilidade de empresas, um lançamento de débito deve sempre corresponder a um outro de mesmo valor de crédito, pressupondo um equilíbrio interno e, se houver entradas e saídas, um equilíbrio externo também. Nota-se que essa necessidade de equilíbrio entre todas as contas do sistema é um instrumento adequado para a mensuração sistêmica da evolução dos agregados econômicos.

Destacamos que esse pressuposto de um equilíbrio geral é do campo da economia clássica e, ao utilizarmos as produções de Keynes e Kalecki, foi possível entender como não há, de fato, um equilíbrio da economia que apresenta ciclos e crises que nunca “chegam” a uma estabilidade. Os autores consideravam a necessidade de investimentos para a redução ou superação das crises que se desenvolviam no interior de países e no mundo.

Nosso trabalho considera a ideia de uma interdependência dos diversos setores da economia, que é considerada fechada para efeitos dos dados e cálculos, entretanto, como nos aproximamos da visão marxista, se reconhece que há limites no uso de ferramentas que pressupõem tais equilíbrios, nos conduzindo para uma crítica que é realizada na última seção deste capítulo.

Paulani e Braga (2003) nos ajudam a perceber a economia real, muito mais complexa do que aquela preconizada pela contabilidade social, considerando que há infinitas transações sendo realizadas a cada instante entre as diversas entidades de um país como famílias, empresas, instituições sem fins de lucro, governo etc. Também há o reconhecimento de que os fluxos da produção de um país nunca serão inteiramente

fechados, ou seja, sempre haverá transações (compras e vendas de bens e serviços) com as economias de outros países.

Feitas essas ponderações iniciais, se escolhe a contabilidade social como o instrumento de aferição macroscópica do movimento econômico, pressupõe-se que a economia de todo um país pode ser analisada como a de uma empresa, que tem seus resultados anuais apresentados pelas contas integrantes do Sistema de Contas Nacionais (SCN). No Brasil, tal sistema é organizado e estruturado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Nossas análises, quando utilizando as matrizes de insumo-produto, consideram os trabalhos fundantes desenvolvidos por Wassily Leontief, que considerava a análise insumo-produto como uma extensão prática da teoria clássica da interdependência geral, considerando toda a economia de uma região, país e mundo como um sistema único, podendo ser descrito e interpretado através de suas relações estruturais básicas observáveis (LEONTIEF, 2008). Assim, sua teoria se vincula ao fluxo circular da riqueza que é gerada pelos trabalhadores e como ocorre sua distribuição entre as categorias (atividades, produtos e operações) envolvidas dentro do processo produtivo.

Guilhoto (2011) compôs em seu trabalho uma dimensão histórica de como a produção de Leontief sofreu influência de vários autores anteriores a ele que, de certa forma, estavam interessados em verificar como o valor produzido pela sociedade fluía em seu interior; entretanto, não iremos descrever nesta tese tal processo histórico que levou Leontief à consolidação do conceito de matriz insumo-produto.

Dessa forma, Leontief (1951) realiza uma tentativa de aplicar a teoria econômica de equilíbrio geral, na lógica de uma interdependência, a um estudo empírico das inter-relações entre as diferentes partes de uma economia nacional, por meio das variações de preços, produção, investimento e renda.

De forma geral, buscamos assegurar o gasto com políticas sociais, principalmente com a Saúde Pública, como forma de contenção das crises do capitalismo. Nesta perspectiva, Castro (2012) afirma:

[...] a política social tem papel estratégico como alavancadora do desenvolvimento nacional, mediante seus resultados na ampliação da justiça e coesão social, crescimento e distribuição de renda, reafirmando-se como indispensável e estratégica, não apenas para enfrentar situações conjunturais adversas, como também para criar os alicerces da construção de uma nação econômica e socialmente mais forte (CASTRO, 2012, p. 1038).

Partiremos então do pressuposto de que o gasto social é uma das principais formas de manutenção da estabilidade dos ciclos econômicos diante do processo “natural” da existência e ocorrência das crises no sistema capitalista. Mantemos nossa defesa de políticas públicas sociais e universais, partindo do investimento público sustentado por uma re-análise das prioridades institucionais do Estado brasileiro.

A política social, como uma das possíveis prioridades do Estado, é uma das fontes de influência sobre o processo do desenvolvimento e, devido à sua diversidade, elemento irradiador de uma série de relações e dependências entre as políticas. Castro (2012) descreve como esta política social interfere e é força propulsora para o desenvolvimento nacional:

A concepção sobre a política social sustenta-se no fato de que ela, em seu estágio mais avançado, se faz presente mediante complexos esquemas de distribuição de renda, produção e provisão de bens e serviços, distribuição de ativos patrimoniais, aplicando significativas parcelas do Produto Interno Bruto (PIB) além de regular alguns setores do mercado e empregar expressiva parcela da força de trabalho do país (CASTRO, 2012, p. 1012).

Assim, para além da perspectiva keyneisana/kaleckiana do Estado interventor para a estabilização das crises do capitalismo, quando aquele adquire uma forma social (BOSCHETTI, 2016), produz em seu desenrolar políticas que afetam a situação social da população (melhorias na qualidade de vida) e, ao mesmo tempo dadas as suas dimensões, gera efeitos de crescimento da economia (PIB, emprego, produtividade etc.) e a autonomia de um dado país (saldo na balança comercial, industrialização etc.).

O entendimento da política social, composta por um conjunto de programas e ações do Estado (garantia da oferta de bens e serviços, transferências de renda e regulação de elementos do mercado), se faz necessário para a análise de seus dois objetivos conjuntos: a proteção e a promoção social. Para o conceito de proteção social, utiliza-se da descrição de Fleury (2005):

No modelo de seguridade social busca-se romper com as noções de cobertura restrita a setores inseridos no mercado formal e afrouxar os vínculos entre contribuições e benefícios, gerando mecanismos mais solidários e redistributivos. Os benefícios passam a ser concedidos a partir das necessidades, com fundamentos nos princípios da justiça social, o que obriga a estender universalmente a cobertura e integrar as estruturas governamentais (FLEURY, 2005, p. 453).

Enquanto isso, a promoção social é entendida como a resultante da geração de igualdades, oportunidades e resultados para indivíduos e/ou grupos sociais. A ideia

reforça que a geração de igualdades está relacionada à expansão da oferta de bens e serviços sociais; enquanto bens equalizadores providos pelo poder público, principalmente a escolarização e o acesso à saúde são elementos centrais na geração de habilidades e capacidades em indivíduos e/ou grupo social. Castro et al. (2012) aprofunda ainda mais sobre o impacto da promoção social:

[...] agrupam-se, nela, as políticas que, a partir de determinados instrumentos, pretendem garantir aos cidadãos oportunidades e resultados mais amplos e mais equânimes de acesso aos recursos e benefícios conquistados pela sociedade em seu percurso histórico. Tais políticas compreendem um vasto espectro de ações que abarca desde a formação e desenvolvimento do cidadão até a democratização do acesso a ativos – como as políticas voltadas à agricultura familiar (acesso a crédito, extensão rural, reforma agrária), à economia solidária, à habitação, à mobilidade urbana [...] (CASTRO et al., 2012, p. 4).

Em defesa da política social universalista, a CEPAL (2008) apresenta:

A promoção de oportunidades em áreas consideradas de valor social para que todos os cidadãos possam usufruir dos benefícios e serem agentes do desenvolvimento, exige que as instituições defendam os princípios da universalidade, solidariedade e eficiência de forma simultânea e prioritária (CEPAL, 2008, p. 111, tradução nossa).

Assim, como descrita pelos autores, a política social assume papel fundamental na expansão dos direitos e, perante os efeitos das crises capitalistas, de protetora e promotora do desenvolvimento econômico. Quando contextualizada esta política para o Brasil, Castro (2012) descreve:

A política social no Brasil, apesar da atual amplitude é, ainda, marcada por políticas específicas com baixa coordenação entre elas e grandes desafios em termos de abrangência (universalidade e integralidade) e qualidade dos bens e serviços oferecidos (CASTRO, 2012, p. 1018).

Para dar materialidade às afirmações feitas, apresenta-se um trabalho publicado por Abrahão et al. (2011) sobre o efeito dos gastos em determinadas áreas sociais e seu efeito multiplicador sobre o PIB e Renda das Famílias (tabela 6). Quando observados os resultados sobre o PIB e Renda das Famílias identifica-se a Educação e Saúde com os maiores efeitos multiplicadores, acima dos gastos com Investimento no Setor de Construção Civil e Exportações de *Commodities* Agrícolas e Extrativas.

Tabela 6 – Multiplicadores decorrentes de um aumento de 1% do PIB Segundo Tipo de Gasto – 2006 – Brasil.

Tipo de Gasto/Demanda	Multiplicador do PIB (%)	Multiplicador da Renda das Famílias (%)
Demanda Agregada (investimento, exportações e gasto do governo)	1,57	1,17
Educação e Saúde	1,78	1,56
Educação	1,85	1,67
Saúde	1,70	1,44
Investimento no Setor de Construção Civil	1,54	1,14
Exportações de <i>Commodities</i> Agrícolas e Extrativas	1,40	1,04

Fonte: Abrahão et al., 2011.

Estes resultados apresentados nos indicam um caminho sobre a necessidade de estabilizar o crescimento econômico como forma de enfrentamento das crises cíclicas que compõem o sistema capitalista.

Ainda, utilizando o mesmo estudo pode-se observar na tabela 7 que apenas o gasto com “Juros sobre a Dívida Pública” apresentou um resultado abaixo de 1,00 como multiplicador do PIB no período analisado, além do resultado. É importante citar ainda que, para o Orçamento Total do Governo Federal, a estimativa de gasto com o item “Juros sobre a Dívida Pública” é de R\$ 463,9 bilhões (BRASIL, 2015), praticamente 15,5% do orçamento federal. Ou seja, o resultado dessas decisões na manutenção das altas taxas de juros no Brasil, gera um efeito negativo sobre o PIB, inicialmente (tabela 7).

Tabela 7 – Multiplicadores decorrentes de um aumento de 1% do PIB Segundo Tipo de Gasto – 2006 – Brasil.

Tipo de Gasto/Demanda	Multiplicador do PIB (%)	Multiplicador da Renda das Famílias (%)
Programa Bolsa Família	1,44	2,25
Benefício de Prestação Continuada	1,38	2,20
Regime Geral da Previdência Social	1,23	2,10
Juros sobre a Dívida Pública	0,71	1,34

Fonte: Abrahão et al., 2011.

Quando então Abrahão et al. (2011) analisaram o efeito sobre o Índice Gini³⁵ em relação aos gastos realizados, o que pode ser visto é que todos os programas ou políticas que estavam ligados ao campo das políticas sociais apresentaram variações de queda do índice, porém, para os itens “Investimento em Construção Civil” e “Exportações de *Commodities*”, a variação foi nula, com destaque para o item “Juros sobre a Dívida Pública”, que apresentou variação positiva, ou seja, aumentou a desigualdade de renda entre a população brasileira (tabela 8).

³⁵ O Índice Gini é uma medida de desigualdade desenvolvida pelo estatístico italiano Corrado Gini, comumente utilizado para calcular a desigualdade de distribuição de renda, mas pode ser usada também para qualquer distribuição, como concentração de terra, riqueza, entre outras.

Tabela 8 – Índice de Gini entre tipos de famílias após as simulações e variação percentual em relação ao índice observado (G0 = 0.3805) – 2006 – Brasil.

Tipo de Gasto	Gini Entre os Grupos (G1)	Variação do Gini em Relação à Renda Inicial = $(G1 - G0) / G0$
Benefício de Prestação Continuada	0,3716	-2,3%
Programa Bolsa Família	0,3723	-2,2%
Saúde Pública	0,3749	-1,5%
Regime Geral de Previdência Social	0,3759	-1,2%
Educação Pública	0,3764	-1,1%
Investimento em Construção Civil	0,3806	0,0%
Exportações de Commodities	0,3807	0,0%
Juros sobre a Dívida Pública	0,3809	0,1%

Fonte: Abrahão et al., 2011.

Esse estudo (ABRAHÃO et al., 2011) que utilizamos foi uma forma rápida de notar como o gasto público em políticas sociais pode ter resultados favoráveis à expansão da economia, e nesse caso do Brasil, por meio da ampliação do PIB, da renda das famílias e da redução na desigualdade da sociedade brasileira.

O destaque dado aqui tem a função de contrapor o discurso desenvolvido e empregado, cada vez mais, de que as políticas de austeridade são o “remédio amargo” que os estados nacionais devem tomar para a redução e superação dos efeitos das crises cíclicas do capitalismo. Ou seja, nossa posição é de que a expansão do gasto social, e em específico na Saúde Pública, geram resultados maiores e melhores para o desenvolvimento, ou minimamente para a estabilização da economia, juntamente com uma maior proteção das condições de trabalho e vida da maior parte da população (classe trabalhadora).

Assim, com foco nas políticas de saúde, passa-se a analisar os dados disponíveis pelo IBGE para as chamadas Contas Satélites de Saúde visando os diferentes resultados que as atividades do setor saúde tiveram dentro da economia brasileira.

5.1. AS CONTAS SATÉLITES DE SAÚDE

Nesta seção analisaremos os dados organizados nas diversas publicações das Contas Satélites de Saúde realizadas pelo IBGE de 2000 a 2015. A cada período de análise, algumas variáveis e formatos foram modificados e apresentaremos ponto a ponto quais foram e como sintetizamos quadros finais para nossas análises.

Inicialmente, destacamos, em conjunto ao IBGE (2017), como o setor saúde não é habitualmente analisado como uma atividade econômica pelos profissionais que nele atuam. Muitas vezes, os serviços de saúde pública e todos os profissionais envolvidos neles são analisados como uma política social e medidos por meio de indicadores de resultados sobre a morbimortalidade de determinada população, rede e estrutura disponível ou forma de financiamento e gasto.

O que cabe a nós é trazer para a análise a compreensão da dinâmica e das tendências da Política de Saúde, na forma do SUS ou do setor privado, através dos agregados econômicos como forma de subsidiar a formulação, implementação e acompanhamento de políticas setoriais.

Os dados disponíveis pelo Sistema de Contas Nacionais (SCN) são os de empregos gerados, tamanho das indústrias de medicamentos e equipamentos médicos, produção de serviços de saúde públicos e privados, entre outros. Assim, ao sistematizar essas informações, é possível verificar como está estruturado o setor de saúde³⁶ no Brasil (IBGE, 2017).

No SCN há dados sobre a acumulação de ativos não financeiros e sobre as relações entre a economia nacional e o resto do mundo, sendo que as informações são apresentadas em Tabelas de Recursos e Usos (TRUs), em Contas Econômicas Integradas e em um conjunto de tabelas sinóticas adicionais.

As TRUs descrevem a economia segundo três perspectivas: 1) A perspectiva **dos recursos ou da oferta** (valor produzido, importado e pago em impostos sobre produtos, além de margens de comércio e transporte); 2) A perspectiva **dos usos ou da demanda** (valor consumido, estocado, usado como investimento ou exportado); 3) A perspectiva **da renda** (salários pagos, excedentes operacionais e outros impostos sobre a produção).

³⁶ Para compreender a abrangência do setor de saúde, com os códigos da Lista de Produtos da Indústria - Prodlist-Indústria e da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 2.0 associados a cada produto na conta-satélite, acesse: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101437.pdf>>.

Para compreender as análises das TRUs é necessário acompanhar como elas são construídas em suas diferentes tabelas e partes, permitindo verificar os dados sobre produção, importação, exportação, impostos, comercialização e consumo de medicamentos pelas famílias, por exemplo, precisam ser consistentes entre si.

O quadro 8 é um exemplo da estrutura geral da primeira tabela de uma TRU, contando com as atividades econômicas A, B e C, que estão organizadas nas colunas, e os produtos A, B, C e D, dispostos nas linhas. É possível identificar, na parte 1, como o valor do total ofertado de cada produto tem somado os valores de impostos e das margens de distribuição (produção mais importações mais margens de comércio e transporte mais impostos sobre produtos).

A parte 2 mostra quanto cada atividade produziu de cada produto, não incorporando os impostos sobre produtos e as margens de comércio e de transporte. Assim, quando somamos as margens e impostos sobre produtos aos preços básicos, chega-se ao valor da produção a preços de consumidor. E, por fim, para chegarmos ao total da oferta de cada produto, é preciso ainda incluir as importações previstas na parte 3 do quadro 8.

Quadro 8 – Exemplo da tabela 1 da TRU

Parte 1 Oferta de bens e serviços				Parte 2 Produção das atividades					Parte 3 Importações	
Produtos	Total recursos	Margens	Impostos sobre produtos	Produtos	A	B	C	Produção por produto	Produtos	Importações
A	11	1		A	10			10	A	
B	22	2		B		20		20	B	
C	33	1	2	C			30	30	C	
D	8		1	D		5		5	D	2
Total produção	74	4	3	Produção por atividade	10	25	30	65	Total	2

Fonte: IBGE (2017).

A próxima tabela da TRU (quadro 9) indica como o total de recursos disponível é consumido ao somarmos as partes 1 e 2. A primeira parte mostra o consumo intermediário de cada atividade e a segunda apresenta os usos finais (consumo das famílias, do governo, formação bruta de capital fixo, variação de estoques e exportações).

Cabe destacar que, embora a TRU mostre o quanto da produção de cada produto foi direcionado para investimentos (formação bruta de capital fixo), ela não abarca o quanto foi investido em cada atividade. Assim, se houver uma determinada produção de

Saúde Pública, por exemplo, isso gerará novos investimentos; mas com os dados disponíveis não é possível saber qual das atividades terá sua capacidade produtiva aumentada por esses produtos da Saúde Pública.

Por fim, a parte 3 da mostra os componentes do valor adicionado, demonstrando ainda o valor total da produção, de remunerações, do excedente operacional bruto e do número de ocupações para cada atividade econômica (quadro 9).

Quadro 9 – Exemplo da tabela 2 da TRU

Parte1 Consumo intermediário					Parte 2 Usos finais							
Produtos	A	B	C	Cl por produto		Consumo final das famílias	Consumo final do governo	Formação bruta de capital fixo	Variação de estoques	Exportações	Total usos finais	Total usos
A	2	1	2	5	A			4	2		6	11
B	3			3	B	8	6			5	19	22
C	2	4	8	14	C	9			2	8	19	33
D		2	3	5	D	3					3	8
Cl por atividade	7	7	13	27	Total	20	6	4	4	13	47	74

Parte 3 Renda				
	A	B	C	Total
Valor adicionado bruto	3	18	17	38
Remunerações	1	6	8	15
Excedente operacional bruto	2	12	9	23
Ocupações	10	20	30	60

Fonte: IBGE (2017).

Como as Tabelas de Recursos e Usos são a base para a composição das Contas Satélites de Saúde (CSS), mas não serão compostas com uma matriz insumo-produto nessa seção, passamos então para a compreensão de como são organizadas as CSS. Tais contas seguem o manual *System of National Accounts* (SHA), SNA 2008. O SHA foi desenvolvido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Organização Mundial da Saúde (OMS) e Eurostat (OECD, EUROSTAT, & WHO, 2011), refletindo uma necessidade das contas de saúde estarem mais adaptadas à rápida evolução dos sistemas de saúde em todo o mundo, reforçando ainda mais a comparabilidade entre os países sobre despesas em saúde e seu financiamento.

Um detalhe a ser mencionado é que no SCN brasileiro, a atividade Saúde pública não engloba hospitais militares e hospitais universitários, cujos orçamentos não estão subordinados aos gestores da saúde; assim, na Conta Satélite de Saúde há a cobertura desse aspecto.

Como usamos as CSS, tem-se uma delimitação do setor de saúde com a seleção de atividades econômicas consideradas típicas de saúde reunidas no Quadro 10:

Quadro 10 – Atividades e produtos de saúde

Atividades	Produtos característicos	Produção secundária
Fabricação de produtos farmacêuticos	Produtos farmoquímicos	
	Medicamentos para uso humano	
	Preparações farmacêuticas	
Fabricação de instrumentos e material médico, odontológico e óptico	Aparelhos e instrumentos para uso médico e odontológico	
	Outros materiais para uso médico, odontológico e óptico, inclusive prótese	
Comércio de produtos farmacêuticos, perfumaria e médico-odontológicos	Comércio de produtos farmacêuticos, perfumaria e médico-odontológicos	
Saúde privada	Saúde privada	
Saúde pública	Saúde pública	Medicamentos para uso humano
		Saúde privada
Saúde pública - Educação e Defesa	Saúde pública	

Fonte: IBGE (2017).

Descreve-se então cada uma das atividades para a compreensão dos serviços e produtos abarcados, segundo IBGE (2017). A **Fabricação de produtos farmacêuticos** abrange as atividades de produção de farmoquímicos³⁷, medicamentos para uso humano³⁸ e preparações farmacêuticas³⁹. Destaca-se que, a partir de 2006, com a nova Classificação Nacional de Atividades Econômicas, versão 2.0 (CNAE 2.0), os medicamentos para uso veterinário foram excluídos da atividade Fabricação de produtos farmacêuticos e inseridos em uma atividade à parte.

Para a atividade **Fabricação de instrumentos e material médico, odontológico e óptico**, inclui-se a fabricação de instrumentos e utensílios para usos médico-cirúrgicos, odontológicos e de laboratório, abrangendo de seringas a aparelhos de Raio-X, abarcando

³⁷ Substâncias químicas ativas usadas como insumos na preparação de medicamentos.

³⁸ Medicamentos sistêmicos específicos, agentes hematológicos, medicamentos dermatológicos, hormônios, medicamentos anti-infecciosos, soluções hospitalares, soros, vacinas etc.

³⁹ Kits para diagnóstico, curativos, bandagens, gazes, hastes com extremidades envoltas em algodão, entre outros. Incluem também medicamentos sem o caráter de especialidades, tais como: água oxigenada, tintura de iodo e materiais usados em obturações dentárias.

ainda a fabricação de mobiliários médicos e odontológicos, de aparelhos e calçados ortopédicos, de aparelhos auditivos, de muletas e afins. Com a CNAE 2.0, o item Manutenção e reparação de aparelhos e utensílios para usos médico-hospitalares, odontológicos e de laboratório foi agregado ao item Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente, não compondo mais essa atividade.

A atividade **Comércio de produtos farmacêuticos, perfumaria e médico-odontológicos** abrange os comércios atacadista e varejista de medicamentos de origens química e natural para usos humano e veterinário, além dos medicamentos produzidos no próprio estabelecimento. Compõem ainda comércios atacadista e varejista de artigos médicos e ortopédicos, e de materiais médico-cirúrgico-hospitalares e laboratoriais. Com a CNAE 2.0, o comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar foi agregado ao comércio atacadista em geral, saindo da composição da referida atividade.

Descreve-se agora as duas principais atividades do setor saúde, a **Saúde Privada** e a **Saúde Pública**. A primeira engloba os planos e seguros de saúde⁴⁰, os serviços sociais privados⁴¹, os serviços hospitalares⁴², ambulatoriais⁴³ e de apoio diagnóstico privados. Destaca-se que, com a CNAE 2.0, os serviços de saúde e sociais privados apesar de estarem em classificações diferentes foram mantidos no âmbito da Conta-Satélite de Saúde.

A segunda atividade, **Saúde Pública**, é composta pelos itens classificados na Função Saúde nos registros administrativos e sistemas de informações da administração pública. É importante salientar que os dados referentes à Saúde pública não incluem a produção de hospitais universitários, militares e penitenciários, que têm seus orçamentos

⁴⁰ Considera-se apenas a prestação de serviços de administração, ou seja, não se considera que os planos produzam atendimento médico, uma vez que apenas fazem a intermediação dessa prestação de serviço como gestores ou contratantes.

⁴¹ Composta por assistência social a crianças, idosos e categorias especiais de pessoas com algum impedimento para valerem-se por si mesmas, sendo realizadas em asilos, centros de reabilitação para usuários de drogas ou dependentes de álcool, instituições para pessoas incapacitadas física e mentais.

⁴² Inclui os serviços de hospitalização prestados a pacientes internos, realizados em hospitais gerais e especializados, sanatórios, centros de medicina preventiva e em outras instituições de saúde com internação.

⁴³ Prestação de serviços de consultas e tratamentos médicos e odontológicos em consultórios, ambulatorios, postos de assistência médica, clínicas médicas, clínicas odontológicas, clínicas especializadas, policlínicas e centros geriátricos, além de atendimento no domicílio do paciente.

subordinados aos Ministérios da Educação e da Defesa e às Secretarias de Educação e de Segurança Pública, respectivamente⁴⁴.

Por fim, torna-se necessário apontar que as Contas Satélites de Saúde consideram que há uma produção mercantil de serviços pela Saúde pública que é vendida, a preços de mercado, para famílias pelos hospitais públicos. Essa operação é conhecida como dupla ou tripla-porta do SUS, ou seja, é possível que pessoas acessem os serviços públicos de saúde de determinados hospitais por meio de seus planos de saúde ou do desembolso direto. Esse fluxo tem sido questionado pelo Tribunal de Contas da União e por entidades da Saúde Pública⁴⁵, indicando que há um desvio de finalidade no uso de recursos do Sistema Único de Saúde (SUS), por meio de privilégios para alguns pacientes em detrimento de outros, baseados na capacidade de pagamento dos diferentes usuários. Esse acesso diferenciado mantém, então, dentro do próprio SUS uma violação clara do princípio da universalidade e só é garantida por meio de parcerias que os hospitais públicos fazem com Fundações privadas ou mesmo com Organizações Sociais de Saúde. Por fim, o item Medicamentos para uso humano como produção secundária da Saúde Pública se refere a medicamentos produzidos em laboratórios oficiais.

A última atividade a ser considerada é a **Saúde pública – Educação e Defesa**, que dimensiona a produção de serviços de saúde realizados pela rede de estabelecimentos de saúde próprios do Ministério da Defesa e pelos 46 hospitais universitários federais vinculados ao Ministério da Educação⁴⁶. Sobre as ações realizadas nos estabelecimentos militares, destacamos a importante contribuição da Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (2018) que apontam como as despesas geradas pelas ações de saúde dedicadas aos militares no Brasil são computadas como gastos da Seguridade Social, descumprindo o princípio da universalidade presente na Constituição brasileira⁴⁷ contribuindo, ao mesmo tempo, para que haja déficits recorrentes no Orçamento da Seguridade Social.

⁴⁴ Há um hospital universitário de São Paulo, classificado nos balanços estaduais como integrante da Função Saúde, sendo que os demais são classificados na atividade Educação pública e, portanto, não compõem o âmbito da atividade Saúde pública.

⁴⁵ Maiores detalhes das entidades podem ser acessados em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=267658&tip=UN>>; <<http://cebes.org.br/2014/04/a-dupla-porta-no-sus/>>; <<https://cnts.org.br/noticias/diferenca-de-classes-no-sus-e-inconstitucional-decide-stf/>>.

⁴⁶ Os serviços de saúde de hospitais universitários públicos estaduais e municipais, assim como de órgãos vinculados às Secretarias de Segurança Pública e Defesa Civil, não são contabilizados nessa atividade.

⁴⁷ Maiores detalhes podem ser acessados em: <https://www.anfip.org.br/wp-content/uploads/2018/12/Livros_28_11_2018_14_51_18.pdf>.

Uma vez descritas todas as atividades que iremos analisar segundo os critérios das Contas Satélites de Saúde, exporemos as variáveis que compõem a parte 3 da tabela 2 de uma TRU, chamada de Renda. As variáveis são: Consumo Intermediário, Valor adicionado bruto, Remunerações, Salários, Contribuições sociais efetivas, Previdência oficial/FGTS, Previdência privada, Contribuições sociais imputadas, Excedente operacional bruto e rendimento misto bruto, outros impostos sobre a produção, outros subsídios à produção, Valor da produção, Fator trabalho (ocupações).

Para o entendimento das variáveis citadas, descrevemo-las: **Consumo intermediário** são os bens e serviços utilizados como insumos (matérias-primas) no processo de produção; **Valor adicionado bruto** é o valor que determinada atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo, contribuindo com o PIB pelas diversas atividades econômicas, sendo obtida pela diferença entre o valor de produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades; **Remunerações** são as despesas efetuadas pelos empregadores (salários mais contribuições sociais) com seus empregados em contrapartida do trabalho realizado, sendo compostas pelos Salários, Contribuições sociais efetivas e Contribuições sociais imputadas; **Salários** são os ordenados recebidos em contrapartida do trabalho, em moeda ou em mercadorias; as **Contribuições sociais efetivas** são os pagamentos por conta do empregador e em nome de seus empregados aos institutos oficiais de previdência, aos regimes próprios de previdência, às entidades de previdência privada, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e ao Programa de Formação da Patrimônio do Servidor Público, e as **Contribuições sociais imputadas** são a diferença entre os benefícios sociais pagos pelo governo diretamente aos seus servidores sob a forma de aposentadorias, pensões etc., e as contribuições recebidas sob a forma de pensão militar, montepio civil etc.

O **Excedente operacional bruto (EOB)** é o saldo resultante do valor adicionado bruto deduzido das remunerações pagas aos empregados, do rendimento misto e dos impostos líquidos de subsídios incidentes sobre a produção, assim o **Rendimento misto bruto** é a remuneração recebida pelos proprietários de empresas não constituídas (autônomos), que não pode ser identificada separadamente entre capital e trabalho. Há ainda **Outros impostos sobre a produção** que são os impostos, taxas e contribuições pagos pelas unidades de produção e que incidem sobre a produção, a comercialização, a importação e a exportação de bens e serviços e sobre a utilização dos fatores de produção; assim como **Outros subsídios à produção**, que se referem às transferências correntes sem contrapartida do governo destinadas a influenciar os níveis de produção, os preços

dos produtos ou a remuneração das unidades institucionais envolvidas no processo produtivo, permitindo que o consumidor dos respectivos produtos ou serviços seja beneficiado por preços inferiores aos que seriam fixados no mercado na ausência dos subsídios.

Por fim, temos o **Valor da produção** que é a o valor total produzido considerando todas as atividades, ou seja, é a soma do consumo intermediário com o valor adicionado bruto; e o **Fator trabalho (ocupações)** que é a medida do fator trabalho utilizado pelas atividades produtivas, equivalente aos postos de trabalho.

Como nossa análise dos dados das Contas Satélites perpassará os anos de 2000 a 2015, realizou-se ajustes nos produtos que foram encontrados nas publicações do IBGE sobre as Contas Satélites de Saúde (IBGE, 2009, 2012, 2017) consolidando, segundo o quadro 11, as Atividades relacionadas aos produtos em 2010-2015 (última coluna).

Quadro 11 – Consolidação dos produtos em suas atividades relacionadas segundo as Contas Satélites de Saúde – Brasil – 2000 a 2015

Produtos encontrados (2000 a 2015)	Produtos finais (2010-2015)	Atividades relacionadas (2010-2015)
Produtos farmoquímicos (2000-2005, 2005-2007, 2007-2009, 2010-2015)	Produtos farmoquímicos	Fabricação de produtos farmacêuticos
Medicamentos para uso humano (2000-2005, 2005-2007, 2007-2009, 2010-2015)	Medicamentos para uso humano	
Materiais para uso médico, hospitalar e odontológico (2000-2005)		
Materiais para usos médicos, hospitalares e odontológicos (2005-2007, 2007-2009)		
Preparações farmacêuticas (2010-2015)	Preparações farmacêuticas	
Gases medicinais (2005-2007, 2007-2009)	-	-
Aparelhos e instrumentos para uso médico, hospitalar e odontológico (2000-2005)	Aparelhos e instrumentos para uso médico e odontológico	Fabricação de instrumentos e material médico, odontológico e óptico
Aparelhos e instrumentos para usos médicos, hospitalares e odontológicos (2005-2007, 2007-2009)		
Aparelhos e instrumentos para uso médico e odontológico (2010-2015)		
Outros materiais para uso médico, odontológico e óptico (inclui prótese) (2010-2015)	Outros materiais para uso médico, odontológico e óptico, inclusive prótese	
Comércio de produtos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e odontológicos (2000-2005, 2005-2007, 2007-2009)	Comércio de produtos farmacêuticos, perfumaria e médico-odontológicos	Comércio de produtos farmacêuticos, perfumaria e médico-odontológicos
Comércio atacadista e varejista (2000-2005, 2005-2007, 2007-2009)		
Comércio de produtos farmacêuticos, perfumaria e médico/odontológicos (2010-2015)		
Planos de saúde – inclui seguro saúde (2000-2005)	Saúde privada	Saúde privada
Planos de saúde – inclusive seguro saúde (2005-2007, 2007-2009)		
Saúde privada (2010-2015)		

Serviços sociais privados (2000-2005, 2005-2007, 2007-2009)		
Serviços de atendimento hospitalar (2000-2005, 2005-2007, 2007-2009)		
Assistência médica suplementar		
Atividades de atendimento hospitalar		
Outros serviços relacionados com atenção à saúde (2000-2005, 2005-2007, 2007-2009)	Outros serviços relacionados com atenção à saúde	
Saúde pública (2010-2015)	Saúde pública	Saúde pública
	Saúde pública	Saúde pública - Educação e Defesa
Outros (não saúde)	Outros (não saúde)	Outras (não saúde)

Fonte: IBGE (2009, 2012, 2017) – Elaboração própria.

Além da consolidação dos produtos nas atividades finais de 2015, ajustamos os valores encontrados ano a ano para 2015 a partir do Índice Geral de Preços – Despesa Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas. Outro ponto de destaque é que a atividade “Saúde pública - Educação e Defesa” só foi considerada a partir do ano de 2006, ano em que o IBGE iniciou a divisão dessa atividade, através das CSS. Cabe ainda indicarmos que os produtos ligados na categoria Gases medicinais (IBGE, 2009, 2012) não foram considerados em nossa análise por terem sido descontinuados para o período de 2010 a 2015.

A primeira variável consolidada foi o **Valor Adicionado Bruto** como proporção do Valor total da Produção. Dividiu-se a análise em dois blocos: 1) uma comparação entre as atividades Fabricação de produtos farmacêuticos, Fabricação de aparelhos para uso médico-hospitalar e odontológico, Comércio de produtos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e odontológicos, e outras atividades; 2) uma comparação entre Saúde Privada, Saúde pública, Saúde pública - Educação e Defesa, e Outras atividades.

Primeiramente, temos o gráfico 41 que nos aponta como as atividades de “Fabricação de aparelhos para uso médico-hospitalar e odontológico” e “Comércio de produtos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e odontológicos”, com média de 68% nos períodos analisados, agregaram aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo ao contribuir com o PIB de forma superior à atividade “Fabricação de produtos farmacêuticos” que ficou próxima à “Outras atividades” da economia brasileira, com médias de 46% e 49% respectivamente.

Gráfico 41 – Participação do Valor Adicionado bruto no Valor da produção segundo atividades selecionadas ao ano – Brasil – 2000 a 2015

Fonte: IBGE (2009, 2012, 2017) – elaboração própria.

A partir do gráfico 42, foi possível identificar como as atividades “Saúde pública” e “Saúde pública - Educação e Defesa” mantiveram sua participação do Valor Adicionado bruto no Valor da produção superior, com médias de 61% e 66% respectivamente, e as atividades de “Saúde privada” e “Outras atividades”, com 53% e 49%. Nota-se ainda que a “Saúde Pública”, após leve queda até 2005 (de 55%), subiu para 67% em 2015. Novamente destacamos que as atividades ligadas à saúde pública tiveram resultados superiores na composição do Valor Adicionado bruto aos de outras atividades da economia brasileira.

Gráfico 42 – Participação do Valor Adicionado bruto no Valor da produção segundo atividades selecionadas ao ano – Brasil – 2000 a 2015

Fonte: IBGE (2009, 2012, 2017) – Elaboração própria.

A segunda variável consolidada foi a **Remuneração**, que compõe o Valor Adicionado bruto e é composta pelos Salários, Contribuições sociais efetivas e Contribuições sociais imputadas.

Temos então um cenário em que a atividade “Comércio de produtos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e odontológicos” se manteve com valores muito superiores aos das demais atividades, apresentando uma queda de sua participação de 40% para 30%, considerando o período analisado (gráfico 43). Ainda assim, esta atividade teve uma média de 35% no período, superior às médias de 19% e 15% das atividades de “Fabricação de produtos farmacêuticos” e “Fabricação de aparelhos para uso médico-hospitalar e odontológico”, respectivamente. Foi também apenas a atividade “Comércio de produtos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e odontológicos” que se manteve acima da média das “Outras atividades” da economia brasileira que teve média de 23% (gráfico 43).

Gráfico 43 – Participação da Remuneração no Valor da produção segundo atividades selecionadas ao ano – Brasil – 2000 a 2015

Fonte: IBGE (2009, 2012, 2017) – Elaboração própria.

Ao olharmos então para as atividades de “Saúde Privada”, “Saúde pública” e “Saúde pública - Educação e Defesa”, obteve-se um cenário em que as duas atividades que envolveram a saúde pública se mantiveram, com resultados da participação da remuneração no valor da produção, muito superiores (média de 60%) à “Saúde Privada” e demais atividades da economia brasileira, com médias de 28% e 23%, respectivamente (gráfico 44).

Esses dados guardam uma relação direta com o fato de que as atividades ligadas à saúde pública demandam, em sua maioria, contratação formal e direta de trabalhadores para atuar nos serviços públicos, o que não necessariamente acontece quando as ações e serviços de saúde são realizadas por pessoas físicas diretamente aos usuários, como consultórios privados e/ou cooperativas de categorias profissionais (gráfico 44). Ou seja, com a expansão de serviços privados não há, necessariamente, uma expansão da participação das remunerações no valor da produção na economia.

Gráfico 44 – Participação da Remuneração no Valor da produção segundo atividades selecionadas ao ano – Brasil – 2000 a 2015

Fonte: IBGE (2009, 2012, 2017) – Elaboração própria.

Quando se analisa a variável **Salários**, se obtém um cenário semelhante ao encontrado na variável Remunerações para as atividades descritas no gráfico 45. Assim, novamente, a atividade “Comércio de produtos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e odontológicos” se manteve com valores muitos superiores às demais atividades comparadas, tendo uma queda de 35% em 2002 para 25% em 2015, mas mantendo-se acima das outras atividades da economia. As atividades ligadas à fabricação de produtos para a saúde (“Fabricação de produtos farmacêuticos” e “Fabricação de aparelhos para uso médico-hospitalar e odontológico”) tem, provavelmente, uma menor composição de força de trabalho no seu processo produtivo, ou seja, há um uso mais intensivo de maquinaria e tecnologia no processo produtivo, requerendo menor quantidade de força de trabalho para a produção. Esse processo pode ser visto com a baixa participação dos **Salários** na composição do Valor da produção.

Gráfico 45 – Participação do Salários no Valor da produção segundo atividades selecionadas ao ano – Brasil – 2000 a 2015 – Parte 1

Fonte: IBGE (2009, 2012, 2017) – Elaboração própria.

Novamente, ao analisarmos as outras atividades para a variável **Salários**, comportamento semelhante ao de Remunerações pode ser visto. As atividades ligadas à saúde pública mantiveram sua participação numa média de 49%, enquanto a Saúde Privada ficou em 24% e as outras atividades da economia em 18%. De fato, as atividades de saúde ligadas diretamente à prestação de serviços de saúde são compostas por um maior valor da produção em Salários, uma vez que tais serviços são prestados diretamente por pessoas aos usuários (gráfico 46).

Gráfico 46 – Participação do Salários no Valor da produção segundo atividades selecionadas ao ano – Brasil – 2000 a 2015 – Parte 2

Fonte: IBGE (2009, 2012, 2017) – Elaboração própria.

Uma vez que se investiga a composição do valor da produção através da variável **Remunerações**, se avança para a análise do **rendimento misto bruto** e do Excedente Operacional Bruto (EOB). Lembramos que o rendimento misto bruto é a remuneração

recebida pelos proprietários de empresas não constituídas (autônomos), ou seja, são os pagamentos realizados aos trabalhadores que são contratados como pessoas jurídicas, tendo contratos como empresas e não como contratos de trabalho (celetistas ou servidores públicos).

Na Saúde Pública é comum termos esse tipo de vinculação nos contratos entre entes federados (municípios e estados) e cooperativas médicas que dispõem de médicos cooperados para serviços de atendimento à população. Uma expressão muito utilizada nos debates sobre essa forma de (não) vínculo trabalhista é a “Pejotização” da categoria médica.

Assim, analisa-se apenas as atividades de prestação direta de serviços de saúde, tendo o gráfico 47 com apontamentos para a Saúde Privada e Outras atividades. Como pode ser visto, as atividades ligadas à saúde pública não apresentaram valores para o Rendimento misto bruto; em contrapartida, a Saúde privada teve média de 12%, muito superior ao valor encontrado para as demais atividades da economia, com média de 5% no período analisado.

Gráfico 47 – Participação do Rendimento misto bruto no Valor da produção segundo atividades selecionadas ao ano – Brasil – 2000 a 2015

Fonte: IBGE (2009, 2012, 2017) – elaboração própria.

Por fim, nossa última variável de análise é o **Excedente Operacional Bruto (EOB)**, que é saldo resultante do valor adicionado bruto deduzido das remunerações pagas aos empregados, do rendimento misto e dos impostos líquidos de subsídios incidentes sobre a produção, sendo o valor mais próximo que podemos encontrar nas Contas Nacionais de lucratividade.

Como poder ser visto no gráfico 48, a atividade “Fabricação de aparelhos para uso médico-hospitalar e odontológico” é a que teve uma maior participação do EOB no valor

da produção, com uma média de 46% no período, bem superior à encontrada para as atividades de “Comércio de produtos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e odontológicos”, com média de 29%, e “Fabricação de produtos farmacêuticos”, com 26%. Nota-se que a atividade de “Comércio de produtos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e odontológicos” teve uma considerável alta, saindo de 14% em 2002 e chegando a 34% em 2015.

Por fim, destaca-se que todas as atividades ligadas à saúde mantiveram sua participação superior às Outras atividades para além da saúde, com médias de 34% e 20%, respectivamente. Voltamos a salientar que as áreas produtivas ligadas à indústria e comércio guardam uma relação menor com remunerações e maior com os excedentes operacionais brutos, considerando a composição orgânica do capital, ou seja, há um volume menor de capital variável (força de trabalho em forma de remunerações e salários) se comparado com o capital constante (meios de produção como maquinaria, plantas fabris etc.).

Gráfico 48 – Participação do Excedente Operacional Bruto no Valor da produção segundo atividades selecionadas ao ano – Brasil – 2000 a 2015 – Parte 1

Fonte: IBGE (2009, 2012, 2017) – Elaboração própria.

Para a nossa próxima análise, destacamos que, para as atividades “Saúde Pública” e “Saúde pública - Educação e Defesa”, o EOB é igual a uma estimativa da depreciação dos ativos usados na produção, pois sem ela o valor adicionado por essa atividade seria igual a um valor adicionado líquido e não bruto como o das atividades privadas da economia; assim desconsideraremos os dados para aquelas duas atividades.

Assim, o gráfico 49 traz apenas a atividade “Saúde Privada” que se mantém abaixo dos valores encontrados nas “Outras atividades” da economia brasileira. Apesar de uma queda de 2001 a 2005, houve uma retomada a partir de 2010 com um pico de 15%, muito próximo aos 19% das outras atividades. A Saúde Privada manteve uma média de 12% no período, abaixo da média encontrada para as três primeiras atividades que analisamos anteriormente, com 34% (“Fabricação de produtos farmacêuticos”, “Fabricação de aparelhos para uso médico-hospitalar e odontológico” e “Comércio de produtos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e odontológicos”).

Gráfico 49 – Participação do Excedente Operacional Bruto no Valor da produção segundo atividades selecionadas ao ano – Brasil – 2000 a 2015 – Parte 2

Fonte: IBGE (2009, 2012, 2017) – Elaboração própria.

Uma última variável que analisaremos é o **Fator trabalho (ocupações)** que é a medida equivalente aos postos de trabalho que determinada atividade gera. Assim, esta medida é a que mais se aproxima do indicador de empregabilidade de determinado setor da economia brasileira. Para tal medida, consideramos as ocupações geradas a cada R\$ 1 milhão de Valor da produção.

Temos então o gráfico 50 que demonstra que a atividade “Comércio de produtos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e odontológicos” mantinha uma posição muito superior à de “Outras atividades” até 2011, saindo de 30 empregos gerados por milhão de reais produzidos em 2002 para 12 em 2011, e 10 em 2015.

Destaca-se ainda que as atividades “Fabricação de produtos farmacêuticos” e “Fabricação de aparelhos para uso médico-hospitalar e odontológico” tiveram como médias de 2 e 6, respectivamente, de empregos gerados a cada milhão produzido no período analisado, abaixo da média de 12 para as “Outras atividades”.

Novamente, apontamos que a geração de emprego, para as atividades de fabricação de produtos se relaciona com o fato de que a composição do processo produtivo tem, em grande parte, maquinaria que acaba “poupando” força de trabalho e afetando a geração de emprego por valor produzido.

Gráfico 50 – Ocupações geradas a cada milhão (R\$)* de Valor da produção segundo atividades selecionadas ao ano – Brasil – 2000 a 2015 – Parte 1

Fonte: IBGE (2009, 2012, 2017) – Elaboração própria.

* Deflator – IGP-DI em 2015.

Por fim, ainda sobre a variável **Fator trabalho (ocupações)**, o gráfico 51 nos aponta como a “Saúde Privada” gerava, até 2003, um valor menor de empregos em comparação com a “Saúde pública”, cenário esse que mudou nos anos seguintes (2004 a 2015), fechando com uma média de 12 e 11 para as diferentes atividades, respectivamente. Ainda, ambas as atividades se mantiveram bem próximas às das “Outras atividades” da economia brasileira, que teve média de 12 também.

Gráfico 51 – Ocupações geradas a cada milhão (R\$)* de Valor da produção segundo atividades selecionadas ao ano – Brasil – 2000 a 2015 – Parte 2

Fonte: IBGE (2009, 2012, 2017) – Elaboração própria.

* Deflator – IGP-DI em 2015.

Como estamos investigando mais a fundo a relação entre geração de empregos/salários e o excedente operacional bruto, organizou-se os dados das Contas Satélites de Saúde (IBGE, 2008, 2009, 2012, 2017) de forma que pudéssemos verificar a quantidade de **Salários** gerados por **Fator trabalho (ocupações)** de determinada atividade ao ano.

Dessa forma, obteve-se o gráfico 52, que nos demonstra como a atividade “Fabricação de produtos farmacêuticos” se manteve com valores bem superiores às outras analisadas, com uma média aproximada de R\$ 70 mil de salários por ocupação ao ano. Abaixo desta, está a “Fabricação de aparelhos para uso médico-hospitalar e odontológico” com uma média de R\$ 20 mil e “Comércio de produtos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e odontológicos” com média de R\$ 16,5 mil, ambas superiores a “Outras atividades”, que ficou com uma média de R\$ 15,9 mil.

Gráfico 52 – Salários gerados (R\$)* por Fator trabalho (ocupações) segundo atividades selecionadas ao ano – Brasil – 2000 a 2015 – Parte 1

Fonte: IBGE (2009, 2012, 2017) – Elaboração própria.

* Deflator – IGP-DI em 2015.

Temos então o gráfico 53, que nos ajuda a analisar as demais atividades do campo da Saúde. Pode-se notar que a “Saúde pública” se destaca das demais como uma das que mais garantiu Salários por ocupação, com média de R\$ 42,8 mil no período, saindo de R\$ 36,7 mil em 2000 para R\$ 48,9 mil em 2015, com um crescimento de 33%.

Em contraponto, a atividade “Saúde Privada” teve média de R\$ 20,2 mil ao mês, mantendo essa média durante os anos analisados. Por fim, destacamos os dados da “Saúde pública - Educação e Defesa” que só foram considerados a partir de 2010 por não haver os dados de Fator trabalho nos documentos analisados (IBGE, 2009, 2012). Assim, esta

atividade teve como média R\$ 28,7 mil de Salários por ocupação, superior ainda a “Outras atividades” da economia brasileira no período.

Gráfico 53 – Salários gerados (R\$)* por Fator trabalho (ocupações) segundo atividades selecionadas ao ano – Brasil – 2000 a 2015 – Parte 2

Fonte: IBGE (2009, 2012, 2017) – Elaboração própria.

* Deflator – IGP-DI em 2015.

Como temos o interesse em comparar os efeitos da produção realizada nas atividades em saúde e, principalmente, entre a **Saúde Pública** e a **Saúde Privada**, estruturamos os dados para ver como a **composição do Valor Adicionado bruto** se comporta para as atividades citadas ao ano.

Primeiramente, ao analisarmos o gráfico 54, é possível identificar que houve aumento do valor adicionado bruto no decorrer dos anos, apesar da queda ocorrida de 2001 para 2002, saindo de menor valor em 2004, 64,4 bilhões de reais para a Saúde Privada, e chegando a 144,4 bilhões em 2015, com um crescimento de 124%. Assim, ao decompor o valor adicionado bruto e comparando os mesmos anos anteriores, foi possível observar um crescimento de 116% para a variável Remunerações, ao passo que o Rendimento misto bruto cresceu 97% e o Excedente operacional bruto (EOB) obteve o maior dos crescimentos, 195%, entre os anos de 2004 (menor valor da série) e 2015 (último valor da série).

É possível identificar ainda (gráfico 54) que, em média, a participação das Remunerações se manteve em 53% nos períodos analisados, sendo que o Rendimentos misto bruto ficou em 23% e o EOB em 22%. Este último saltou de uma participação de 14% em 2010 para 25% em 2015, demonstrando que a atividade Saúde Privada teve saldos resultantes do valor adicionado bruto deduzido das remunerações pagas aos

empregados, do rendimento misto e dos impostos líquidos de subsídios incidentes sobre a produção, maiores no decorrer dos anos analisados.

Gráfico 54 – Composição do Valor adicionado bruto (em milhões de R\$)* segundo Saúde Privada ao ano – Brasil – 2000 a 2015

Fonte: IBGE (2009, 2012, 2017) – Elaboração própria.

* Deflator – IGP-DI em 2015.

Quando analisados os dados da composição do valor adicionado bruto da atividade Saúde Pública (gráfico 55), temos um cenário de crescimento dentro do período analisado a partir de 2004, saindo de aproximadamente 57 bilhões de reais para 119 bilhões em 2015. Esta atividade, ainda, foi composta quase em sua totalidade por Remunerações, que teve como média no período 93% de participação, sendo que os outros 7% ficaram como EOB, ou seja, uma estimativa da depreciação dos ativos usados na produção, como já apontado anteriormente.

Gráfico 55 – Composição do Valor adicionado bruto (em milhões de R\$)* segundo Saúde Pública ao ano – Brasil – 2000 a 2015

De forma geral, após realizarmos um esforço nessa seção em consolidar as três publicações do IBGE (2009, 2012, 2017) sobre as Contas Satélites de Saúde, devemos lembrar que, provavelmente, nos escaparam informações mais precisas principalmente com a mudança da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE da sua versão 1.0 para 2.0. Assim, já entendemos que é necessário um aprofundamento dos estudos que visam analisar as séries históricas do campo da Saúde nas Contas Nacionais por meio das bases de dados ainda não acessíveis do IBGE.

Entretanto, como resultados do esforço realizado, foi possível identificar como a participação do Valor Adicionado bruto no Valor da produção da Saúde, como um todo, ficou acima das Outras atividades da economia brasileira, ou seja, o setor saúde colaborou para a ampliação do PIB para além das suas atividades internas ao setor.

Esse resultado pode ser visto como uma grande participação de “Remunerações” no Valor da produção, principalmente para a atividade “Saúde Pública”, bem acima das “Outras atividades” da economia brasileira, sendo que as outras do setor saúde ficaram próximas às outras atividades não saúde.

Foi possível notar como a participação de “Salários” no valor da produção foi superior às atividades não saúde para quase todas as atividades da Saúde, sendo que a Saúde Pública demonstrou um resultado maior que o dobro das outras não saúde, e apenas a Fabricação de produtos farmacêuticos ficou abaixo. No caso da participação do

rendimento misto bruto no valor da produção, a “Saúde Privada” se manteve bem acima de outras atividades não saúde que, como apontado, deve estar ligada à prestação de serviços de saúde por clínicas particulares (serviços autônomos).

Já a participação do Excedente Operacional bruto (EOB) no valor da produção da Fabricação de produtos farmacêuticos, Fabricação de aparelhos para uso médico-hospitalar e odontológico, Comércio de produtos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e odontológicos foi muito superior às outras atividades não saúde, sendo que a Saúde Privada se manteve abaixo de todas as outras.

Um indicador que organizamos para análise foi o de ocupações geradas a cada 1 milhão de reais de valor da produção assim, em contraponto da análise feita anteriormente, a Fabricação de produtos farmacêuticos, Fabricação de aparelhos para uso médico-hospitalar e odontológico, e o Comércio de produtos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e odontológicos tiveram resultados bem abaixo das outras atividades não saúde, sendo que a Saúde Privada e Saúde Pública (incluindo Defesa-Educação) ficaram bem acima, ou seja, geraram mais empregos (ocupações) a cada valor produzido na economia do que as outras atividades não saúde.

Por fim, outro indicador que buscamos analisar foi o de salários gerados por fator trabalho (ocupações), ou seja, quanto se pagou de salários por cada vaga ocupada ao ano. Assim, os resultados indicaram como todas as atividades ligadas ao setor saúde tiveram resultados acima das outras atividades não saúde, com a “Fabricação de produtos farmacêuticos” se destacando, seguida pela Saúde Pública e Saúde pública - Educação e Defesa.

Temos então a fusão de dois cenários: 1) o setor saúde é um setor que gera mais emprego (ocupações) por valor de produção; e 2) o setor saúde é o que mais gera salários por emprego; assim conclui-se que há uma importância do setor saúde para a garantia de empregos e de salários numa economia como a brasileira.

Entretanto, ao considerarmos a afirmação acima, foi necessário aprofundar em nossa pesquisa e, quando analisamos os dados da composição do valor adicionado bruto entre Saúde Pública e Saúde Privada, vimos que a primeira, de forma quase totalitária, manteve seu VA composto por salários, ao passo que a Saúde privada é perpassada pelo excedente operacional bruto que, durante os anos analisados, aumentou sua participação, chegando a 24,64% em 2015.

Na seção seguinte iremos então, ao utilizar as matrizes insumo-produto para os anos 2010 e 2015 juntamente com as Tabelas de Recursos de Usos dos anos equivalentes,

observar como se comporta um “choque” de investimento realizado nas atividades de Saúde Pública e Saúde Privada.

5.2. MATRIZ INSUMO-PRODUTO E OS EFEITOS DOS GASTOS NO SETOR SAÚDE

Como já destacado no início deste capítulo, Leontief (1951) realizou a construção de uma “fotografia econômica”, demonstrando como os setores que compõem a economia de dado país relacionam-se entre si, ou seja, quais setores suprem uns aos outros com serviços e produtos que, quando somada a distribuições de suas produções, garantem uma somatória final de cada atividade e/ou produto.

Este processo garante como resultado uma visão única e compreensível de como a economia se desenvolve, em que cada setor se torna mais ou menos dependente dos outros. Essa interdependência é formalmente demonstrada em uma tabela conhecida como tabela de insumo-produto e, devido à natureza da dependência, pode-se mostrar que todos os setores estão interligados, direta ou indiretamente.

Guilhoto (2011) contribui para a esquematização das relações fundamentais de insumo-produto ao mostrar como as vendas dos setores podem ser utilizadas dentro do processo produtivo pelos outros setores compradores da economia ou, ainda, serem consumidas pelos componentes da demanda final (famílias, governo, investimento, exportações) (figura 5). Por outro lado, há os insumos necessários para a produção, assim como impostos, importações e, por fim, a geração do valor adicionado (pagamento de salários, remuneração do capital, emprego etc.). Vejam que estas variáveis foram já apresentadas na seção anterior, o que muda então é como iremos analisá-las ao decompor a produção nos diversos setores.

Figura 5 – Relações fundamentais de Insumo-Produto

Setores Compradores			
Set. Vend	Insumos Intermediários	Dem. Final	Prod Total
	Impostos Indiretos Líquidos (IIL)	IIL	
	Importações (M)	M	
	Valor Adicionado		
	Produção Total		

Fonte: Guilhoto (2011).

Outra explicação da Matriz de Insumo-Produto (MIP) é dada pelo IBGE (2018, p. 9) como “uma matriz de coeficientes técnicos diretos que apresenta o quanto determinada atividade econômica necessita consumir das demais atividades para que possa produzir uma unidade monetária adicional”. Assim, a partir dessa matriz desenvolve-se o modelo de Leontief que calcula a produção de cada atividade a partir de uma demanda final exógena, que iremos indicar como um “choque” de investimento.

As matrizes de insumo-produto utilizadas foram as dos anos de 2010 e 2015 (IBGE, 2016, 2018) somadas às Tabelas de Recursos e Usos (TRUs) para os anos citados anteriormente. Nesse caso, as TRUs não estavam agregadas como as utilizadas pelas Contas Satélites de Saúde, pois era necessário manter uma desagregação de cada atividade para então analisarmos a Saúde Pública e a Saúde Privada. Os dados das TRUs de 2010 e 2015 podem ser vistos no Apêndice A.

Inicialmente, realizamos a redução de 68 atividades das TRUs de 2010 e 2015 para 67, somando os valores das atividades “4500 - Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas” e “4680 - Comércio por atacado e a varejo, exceto veículos automotores” tornando-as na atividade “4580 - Comércio por atacado e varejo”. Tal movimento foi necessário, pois utilizamos as MIPs que são consolidadas em 67 atividades.

Ainda nas TRUs 2010 e 2015, utilizamos a parte 3 das tabelas, relativa à Renda (quadro 9), que possuem as variáveis típicas dessa tabela, já explicadas e exploradas, por meio das Contas Satélites de Saúde, na seção anterior. Assim, selecionamos algumas variáveis (chamadas de operações pelo IBGE) para nossas análises: “Valor adicionado bruto (PIB)”, “Remunerações”, “Rendimento misto bruto”, “Excedente operacional bruto (EOB)” e “Fator trabalho (ocupações)”.

Para as variáveis selecionadas, realizamos a divisão de cada valor encontrado por atividade (67 atividades) pelo “Valor da produção” de cada atividade, obtendo assim um coeficiente de participação de cada operação segundo atividade da TRU.

O passo seguinte foi realizado ao utilizarmos a “Tabela 15 - Matriz de impacto intersetorial – Matriz de Leontief” das MIPs 2010 e 2015 (Apêndice B). Como já dito anteriormente, o modelo de insumo-produto (LEONTIEF, 1951) fornece a descrição dos fluxos de produtos entre os setores de uma economia para um dado ano, ilustrando a relação entre produtores e consumidores e a inter-relação entre os setores, demandando e oferecendo insumos. Em termos matriciais, usamos a produção de Takasago et al. (2017, p. 392) para demonstrar o fluxo intersetorial em uma economia:

$$AX + Y = X, \quad (1)$$

Em que A é a matriz de coeficientes diretos de insumo, de ordem $(n \times n)$ e X e Y são vetores colunas de ordem $(n \times 1)$, com valores, respectivamente, da produção total e da demanda final de cada setor. A demanda final é tratada como exógena ao sistema, assim temos:

$$X = BY, \quad (2)$$

$$B = (I - A)^{-1}, \quad (3)$$

Em que B é a matriz de coeficientes diretos e indiretos ou matriz inversa de Leontief, de ordem $(n \times n)$, na qual o elemento b_{ij} é a produção total do setor i , que é necessária para produzir uma unidade de demanda final do setor j .

Dito de outra forma, multiplicamos a matriz de impacto intersetorial (Matriz de Leontief) por uma matriz de igual tamanho mas que é o local onde realizamos o “choque” de um milhão de reais para cada atividade que analisamos, assim as demais atividades (as outras 66) mantêm-se zeradas para podermos analisar apenas a de nosso interesse.

O resultado dessa multiplicação de matrizes, vetor de aumento da produção por atividade, foi então multiplicado pelo coeficiente de participação de cada operação que obtivemos das TRUs. Assim, o resultado final dessas multiplicações foram as variações no “Valor adicionado bruto (PIB)”, “Remunerações”, “Rendimento misto bruto”, “Excedente operacional bruto (EOB)” e “Fator trabalho (ocupações)”, para cada 1 milhão de reais que foram adicionados (“choque”) nas atividades Saúde Pública ou Saúde Privada. Como estamos analisando o impacto em todas as diversas atividades que compõem a economia, que pela MIP são 67, somamos para cada operação os diversos efeitos que resultaram em cada uma das atividades. Os dados das simulações dos choques de investimento podem ser vistos no Apêndice C.

Inicialmente, pela tabela 9, verificar-se-á o efeito do choque realizado no ano de 2010 com a adição de R\$ 618.641,00 na economia brasileira, considerando que este valor representa a deflação (Índice Geral de Preços – Despesa Interna) que fizemos no R\$ 1 milhão que utilizamos como choque em 2015. Ainda, na tabela 9, adicionou-se os percentuais de participação de cada operação sob o valor de choque e a diferença entre os valores encontrados para as atividades analisadas.

A primeira operação analisada é o Valor adicionado bruto (VA) que foi gerado, resultando em uma maior produção por parte da atividade Saúde Pública quando comparada com a Saúde Privada. Utilizando então a divisão do VA por Fator trabalho (ocupações), obtemos o que chamamos de Produtividade de cada atividade analisada, ou

seja, quanto cada ocupação gera na economia em Valor adicionado bruto, tendo como resultado uma produtividade maior da Saúde Pública em relação à Saúde Privada de R\$ 12 mil no ano de 2010 (tabela 9).

Uma diferença mais significativa foi observada na operação Remunerações quando comparada as duas atividades, que tiveram um quadro inverso para a variável Rendimento misto bruto. É importante destacar que ambas as operações se tratam de remunerações recebidas, direta (salários somados às contribuições sociais) ou indiretamente (remunerações recebidas por autônomos), por trabalhadores que realizaram atividades produtivas nas atividades selecionadas. Dada esta consideração, somamos ambos os valores [Remunerações (Rem) e Rendimento misto bruto (RMB)] para verificarmos qual foram os pagamentos de cada atividade selecionada por ocupação, ou seja, quanto cada atividade paga aos trabalhadores, direta ou indiretamente, quando esses realizam sua produção. O resultado (Rem+RMB/FT) demonstra que a atividade Saúde Pública paga um valor maior (R\$ 32.657,34) por ocupação, ficando acima da Saúde Privada (R\$ 22.395,13) em aproximadamente R\$ 10 mil no ano de 2010 (tabela 9).

Por fim, estruturou-se um indicador que relaciona a participação do Excedente operacional bruto no Valor adicionado bruto, ou seja, o quanto houve de saldo bruto (deduzidas remunerações, rendimento misto bruto e impostos líquidos sobre a produção) de cada valor adicionado. Assim, a atividade Saúde Privada manteve-se superior à Saúde Pública com 8% de diferença, sendo indicada com uma atividade mais lucrativa que a Saúde Pública, considerando os efeitos sobre todas as atividades da economia brasileira em 2010.

Tabela 9 – Efeitos sobre operações selecionadas com o choque de 618.641,00 (R\$) - Brasil – 2010

Atividades	Valor adicionado bruto (VA)	Remunerações (Rem)	Rendimento misto bruto (RMB)	Excedente operacional bruto (EOB)	Fator trabalho (FT)	Produtividade	Rem+RMB/FT	EOB/VA
Saúde Pública	562.624	458.243	18.407	83.297	15	38.548	32.657,34	15%
Saúde Privada	526.236	283.778	112.186	121.062	18	29.763	22.395,13	23%
Diferença	36.388	174.465	(93.778)	(37.765)	(3)	(11.794)	10.262	-8%

Fonte: IBGE (2016, 2018) – Elaboração própria.

O outro ano analisado, usando a mesma metodologia antes descrita, é o de 2015 como pode ser visto na tabela 10. Verifica-se que o efeito do choque, realizado com a adição de R\$ 1 milhão na atividade Saúde Pública ou Saúde Privada sobre o Valor adicionado bruto (VA) resultou em uma maior produção por parte da atividade Saúde

Pública quando comparada com a Saúde Privada, com diferença de R\$ 28 mil, aproximadamente.

Quando se analisa a Produtividade (VA/Fator Trabalho) vê-se um resultado maior para a atividade da Saúde Pública em relação à Saúde Privada, com uma diferença de R\$ 10 mil no ano de 2015 (tabela 9).

Como já observado na tabela 9, o mesmo cenário pode ser visto na tabela 10 para os resultados das operações Remunerações e Rendimento misto bruto segundo atividades Saúde Pública e Privada, ou seja, Remunerações maiores para a Saúde Pública e Rendimentos mistos brutos maiores para a Saúde Privada.

Quando analisado o quanto cada atividade paga aos trabalhadores (Rem+RMB/FT), direta ou indiretamente, os resultados demonstraram que a atividade Saúde Pública pagou um valor maior (R\$ 49.219,14) por ocupação, ficando acima da Saúde Privada (R\$ 32.667,81) em, aproximadamente, R\$ 16,6 mil no ano de 2015 (tabela 10). Assim, é possível identificar que de 2010 para 2015 houve uma ampliação na diferença entre os valores pagos aos trabalhadores segundo atividade (Saúde Pública X Saúde Privada) de R\$ 10 mil em 2010 para R\$ 16,5 mil em 2015, aproximadamente.

O último indicador analisado foi o EOB/VA, que teve como resultado para a Saúde Privada um valor superior ao da Saúde Pública em 16%, ou seja, a Saúde Privada foi mais lucrativa para a economia como um todo do que a Saúde Pública. Nota-se também que, de 2010 para 2015, houve um aumento da diferença entre as atividades analisadas, saindo de 8% e indo para 16% de diferença, ou seja, a atividade Saúde Privada se tornou mais lucrativa para a economia brasileira de 2010 para 2015.

Tabela 10 – Efeitos sobre operações selecionadas com o choque de 1.000.000,00 (R\$) – Brasil – 2015

Atividades	Valor adicionado bruto (VA)	Remunerações (Rem)	Rendimento misto bruto (RMB)	Excedente operacional bruto (EOB)	Fator trabalho (FT)	Produtividade	Rem+RMB/FT	EOB/VA
Saúde Pública	899.487	756.672	25.271	113.723	16	56.618	49.219,14	13%
Saúde privada	871.458	434.904	173.974	248.371	19	46.756	32.667,81	29%
Diferença	28.029	321.768	(148.703)	(134.649)	(3)	(10.187)	16.551	-16%

Fonte: IBGE (2016, 2018) – Elaboração própria.

De forma geral, o que foi possível descrever foram as diferenças encontradas nos diversos efeitos do gasto realizado com as atividades Saúde Pública e Saúde Privada. Este gasto foi simulado como um “choque” de investimento que se fez a partir das matrizes insumo-produto e das Tabelas de Recursos e Usos para os anos de 2010 e 2015. Nosso

esforço foi o de diferenciar os resultados obtidos, caso a política de saúde e a econômica assumam posições diretas de como o setor saúde se desenvolverá.

Assim como já debatido na seção 2 do capítulo 3, o Sistema Único de Saúde (SUS), como uma política desenvolvida e em desenvolvimento desde 1988, não tem alcançado um padrão de financiamento adequado às demandas por saúde da população brasileira e, com esse fato, o que se teve foi um crescimento dos gastos privados em saúde em detrimento do gasto público (de subfinanciamento para o “desfinanciamento”).

Com o cenário que foi testado nessa seção, vimos que os efeitos multiplicadores da Produtividade e pagamentos aos trabalhadores (diretos e indiretos) do setor saúde foram maiores para a atividade Saúde Pública, na contramão de como a política de saúde no Brasil tem se desenvolvido. Ainda há possibilidades de análises mais profundas por outros indicadores, que podem reforçar ainda mais nossa posição de defesa do gasto público em saúde como forma de enfrentamento das cíclicas crises do capitalismo.

Uma vez realizadas as análises sobre os efeitos na ampliação do gasto em saúde, pública e privada, assim como em outras atividades ligadas ao setor saúde (Contas Satélites de Saúde), entende-se como necessário o debate sobre as possíveis fontes de financiamento para a ampliação do gasto público social e, em especial, o da saúde pública brasileira.

5.3. FONTES DE FINANCIAMENTO PARA O GASTO SOCIAL

O debate das fontes de financiamento para as políticas sociais se dá no esforço que as sociedades realizam ao longo de sua história, a partir da força de movimentos sociais e políticos, a fim de terem melhores condições de vida. Esse processo pode passar pelo reconhecimento de que a riqueza produzida pela classe trabalhadora deveria a ela pertencer e distribuir, na busca por uma sociedade mais justa.

No Brasil, grande parte da política social é implementada por meio do Estado que pode assumir uma forma de Estado Social (BOSCHETTI, 2016), que está constantemente no centro do debate político. Assim, os governos que ocupam a gestão da União brasileira respondem por uma fração considerável do gasto público no Brasil, considerando que os recursos disponíveis pelo Orçamento da União é um dos maiores fundos financeiros da América Latina. Esse fundo, portanto, se torna alvo de disputas acirradas na divisão dos recursos públicos.

Neste sentido, pode-se destacar a apropriação do fundo público pela magnitude da dívida pública e do pagamento de juros dessa dívida. Adicionado a este cenário somar-se-á os inconsistentes usos do Orçamento da Seguridade Social para as políticas às quais ele deve fazer jus, assim como a estrutura tributária brasileira que, por seu caráter regressivo, não garante base suficiente de receitas para a expansão do gasto público em políticas sociais.

5.3.1. A Dívida Pública no capitalismo contemporâneo

Um dos principais canais que resultam no escoamento de recursos públicos no Brasil é a Dívida Pública Federal. Como visto no capítulo 3 (gráfico 17), os valores pagos com Juros e Encargos da dívida chegaram a R\$ 258 bilhões em 2018, aproximadamente. Mendes et al. (2017) já haviam descrito como os recursos públicos se tornam, cada vez mais, disputados com o movimento do capital contemporâneo principalmente com a sua forma financeirizada (pagamento de juros) e, como apontado por Rossi (2015), tal movimento ainda recebe a proteção do tripé macroeconômico brasileiro, que torna a política de superávit primário uma das mais importantes que os governos brasileiros devem cumprir.

Tanto o Fundo Monetário Internacional (IMF, 2010) quanto o Banco Mundial (2017) apontaram para a necessidade de uma “saúde financeira” dos diversos países que

realizaram empréstimos com tais instituições, a fim de que suas dívidas fossem pagas. Esses aspectos descritos demonstram, mais um vez, como a lógica do capital financeiro opera em busca de recursos cada vez maiores para seus rendimentos e acumulação.

Diferentemente do que os economistas ortodoxos tendem a expressar sobre a situação da dívida pública brasileira, “O Estado não pode gastar mais do que arrecada”, a análise dos dados de outras economias denota que o agravamento da situação das contas públicas é uma realidade presente em diversos países.

Como vimos no capítulo 3, entre os anos de 2014 e 2015 as contas públicas brasileiras sofreram, diretamente, um ajuste fiscal com cortes das despesas e contenção dos gastos do setor público, principalmente com a redução dos gastos públicos somados a uma política monetária que restringiu o crédito e reduziu a atividade econômica do país.

Nesse cenário, Lacerda (2017), ao analisar as contas públicas e o peso dos juros, identificou como o custo do pagamento de juros alcançou 8,5% do PIB em 2015, sendo que no ano anterior o percentual ficou em 5,5%. Outro apontamento feito é o do crescimento de R\$ 195,4 bilhões em 2010, para R\$ 501,8 bilhões em 2015, considerando que estes gastos incluem a elevação da taxa de juros e o custo das operações de *swaps* cambiais. O autor aponta ainda, dado a necessidade dos superávits primários anuais:

As necessidades de financiamento no conceito nominal, que incluem o resultado primário e os juros nominais apropriados, alcançaram 10,3% do PIB em 2015, ante 6% do PIB no ano anterior. Logo, a queda da arrecadação e a elevação das despesas com pagamento de juros inviabilizaram o pretendido ajuste fiscal e deterioraram ainda mais as contas públicas. O atual nível da Selic torna, portanto, o ajuste fiscal ainda mais difícil de ser alcançado, pois, enquanto a arrecadação tributária apresenta forte deterioração, os gastos com juros elevam ainda mais o custo da dívida do setor público (LACERDA, 2017, p. 43).

Como visto no gráfico 18 do capítulo 3, apesar da queda na meta da taxa SELIC durante os anos 2003/2018, o Brasil é o que mais paga juros sobre a sua dívida, mesmo considerando países com dívidas públicas proporcionalmente maiores, comparativamente ao PIB. Lacerda (2016) aponta como o custo da dívida brasileira em 2015 foi de 8,5% do PIB, considerando que o montante total da dívida bruta foi de 66,2% do PIB, sendo assim muito elevada em relação às demais economias no mundo: duas vezes maior do que a de Portugal (4,3%), Itália e Grécia (4,2%), oito vezes maior que a da Alemanha (1,1%), Holanda e Japão (1%), países com dívida pública bem maiores.

Para termos uma dimensão do tamanho dos juros pagos no Brasil, considerando os demais países do globo segundo dados do Banco Mundial⁴⁸, em 2017, a taxa de juros real anual brasileira foi a segunda maior do mundo (41,55), ficando abaixo apenas da ilha de Madagascar.

Assim, a combinação de políticas fiscais e monetárias restritivas, para garantia do pagamento dos juros da dívida pública, colaboraram para a piora das contas públicas no país juntamente com o quadro de redução e congelamento das políticas sociais.

Neste sentido, como nesta tese defendemos ao gasto público social como uma prioridade macroeconômica, entendemos que sejam necessárias estratégias políticas que ajam sobre as decisões advindas do Banco Central do Brasil e seu Conselho Monetário Nacional. Estas são instituições centrais na definição dos juros pagos no Brasil e em alinhamento, quase constante, com o Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional.

Ainda, para além da atuação sobre os catastróficos juros pagos no Brasil, outra ação que se entende como necessária, para a ampliação das fontes para financiamento das políticas sociais, é uma auditoria da dívida pública. Tal processo previsto na Constituição Federal em seu artigo 26 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias⁴⁹ e, até o atual momento, não foi cumprido.

Neste sentido, nos cabe citar uma importante iniciativa que foi desenvolvida no Brasil sobre a questão da auditoria da dívida pública: a constituição da entidade “Auditoria Cidadã da Dívida”, que se iniciou após Plebiscito Popular da Dívida Externa, realizado no Brasil em setembro do ano 2000. Assim, desde 2001, tal instituição tem desenvolvido estudos, publicações, eventos, além de atividades para a mobilização de entidades da sociedade civil nacional e internacional⁵⁰.

Vários países no mundo já realizaram ou estão em processo de auditoria de suas Dívidas Públicas nacionais como o Equador, Grécia, Portugal, Espanha, entre outros. No caso equatoriano, alguns resultados apontados segundo a *Comisión para la Auditoría Integral del Crédito Público* (2008), como: 1) Interferência nos assuntos internos do país com o conseqüente prejuízo à soberania nacional; 2) Renúncias à imunidade soberana do país, imunidade de jurisdição e direito de defesa e reivindicação; 3) Violação dos direitos fundamentais das pessoas e dos povos bem como desrespeito aos instrumentos

⁴⁸ Mais detalhes dos dados podem ser acessados em: <https://data.worldbank.org/indicator/FR.INR.RINR>.

⁴⁹ Mais detalhes dos dados podem ser acessados em:

<https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/ADC1988_15.12.2016/art_26_.asp>.

⁵⁰ Mais detalhes dos dados podem ser acessados em: <<https://auditoriacidadada.org.br/quem-somos/>>.

internacionais de direito; 4) Cláusulas abusivas que violam os direitos do país soberano e dos estatutos do FMI, BM, Banco Interamericano de Desenvolvimento e leis dos estados mutuante e mutuário; 5) Relação assimétrica entre as partes contratantes; e 6) Rendimentos de juros sobre juros.

Por fim, o relatório final ainda indicou que:

O processo de endividamento do Equador, no período entre 1976 e 2006, na perspectiva de continuidade estrutural, foi desenvolvido em benefício do setor financeiro e das empresas transnacionais, afetando visivelmente os interesses da nação. As condições impostas e o pagamento da dívida limitavam os direitos fundamentais das pessoas e dos povos, aprofundando a pobreza, aumentando a migração e deteriorando as condições ambientais (COMISIÓN PARA LA AUDITORÍA INTEGRAL DEL CRÉDITO PÚBLICO, 2008, p. 149).

Somado a esse relatório equatoriano, trazemos o relatório preliminar da *The Truth Committee on Public Debt (Debt Truth Committee)* que foi criada em 2015, por decisão da Presidente do Parlamento Helênico, Zoe Konstantopoulou. Tal relatório foi fruto de sessões públicas e fechadas que tiveram cooperação e contribuição de outros membros especialistas e contribuintes. Tal material versa sobre a condição da dívida grega, que foi ponto central nas decisões da *Troika* (Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional) sobre o governo grego, exigindo cortes severos nas despesas públicas, entre elas na Saúde, mas que tiveram como base de análise informações que estavam equivocadas e que forma reconhecidas pelo próprio FMI, pontos já detalhados no capítulo 3 desta tese.

O então relatório preliminar destacou como os celebrados entre a Grécia e os seus credores eram do conhecimento de todas as partes quanto à violação da Constituição grega, indicando que o objetivo final dos credores não era sobre a garantia da liquidez da Grécia, mas sim, de transformar a dívida privada em dívida pública e, assim, salvar bancos privados e seus acionistas. Analisou-se que tais bancos e instituições financeiras, por terem excelente classificação de crédito, tiveram um acesso a juros mais baixos e, assim, puderam emprestar à Grécia recursos financeiros com juros muito mais altos sob o disfarce de um resgate (THE TRUTH COMMITTEE ON PUBLIC DEBT, 2015).

De fato, com a compra de bônus soberanos dos mercados secundários pela metade de seu valor nominal, tais instituições financeiras exigiram taxas extorsivas de juros da Grécia, com o discurso de contribuir para o resgate da economia grega.

Neste sentido, ao nos aproximarmos da visão marxista sobre a composição e função da dívida pública, utilizamos algumas análises feitas por Trindade (2012).

Inicialmente, o autor destaca como o processo de reprodução econômica produz a riqueza social necessária à permanente acumulação de capital, por um lado, e a reprodução social, por outro. O autor define então que o Estado:

[...] é componente vital da reprodução social capitalista e, assim sendo, necessita ser sustentado pelo capital para desenvolver suas específicas funções de legitimação ideológica e controle social, além das funções econômicas subsidiárias integradas ao processo de acumulação. Com o desenvolvimento das relações capitalistas, a obtenção da receita fiscal do Estado não somente passa a se dar em bases puramente monetárias como, principalmente, torna-se tributação sobre riqueza líquida, ou seja, mais-valia obtida a cada novo ciclo reprodutivo, cujo limite está dado pela capacidade de expansão da acumulação de capital (TRINDADE, 2012, p. 46).

Portanto, o endividamento público, ou seja, a capacidade de tomar empréstimos pelo Estado, passa a ser função da expansão do sistema de crédito e da capacidade de pagamento dos empréstimos vinculando-se à capacidade de arrecadação fiscal. Temos então que o endividamento estatal, como um componente funcional e estrutural da reprodução capitalista, sustenta taxas crescentes de gastos públicos e, principalmente, da expansão da dívida pública (TRINDADE, 2012).

Novamente, apontamos como o embate sobre a produção da riqueza pela classe trabalhadora está em constante movimento de reproduzir a lógica do capitalismo e, ao mesmo tempo, garantir condições de reprodutibilidade da força de trabalho.

Soma-se ainda à análise o trabalho de Barbosa (2016), que aponta como o Estado age como protetor dos capitais privados, alicerçando-se no aumento da dívida pública. Por sua vez, esta tem servido como uma contratendência à queda da taxa de lucro por fornecer ao capital a possibilidade de valorização na forma de juros neste cenário de trajetória declinante da taxa de lucro. Porém, a autora conclui que “a contradição é tamanha que a dívida pública se converte num componente da crise, pela incapacidade de amortização dado a base real de produção de valor, ampliando a instabilidade sistêmica do atual padrão de acumulação financeirizado” (BARBOSA, 2016, p. 22).

Dados os exemplos sobre possibilidades de intervenção sobre a dívida pública de estados nacionais e a categorização sob a visão marxista, se defende nessa tese uma ação imediata sobre a dívida pública brasileira a partir de dois principais pressupostos da Auditoria Cidadã da Dívida: 1) Exigir a transparência sobre o endividamento brasileiro (os montantes recebidos, pagos, destinação dos recursos e os beneficiários dos pagamentos de juros, amortizações, comissões e demais gastos); e 2) Exigir a devida

transparência do orçamento fiscal, de forma que os cidadãos conheçam detalhadamente todas as fontes de recursos públicos e sua respectiva destinação.

Essa posição sobre a intervenção tanto nos juros praticados quanto pelo tamanho e operação da Dívida Pública é condição necessária para a garantia da expansão dos gastos sociais como prioridade macroeconômica. Neste sentido, passa-se agora a uma rápida análise de uma outra auditoria, agora focada na análise dos dados do Orçamento da Seguridade Social.

5.3.2. O Orçamento da Seguridade Social e sua sistêmica inviabilização

Nesta seção iremos utilizar, basicamente, da publicação de 2018 feita pela Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP, 2018), que anualmente realiza análises sobre o Orçamento da Seguridade Social (OSS) de forma crítica em contraponto aos relatórios oficiais que são publicados pelo governo federal.

Como é sabido, a Seguridade Social (SS) é composta pela Previdência Social, materializada como um direito social por meio da aposentadoria, principalmente, como direito da classe trabalhadora. Outro componente da SS é o próprio Sistema Único de Saúde, já debatido no capítulo 4, com seus avanços da rede de serviços de saúde, porém com constantes processos de subfinanciamento e, recente, desfinanciamento via Emenda Constitucional 95/2016. Por fim, há o componente da Assistência Social, materializada por meio do Sistema Único de Assistência Social, que garante direitos a benefícios de prestação continuada, Bolsa Família, entre outros.

Uma primeira tabela (tabela 11) trazida para a análise sobre a Seguridade Social é a das renúncias tributárias em contribuições sociais. Com a tabela é possível avaliar a evolução das desonerações para quatro variáveis analisadas: Contribuição para a Previdência Social, COFINS, CSLL e Contribuição Social para o PIS-PASEP, que tiveram crescimento efetivo entre os anos de 2013 a 2015 na média de 15%, 2%, -4% e 2%, respectivamente. Entretanto, esse mesmo padrão não foi indicado nas projeções que a Secretaria do Tesouro Nacional indicou no período de 2016 a 2018, em que elas teriam reduções em -21%, -13%, -5% e -14%, respectivamente (tabela 11).

Como consequência desse crescimento efetivo apontado, o percentual de renúncias da Seguridade sobre o total de renúncias realizadas pelo governo federal teve média de 2% de crescimento no período de 2013 a 2015, assim como para o percentual de renúncias sobre as receitas das Contribuições Sociais com uma média de 9% no

período. Cenário este que não é considerado para as projeções de 2016, 2017 e 2018, em que a STN indica que haverá manutenção ou redução dos percentuais.

Com uma análise dos dados é possível identificar como a Seguridade Social é afetada diretamente com as renúncias tributárias que geram como efeito a redução de suas receitas e consequente cenário dos escassos recursos que ficam disponíveis para a Previdência, Assistência Social e Saúde no Brasil.

Tabela 11 – Renúncias Tributárias (milhões de reais)* em Contribuições Sociais – Brasil – 2013 a 2018

	Estimativas Bases Efetivas			Projeções		
	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Contribuição para a Previdência Social	62.057	76.128	82.356	64.671	60.957	65.916
COFINS	75.915	78.636	78.881	68.514	65.997	70.059
CSLL	12.539	12.948	11.480	10.856	10.584	11.303
Contribuição Social para o PIS-PASEP	15.067	15.614	15.807	13.642	13.131	13.933
Soma das renúncias nessas contribuições sociais	165.578	183.326	188.523	157.681	150.669	161.210
Soma das renúncias em outras receitas	143.963	153.248	153.284	143.893	137.910	146.940
Total das renúncias	309.541	336.574	341.807	301.574	288.580	308.150
% Renúncias Seguridade sobre o total	53,5	54,5	55,2	52,3	52,2	52,3
% Renúncias sobre as receitas de Contribuições Sociais	18,8	20,9	22,2	20	18,7	

Fonte: STN – Elaboração própria.

* Deflator – IGP-DI em 2018.

Nesse cenário da expansão das renúncias fiscais dentro da Seguridade Social, a ANFIP (2018) aponta:

[...] opção do governo federal por aumentar a sua arrecadação através de contribuições sociais esteve voltada à concentração de recursos na esfera federal, porque essas receitas não estão submetidas à repartição. Mas, na prática, nem sempre esses novos recursos ficaram à disposição dos órgãos da Seguridade para a ampliação ou o aprimoramento de suas ações. O governo sempre desrespeitou essa vinculação e o principal instrumento para esse desvio é a Desvinculação das Receitas da União – DRU (vigente desde 1994, sob as diversas formas e denominações), que subtraía 20% dessas arrecadações para os mais diversos usos e que desde 2016, foi ampliada para 30% das receitas da Seguridade (exceto da contribuição previdenciária (ANFIP, 2018, p. 59).

Com essa declaração da ANFIP, nota-se que, para além das renúncias fiscais existentes na Seguridade, ainda há outros mecanismos que retiram recursos do Orçamento da Seguridade Social (OSS). A tabela 12 apresenta os dados de quais contribuições foram afetadas pela DRU durante os anos selecionados, demonstrando como houve crescimento das desvinculações para a CONFINS, CSLL e PIS/Pasep, numa média de 10%, 12% e

11%, respectivamente, entre os anos selecionados. Por fim, o crescimento total da DRU ficou na média de 8% e teve como valor médio dos anos analisados aproximadamente R\$ 88,3 bilhões de desvinculações no OSS.

Tabela 12 – Receitas de contribuições sociais (milhões de reais)* desvinculadas pela DRU para anos selecionados – Brasil – 2005 a 2017

	2005	2008	2009	2010	2013	2014	2015	2016 ⁵¹	2017
Cofins	38.269	45.245	40.317	49.054	55.282	51.468	50.862	70.220	75.483
CSLL	11.204	16.012	15.051	16.029	17.339	16.602	15.104	23.378	24.221
PIS/Pasep	9.433	11.615	10.714	14.144	14.161	13.603	13.401	18.489	19.928
Outras contribuições	10.495	1.070	863	1.104	1.124	1.253	1.373	1.052	1.047
Taxas de órgãos da Seguridade	0	0	0	0	0	0	0	435	417
RECEITAS desvinculadas pela DRU	69.401	73.941	66.946	80.332	87.907	82.926	80.740	113.575	121.097
Valor médio subtraído da Seguridade Social (3)	86.318								

Fonte: ANFIP (2018) – Adaptada.

* Deflator – IGP-DI em 2018.

Como nos interessa apontar para as fragilidades que os diferentes governos operaram e operam o Orçamento da Seguridade Social no tocante a receitas que são desvinculadas e despesas que são adicionadas não respeitando as diretrizes apontadas na Constituição Brasileira e demais leis complementares, trazemos a tabela 13 que resume os apontamentos feitos pela ANFIP (2018) para a situação dos saldos que foram encontrados no OSS durante diversos anos.

De forma geral, os apontamentos da ANFIP referem-se a várias “estratégias” utilizadas pelo governo federal para subtrair recursos da Seguridade: 1) Aplicação financeira dos diversos órgãos da Seguridade Social que não são somadas às suas receitas; 2) Compensações pela desoneração da folha de pagamentos não repassada integralmente à Seguridade; 3) Subtração de receitas no PIS/Pasep que transfere recursos do OSS para o Orçamento Fiscal diretamente; 4) Inclusão dos regimes previdenciários próprios de servidores federais e de militares nas contas da Seguridade Social, considerando que o saldo é sempre negativo para estes regimes; 5) Despesas com os pagamentos dos planos de saúde dos servidores públicos e militares, além do auxílio alimentação dos primeiros.

Assim, ao retornarmos para a tabela 13, considerou-se a variável “Constituição Federal” como os dados que foram auditados pela ANFIP (2018) na análise do OSS, que apontou como havia superávit até o ano de 2015 e que a partir de 2016 tornou-se

⁵¹ Até 2015, a DRU era calculada aplicando-se 20% às receitas das contribuições sociais e, a partir de 2016, com a EC nº 93/2016, a alíquota de desvinculação passou a ser de 30% e a atingir as taxas em adição às contribuições sociais.

deficitária. Entretanto, cenário diferente pode ser observado quando consideradas as contas apresentadas pelos diferentes governos, indicando déficits de 2005 até 2017, com uma diferença gritante de mais de R\$ 250 bilhões no ano de 2017, entre as contas realizadas pela Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil e governo.

Tabela 13 – Comparação entre os resultados apresentados pela ANFIP e governo para receitas e despesas (milhões de reais)* do Orçamento da Seguridade Social segundo anos selecionados – Brasil – 2005 a 2017

		2005	2010	2015	2016	2017
Constituição Federal	Receitas da Seguridade Social (a)	617.886	802.273	878.952	822.365	832.798
	Despesas regulares da Seguridade Social (b)	462.414	701.361	861.671	884.667	893.479
	Saldo real da Seguridade Social (c) = (a) - (b)	155.472	100.912	17.281	-62.302	-60.681
Governo	Receitas da Seguridade Social (a)	617.886	802.273	878.952	822.365	832.798
	Receitas da Seguridade desvinculadas pela DRU ou desconsideradas pelo governo (d)	-112.078	-131.302	-132.740	-165.361	-169.744
	Receitas dos Regimes de previdência de servidores e militares (e)	24.423	40.358	40.448	38.720	38.302
	Receitas apresentadas pelo governo (f) = (a) + (d) + (e)	530.232	711.330	786.661	695.722	701.357
Governo	Despesas regulares da Seguridade Social (b)	462.414	701.361	861.671	884.667	893.479
	Despesas estranhas à Seguridade apresentadas pelo governo (Regimes próprios e outras) (g)	100.752	150.819	141.051	109.732	119.498
	Despesas apresentadas pelo governo para a Seguridade (h) = (b) + (g)	563.166	852.180	1.002.722	994.399	1.012.978
Saldo pela metodologia utilizada pelo governo para a Seguridade (j) = (f) - (h)		-32.934	-140.851	-216.061	-298.676	-311.621

Fonte: ANFIP (2018) – Adaptada.

* Deflator – IGP-DI em 2018.

Como apontado, desde 2005 o Orçamento da Seguridade Social apresentou resultados positivos, a despeito dos números negativos de 2016 e 2017 (tabela 14). Considerando os dados disponibilizados pela ANFIP (2018, p. 187), os saldos da Seguridade Social tiveram uma média de R\$ 80 bilhões ao ano de superávit.

Tabela 14 – Saldo da Seguridade Social (milhões de reais)* – Brasil – 2005 a 2017

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Resultado da Seguridade Social	155.472	128.454	144.106	124.895	59.251	100.912	123.061
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
Resultado da Seguridade Social	125.698	109.327	75.627	17.281	-62.302	-60.681	

Fonte: ANFIP (2018) – Adaptada.

* Deflator – IGP-DI em 2018.

A ANFIP (2018) nos ajuda a apontar como os governos reafirmam a situação deficitária da Seguridade Social, a fim de promover reformas e cortes nos mais diversos

direitos e, ao mesmo tempo, aumentar a subtração de recursos do OSS desvinculando receitas da União.

De fato, a desvinculação (que chega até 30% das receitas – (Emenda Constitucional 93)) só se justificaria se o OSS fosse superavitário, assim o que temos é um orçamento que não garante mais recursos para a Saúde, melhores e mais abrangentes programas sociais, maiores aumentos para o salário mínimo e para os aposentados e pensionistas. A seguir, um trecho do material produzido pela ANFIP (2018) sobre as práticas dos governos brasileiros sobre a Seguridade Social:

O que se fez foi piorar as condições de vida de parcelas mais pobres e, em plena crise econômica e com altos níveis de desemprego, afastar mais de um milhão de famílias do acesso às rendas do Bolsa Família, do Abono Salarial e do Seguro Desemprego. Agora em 2018, o governo alterou a legislação dos benefícios de prestação continuada da LOAS para também suspender e cancelar parte desses benefícios. Se a principal motivação fosse o melhor uso do dinheiro público, iniciaria pelo maior foco desse desvio, as fraudes e a sonegação. Ao contrário, essas medidas adotadas reafirmam o sentimento de que pretendem excluir do orçamento os direitos do povo e seus anseios. E não é apenas do orçamento público. A reforma trabalhista tratou de promover uma grande liquidação de direitos e garantias dos trabalhadores. As suas consequências para a Seguridade e a previdência social, em particular, ainda estão por aparecer (ANFIP, 2018, p. 172).

O Orçamento da Seguridade Social é a forma de financiar programas de distribuição de benefícios previdenciários, assistenciais (Saúde e Assistência Social) e trabalhistas. Nesse sentido, o que apontamos é o processo inverso que está em curso pelo governo federal: é preciso revigorar a defesa da Seguridade Social e do seu Orçamento. Para além da superação da EC-95, que exclui as demandas sociais do Orçamento, é preciso colocar o gasto público social como prioridade macroeconômica.

Como se viu, para além da auditoria e ação sobre os juros da Dívida Pública brasileira, é necessária uma atuação política sobre os desmantelamentos realizados sistematicamente pelos governos dentro do Orçamento da Seguridade Social, a fim de renovar e ampliar as fontes de financiamento para as políticas públicas sociais. A diminuição de salários e precarização das relações de trabalho, considerando nossa visão sobre os ajustes na composição orgânica do capital (capital variável X capital constante), e os cortes orçamentários realizados de forma inconstitucional dentro do OSS, são as formas que os capitalistas têm encontrado e desenvolvido para ajustar as taxas médias de lucratividade de seus negócios.

Passa-se então a analisar o terceiro e último campo de atuação política para o alcance de maiores e melhores fontes de financiamento do gasto público social: a tributação brasileira e seu caráter regressivo.

5.3.3. A Reforma Tributária necessária

Inicialmente, apontamos que uma das marcas da elevada concentração de renda e das desigualdades sociais no Brasil é o caráter regressivo da carga tributária, considerando que o sistema tributário tem sido um instrumento que amplia a concentração de renda e agrava o ônus fiscal sobre os trabalhadores e protege a acumulação dos capitalistas.

O'Connor (1977, p. 203) aponta como a correlação das forças sociais é importante para compreender a composição do fundo público no Brasil. Assim, como apontado anteriormente, os tributos são uma forma de exploração econômica que requerem uma análise dos seus efeitos sobre as classes sociais, sendo que cada mudança no equilíbrio das forças políticas e classistas é registrada pela estrutura tributária.

Marx e Engels (1998), em 1848, no “Manifesto Comunista” já haviam apontado como os sistemas tributários são apenas formas particulares dos sistemas de classes, indicando a necessidade de impostos fortemente progressivos como forma de redistribuição da renda dos capitalistas. Esse movimento gera uma alteração tanto na taxa média de lucratividade quanto na composição/recomposição orgânica do capital. Salvador (2012) destaca o caso brasileiro e sua estrutura tributária:

A correlação da luta de classes no país, no contexto do neoliberalismo, foi desfavorável aos trabalhadores e decisiva para o predomínio dos impostos indiretos e regressivos na estrutura tributária. O sistema tributário foi edificado para privilegiar a acumulação capitalista e onerar os mais pobres e os trabalhadores assalariados, que efetivamente pagam a “conta”. Eles são os maiores responsáveis pelo financiamento do Estado brasileiro, arcando com o ônus de mais de 2/3 das receitas arrecadadas pela União, estados, Distrito Federal e municípios. As aplicações financeiras são menos tributadas que a renda dos trabalhadores assalariados. O capital foi o maior ganhador do sistema tributário construído nos governos FHC e Lula. O sistema financeiro paga menos imposto que o restante da sociedade (SALVADOR, 2012, p. 19).

Dessa forma, com as colocações feitas pelos autores, reconhecemos que uma reforma tributária é condição necessária para a ampliação do gasto público social como prioridade macroeconômica no Brasil.

Diferentemente de outros países no mundo, o Brasil possui um sistema tributário regressivo, ou seja, há uma alta incidência de impostos sobre o consumo e baixa sobre a renda e a propriedade. Esse caráter regressivo gera uma sociedade extremamente desigual, colocando o país em 10º lugar dos mais desiguais, num ranking de mais de 140 países (OXFAM, 2017).

Morgan (2017), ao analisar os dados de pesquisas domiciliares e informações das declarações de impostos de renda de diversos países, revela que, no quesito desigualdade da renda, o Brasil é vice-campeão mundial num ranking liderado pela África do Sul. Um exemplo é o de que no Brasil, em 2015, os 10% mais ricos se apropriavam de 55,3% da renda nacional e os 50% mais pobres de apenas 12,3%.

Um outro ponto destacado pela OXFAM (2017) é de que a pobreza e a desigualdade no Brasil têm cor, com mais de 70% das pessoas vivendo em extrema pobreza no país, sendo negros, e gênero, com mulheres ganhando, em média, 62% do valor dos rendimentos dos homens em 2015.

Destacamos aqui, que mesmo o Fundo Monetário Internacional tem dado atenção à necessidade de ajustes na tributação realizada nos países na perspectiva progressiva. Em sua publicação (IMF, 2017), o FMI aponta como nas economias avançadas, os impostos diretos e as transferências reduzem em média, em um terço a desigualdade de renda. Como exemplo, eles citam os dados de 2015, apontando que o coeficiente médio de Gini para o rendimento disponível nas economias avançadas⁵² foi de 0,31, em comparação a 0,49 para o rendimento do mercado, indicando ainda que três quartos dessa redistribuição fiscal foram alcançados com os benefícios previdenciários públicos.

Por fim, o FMI (IMF, 2017) destacou que o impacto geral redistributivo da política fiscal também é influenciado pela distribuição de impostos indiretos e transferências, sendo que o principal papel dos impostos indiretos é o de aumentar a receita e não de aumentar a equidade.

Para termos uma dimensão da carga tributária com proporção do PIB, utilizamos da análise de Oliveira (2017) para comparar o Brasil com outros países. Como pode ser visto na tabela 15, o Brasil possui uma carga tributária (32,4% do PIB em 2014) próxima à média dos países que integram a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (34,1%). Comparando com os países da OCDE, o Brasil ficou em 20º lugar.

⁵² O FMI se baseia em critérios para classificar o mundo em economias avançadas, mercados emergentes e economias em desenvolvimento sendo: nível de renda per capita, diversificação de exportações e grau de integração no sistema financeiro global.

Nota-se assim que o Brasil figura entre os países que mais tributam no mundo, mesmo comparando-se com os países que compõem a OCDE.

Tabela 15 – Carga Tributária como proporção do PIB em países da OCDE e Brasil – 2014

Ranking	Países	Carga tributária total em % do PIB	Ranking	Países	Carga tributária total em % do PIB	Ranking	Países	Carga tributária total em % do PIB
1	Dinamarca	50,9	11	Luxemburgo	37,8	21	Nova Zelândia	32,4
2	França	45,2	12	Eslovênia	36,6	22	Israel	31,1
3	Bélgica	44,7	13	Alemanha	36,1	23	Eslováquia	31
4	Finlândia	43,9	14	Grécia	35,9	24	Canadá	30,8
5	Itália	43,6	15	Portugal	34,4	25	Irlanda	29,9
6	Áustria	43	16	República Checa	33,5	26	Turquia	28,7
7	Suécia	42,7	17	Espanha	33,2	27	Suíça	26,6
8	Noruega	39,1	18	Estônia	32,9	28	Estados Unidos	26
9	Islândia	38,7	19	Reino Unido	32,6	29	Coréia do Sul	24,6
10	Hungria	38,5	20	Brasil	32,4	30	Chile	19,8

Fonte: Oliveira (2017) – Adaptado.

Apesar dessa posição junto aos países da OCDE, a carga tributária brasileira demonstrou uma composição muito divergente dos demais países. A tabela 16 nos ajuda a identificar o caráter regressivo do sistema tributário brasileiro decorrente da sua reduzida participação relativa da tributação incidente sobre a renda e patrimônio na carga tributária nacional.

Como visto, a participação dos impostos sobre a renda na arrecadação total é mais elevada nos países da OCDE (34,1 %, em média) que no Brasil (21,0%), se somando a participação relativa dos impostos incidentes sobre o patrimônio a este cenário: 5,5% (média da OCDE) e 4,4% (Brasil).

Entretanto, quando se analisa a participação relativa dos impostos que incidem sobre o consumo, o Brasil se destaca com 49,7%, muito além do valor encontrado como média para a OCDE, o de 32,4%. Essa forma de tributação que incide diretamente no consumo gera uma série de problemas, como a redução da renda disponível das famílias de mais baixa renda, ampliando a desigualdade.

Tabela 16 – Composição da carga tributária, por tipo de impostos (em %) OCDE e Brasil – 2015

PAÍSES	RENDA	PATRIMÔNIO	CONSUMO	OUTROS	CARGA TRIBUTÁRIA (% PIB)
Alemanha	31,2	2,9	27,8	38,1	37,1
Bélgica	35,7	7,8	23,8	32,7	44,8
Chile	36,4	4,4	54,1	5,1	20,5
Coreia do Sul	30,3	12,4	28	29,3	25,2
Dinamarca	63,1	4,1	31,6	1,2	45,9
Espanha	28,3	7,7	29,7	34,3	33,8
Estados Unidos da América	49,1	10,3	17	23,6	26,2
França	23,5	9	24,3	43,2	45,2
Holanda	27,7	3,8	29,6	38,9	37,4
Irlanda	43	6,4	32,6	18	23,1
Itália	31,8	6,5	27,3	34,4	43,3
Japão	31,2	8,2	21	39,6	30,7
Noruega	39,4	2,9	30,4	27,3	38,3
Portugal	30,2	3,7	38,4	27,7	34,6
Reino Unido	35,3	12,6	32,9	19,2	32,5
Suécia	35,9	2,4	28,1	33,6	43,3
Turquia	20,3	4,9	44,3	30,5	25,1
Média OCDE	34,1	5,5	32,4	28	34
Brasil	21	4,4	49,7	24,9	32,6

Fonte: Oliveira (2017) – Adaptado.

Ainda sobre o texto de Oliveira (2017), quando analisada a tributação da renda de pessoas físicas e jurídicas, o Brasil se encontra distante dos países da OCDE, que em 2015 teve uma participação relativa do imposto de renda (IRPF e IRPJ) na arrecadação total de 21%, bem abaixo da OCDE, 34,1%.

A ANFIP e FENAFISCO (2018) apontam que o caráter regressivo do imposto sobre a renda no Brasil decorre de três fatores: 1) Com a Lei nº 9.249/1995 propiciou-se a elevada desoneração tributária das classes mais favorecidas; 2) Diversas brechas legais mitigaram a taxação do lucro presentes nos três regimes de tributação das pessoas jurídicas (simples; lucro presumido; e lucro real); 3) Inadequada progressão da tabela de incidência do IRPF, com o baixo limite de isenção que invade a parcela do rendimento considerado como mínimo existencial, e a reduzida alíquota máxima do imposto praticada no Brasil (27,5%) na comparação internacional.

Quando analisados novamente, os dados de Oliveira (2017), em 2015 os países da OCDE tiveram uma alíquota do IRPF em níveis iguais ou superiores a 50% (Bélgica, Holanda, Suécia, Dinamarca, Japão) e entre 40% e 50% (Alemanha, França, Itália,

Noruega, Portugal e Reino Unido). Na América Latina, tivemos a Argentina com 35%, o Chile com 40%, a Colômbia com 33% e México, Nicarágua e Peru com 30%; e, entre os países emergentes, o Brasil também ficou abaixo da China (45%), da Índia (34%) e da Turquia (35%).

Nesse sentido, a ANFIP e FENAFISCO (2018) descrevem como esse sistema tributário favorece os indivíduos situados no topo da pirâmide social, indicando que o imposto de renda no Brasil é progressivo até a faixa dos que recebem de 30 a 40 salários-mínimos mensais e, que após esse ponto, o imposto torna-se regressivo. Destaca-se ainda que esse regressividade se torna ainda mais intensa com a desoneração do imposto sobre os lucros e dividendos recebidos pelas pessoas físicas, sócios e acionistas de empresas.

Por fim, ainda considerando as colocações da ANFIP e FENAFISCO (2018), quando analisada a tributação sobre a propriedade e riqueza, o estudo aponta como esses tributos possuem caráter residual. Para se ter uma ideia, quando se exclui o IPVA, as receitas dos tributos brasileiros sobre o patrimônio como proporção do PIB são de 0,8%, menos da metade do valor encontrado para os países da OCDE, 1,9% em média. Destaca-se então a posição do Brasil diante das tributações sobre propriedade e patrimônio:

É emblemático que num país continental com grande extensão de áreas rurais, no qual a participação da agricultura e do agronegócio no PIB e nas exportações é significativa (respectivamente, 23% e 46%), as receitas do imposto territorial rural (ITR) representem somente 0,1% da arrecadação tributária federal e 0,02% do PIB. Também é simbólico que a alíquota máxima do imposto sobre heranças e doações no Brasil (8%) seja bem inferior à de muitos países, como Japão (55%), França (45%), EUA e Reino Unido (40%), sendo quase a metade da média dos países da OCDE (15%) (ANFIP e FENAFISCO, 2018, p. 407).

De fato, o baixíssimo percentual de impostos o patrimônio na composição da carga tributária brasileira e sua consequente baixa progressividade tributária guardam uma relação com a composição das diversas bancadas vigentes no Congresso Nacional brasileiro, principalmente as ligadas aos detentores de propriedade e riqueza, com a bancada ruralista.

Como utilizado, no início desta tese, a referência dos trabalhos de Keynes sobre os ciclos econômicos e as crises do capitalismo e a função do Estado e do investimento na manutenção da lógica do capital, retomamos uma citação ao seu trabalho a partir de Oliveira (2017):

[...] o trabalho Keynes, que nunca foi socialista, muito menos comunista, deixou claro em sua obra-prima, *A teoria Geral* (1983), que o sistema capitalista apresentava defeitos congênitos, dentre os quais, o aumento da concentração da renda e da riqueza, os quais, se não corrigidos, por meio da ação do Estado com a cobrança de impostos progressivos, complementada com uma política regressiva de gastos, o conduziria, inexoravelmente, para o colapso (OLIVEIRA, 2017, p. 29).

A intenção em destacar a reforma tributária em um caráter progressivo se dá como forma de ampliação dos recursos disponíveis para o gasto social no Brasil. Nosso interesse é pensar na Reforma Tributária como uma das formas de desenvolvimento econômico e social.

Para finalizarmos esta seção usa-se um trecho do livro elaborado por Piketty (2014) sobre a necessidade de se equilibrar a economia capitalista na lógica de suas crises estruturais e possibilidades de garantia mínima da reprodução da força de trabalho:

O imposto progressivo constituiu sempre um método mais ou menos liberal para se reduzirem as desigualdades, pois respeita a livre concorrência e a propriedade privada enquanto modifica os incentivos privados, às vezes radicalmente, mas sempre de modo previsível e contínuo, segundo regras fixadas com antecedência e debatidas de maneira democrática, no contexto de um Estado de direito. O imposto progressivo exprime de certa forma um compromisso ideal entre justiça fiscal e liberdade individual (PIKETTY, 2014, p. 492).

O que apontamos é que uma reforma tributária progressiva não será a via de superação da lógica de desenvolvimento do capitalismo, tratando-se apenas de reduzir e minimizar os impactos da acumulação de capital.

A defesa realizada neste capítulo foi a do gasto público em saúde, considerando a atividade Saúde Pública descrita, analisada e comparada com as demais atividades, segundo as metodologias das Contas Satélites de Saúde e da Matriz Insumo-Produto. Indicamos que o setor saúde foi o que gerou mais empregos por valor de produção, assim como gerou mais salários por emprego quando consideradas as outras atividades em conjunto.

Outro importante achado foram os dados de composição do valor adicionado bruto da Saúde Pública, que manteve sua composição quase total em salários; enquanto a Saúde Privada teve o excedente operacional bruto aumentado em sua participação. Esse ponto é crucial para nossa defesa de um gasto público social em saúde em contraponto ao avanço dos gastos privados no Brasil.

Vimos então, a partir do uso das matrizes de insumo-produto, como se obtiveram diferentes resultados com a injeção/choque de investimento nas atividades Saúde Pública

e Privada. A primeira obteve valores de produtividade e pagamentos aos trabalhadores (direta e indiretamente) superiores aos da segunda, sendo que a lucratividade presente na Saúde Privada, aumentou de 2010 para 2015.

São destacados então os efeitos da ampliação do gasto em Saúde Pública como forma de ampliação do emprego, salários (diretos e indiretos) e do valor adicionado bruto na economia. Passou-se a identificar também possíveis ações sobre aspectos da economia brasileira que poderiam ampliar as fontes para um adequado financiamento do SUS: auditoria da Dívida Pública, ação sobre as elevadíssimas taxas de juros pagas no Brasil, auditoria sobre o Orçamento da Seguridade Social com foco na DRU e demais receitas, não consideradas, e despesas, adicionadas, que retiram recursos do tripé da Seguridade (Saúde, Previdência e Assistência Social).

Por fim, destacou-se a necessária e urgente reforma tributária brasileira com um caráter progressivo a fim de reduzir os impactos das crises cíclicas do capital garantindo, minimamente, a reprodução da força de trabalho (melhores condições de vida e trabalho).

CONCLUSÃO

Durante todo o percurso das análises feitas nesta tese buscou-se responder a hipótese de que gastos públicos em saúde no Brasil são um importante instrumento macroeconômico para o enfrentamento do atual contexto da crise do capitalismo, que tem se consolidado com o avanço da precarização das relações de trabalho (empregos e salários) e das condições de vida dos trabalhadores.

Com a compreensão dos ciclos e das dinâmicas do capitalismo sob a perspectiva de Keynes (1996) e Kalecki (1977), novos rumos foram tomados, levando-nos a compreensão de que as crises, como parte dos ciclos, funcionam como processo de reequilíbrio do sistema capitalista. Com a produção de Marx (2017), percebeu-se que os equilíbrios são momentâneos e só se efetivam mediante destruição das forças produtivas até então acumuladas.

Tal destruição aparece de várias formas, como o aumento das taxas de desocupação, de subutilização da força de trabalho e da utilização da capacidade instalada; depreciação de mercadorias; falência de empresas e absorção destas por outras, aumentando o monopólio. Várias dessas faces da destruição de capital puderam ser vistas nas análises feitas sobre a economia brasileira e a situação da saúde pública no Brasil.

Ainda sobre os conceitos principais abordados no início desta tese, reconhece-se a importante produção teórica desenvolvida por Keynes (1996) para o investimento e a função do Estado como promotor de ajustes para a superação das crises capitalistas. Entretanto, por não acharmos na produção de Keynes críticas ao próprio sistema, fomos levados à produção teórica de Kalecki (1977), que nos apresentou, sob a perspectiva da importância do investimento, as diferenças entre o consumo dos trabalhadores e dos capitalistas (os trabalhadores gastam o que ganham e os capitalistas ganham o que gastam).

Kalecki reconhece ainda que, por vezes, os “líderes empresariais” preferirão a ordem nas fábricas ao invés de lucros crescentes, já demonstrando que o discurso sobre uma racionalidade econômica do capitalismo e as possibilidades de reequilíbrio se distanciam da realidade. O autor, portanto, não alcançou o verdadeiro objetivo do desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo, ou seja, o mais-valor, representado em forma de lucro.

Assim, com as produções dos marxistas Carchedi e Roberts (2013) e a produção de Marx (2017), procurou-se a fundamental engrenagem do desenvolvimento do capitalismo contemporâneo, a taxa de lucratividade. Quando então se investigou o efeito do investimento, tão defendido por Keynes e Kalecki para a superação das crises capitalistas, os multiplicadores marxistas, e nele a Lei Tendencial da Queda da Taxa de Lucro, foram suficientes para entender que os investimentos podem atrasar ou agravar as crises por interferirem na taxa de lucratividade e na composição orgânica do capital. O que aparece então são as tendências e contratendências do próprio sistema capitalista que ora destruirá o capital, ora buscará o reestabelecimento da reprodução da classe trabalhadora.

Para dar forma aos ciclos do capitalismo e a seu processo de destruição de capital, identificou-se como as instituições financeiras internacionais (Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial) foram e são fundamentais para manter os países sob a égide dos saldos orçamentários obrigatórios, a fim de que os setores financeiros possam receber seus rendimentos de juros sob as dívidas de forma protegida. Assim, os Programas de Ajuste Estrutural (KENTIKELENIS, 2017), mantidos pelo FMI e BM, são fundamentais para a manutenção da austeridade e consequente controle das condições de reprodução da classe trabalhadora. Ou seja, com cortes em políticas sociais se garantem saldos positivos para os pagamentos das dívidas dos diversos países.

Os cortes nas políticas sociais resultaram (GLONTI et al., 2015) em aumentos dos casos de depressão, suicídio, homicídio, alcoolismo, surtos de doenças infecciosas, mortalidade materno-infantil, entre outras. Nota-se, portanto, que a destruição de capital passa por precarizar as condições de vida e saúde da população, para além das condições de trabalho (desemprego, redução salarial etc.)

Vários autores que analisaram como a austeridade serve para moldar as políticas e as sociedades de uma maneira que seja conveniente para que o capital continue se acumulando, defendem juntamente conosco que a austeridade não é uma mera escolha, é uma agenda sobre como usar melhor o capital. Ela deve ser excluída da agenda com a adição de gastos públicos sociais que já se comprovaram como impulsionadores do crescimento econômico e da melhora nas condições de vida da população (LIANG & TUSSING, 2018; BASU, et al., 2017; KENTIKELENIS et al., 2016; MCKEE et al., 2013; LABONTÉ & STUCKLER, 2016; REEVES et al., 2013; STANFORD, 2013).

Com esse posicionamento sobre a importância do gasto público social, procuramos nos aproximar das produções de Mollo (2015), que reconhece as limitações

do Estado em “salvar” a economia punindo os trabalhadores, não superando assim a dinâmica do capital; e de Boschetti (2016), com o Estado Social, como forma de se compreender um sistema de proteção social de natureza capitalista, tendo como função a reprodução da classe trabalhadora. Assim, reconhecemos que o Estado capitalista pode incorporar um caráter social, entretanto diante das crises do próprio capitalismo tal caráter se torna mais difícil e mesmo existindo nunca mudará sua natureza essencialmente capitalista.

Nesse sentido, ao analisarmos a política econômica brasileira realizada pelos diversos governos desde FHC, Lula, Dilma e Temer, notou-se como o tripé macroeconômico não foi alterado, ou seja, os princípios da garantia de superávit primários para pagamentos dos juros da dívida pública, o câmbio flutuante sob a égide do mercado e as metas de inflação sendo “perseguidas” a qualquer custo; não foram colocados em crítica.

Apesar dos resultados de certa forma positivos para a classe trabalhadora durante os governos Lula e, em parte, Dilma, com o aumento do emprego formal, do salário médio, do consumo, da formação bruta de capital fixo, entre outros; ampliou-se também a rentabilidade e a lucratividade dos capitalistas no mesmo período, sendo que o setor bancário-financeiro pouco (ou nada) foi afetado pela crise econômica pós-2008. Nesse sentido, o que se seguiu após 2015 foi o agravamento da crise que até então não havia se “revelado”. Com o retorno das taxas de desemprego, queda salarial, subutilização da força de trabalho e da utilização da capacidade instalada; cenário esse que representou e representa a face da destruição de capital.

Novamente é necessário destacar que o setor bancário-financeiro não foi afetado direta ou indiretamente pela crise econômica brasileira. Os lucros líquidos dos três maiores bancos privados do Brasil mantiveram-se crescentes, se somando à este cenário a ampliação dos valores diários negociados na Bovespa com recorde alcançado em 2018 (maior valor desde 2002).

Este cenário demonstra, de fato, como a queima de capital ocorreu e ainda está em processo, a partir da crise econômica e política de 2015 (Pinto et al., 2017), como a retração do PIB, queda do investimento (FBKF), principalmente no setor público, aumento do desemprego; queda no salário real do setor industrial, além da significativa redução das taxas de rentabilidade de boa parte dos setores produtivos com exceção do setor bancário-financeiro (Economatica, 2019).

É evidente que na recomposição orgânica do capital, o Brasil passou, e ainda passa, por um momento de precarização da classe trabalhadora, ou seja, o capital variável está sendo ajustado para que a taxa de mais-valia, em forma de lucro, possa se manter em crescimento. É interessante notar que mesmo o setor produtivo, ora representado pelas 300 maiores empresas, ora pelas 500 maiores, não mantiveram suas taxas de lucratividade próximas às do setor bancário-financeiro.

Entende-se assim que, utilizando as expressões de Kalecki (1977), os “líderes empresariais” preferem manter sua lucratividade e ao mesmo tempo a “disciplina” nas fábricas, ou seja, lucram por meio de investimentos nos bancos e nas bolsas de valores e, ao mesmo tempo, disciplinam a classe trabalhadora com sua precarização de vida e trabalho.

Se o cenário de crise global pós-2008 foi agudizado com a crise econômica e política de 2015 (Pinto et al., 2017), na saúde a situação de instabilidade de recursos públicos federais já estava em crise desde a promulgação da Constituição de 88.

Apesar de o Brasil figurar entre os maiores países com sistema universal de saúde do mundo, junto com o Canadá, Inglaterra, França, Japão, entre outros; a condição de financiamento do SUS, principalmente através do gasto federal, sempre esteve bem aquém dos demais países de sistema universal. Este fato significou que, em 2015, apenas 43% do gasto total em saúde foram realizados pelo poder público, ou seja, a saúde privada (planos de saúde e desembolso direto) já supera o gasto público.

Soma-se a este precário cenário de financiamento público as renúncias fiscais que somaram mais de R\$ 41 bilhões apenas no setor saúde, como previsão para 2019. Tais isenções se tornaram uma grande “bola de neve” que tomou forma no governo Dilma e reflete diretamente na redução do tão esperado superávit primário, pois deixa de ser receita e afeta a capacidade do governo em realizar políticas públicas. De fato, o crescimento das isenções fiscais em saúde ao retirar recursos públicos em forma de isenção, coloca na saúde privada o “direito” dos indivíduos em consumir planos de saúde.

Não menos importante foi a análise sobre o Ressarcimento SUS que, no início de 2019, estava com valores cobrados das operadoras de planos de saúde em torno de R\$ 4 bilhões. Assim, ao somarmos a situação de subfinanciamento do SUS, do aumento das Renúncias Fiscais e do Ressarcimento SUS, temos uma situação crítica para a sustentação de um sistema de cunho público e universalista.

Se o cenário é de retração da economia e ajustes sistemáticos sobre os diversos direitos sociais ainda em vigência pela Constituição de 88, nos foi necessário retomar a

defesa do gasto público como forma de reestabelecer condições mínimas de reprodução da classe trabalhadora. Defende-se então que, do ponto de vista marxista, é necessária uma luta pelo aprimoramento da força de trabalho, que ao mesmo tempo deve passar por um processo permanente de acumulação de uma consciência de classe para, talvez, superar o próprio sistema capitalista.

A defesa pelo aprimoramento da força de trabalho encontrou nesta tese o gasto público social como uma prioridade macroeconômica. As análises foram realizadas por meio do Sistema de Contas Nacionais nas formas das Contas Satélites de Saúde e das Matrizes Insumo-Produto. Os resultados nos ajudaram a diferenciar os efeitos do gasto realizado com as atividades Saúde Pública e Saúde Privada, com um “choque” de investimento, em que a produtividade e os pagamentos aos trabalhadores (diretos e indiretos) da atividade Saúde Pública foram superiores aos da atividade Saúde Privada, que ficou na contramão desse processo, mantendo seu valor superior para o que conceituamos como lucratividade.

De fato, como nossa hipótese era a de que o gasto público em saúde geraria resultados macroeconômicos superiores às demais atividades, com os resultados encontrados tanto nas CSS quanto nas MIPs, foi possível garantir que a ampliação do gasto público em saúde gerasse um maior valor adicionado, uma melhor produtividade e uma melhor distribuição de salários e rendimentos mistos brutos aos trabalhadores envolvidos, do que o gasto em saúde privada ou nos demais setores da economia analisados em conjunto.

É necessário, portanto, evidenciar que o setor saúde, envolvendo todas as atividades ligadas a ele (IBGE, 2017), foi o setor que gerou mais emprego (ocupações) por valor de produção e, ao mesmo tempo, o que mais gerou salários por emprego, ou seja, guardou uma relação do setor saúde com a garantia de empregos e salários numa economia como a brasileira.

Ao se identificar a importância do gasto em saúde e nele o gasto na atividade Saúde Pública, foi necessário iniciar alguns debates sobre as possíveis fontes de recursos para a ampliação do gasto público em saúde.

É necessária e urgente uma reforma tributária no Brasil de caráter progressivo, sendo condição inicial, não só para a Saúde Pública, mas para as políticas sociais, que tenham como finalidade reduzir os impactos das crises cíclicas do capital, garantindo minimamente a reprodução da força de trabalho com avanços nas condições de vida e de trabalho.

Ainda, esquemas intrincados de funcionamento da Dívida Pública brasileira continuam retirando grande parte dos recursos que estariam disponíveis para a ampliação das políticas públicas sociais e, é nesse sentido que defendemos uma Auditoria Cidadã da Dívida Pública, assim como ações sobre as elevadíssimas taxas de juros pagas no Brasil (umas das três maiores do mundo).

Por fim, com a intenção de expandir o gasto público social, é necessário um processo constante e público de auditoria do Orçamento da Seguridade Social com foco na Desvinculação de Receitas da União (DRU), além de receitas, que não consideradas, e despesas, que são adicionadas, sem nenhuma relação com a Seguridade garantida constitucionalmente (Saúde, Previdência e Assistência Social).

Esta tese serviu para avançarmos em nossas críticas ao desenvolvimento do capitalismo, nos baseando na teoria do valor e no reconhecimento de que os lucros provêm da exploração da força de trabalho. Tal classe, a trabalhadora, ao ampliar suas condições de vida, altera a composição orgânica do capital e isso gera um efeito sobre a queda da lucratividade, fazendo-a cair. Este é o ciclo e a aparição das crises que são endógenas e endêmicas no sistema.

Como defendemos aqui, estamos do lado da classe trabalhadora e defendemos que o SUS, como expressão da Saúde Pública, deve crescer e se fortalecer com bases adequadas e amplas de financiamento, uma vez que demonstrou resultados superiores e positivos para o emprego, renda e PIB (valor-adicionado).

Nos interessa então apoiar uma tributação progressiva; melhores condições de trabalho, com leis mais protetivas do que exploratórias do trabalhador; serviços públicos sociais e universais; constante substituição do setor privado pelo setor público com planejamento democrático e descentralizado. Por fim, mais importante e urgente é tornar a política econômica brasileira mais resistente às consequências das crises e mais rápida em restaurar as condições de vida e trabalho da população.

REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, J. MOSTAFA, J. HERCULANO, P. Gastos com a política social: alavanca para o crescimento com distribuição de renda. Comunicados do Ipea 75 Brasília, 2011.
- ABREU, M. Réquiem de um Estado democrático. Revista Escuta (Especial da conjuntura), 2016. Disponível em: <<https://revistaescuta.wordpress.com/2016/08/31/escuta-especial-conjuntura-requiem-deum-estado-democratico/>>. Acesso em: 10 fev. 2018.
- ALDERMAN, L.; EWING, J. Most aid to athens circles back to Europe. 2012. N. Y. Times, 29 May. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2012/05/30/business/global/athens-no-longer-sees-most-of-its-bailout-aid.html>>. Acesso em: 15 jun. 2017.
- ALVES, A. D. Política fiscal e indicadores de dívida pública: o caso brasileiro entre 2006 e 2015. Campinas, SP: [s.n.], 2018.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES-FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (ANFIP). Análise da Seguridade Social 2017. Fundação ANFIP de Estudos da Seguridade Social. Brasília: ANFIP, 2018.
- _____; FENAFISCO – Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital. A Reforma Tributária Necessária: diagnóstico e premissas. Eduardo Fagnani (organizador). Brasília: ANFIP; FENAFISCO: São Paulo: Plataforma Política Social, 2018.
- ATKINSON, A.; LEIGH, A. The distribution of top incomes in five Anglo-Saxon countries over the twentieth century. Bonn DEU: Institute for the Study of Labor, 2010.
- BABB, S. L. Behind the Development Banks: Washington Politics, World Poverty, and the Wealth of Nations. University of Chicago Press, Chicago. 2009.
- BANCO MUNDIAL (BM). Um Ajuste Justo: Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil. Volume I: Síntese. Novembro de 2017. Acesso em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/884871511196609355/pdf/121480-REVISED-PORTUGUESE-Brazil-Public-Expenditure-Review-Overview-Portuguese-Final-revised.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2018.
- BARBOSA, F. F. As Contradições do Estado e da Dívida Pública no Capitalismo Contemporâneo. Pesquisa & Debate. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política., [S.l.], v. 27, n. 2(50), dez. 2016.
- BASTOS, P. P. Z. A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo. Econ. soc., Campinas, v. 21, n. spe, p. 779-810, Dec. 2012.

- BASU, S.; CARNEY, M. A.; KENWORTHY, N. J. Ten years after the financial crisis: The long reach of austerity and its global impacts on health. *Social Science & Medicine*. Volume 187. 2017. Pages 203-207.
- BECH, M. FX volume during the financial crisis and now. *BIS Q Rev* 2012:33–43.
- BEHRING, E. R. Crise do capital, fundo público e valor. In: BOSCHETTI, I.; BEHRING, E. R.; SANTOS, S. M. M.; MIOTO, R. C. (Orgs.). *Capitalismo em crise, política social e direitos*. p. 13-33. São Paulo: Cortez, 2010.
- _____; BOSCHETTI, I. *Política social: fundamentos e história*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BHADURI, A. MARGLIN, S. Unemployment and the real wage: the economic basis for contesting political ideologies. *Cambridge Journal of Economics*, 14: 375-393, 1990.
- BIELSCHOWSKY, R.; SQUEFF, G. C.; VASCONCELOS, L. F. Evolução dos investimentos nas três frentes de expansão da economia brasileira na década de 2000. IPEA, *Texto para discussão* n. 2063, 2015.
- BLANCHARD, O.; DELL'ARICCIA, G.; MAURO, P. Rethinking macroeconomic policy. Washington: IMF, Feb. 2010.
- _____; LEIGH, D. Growth forecast errors and fiscal multipliers. Working Paper 13/1. New York: International Monetary Fund, 2013.
- BLECKER, R. A. International Competition, Income Distribution and Economic Growth. *Cambridge Journal of Economics*, 13: 395-412. 1989.
- BOSCHETTI, I. *Assistência social e trabalho no capitalismo*. São Paulo: Cortez, 2016.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. Orçamento Cidadão: Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA 2016. Brasília, 2015.
- _____. Ministério da Fazenda. Receita Federal do Brasil. Demonstrativo dos Gastos Governamentais Indiretos de Natureza Tributária (Gastos Tributários) – PLOA 2019. Brasília, DF: Ministério da Fazenda, 2018.
- BREMAN, A.; SHELTON, C. Structural adjustment programs and health. In: Kawachi, I., Wamala, S. (Eds.), *Globalization and Health*. Oxford University Press, Oxford. 2006.
- BURKE, S.; THOMAS, S.; BARRY, S.; KEEGAN, Conor. Indicators of health system coverage and activity in Ireland during the economic crisis 2008–2014 – From ‘more with less’ to ‘less with less’. *Health Policy* 117 (2014) 275–278.

- _____.; NORMAND, C.; BARRY, S.; THOMAS, S. From universal health insurance to universal healthcare? The shifting health policy landscape in Ireland since the economic crisis. *Health Policy*, 120 (3) (2016), pp. 235-240.
- CANTERBERRY, E. R. The rise and fall of global austerity. London: World Scientific, 2015.
- CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica. 7º ed. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1970.
- CARDOSO JR. J. C. Nem ajuste, nem justo: réplica rápida às histórias que os economistas contam. In: Plataforma Política Social – Caminhos para o desenvolvimento. Disponível em: <http://plataformapoliticasocial.com.br/nem-ajuste-nem-justo-replica-rapida-as-estorias-que-os-economistas-contam/>. Acesso em: 02 jan. 2019.
- CARNEIRO, R. Velhos e novos desenvolvimentismos. *Economia e sociedade*, Campinas, v. 21, número especial, dez. 2012.
- CARCHEDI, G. Sobre a consistência lógica da lei tendencial da queda da taxa de lucro de Marx. Outubro Revista - Edição 17. 2008. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/sobre-a-consistencia-logica-da-lei-tendencial-da-queda-da-taxa-de-lucro-de-marx/>. Acesso em: 10 fev. 2018.
- _____. Keynes, the profits equation and the Marxist multiplier. 2012a. Disponível em: <https://thenextrecession.wordpress.com/2012/06/13/keynes-the-profits-equation-and-the-marxist-multiplier/>. Acesso em: 15 mar. 2017.
- _____. Could Keynes end the slump? Introducing the Marxist multiplier. Issue: 136. 2012b. Disponível em: <https://thenextrecession.files.wordpress.com/2012/10/carchedi-and-the-marxist-multiplier.pdf>. Acesso em: 18 set. 2015.
- CARVALHO, L.; RUGITSKY, F. Growth and distribution in Brazil the 21st century: revisiting the wage-led versus profit-led debate. Department Of Economics, Fea-Usp Working Paper. Nº 2015-25.
- CASTRO, J. A. de. Política social e desenvolvimento no Brasil. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 1011-1042, dez. 2012.
- _____.; RIBEIRO, J. A. C. CHAVES, J. V. DUARTE, B. C. Gasto Social Federal: prioridade macroeconômica no período 1995-2010. NOTA TÉCNICA – IPEA – Brasília, setembro de 2012.
- CHAN, J. Labour unrest and a slowing economy in China: unpaid wages spark strikes. *Global Research*. 2012.
- CINTRA, M.; ACIOLY, L. O financiamento das contas externas brasileiras: 2003-2010. In: MONTEIRO, A. et al. Brasil em desenvolvimento 2011. Brasília: Ipea, 2012.

- COMISIÓN PARA LA AUDITORÍA INTEGRAL DEL CRÉDITO PÚBLICO. Informe final de la Auditoría Integral de la Deuda Ecuatoriana. Adscrita al Ministerio de Finanzas. Noviembre, 2008. Quito – Ecuador.
- COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). Panorama Fiscal de América Latina y el Caribe 2015- Dilemas y espacios de políticas. Santiago de Chile: Comisión económica para la América Latina y el Caribe (Cepal). 2015.
- CONTI, B. M. Regimes cambiais em países periféricos: a experiência brasileira recente (1994-2006). 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.
- COSTA, J. P. A reforma Obama e o sistema de saúde dos EUA. *Arq Med, Porto*, v. 27, n. 4, p. 158-167, ago. 2013.
- DARBY, J. MELITZ, J. Social spending and automatic stabilizers in the OECD. *Economic Policy*, 23, 715–756. 2008.
- ECONOMATICA. Em 2018 a bolsa registra o maior volume já negociado na sua história. Petrobras movimentou mais de R\$ 1,4 bilhões em média por dia em 2018. 2019. Disponível em: <<https://insight.economatica.com/bolsa-registra-maior-volume-negociado-na-historia/>>. Acesso em: 13 jan. 2019.
- FALAGAS, M. E.; VOULOUMANOU, E. K.; MAVROS, M. N.; KARAGEORGOPOULOS, D. E. Economic crises and mortality: a review of the literature. *Int J Clin Pract.*, v. 63, n. 8, p. 1128-35, 2009.
- FERRARI-FILHO, F.; DE PAULA, L. F. *Growth regimes and developmentalism: a Keynesian-Institutionalist approach*. *Nova econ.* [online]. 2016, vol.26, n.3, pp.775-807. ISSN 0103-6351.
- FLEURY, S. A seguridade social e os dilemas da inclusão social. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 39, n. 3, p. 449-469, maio/jun. 2005.
- FONSECA, P. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. *Revista Pesquisa e Debate*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 225-56, 2004.
- FREITAS, M. A. A Avaliação da Efetividade da Política de Ressarcimento ao Sistema Único de Saúde – Dissertação de Mestrado – EAESP-FGV – 2011.
- FUNCIA, F. R.; OCKE-REIS, C. Efeitos da política de austeridade fiscal sobre o gasto público federal em saúde. In: ROSSI, P.; DWECK, E.; OLIVEIRA, A. L. M. *Economia para poucos*. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.
- _____; SANTOS, L. Do subfinanciamento ao desfinanciamento da saúde: descendo as escadas. *Revista Domingueira da Saúde*, nº 04/2019. Campinas: IDISA – Instituto de Direito Sanitário, 2019.

- FRIEDRICH, E. Fórum 21; Plataforma Política Social; GT de Macro da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP). Austeridade e retrocesso: finanças públicas e política fiscal no Brasil. São Paulo: 2016.
- FURCERI, D. Stabilization effects of social spending: empirical evidence from a panel of OECD countries *North American Journal of Economics and Finance*, 21. 2010.
- GAMBINA, J. Aspectos estruturales y coyunturales de la crisis. In: ESTAY, Jaime et alii. *El neoliberalismo y su crisis. Causas, Escenarios y Posibles Desenvolvimientos*. Santiago de Chile: Redem, 2012.
- GILI, M.; ROCA, M.; BASU, S.; MCKEE, M.; STUCKLER, D. The mental health risks of economic crisis in Spain: evidence from primary care centres, 2006 and 2010. *European Journal of Public Health* 2013; 23:103–8.
- GLONTI, K.; GORDEEV, V. S. GORYAKIN, Y.; REEVES, A.; STUCKLER, D.; MCKEE, M.; ROBERTS, B. A Systematic Review on Health Resilience to Economic Crises. PLOS ONE. April 23, 2015.
- GOBETTI, S.; SCHETTINI, B. Dívida líquida e dívida bruta: uma abordagem integrada para analisar a trajetória e o custo do endividamento brasileiro. Brasília: Ipea, 2010. (Texto para discussão, n. 1.514).
- GONÇALVES, R. Governo Lula e o nacionaldesenvolvimentismo às avessas. In: REVISTA Soc. Bras. Economia Política, São Paulo, nº 31, p. 5-30, fevereiro 2012.
- GORANITIS, I.; SISKOU, O.; LIAROPOULOS, L. Health policy making under information constraints: An evaluation of the policy responses to the economic crisis in Greece, *Health Policy*, Volume 117, Issue 3, 2014, Pages 279-284.
- GUEDES, J. P. P. A contabilidade social na perspectiva clássica/marxiana. *Revista Soc. Bras. Economia Política*, São Paulo, nº 27, p. 109-137, outubro 2010.
- GUILHOTO, J. J. M. Análise de insumo-produto: teoria, fundamentos e aplicações. Livro em Elaboração. Departamento de Economia (FEA-USP), MPRA, Munich Personal RePEc Archive, Paper n. 32.566, posted 5. 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/tUHf2x>>. Acesso em: 20 nov. 2018.
- HALL, P. The political power of economic ideas: keynesianism across nations. Princeton University Press, 1989.
- HARVEY, D. Neoliberalismo como destruição criativa. *Interfacehs – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente* - v. 2, n. 4, Tradução, ago. 2007.
- HEIN, E. Wage- and profit-led regimes. In: KING, J. (ed.). *The Elgar Companion to Post Keynesian Economics*. 2a edição. Cheltenham: Edward Elgar. 2013.

- INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). Greece: stand-by arrangement, review under the emergency financing mechanism. Country report no. 10/217. Washington, DC: IMF; 2010a.
- _____. Fiscal monitor (October, 2017). Tackling Inequality. World economic and financial surveys. Washington, DC: International Monetary Fund. 2017.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Conta-Satélite de Saúde: 2005-2007 – Brasil. Coordenação de Contas Nacionais. - Rio de Janeiro, 2009.
- _____. Conta-Satélite de Saúde: 2007-2009 – Brasil. Coordenação de Contas Nacionais. - Rio de Janeiro, 2012.
- _____. Matriz de insumo-produto – 2010 – Brasil. Coordenação de Contas Nacionais – Rio de Janeiro, 2016.
- _____. Conta-satélite de saúde: 2010-2015 – Brasil. Coordenação de Contas Nacionais – Rio de Janeiro, 2017.
- _____. Matriz de insumo-produto – 2015 – Brasil. Coordenação de Contas Nacionais – Rio de Janeiro, 2018.
- JAMISON, D. T.; SUMMERS, L. H.; ALLEYNE, G.; ARROW, K. J.; BERKLEY, S.; BINAGWAHO, A. et al. Global health 2035: a world converging within a generation. *Lancet*, 382. 2013.
- KALECKI, M. Crescimento e ciclo das economias capitalistas. Org.: Jorge Miglioli. São Paulo: Hucitec, 1977.
- KENTIKELLENIS, A. Bailouts, austerity and the erosion of health coverage in Southern Europe and Ireland. *European Journal of Public Health*, v. 25, n. 3, p. 366-67, 2015.
- _____. ; STUBBS, T. H.; KING, L. P. IMF conditionality and development policy space, 1985 - 2014. 2016. *Rev. Int. Political Econ.* 23.
- _____. Structural adjustment and health: A conceptual framework and evidence on pathways. *Social Science & Medicine*, Volume 187. 2017.
- KEYNES, J. M. A TEORIA GERAL DO EMPREGO, DO JURO E DA MOEDA. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., 1996. *Coleção Os Economistas*.
- KLEINERT, S.; HORTON, R. Health in Europe — successes, failures, and new challenges. *Lancet*, 2013.
- LABONTÉ, R.; SCHRECKER, T.; SANDERS, D. et al. Fatal indifference: the G8 and global health. Cape Town, SA: University of Cape Town Press/IDRC Books, 2004.

- _____.; STUCKLER, D. The rise of neoliberalism: how bad economics imperils health and what to do about it. *J Epidemiol Community Health*, v. 0, p. 1-7, 2016.
- LACERDA, A. C. Crônica de um (des)ajuste anunciado. In: DOWBOR, L.; MOSANER, M. (Org.). *A crise brasileira: coletânea de contribuições de professores da PUC/SP*. São Paulo: Contracorrente, 2016. p. 149-168.
- _____. Dinâmica e evolução da crise: discutindo alternativas. *Estud. av.* [online]. vol. 31, n. 89, pp. 37-49. 2017.
- LAVOIE, M.; STOCKHAMMER, E. Wage-led growth: concept, theories and policies. *Conditions of Work and Employment Series*. nº41, International Labour Office, Geneva, 2012.
- LEONTIEF, W. *The structure of the American Economy*. 2nd Ed. New York: Oxford University Press, 1951.
- _____. Input–Output Analysis. In: Palgrave Macmillan (eds) *The New Palgrave Dictionary of Economics*. Palgrave Macmillan, London. 2008.
- LIANG, L.; TUSSING, D. A. The cyclicity of government health expenditure and its effects on population health. *Health Policy*. 2018.
- LIMA, P. G. C.; AMADO, A. M.; MOLLO, M. L. R. Fundamentos macroeconômicos nas perspectivas de Marx e Keynes: contribuições para a heterodoxia. *Rev. Econ. Polit.*, São Paulo, v. 36, n. 3, p. 603-621, jul/set. 2016.
- MALDONADO-FILHO, E. FERRARI-FILHO, F. MILAN, M. Por que a economia brasileira não cresce dinâmica e sustentavelmente? Uma análise kaleckiana e keynesiana. *Textos para Discussão PPGE/UFRGS nº 2015/13*. Porto Alegre, RS.
- MARQUES-PEREIRA, J.; BRUNO, M. Institucionalidade e política econômica no Brasil: uma análise das contradições do atual regime de crescimento pós-liberalização. In: VIANNA, S.; BRUNO, M.; MODENESE, A. (Org.). *Macro para o desenvolvimento*. Brasília: Ipea, 2010.
- MARQUETTI, A.; HOFF, C. MIEBACH, A. Lucratividade e distribuição: a origem econômica da crise política no Brasil. In: XXII Encontro de Economia Política, 2017, Campinas. XXII Encontro de Economia Política, 2017.
- MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo Editorial. 1998.
- _____. *O capital. Crítica da economia política. LIVRO III - O processo global da produção capitalista*. 1ª Edição. São Paulo. Editora Boitempo. 2017.
- MCKEE, M.; BALABANOVA, D.; BASU, S.; RICCIARDI, W.; STUCKLER, D. Universal Health Coverage: A Quest for All Countries But under Threat in Some, *Value in Health*, Volume 16, Issue 1, Supplement, 2013.

- MEDEIROS, M.; SOUZA, P. H. G. F.; CASTRO, F. Á. O Topo da Distribuição de Renda no Brasil: primeiras estimativas com dados tributários e comparação com pesquisas domiciliares, 2006-2012. (August 14, 2014).
- _____. A Estabilidade da Desigualdade no Brasil entre 2006 e 2012: resultados adicionais. IPEA, *Texto para discussão*, n. 2170, 2016, Rio de Janeiro.
- MENDES, Á. N. Tempos turbulentos na saúde pública brasileira: impasses do financiamento no capitalismo financeirizado. São Paulo: Hucitec, 2012.
- _____. O fundo público e os impasses do financiamento da saúde universal brasileira. *Saúde soc.*, São Paulo, v. 23, n. 4, p. 1183-1197, Dec. 2014.
- _____. A saúde pública brasileira no contexto da crise do Estado ou do capitalismo? – *Revista Saúde & Sociedade*, janeiro de 2015.
- _____. WEILLER, J. A. B. Renúncia fiscal (gasto tributário) em saúde: repercussões sobre o financiamento do SUS. *Saúde debate*, Rio de Janeiro, v. 39, n. 105, p. 491-505, junho 2015.
- _____. ; IANNI, A. M. Z.; MARQUES, M. C. C.; JANSEN, M. F.; SILVA, T. H. S. A contribuição do pensamento da saúde coletiva à economia política da saúde. *Saúde e Sociedade*, 26(4), 841-860. 2017.
- MODENESI, A. Regimes monetários: teoria e experiência do real. Barueri: Manole, 2005.
- MOLLO, M. L. R. A concepção marxista de estado: considerações sobre antigos debates com novas perspectivas. *Economia* (Brasília), ANPec, vol. 2, n. 2, p. 347-389, jul/dez. 2001.
- _____. Crédito, capital fictício, fragilidade financeira e crises: discussões teóricas, origens e formas de enfrentamento da crise atual. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 20, n. 3 (43), p. 449-474, dez. 2011.
- _____. A questão da Austeridade na Política Econômica. *In: Austeridade para quem? balanço e perspectivas do governo Dilma Rousseff / Alexandre de Freitas Barbosa...[et al] ; organização de Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo e Paulo Zahluth Bastos – São Paulo : Carta Maior ; Friedrich Ebert Stiftung, 2015. 352 p.*
- MORGAN, M. Extreme and Persistent Inequality: New Evidence for Brazil Combining National Accounts, Surveys and Fiscal Data, 2001-2015, WID. World Working Paper, 2017/12.
- NAKATANI, P.; GOMES, H. A natureza e contradições da crise capitalista. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, Número Especial, p. 71-83, julho de 2014.
- NOIJE, P. V.; CONTI, B. Uma abordagem kaleckiana sobre a economia política em contextos de crise: observações sobre o caso europeu atual. Artigos selecionados. XXI Encontro Nacional de Economia Política. 2016.

- NORONHA, J. C.; UGÁ, M. A. D. O sistema de saúde dos Estados Unidos. In: BUSS, PM., and LABRA, ME., orgs. *Sistemas de saúde: continuidades e mudanças* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1995. 265 p. ISBN 85-271-0290-0.
- OCKÉ-REIS, C. O.; SANTOS, F. P. Mensuração dos Gastos Tributários em saúde – 2003-2006. IPEA, *Texto para discussão* n. 1637, 2011, Rio de Janeiro.
- O’CONNOR, J. USA: a crise do estado capitalista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- OLIVEIRA, F. A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.
- _____. O surgimento do antivalor: capital, fora de trabalho e fundo público. In: OLIVEIRA, F. A. Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 19-48. (*Coleção Zero à Esquerda*).
- _____. As reformas tributárias no plano internacional: a marcha da insensatez. São Paulo: Plataforma Política Social (TD 04). 2017.
- OLIVEIRA, R. A. A CONCEPÇÃO DE TRABALHO NA FILOSOFIA DO JOVEM MARX E SUAS IMPLICAÇÕES ANTROPOLÓGICAS. *Revista Kínesis*, Vol. II, nº 03, abril – 2010, p. 72 – 88.
- ORTIZ, I.; CUMMINS, M.; CAPALDO, J. KARUNANETHY, K. The Decade of Adjustment: A Review of Austerity Trends 2010-2020 in 187 Countries. 2015.
- OSTRY, J. et al. Two targets, two instruments: monetary and exchange rate policies. Washington: IMF, Feb. 2012.
- _____; LOUNGANI, P.; FURCERI, D. Neoliberalism: oversold? *Finance & Development*, v. 53, n. 2, p. 38-41, 2016.
- ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OECD); EUROSTAT; WHO. A System of Health Accounts, OECD Publishing 2011. DOI: <<http://dx.doi.org/10.1787>>. Acesso em: 20 jan. 2019.
- OXFAM. A distância que nos une – um retrato das desigualdades brasileiras. São Paulo: Oxfam Brasil. 2017.
- PANIAGO, M. C. S. A crise estrutural e a centralidade das classes sociais. *Katál.*, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 41-49, jan./jun. 2014
- PAULANI, L. M.; BRAGA, M. B. A nova Contabilidade Social. São Paulo: Saraiva, 2003.
- PIKETTY, T. O capital no século XXI. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- PINTO, E. Bloco no poder e governo Lula. 2010. Tese (Doutorado)–Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

- PIRES, M. C. C. Política fiscal e ciclos econômicos no Brasil. *Economia Aplicada*, Ribeirão Preto, v. 18, n. 1, p. 69-90, mar. 2014.
- PIRES, M. R. G. M.; DEMO, P. Políticas de saúde e crise do Estado de Bem-Estar: repercussões e possibilidades para o Sistema Único de Saúde. *Saúde soc.*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 56-71, Aug. 2006,
- POULANTZAS, N. Poder político e classes sociais. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1977.
- PRADO, E. F. S. Kalecki: entre Marx e Keynes. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*. n° 44 / junho 2016 - setembro 2016a.
- _____. Como Marx e Keynes demarcam o campo da macroeconomia. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*. n° 45 / outubro 2016 - dezembro 2016b.
- PRICE, R.; CHOI, J. N.; VINOKUR, A. D. Links in the chain of adversity following job loss: How financial strain and loss of personal control lead to depression, impaired functioning, and poor health. *Journal of Occupational Health Psychology* 7. 2002.
- QUAGLIO, G.; KARAPIPERIS, T.; WOENSELA, L. V.; ARNOLD, E.; MCDAIDB, D. Austerity and health in Europe. *Health Policy* 113 (2013) 13– 19.
- REEVES, A.; BASU, S.; MCKEE, M.; MARMOT, M.; STUCKLER, D. Austere or not? UK coalition government budgets and health inequalities. *Journal of the Royal Society of Medicine* 106. 2013.
- REEVES, A.; BASU, S.; MCKEE, M. et al. Does investment in the health sector promote or inhibit economic growth. *Global Health*. 2013b.
- _____; MCKEE, M.; BASU, S.; STUCKLER, D. The political economy of austerity and healthcare: Cross-national analysis of expenditure changes in 27 European nations 1995–2011. *Health Policy* 115 (2014).
- _____; MCKEE, M.; STUCKLER, D. The attack on universal health coverage in Europe: recession, austerity and unmet needs. *European Journal of Public Health*, v. 25, n. 3, p. 364-65, 2015.
- ROBINSON, J. Kalecki and Keynes. In: *Contributions to modern economics*. Oxford: Basil Blackwell, p. 53-60, 1978.
- ROSSI, P. Regime Macroeconômico e o Projeto Social-Desenvolvimentista. IPEA. 2015.
- RUCKERT, A.; LABONTÉ, R. The financial crisis and global health: The International Monetary Fund's (IMF) policy response. *Health Promot Int*. 2013.
- _____; PARKER, R. H. Global healthcare policy and the austerity agenda. In: Kuhlmann, E., Blank, R.H., Bourgeault, I.L., Wendt, C. (Eds.), *The Palgrave*

International Handbook of Healthcare Policy and Governance. Palgrave Macmillan UK, London. 2015.

- _____. Health inequities in the age of austerity: The need for social protection policies. *Social Science & Medicine*, Vol. 187, 2017.
- SALVADOR, E. Crise do capital e o socorro do fundo público. In: BOSCHETTI, I. et al. (Orgs.). *Capitalismo em crise, política social e direitos*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 35- 63.
- _____. Fundo Público e o financiamento das Políticas Sociais no Brasil. *SERV. SOC. REV.*, LONDRINA, V. 14, N.2, P. 04-22, JAN./JUN. 2012.
- SAMPAIO JR., P. A. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 112, p. 672-688, Dec. 2012.
- SANTO, M. H. E.; MENDES, Á. N. O fundo público e o capital portador de juros: o papel da dívida pública brasileira no capitalismo contemporâneo. *Revista Pesquisa & Debate*. São Paulo. Vol. 27. N. 1 (49). Mar 2016.
- SCHEFFER, M. O capital estrangeiro e a privatização do sistema de saúde brasileiro. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 4, p. 663-666, 2015.
- SCHRECKER, T. Neoliberalism and health: the linkages and the dangers. *Sociol. Compass* 10, p. 952 e 971. 2016.
- STANDING, G. *The precariat: the new dangerous class*. London, UK: Bloomsbury, 2011.
- STANFORD, J. The failure of corporate tax cuts to stimulate business investment. In: Swift R, ed. *The great revenue robbery*. Ottawa, ON: Canadians for Tax Fairness, 2013.
- SILVA, J. A.; LOURENÇO, A. L. C. Uma análise da evolução dos componentes da demanda agregada: Brasil, anos 2000. *Indicadores Econômicos FEE* 42.1. 2014.
- _____. O crescimento e a desaceleração da economia brasileira (2003-2014) sob a ótica dos regimes de demanda neo-kaleckianos. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política* - Número 44 (jun 2016-set 2016).
- SIMOU, E.; KOUTSOGEORGOU, E. Effects of the economic crisis on health and healthcare in Greece in the literature from 2009 to 2013: a systematic review *Health Policy*, v. 115, n. 2-3, p. 111-119, 2014.
- STUCKLER, D.; BASU, S. *The Body Economic: Why Austerity Kills*. Basic Books. 2013.
- _____. BASU, S.; SUHRCKE, M. COUTTS, Adam. MCKEE, Martin. The public health effect of economic crises and alternative policy responses in Europe: an empirical analysis. *The Lancet*, 374(9686), 315-323. 2009.

- SUHRCKE, M.; STUCKLER, D.; SUK, J. E.; DESAI, M.; SENEK, M. MCKEE, M. et al. The impact of economic crises on communicable disease transmission and control: a systematic review of the evidence. PLOS ONE. 2011.
- TAKASAGO, M.; MOLLO, M. L. R.; GUILHOTO, J. J. M. O Debate Desenvolvimentista no Brasil: discutindo resultados da matriz de insumo-produto. Revista Planejamento e Políticas Públicas (PPP) – nº 48 – jan./jun. 2017.
- TALLEY, I. IMF details errors in calling for austerity. The Wall Street Journal 3 January 2013.
- TEIXEIRA, R. A. Desenvolvimento, dependência e dominância financeira: a economia brasileira e o capitalismo mundial. Tese (Doutorado)–Instituto de Pesquisas Econômicas, Universidade de São Paulo, 2007.
- _____; PINTO, E. C. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 909-941, dez. 2012.
- TERRA, F. H. B. A dívida líquida do setor público no Brasil pós-real: uma interpretação keynesiana. Tese de doutorado. UFRGS. 2011.
- TRINDADE, J. A dívida pública sob a ótica da economia clássica: análise crítica a partir de Marx. Revista Economia Ensaios, Uberlândia (MG), 26 (2), p. 33-48, Jan./Jun. 2012.
- UNCTAD (United Nations Conference on Trade and Development). Growth and poverty eradication: why addressing inequality matters, 2013.
- VIEIRA, F. S. Crise econômica, austeridade fiscal e saúde: que lições podem ser aprendidas? Nota técnica – IPEA – Brasília, agosto de 2016.
- _____; BENEVIDES, R. P. S. Os impactos do novo regime fiscal para o financiamento do Sistema Único de Saúde e para a efetivação do direito à saúde no Brasil. Nota Técnica nº 28. Rio de Janeiro: IPEA, set/2016.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Closing the Gap in a Generation Health Equity through Action on the Social Determinants of Health: Commission on Social Determinants of Health Final Report. Geneva: World Health Organization, 2008.
- _____. Social determinants of health - Key concepts. 2009. Disponível em: <https://www.who.int/social_determinants/thecommission/finalreport/key_concepts/en/> . Acesso em: 14 set. 2018.
- _____. European Observatory on Health and Systems and Policies. Summary: Health, health systems and economic crisis in Europe. Impact and Policy implications; World Health Organization, 2013.

_____. Review of social determinants and the health divide in the WHO European Region: final report. Copenhagen. 2014.

_____. Health in 2015: from MDGs, Millennium Development Goals to SDGs, Sustainable Development Goals. Geneva: World Health Organization, 2015.

WEILLER, J. A. B. Desempenho dos gastos municipais com saúde no município de São Bernardo do Campo: um estudo sobre o instrumento Orçamento por Desempenho. 2014. Dissertação (Mestrado em Serviços de Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

WILKINSON, R. G.; MARMOT, M. G. Social Determinants of Health: the Solid Facts. World Health Organization. Copenhagen. 2003.

APÊNDICE A – TABELAS DE RECURSOS E USOS

Tabelas de Recursos e Usos (TRUs) – 2010 – Brasil (Fonte: IBGE, 2016)

Operações	0191 Agricultura, inclusive o apoio à agricultura e a pós-colheita	0192 Pecuária, inclusive o apoio à pecuária	0280 Produção florestal; pesca e aquicultura	0580 Extração de carvão mineral e de minerais não-metálicos	0680 Extração de petróleo e gás, inclusive as atividades de apoio	0791 Extração de minério de ferro, inclusive beneficiamentos e a aglomeração	0792 Extração de minerais metálicos não- ferrosos, inclusive beneficiamentos	1091 Abate e produtos de carne, inclusive os produtos do laticínio e da pesca	1092 Fabricação e refino de açúcar
Valor adicionado bruto (PIB)	100 111	44 863	14 958	6 592	63 474	36 491	3 408	20 849	9 545
Remunerações	21 587	14 062	1 983	2 772	12 201	3 687	1 507	13 111	6 175
Salários	18 381	12 193	1 647	2 162	8 706	2 692	1 191	10 034	4 792
Contribuições sociais efetivas	3 206	1 869	336	610	3 495	995	316	3 077	1 383
Previdência oficial /FGTS	3 203	1 869	334	584	2 724	861	290	3 007	1 359
Previdência privada	3	0	2	26	771	134	26	70	24
Contribuições sociais imputadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Excedente operacional bruto e rendimento misto bruto	79 479	30 528	12 899	3 710	50 581	32 474	1 827	6 779	2 911
Rendimento misto bruto	45 811	21 852	5 657	169	0	0	0	244	0
Excedente operacional bruto (EOB)	33 668	8 676	7 242	3 541	50 581	32 474	1 827	6 535	2 911
Outros impostos sobre a produção	445	277	85	110	692	330	74	959	459
Outros subsídios à produção	(-) 1 400	(-) 4	(-) 9	0	0	0	0	0	0
Valor da produção	168 861	83 448	20 332	14 838	117 330	56 525	9 864	137 527	44 422
Fator trabalho (ocupações)	6 965 949	7 473 681	1 041 304	138 960	60 278	35 928	31 775	638 392	228 655

Operações	1093 Outros produtos alimentares	1100 Fabricação de bebidas	1200 Fabricação de produtos do fumo	1300 Fabricação de produtos têxteis	1400 Confeção de artefatos do vestuário e acessórios	1500 Fabricação de calçados e de artefatos de couro	1600 Fabricação de produtos da madeira	1700 Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	1800 Impressão e reprodução de gravações
Valor adicionado bruto (PIB)	27 485	17 224	3 595	10 950	22 027	10 553	8 536	15 334	7 518
Remunerações	16 095	5 267	1 148	8 058	12 199	7 847	4 658	7 965	4 217
Salários	12 633	3 995	867	6 415	9 801	6 240	3 781	6 051	3 339
Contribuições sociais efetivas	3 462	1 272	281	1 643	2 398	1 607	877	1 914	878
Previdência oficial /FGTS	3 351	1 193	269	1 631	2 388	1 595	868	1 831	863
Previdência privada	111	79	12	12	10	12	9	83	15
Contribuições sociais imputadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Excedente operacional bruto e rendimento misto bruto	10 226	11 443	2 366	2 574	9 449	2 433	3 662	6 959	3 102
Rendimento misto bruto	2 527	19	0	734	6 034	581	1 358	206	491
Excedente operacional bruto (EOB)	7 699	11 424	2 366	1 840	3 415	1 852	2 304	6 753	2 611
Outros impostos sobre a produção	1 164	514	81	318	379	273	216	410	199
Outros subsídios à produção	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Valor da produção	153 990	53 034	13 405	40 495	48 493	29 273	21 017	56 231	17 323
Fator trabalho (ocupações)	1 115 497	161 508	19 343	623 594	1 748 306	586 106	469 599	198 663	211 376

(continuação)

Operações	1991 Refino de petróleo e coquearias	1992 Fabricação de biocombustíveis	2091 Fabricação de químicos orgânicos e inorgânicos, resinas e elastômeros	2092 Fabricação de defensivos, desinfestantes, tintas e químicos diversos	2093 Fabricação de produtos de limpeza, cosméticos/perfumaria e higiene pessoal	2100 Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	2200 Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	2300 Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	2491 Produção de ferro- gusa/ferroligas, siderurgia e tubos de aço sem costura
Valor adicionado bruto (PIB)	16 329	5 370	14 430	9 028	7 136	19 526	21 322	22 348	16 931
Remunerações	4 075	2 609	6 738	5 842	3 568	6 320	13 312	11 954	8 817
Salários	2 903	2 040	5 042	4 355	2 810	4 835	10 232	9 445	6 674
Contribuições sociais efetivas	1 172	569	1 696	1 487	758	1 485	3 080	2 509	2 143
Previdência oficial /FGTS	842	549	1 516	1 348	723	1 435	3 024	2 452	2 064
Previdência privada	330	20	180	139	35	50	56	57	79

Contribuições sociais imputadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Excedente operacional bruto e rendimento misto bruto	11 680	2 581	7 163	2 884	3 378	12 905	7 412	9 890	7 531
Rendimento misto bruto	0	0	0	0	153	0	218	682	0
Excedente operacional bruto (EOB)	11 680	2 581	7 163	2 884	3 225	12 905	7 194	9 208	7 531
Outros impostos sobre a produção	574	180	529	302	190	301	598	504	583
Outros subsídios à produção	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Valor da produção	226 943	24 324	88 947	47 079	26 590	40 773	72 642	64 127	91 530
Fator trabalho (ocupações)	23 984	88 492	86 072	92 165	186 165	98 575	464 784	628 604	134 030

(continuação)

Operações	2492 Metalurgia de metais não-ferrosos e a fundição de metais	2500 Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	2600 Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	2700 Fabricação de máquinas e equipamentos elétricos	2800 Fabricação de máquinas e equipamentos mecânicos	2991 Fabricação de automóveis, caminhões e ônibus, exceto peças	2992 Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores	3000 Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	3180 Fabricação de móveis e de produtos de indústrias diversas
Valor adicionado bruto (PIB)	7 269	29 401	13 958	14 641	30 905	38 191	23 875	9 449	23 502
Remunerações	4 579	16 938	8 232	10 457	18 897	14 987	15 509	6 121	9 652
Salários	3 511	13 239	6 302	8 046	14 403	11 392	11 936	4 679	7 618
Contribuições sociais efetivas	1 068	3 699	1 930	2 411	4 494	3 595	3 573	1 442	2 034
Previdência oficial /FGTS	1 032	3 629	1 856	2 309	4 346	3 378	3 481	1 378	1 991
Previdência privada	36	70	74	102	148	217	92	64	43
Contribuições sociais imputadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Excedente operacional bruto e rendimento misto bruto	2 431	11 795	5 134	3 713	11 192	22 229	7 692	3 306	13 484
Rendimento misto bruto	0	1 744	0	0	0	0	56	34	1 515
Excedente operacional bruto (EOB)	2 431	10 051	5 134	3 713	11 192	22 229	7 636	3 272	11 969
Outros impostos sobre a produção	259	668	592	471	816	975	674	257	366
Outros subsídios à produção	0	0	0	0	0	0	0	(-) 235	0
Valor da produção	37 782	75 909	64 420	58 616	98 091	156 859	80 869	32 916	50 603
Fator trabalho (ocupações)	116 225	775 627	173 868	243 986	443 313	187 083	369 056	108 211	857 311

(continuação)

Operações	3300 Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	3500 Energia elétrica, gás natural e outras utilidades	3680 Água, esgoto e gestão de resíduos	4180 Construção	4580 Comércio por atacado e varejo	4900 Transporte terrestre	5000 Transporte aquaviário	5100 Transporte aéreo	5280 Armazenamento, atividades auxiliares dos transportes e correio
Valor adicionado bruto (PIB)	17 125	68 868	24 046	206 927	416 229	93 150	3 505	6 257	38 748
Remunerações	7 491	12 131	8 106	81 713	190 200	43 846	2 414	5 052	22 690
Salários	6 060	9 111	6 291	66 155	151 041	35 170	1 877	3 843	17 313
Contribuições sociais efetivas	1 431	3 020	1 815	15 558	39 159	8 676	537	1 209	5 377
Previdência oficial /FGTS	1 386	2 547	1 762	15 085	38 599	8 490	526	1 153	5 012
Previdência privada	45	473	53	473	560	186	11	56	365
Contribuições sociais imputadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Excedente operacional bruto e rendimento misto bruto	9 423	55 638	15 591	122 636	220 121	47 765	912	882	15 115
Rendimento misto bruto	4 384	0	1 323	44 580	59 836	18 905	121	0	911
Excedente operacional bruto (EOB)	5 039	55 638	14 268	78 056	160 285	28 860	791	882	14 204
Outros impostos sobre a produção	211	1 099	349	2 578	5 908	1 539	179	323	943
Outros subsídios à produção	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Valor da produção	42 258	152 676	43 036	447 138	646 676	212 091	10 689	24 950	67 559
Fator trabalho (ocupações)	526 387	142 142	556 819	7 844 451	17 811 999	3 355 494	58 524	62 509	712 116

(continuação)

Operações	5500 Alojamento	5600 Alimentação	5800 Edição e edição integrada à impressão	5980 Atividades de televisão, rádio, cinema e	6100 Telecomunicações	6280 Desenvolvimento de sistemas e outros	6480 Intermediação financeira, seguros e	6800 Atividades imobiliárias	6980 Atividades jurídicas, contábeis, consultoria e sedes de empresas
-----------	--------------------	---------------------	---	--	--------------------------	--	---	---------------------------------	--

	gravação/edição de som e imagem				serviços de informação		previdência complementar		
Valor adicionado bruto (PIB)	8 519	61 685	10 549	12 302	58 171	45 520	224 561	274 420	77 760
Remunerações	5 259	25 316	5 693	6 812	11 169	24 954	90 290	3 898	30 867
Salários	4 267	21 550	4 435	5 275	8 537	19 440	70 303	3 027	24 734
Contribuições sociais efetivas	992	3 766	1 258	1 537	2 632	5 514	19 987	871	6 133
Previdência oficial /FGTS	973	3 733	1 189	1 433	2 409	5 313	15 074	839	5 814
Previdência privada	19	33	69	104	223	201	4 913	32	319
Contribuições sociais imputadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Excedente operacional bruto e rendimento misto bruto	3 089	35 720	4 649	4 763	44 052	19 821	130 442	270 357	45 960
Rendimento misto bruto	804	20 501	602	338	434	4 584	1 631	3 973	22 853
Excedente operacional bruto (EOB)	2 285	15 219	4 047	4 425	43 618	15 237	128 811	266 384	23 107
Outros impostos sobre a produção	171	649	207	727	2 950	745	3 829	165	933
Outros subsídios à produção	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Valor da produção	15 069	125 593	22 843	28 175	132 637	67 574	362 692	296 205	114 052
Fator trabalho (ocupações)	378 206	4 313 306	170 294	162 924	200 805	618 627	1 081 093	344 380	1 504 892

(continuação)

Operações	7180 Serviços de arquitetura, engenharia, testes/análises técnicas e P & D	7380 Outras atividades profissionais, científicas e técnicas	7700 Aluguéis não-imobiliários e gestão de ativos de propriedade intelectual	7880 Outras atividades administrativas e serviços complementares	8000 Atividades de vigilância, segurança e investigação	8400 Administração pública, defesa e seguridade social	8591 Educação pública	8592 Educação privada	8691 Saúde pública
Valor adicionado bruto (PIB)	30 003	19 285	16 106	85 574	16 990	343 319	127 157	36 830	67 369
Remunerações	13 928	6 735	5 787	54 570	14 576	302 164	120 980	32 515	64 022
Salários	11 142	5 444	4 695	42 523	11 294	216 062	104 220	27 269	52 938
Contribuições sociais efetivas	2 786	1 291	1 092	12 047	3 282	41 470	14 100	5 246	7 664
Previdência oficial /FGTS	2 740	1 277	1 074	11 878	3 241	41 242	14 082	5 044	7 663
Previdência privada	46	14	18	169	41	228	18	202	1
Contribuições sociais imputadas	0	0	0	0	0	44 632	2 660	0	3 420
Excedente operacional bruto e rendimento misto bruto	16 322	12 337	10 088	29 379	1 977	41 139	6 173	3 370	3 347
Rendimento misto bruto	7 166	4 668	709	3 333	680	0	0	3 124	0
Excedente operacional bruto (EOB)	9 156	7 669	9 379	26 046	1 297	41 139	6 173	246	3 347
Outros impostos sobre a produção	376	213	231	1 625	437	16	4	945	0
Outros subsídios à produção	(-) 623	0	0	0	0	0	0	0	0
Valor da produção	46 863	58 081	25 264	124 594	20 741	484 385	159 171	57 025	352 103
Fator trabalho (ocupações)	529 259	412 661	287 433	3 519 835	718 939	5 158 576	3 803 182	1 815 902	737 352

(continuação)

Operações	8692 Saúde privada	9080 Atividades artísticas, criativas e de espetáculos	9480 Organizações associativas e outros serviços pessoais	9700 Serviços domésticos	Total do produto
Valor adicionado bruto (PIB)	62 184	14 312	47 911	40 334	3 302 840
Remunerações	36 420	6 990	28 122	40 334	1 618 190
Salários	29 977	6 212	24 311	38 387	1 277 285
Contribuições sociais efetivas	6 443	778	3 811	1 947	290 193
Previdência oficial /FGTS	6 260	766	3 726	1 947	277 850
Previdência privada	183	12	85	0	12 343
Contribuições sociais imputadas	0	0	0	0	50 712
Excedente operacional bruto e rendimento misto bruto	24 646	7 186	19 060	0	1 641 762
Rendimento misto bruto	15 984	4 542	14 801	0	330 872
Excedente operacional bruto (EOB)	8 662	2 644	4 259	0	1 310 890
Outros impostos sobre a produção	1 118	136	729	0	45 159
Outros subsídios à produção	0	0	0	0	(-) 2 271

Valor da produção	114 420	23 299	104 279	40 334	6 599 149
Fator trabalho (ocupações)	2 198 528	926 849	3 730 870	6 780 014	98 116 218

(continuação)

Tabelas de Recursos e Usos (TRUs) – 2015 – Brasil (Fonte: IBGE, 2018)

Operações	0191 Agricultura, inclusive o apoio à agricultura e a pós-colheita	0192 Pecuária, inclusive o apoio à pecuária	0280 Produção florestal; pesca e aquicultura	0580 Extração de carvão mineral e de minerais não-metálicos	0680 Extração de petróleo e gás, inclusive as atividades de apoio	0791 Extração de minério de ferro, inclusive beneficiamentos e a aglomeração	0792 Extração de minerais metálicos não-ferrosos, inclusive beneficiamentos	1091 Abate e produtos de carne, inclusive os produtos do laticínio e da pesca	1092 Fabricação e refino de açúcar
Valor adicionado bruto (PIB)	163 127	71 449	24 391	8 855	73 556	23 916	4 442	40 377	7 388
Remunerações	26 121	21 490	2 199	4 040	22 138	4 349	2 264	25 736	8 420
Salários	22 254	18 575	1 856	3 224	15 849	3 469	1 736	20 196	6 247
Contribuições sociais efetivas	3 867	2 915	343	816	6 289	880	528	5 540	2 173
Previdência oficial /FGTS	3 866	2 915	341	795	4 945	818	504	5 445	2 149
Previdência privada	1	0	2	21	1 344	62	24	95	24
Contribuições sociais imputadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Excedente operacional bruto e rendimento misto bruto	146 514	49 563	22 111	4 729	50 208	19 249	2 040	12 887	(-) 1 467
Rendimento misto bruto	77 633	37 454	11 309	394	0	0	0	408	0
Excedente operacional bruto (EOB)	68 881	12 109	10 802	4 335	50 208	19 249	2 040	12 479	(-) 1 467
Outros impostos sobre a produção	1 255	564	123	177	1 210	354	138	1 875	604
Outros subsídios à produção	(-) 10 763	(-) 168	(-) 42	(-) 91	0	(-) 36	0	(-) 121	(-) 169
Valor da produção	309 301	137 018	32 411	19 733	171 984	52 753	16 103	255 198	48 066
Fator trabalho (ocupações)	5 972 110	6 200 828	964 588	134 859	68 449	50 343	33 905	736 988	181 114

Operações	1093 Outros produtos alimentares	1100 Fabricação de bebidas	1200 Fabricação de produtos do fumo	1300 Fabricação de produtos têxteis	1400 Confecção de artefatos do vestuário e acessórios	1500 Fabricação de calçados e de artefatos de couro	1600 Fabricação de produtos da madeira	1700 Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	1800 Impressão e reprodução de gravações
Valor adicionado bruto (PIB)	48 541	22 923	4 258	13 375	24 929	13 536	9 840	22 787	8 396
Remunerações	28 893	8 407	1 379	9 992	17 703	9 781	5 910	11 483	5 677
Salários	22 969	6 604	1 065	8 174	14 039	8 076	4 889	9 106	4 608
Contribuições sociais efetivas	5 924	1 803	314	1 818	3 664	1 705	1 021	2 377	1 069
Previdência oficial /FGTS	5 772	1 743	286	1 795	3 627	1 685	990	2 155	998
Previdência privada	152	60	28	23	37	20	31	222	71
Contribuições sociais imputadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Excedente operacional bruto e rendimento misto bruto	17 679	13 846	2 778	2 995	6 643	3 346	3 712	10 777	2 485
Rendimento misto bruto	3 324	21	0	1 437	5 567	460	1 521	246	576
Excedente operacional bruto (EOB)	14 355	13 825	2 778	1 558	1 076	2 886	2 191	10 531	1 909
Outros impostos sobre a produção	2 126	717	101	419	583	409	264	645	234
Outros subsídios à produção	(-) 157	(-) 47	0	(-) 31	0	0	(-) 46	(-) 118	0
Valor da produção	253 228	76 444	15 084	46 430	61 302	40 232	26 588	80 337	19 473
Fator trabalho (ocupações)	1 236 883	192 632	18 171	619 475	1 695 059	488 656	381 692	201 698	199 031

(continuação)

Operações	1991 Refino de petróleo e coquerias	1992 Fabricação de biocombustíveis	2091 Fabricação de químicos orgânicos e inorgânicos, resinas e elastômeros	2092 Fabricação de defensivos, desinfestantes, tintas e químicos diversos	2093 Fabricação de produtos de limpeza, cosméticos/perfumaria e higiene pessoal	2100 Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	2200 Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	2300 Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	2491 Produção de ferro-gusa/ferroligas, siderurgia e tubos de aço sem costura
Valor adicionado bruto (PIB)	36 427	8 680	25 439	15 095	8 397	23 147	26 077	27 750	21 747
Remunerações	6 968	6 275	11 285	9 342	5 589	11 215	20 552	20 003	12 073
Salários	4 718	4 849	8 698	7 172	4 411	8 608	16 060	16 198	9 483
Contribuições sociais efetivas	2 250	1 426	2 587	2 170	1 178	2 607	4 492	3 805	2 590
Previdência oficial /FGTS	1 617	1 399	2 365	2 010	1 141	2 465	4 394	3 651	2 377
Previdência privada	633	27	222	160	37	142	98	154	213
Contribuições sociais imputadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Excedente operacional bruto e rendimento misto bruto	28 675	2 231	13 230	5 183	2 469	11 449	4 758	7 039	8 988
Rendimento misto bruto	0	0	0	0	540	0	245	1 049	0
Excedente operacional bruto (EOB)	28 675	2 231	13 230	5 183	1 929	11 449	4 513	5 990	8 988
Outros impostos sobre a produção	1 007	372	969	570	339	514	945	855	766
Outros subsídios à produção	(-) 223	(-) 198	(-) 45	0	0	(-) 31	(-) 178	(-) 147	(-) 80
Valor da produção	373 349	42 841	145 533	74 484	40 475	57 972	101 171	89 569	101 592
Fator trabalho (ocupações)	23 131	107 197	101 155	95 169	140 031	102 511	445 991	654 035	123 856

(continuação)

Operações	2492 Metalurgia de metais não-ferrosos e a fundição de metais	2500 Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	2600 Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	2700 Fabricação de máquinas e equipamentos elétricos	2800 Fabricação de máquinas e equipamentos mecânicos	2991 Fabricação de automóveis, caminhões e ônibus, exceto peças	2992 Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores	3000 Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	3180 Fabricação de móveis e de produtos de indústrias diversas
Valor adicionado bruto (PIB)	12 555	34 302	13 715	17 037	37 643	22 410	18 416	12 065	31 376
Remunerações	5 838	22 659	10 116	14 442	28 171	20 227	17 896	9 718	16 132
Salários	4 697	18 016	8 025	11 366	22 343	15 645	15 091	7 972	13 189
Contribuições sociais efetivas	1 141	4 643	2 091	3 076	5 828	4 582	2 805	1 746	2 943
Previdência oficial /FGTS	1 082	4 409	2 038	2 975	5 541	4 384	2 728	1 636	2 812
Previdência privada	59	234	53	101	287	198	77	110	131
Contribuições sociais imputadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Excedente operacional bruto e rendimento misto bruto	6 353	10 815	2 831	2 034	8 546	1 349	11	1 947	14 643
Rendimento misto bruto	(-) 11	2 775	0	0	0	0	39	16	1 373
Excedente operacional bruto (EOB)	6 364	8 040	2 831	2 034	8 546	1 349	(-) 28	1 931	13 270
Outros impostos sobre a produção	405	926	768	671	1 215	1 160	775	474	643
Outros subsídios à produção	(-) 41	(-) 98	0	(-) 110	(-) 289	(-) 326	(-) 266	(-) 74	(-) 42
Valor da produção	57 162	91 269	85 209	71 998	120 638	146 446	70 497	51 015	70 398
Fator trabalho (ocupações)	100 824	724 817	144 018	222 892	410 002	170 072	287 368	114 099	785 915

(continuação)

Operações	3300 Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	3500 Energia eléctrica, gás natural e outras utilidades	3680 Água, esgoto e gestão de resíduos	4180 Construção	4580 Comércio por atacado e varejo	4900 Transporte terrestre	5000 Transporte aquaviário	5100 Transporte aéreo	5280 Armazenamento, atividades auxiliares dos transportes e correio
Valor adicionado bruto (PIB)	22 185	85 454	37 718	296 018	685 715	145 771	8 758	6 882	65 090
Remunerações	11 883	16 133	16 809	126 609	344 668	78 373	5 048	7 103	40 882
Salários	9 638	11 522	12 873	102 086	275 177	64 190	4 137	5 903	32 037
Contribuições sociais efetivas	2 245	4 611	3 936	24 523	69 491	14 183	911	1 200	8 845
Previdência oficial /FGTS	2 128	3 611	3 647	23 733	68 686	13 877	882	1 179	7 868
Previdência privada	117	1 000	289	790	805	306	29	21	977
Contribuições sociais imputadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Excedente operacional bruto e rendimento misto bruto	9 915	68 014	20 299	165 926	331 187	66 875	3 340	(-) 758	22 669
Rendimento misto bruto	3 900	0	1 755	79 250	77 100	20 784	329	0	956
Excedente operacional bruto (EOB)	6 015	68 014	18 544	86 676	254 087	46 091	3 011	(-) 758	21 713
Outros impostos sobre a produção	387	2 114	656	4 023	11 277	2 944	370	574	1 611
Outros subsídios à produção	0	(-) 807	(-) 46	(-) 540	(-) 1 417	(-) 2 421	0	(-) 37	(-) 72
Valor da produção	62 460	260 753	62 845	632 308	1 100 763	332 855	20 080	37 338	115 144
Fator trabalho (ocupações)	509 033	153 226	524 195	8 639 884	18 873 373	3 779 892	58 938	56 660	815 610

(continuação)

Operações	5500 Alojamento	5600 Alimentação	5800 Edição e edição integrada à impressão	5980 Atividades de televisão, rádio, cinema e gravação/edição de som e imagem	6100 Telecomunicações	6280 Desenvolvimento de sistemas e outros serviços de informação	6480 Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	6800 Atividades imobiliárias	6980 Atividades jurídicas, contábeis, consultoria e sedes de empresas
Valor adicionado bruto (PIB)	13 125	109 507	8 757	19 242	65 303	82 702	365 277	498 884	125 525
Remunerações	9 604	47 868	6 996	10 394	17 317	46 704	143 243	6 713	52 463
Salários	8 061	40 121	5 606	8 727	12 978	37 524	110 559	5 378	42 869
Contribuições sociais efetivas	1 543	7 747	1 390	1 667	4 339	9 180	32 684	1 335	9 594
Previdência oficial /FGTS	1 515	7 699	1 315	1 590	3 545	8 632	27 726	1 298	8 738
Previdência privada	28	48	75	77	794	548	4 958	37	856
Contribuições sociais imputadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Excedente operacional bruto e rendimento misto bruto	3 198	60 265	1 524	7 575	43 380	34 428	214 757	491 813	71 059
Rendimento misto bruto	955	34 486	417	748	533	7 105	2 160	4 533	28 590
Excedente operacional bruto (EOB)	2 243	25 779	1 107	6 827	42 847	27 323	212 597	487 280	42 469
Outros impostos sobre a produção	323	1 374	237	1 273	4 701	1 570	7 277	358	2 003
Outros subsídios à produção	0	0	0	0	(-) 95	0	0	0	0
Valor da produção	23 990	223 426	20 486	43 404	161 039	125 537	574 611	545 929	187 868
Fator trabalho (ocupações)	445 903	4 940 057	166 749	174 489	233 286	775 233	1 199 865	417 053	1 710 900

(continuação)

Operações	7180 Serviços de arquitetura, engenharia, testes/análises técnicas e P & D	7380 Outras atividades profissionais, científicas e técnicas	7700 Aluguéis não-imobiliários e gestão de ativos de propriedade intelectual	7880 Outras atividades administrativas e serviços complementares	8000 Atividades de vigilância, segurança e investigação	8400 Administração pública, defesa e seguridade social	8591 Educação pública	8592 Educação privada	8691 Saúde pública
Valor adicionado bruto (PIB)	44 866	33 439	29 535	146 846	32 943	509 142	257 301	76 655	119 113
Remunerações	21 956	11 200	10 547	99 876	28 312	438 035	246 146	68 720	676
Salários	17 629	9 031	8 432	80 791	22 229	314 574	205 444	56 800	93 245
Contribuições sociais efetivas	4 327	2 169	2 115	19 085	6 083	59 590	38 066	11 920	14 951
Previdência oficial /FGTS	4 267	2 143	2 081	18 885	6 042	58 951	37 912	11 901	14 931
Previdência privada	60	26	34	200	41	639	154	19	20
Contribuições sociais imputadas	0	0	0	0	0	63 871	2 636	0	5 480

Excedente operacional bruto e rendimento misto bruto	22 840	21 856	18 764	44 318	3 759	70 971	11 151	5 871	5 467
Rendimento misto bruto	10 248	5 467	684	6 437	892	0	0	5 307	0
Excedente operacional bruto (EOB)	12 592	16 389	18 080	37 881	2 867	70 971	11 151	564	5 467
Outros impostos sobre a produção	712	383	454	2 724	872	136	4	2 064	1
Outros subsídios à produção	(-) 642	0	(-) 230	(-) 72	0	0	0	0	0
Valor da produção	70 844	94 350	45 657	208 430	39 955	719 620	309 034	110 787	179
Fator trabalho (ocupações)	584 968	502 393	328 703	4 133 277	864 070	5 093 330	4 170 739	2 484 459	155
									1 903
									462

(continuação)

Operações	8692 Saúde privada	9080 Atividades artísticas, criativas e de espetáculos	9480 Organizações associativas e outros serviços pessoais	9700 Serviços domésticos	Total do produto
Valor adicionado bruto (PIB)	133 287	19 139	71 031	61 996	5 155 601
Remunerações	67 773	10 977	39 513	61 996	2 672 020
Salários	58 386	9 416	33 222	58 786	2 126 848
Contribuições sociais efetivas	9 387	1 561	6 291	3 210	473 185
Previdência oficial /FGTS	9 342	1 531	6 187	3 210	454 905
Previdência privada	45	30	104	0	18 280
Contribuições sociais imputadas	0	0	0	0	71 987
Excedente operacional bruto e rendimento misto bruto	63 341	7 912	30 470	0	2 424 832
Rendimento misto bruto	31 064	5 252	24 089	0	499 417
Excedente operacional bruto (EOB)	32 277	2 660	6 381	0	1 925 415
Outros impostos sobre a produção	2 209	250	1 048	0	79 101
Outros subsídios à produção	(-) 36	0	0	0	(-) 20 352
Valor da produção	222 681	34 631	145 590	61 996	10 226 869
Fator trabalho (ocupações)	2 908 293	986 109	4 000 141	6 381 222	101 945 076

(continuação)

APÊNDICE B – MATRIZES DE INSUMO-PRODUTO (MIPs)

Matriz de impacto intersetorial - Matriz de Leontief – 2010 – Brasil (Fonte: IBGE, 2016)

Código da atividade nível 67	Descrição da atividade nível 67	0191 Agricultura, inclusive o apoio à agricultura e a pós-colheita	0192 Pecuária, inclusive o apoio à pecuária	0280 Produção florestal; pesca e aquicultura	0580 Extração de carvão mineral e de minerais não-metálicos	0680 Extração de petróleo e gás, inclusive as atividades de apoio	0791 Extração de minério de ferro, inclusive beneficiamentos e a aglomeração	0792 Extração de minerais metálicos não-ferrosos, inclusive beneficiamentos
0191	Agricultura, inclusive o apoio à agricultura e a pós-colheita	1,031136	0,058112	0,013290	0,007485	0,002882	0,002434	0,005526
0192	Pecuária, inclusive o apoio à pecuária	0,003948	1,044180	0,007041	0,000984	0,000371	0,000242	0,000610
0280	Produção florestal; pesca e aquicultura	0,004341	0,010410	1,064856	0,000876	0,000500	0,000453	0,000781
0580	Extração de carvão mineral e de minerais não-metálicos	0,004474	0,005471	0,001242	1,020801	0,004055	0,000829	0,001910
0680	Extração de petróleo e gás, inclusive as atividades de apoio	0,024984	0,020899	0,012741	0,029847	1,068476	0,019918	0,045119
0791	Extração de minério de ferro, inclusive beneficiamentos e a aglomeração	0,000380	0,000640	0,000224	0,001416	0,002402	1,013596	0,004603
0792	Extração de minerais metálicos não-ferrosos, inclusive beneficiamentos	0,000353	0,000349	0,000140	0,000741	0,000960	0,000527	1,045410
1091	Abate e produtos de carne, inclusive os produtos do laticínio e da pesca	0,001253	0,024024	0,003942	0,000675	0,000315	0,000244	0,000471
1092	Fabricação e refino de açúcar	0,003171	0,004406	0,001638	0,003833	0,002021	0,001712	0,003999
1093	Outros produtos alimentares	0,010692	0,074610	0,019750	0,008965	0,001371	0,001373	0,002777
1100	Fabricação de bebidas	0,000213	0,000308	0,000142	0,000381	0,000422	0,000294	0,000541
1200	Fabricação de produtos do fumo	0,000012	0,000016	0,000006	0,000012	0,000007	0,000009	0,000015
1300	Fabricação de produtos têxteis	0,003659	0,000996	0,000512	0,012920	0,001382	0,000479	0,001152
1400	Confecção de artefatos do vestuário e acessórios	0,000372	0,000368	0,000820	0,000997	0,001165	0,000380	0,000640
1500	Fabricação de calçados e de artefatos de couro	0,000128	0,000203	0,000063	0,000533	0,000118	0,000100	0,000182
1600	Fabricação de produtos da madeira	0,002469	0,002989	0,000808	0,001201	0,000698	0,000736	0,001204
1700	Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	0,004469	0,006010	0,002340	0,004618	0,002782	0,003218	0,005419
1800	Impressão e reprodução de gravações	0,001127	0,001548	0,000842	0,001866	0,001337	0,001239	0,002123
1991	Refino de petróleo e coquerias	0,078125	0,065149	0,041431	0,095431	0,032038	0,057550	0,144723
1992	Fabricação de biocombustíveis	0,003187	0,003211	0,001580	0,003807	0,002494	0,001928	0,004725
2091	Fabricação de químicos orgânicos e inorgânicos, resinas e elastômeros	0,130908	0,039473	0,018135	0,034083	0,018338	0,006249	0,016218
2092	Fabricação de defensivos, desinfestantes, tintas e químicos diversos	0,055103	0,015700	0,003712	0,095279	0,004645	0,004880	0,012453
2093	Fabricação de produtos de limpeza, cosméticos/perfumaria e higiene pessoal	0,002402	0,001643	0,000409	0,002712	0,001057	0,001262	0,002090
2100	Fabricação de produtos farmacêuticos e farmacêuticos	0,002995	0,028049	0,001184	0,000633	0,000585	0,000202	0,000343
2200	Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	0,007028	0,007725	0,003647	0,014776	0,004940	0,009014	0,010948
2300	Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	0,011963	0,018295	0,003135	0,006802	0,003983	0,002678	0,004726
2491	Produção de ferro-gusa/ferroligas, siderurgia e tubos de aço sem costura	0,003481	0,005937	0,002119	0,013648	0,023296	0,008756	0,023159
2492	Metalurgia de metais não-ferrosos e a fundição de metais	0,002263	0,001895	0,000835	0,003936	0,002840	0,002386	0,011773

2500	Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	0,004593	0,007352	0,002931	0,010405	0,014405	0,013393	0,025250
2600	Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	0,000589	0,000653	0,000366	0,001756	0,002663	0,001204	0,002321
2700	Fabricação de máquinas e equipamentos elétricos	0,002078	0,002872	0,001224	0,005105	0,003935	0,003353	0,006661
2800	Fabricação de máquinas e equipamentos mecânicos	0,001915	0,002124	0,001613	0,014792	0,026657	0,033653	0,054182
2991	Fabricação de automóveis, caminhões e ônibus, exceto peças	0,000352	0,000431	0,000194	0,000526	0,000314	0,000379	0,000611
2992	Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores	0,002716	0,003391	0,001794	0,004537	0,003160	0,003629	0,006602
3000	Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	0,000225	0,000259	0,000181	0,000621	0,000427	0,000496	0,000888
3180	Fabricação de móveis e de produtos de indústrias diversas	0,000577	0,000620	0,000506	0,001180	0,001140	0,001013	0,001489
3300	Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	0,004712	0,004459	0,005387	0,040187	0,019752	0,017636	0,048938
3500	Energia elétrica, gás natural e outras utilidades	0,050310	0,058364	0,020911	0,061146	0,009338	0,024302	0,049656
3680	Água, esgoto e gestão de resíduos	0,001785	0,001672	0,000761	0,004492	0,002102	0,002961	0,005825
4180	Construção	0,001986	0,003170	0,001245	0,003305	0,020722	0,019726	0,026640
4580	Comércio por atacado e varejo	0,068516	0,094624	0,034479	0,075629	0,039703	0,050037	0,093287
4900	Transporte terrestre	0,040269	0,046119	0,032284	0,063313	0,039307	0,044523	0,069347
5000	Transporte aquaviário	0,001276	0,001058	0,000489	0,001262	0,017266	0,000657	0,002142
5100	Transporte aéreo	0,001300	0,001224	0,000688	0,002181	0,008462	0,001304	0,003739
5280	Armazenamento, atividades auxiliares dos transportes e correio	0,008253	0,006510	0,004943	0,008340	0,021043	0,022459	0,032705
5500	Alojamento	0,000511	0,000581	0,000343	0,001059	0,001161	0,000931	0,001467
5600	Alimentação	0,000764	0,000850	0,000531	0,001509	0,001911	0,000812	0,001771
5800	Edição e edição integrada à impressão	0,000655	0,000749	0,000385	0,000929	0,000752	0,000552	0,000894
5980	Atividades de televisão, rádio, cinema e gravação/edição de som e imagem	0,001850	0,003795	0,001870	0,003595	0,003089	0,001691	0,002898
6100	Telecomunicações	0,004279	0,005083	0,002607	0,009097	0,009934	0,005592	0,010048
6280	Desenvolvimento de sistemas e outros serviços de informação	0,002636	0,003087	0,001409	0,003979	0,003266	0,004812	0,005753
6480	Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	0,032335	0,032635	0,019893	0,051083	0,034924	0,037505	0,054387
6800	Atividades imobiliárias	0,003496	0,004326	0,002014	0,006112	0,005157	0,003650	0,006839
6980	Atividades jurídicas, contábeis, consultoria e sedes de empresas	0,015450	0,015105	0,007156	0,048049	0,055492	0,021953	0,034169
7180	Serviços de arquitetura, engenharia, testes/análises técnicas e P & D	0,005793	0,003884	0,001377	0,007756	0,018169	0,007848	0,014789
7380	Outras atividades profissionais, científicas e técnicas	0,004271	0,008993	0,004436	0,008307	0,007061	0,003831	0,006536
7700	Aluguéis não-imobiliários e gestão de ativos de propriedade intelectual	0,002177	0,002101	0,002964	0,008517	0,010678	0,003725	0,011531
7880	Outras atividades administrativas e serviços complementares	0,006729	0,007681	0,004288	0,036116	0,010474	0,010428	0,019294
8000	Atividades de vigilância, segurança e investigação	0,001696	0,001793	0,000947	0,002725	0,002346	0,002416	0,003824
8400	Administração pública, defesa e seguridade social	0,002284	0,002821	0,001200	0,003759	0,003948	0,002743	0,004310
8591	Educação pública	0,000136	0,000140	0,000048	0,000315	0,000272	0,000365	0,000267
8592	Educação privada	0,000610	0,000652	0,000341	0,001438	0,001400	0,001989	0,002537
8691	Saúde pública	0,000008	0,000008	0,000002	0,000011	0,000013	0,000027	0,000012

8692	Saúde privada	0,000044	0,000055	0,000025	0,000077	0,000065	0,000047	0,000086
9080	Atividades artísticas, criativas e de espetáculos	0,000244	0,000474	0,000237	0,000475	0,000411	0,000244	0,000411
9480	Organizações associativas e outros serviços pessoais	0,001518	0,001526	0,001318	0,003561	0,003652	0,003524	0,005229
9700	Serviços domésticos	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000

Código da atividade nível 67	Descrição da atividade nível 67	1091 Abate e produtos de carne, inclusive os produtos do laticínio e da pesca	1092 Fabricação e refino de açúcar	1093 Outros produtos alimentares	1100 Fabricação de bebidas	1200 Fabricação de produtos do fumo	1300 Fabricação de produtos têxteis	1400 Confeção de artefatos do vestuário e acessórios
0191	Agricultura, inclusive o apoio à agricultura e a pós-colheita	0,078246	0,492289	0,284686	0,052217	0,361847	0,104843	0,026926
0192	Pecuária, inclusive o apoio à pecuária	0,400616	0,004600	0,022295	0,002989	0,020369	0,003362	0,001971
0280	Produção florestal; pesca e aquicultura	0,014272	0,002434	0,005335	0,002268	0,007262	0,003743	0,002085
0580	Extração de carvão mineral e de minerais não-metálicos	0,003345	0,003132	0,004031	0,003070	0,002091	0,003418	0,001081
0680	Extração de petróleo e gás, inclusive as atividades de apoio	0,023149	0,029297	0,027267	0,018053	0,014426	0,019395	0,008538
0791	Extração de minério de ferro, inclusive beneficiamentos e a aglomeração	0,000929	0,000467	0,000775	0,001861	0,000360	0,000446	0,000366
0792	Extração de minerais metálicos não-ferrosos, inclusive beneficiamentos	0,000622	0,000367	0,000687	0,000703	0,000296	0,000396	0,000307
1091	Abate e produtos de carne, inclusive os produtos do laticínio e da pesca	1,102460	0,000948	0,010444	0,001965	0,001156	0,000612	0,000439
1092	Fabricação e refino de açúcar	0,006500	1,038514	0,022758	0,018449	0,001759	0,002020	0,000920
1093	Outros produtos alimentares	0,106085	0,006788	1,111912	0,041272	0,006998	0,004145	0,002425
1100	Fabricação de bebidas	0,002938	0,000314	0,000628	1,135232	0,000361	0,000359	0,000286
1200	Fabricação de produtos do fumo	0,000030	0,000012	0,000031	0,000019	1,104247	0,000026	0,000023
1300	Fabricação de produtos têxteis	0,001354	0,004904	0,003095	0,001614	0,001815	1,234164	0,249568
1400	Confeção de artefatos do vestuário e acessórios	0,000668	0,000604	0,000733	0,000767	0,000588	0,003191	1,041924
1500	Fabricação de calçados e de artefatos de couro	0,000304	0,000115	0,000328	0,000240	0,000175	0,000347	0,000531
1600	Fabricação de produtos da madeira	0,002353	0,001526	0,003382	0,003019	0,001904	0,002015	0,002722
1700	Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	0,023040	0,004616	0,023700	0,011719	0,075334	0,024299	0,017530
1800	Impressão e reprodução de gravações	0,003194	0,002046	0,003593	0,009073	0,003654	0,002532	0,002624
1991	Refino de petróleo e coquerias	0,073103	0,095957	0,082779	0,052948	0,044097	0,048724	0,024252
1992	Fabricação de biocombustíveis	0,003815	0,009610	0,006994	0,004597	0,001775	0,001979	0,000958
2091	Fabricação de químicos orgânicos e inorgânicos, resinas e elastômeros	0,030303	0,070686	0,052343	0,022683	0,053603	0,118854	0,030189
2092	Fabricação de defensivos, desinfestantes, tintas e químicos diversos	0,016178	0,028690	0,031157	0,010893	0,023318	0,023045	0,007847
2093	Fabricação de produtos de limpeza, cosméticos/perfumaria e higiene pessoal	0,002050	0,001984	0,002769	0,001894	0,001679	0,002508	0,001755
2100	Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	0,011238	0,001636	0,002221	0,000745	0,001736	0,001622	0,001312
2200	Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	0,021579	0,010040	0,038938	0,055694	0,005912	0,013147	0,009783
2300	Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	0,009254	0,008791	0,010949	0,026166	0,005502	0,003748	0,002179

2491	Produção de ferro-gusa/ferroligas, siderurgia e tubos de aço sem costura	0,008842	0,004361	0,007297	0,017709	0,003349	0,004215	0,003474
2492	Metalurgia de metais não-ferrosos e a fundição de metais	0,003879	0,002313	0,004537	0,003457	0,001926	0,002629	0,002061
2500	Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	0,015294	0,005930	0,013388	0,056001	0,004961	0,006231	0,004710
2600	Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	0,001263	0,001091	0,001281	0,001579	0,001105	0,001074	0,001223
2700	Fabricação de máquinas e equipamentos elétricos	0,003192	0,002830	0,003290	0,003555	0,002260	0,004362	0,002433
2800	Fabricação de máquinas e equipamentos mecânicos	0,003451	0,003596	0,003537	0,005496	0,002035	0,003013	0,002686
2991	Fabricação de automóveis, caminhões e ônibus, exceto peças	0,000714	0,001650	0,000812	0,000628	0,000453	0,000697	0,000515
2992	Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores	0,006306	0,005107	0,007440	0,006518	0,003255	0,004443	0,003556
3000	Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	0,000521	0,000523	0,000626	0,000578	0,000275	0,000379	0,000344
3180	Fabricação de móveis e de produtos de indústrias diversas	0,001078	0,000887	0,001375	0,001981	0,000741	0,002042	0,018851
3300	Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	0,009511	0,014730	0,008670	0,012103	0,006489	0,011220	0,011308
3500	Energia elétrica, gás natural e outras utilidades	0,043350	0,030836	0,043523	0,030941	0,032542	0,076768	0,025173
3680	Água, esgoto e gestão de resíduos	0,003351	0,003249	0,004452	0,008105	0,002257	0,004246	0,002431
4180	Construção	0,003619	0,003370	0,003718	0,004216	0,002615	0,003590	0,002382
4580	Comércio por atacado e varejo	0,153518	0,070294	0,154159	0,104226	0,094939	0,114159	0,112370
4900	Transporte terrestre	0,096661	0,098521	0,125269	0,092885	0,043308	0,059084	0,041430
5000	Transporte aquaviário	0,004251	0,002282	0,002922	0,001158	0,001365	0,001588	0,000874
5100	Transporte aéreo	0,002832	0,001886	0,002884	0,002812	0,003474	0,002445	0,001798
5280	Armazenamento, atividades auxiliares dos transportes e correio	0,020172	0,035487	0,023229	0,033522	0,009449	0,011751	0,007333
5500	Alojamento	0,001477	0,000966	0,001496	0,001323	0,001757	0,001117	0,000836
5600	Alimentação	0,001416	0,001204	0,001976	0,001734	0,001460	0,001395	0,001027
5800	Edição e edição integrada à impressão	0,001399	0,000993	0,001569	0,003913	0,001916	0,001043	0,000898
5980	Atividades de televisão, rádio, cinema e gravação/edição de som e imagem	0,007787	0,003809	0,008771	0,031001	0,012743	0,003896	0,004872
6100	Telecomunicações	0,013127	0,012500	0,017549	0,021856	0,009921	0,016059	0,021157
6280	Desenvolvimento de sistemas e outros serviços de informação	0,006852	0,004122	0,008405	0,007571	0,007276	0,004988	0,004048
6480	Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	0,057094	0,059620	0,054736	0,049496	0,052514	0,046960	0,036535
6800	Atividades imobiliárias	0,009200	0,007534	0,009244	0,008150	0,007467	0,011231	0,010524
6980	Atividades jurídicas, contábeis, consultoria e sedes de empresas	0,038058	0,032032	0,050541	0,039738	0,065280	0,025954	0,015931
7180	Serviços de arquitetura, engenharia, testes/análises técnicas e P & D	0,009930	0,012318	0,010067	0,008705	0,013693	0,008791	0,005709
7380	Outras atividades profissionais, científicas e técnicas	0,018352	0,008669	0,020551	0,075036	0,030741	0,008664	0,010814
7700	Aluguéis não-imobiliários e gestão de ativos de propriedade intelectual	0,003845	0,006428	0,005348	0,006221	0,003528	0,003236	0,002636
7880	Outras atividades administrativas e serviços complementares	0,014651	0,017863	0,017397	0,028248	0,018138	0,014525	0,011069
8000	Atividades de vigilância, segurança e investigação	0,004146	0,004945	0,004389	0,004911	0,010998	0,003163	0,002355
8400	Administração pública, defesa e seguridade social	0,005020	0,004178	0,007392	0,011047	0,008241	0,003217	0,002465
8591	Educação pública	0,000262	0,000223	0,000339	0,000348	0,000403	0,000259	0,000169

8592	Educação privada	0,001343	0,001197	0,001642	0,001685	0,001536	0,000983	0,000693
8691	Saúde pública	0,000012	0,000011	0,000019	0,000018	0,000021	0,000016	0,000010
8692	Saúde privada	0,000116	0,000095	0,000117	0,000103	0,000095	0,000141	0,000132
9080	Atividades artísticas, criativas e de espetáculos	0,000967	0,000500	0,001090	0,003664	0,001532	0,000520	0,000635
9480	Organizações associativas e outros serviços pessoais	0,002934	0,003416	0,003221	0,004303	0,002964	0,003360	0,003257
9700	Serviços domésticos	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000

(continuação)

Código da atividade nível 67	Descrição da atividade nível 67	1500 Fabricação de calçados e de artefatos de couro	1600 Fabricação de produtos da madeira	1700 Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	1800 Impressão e reprodução de gravações	1991 Refino de petróleo e coquerias	1992 Fabricação de biocombustíveis	2091 Fabricação de químicos orgânicos e inorgânicos, resinas e elastômeros
0191	Agricultura, inclusive o apoio à agricultura e a pós-colheita	0,016536	0,009387	0,009265	0,003555	0,035084	0,454042	0,007409
0192	Pecuária, inclusive o apoio à pecuária	0,031104	0,008808	0,003880	0,000668	0,000870	0,011681	0,001003
0280	Produção florestal; pesca e aquicultura	0,003695	0,145915	0,053409	0,004526	0,000519	0,002798	0,002382
0580	Extração de carvão mineral e de minerais não-metálicos	0,002011	0,001392	0,003339	0,001583	0,002336	0,008880	0,024915
0680	Extração de petróleo e gás, inclusive as atividades de apoio	0,014009	0,014472	0,026328	0,009527	0,410755	0,027289	0,053477
0791	Extração de minério de ferro, inclusive beneficiamentos e a aglomeração	0,000450	0,000627	0,000898	0,000749	0,001086	0,000507	0,000650
0792	Extração de minerais metálicos não-ferrosos, inclusive beneficiamentos	0,000366	0,000370	0,001103	0,002079	0,000465	0,000423	0,001087
1091	Abate e produtos de carne, inclusive os produtos do laticínio e da pesca	0,083289	0,001046	0,000873	0,000471	0,000924	0,016347	0,000664
1092	Fabricação e refino de açúcar	0,001806	0,001715	0,002590	0,001638	0,031939	0,026458	0,004938
1093	Outros produtos alimentares	0,011562	0,005916	0,012847	0,003963	0,005973	0,069130	0,006174
1100	Fabricação de bebidas	0,000537	0,000312	0,000433	0,000436	0,000485	0,000387	0,000440
1200	Fabricação de produtos do fumo	0,000030	0,000025	0,000070	0,000046	0,000006	0,000014	0,000016
1300	Fabricação de produtos têxteis	0,089937	0,001024	0,003135	0,001516	0,000890	0,002227	0,001346
1400	Confecção de artefatos do vestuário e acessórios	0,003467	0,000531	0,000705	0,000474	0,000604	0,000540	0,000569
1500	Fabricação de calçados e de artefatos de couro	1,176253	0,000212	0,000740	0,000244	0,000079	0,000195	0,000226
1600	Fabricação de produtos da madeira	0,001828	1,144012	0,009901	0,001501	0,000552	0,001633	0,001047
1700	Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	0,030558	0,026525	1,186567	0,080790	0,002946	0,006749	0,004677
1800	Impressão e reprodução de gravações	0,003493	0,002351	0,005766	1,075396	0,001254	0,002098	0,002031
1991	Refino de petróleo e coquerias	0,042521	0,041178	0,065328	0,027279	1,416792	0,088071	0,148964
1992	Fabricação de biocombustíveis	0,001708	0,001635	0,002520	0,001310	0,043150	1,011200	0,005956
2091	Fabricação de químicos orgânicos e inorgânicos, resinas e elastômeros	0,059267	0,029432	0,066904	0,030158	0,019479	0,080570	1,240854
2092	Fabricação de defensivos, desinfestantes, tintas e químicos diversos	0,015707	0,025413	0,033724	0,066576	0,006160	0,031580	0,023753
2093	Fabricação de produtos de limpeza, cosméticos/perfumaria e higiene pessoal	0,001471	0,001765	0,002298	0,001655	0,001200	0,002023	0,002526
2100	Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	0,001739	0,000766	0,000809	0,000536	0,000396	0,001839	0,001266

2200	Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	0,029821	0,012116	0,018268	0,057189	0,004032	0,009546	0,017877
2300	Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	0,002723	0,002686	0,005714	0,004169	0,002799	0,007035	0,006951
2491	Produção de ferro-gusa/ferroligas, siderurgia e tubos de aço sem costura	0,004279	0,006027	0,008527	0,006986	0,010513	0,004777	0,006077
2492	Metalurgia de metais não-ferrosos e a fundição de metais	0,002417	0,002281	0,007863	0,015951	0,001679	0,002606	0,007499
2500	Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	0,006066	0,012980	0,007711	0,008399	0,007852	0,006832	0,008451
2600	Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	0,001151	0,001069	0,001779	0,005295	0,001341	0,001193	0,001283
2700	Fabricação de máquinas e equipamentos elétricos	0,002555	0,003637	0,004888	0,004815	0,002179	0,002849	0,004216
2800	Fabricação de máquinas e equipamentos mecânicos	0,002704	0,005818	0,006841	0,009610	0,011189	0,004265	0,004747
2991	Fabricação de automóveis, caminhões e ônibus, exceto peças	0,000627	0,000540	0,000701	0,000561	0,000287	0,000531	0,000562
2992	Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores	0,005035	0,004428	0,005465	0,004727	0,002713	0,004702	0,004609
3000	Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	0,000445	0,000454	0,000626	0,000670	0,000298	0,000518	0,000466
3180	Fabricação de móveis e de produtos de indústrias diversas	0,007872	0,001651	0,001389	0,001749	0,000710	0,000818	0,001638
3300	Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	0,009162	0,019057	0,035579	0,057050	0,012142	0,019544	0,016108
3500	Energia elétrica, gás natural e outras utilidades	0,030041	0,050223	0,064824	0,025849	0,008867	0,035481	0,072708
3680	Água, esgoto e gestão de resíduos	0,003127	0,007115	0,006465	0,003343	0,002470	0,003133	0,006538
4180	Construção	0,002669	0,002490	0,004096	0,004409	0,008918	0,003930	0,004370
4580	Comércio por atacado e varejo	0,128747	0,106118	0,141399	0,114995	0,056636	0,086459	0,098389
4900	Transporte terrestre	0,066812	0,063406	0,072687	0,040154	0,037139	0,085280	0,072633
5000	Transporte aquaviário	0,001382	0,003886	0,010371	0,001958	0,009311	0,001498	0,006108
5100	Transporte aéreo	0,003040	0,002544	0,003223	0,002893	0,003912	0,001900	0,003754
5280	Armazenamento, atividades auxiliares dos transportes e correio	0,012344	0,012837	0,025019	0,016595	0,014836	0,025758	0,015908
5500	Alojamento	0,001226	0,000829	0,001496	0,001178	0,000737	0,000952	0,001300
5600	Alimentação	0,001246	0,001019	0,001602	0,001771	0,001162	0,001253	0,001794
5800	Edição e edição integrada à impressão	0,001684	0,000750	0,001513	0,006774	0,000639	0,001017	0,002547
5980	Atividades de televisão, rádio, cinema e gravação/edição de som e imagem	0,011554	0,002859	0,006519	0,004994	0,002484	0,003851	0,003354
6100	Telecomunicações	0,015557	0,009801	0,016162	0,037266	0,007733	0,012261	0,010520
6280	Desenvolvimento de sistemas e outros serviços de informação	0,004871	0,003526	0,006782	0,004489	0,002826	0,004191	0,006755
6480	Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	0,045791	0,039446	0,057098	0,040702	0,033163	0,058666	0,052635
6800	Atividades imobiliárias	0,008664	0,005725	0,008841	0,007913	0,004791	0,008552	0,006889
6980	Atividades jurídicas, contábeis, consultoria e sedes de empresas	0,022701	0,019708	0,041626	0,023508	0,044767	0,033349	0,051995
7180	Serviços de arquitetura, engenharia, testes/análises técnicas e P & D	0,007455	0,004832	0,012455	0,006611	0,009339	0,012129	0,011457
7380	Outras atividades profissionais, científicas e técnicas	0,027510	0,006440	0,015086	0,010307	0,005687	0,008776	0,007626
7700	Aluguéis não-imobiliários e gestão de ativos de propriedade intelectual	0,003257	0,004660	0,008140	0,008021	0,005738	0,004094	0,004514
7880	Outras atividades administrativas e serviços complementares	0,015134	0,009922	0,020144	0,013964	0,008801	0,019240	0,014556
8000	Atividades de vigilância, segurança e investigação	0,003544	0,003505	0,007518	0,003633	0,002200	0,002810	0,004354

8400	Administração pública, defesa e seguridade social	0,004657	0,003095	0,005232	0,003014	0,002986	0,004056	0,006088
8591	Educação pública	0,000207	0,000129	0,000297	0,000188	0,000181	0,000219	0,000360
8592	Educação privada	0,001013	0,000811	0,001866	0,000922	0,001065	0,001172	0,001411
8691	Saúde pública	0,000011	0,000006	0,000016	0,000010	0,000007	0,000011	0,000021
8692	Saúde privada	0,000109	0,000072	0,000111	0,000099	0,000060	0,000107	0,000087
9080	Atividades artísticas, criativas e de espetáculos	0,001406	0,000389	0,000832	0,000679	0,000326	0,000503	0,000445
9480	Organizações associativas e outros serviços pessoais	0,003479	0,003259	0,003835	0,004710	0,002480	0,003052	0,002739
9700	Serviços domésticos	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000

(continuação)

Código da atividade nível 67	Descrição da atividade nível 67	2092 Fabricação de defensivos, desinfestantes, tintas e químicos diversos	2093 Fabricação de produtos de limpeza, cosméticos/perfumaria e higiene pessoal	2100 Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	2200 Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	2300 Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	2491 Produção de ferro-gusa/ferroligas, siderurgia e tubos de aço sem costura	2492 Metalurgia de metais não-ferrosos e a fundição de metais
0191	Agricultura, inclusive o apoio à agricultura e a pós-colheita	0,014700	0,023736	0,007828	0,005968	0,004998	0,004053	0,005246
0192	Pecuária, inclusive o apoio à pecuária	0,001239	0,011464	0,000644	0,001352	0,001785	0,000883	0,001182
0280	Produção florestal; pesca e aquicultura	0,001391	0,004014	0,001393	0,014874	0,003319	0,007493	0,000941
0580	Extração de carvão mineral e de minerais não-metálicos	0,008200	0,004436	0,001100	0,004943	0,068361	0,008577	0,011308
0680	Extração de petróleo e gás, inclusive as atividades de apoio	0,025777	0,021481	0,009812	0,024453	0,029465	0,024771	0,034538
0791	Extração de minério de ferro, inclusive beneficiamentos e a aglomeração	0,000976	0,001177	0,000392	0,001695	0,003340	0,118366	0,006190
0792	Extração de minerais metálicos não-ferrosos, inclusive beneficiamentos	0,001200	0,000737	0,000294	0,000765	0,001502	0,017882	0,135961
1091	Abate e produtos de carne, inclusive os produtos do laticínio e da pesca	0,001240	0,028740	0,000751	0,000604	0,000495	0,000462	0,000544
1092	Fabricação e refino de açúcar	0,013358	0,014073	0,005546	0,002686	0,002809	0,002265	0,002988
1093	Outros produtos alimentares	0,015560	0,028853	0,003839	0,004506	0,003522	0,002714	0,003125
1100	Fabricação de bebidas	0,000669	0,000643	0,000771	0,000436	0,000387	0,000499	0,000553
1200	Fabricação de produtos do fumo	0,000023	0,000042	0,000026	0,000029	0,000029	0,000019	0,000026
1300	Fabricação de produtos têxteis	0,002150	0,001943	0,003455	0,010289	0,002420	0,000933	0,001015
1400	Confecção de artefatos do vestuário e acessórios	0,000778	0,000656	0,000571	0,000621	0,000922	0,000800	0,000701
1500	Fabricação de calçados e de artefatos de couro	0,000465	0,000418	0,000183	0,000496	0,000315	0,000203	0,000210
1600	Fabricação de produtos da madeira	0,001815	0,001551	0,000834	0,001367	0,001806	0,001269	0,001423
1700	Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	0,008953	0,056254	0,022600	0,027407	0,030764	0,004638	0,004607
1800	Impressão e reprodução de gravações	0,003029	0,004110	0,003609	0,002897	0,002627	0,002271	0,002401
1991	Refino de petróleo e coquerias	0,075866	0,064927	0,029494	0,071632	0,083348	0,067690	0,095053
1992	Fabricação de biocombustíveis	0,007214	0,018158	0,007144	0,002780	0,002987	0,002416	0,003306
2091	Fabricação de químicos orgânicos e inorgânicos, resinas e elastômeros	0,196372	0,110142	0,026360	0,177652	0,046471	0,019724	0,030345
2092	Fabricação de defensivos, desinfestantes, tintas e químicos diversos	1,080864	0,046570	0,017631	0,048038	0,027834	0,009891	0,008569
2093	Fabricação de produtos de limpeza, cosméticos/perfumaria e higiene pessoal	0,005486	1,026844	0,001745	0,002047	0,002106	0,001525	0,002377
2100	Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	0,002566	0,001698	1,018809	0,001839	0,000804	0,000353	0,000431
2200	Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	0,020293	0,054719	0,012401	1,140463	0,031353	0,012315	0,007985
2300	Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	0,006703	0,011787	0,002483	0,007868	1,116053	0,006296	0,006456
2491	Produção de ferro-gusa/ferroligas, siderurgia e tubos de aço sem costura	0,009192	0,011073	0,003518	0,016318	0,016619	1,156548	0,043380
2492	Metalurgia de metais não-ferrosos e a fundição de metais	0,008479	0,004567	0,001944	0,004208	0,004830	0,016931	1,129907
2500	Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	0,020504	0,028176	0,005093	0,007562	0,008420	0,035828	0,015757
2600	Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	0,001576	0,001543	0,001490	0,001362	0,001706	0,002379	0,002198
2700	Fabricação de máquinas e equipamentos elétricos	0,003428	0,003339	0,002166	0,004160	0,005810	0,006431	0,008976
2800	Fabricação de máquinas e equipamentos mecânicos	0,004716	0,004602	0,002841	0,005232	0,007309	0,016601	0,015537

2991	Fabricação de automóveis, caminhões e ônibus, exceto peças	0,001074	0,000792	0,000671	0,000635	0,000631	0,000764	0,000821
2992	Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores	0,005334	0,006102	0,004015	0,006156	0,005278	0,007391	0,007457
3000	Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	0,000512	0,000567	0,000460	0,000493	0,000598	0,001053	0,000730
3180	Fabricação de móveis e de produtos de indústrias diversas	0,001881	0,001833	0,001341	0,002793	0,002616	0,001376	0,001159
3300	Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	0,016927	0,012535	0,012274	0,011847	0,033599	0,068497	0,045120
3500	Energia elétrica, gás natural e outras utilidades	0,036609	0,028870	0,016205	0,053131	0,081250	0,074508	0,097307
3680	Água, esgoto e gestão de resíduos	0,007312	0,006560	0,003235	0,007089	0,009076	0,033117	0,032703
4180	Construção	0,004038	0,003593	0,002912	0,003300	0,004047	0,010107	0,037857
4580	Comércio por atacado e varejo	0,120733	0,122228	0,086242	0,123216	0,118759	0,115390	0,161094
4900	Transporte terrestre	0,070803	0,083013	0,062587	0,062751	0,068472	0,099579	0,064727
5000	Transporte aquaviário	0,002064	0,002483	0,000763	0,002046	0,002277	0,003581	0,003374
5100	Transporte aéreo	0,005375	0,002501	0,003427	0,002350	0,003022	0,002759	0,002488
5280	Armazenamento, atividades auxiliares dos transportes e correio	0,021039	0,018882	0,014687	0,010575	0,011357	0,033366	0,014446
5500	Alojamento	0,002009	0,001476	0,002323	0,001388	0,001310	0,001742	0,001295
5600	Alimentação	0,002966	0,001646	0,004231	0,001418	0,001388	0,001586	0,002253
5800	Edição e edição integrada à impressão	0,001628	0,002287	0,002083	0,001271	0,001070	0,001050	0,001028
5980	Atividades de televisão, rádio, cinema e gravação/edição de som e imagem	0,006794	0,015507	0,014706	0,005082	0,004503	0,003913	0,003546
6100	Telecomunicações	0,015858	0,010609	0,014048	0,013140	0,016172	0,010437	0,009968
6280	Desenvolvimento de sistemas e outros serviços de informação	0,008688	0,006049	0,010599	0,005632	0,005250	0,006379	0,005151
6480	Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	0,050033	0,050011	0,034217	0,046439	0,050142	0,059394	0,055386
6800	Atividades imobiliárias	0,008771	0,010407	0,009296	0,009177	0,008101	0,008654	0,007743
6980	Atividades jurídicas, contábeis, consultoria e sedes de empresas	0,088946	0,058528	0,089713	0,035985	0,042965	0,031773	0,033881
7180	Serviços de arquitetura, engenharia, testes/análises técnicas e P & D	0,015817	0,017380	0,019828	0,014716	0,012313	0,010626	0,012185
7380	Outras atividades profissionais, científicas e técnicas	0,015795	0,037481	0,035369	0,011719	0,010151	0,008992	0,008071
7700	Aluguéis não-imobiliários e gestão de ativos de propriedade intelectual	0,006237	0,004379	0,003741	0,004477	0,005815	0,007925	0,007315
7880	Outras atividades administrativas e serviços complementares	0,023905	0,020448	0,024257	0,016933	0,021672	0,016842	0,021201
8000	Atividades de vigilância, segurança e investigação	0,005724	0,004123	0,005502	0,004508	0,007162	0,004118	0,004178
8400	Administração pública, defesa e seguridade social	0,007485	0,008417	0,008474	0,004220	0,004321	0,005411	0,004869
8591	Educação pública	0,000748	0,001068	0,001462	0,000403	0,000298	0,000449	0,000479
8592	Educação privada	0,002272	0,001715	0,001926	0,001199	0,001301	0,003107	0,002581
8691	Saúde pública	0,000052	0,000087	0,000120	0,000028	0,000015	0,000031	0,000032
8692	Saúde privada	0,000112	0,000133	0,000121	0,000116	0,000102	0,000110	0,000098
9080	Atividades artísticas, criativas e de espetáculos	0,000858	0,001858	0,001766	0,000657	0,000595	0,000519	0,000482
9480	Organizações associativas e outros serviços pessoais	0,003161	0,003309	0,003250	0,003532	0,003819	0,003557	0,003484
9700	Serviços domésticos	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000

(continuação)

Código da atividade nível 67	Descrição da atividade nível 67	2500 Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	2600 Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	2700 Fabricação de máquinas e equipamentos elétricos	2800 Fabricação de máquinas e equipamentos mecânicos	2991 Fabricação de automóveis, caminhões e ônibus, exceto peças	2992 Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores	3000 Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores
0191	Agricultura, inclusive o apoio à agricultura e a pós-colheita	0,003276	0,002202	0,003735	0,003432	0,003660	0,004859	0,003036
0192	Pecuária, inclusive o apoio à pecuária	0,000708	0,000378	0,000567	0,000519	0,000562	0,000602	0,000477
0280	Produção florestal; pesca e aquicultura	0,003068	0,001632	0,001779	0,002075	0,002279	0,002607	0,002019
0580	Extração de carvão mineral e de minerais não-metálicos	0,003003	0,000653	0,003917	0,001907	0,002606	0,003297	0,002023
0680	Extração de petróleo e gás, inclusive as atividades de apoio	0,015469	0,006958	0,017265	0,010945	0,013683	0,015654	0,009974
0791	Extração de minério de ferro, inclusive beneficiamentos e a aglomeração	0,026265	0,000875	0,008050	0,011988	0,009155	0,014266	0,005769
0792	Extração de minerais metálicos não-ferrosos, inclusive beneficiamentos	0,005994	0,000785	0,012831	0,004448	0,003923	0,010625	0,004206
1091	Abate e produtos de carne, inclusive os produtos do laticínio e da pesca	0,000887	0,000374	0,000485	0,000500	0,000533	0,000447	0,000394
1092	Fabricação e refino de açúcar	0,001574	0,000797	0,001744	0,001786	0,001459	0,001509	0,001128
1093	Outros produtos alimentares	0,002741	0,002038	0,002940	0,002833	0,002656	0,002687	0,002454
1100	Fabricação de bebidas	0,000567	0,000388	0,000561	0,000872	0,000689	0,000487	0,000528
1200	Fabricação de produtos do fumo	0,000022	0,000027	0,000027	0,000025	0,000026	0,000027	0,000022
1300	Fabricação de produtos têxteis	0,001701	0,000847	0,001909	0,001301	0,006238	0,020376	0,004354
1400	Confecção de artefatos do vestuário e acessórios	0,001316	0,000503	0,000679	0,000782	0,000805	0,001106	0,000616
1500	Fabricação de calçados e de artefatos de couro	0,000626	0,000136	0,000264	0,000246	0,000316	0,000362	0,000234
1600	Fabricação de produtos da madeira	0,003609	0,000870	0,001295	0,005473	0,003452	0,002737	0,007312
1700	Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	0,016894	0,025748	0,012555	0,006866	0,010176	0,015958	0,006888
1800	Impressão e reprodução de gravações	0,002317	0,004756	0,003174	0,002640	0,003608	0,002611	0,002372
1991	Refino de petróleo e coquerias	0,039989	0,021556	0,051200	0,032389	0,040183	0,041758	0,029651
1992	Fabricação de biocombustíveis	0,001689	0,000845	0,001904	0,001315	0,001533	0,001582	0,001145
2091	Fabricação de químicos orgânicos e inorgânicos, resinas e elastômeros	0,024723	0,011262	0,053514	0,013205	0,020975	0,032865	0,023388
2092	Fabricação de defensivos, desinfestantes, tintas e químicos diversos	0,013054	0,010323	0,011107	0,007103	0,011510	0,011292	0,010296
2093	Fabricação de produtos de limpeza, cosméticos/perfumaria e higiene pessoal	0,004955	0,001845	0,001735	0,001791	0,001599	0,001711	0,001407
2100	Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	0,000402	0,000322	0,000723	0,000537	0,000560	0,000594	0,000405
2200	Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	0,013670	0,023951	0,038296	0,024530	0,064341	0,050871	0,029574
2300	Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	0,004102	0,001618	0,007180	0,004784	0,014263	0,004408	0,006537
2491	Produção de ferro-gusa/ferroligas, siderurgia e tubos de aço sem costura	0,256313	0,008323	0,077068	0,116679	0,088780	0,138195	0,055816
2492	Metalurgia de metais não-ferrosos e a fundição de metais	0,020077	0,005397	0,095367	0,023285	0,021724	0,070430	0,027701
2500	Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	1,082979	0,016001	0,041704	0,059941	0,037951	0,043878	0,068811
2600	Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	0,001451	1,102261	0,006236	0,006423	0,003338	0,002909	0,002625
2700	Fabricação de máquinas e equipamentos elétricos	0,004502	0,023667	1,098232	0,024753	0,011208	0,017167	0,011006
2800	Fabricação de máquinas e equipamentos mecânicos	0,009280	0,004473	0,016875	1,121450	0,018695	0,010032	0,014728

2991	Fabricação de automóveis, caminhões e ônibus, exceto peças	0,000615	0,000872	0,001981	0,001486	1,036854	0,002420	0,001768
2992	Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores	0,006753	0,005657	0,009697	0,010938	0,240507	1,123543	0,007918
3000	Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	0,000648	0,000315	0,000589	0,001097	0,000919	0,000764	1,163952
3180	Fabricação de móveis e de produtos de indústrias diversas	0,001410	0,001112	0,001689	0,005426	0,004222	0,006964	0,002456
3300	Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	0,023560	0,005195	0,018002	0,022234	0,012770	0,021178	0,016615
3500	Energia elétrica, gás natural e outras utilidades	0,040396	0,011890	0,036637	0,025345	0,027633	0,047616	0,025198
3680	Água, esgoto e gestão de resíduos	0,010470	0,002552	0,007665	0,006453	0,006384	0,010201	0,006491
4180	Construção	0,005088	0,003425	0,006674	0,004732	0,006230	0,006607	0,011761
4580	Comércio por atacado e varejo	0,106465	0,104216	0,145846	0,146721	0,131642	0,132260	0,124734
4900	Transporte terrestre	0,067162	0,041760	0,058134	0,052005	0,062867	0,058585	0,047893
5000	Transporte aquaviário	0,001697	0,001347	0,001695	0,002117	0,001744	0,001827	0,003179
5100	Transporte aéreo	0,002100	0,004958	0,003879	0,003086	0,003323	0,002894	0,002296
5280	Armazenamento, atividades auxiliares dos transportes e correio	0,019179	0,015124	0,020617	0,011940	0,027266	0,016736	0,016107
5500	Alojamento	0,001655	0,001614	0,001844	0,002235	0,001462	0,001472	0,001618
5600	Alimentação	0,001393	0,001425	0,001652	0,001744	0,002845	0,001413	0,001153
5800	Edição e edição integrada à impressão	0,000962	0,001549	0,001456	0,000982	0,001858	0,001007	0,001035
5980	Atividades de televisão, rádio, cinema e gravação/edição de som e imagem	0,004453	0,009405	0,007717	0,004548	0,012875	0,004372	0,005632
6100	Telecomunicações	0,012509	0,019468	0,018969	0,013724	0,027104	0,032316	0,015433
6280	Desenvolvimento de sistemas e outros serviços de informação	0,004830	0,006501	0,009351	0,005388	0,009843	0,005681	0,005509
6480	Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	0,045421	0,036237	0,050487	0,043596	0,048192	0,043823	0,045440
6800	Atividades imobiliárias	0,007435	0,007369	0,008833	0,008004	0,008211	0,008637	0,007007
6980	Atividades jurídicas, contábeis, consultoria e sedes de empresas	0,024537	0,043666	0,061685	0,026876	0,033024	0,029719	0,020586
7180	Serviços de arquitetura, engenharia, testes/análises técnicas e P & D	0,009362	0,011375	0,011177	0,017767	0,017980	0,014229	0,008243
7380	Outras atividades profissionais, científicas e técnicas	0,010221	0,022052	0,017887	0,010356	0,030178	0,009013	0,012959
7700	Aluguéis não-imobiliários e gestão de ativos de propriedade intelectual	0,006116	0,003920	0,004749	0,005181	0,005476	0,005631	0,006179
7880	Outras atividades administrativas e serviços complementares	0,015709	0,018035	0,021640	0,021776	0,020942	0,017220	0,014323
8000	Atividades de vigilância, segurança e investigação	0,004207	0,003945	0,004294	0,004341	0,006404	0,005480	0,004554
8400	Administração pública, defesa e seguridade social	0,003825	0,004955	0,005666	0,003779	0,006506	0,003915	0,003500
8591	Educação pública	0,000304	0,000739	0,000497	0,000404	0,000940	0,000593	0,000344
8592	Educação privada	0,001906	0,001220	0,001747	0,001451	0,001989	0,001414	0,001023
8691	Saúde pública	0,000019	0,000059	0,000031	0,000026	0,000078	0,000046	0,000025
8692	Saúde privada	0,000094	0,000094	0,000112	0,000101	0,000106	0,000110	0,000089
9080	Atividades artísticas, criativas e de espetáculos	0,000584	0,001187	0,000980	0,000601	0,001579	0,000601	0,000718
9480	Organizações associativas e outros serviços pessoais	0,003948	0,006677	0,004498	0,003730	0,004178	0,004099	0,003103
9700	Serviços domésticos	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000

(continuação)

Código da atividade nível 67	Descrição da atividade nível 67	3180 Fabricação de móveis e de produtos de indústrias diversas	3300 Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	3500 Energia elétrica, gás natural e outras utilidades	3680 Água, esgoto e gestão de resíduos	4180 Construção	4580 Comércio por atacado e varejo	4900 Transporte terrestre
0191	Agricultura, inclusive o apoio à agricultura e a pós-colheita	0,005502	0,002981	0,003155	0,002867	0,003597	0,009520	0,009262
0192	Pecuária, inclusive o apoio à pecuária	0,001335	0,000390	0,000285	0,000512	0,001726	0,000783	0,000404
0280	Produção florestal; pesca e aquicultura	0,014696	0,001072	0,000713	0,000835	0,003391	0,001242	0,000653
0580	Extração de carvão mineral e de minerais não-metálicos	0,002625	0,001771	0,007712	0,009910	0,018355	0,000723	0,000927
0680	Extração de petróleo e gás, inclusive as atividades de apoio	0,010877	0,009092	0,047137	0,018530	0,014616	0,010702	0,087854
0791	Extração de minério de ferro, inclusive beneficiamentos e a aglomeração	0,003425	0,004886	0,000906	0,001354	0,005301	0,000613	0,000925
0792	Extração de minerais metálicos não-ferrosos, inclusive beneficiamentos	0,003358	0,004924	0,000601	0,000942	0,001921	0,000464	0,000610
1091	Abate e produtos de carne, inclusive os produtos do laticínio e da pesca	0,000494	0,000416	0,000335	0,000280	0,000375	0,000638	0,000438
1092	Fabricação e refino de açúcar	0,001233	0,001684	0,003243	0,001593	0,001606	0,001246	0,007563
1093	Outros produtos alimentares	0,003127	0,002582	0,001079	0,001585	0,002253	0,004181	0,002574
1100	Fabricação de bebidas	0,000367	0,000792	0,000377	0,000297	0,000409	0,000405	0,000362
1200	Fabricação de produtos do fumo	0,000026	0,000019	0,000006	0,000009	0,000015	0,000009	0,000013
1300	Fabricação de produtos têxteis	0,023274	0,001105	0,000900	0,001621	0,002186	0,001105	0,001806
1400	Confecção de artefatos do vestuário e acessórios	0,000941	0,000596	0,001226	0,003297	0,000556	0,000868	0,001344
1500	Fabricação de calçados e de artefatos de couro	0,000487	0,000218	0,000888	0,000178	0,000244	0,000097	0,000126
1600	Fabricação de produtos da madeira	0,102434	0,001574	0,003391	0,001792	0,010901	0,002905	0,000659
1700	Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	0,020564	0,004850	0,002838	0,004853	0,006834	0,009099	0,003864
1800	Impressão e reprodução de gravações	0,002743	0,001801	0,001894	0,001642	0,001724	0,008660	0,001844
1991	Refino de petróleo e coquerias	0,032396	0,027281	0,050087	0,040049	0,042168	0,033496	0,300415
1992	Fabricação de biocombustíveis	0,001286	0,001149	0,002204	0,001557	0,001765	0,001352	0,010080
2091	Fabricação de químicos orgânicos e inorgânicos, resinas e elastômeros	0,039197	0,016849	0,005739	0,023909	0,014843	0,006712	0,010019
2092	Fabricação de defensivos, desinfestantes, tintas e químicos diversos	0,016678	0,016988	0,003284	0,010164	0,019236	0,005950	0,004634
2093	Fabricação de produtos de limpeza, cosméticos/perfumaria e higiene pessoal	0,001425	0,001350	0,000666	0,001579	0,001237	0,002323	0,001656
2100	Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	0,000697	0,000489	0,000165	0,000284	0,000587	0,000310	0,000253
2200	Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	0,038107	0,024646	0,004187	0,011079	0,025056	0,009839	0,021961
2300	Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	0,008642	0,005398	0,010280	0,025633	0,102063	0,001921	0,001722
2491	Produção de ferro-gusa/ferroligas, siderurgia e tubos de aço sem costura	0,032961	0,047121	0,008589	0,012734	0,050178	0,005849	0,008926
2492	Metalurgia de metais não-ferrosos e a fundição de metais	0,023291	0,035280	0,003758	0,005868	0,009044	0,003088	0,003736
2500	Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	0,020299	0,055786	0,014126	0,020507	0,044335	0,004222	0,005252
2600	Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	0,001584	0,008460	0,002178	0,001555	0,002209	0,001282	0,001124
2700	Fabricação de máquinas e equipamentos elétricos	0,005426	0,034794	0,028137	0,008338	0,018799	0,002951	0,004969
2800	Fabricação de máquinas e equipamentos mecânicos	0,004784	0,121028	0,004424	0,006137	0,011636	0,003029	0,004628

2991	Fabricação de automóveis, caminhões e ônibus, exceto peças	0,000602	0,001465	0,000647	0,000375	0,000666	0,000751	0,002700
2992	Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores	0,004856	0,010953	0,002383	0,002548	0,004531	0,017354	0,038534
3000	Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	0,000576	0,005232	0,000248	0,000300	0,000372	0,000443	0,004137
3180	Fabricação de móveis e de produtos de indústrias diversas	1,025194	0,003315	0,000840	0,001545	0,002334	0,001024	0,001121
3300	Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	0,015172	1,019396	0,011434	0,018266	0,012280	0,007291	0,007767
3500	Energia elétrica, gás natural e outras utilidades	0,025746	0,018206	1,375718	0,078264	0,018825	0,025950	0,013687
3680	Água, esgoto e gestão de resíduos	0,004628	0,004138	0,001944	1,009185	0,004084	0,005215	0,003288
4180	Construção	0,003394	0,003238	0,002703	0,094114	1,108622	0,004802	0,005568
4580	Comércio por atacado e varejo	0,127054	0,120296	0,033996	0,052717	0,085482	1,041784	0,086965
4900	Transporte terrestre	0,048190	0,031677	0,026195	0,021705	0,032859	0,044057	1,123391
5000	Transporte aquaviário	0,001160	0,000904	0,001110	0,000706	0,000892	0,001037	0,003517
5100	Transporte aéreo	0,001990	0,002031	0,003275	0,001977	0,003408	0,003544	0,002553
5280	Armazenamento, atividades auxiliares dos transportes e correio	0,010753	0,008483	0,007183	0,004423	0,007072	0,014604	0,030125
5500	Alojamento	0,001416	0,001172	0,001011	0,000752	0,001836	0,001847	0,001007
5600	Alimentação	0,001055	0,001651	0,001875	0,001078	0,000934	0,001689	0,001138
5800	Edição e edição integrada à impressão	0,000934	0,000900	0,001658	0,000885	0,000739	0,002046	0,000821
5980	Atividades de televisão, rádio, cinema e gravação/edição de som e imagem	0,004697	0,003025	0,006837	0,003519	0,003603	0,008633	0,003235
6100	Telecomunicações	0,016219	0,008319	0,007948	0,009679	0,008627	0,016604	0,011107
6280	Desenvolvimento de sistemas e outros serviços de informação	0,004784	0,004045	0,007223	0,006222	0,003735	0,009490	0,005915
6480	Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	0,035123	0,028430	0,046296	0,032538	0,034791	0,040687	0,046333
6800	Atividades imobiliárias	0,008043	0,005817	0,006886	0,007561	0,006157	0,029429	0,007829
6980	Atividades jurídicas, contábeis, consultoria e sedes de empresas	0,020963	0,019192	0,015044	0,027841	0,022509	0,032366	0,023680
7180	Serviços de arquitetura, engenharia, testes/análises técnicas e P & D	0,007058	0,007177	0,018783	0,013118	0,012441	0,004009	0,006252
7380	Outras atividades profissionais, científicas e técnicas	0,010617	0,006910	0,016373	0,008113	0,008346	0,020324	0,007303
7700	Aluguéis não-imobiliários e gestão de ativos de propriedade intelectual	0,003987	0,004838	0,003778	0,016252	0,005784	0,004794	0,008657
7880	Outras atividades administrativas e serviços complementares	0,012757	0,013493	0,020022	0,013239	0,012797	0,031486	0,014695
8000	Atividades de vigilância, segurança e investigação	0,002964	0,003919	0,002785	0,008609	0,003345	0,005984	0,006433
8400	Administração pública, defesa e seguridade social	0,002896	0,002576	0,003961	0,003228	0,002604	0,004399	0,003191
8591	Educação pública	0,000185	0,000191	0,000322	0,000219	0,000205	0,000238	0,000185
8592	Educação privada	0,000877	0,000928	0,001218	0,000838	0,000843	0,001596	0,003567
8691	Saúde pública	0,000010	0,000011	0,000021	0,000012	0,000011	0,000008	0,000007
8692	Saúde privada	0,000101	0,000073	0,000087	0,000095	0,000077	0,000368	0,000098
9080	Atividades artísticas, criativas e de espetáculos	0,000612	0,000395	0,000841	0,000441	0,000458	0,001068	0,000429
9480	Organizações associativas e outros serviços pessoais	0,003249	0,001687	0,003629	0,001251	0,001678	0,003438	0,003008
9700	Serviços domésticos	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000

(continuação)

Código da atividade nível 67	Descrição da atividade nível 67	5000 Transporte aquaviário	5100 Transporte aéreo	5280 Armazenamento, atividades auxiliares dos transportes e correio	5500 Alojamento	5600 Alimentação	5800 Edição e edição integrada à impressão	5980 Atividades de televisão, rádio, cinema e gravação/edição de som e imagem
0191	Agricultura, inclusive o apoio à agricultura e a pós-colheita	0,003288	0,004612	0,002135	0,020568	0,043341	0,002269	0,001916
0192	Pecuária, inclusive o apoio à pecuária	0,000294	0,001029	0,000429	0,017833	0,028965	0,000447	0,000629
0280	Produção florestal; pesca e aquicultura	0,000691	0,000755	0,000602	0,003861	0,004270	0,002327	0,001355
0580	Extração de carvão mineral e de minerais não-metálicos	0,000553	0,000527	0,000736	0,001955	0,001445	0,000650	0,000568
0680	Extração de petróleo e gás, inclusive as atividades de apoio	0,026537	0,027618	0,012484	0,008576	0,010178	0,006680	0,004960
0791	Extração de minério de ferro, inclusive beneficiamentos e a aglomeração	0,000668	0,000342	0,000428	0,000467	0,000550	0,000388	0,000271
0792	Extração de minerais metálicos não-ferrosos, inclusive beneficiamentos	0,000522	0,000229	0,000312	0,000314	0,000298	0,000461	0,000234
1091	Abate e produtos de carne, inclusive os produtos do laticínio e da pesca	0,000320	0,001793	0,000339	0,019366	0,060413	0,000386	0,000898
1092	Fabricação e refino de açúcar	0,002311	0,002476	0,001343	0,001908	0,007595	0,000868	0,000685
1093	Outros produtos alimentares	0,001322	0,003626	0,001199	0,016297	0,056859	0,002200	0,001680
1100	Fabricação de bebidas	0,000368	0,003989	0,000397	0,023243	0,132754	0,000405	0,001399
1200	Fabricação de produtos do fumo	0,000009	0,000007	0,000007	0,000012	0,000017	0,000030	0,000009
1300	Fabricação de produtos têxteis	0,002091	0,002662	0,000940	0,015076	0,001888	0,000802	0,001911
1400	Confecção de artefatos do vestuário e acessórios	0,001465	0,008297	0,002060	0,005950	0,001503	0,000513	0,004912
1500	Fabricação de calçados e de artefatos de couro	0,000095	0,000151	0,000109	0,000240	0,000183	0,000135	0,001244
1600	Fabricação de produtos da madeira	0,001235	0,000548	0,001629	0,001138	0,001145	0,001064	0,006984
1700	Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	0,008850	0,004313	0,005737	0,014209	0,010749	0,045843	0,007365
1800	Impressão e reprodução de gravações	0,001808	0,003347	0,002606	0,002871	0,002848	0,089756	0,017945
1991	Refino de petróleo e coquerias	0,089109	0,093720	0,039863	0,022127	0,031200	0,019822	0,014592
1992	Fabricação de biocombustíveis	0,002872	0,003003	0,001613	0,001112	0,002379	0,000822	0,000641
2091	Fabricação de químicos orgânicos e inorgânicos, resinas e elastômeros	0,004658	0,007399	0,003663	0,009395	0,011863	0,008663	0,004094
2092	Fabricação de defensivos, desinfestantes, tintas e químicos diversos	0,002884	0,003282	0,002658	0,005110	0,006070	0,016983	0,006410
2093	Fabricação de produtos de limpeza, cosméticos/perfumaria e higiene pessoal	0,001331	0,000845	0,001565	0,003528	0,001285	0,001437	0,001893
2100	Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	0,000224	0,000204	0,000209	0,000855	0,001175	0,000262	0,000227
2200	Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	0,004607	0,028616	0,004703	0,006089	0,013032	0,008579	0,003854
2300	Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	0,001487	0,001361	0,002584	0,012229	0,007849	0,001947	0,002115
2491	Produção de ferro-gusa/ferroligas, siderurgia e tubos de aço sem costura	0,006422	0,003272	0,003996	0,004290	0,005189	0,003681	0,002551
2492	Metalurgia de metais não-ferrosos e a fundição de metais	0,003491	0,001427	0,002042	0,001936	0,001743	0,003306	0,001584
2500	Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	0,006495	0,003061	0,004006	0,006882	0,012347	0,004062	0,002858
2600	Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	0,002274	0,001553	0,002911	0,001120	0,000776	0,002344	0,008000
2700	Fabricação de máquinas e equipamentos elétricos	0,005163	0,001842	0,003258	0,004191	0,001819	0,002900	0,003841
2800	Fabricação de máquinas e equipamentos mecânicos	0,019012	0,004177	0,006229	0,002107	0,002068	0,005477	0,001943

2991	Fabricação de automóveis, caminhões e ônibus, exceto peças	0,000364	0,000221	0,000327	0,000302	0,000426	0,000441	0,000264
2992	Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores	0,003283	0,002530	0,002950	0,002253	0,003675	0,003426	0,001951
3000	Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	0,000742	0,000365	0,000471	0,000212	0,000303	0,000463	0,000202
3180	Fabricação de móveis e de produtos de indústrias diversas	0,006391	0,001141	0,002083	0,001009	0,000707	0,000983	0,002254
3300	Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	0,065288	0,020210	0,026351	0,004261	0,005251	0,033282	0,007284
3500	Energia elétrica, gás natural e outras utilidades	0,011269	0,008897	0,017407	0,068559	0,021039	0,017916	0,020143
3680	Água, esgoto e gestão de resíduos	0,003154	0,002573	0,006999	0,016612	0,006421	0,003778	0,003698
4180	Construção	0,005151	0,004431	0,016951	0,017590	0,004325	0,003926	0,011831
4580	Comércio por atacado e varejo	0,052430	0,043642	0,030971	0,048094	0,096257	0,096546	0,047811
4900	Transporte terrestre	0,036004	0,024193	0,053301	0,027346	0,049228	0,039014	0,024106
5000	Transporte aquaviário	1,043347	0,001031	0,000865	0,000638	0,000990	0,000835	0,000471
5100	Transporte aéreo	0,007751	1,002096	0,008053	0,003707	0,001465	0,002541	0,005639
5280	Armazenamento, atividades auxiliares dos transportes e correio	0,141345	0,082029	1,038453	0,007503	0,009845	0,009784	0,006744
5500	Alojamento	0,000935	0,002002	0,001716	1,000643	0,000684	0,002910	0,003124
5600	Alimentação	0,001533	0,026145	0,001918	0,008417	1,000985	0,001565	0,008961
5800	Edição e edição integrada à impressão	0,000908	0,001127	0,001194	0,004033	0,001108	1,010665	0,004131
5980	Atividades de televisão, rádio, cinema e gravação/edição de som e imagem	0,003564	0,005320	0,005950	0,007882	0,006875	0,020906	1,120156
6100	Telecomunicações	0,010106	0,009322	0,017191	0,021104	0,010797	0,019757	0,023716
6280	Desenvolvimento de sistemas e outros serviços de informação	0,004184	0,026814	0,011157	0,006414	0,003591	0,029791	0,027244
6480	Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	0,049734	0,052548	0,043280	0,041383	0,033310	0,041455	0,045422
6800	Atividades imobiliárias	0,009562	0,008835	0,020611	0,037093	0,018997	0,015614	0,020549
6980	Atividades jurídicas, contábeis, consultoria e sedes de empresas	0,017040	0,026836	0,026255	0,019021	0,017265	0,034596	0,071056
7180	Serviços de arquitetura, engenharia, testes/análises técnicas e P & D	0,009406	0,005399	0,046776	0,003377	0,003198	0,002566	0,001819
7380	Outras atividades profissionais, científicas e técnicas	0,008207	0,012562	0,013714	0,017699	0,016264	0,049009	0,058514
7700	Aluguéis não-imobiliários e gestão de ativos de propriedade intelectual	0,026345	0,037528	0,010758	0,004613	0,003331	0,009472	0,009963
7880	Outras atividades administrativas e serviços complementares	0,018879	0,038079	0,033766	0,042736	0,016726	0,023912	0,033467
8000	Atividades de vigilância, segurança e investigação	0,005984	0,009596	0,022615	0,005374	0,004122	0,004360	0,009243
8400	Administração pública, defesa e seguridade social	0,007088	0,005850	0,004934	0,004228	0,003420	0,006926	0,010385
8591	Educação pública	0,000225	0,000207	0,000471	0,000228	0,000141	0,000192	0,000243
8592	Educação privada	0,005452	0,001587	0,003115	0,001008	0,000773	0,001199	0,001662
8691	Saúde pública	0,000008	0,000007	0,000026	0,000006	0,000006	0,000006	0,000006
8692	Saúde privada	0,000120	0,000111	0,000258	0,000464	0,000238	0,000196	0,000258
9080	Atividades artísticas, criativas e de espetáculos	0,000464	0,000663	0,000816	0,001638	0,000846	0,002464	0,065643
9480	Organizações associativas e outros serviços pessoais	0,002806	0,002381	0,010737	0,006198	0,002164	0,004110	0,005990
9700	Serviços domésticos	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000

(continuação)

Código da atividade nível 67	Descrição da atividade nível 67	6100 Telecomunicações	6280 Desenvolvimento de sistemas e outros serviços de informação	6480 Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	6800 Atividades imobiliárias	6980 Atividades jurídicas, contábeis, consultoria e sedes de empresas	7180 Serviços de arquitetura, engenharia, testes/análises técnicas e P & D	7380 Outras atividades profissionais, científicas e técnicas
0191	Agricultura, inclusive o apoio à agricultura e a pós-colheita	0,001747	0,000830	0,001098	0,000234	0,001126	0,001940	0,001934
0192	Pecuária, inclusive o apoio à pecuária	0,000872	0,000242	0,000387	0,000115	0,000369	0,000500	0,000559
0280	Produção florestal; pesca e aquicultura	0,000513	0,000383	0,000395	0,000183	0,000607	0,000660	0,001182
0580	Extração de carvão mineral e de minerais não-metálicos	0,000943	0,000383	0,000298	0,000882	0,000331	0,000541	0,000476
0680	Extração de petróleo e gás, inclusive as atividades de apoio	0,004290	0,002630	0,002683	0,000635	0,003537	0,006886	0,004580
0791	Extração de minério de ferro, inclusive beneficiamentos e a aglomeração	0,000407	0,000216	0,000135	0,000079	0,000186	0,000533	0,000250
0792	Extração de minerais metálicos não-ferrosos, inclusive beneficiamentos	0,000294	0,000159	0,000112	0,000060	0,000177	0,000245	0,000270
1091	Abate e produtos de carne, inclusive os produtos do laticínio e da pesca	0,000480	0,000252	0,000501	0,000046	0,000541	0,000396	0,000693
1092	Fabricação e refino de açúcar	0,000533	0,000315	0,000366	0,000091	0,000431	0,000934	0,000667
1093	Outros produtos alimentares	0,001419	0,000714	0,001257	0,000218	0,001175	0,001312	0,001941
1100	Fabricação de bebidas	0,000594	0,000317	0,001233	0,000072	0,000905	0,000327	0,000947
1200	Fabricação de produtos do fumo	0,000009	0,000006	0,000004	0,000001	0,000007	0,000028	0,000014
1300	Fabricação de produtos têxteis	0,000759	0,000389	0,000846	0,000117	0,000417	0,001408	0,001268
1400	Confecção de artefatos do vestuário e acessórios	0,001288	0,000404	0,002507	0,000183	0,000414	0,003405	0,002571
1500	Fabricação de calçados e de artefatos de couro	0,000114	0,000089	0,000075	0,000013	0,000061	0,000129	0,000530
1600	Fabricação de produtos da madeira	0,001082	0,000507	0,000458	0,000831	0,000573	0,000917	0,003235
1700	Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	0,004519	0,005324	0,005825	0,001055	0,009691	0,008451	0,014221
1800	Impressão e reprodução de gravações	0,009666	0,013602	0,007350	0,000970	0,005241	0,005635	0,049477
1991	Refino de petróleo e coquerias	0,010808	0,007635	0,007889	0,001807	0,010571	0,019637	0,013642
1992	Fabricação de biocombustíveis	0,000486	0,000311	0,000331	0,000080	0,000427	0,001106	0,000660
2091	Fabricação de químicos orgânicos e inorgânicos, resinas e elastômeros	0,003231	0,002042	0,001833	0,000997	0,002816	0,004125	0,004669
2092	Fabricação de defensivos, desinfestantes, tintas e químicos diversos	0,003040	0,002167	0,001656	0,002265	0,001736	0,003010	0,006676
2093	Fabricação de produtos de limpeza, cosméticos/perfumaria e higiene pessoal	0,002003	0,000751	0,000673	0,000103	0,001588	0,002077	0,002275
2100	Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	0,000247	0,000142	0,000117	0,000041	0,000159	0,000631	0,000435
2200	Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	0,003608	0,002692	0,001984	0,000739	0,004519	0,003461	0,005342
2300	Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	0,004254	0,001600	0,001139	0,004925	0,001128	0,002007	0,001621
2491	Produção de ferro-gusa/ferroligas, siderurgia e tubos de aço sem costura	0,003832	0,001984	0,001256	0,000693	0,001743	0,003400	0,002349
2492	Metalurgia de metais não-ferrosos e a fundição de metais	0,001915	0,001052	0,000751	0,000362	0,001230	0,001402	0,001904
2500	Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	0,003656	0,001970	0,001331	0,001109	0,001758	0,002904	0,002535
2600	Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	0,003097	0,014303	0,001912	0,000183	0,002358	0,014832	0,005024
2700	Fabricação de máquinas e equipamentos elétricos	0,008167	0,001739	0,001209	0,001099	0,003730	0,003083	0,002766
2800	Fabricação de máquinas e equipamentos mecânicos	0,002791	0,001907	0,001050	0,000285	0,001476	0,002289	0,002092

2991	Fabricação de automóveis, caminhões e ônibus, exceto peças	0,000333	0,000190	0,000102	0,000040	0,000162	0,001314	0,000292
2992	Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores	0,001881	0,001120	0,000825	0,000233	0,001092	0,003099	0,002086
3000	Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	0,000183	0,000152	0,000096	0,000022	0,000138	0,000491	0,000208
3180	Fabricação de móveis e de produtos de indústrias diversas	0,000762	0,000968	0,000753	0,000260	0,001377	0,004552	0,003309
3300	Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	0,007562	0,007370	0,003147	0,000734	0,006335	0,005235	0,008954
3500	Energia elétrica, gás natural e outras utilidades	0,022797	0,009330	0,010123	0,002272	0,010684	0,009660	0,014768
3680	Água, esgoto e gestão de resíduos	0,003544	0,002513	0,002622	0,000795	0,004144	0,002357	0,002816
4180	Construção	0,036942	0,011721	0,006511	0,004308	0,004223	0,013743	0,006899
4580	Comércio por atacado e varejo	0,055778	0,026423	0,017236	0,005257	0,021888	0,034400	0,065085
4900	Transporte terrestre	0,014531	0,010830	0,010426	0,002046	0,012167	0,022914	0,020789
5000	Transporte aquaviário	0,000348	0,000317	0,000233	0,000055	0,000304	0,000395	0,000518
5100	Transporte aéreo	0,003991	0,005591	0,005623	0,000367	0,005070	0,005109	0,008122
5280	Armazenamento, atividades auxiliares dos transportes e correio	0,008481	0,004085	0,013338	0,001209	0,005955	0,006740	0,008489
5500	Alojamento	0,001759	0,002614	0,001568	0,000152	0,001244	0,002600	0,002421
5600	Alimentação	0,003366	0,001506	0,006032	0,000347	0,005915	0,001275	0,005823
5800	Edição e edição integrada à impressão	0,003459	0,002032	0,006435	0,000429	0,004022	0,002858	0,042392
5980	Atividades de televisão, rádio, cinema e gravação/edição de som e imagem	0,037677	0,007612	0,011655	0,001181	0,011752	0,004326	0,424573
6100	Telecomunicações	1,226068	0,019238	0,030001	0,002825	0,023136	0,012838	0,042108
6280	Desenvolvimento de sistemas e outros serviços de informação	0,022810	1,055039	0,026740	0,001605	0,014219	0,003834	0,038163
6480	Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	0,057825	0,027838	1,149375	0,030870	0,033973	0,030480	0,035305
6800	Atividades imobiliárias	0,019306	0,012104	0,014314	1,003346	0,021654	0,012345	0,018282
6980	Atividades jurídicas, contábeis, consultoria e sedes de empresas	0,030709	0,025986	0,038378	0,005632	1,083703	0,065257	0,036398
7180	Serviços de arquitetura, engenharia, testes/análises técnicas e P & D	0,002088	0,004555	0,003132	0,000390	0,001253	1,047984	0,001874
7380	Outras atividades profissionais, científicas e técnicas	0,031506	0,017670	0,027097	0,002754	0,027693	0,009948	1,041913
7700	Aluguéis não-imobiliários e gestão de ativos de propriedade intelectual	0,016708	0,006541	0,003267	0,000506	0,003469	0,008435	0,006835
7880	Outras atividades administrativas e serviços complementares	0,094116	0,049192	0,048263	0,004276	0,024589	0,015293	0,026611
8000	Atividades de vigilância, segurança e investigação	0,006112	0,004367	0,012996	0,000820	0,005376	0,001863	0,006316
8400	Administração pública, defesa e seguridade social	0,005431	0,003719	0,004901	0,000603	0,006373	0,007619	0,007500
8591	Educação pública	0,000504	0,000519	0,000292	0,000027	0,000359	0,004895	0,000239
8592	Educação privada	0,001892	0,000957	0,004417	0,000220	0,012894	0,003696	0,005881
8691	Saúde pública	0,000016	0,000033	0,000005	0,000001	0,000005	0,000454	0,000006
8692	Saúde privada	0,000242	0,000152	0,000179	0,000042	0,000271	0,000169	0,000229
9080	Atividades artísticas, criativas e de espetáculos	0,005904	0,000995	0,001440	0,000146	0,001428	0,000551	0,026127
9480	Organizações associativas e outros serviços pessoais	0,026441	0,009280	0,005464	0,000480	0,003486	0,002010	0,007221
9700	Serviços domésticos	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000

(continuação)

Código da atividade nível 67	Descrição da atividade nível 67	7700 Aluguéis não-imobiliários e gestão de ativos de propriedade intelectual	7880 Outras atividades administrativas e serviços complementares	8000 Atividades de vigilância, segurança e investigação	8400 Administração pública, defesa e seguridade social	8591 Educação pública	8592 Educação privada
0191	Agricultura, inclusive o apoio à agricultura e a pós-colheita	0,001712	0,001949	0,001516	0,004998	0,005933	0,002410
0192	Pecuária, inclusive o apoio à pecuária	0,000301	0,000537	0,000186	0,002344	0,003849	0,001219
0280	Produção florestal; pesca e aquicultura	0,000885	0,000831	0,000204	0,000679	0,000979	0,000629
0580	Extração de carvão mineral e de minerais não-metálicos	0,000499	0,000910	0,000175	0,000891	0,000603	0,000575
0680	Extração de petróleo e gás, inclusive as atividades de apoio	0,008853	0,004736	0,004948	0,004895	0,003464	0,004856
0791	Extração de minério de ferro, inclusive beneficiamentos e a aglomeração	0,000898	0,000373	0,000167	0,000327	0,000199	0,000259
0792	Extração de minerais metálicos não-ferrosos, inclusive beneficiamentos	0,000385	0,000258	0,000103	0,000169	0,000131	0,000198
1091	Abate e produtos de carne, inclusive os produtos do laticínio e da pesca	0,000331	0,000662	0,000273	0,004612	0,008295	0,002460
1092	Fabricação e refino de açúcar	0,000848	0,000769	0,000973	0,001291	0,001127	0,000731
1093	Outros produtos alimentares	0,001242	0,001346	0,000567	0,004169	0,008560	0,003012
1100	Fabricação de bebidas	0,000311	0,000840	0,000181	0,002233	0,001501	0,000733
1200	Fabricação de produtos do fumo	0,000013	0,000008	0,000003	0,000004	0,000006	0,000010
1300	Fabricação de produtos têxteis	0,000839	0,000749	0,002096	0,000837	0,001647	0,000563
1400	Confecção de artefatos do vestuário e acessórios	0,000426	0,001389	0,007461	0,001847	0,004338	0,000623
1500	Fabricação de calçados e de artefatos de couro	0,000113	0,000116	0,001784	0,000104	0,000102	0,000105
1600	Fabricação de produtos da madeira	0,001462	0,001268	0,000266	0,000715	0,000788	0,000721
1700	Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	0,011113	0,011669	0,002673	0,003761	0,005856	0,007605
1800	Impressão e reprodução de gravações	0,003867	0,009597	0,001134	0,003677	0,003217	0,005034
1991	Refino de petróleo e coquerias	0,028643	0,012241	0,016274	0,012709	0,010027	0,013053
1992	Fabricação de biocombustíveis	0,001007	0,000636	0,001255	0,001291	0,000813	0,000593
2091	Fabricação de químicos orgânicos e inorgânicos, resinas e elastômeros	0,004658	0,005332	0,001507	0,002854	0,003482	0,003232
2092	Fabricação de defensivos, desinfestantes, tintas e químicos diversos	0,003004	0,007355	0,000894	0,002316	0,003388	0,002380
2093	Fabricação de produtos de limpeza, cosméticos/perfumaria e higiene pessoal	0,002717	0,007245	0,000357	0,000830	0,001352	0,002031
2100	Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	0,000274	0,000265	0,000080	0,000510	0,001628	0,001006
2200	Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	0,009599	0,005467	0,001184	0,002561	0,003072	0,003074
2300	Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	0,001616	0,003150	0,000499	0,003677	0,002145	0,001916
2491	Produção de ferro-gusa/ferroligas, siderurgia e tubos de aço sem costura	0,008637	0,003541	0,001595	0,003095	0,001881	0,002277
2492	Metalurgia de metais não-ferrosos e a fundição de metais	0,002141	0,001662	0,000644	0,000980	0,000826	0,001328
2500	Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	0,003431	0,004377	0,003339	0,004238	0,002050	0,002254
2600	Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	0,002105	0,005924	0,001713	0,001535	0,003843	0,002188
2700	Fabricação de máquinas e equipamentos elétricos	0,002501	0,004836	0,000886	0,001583	0,001430	0,001856
2800	Fabricação de máquinas e equipamentos mecânicos	0,003800	0,007726	0,001402	0,001641	0,001120	0,001286

2991	Fabricação de automóveis, caminhões e ônibus, exceto peças	0,000344	0,000214	0,000092	0,000175	0,000160	0,000321
2992	Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores	0,005570	0,001477	0,000754	0,002623	0,002510	0,001686
3000	Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	0,000349	0,000174	0,000107	0,000551	0,000115	0,000220
3180	Fabricação de móveis e de produtos de indústrias diversas	0,009182	0,001199	0,000750	0,001150	0,003430	0,000793
3300	Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	0,020935	0,007052	0,007053	0,003458	0,002536	0,003454
3500	Energia elétrica, gás natural e outras utilidades	0,009582	0,036127	0,005323	0,015584	0,015624	0,032063
3680	Água, esgoto e gestão de resíduos	0,002750	0,021189	0,001821	0,015415	0,007197	0,004265
4180	Construção	0,007584	0,017373	0,001786	0,023276	0,007165	0,008662
4580	Comércio por atacado e varejo	0,053211	0,031123	0,017354	0,021653	0,028963	0,030022
4900	Transporte terrestre	0,021443	0,012068	0,008157	0,011825	0,014745	0,021869
5000	Transporte aquaviário	0,000528	0,001014	0,000237	0,000279	0,000266	0,000379
5100	Transporte aéreo	0,002788	0,002812	0,001323	0,002558	0,001654	0,017856
5280	Armazenamento, atividades auxiliares dos transportes e correio	0,008865	0,007114	0,003795	0,008541	0,003325	0,009440
5500	Alojamento	0,002187	0,000954	0,000899	0,002756	0,001544	0,002479
5600	Alimentação	0,001209	0,005414	0,000815	0,014342	0,007371	0,003371
5800	Edição e edição integrada à impressão	0,002246	0,001665	0,000684	0,002581	0,011671	0,026055
5980	Atividades de televisão, rádio, cinema e gravação/edição de som e imagem	0,010833	0,005126	0,003369	0,004440	0,002620	0,012820
6100	Telecomunicações	0,008839	0,015739	0,013116	0,014340	0,009452	0,022601
6280	Desenvolvimento de sistemas e outros serviços de informação	0,011405	0,006708	0,005225	0,016132	0,006057	0,008305
6480	Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	0,041229	0,032207	0,029958	0,090452	0,008607	0,028440
6800	Atividades imobiliárias	0,018799	0,013572	0,007550	0,006561	0,004477	0,036797
6980	Atividades jurídicas, contábeis, consultoria e sedes de empresas	0,027906	0,024642	0,032447	0,011474	0,005775	0,027670
7180	Serviços de arquitetura, engenharia, testes/análises técnicas e P & D	0,003831	0,002299	0,000756	0,010742	0,004744	0,003405
7380	Outras atividades profissionais, científicas e técnicas	0,026125	0,011511	0,007346	0,010158	0,005913	0,030291
7700	Aluguéis não-imobiliários e gestão de ativos de propriedade intelectual	1,008795	0,004419	0,005367	0,006237	0,005750	0,016440
7880	Outras atividades administrativas e serviços complementares	0,020185	1,031805	0,014206	0,034110	0,040607	0,039813
8000	Atividades de vigilância, segurança e investigação	0,004053	0,004396	1,002082	0,007412	0,007911	0,014195
8400	Administração pública, defesa e seguridade social	0,004443	0,003499	0,002223	1,002934	0,001981	0,005968
8591	Educação pública	0,000409	0,000237	0,000151	0,000219	1,000229	0,000919
8592	Educação privada	0,002169	0,007612	0,004007	0,001598	0,006134	1,001112
8691	Saúde pública	0,000028	0,000006	0,000002	0,000010	0,000005	0,000075
8692	Saúde privada	0,000236	0,000170	0,000095	0,000188	0,000070	0,000462
9080	Atividades artísticas, criativas e de espetáculos	0,001305	0,000795	0,000420	0,001589	0,000651	0,001577
9480	Organizações associativas e outros serviços pessoais	0,003001	0,006295	0,001720	0,002217	0,001272	0,005605
9700	Serviços domésticos	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000

(continuação)

Código da atividade nível 67	Descrição da atividade nível 67	8691 Saúde pública	8692 Saúde privada	9080 Atividades artísticas, criativas e de espetáculos	9480 Organizações associativas e outros serviços pessoais	9700 Serviços domésticos
0191	Agricultura, inclusive o apoio à agricultura e a pós-colheita	0,007415	0,005104	0,001773	0,007215	0,000000
0192	Pecuária, inclusive o apoio à pecuária	0,003888	0,002872	0,000493	0,003498	0,000000
0280	Produção florestal; pesca e aquicultura	0,001118	0,001303	0,000546	0,001074	0,000000
0580	Extração de carvão mineral e de minerais não-metálicos	0,001138	0,000918	0,000670	0,000944	0,000000
0680	Extração de petróleo e gás, inclusive as atividades de apoio	0,004650	0,004564	0,005004	0,008352	0,000000
0791	Extração de minério de ferro, inclusive beneficiamentos e a aglomeração	0,000395	0,000324	0,000385	0,000332	0,000000
0792	Extração de minerais metálicos não-ferrosos, inclusive beneficiamentos	0,000266	0,000337	0,000376	0,000277	0,000000
1091	Abate e produtos de carne, inclusive os produtos do laticínio e da pesca	0,007912	0,005056	0,000734	0,006275	0,000000
1092	Fabricação e refino de açúcar	0,001471	0,001099	0,000711	0,001600	0,000000
1093	Outros produtos alimentares	0,013013	0,006608	0,002181	0,009031	0,000000
1100	Fabricação de bebidas	0,004170	0,003342	0,001277	0,007884	0,000000
1200	Fabricação de produtos do fumo	0,000010	0,000017	0,000007	0,000008	0,000000
1300	Fabricação de produtos têxteis	0,001292	0,001790	0,001643	0,006372	0,000000
1400	Confecção de artefatos do vestuário e acessórios	0,001039	0,000847	0,003951	0,009370	0,000000
1500	Fabricação de calçados e de artefatos de couro	0,000148	0,000196	0,000121	0,000137	0,000000
1600	Fabricação de produtos da madeira	0,001793	0,003938	0,001274	0,001902	0,000000
1700	Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	0,004553	0,008784	0,005808	0,007933	0,000000
1800	Impressão e reprodução de gravações	0,002717	0,002528	0,013372	0,006261	0,000000
1991	Refino de petróleo e coquerias	0,013348	0,013038	0,013287	0,024484	0,000000
1992	Fabricação de biocombustíveis	0,001007	0,000870	0,000645	0,001300	0,000000
2091	Fabricação de químicos orgânicos e inorgânicos, resinas e elastômeros	0,008102	0,011658	0,004928	0,006873	0,000000
2092	Fabricação de defensivos, desinfestantes, tintas e químicos diversos	0,008033	0,003391	0,003862	0,003847	0,000000
2093	Fabricação de produtos de limpeza, cosméticos/perfumaria e higiene pessoal	0,001685	0,004460	0,004861	0,005392	0,000000
2100	Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	0,018042	0,021546	0,000510	0,002357	0,000000
2200	Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	0,007500	0,006766	0,003964	0,006210	0,000000
2300	Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	0,004485	0,002170	0,002410	0,003820	0,000000
2491	Produção de ferro-gusa/ferroligas, siderurgia e tubos de aço sem costura	0,003733	0,003070	0,003555	0,003120	0,000000
2492	Metalurgia de metais não-ferrosos e a fundição de metais	0,001689	0,002359	0,002623	0,001848	0,000000
2500	Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	0,004336	0,003336	0,003693	0,004218	0,000000
2600	Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	0,003162	0,002406	0,001879	0,003933	0,000000
2700	Fabricação de máquinas e equipamentos elétricos	0,002188	0,001932	0,003703	0,006976	0,000000
2800	Fabricação de máquinas e equipamentos mecânicos	0,003521	0,001901	0,002694	0,002176	0,000000
2991	Fabricação de automóveis, caminhões e ônibus, exceto peças	0,000278	0,000342	0,000224	0,000302	0,000000

2992	Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores	0,003234	0,002353	0,001718	0,002275	0,000000
3000	Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	0,000221	0,000250	0,000268	0,000521	0,000000
3180	Fabricação de móveis e de produtos de indústrias diversas	0,011226	0,034023	0,004143	0,001272	0,000000
3300	Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	0,008265	0,006865	0,012598	0,007520	0,000000
3500	Energia elétrica, gás natural e outras utilidades	0,019666	0,019151	0,029498	0,035571	0,000000
3680	Água, esgoto e gestão de resíduos	0,010435	0,010779	0,004586	0,016715	0,000000
4180	Construção	0,024013	0,002906	0,006763	0,008859	0,000000
4580	Comércio por atacado e varejo	0,059404	0,092344	0,030378	0,040384	0,000000
4900	Transporte terrestre	0,020838	0,016515	0,015124	0,034896	0,000000
5000	Transporte aquaviário	0,000376	0,000391	0,000493	0,000524	0,000000
5100	Transporte aéreo	0,003132	0,001557	0,003372	0,058521	0,000000
5280	Armazenamento, atividades auxiliares dos transportes e correio	0,005953	0,005507	0,005213	0,020077	0,000000
5500	Alojamento	0,002201	0,000806	0,002529	0,031710	0,000000
5600	Alimentação	0,027913	0,014967	0,002572	0,052267	0,000000
5800	Edição e edição integrada à impressão	0,001121	0,001647	0,002967	0,003453	0,000000
5980	Atividades de televisão, rádio, cinema e gravação/edição de som e imagem	0,004682	0,002622	0,018307	0,007915	0,000000
6100	Telecomunicações	0,009752	0,013249	0,014636	0,022775	0,000000
6280	Desenvolvimento de sistemas e outros serviços de informação	0,013502	0,002903	0,006857	0,012418	0,000000
6480	Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	0,014120	0,041793	0,044133	0,038825	0,000000
6800	Atividades imobiliárias	0,006452	0,012082	0,074299	0,019296	0,000000
6980	Atividades jurídicas, contábeis, consultoria e sedes de empresas	0,011118	0,018224	0,032035	0,034069	0,000000
7180	Serviços de arquitetura, engenharia, testes/análises técnicas e P & D	0,008787	0,002100	0,002079	0,002842	0,000000
7380	Outras atividades profissionais, científicas e técnicas	0,010951	0,005689	0,039212	0,018202	0,000000
7700	Aluguéis não-imobiliários e gestão de ativos de propriedade intelectual	0,010914	0,003934	0,007633	0,004853	0,000000
7880	Outras atividades administrativas e serviços complementares	0,061170	0,024002	0,029581	0,041755	0,000000
8000	Atividades de vigilância, segurança e investigação	0,008866	0,001663	0,005379	0,002657	0,000000
8400	Administração pública, defesa e seguridade social	0,003040	0,002566	0,006980	0,006236	0,000000
8591	Educação pública	0,000325	0,000199	0,000215	0,000286	0,000000
8592	Educação privada	0,004035	0,000715	0,001046	0,003133	0,000000
8691	Saúde pública	1,000012	0,002418	0,000006	0,000006	0,000000
8692	Saúde privada	0,000165	1,112516	0,000928	0,000242	0,000000
9080	Atividades artísticas, criativas e de espetáculos	0,000986	0,000441	1,024864	0,009588	0,000000
9480	Organizações associativas e outros serviços pessoais	0,009154	0,011917	0,001779	1,003616	0,000000
9700	Serviços domésticos	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	1,000000

(continuação)

Matriz de impacto intersetorial - Matriz de Leontief – 2015 – Brasil (Fonte: IBGE, 2018)

Código da atividade nível 67	Descrição da atividade nível 67	0191 Agricultura, inclusive o apoio à agricultura e a pós-colheita	0192 Pecuária, inclusive o apoio à pecuária	0280 Produção florestal; pesca e aquicultura	0580 Extração de carvão mineral e de minerais não metálicos	0680 Extração de petróleo e gás, inclusive as atividades de apoio	0791 Extração de minério de ferro, inclusive beneficiamentos e a aglomeração	0792 Extração de minerais metálicos não ferrosos, inclusive beneficiamentos
0191	Agricultura, inclusive o apoio à agricultura e a pós-colheita	1,027732	0,054436	0,013645	0,007712	0,004759	0,004920	0,007342
0192	Pecuária, inclusive o apoio à pecuária	0,003118	1,040622	0,005558	0,000849	0,000472	0,000402	0,000710
0280	Produção florestal; pesca e aquicultura	0,003578	0,009131	1,051213	0,000648	0,000400	0,000482	0,000641
0580	Extração de carvão mineral e de minerais não metálicos	0,003023	0,004454	0,000884	1,016587	0,003983	0,000898	0,001486
0680	Extração de petróleo e gás, inclusive as atividades de apoio	0,022982	0,019166	0,010885	0,030039	1,088226	0,032999	0,047653
0791	Extração de minério de ferro, inclusive beneficiamentos e a aglomeração	0,000184	0,000344	0,000121	0,000581	0,000935	1,010698	0,003675
0792	Extração de minerais metálicos não ferrosos, inclusive beneficiamentos	0,000261	0,000261	0,000093	0,001009	0,000760	0,000515	1,042555
1091	Abate e produtos de carne, inclusive os produtos do laticínio e da pesca	0,000789	0,016444	0,002224	0,000730	0,000532	0,000514	0,000671
1092	Fabricação e refino de açúcar	0,002695	0,003831	0,001424	0,003190	0,002691	0,002707	0,003985
1093	Outros produtos alimentares	0,008014	0,088524	0,028489	0,009231	0,002046	0,002257	0,003414
1100	Fabricação de bebidas	0,000289	0,000385	0,000166	0,000467	0,000546	0,000470	0,000627
1200	Fabricação de produtos do fumo	0,000007	0,000009	0,000003	0,000007	0,000006	0,000013	0,000013
1300	Fabricação de produtos têxteis	0,002450	0,000779	0,000406	0,010427	0,001464	0,000593	0,001275
1400	Confecção de artefatos do vestuário e acessórios	0,000321	0,000343	0,000597	0,000764	0,001237	0,000470	0,000594
1500	Fabricação de calçados e de artefatos de couro	0,000152	0,000190	0,000065	0,000501	0,000145	0,000165	0,000225
1600	Fabricação de produtos da madeira	0,001848	0,003313	0,001019	0,000877	0,000550	0,000829	0,001050
1700	Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	0,003640	0,005129	0,002032	0,003068	0,002536	0,003783	0,004376
1800	Impressão e reprodução de gravações	0,000976	0,001253	0,000684	0,001273	0,001190	0,001449	0,001821
1991	Refino de petróleo e coquerias	0,078701	0,065121	0,038115	0,105339	0,044373	0,110372	0,164722
1992	Fabricação de biocombustíveis	0,004193	0,004230	0,001895	0,005074	0,004908	0,004804	0,007113
2091	Fabricação de químicos orgânicos e inorgânicos, resinas e elastômeros	0,156485	0,049256	0,015232	0,035970	0,023828	0,009111	0,018518
2092	Fabricação de defensivos, desinfestantes, tintas e químicos diversos	0,075427	0,026830	0,004801	0,084990	0,004810	0,005970	0,012222
2093	Fabricação de produtos de limpeza, cosméticos/perfumaria e higiene pessoal	0,003473	0,001799	0,000447	0,002183	0,001192	0,001611	0,001933
2100	Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	0,002550	0,022525	0,000855	0,000575	0,000553	0,000210	0,000250
2200	Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	0,007308	0,008583	0,003932	0,013889	0,005008	0,010746	0,010540
2300	Fabricação de produtos de minerais não metálicos	0,009687	0,014357	0,002983	0,006097	0,002899	0,003544	0,004938
2491	Produção de ferro gusa/ferroligas, siderurgia e tubos de aço sem costura	0,002421	0,004676	0,001677	0,008119	0,013127	0,007421	0,016536
2492	Metalurgia de metais não ferrosos e a fundição de metais	0,001904	0,001590	0,000638	0,002739	0,002434	0,002605	0,010086

2500	Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	0,003966	0,006784	0,002729	0,007799	0,012128	0,014582	0,021726
2600	Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	0,000441	0,000501	0,000265	0,001239	0,002280	0,001960	0,002537
2700	Fabricação de máquinas e equipamentos elétricos	0,001843	0,002652	0,001070	0,004396	0,003506	0,004222	0,006435
2800	Fabricação de máquinas e equipamentos mecânicos	0,001406	0,001618	0,001000	0,011283	0,017953	0,036885	0,049586
2991	Fabricação de automóveis, caminhões e ônibus, exceto peças	0,000432	0,000499	0,000214	0,000531	0,000400	0,000645	0,000867
2992	Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores	0,002073	0,002474	0,001185	0,003162	0,002434	0,003258	0,004462
3000	Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	0,000311	0,000363	0,000221	0,001009	0,000823	0,001012	0,001690
3180	Fabricação de móveis e de produtos de indústrias diversas	0,000573	0,000662	0,000445	0,001260	0,001090	0,001158	0,001463
3300	Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	0,004157	0,004076	0,003872	0,034234	0,022284	0,021167	0,047554
3500	Energia elétrica, gás natural e outras utilidades	0,046888	0,059786	0,022903	0,061796	0,010554	0,039536	0,056324
3680	Água, esgoto e gestão de resíduos	0,002112	0,001739	0,000735	0,004004	0,002145	0,005273	0,006972
4180	Construção	0,001745	0,002865	0,001151	0,002594	0,015181	0,025439	0,026153
4580	Comércio por atacado e varejo	0,087433	0,107311	0,042133	0,076145	0,048176	0,076611	0,110590
4900	Transporte terrestre	0,041265	0,045950	0,027599	0,066408	0,052569	0,065245	0,089198
5000	Transporte aquaviário	0,001920	0,001583	0,000680	0,001904	0,027762	0,001711	0,003719
5100	Transporte aéreo	0,001409	0,001310	0,000714	0,001903	0,011085	0,002090	0,003777
5280	Armazenamento, atividades auxiliares dos transportes e correio	0,009060	0,007659	0,008658	0,008570	0,032446	0,046377	0,042193
5500	Alojamento	0,000567	0,000619	0,000320	0,001045	0,001544	0,001371	0,001693
5600	Alimentação	0,000869	0,000931	0,000526	0,001532	0,003015	0,001652	0,002188
5800	Edição e edição integrada à impressão	0,000430	0,000468	0,000249	0,000523	0,000540	0,000542	0,000572
5980	Atividades de televisão, rádio, cinema e gravação/edição de som e imagem	0,002018	0,003891	0,002180	0,003353	0,003720	0,002870	0,003144
6100	Telecomunicações	0,003123	0,003691	0,001920	0,005750	0,008227	0,005881	0,006994
6280	Desenvolvimento de sistemas e outros serviços de informação	0,003200	0,003712	0,001824	0,004299	0,004444	0,007623	0,006789
6480	Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	0,034347	0,033112	0,022836	0,052873	0,037471	0,049030	0,060032
6800	Atividades imobiliárias	0,004178	0,004918	0,002337	0,005894	0,006731	0,006554	0,007843
6980	Atividades jurídicas, contábeis, consultoria e sedes de empresas	0,015675	0,015793	0,007118	0,042707	0,075372	0,070833	0,036047
7180	Serviços de arquitetura, engenharia, testes/análises técnicas e P & D	0,005989	0,004066	0,001562	0,007330	0,017087	0,011499	0,016910
7380	Outras atividades profissionais, científicas e técnicas	0,004987	0,009803	0,005506	0,008259	0,009043	0,006998	0,007621
7700	Aluguéis não imobiliários e gestão de ativos de propriedade intelectual	0,002703	0,002669	0,002536	0,009816	0,030971	0,014435	0,014672
7880	Outras atividades administrativas e serviços complementares	0,007365	0,008163	0,004489	0,030598	0,013007	0,016874	0,022117
8000	Atividades de vigilância, segurança e investigação	0,002063	0,002142	0,001178	0,002921	0,003355	0,004382	0,004991
8400	Administração pública, defesa e seguridade social	0,002272	0,002626	0,001382	0,003475	0,005576	0,006441	0,005207
8591	Educação pública	0,000143	0,000146	0,000046	0,000219	0,000205	0,000920	0,000247
8592	Educação privada	0,000749	0,000793	0,000412	0,001511	0,002114	0,003883	0,003322
8691	Saúde pública	0,000010	0,000010	0,000003	0,000011	0,000010	0,000076	0,000013

8692	Saúde privada	0,000019	0,000022	0,000011	0,000027	0,000031	0,000033	0,000036
9080	Atividades artísticas, criativas e de espetáculos	0,000288	0,000526	0,000295	0,000479	0,000539	0,000440	0,000483
9480	Organizações associativas e outros serviços pessoais	0,001497	0,001521	0,001189	0,003284	0,004631	0,005242	0,005576
9700	Serviços domésticos	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000

Código da atividade nível 67	Descrição da atividade nível 67	1091 Abate e produtos de carne, inclusive os produtos do laticínio e da pesca	1092 Fabricação e refino de açúcar	1093 Outros produtos alimentares	1100 Fabricação de bebidas	1200 Fabricação de produtos do fumo	1300 Fabricação de produtos têxteis	1400 Confecção de artefatos do vestuário e acessórios
0191	Agricultura, inclusive o apoio à agricultura e a pós-colheita	0,075769	0,553027	0,263244	0,047229	0,404804	0,096777	0,032290
0192	Pecuária, inclusive o apoio à pecuária	0,364224	0,004870	0,020241	0,002610	0,018047	0,005261	0,003669
0280	Produção florestal; pesca e aquicultura	0,011550	0,002169	0,003985	0,001821	0,004880	0,002612	0,001389
0580	Extração de carvão mineral e de minerais não metálicos	0,002487	0,002289	0,002917	0,002517	0,001452	0,001663	0,000661
0680	Extração de petróleo e gás, inclusive as atividades de apoio	0,022057	0,029116	0,025308	0,017735	0,013586	0,015733	0,008440
0791	Extração de minério de ferro, inclusive beneficiamentos e a aglomeração	0,000455	0,000218	0,000361	0,001064	0,000159	0,000182	0,000154
0792	Extração de minerais metálicos não ferrosos, inclusive beneficiamentos	0,000436	0,000254	0,000493	0,000596	0,000189	0,000254	0,000179
1091	Abate e produtos de carne, inclusive os produtos do laticínio e da pesca	1,094127	0,000851	0,011084	0,001677	0,000910	0,000650	0,000531
1092	Fabricação e refino de açúcar	0,005618	1,024296	0,018593	0,014608	0,001571	0,001474	0,000880
1093	Outros produtos alimentares	0,129719	0,006363	1,107840	0,038136	0,005932	0,003912	0,002534
1100	Fabricação de bebidas	0,002880	0,000381	0,000887	1,141623	0,000429	0,000451	0,000409
1200	Fabricação de produtos do fumo	0,000017	0,000007	0,000016	0,000012	1,050682	0,000015	0,000014
1300	Fabricação de produtos têxteis	0,001184	0,003835	0,002728	0,001584	0,001332	1,214504	0,259017
1400	Confecção de artefatos do vestuário e acessórios	0,000593	0,000531	0,000626	0,000725	0,000472	0,002077	1,044365
1500	Fabricação de calçados e de artefatos de couro	0,000303	0,000158	0,000325	0,000287	0,000181	0,000440	0,000472
1600	Fabricação de produtos da madeira	0,002180	0,001263	0,002513	0,002567	0,001366	0,001597	0,001921
1700	Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	0,019611	0,003726	0,019896	0,009911	0,048002	0,018613	0,010899
1800	Impressão e reprodução de gravações	0,002506	0,001555	0,002695	0,007207	0,002351	0,001907	0,002043
1991	Refino de petróleo e coquerias	0,076204	0,103185	0,084460	0,058496	0,045999	0,046701	0,027478
1992	Fabricação de biocombustíveis	0,004910	0,010691	0,008116	0,006127	0,002447	0,002399	0,001408
2091	Fabricação de químicos orgânicos e inorgânicos, resinas e elastômeros	0,034604	0,092976	0,056867	0,024214	0,067341	0,105326	0,029407
2092	Fabricação de defensivos, desinfestantes, tintas e químicos diversos	0,020336	0,042723	0,033055	0,010694	0,032296	0,019206	0,007170
2093	Fabricação de produtos de limpeza, cosméticos/perfumaria e higiene pessoal	0,002120	0,002553	0,002894	0,002087	0,002570	0,002619	0,001931
2100	Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	0,008477	0,001530	0,002190	0,000507	0,001476	0,000689	0,000382
2200	Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	0,023487	0,010356	0,041705	0,060729	0,005681	0,011517	0,009816
2300	Fabricação de produtos de minerais não metálicos	0,007213	0,007594	0,010183	0,026530	0,004714	0,003429	0,002464
2491	Produção de ferro gusa/ferroligas, siderurgia e tubos de aço sem costura	0,006272	0,002925	0,004868	0,014708	0,002060	0,002474	0,002089

2492	Metalurgia de metais não ferrosos e a fundição de metais	0,003345	0,001940	0,003761	0,003782	0,001477	0,001976	0,001585
2500	Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	0,015186	0,004865	0,012983	0,062572	0,003644	0,004431	0,003461
2600	Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	0,000897	0,000785	0,000886	0,001252	0,000733	0,000706	0,000686
2700	Fabricação de máquinas e equipamentos elétricos	0,002818	0,002432	0,002841	0,003294	0,001765	0,003396	0,001814
2800	Fabricação de máquinas e equipamentos mecânicos	0,002678	0,002615	0,002562	0,004562	0,001465	0,001945	0,001609
2991	Fabricação de automóveis, caminhões e ônibus, exceto peças	0,000798	0,001497	0,000819	0,000724	0,000494	0,000653	0,000612
2992	Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores	0,004524	0,003792	0,005037	0,005060	0,002205	0,003672	0,002930
3000	Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	0,000756	0,000724	0,000808	0,001221	0,000348	0,000465	0,000448
3180	Fabricação de móveis e de produtos de indústrias diversas	0,001004	0,000779	0,001259	0,001985	0,000590	0,001826	0,014196
3300	Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	0,008931	0,013007	0,007634	0,011471	0,005077	0,007453	0,007094
3500	Energia elétrica, gás natural e outras utilidades	0,043564	0,031856	0,043706	0,033385	0,031984	0,070802	0,026815
3680	Água, esgoto e gestão de resíduos	0,003128	0,003417	0,003925	0,010526	0,002189	0,003540	0,002284
4180	Construção	0,003056	0,003039	0,003000	0,003819	0,002150	0,002689	0,002009
4580	Comércio por atacado e varejo	0,172073	0,081853	0,158691	0,117881	0,103288	0,143322	0,147080
4900	Transporte terrestre	0,098398	0,106370	0,124373	0,096176	0,040751	0,057402	0,045719
5000	Transporte aquaviário	0,006705	0,003417	0,003968	0,001672	0,001820	0,001892	0,001187
5100	Transporte aéreo	0,002871	0,001947	0,002821	0,002799	0,003070	0,002174	0,001826
5280	Armazenamento, atividades auxiliares dos transportes e correio	0,023775	0,043741	0,026414	0,040572	0,009673	0,011551	0,008294
5500	Alojamento	0,001582	0,001058	0,001548	0,001477	0,001777	0,001083	0,000940
5600	Alimentação	0,001496	0,001381	0,002059	0,002107	0,001592	0,001366	0,001089
5800	Edição e edição integrada à impressão	0,000830	0,000610	0,000932	0,002313	0,000963	0,000567	0,000573
5980	Atividades de televisão, rádio, cinema e gravação/edição de som e imagem	0,007877	0,003758	0,009110	0,032145	0,009445	0,003688	0,005414
6100	Telecomunicações	0,009071	0,008121	0,011708	0,013734	0,006115	0,009729	0,015163
6280	Desenvolvimento de sistemas e outros serviços de informação	0,007614	0,005008	0,008941	0,009808	0,007305	0,005075	0,004851
6480	Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	0,052639	0,065991	0,051271	0,048295	0,048952	0,041424	0,037533
6800	Atividades imobiliárias	0,010102	0,007886	0,009723	0,009041	0,007458	0,012220	0,011795
6980	Atividades jurídicas, contábeis, consultoria e sedes de empresas	0,039368	0,033661	0,051330	0,046944	0,076275	0,022675	0,016955
7180	Serviços de arquitetura, engenharia, testes/análises técnicas e P & D	0,010228	0,012663	0,010424	0,009231	0,012907	0,005745	0,005991
7380	Outras atividades profissionais, científicas e técnicas	0,019741	0,009137	0,022755	0,082388	0,024034	0,008825	0,012915
7700	Aluguéis não imobiliários e gestão de ativos de propriedade intelectual	0,004842	0,007671	0,006437	0,007731	0,003671	0,003543	0,003076
7880	Outras atividades administrativas e serviços complementares	0,015231	0,018088	0,017364	0,026699	0,017737	0,014306	0,012417
8000	Atividades de vigilância, segurança e investigação	0,004947	0,005702	0,004976	0,006010	0,011099	0,003316	0,002870
8400	Administração pública, defesa e seguridade social	0,005240	0,004822	0,006715	0,012042	0,007688	0,002912	0,002735
8591	Educação pública	0,000359	0,000271	0,000287	0,000729	0,000713	0,000156	0,000227
8592	Educação privada	0,001608	0,001483	0,001937	0,002152	0,001917	0,001063	0,000888

8691	Saúde pública	0,000024	0,000019	0,000019	0,000058	0,000056	0,000009	0,000016
8692	Saúde privada	0,000046	0,000036	0,000044	0,000044	0,000036	0,000054	0,000053
9080	Atividades artísticas, criativas e de espetáculos	0,001062	0,000537	0,001218	0,004114	0,001245	0,000540	0,000762
9480	Organizações associativas e outros serviços pessoais	0,002957	0,003358	0,003128	0,004475	0,002572	0,002933	0,003478
9700	Serviços domésticos	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000

(continuação)

Código da atividade nível 67	Descrição da atividade nível 67	1500 Fabricação de calçados e de artefatos de couro	1600 Fabricação de produtos da madeira	1700 Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	1800 Impressão e reprodução de gravações	1991 Refino de petróleo e coquerias	1992 Fabricação de biocombustíveis	2091 Fabricação de químicos orgânicos e inorgânicos, resinas e elastômeros
0191	Agricultura, inclusive o apoio à agricultura e a pós-colheita	0,017568	0,011283	0,010012	0,003805	0,046790	0,460606	0,008306
0192	Pecuária, inclusive o apoio à pecuária	0,031218	0,007395	0,003857	0,000647	0,001242	0,012204	0,000786
0280	Produção florestal; pesca e aquicultura	0,002953	0,111383	0,049649	0,003495	0,000472	0,002278	0,001797
0580	Extração de carvão mineral e de minerais não metálicos	0,001128	0,000962	0,001601	0,000842	0,002298	0,007041	0,013458
0680	Extração de petróleo e gás, inclusive as atividades de apoio	0,013239	0,015615	0,023090	0,008417	0,406491	0,028458	0,044612
0791	Extração de minério de ferro, inclusive beneficiamentos e a aglomeração	0,000198	0,000334	0,000393	0,000361	0,000418	0,000238	0,000264
0792	Extração de minerais metálicos não ferrosos, inclusive beneficiamentos	0,000247	0,000376	0,000668	0,001317	0,000360	0,000315	0,000739
1091	Abate e produtos de carne, inclusive os produtos do laticínio e da pesca	0,090838	0,000836	0,000940	0,000624	0,001594	0,020075	0,000711
1092	Fabricação e refino de açúcar	0,001636	0,001740	0,002121	0,001195	0,032143	0,019117	0,004281
1093	Outros produtos alimentares	0,014117	0,006834	0,011905	0,003623	0,011876	0,058258	0,006527
1100	Fabricação de bebidas	0,000655	0,000424	0,000500	0,000501	0,000571	0,000466	0,000474
1200	Fabricação de produtos do fumo	0,000018	0,000017	0,000033	0,000025	0,000004	0,000008	0,000009
1300	Fabricação de produtos têxteis	0,096969	0,001200	0,002692	0,001347	0,000908	0,001615	0,000973
1400	Confecção de artefatos do vestuário e acessórios	0,002217	0,000497	0,000576	0,000405	0,000616	0,000469	0,000466
1500	Fabricação de calçados e de artefatos de couro	1,151281	0,000265	0,001056	0,000340	0,000412	0,000248	0,000245
1600	Fabricação de produtos da madeira	0,001333	1,130914	0,007806	0,001144	0,000457	0,001262	0,000800
1700	Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	0,025714	0,029988	1,117641	0,064068	0,002586	0,005209	0,003264
1800	Impressão e reprodução de gravações	0,002728	0,002203	0,004135	1,057025	0,001021	0,001619	0,001394
1991	Refino de petróleo e coquerias	0,044666	0,049841	0,067580	0,027568	1,497000	0,100223	0,140250
1992	Fabricação de biocombustíveis	0,002319	0,002771	0,003319	0,001607	0,061093	1,013990	0,007670
2091	Fabricação de químicos orgânicos e inorgânicos, resinas e elastômeros	0,058173	0,034199	0,068025	0,027429	0,027878	0,102621	1,248293
2092	Fabricação de defensivos, desinfestantes, tintas e químicos diversos	0,013190	0,029142	0,026982	0,052972	0,008510	0,040832	0,018948
2093	Fabricação de produtos de limpeza, cosméticos/perfumaria e higiene pessoal	0,001819	0,002201	0,003255	0,002976	0,001527	0,002626	0,003472
2100	Fabricação de produtos farmacêuticos e farmacêuticos	0,001046	0,000513	0,000488	0,000337	0,000404	0,001691	0,001104
2200	Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	0,026970	0,015310	0,017105	0,055955	0,004535	0,009656	0,016204
2300	Fabricação de produtos de minerais não metálicos	0,002575	0,002577	0,004590	0,002752	0,002823	0,005964	0,006349

2491	Produção de ferro gusa/ferroligas, siderurgia e tubos de aço sem costura	0,002665	0,004635	0,005296	0,004582	0,005847	0,003229	0,003412
2492	Metalurgia de metais não ferrosos e a fundição de metais	0,001927	0,002227	0,006031	0,014152	0,001454	0,002154	0,005837
2500	Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	0,004849	0,012996	0,005798	0,006583	0,006804	0,005630	0,006261
2600	Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	0,000824	0,000949	0,001202	0,011680	0,001093	0,000835	0,000813
2700	Fabricação de máquinas e equipamentos elétricos	0,002174	0,003854	0,003938	0,004367	0,001945	0,002499	0,003249
2800	Fabricação de máquinas e equipamentos mecânicos	0,002059	0,005075	0,004838	0,007183	0,007947	0,003141	0,002913
2991	Fabricação de automóveis, caminhões e ônibus, exceto peças	0,000691	0,000654	0,000704	0,000636	0,000342	0,000573	0,000569
2992	Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores	0,003882	0,003460	0,003524	0,003017	0,002072	0,003511	0,003156
3000	Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	0,000547	0,000863	0,000994	0,001291	0,000534	0,000771	0,000603
3180	Fabricação de móveis e de produtos de indústrias diversas	0,005251	0,001974	0,001132	0,001495	0,000690	0,000708	0,001369
3300	Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	0,008227	0,021963	0,032517	0,054974	0,012616	0,017835	0,011893
3500	Energia elétrica, gás natural e outras utilidades	0,030858	0,064142	0,056693	0,026033	0,009702	0,035063	0,064289
3680	Água, esgoto e gestão de resíduos	0,002835	0,010340	0,005955	0,002990	0,003099	0,003022	0,006775
4180	Construção	0,002218	0,002479	0,003253	0,003842	0,006630	0,003308	0,003296
4580	Comércio por atacado e varejo	0,152792	0,123710	0,138437	0,133732	0,053823	0,098195	0,103390
4900	Transporte terrestre	0,069136	0,073940	0,074262	0,042737	0,050177	0,092746	0,070273
5000	Transporte aquaviário	0,002089	0,006888	0,016928	0,002626	0,014945	0,002522	0,007782
5100	Transporte aéreo	0,002735	0,002924	0,003009	0,002405	0,004836	0,001878	0,003266
5280	Armazenamento, atividades auxiliares dos transportes e correio	0,013541	0,017667	0,027141	0,017561	0,020525	0,029320	0,016229
5500	Alojamento	0,001320	0,000897	0,001440	0,001102	0,000907	0,000952	0,001217
5600	Alimentação	0,001329	0,001179	0,001565	0,001911	0,001665	0,001338	0,001853
5800	Edição e edição integrada à impressão	0,001049	0,000489	0,000781	0,001602	0,000432	0,000596	0,001437
5980	Atividades de televisão, rádio, cinema e gravação/edição de som e imagem	0,012344	0,003293	0,006103	0,004768	0,002847	0,003735	0,003035
6100	Telecomunicações	0,010699	0,007549	0,010195	0,023786	0,005906	0,008111	0,006390
6280	Desenvolvimento de sistemas e outros serviços de informação	0,005935	0,004485	0,007175	0,004652	0,003607	0,004700	0,006479
6480	Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	0,044807	0,041150	0,051398	0,040066	0,037944	0,055950	0,049638
6800	Atividades imobiliárias	0,009385	0,006961	0,008815	0,008579	0,005494	0,008963	0,006690
6980	Atividades jurídicas, contábeis, consultoria e sedes de empresas	0,021776	0,024123	0,041217	0,024518	0,054383	0,032331	0,040247
7180	Serviços de arquitetura, engenharia, testes/análises técnicas e P & D	0,007497	0,005824	0,012039	0,006722	0,008825	0,012354	0,010249
7380	Outras atividades profissionais, científicas e técnicas	0,031218	0,007968	0,015063	0,010631	0,006945	0,009074	0,007383
7700	Aluguéis não imobiliários e gestão de ativos de propriedade intelectual	0,003844	0,006515	0,009645	0,009144	0,013700	0,005052	0,005191
7880	Outras atividades administrativas e serviços complementares	0,016689	0,011234	0,019235	0,013305	0,010096	0,019561	0,013375
8000	Atividades de vigilância, segurança e investigação	0,004210	0,004803	0,008524	0,003956	0,002880	0,003245	0,004475
8400	Administração pública, defesa e seguridade social	0,004952	0,003882	0,005296	0,003114	0,003893	0,004209	0,005411
8591	Educação pública	0,000458	0,000305	0,000377	0,000183	0,000136	0,000188	0,000488

8592	Educação privada	0,001229	0,001119	0,002117	0,001080	0,001507	0,001374	0,001443
8691	Saúde pública	0,000036	0,000024	0,000028	0,000012	0,000007	0,000012	0,000039
8692	Saúde privada	0,000044	0,000032	0,000041	0,000039	0,000025	0,000040	0,000032
9080	Atividades artísticas, criativas e de espetáculos	0,001622	0,000482	0,000841	0,000682	0,000407	0,000535	0,000436
9480	Organizações associativas e outros serviços pessoais	0,003400	0,003839	0,003603	0,004205	0,002896	0,003033	0,002418
9700	Serviços domésticos	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000

(continuação)

Código da atividade nível 67	Descrição da atividade nível 67	2092 Fabricação de defensivos, desinfestantes, tintas e químicos diversos	2093 Fabricação de produtos de limpeza, cosméticos/perfumaria e higiene pessoal	2100 Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	2200 Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	2300 Fabricação de produtos de minerais não metálicos	2491 Produção de ferro gusa/ferroligas, siderurgia e tubos de aço sem costura	2492 Metalurgia de metais não ferrosos e a fundição de metais
0191	Agricultura, inclusive o apoio à agricultura e a pós-colheita	0,012760	0,030905	0,011929	0,006350	0,006274	0,005558	0,005711
0192	Pecuária, inclusive o apoio à pecuária	0,001051	0,014451	0,000853	0,001197	0,001588	0,000986	0,001203
0280	Produção florestal; pesca e aquicultura	0,000953	0,003310	0,001219	0,011003	0,002931	0,008189	0,000651
0580	Extração de carvão mineral e de minerais não metálicos	0,004024	0,002622	0,000801	0,002643	0,064503	0,015010	0,008091
0680	Extração de petróleo e gás, inclusive as atividades de apoio	0,019589	0,019779	0,010485	0,020435	0,033686	0,028798	0,028060
0791	Extração de minério de ferro, inclusive beneficiamentos e a aglomeração	0,000363	0,000574	0,000198	0,000681	0,001870	0,075435	0,004205
0792	Extração de minerais metálicos não ferrosos, inclusive beneficiamentos	0,000864	0,000648	0,000292	0,000538	0,001327	0,019255	0,084779
1091	Abate e produtos de carne, inclusive os produtos do laticínio e da pesca	0,001290	0,040225	0,001153	0,000708	0,000642	0,000594	0,000670
1092	Fabricação e refino de açúcar	0,008729	0,015213	0,006768	0,002068	0,002732	0,002376	0,002218
1093	Outros produtos alimentares	0,014045	0,034071	0,005565	0,004526	0,003870	0,002938	0,002946
1100	Fabricação de bebidas	0,000698	0,000778	0,001001	0,000477	0,000489	0,000565	0,000624
1200	Fabricação de produtos do fumo	0,000011	0,000024	0,000018	0,000017	0,000017	0,000011	0,000017
1300	Fabricação de produtos têxteis	0,001802	0,001926	0,002639	0,009158	0,002175	0,000913	0,000799
1400	Confecção de artefatos do vestuário e acessórios	0,000628	0,000595	0,000550	0,000525	0,000849	0,000704	0,000587
1500	Fabricação de calçados e de artefatos de couro	0,000406	0,000597	0,000279	0,000507	0,000306	0,000220	0,000229
1600	Fabricação de produtos da madeira	0,001325	0,001290	0,000746	0,001162	0,001530	0,001165	0,001173
1700	Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	0,006276	0,045607	0,020048	0,024227	0,027529	0,003513	0,003143
1800	Impressão e reprodução de gravações	0,002042	0,003159	0,002944	0,002233	0,002108	0,001757	0,001785
1991	Refino de petróleo e coquerias	0,064466	0,066555	0,035328	0,066689	0,106005	0,093799	0,087204
1992	Fabricação de biocombustíveis	0,007456	0,027767	0,012484	0,003364	0,004780	0,004218	0,003900
2091	Fabricação de químicos orgânicos e inorgânicos, resinas e elastômeros	0,192354	0,114357	0,032862	0,171902	0,050367	0,018542	0,028429
2092	Fabricação de defensivos, desinfestantes, tintas e químicos diversos	1,093934	0,049459	0,017962	0,038346	0,024318	0,009158	0,006558
2093	Fabricação de produtos de limpeza, cosméticos/perfumaria e higiene pessoal	0,006375	1,025082	0,001849	0,002619	0,002276	0,001421	0,001794
2100	Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	0,002675	0,001649	1,018621	0,000676	0,000351	0,000235	0,000279
2200	Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	0,017703	0,055571	0,013690	1,144205	0,032572	0,011667	0,007441

2300	Fabricação de produtos de minerais não metálicos	0,005342	0,010991	0,002498	0,006385	1,111699	0,005654	0,006493
2491	Produção de ferro gusa/ferroligas, siderurgia e tubos de aço sem costura	0,004856	0,007802	0,002450	0,009518	0,012894	1,083560	0,016838
2492	Metalurgia de metais não ferrosos e a fundição de metais	0,005970	0,003843	0,001736	0,003241	0,004149	0,019422	1,150597
2500	Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	0,014619	0,027749	0,004780	0,005723	0,007432	0,034733	0,011789
2600	Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	0,000910	0,001071	0,001123	0,000913	0,001305	0,001894	0,001461
2700	Fabricação de máquinas e equipamentos elétricos	0,002554	0,002830	0,002047	0,003566	0,005662	0,005989	0,007652
2800	Fabricação de máquinas e equipamentos mecânicos	0,002803	0,003375	0,002450	0,003252	0,005733	0,013473	0,010225
2991	Fabricação de automóveis, caminhões e ônibus, exceto peças	0,000954	0,000771	0,000620	0,000676	0,000755	0,000825	0,000909
2992	Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores	0,003342	0,004363	0,003038	0,003795	0,004580	0,005290	0,003977
3000	Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	0,000649	0,000866	0,000635	0,000594	0,001047	0,002131	0,001145
3180	Fabricação de móveis e de produtos de indústrias diversas	0,001586	0,001749	0,001443	0,002409	0,002251	0,001201	0,001008
3300	Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	0,011501	0,010292	0,012373	0,009759	0,033466	0,072053	0,037206
3500	Energia elétrica, gás natural e outras utilidades	0,033437	0,029344	0,018872	0,053786	0,095198	0,072229	0,097473
3680	Água, esgoto e gestão de resíduos	0,008619	0,006277	0,003529	0,006588	0,008856	0,034807	0,032153
4180	Construção	0,003051	0,003006	0,002751	0,002538	0,003520	0,008736	0,039436
4580	Comércio por atacado e varejo	0,123208	0,142482	0,105182	0,141065	0,133448	0,124641	0,176077
4900	Transporte terrestre	0,063070	0,085541	0,070766	0,063641	0,077025	0,113627	0,063664
5000	Transporte aquaviário	0,002487	0,003684	0,001241	0,002753	0,003761	0,005975	0,004600
5100	Transporte aéreo	0,004903	0,002445	0,003632	0,002210	0,003266	0,002695	0,002188
5280	Armazenamento, atividades auxiliares dos transportes e correio	0,019460	0,021538	0,018252	0,011158	0,013390	0,039352	0,014013
5500	Alojamento	0,001914	0,001565	0,002730	0,001399	0,001423	0,001902	0,001415
5600	Alimentação	0,002924	0,001829	0,005832	0,001462	0,001573	0,001742	0,002210
5800	Edição e edição integrada à impressão	0,000835	0,001370	0,001350	0,000721	0,000675	0,000623	0,000578
5980	Atividades de televisão, rádio, cinema e gravação/edição de som e imagem	0,005842	0,015468	0,016109	0,004854	0,004822	0,003990	0,003387
6100	Telecomunicações	0,008956	0,007456	0,010153	0,008267	0,011528	0,007129	0,006218
6280	Desenvolvimento de sistemas e outros serviços de informação	0,007902	0,007374	0,012107	0,005948	0,006206	0,006907	0,005451
6480	Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	0,043408	0,049052	0,035875	0,042624	0,051430	0,053397	0,048665
6800	Atividades imobiliárias	0,008133	0,011174	0,010546	0,009828	0,009127	0,009299	0,008000
6980	Atividades jurídicas, contábeis, consultoria e sedes de empresas	0,068257	0,059076	0,087194	0,035088	0,046236	0,039331	0,025905
7180	Serviços de arquitetura, engenharia, testes/análises técnicas e P & D	0,013747	0,017139	0,021665	0,014499	0,013404	0,010915	0,011552
7380	Outras atividades profissionais, científicas e técnicas	0,014477	0,039554	0,041030	0,011957	0,011643	0,009802	0,008294
7700	Aluguéis não imobiliários e gestão de ativos de propriedade intelectual	0,005862	0,005178	0,004793	0,004920	0,007632	0,010666	0,007771
7880	Outras atividades administrativas e serviços complementares	0,021710	0,021484	0,030122	0,017068	0,022248	0,017511	0,020761
8000	Atividades de vigilância, segurança e investigação	0,005557	0,004738	0,006885	0,004944	0,008903	0,004852	0,004512
8400	Administração pública, defesa e seguridade social	0,006144	0,008405	0,009461	0,004156	0,004775	0,006154	0,004876

8591	Educação pública	0,000409	0,001010	0,001815	0,000382	0,000374	0,000383	0,001000
8592	Educação privada	0,002221	0,002026	0,002357	0,001355	0,001636	0,003762	0,002694
8691	Saúde pública	0,000029	0,000084	0,000156	0,000029	0,000026	0,000027	0,000085
8692	Saúde privada	0,000038	0,000054	0,000056	0,000045	0,000042	0,000043	0,000040
9080	Atividades artísticas, criativas e de espetáculos	0,000797	0,002019	0,002100	0,000685	0,000685	0,000576	0,000495
9480	Organizações associativas e outros serviços pessoais	0,002547	0,003348	0,003558	0,003453	0,003995	0,003528	0,003040
9700	Serviços domésticos	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000

(continuação)

Código da atividade nível 67	Descrição da atividade nível 67	2500 Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	2600 Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	2700 Fabricação de máquinas e equipamentos elétricos	2800 Fabricação de máquinas e equipamentos mecânicos	2991 Fabricação de automóveis, caminhões e ônibus, exceto peças	2992 Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores	3000 Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores
0191	Agricultura, inclusive o apoio à agricultura e a pós-colheita	0,004170	0,002719	0,004380	0,003764	0,004516	0,005401	0,003444
0192	Pecuária, inclusive o apoio à pecuária	0,000827	0,000377	0,000576	0,000516	0,000630	0,000647	0,000496
0280	Produção florestal; pesca e aquicultura	0,002683	0,001004	0,001353	0,001459	0,001683	0,002054	0,001796
0580	Extração de carvão mineral e de minerais não metálicos	0,003245	0,000400	0,002924	0,001647	0,002298	0,002838	0,001603
0680	Extração de petróleo e gás, inclusive as atividades de apoio	0,015704	0,006804	0,015819	0,010194	0,013734	0,014421	0,009703
0791	Extração de minério de ferro, inclusive beneficiamentos e a aglomeração	0,012391	0,000365	0,003717	0,005283	0,004185	0,006702	0,003121
0792	Extração de minerais metálicos não ferrosos, inclusive beneficiamentos	0,005320	0,000467	0,008187	0,002855	0,002425	0,006664	0,002869
1091	Abate e produtos de carne, inclusive os produtos do laticínio e da pesca	0,001297	0,000467	0,000630	0,000631	0,000802	0,000602	0,000513
1092	Fabricação e refino de açúcar	0,001577	0,000753	0,001521	0,001356	0,001410	0,001297	0,001040
1093	Outros produtos alimentares	0,002656	0,001812	0,002693	0,002336	0,002652	0,002464	0,002043
1100	Fabricação de bebidas	0,000638	0,000461	0,000621	0,000829	0,000845	0,000551	0,000593
1200	Fabricação de produtos do fumo	0,000013	0,000014	0,000018	0,000025	0,000018	0,000017	0,000014
1300	Fabricação de produtos têxteis	0,001768	0,000698	0,001818	0,001102	0,005020	0,020583	0,003655
1400	Confeção de artefatos do vestuário e acessórios	0,001374	0,000445	0,000586	0,000551	0,000695	0,000795	0,000515
1500	Fabricação de calçados e de artefatos de couro	0,000646	0,000145	0,000266	0,000216	0,000518	0,000502	0,000242
1600	Fabricação de produtos da madeira	0,003465	0,000698	0,001071	0,004112	0,002391	0,002359	0,009036
1700	Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	0,017249	0,015470	0,010054	0,005621	0,008097	0,014002	0,005572
1800	Impressão e reprodução de gravações	0,001910	0,005467	0,002445	0,002047	0,003045	0,002141	0,001809
1991	Refino de petróleo e coqueiras	0,047301	0,023505	0,052630	0,034182	0,045925	0,044699	0,032378
1992	Fabricação de biocombustíveis	0,002707	0,001202	0,002546	0,001769	0,002300	0,002175	0,001630
2091	Fabricação de químicos orgânicos e inorgânicos, resinas e elastômeros	0,027859	0,009184	0,050625	0,011541	0,019762	0,031167	0,023866
2092	Fabricação de defensivos, desinfestantes, tintas e químicos diversos	0,012350	0,006931	0,008751	0,005768	0,009428	0,008801	0,008458
2093	Fabricação de produtos de limpeza, cosméticos/perfumaria e higiene pessoal	0,005334	0,001398	0,001682	0,001574	0,001557	0,001722	0,001421
2100	Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	0,000298	0,000175	0,000318	0,000212	0,000285	0,000280	0,000204

2200	Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	0,015177	0,018795	0,036992	0,021976	0,066061	0,049250	0,030469
2300	Fabricação de produtos de minerais não metálicos	0,003851	0,001257	0,006774	0,004085	0,014523	0,003944	0,006151
2491	Produção de ferro gusa/ferroligas, siderurgia e tubos de aço sem costura	0,176902	0,004982	0,049686	0,075031	0,059128	0,093636	0,043710
2492	Metalurgia de metais não ferrosos e a fundição de metais	0,029816	0,004689	0,092083	0,019849	0,017787	0,063795	0,026427
2500	Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	1,083525	0,012521	0,036982	0,049975	0,028728	0,034015	0,066660
2600	Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	0,001150	1,104997	0,006883	0,006869	0,002993	0,002728	0,002749
2700	Fabricação de máquinas e equipamentos elétricos	0,004367	0,021406	1,096596	0,023813	0,011112	0,014913	0,012298
2800	Fabricação de máquinas e equipamentos mecânicos	0,007628	0,003267	0,012582	1,092201	0,018026	0,009528	0,016667
2991	Fabricação de automóveis, caminhões e ônibus, exceto peças	0,000705	0,000904	0,002428	0,001598	1,034068	0,003905	0,003799
2992	Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores	0,005130	0,003381	0,006250	0,005974	0,201939	1,104309	0,006516
3000	Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	0,001527	0,000471	0,001092	0,001597	0,001611	0,001426	1,152203
3180	Fabricação de móveis e de produtos de indústrias diversas	0,001484	0,001140	0,001707	0,004309	0,003689	0,007025	0,002024
3300	Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	0,022115	0,004526	0,016383	0,019030	0,011186	0,018549	0,021963
3500	Energia elétrica, gás natural e outras utilidades	0,042389	0,012184	0,036994	0,025066	0,028067	0,049546	0,025953
3680	Água, esgoto e gestão de resíduos	0,009676	0,002187	0,006976	0,005535	0,005787	0,009660	0,005884
4180	Construção	0,004746	0,003283	0,006010	0,003997	0,005643	0,005717	0,008407
4580	Comércio por atacado e varejo	0,119713	0,129407	0,165015	0,159074	0,167964	0,153677	0,134897
4900	Transporte terrestre	0,074295	0,042943	0,059671	0,052563	0,068365	0,062287	0,047337
5000	Transporte aquaviário	0,002529	0,001353	0,002384	0,003145	0,002841	0,002766	0,004328
5100	Transporte aéreo	0,002147	0,004086	0,003890	0,003049	0,003333	0,002518	0,002484
5280	Armazenamento, atividades auxiliares dos transportes e correio	0,022765	0,015544	0,023461	0,012450	0,036159	0,019164	0,022206
5500	Alojamento	0,001941	0,001833	0,002008	0,002386	0,001539	0,001593	0,001847
5600	Alimentação	0,001603	0,001472	0,001682	0,001969	0,003809	0,001515	0,001203
5800	Edição e edição integrada à impressão	0,000601	0,000905	0,000826	0,000589	0,001250	0,000620	0,000605
5980	Atividades de televisão, rádio, cinema e gravação/edição de som e imagem	0,005007	0,009799	0,007367	0,004617	0,015023	0,004465	0,005459
6100	Telecomunicações	0,009403	0,015968	0,012906	0,009329	0,018277	0,022687	0,010458
6280	Desenvolvimento de sistemas e outros serviços de informação	0,005630	0,007454	0,010055	0,005960	0,011307	0,006355	0,005945
6480	Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	0,042923	0,036104	0,045598	0,040313	0,045726	0,041120	0,043045
6800	Atividades imobiliárias	0,008642	0,008414	0,009567	0,008683	0,009648	0,009602	0,007698
6980	Atividades jurídicas, contábeis, consultoria e sedes de empresas	0,025699	0,047812	0,055723	0,033564	0,037117	0,034194	0,022832
7180	Serviços de arquitetura, engenharia, testes/análises técnicas e P & D	0,010456	0,012466	0,011576	0,019159	0,020274	0,015448	0,010705
7380	Outras atividades profissionais, científicas e técnicas	0,012278	0,024242	0,018144	0,011263	0,037624	0,009918	0,013377
7700	Aluguéis não imobiliários e gestão de ativos de propriedade intelectual	0,008270	0,003895	0,005459	0,005923	0,006462	0,006495	0,006768
7880	Outras atividades administrativas e serviços complementares	0,017647	0,020738	0,022063	0,024592	0,022876	0,017637	0,015174
8000	Atividades de vigilância, segurança e investigação	0,005348	0,004483	0,004966	0,005034	0,008397	0,006747	0,005781

8400	Administração pública, defesa e seguridade social	0,004234	0,005198	0,006105	0,004318	0,007753	0,004561	0,003982
8591	Educação pública	0,000265	0,000438	0,001118	0,000653	0,001009	0,000974	0,000475
8592	Educação privada	0,002277	0,001486	0,001953	0,001738	0,002277	0,001661	0,001231
8691	Saúde pública	0,000018	0,000032	0,000095	0,000052	0,000085	0,000083	0,000039
8692	Saúde privada	0,000039	0,000039	0,000048	0,000041	0,000048	0,000047	0,000036
9080	Atividades artísticas, criativas e de espetáculos	0,000708	0,001320	0,001012	0,000657	0,001974	0,000649	0,000754
9480	Organizações associativas e outros serviços pessoais	0,004398	0,005358	0,004203	0,003637	0,004294	0,004068	0,003303
9700	Serviços domésticos	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000

(continuação)

Código da atividade nível 67	Descrição da atividade nível 67	3180 Fabricação de móveis e de produtos de indústrias diversas	3300 Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	3500 Energia elétrica, gás natural e outras utilidades	3680 Água, esgoto e gestão de resíduos	4180 Construção	4580 Comércio por atacado e varejo	4900 Transporte terrestre
0191	Agricultura, inclusive o apoio à agricultura e a pós-colheita	0,005915	0,003267	0,003349	0,002907	0,004191	0,012234	0,012334
0192	Pecuária, inclusive o apoio à pecuária	0,001161	0,000419	0,000376	0,000430	0,001661	0,000862	0,000494
0280	Produção florestal; pesca e aquicultura	0,009722	0,000836	0,000622	0,000550	0,003058	0,001005	0,000500
0580	Extração de carvão mineral e de minerais não metálicos	0,002044	0,001255	0,002970	0,007872	0,017040	0,000510	0,000752
0680	Extração de petróleo e gás, inclusive as atividades de apoio	0,010736	0,008460	0,045311	0,016177	0,013618	0,011484	0,086581
0791	Extração de minério de ferro, inclusive beneficiamentos e a aglomeração	0,001544	0,002446	0,000538	0,000523	0,002517	0,000263	0,000347
0792	Extração de minerais metálicos não ferrosos, inclusive beneficiamentos	0,002627	0,002796	0,000493	0,000499	0,001308	0,000267	0,000337
1091	Abate e produtos de carne, inclusive os produtos do laticínio e da pesca	0,000587	0,000565	0,000546	0,000299	0,000444	0,000843	0,000647
1092	Fabricação e refino de açúcar	0,001149	0,001221	0,001746	0,001038	0,001469	0,001273	0,007763
1093	Outros produtos alimentares	0,003053	0,002226	0,001481	0,001419	0,002172	0,004756	0,003757
1100	Fabricação de bebidas	0,000450	0,000780	0,000514	0,000268	0,000427	0,000453	0,000412
1200	Fabricação de produtos do fumo	0,000015	0,000021	0,000006	0,000005	0,000009	0,000007	0,000007
1300	Fabricação de produtos têxteis	0,022525	0,000995	0,001023	0,001293	0,002054	0,000908	0,001400
1400	Confecção de artefatos do vestuário e acessórios	0,000673	0,000411	0,001447	0,002515	0,000474	0,000827	0,001153
1500	Fabricação de calçados e de artefatos de couro	0,000771	0,000199	0,001137	0,000152	0,000215	0,000128	0,000236
1600	Fabricação de produtos da madeira	0,084604	0,001233	0,003414	0,001192	0,009622	0,002511	0,000528
1700	Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	0,018760	0,004250	0,002818	0,002997	0,005759	0,007429	0,002903
1800	Impressão e reprodução de gravações	0,002228	0,001557	0,001813	0,001105	0,001312	0,006965	0,001339
1991	Refino de petróleo e coqueiras	0,035767	0,028525	0,071561	0,037470	0,043540	0,039464	0,317144
1992	Fabricação de biocombustíveis	0,001844	0,001504	0,003194	0,001803	0,002446	0,002160	0,014632
2091	Fabricação de químicos orgânicos e inorgânicos, resinas e elastômeros	0,042030	0,015277	0,007253	0,020759	0,015664	0,007263	0,011389
2092	Fabricação de defensivos, desinfestantes, tintas e químicos diversos	0,015743	0,013783	0,003426	0,009068	0,019874	0,005272	0,004297
2093	Fabricação de produtos de limpeza, cosméticos/perfumaria e higiene pessoal	0,001672	0,001274	0,000808	0,001267	0,001259	0,002220	0,001403

2100	Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	0,000321	0,000184	0,000155	0,000157	0,000218	0,000302	0,000188
2200	Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	0,042592	0,023930	0,005663	0,010351	0,027449	0,010465	0,022975
2300	Fabricação de produtos de minerais não metálicos	0,008391	0,004924	0,014052	0,022600	0,100394	0,001740	0,001455
2491	Produção de ferro gusa/ferroligas, siderurgia e tubos de aço sem costura	0,021002	0,034006	0,007304	0,007065	0,034620	0,003647	0,004836
2492	Metalurgia de metais não ferrosos e a fundição de metais	0,027528	0,028212	0,004316	0,003764	0,007570	0,002420	0,002776
2500	Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	0,018146	0,047978	0,016434	0,012619	0,039212	0,003293	0,003837
2600	Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	0,001404	0,009813	0,002547	0,001055	0,001783	0,000968	0,000865
2700	Fabricação de máquinas e equipamentos elétricos	0,005494	0,034952	0,031863	0,005983	0,014968	0,002609	0,004051
2800	Fabricação de máquinas e equipamentos mecânicos	0,003688	0,088869	0,004083	0,003823	0,009127	0,002283	0,003919
2991	Fabricação de automóveis, caminhões e ônibus, exceto peças	0,000688	0,001925	0,000869	0,000351	0,000751	0,000762	0,002445
2992	Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores	0,003411	0,005561	0,002662	0,001632	0,003482	0,010982	0,027095
3000	Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	0,000749	0,015120	0,000606	0,000533	0,000815	0,000513	0,004350
3180	Fabricação de móveis e de produtos de indústrias diversas	1,018364	0,002984	0,000949	0,001103	0,002195	0,000806	0,000860
3300	Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	0,014920	1,019881	0,012529	0,016001	0,011130	0,006605	0,007921
3500	Energia elétrica, gás natural e outras utilidades	0,027757	0,019228	1,502849	0,067945	0,019701	0,028768	0,013322
3680	Água, esgoto e gestão de resíduos	0,004824	0,003823	0,002207	1,015546	0,003651	0,005317	0,002775
4180	Construção	0,003156	0,002851	0,002626	0,072050	1,105225	0,003771	0,003914
4580	Comércio por atacado e varejo	0,140131	0,135311	0,049515	0,051497	0,096549	1,046527	0,091785
4900	Transporte terrestre	0,051390	0,033467	0,042204	0,019919	0,033477	0,048771	1,127070
5000	Transporte aquaviário	0,001763	0,001293	0,002066	0,000934	0,001301	0,001792	0,005445
5100	Transporte aéreo	0,001904	0,002195	0,004253	0,001721	0,003131	0,003683	0,002482
5280	Armazenamento, atividades auxiliares dos transportes e correio	0,012748	0,010892	0,009714	0,004253	0,007681	0,018619	0,031677
5500	Alojamento	0,001684	0,001437	0,001391	0,000675	0,001820	0,002108	0,000972
5600	Alimentação	0,001087	0,002217	0,002819	0,000992	0,000920	0,001998	0,001192
5800	Edição e edição integrada à impressão	0,000574	0,000630	0,001347	0,000493	0,000424	0,001062	0,000463
5980	Atividades de televisão, rádio, cinema e gravação/edição de som e imagem	0,005119	0,003312	0,009246	0,003097	0,003423	0,008904	0,003078
6100	Telecomunicações	0,011564	0,006356	0,006962	0,005726	0,005772	0,011263	0,006933
6280	Desenvolvimento de sistemas e outros serviços de informação	0,005598	0,004815	0,010944	0,006997	0,004042	0,010775	0,005865
6480	Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	0,034872	0,027916	0,050957	0,033252	0,034000	0,040455	0,046210
6800	Atividades imobiliárias	0,008874	0,006661	0,009324	0,006882	0,006357	0,031623	0,007823
6980	Atividades jurídicas, contábeis, consultoria e sedes de empresas	0,020671	0,024112	0,020618	0,025549	0,021809	0,033504	0,025157
7180	Serviços de arquitetura, engenharia, testes/análises técnicas e P & D	0,007778	0,008337	0,025253	0,011450	0,010435	0,004256	0,005635
7380	Outras atividades profissionais, científicas e técnicas	0,012414	0,008100	0,023463	0,007604	0,008438	0,022234	0,007450
7700	Aluguéis não imobiliários e gestão de ativos de propriedade intelectual	0,004798	0,006319	0,006074	0,014651	0,005465	0,006087	0,011167
7880	Outras atividades administrativas e serviços complementares	0,013527	0,015848	0,024551	0,011756	0,012109	0,031483	0,013692

8000	Atividades de vigilância, segurança e investigação	0,003497	0,005504	0,004071	0,008899	0,003705	0,007257	0,006986
8400	Administração pública, defesa e seguridade social	0,003231	0,002991	0,005313	0,003159	0,002592	0,004760	0,003455
8591	Educação pública	0,000316	0,000229	0,000506	0,000211	0,000184	0,000223	0,000147
8592	Educação privada	0,001051	0,001180	0,001844	0,000887	0,000939	0,001981	0,004019
8691	Saúde pública	0,000024	0,000016	0,000038	0,000015	0,000012	0,000011	0,000007
8692	Saúde privada	0,000040	0,000030	0,000043	0,000031	0,000029	0,000140	0,000035
9080	Atividades artísticas, criativas e de espetáculos	0,000715	0,000465	0,001236	0,000426	0,000474	0,001248	0,000445
9480	Organizações associativas e outros serviços pessoais	0,003342	0,001670	0,004430	0,001083	0,001645	0,003604	0,002826
9700	Serviços domésticos	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000

(continuação)

Código da atividade nível 67	Descrição da atividade nível 67	5000 Transporte aquaviário	5100 Transporte aéreo	5280 Armazenamento, atividades auxiliares dos transportes e correio	5500 Alojamento	5600 Alimentação	5800 Edição e edição integrada à impressão	5980 Atividades de televisão, rádio, cinema e gravação/edição de som e imagem	6100 Telecomunicações
0191	Agricultura, inclusive o apoio à agricultura e a pós-colheita	0,004175	0,008395	0,002642	0,021284	0,040184	0,002800	0,002229	0,002063
0192	Pecuária, inclusive o apoio à pecuária	0,000286	0,001206	0,000453	0,020774	0,032553	0,000508	0,000870	0,000974
0280	Produção florestal; pesca e aquicultura	0,000369	0,000580	0,000437	0,002745	0,003212	0,002206	0,000716	0,000428
0580	Extração de carvão mineral e de minerais não metálicos	0,000398	0,000542	0,000563	0,001447	0,001050	0,000381	0,000342	0,000838
0680	Extração de petróleo e gás, inclusive as atividades de apoio	0,028498	0,053249	0,012507	0,008585	0,010009	0,006563	0,004418	0,004333
0791	Extração de minério de ferro, inclusive beneficiamentos e a aglomeração	0,000295	0,000188	0,000193	0,000238	0,000268	0,000188	0,000112	0,000203
0792	Extração de minerais metálicos não ferrosos, inclusive beneficiamentos	0,000282	0,000165	0,000180	0,000219	0,000211	0,000269	0,000125	0,000186
1091	Abate e produtos de carne, inclusive os produtos do laticínio e da pesca	0,000367	0,002297	0,000414	0,023236	0,074750	0,000555	0,001627	0,000588
1092	Fabricação e refino de açúcar	0,002404	0,004544	0,001304	0,001433	0,006031	0,000774	0,000574	0,000480
1093	Outros produtos alimentares	0,001497	0,004708	0,001341	0,017841	0,061527	0,002147	0,002046	0,001401
1100	Fabricação de bebidas	0,000315	0,003297	0,000396	0,025192	0,116103	0,000504	0,002212	0,000633
1200	Fabricação de produtos do fumo	0,000005	0,000004	0,000005	0,000008	0,000010	0,000019	0,000005	0,000006
1300	Fabricação de produtos têxteis	0,001315	0,002150	0,000817	0,014751	0,001726	0,000633	0,001718	0,000696
1400	Confecção de artefatos do vestuário e acessórios	0,000958	0,006383	0,001801	0,005718	0,001389	0,000466	0,004621	0,001198
1500	Fabricação de calçados e de artefatos de couro	0,000090	0,000194	0,000111	0,000263	0,000252	0,000249	0,001007	0,000126
1600	Fabricação de produtos da madeira	0,000682	0,000461	0,001249	0,001032	0,000995	0,000883	0,003782	0,000930
1700	Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	0,004387	0,003364	0,004337	0,011219	0,009215	0,045162	0,005016	0,003371
1800	Impressão e reprodução de gravações	0,001086	0,002313	0,001861	0,002186	0,002232	0,076156	0,010306	0,007555
1991	Refino de petróleo e coquerias	0,103774	0,195049	0,043388	0,025220	0,033776	0,021852	0,014425	0,012007
1992	Fabricação de biocombustíveis	0,004434	0,008314	0,002366	0,001501	0,003024	0,001183	0,000826	0,000763
2091	Fabricação de químicos orgânicos e inorgânicos, resinas e elastômeros	0,004383	0,009295	0,003617	0,010266	0,012963	0,008140	0,003646	0,003244

2092	Fabricação de defensivos, desinfestantes, tintas e químicos diversos	0,002296	0,003395	0,002319	0,005774	0,006763	0,012765	0,005837	0,003035
2093	Fabricação de produtos de limpeza, cosméticos/perfumaria e higiene pessoal	0,001088	0,000872	0,001380	0,003224	0,001215	0,002584	0,001839	0,001896
2100	Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	0,000118	0,000173	0,000186	0,000798	0,001092	0,000199	0,000190	0,000242
2200	Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	0,003904	0,028357	0,004549	0,006617	0,013716	0,008272	0,003235	0,003651
2300	Fabricação de produtos de minerais não metálicos	0,001259	0,001417	0,002421	0,012617	0,007395	0,001460	0,001660	0,004560
2491	Produção de ferro gusa/ferroligas, siderurgia e tubos de aço sem costura	0,004115	0,002618	0,002626	0,003174	0,003682	0,002569	0,001531	0,002744
2492	Metalurgia de metais não ferrosos e a fundição de metais	0,002517	0,001230	0,001587	0,001868	0,001620	0,002641	0,001174	0,001659
2500	Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	0,004873	0,002926	0,003000	0,006477	0,011426	0,003145	0,002072	0,003192
2600	Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	0,001599	0,001068	0,002040	0,000808	0,000540	0,002105	0,004787	0,002335
2700	Fabricação de máquinas e equipamentos elétricos	0,003764	0,001662	0,002638	0,003810	0,001641	0,002513	0,002763	0,006985
2800	Fabricação de máquinas e equipamentos mecânicos	0,010970	0,003707	0,004082	0,001639	0,001589	0,003967	0,001322	0,002284
2991	Fabricação de automóveis, caminhões e ônibus, exceto peças	0,000331	0,000258	0,000293	0,000338	0,000496	0,000528	0,000249	0,000345
2992	Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores	0,001715	0,001767	0,001934	0,001912	0,002713	0,002455	0,001250	0,001332
3000	Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	0,001386	0,000546	0,000693	0,000317	0,000443	0,000803	0,000270	0,000263
3180	Fabricação de móveis e de produtos de indústrias diversas	0,003398	0,000897	0,001446	0,000940	0,000650	0,000744	0,001535	0,000608
3300	Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	0,064556	0,020652	0,022839	0,003789	0,004609	0,030324	0,006399	0,005984
3500	Energia elétrica, gás natural e outras utilidades	0,010045	0,009670	0,018006	0,076535	0,022962	0,019593	0,019990	0,026276
3680	Água, esgoto e gestão de resíduos	0,002456	0,002611	0,007509	0,015203	0,007040	0,003414	0,003143	0,003622
4180	Construção	0,004209	0,004642	0,015986	0,015176	0,003985	0,003115	0,008594	0,041039
4580	Comércio por atacado e varejo	0,047369	0,051131	0,032688	0,058537	0,113651	0,118105	0,046472	0,056179
4900	Transporte terrestre	0,031745	0,028503	0,053729	0,029880	0,049422	0,041931	0,022404	0,014995
5000	Transporte aquaviário	1,047056	0,002628	0,001266	0,001047	0,001548	0,001332	0,000549	0,000537
5100	Transporte aéreo	0,005203	1,002246	0,006377	0,003828	0,001467	0,002524	0,004861	0,003639
5280	Armazenamento, atividades auxiliares dos transportes e correio	0,134665	0,095843	1,044662	0,008057	0,011086	0,010271	0,005923	0,008502
5500	Alojamento	0,000784	0,001823	0,001761	1,000676	0,000729	0,003067	0,002864	0,001611
5600	Alimentação	0,001462	0,025685	0,002081	0,010459	1,001033	0,001787	0,017131	0,003926
5800	Edição e edição integrada à impressão	0,000451	0,000604	0,000672	0,002697	0,000634	1,003737	0,001783	0,001956
5980	Atividades de televisão, rádio, cinema e gravação/edição de som e imagem	0,002966	0,005106	0,005678	0,008326	0,006757	0,021002	1,124955	0,044730
6100	Telecomunicações	0,005443	0,006238	0,011213	0,014740	0,007392	0,013031	0,014434	1,165649
6280	Desenvolvimento de sistemas e outros serviços de informação	0,004241	0,023043	0,012363	0,006936	0,004372	0,031547	0,029305	0,025414
6480	Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	0,046169	0,055351	0,042779	0,041933	0,033451	0,045227	0,045320	0,067957
6800	Atividades imobiliárias	0,008218	0,008973	0,020745	0,040617	0,019375	0,016353	0,018916	0,019817
6980	Atividades jurídicas, contábeis, consultoria e sedes de empresas	0,016020	0,027962	0,026563	0,020491	0,019178	0,038060	0,073840	0,034688
7180	Serviços de arquitetura, engenharia, testes/análises técnicas e P & D	0,008291	0,006255	0,045044	0,003700	0,003331	0,002581	0,001603	0,002150
7380	Outras atividades profissionais, científicas e técnicas	0,007284	0,012772	0,013883	0,020103	0,016952	0,052113	0,054821	0,032819

7700	Aluguéis não imobiliários e gestão de ativos de propriedade intelectual	0,034630	0,054104	0,013776	0,005734	0,004002	0,011052	0,010342	0,018432
7880	Outras atividades administrativas e serviços complementares	0,014208	0,033188	0,031224	0,041779	0,016251	0,023800	0,031965	0,112039
8000	Atividades de vigilância, segurança e investigação	0,005988	0,009699	0,026083	0,006294	0,004857	0,004914	0,009705	0,007529
8400	Administração pública, defesa e seguridade social	0,007379	0,006935	0,005480	0,004345	0,003469	0,007184	0,009800	0,005805
8591	Educação pública	0,000147	0,000156	0,000342	0,000202	0,000174	0,000193	0,000154	0,000567
8592	Educação privada	0,004606	0,001767	0,003555	0,001188	0,000954	0,001510	0,001955	0,002327
8691	Saúde pública	0,000006	0,000007	0,000019	0,000008	0,000011	0,000010	0,000005	0,000029
8692	Saúde privada	0,000037	0,000040	0,000092	0,000179	0,000086	0,000073	0,000084	0,000089
9080	Atividades artísticas, criativas e de espetáculos	0,000429	0,000702	0,000885	0,001854	0,000932	0,002692	0,061961	0,006384
9480	Organizações associativas e outros serviços pessoais	0,002537	0,002615	0,011551	0,006333	0,002154	0,003922	0,004976	0,022707
9700	Serviços domésticos	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000

(continuação)

Código da atividade nível 67	Descrição da atividade nível 67	6280 Desenvolvimento de sistemas e outros serviços de informação	6480 Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	6800 Atividades imobiliárias	6980 Atividades jurídicas, contábeis, consultoria e sedes de empresas	7180 Serviços de arquitetura, engenharia, testes/análises técnicas e P & D	7380 Outras atividades profissionais, científicas e técnicas	7700 Aluguéis não imobiliários e gestão de ativos de propriedade intelectual
0191	Agricultura, inclusive o apoio à agricultura e a pós-colheita	0,000958	0,001181	0,000266	0,001434	0,002386	0,002249	0,002282
0192	Pecuária, inclusive o apoio à pecuária	0,000244	0,000433	0,000109	0,000460	0,000528	0,000658	0,000299
0280	Produção florestal; pesca e aquicultura	0,000272	0,000274	0,000143	0,000478	0,000479	0,000719	0,000615
0580	Extração de carvão mineral e de minerais não metálicos	0,000254	0,000203	0,000910	0,000234	0,000405	0,000282	0,000357
0680	Extração de petróleo e gás, inclusive as atividades de apoio	0,002470	0,002459	0,000629	0,003509	0,006640	0,004175	0,007918
0791	Extração de minério de ferro, inclusive beneficiamentos e a aglomeração	0,000094	0,000058	0,000035	0,000090	0,000228	0,000103	0,000439
0792	Extração de minerais metálicos não ferrosos, inclusive beneficiamentos	0,000087	0,000061	0,000038	0,000110	0,000138	0,000142	0,000232
1091	Abate e produtos de carne, inclusive os produtos do laticínio e da pesca	0,000297	0,000650	0,000064	0,000794	0,000471	0,001040	0,000387
1092	Fabricação e refino de açúcar	0,000287	0,000324	0,000080	0,000476	0,001024	0,000614	0,001024
1093	Outros produtos alimentares	0,000682	0,001273	0,000225	0,001324	0,001262	0,002065	0,001211
1100	Fabricação de bebidas	0,000323	0,001186	0,000088	0,001033	0,000332	0,001239	0,000336
1200	Fabricação de produtos do fumo	0,000004	0,000003	0,000001	0,000005	0,000019	0,000008	0,000007
1300	Fabricação de produtos têxteis	0,000302	0,000689	0,000105	0,000357	0,001183	0,001025	0,000567
1400	Confecção de artefatos do vestuário e acessórios	0,000332	0,002027	0,000178	0,000375	0,003106	0,002254	0,000331
1500	Fabricação de calçados e de artefatos de couro	0,000068	0,000067	0,000013	0,000068	0,000124	0,000455	0,000108
1600	Fabricação de produtos da madeira	0,000373	0,000325	0,000817	0,000458	0,000667	0,001789	0,000875
1700	Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	0,003915	0,004008	0,000803	0,007749	0,006003	0,009785	0,008293
1800	Impressão e reprodução de gravações	0,006779	0,004496	0,000732	0,004058	0,004273	0,034196	0,002663
1991	Refino de petróleo e coquerias	0,008060	0,008016	0,001999	0,011548	0,019907	0,013850	0,027907
1992	Fabricação de biocombustíveis	0,000471	0,000497	0,000114	0,000773	0,001802	0,000951	0,001837

2091	Fabricação de químicos orgânicos e inorgânicos, resinas e elastômeros	0,001719	0,001579	0,001086	0,002771	0,003364	0,003935	0,004166
2092	Fabricação de defensivos, desinfestantes, tintas e químicos diversos	0,001508	0,001303	0,002686	0,001545	0,002098	0,004858	0,002291
2093	Fabricação de produtos de limpeza, cosméticos/perfumaria e higiene pessoal	0,000665	0,000604	0,000119	0,001546	0,001656	0,002684	0,002135
2100	Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	0,000120	0,000105	0,000028	0,000166	0,000403	0,000530	0,000176
2200	Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	0,002085	0,001678	0,000733	0,004603	0,003010	0,004430	0,009295
2300	Fabricação de produtos de minerais não metálicos	0,001284	0,001014	0,004857	0,001058	0,001899	0,001270	0,001283
2491	Produção de ferro gusa/ferroligas, siderurgia e tubos de aço sem costura	0,001252	0,000785	0,000431	0,001231	0,001944	0,001405	0,006182
2492	Metalurgia de metais não ferrosos e a fundição de metais	0,000795	0,000566	0,000292	0,001097	0,001020	0,001384	0,001576
2500	Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	0,001408	0,000967	0,000802	0,001366	0,002015	0,001752	0,002377
2600	Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	0,010842	0,001296	0,000146	0,001711	0,008897	0,003530	0,001281
2700	Fabricação de máquinas e equipamentos elétricos	0,001335	0,000937	0,000892	0,003199	0,002040	0,002041	0,001905
2800	Fabricação de máquinas e equipamentos mecânicos	0,001336	0,000723	0,000211	0,001094	0,001751	0,001347	0,002676
2991	Fabricação de automóveis, caminhões e ônibus, exceto peças	0,000150	0,000095	0,000044	0,000168	0,000610	0,000300	0,000341
2992	Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores	0,000699	0,000531	0,000186	0,000790	0,001726	0,001355	0,003844
3000	Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	0,000218	0,000117	0,000036	0,000207	0,000330	0,000275	0,000504
3180	Fabricação de móveis e de produtos de indústrias diversas	0,000646	0,000522	0,000220	0,001067	0,003455	0,002370	0,005644
3300	Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	0,007171	0,002451	0,000642	0,005654	0,004409	0,006962	0,018328
3500	Energia elétrica, gás natural e outras utilidades	0,010319	0,010435	0,002458	0,012325	0,010138	0,014405	0,009704
3680	Água, esgoto e gestão de resíduos	0,002241	0,002439	0,000913	0,003881	0,002050	0,002392	0,002231
4180	Construção	0,009030	0,006072	0,003692	0,003836	0,013912	0,005312	0,005917
4580	Comércio por atacado e varejo	0,028763	0,016983	0,006070	0,023761	0,036906	0,067878	0,053465
4900	Transporte terrestre	0,010031	0,009736	0,002170	0,012520	0,024236	0,019490	0,020344
5000	Transporte aquaviário	0,000406	0,000307	0,000082	0,000446	0,000535	0,000609	0,000705
5100	Transporte aéreo	0,005391	0,005417	0,000414	0,005199	0,004872	0,007284	0,002561
5280	Armazenamento, atividades auxiliares dos transportes e correio	0,003723	0,011784	0,001186	0,005915	0,006619	0,007755	0,007968
5500	Alojamento	0,002675	0,001673	0,000178	0,001370	0,002819	0,002338	0,002157
5600	Alimentação	0,001611	0,006796	0,000480	0,007771	0,001376	0,008822	0,001352
5800	Edição e edição integrada à impressão	0,000689	0,003537	0,000274	0,002431	0,002162	0,024239	0,001207
5980	Atividades de televisão, rádio, cinema e gravação/edição de som e imagem	0,006725	0,010554	0,001210	0,011294	0,004215	0,402260	0,009819
6100	Telecomunicações	0,013019	0,019848	0,002052	0,016038	0,008325	0,033933	0,005600
6280	Desenvolvimento de sistemas e outros serviços de informação	1,059501	0,031853	0,002100	0,016311	0,004050	0,057852	0,010944
6480	Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	0,029381	1,150521	0,044985	0,034054	0,032694	0,035425	0,039231
6800	Atividades imobiliárias	0,012242	0,012286	1,003102	0,023131	0,012396	0,017660	0,016695
6980	Atividades jurídicas, contábeis, consultoria e sedes de empresas	0,025927	0,035731	0,006101	1,084391	0,071064	0,036381	0,025599
7180	Serviços de arquitetura, engenharia, testes/análises técnicas e P & D	0,004279	0,002965	0,000393	0,001236	1,054491	0,001724	0,003417

7380	Outras atividades profissionais, científicas e técnicas	0,016462	0,025920	0,002985	0,028112	0,010311	1,041507	0,025037
7700	Aluguéis não imobiliários e gestão de ativos de propriedade intelectual	0,007774	0,003573	0,000585	0,004237	0,008846	0,007209	1,020445
7880	Outras atividades administrativas e serviços complementares	0,045828	0,044714	0,004410	0,026837	0,014563	0,026069	0,018179
8000	Atividades de vigilância, segurança e investigação	0,005057	0,013090	0,001025	0,006434	0,001842	0,006824	0,004303
8400	Administração pública, defesa e seguridade social	0,003860	0,004733	0,000651	0,006549	0,007634	0,007787	0,004079
8591	Educação pública	0,000389	0,000193	0,000021	0,000245	0,003923	0,000184	0,000401
8592	Educação privada	0,001028	0,004773	0,000306	0,016045	0,004163	0,007011	0,002271
8691	Saúde pública	0,000026	0,000005	0,000001	0,000003	0,000349	0,000006	0,000030
8692	Saúde privada	0,000055	0,000054	0,000014	0,000102	0,000074	0,000078	0,000075
9080	Atividades artísticas, criativas e de espetáculos	0,000971	0,001417	0,000166	0,001523	0,000595	0,023616	0,001310
9480	Organizações associativas e outros serviços pessoais	0,008964	0,004998	0,000496	0,003437	0,001926	0,006971	0,002785
9700	Serviços domésticos	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000

(continuação)

Código da atividade nível 67	Descrição da atividade nível 67	7880 Outras atividades administrativas e serviços complementares	8000 Atividades de vigilância, segurança e investigação	8400 Administração pública, defesa e seguridade social	8591 Educação pública	8592 Educação privada
0191	Agricultura, inclusive o apoio à agricultura e a pós-colheita	0,002192	0,001848	0,003426	0,004155	0,002084
0192	Pecuária, inclusive o apoio à pecuária	0,000570	0,000186	0,001822	0,002643	0,001097
0280	Produção florestal; pesca e aquicultura	0,000539	0,000132	0,000399	0,000551	0,000384
0580	Extração de carvão mineral e de minerais não metálicos	0,000624	0,000117	0,000652	0,000324	0,000296
0680	Extração de petróleo e gás, inclusive as atividades de apoio	0,004236	0,004645	0,004241	0,002640	0,004184
0791	Extração de minério de ferro, inclusive beneficiamentos e a aglomeração	0,000161	0,000067	0,000131	0,000067	0,000092
0792	Extração de minerais metálicos não ferrosos, inclusive beneficiamentos	0,000153	0,000055	0,000099	0,000064	0,000101
1091	Abate e produtos de carne, inclusive os produtos do laticínio e da pesca	0,000841	0,000280	0,003801	0,006169	0,002449
1092	Fabricação e refino de açúcar	0,000575	0,000973	0,000797	0,000699	0,000493
1093	Outros produtos alimentares	0,001325	0,000651	0,003394	0,006062	0,002402
1100	Fabricação de bebidas	0,000858	0,000173	0,001779	0,001062	0,000608
1200	Fabricação de produtos do fumo	0,000005	0,000002	0,000002	0,000003	0,000004
1300	Fabricação de produtos têxteis	0,000593	0,001731	0,000645	0,001082	0,000371
1400	Confeção de artefatos do vestuário e acessórios	0,001094	0,005952	0,001293	0,002827	0,000442
1500	Fabricação de calçados e de artefatos de couro	0,000114	0,001353	0,000097	0,000079	0,000085
1600	Fabricação de produtos da madeira	0,000975	0,000185	0,000554	0,000461	0,000492
1700	Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	0,007255	0,001690	0,002389	0,003582	0,004752
1800	Impressão e reprodução de gravações	0,005558	0,000708	0,002467	0,001881	0,002643
1991	Refino de petróleo e coquerias	0,012088	0,016554	0,011344	0,008606	0,012906

1992	Fabricação de biocombustíveis	0,000869	0,001812	0,001178	0,000769	0,000713
2091	Fabricação de químicos orgânicos e inorgânicos, resinas e elastômeros	0,004952	0,001405	0,002448	0,002568	0,002548
2092	Fabricação de defensivos, desinfestantes, tintas e químicos diversos	0,008672	0,000721	0,001892	0,002272	0,001634
2093	Fabricação de produtos de limpeza, cosméticos/perfumaria e higiene pessoal	0,006091	0,000294	0,000756	0,000993	0,001500
2100	Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	0,000264	0,000057	0,000410	0,000965	0,001084
2200	Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	0,004609	0,001017	0,002328	0,002284	0,002407
2300	Fabricação de produtos de minerais não metálicos	0,002959	0,000408	0,003128	0,001531	0,001413
2491	Produção de ferro gusa/ferroligas, siderurgia e tubos de aço sem costura	0,002219	0,000938	0,001805	0,000910	0,001261
2492	Metalurgia de metais não ferrosos e a fundição de metais	0,001270	0,000472	0,000776	0,000496	0,000988
2500	Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	0,003519	0,002372	0,002706	0,001227	0,001396
2600	Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	0,003600	0,001483	0,001249	0,001545	0,001213
2700	Fabricação de máquinas e equipamentos elétricos	0,003972	0,000630	0,001308	0,000868	0,001365
2800	Fabricação de máquinas e equipamentos mecânicos	0,006473	0,000846	0,001107	0,000674	0,000756
2991	Fabricação de automóveis, caminhões e ônibus, exceto peças	0,000229	0,000086	0,000191	0,000141	0,000149
2992	Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores	0,000939	0,000467	0,001853	0,001345	0,000951
3000	Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	0,000246	0,000161	0,000763	0,000123	0,000174
3180	Fabricação de móveis e de produtos de indústrias diversas	0,000855	0,000509	0,001230	0,001995	0,000478
3300	Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	0,005455	0,005213	0,003428	0,001773	0,002270
3500	Energia elétrica, gás natural e outras utilidades	0,042608	0,005487	0,016912	0,012162	0,029192
3680	Água, esgoto e gestão de resíduos	0,019668	0,001359	0,014817	0,005158	0,003207
4180	Construção	0,016500	0,001383	0,021374	0,005693	0,005621
4580	Comércio por atacado e varejo	0,031596	0,016612	0,020712	0,024215	0,024514
4900	Transporte terrestre	0,011175	0,007449	0,012626	0,013698	0,018825
5000	Transporte aquaviário	0,001362	0,000304	0,000364	0,000321	0,000475
5100	Transporte aéreo	0,002244	0,001118	0,002329	0,001326	0,015167
5280	Armazenamento, atividades auxiliares dos transportes e correio	0,006005	0,003246	0,007385	0,002777	0,007530
5500	Alojamento	0,000832	0,000840	0,003734	0,001133	0,002139
5600	Alimentação	0,006333	0,000827	0,012782	0,005539	0,003186
5800	Edição e edição integrada à impressão	0,000618	0,000368	0,001273	0,007040	0,013024
5980	Atividades de televisão, rádio, cinema e gravação/edição de som e imagem	0,004427	0,002932	0,003895	0,001884	0,010569
6100	Telecomunicações	0,009194	0,007865	0,011334	0,005164	0,013017
6280	Desenvolvimento de sistemas e outros serviços de informação	0,006185	0,005709	0,015927	0,005631	0,007123
6480	Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	0,032752	0,031269	0,091055	0,009482	0,028119
6800	Atividades imobiliárias	0,011995	0,006918	0,007073	0,003603	0,031460
6980	Atividades jurídicas, contábeis, consultoria e sedes de empresas	0,022490	0,035217	0,013104	0,004933	0,023711

7180	Serviços de arquitetura, engenharia, testes/análises técnicas e P & D	0,002192	0,000671	0,008200	0,005838	0,002606
7380	Outras atividades profissionais, científicas e técnicas	0,010580	0,006886	0,009264	0,004490	0,026415
7700	Aluguéis não imobiliários e gestão de ativos de propriedade intelectual	0,004323	0,005956	0,006172	0,004155	0,010704
7880	Outras atividades administrativas e serviços complementares	1,027988	0,012291	0,039390	0,036662	0,033583
8000	Atividades de vigilância, segurança e investigação	0,004504	1,002138	0,011983	0,010465	0,013513
8400	Administração pública, defesa e seguridade social	0,003217	0,002267	1,002907	0,001580	0,004489
8591	Educação pública	0,000159	0,000091	0,000158	1,000119	0,000133
8592	Educação privada	0,007273	0,004168	0,001618	0,002170	1,001045
8691	Saúde pública	0,000005	0,000002	0,000007	0,000004	0,000004
8692	Saúde privada	0,000053	0,000031	0,000122	0,000034	0,000138
9080	Atividades artísticas, criativas e de espetáculos	0,000733	0,000403	0,001474	0,000520	0,001462
9480	Organizações associativas e outros serviços pessoais	0,004926	0,001462	0,001900	0,000910	0,004565
9700	Serviços domésticos	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000

(continuação)

Código da atividade nível 67	Descrição da atividade nível 67	8691 Saúde pública	8692 Saúde privada	9080 Atividades artísticas, criativas e de espetáculos	9480 Organizações associativas e outros serviços pessoais	9700 Serviços domésticos
0191	Agricultura, inclusive o apoio à agricultura e a pós-colheita	0,005709	0,004749	0,002088	0,008247	0,000000
0192	Pecuária, inclusive o apoio à pecuária	0,003206	0,002639	0,000536	0,003484	0,000000
0280	Produção florestal; pesca e aquicultura	0,000683	0,000783	0,000437	0,000788	0,000000
0580	Extração de carvão mineral e de minerais não metálicos	0,000731	0,000422	0,000523	0,000626	0,000000
0680	Extração de petróleo e gás, inclusive as atividades de apoio	0,003928	0,003700	0,005477	0,008738	0,000000
0791	Extração de minério de ferro, inclusive beneficiamentos e a aglomeração	0,000162	0,000121	0,000227	0,000147	0,000000
0792	Extração de minerais metálicos não ferrosos, inclusive beneficiamentos	0,000165	0,000175	0,000276	0,000167	0,000000
1091	Abate e produtos de carne, inclusive os produtos do laticínio e da pesca	0,006981	0,005268	0,000770	0,006807	0,000000
1092	Fabricação e refino de açúcar	0,000965	0,000882	0,000609	0,001497	0,000000
1093	Outros produtos alimentares	0,009575	0,005563	0,002442	0,010440	0,000000
1100	Fabricação de bebidas	0,003435	0,002995	0,001375	0,007118	0,000000
1200	Fabricação de produtos do fumo	0,000005	0,000007	0,000008	0,000006	0,000000
1300	Fabricação de produtos têxteis	0,000866	0,001359	0,001760	0,006846	0,000000
1400	Confecção de artefatos do vestuário e acessórios	0,000714	0,000646	0,004690	0,007833	0,000000
1500	Fabricação de calçados e de artefatos de couro	0,000118	0,000150	0,000140	0,000141	0,000000
1600	Fabricação de produtos da madeira	0,001144	0,002852	0,001185	0,001763	0,000000
1700	Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	0,002972	0,005456	0,004507	0,005990	0,000000
1800	Impressão e reprodução de gravações	0,001885	0,001487	0,010032	0,003969	0,000000

1991	Refino de petróleo e coquerias	0,012603	0,011942	0,016109	0,028774	0,000000
1992	Fabricação de biocombustíveis	0,001041	0,001174	0,000955	0,002065	0,000000
2091	Fabricação de químicos orgânicos e inorgânicos, resinas e elastômeros	0,006376	0,008773	0,005148	0,007586	0,000000
2092	Fabricação de defensivos, desinfestantes, tintas e químicos diversos	0,005857	0,002739	0,003283	0,003632	0,000000
2093	Fabricação de produtos de limpeza, cosméticos/perfumaria e higiene pessoal	0,001221	0,003643	0,004686	0,005322	0,000000
2100	Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	0,014564	0,024153	0,000518	0,003066	0,000000
2200	Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	0,005873	0,005905	0,004258	0,005746	0,000000
2300	Fabricação de produtos de minerais não metálicos	0,003861	0,001875	0,002592	0,003830	0,000000
2491	Produção de ferro gusa/ferroligas, siderurgia e tubos de aço sem costura	0,002216	0,001629	0,003116	0,002000	0,000000
2492	Metalurgia de metais não ferrosos e a fundição de metais	0,001183	0,001689	0,002832	0,001536	0,000000
2500	Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	0,003493	0,002073	0,003210	0,003312	0,000000
2600	Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	0,001183	0,000977	0,001562	0,002940	0,000000
2700	Fabricação de máquinas e equipamentos elétricos	0,001597	0,001135	0,003526	0,005379	0,000000
2800	Fabricação de máquinas e equipamentos mecânicos	0,002310	0,001045	0,002451	0,001659	0,000000
2991	Fabricação de automóveis, caminhões e ônibus, exceto peças	0,000261	0,000323	0,000261	0,000307	0,000000
2992	Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores	0,001662	0,001357	0,001486	0,001610	0,000000
3000	Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	0,000322	0,000294	0,000501	0,000518	0,000000
3180	Fabricação de móveis e de produtos de indústrias diversas	0,007532	0,029687	0,003262	0,000988	0,000000
3300	Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	0,008307	0,004316	0,015105	0,006504	0,000000
3500	Energia elétrica, gás natural e outras utilidades	0,018425	0,015825	0,040052	0,036234	0,000000
3680	Água, esgoto e gestão de resíduos	0,010996	0,010070	0,004627	0,013436	0,000000
4180	Construção	0,023662	0,002053	0,006920	0,006357	0,000000
4580	Comércio por atacado e varejo	0,054141	0,084773	0,035911	0,047837	0,000000
4900	Transporte terrestre	0,020385	0,015332	0,018496	0,032510	0,000000
5000	Transporte aquaviário	0,000481	0,000495	0,000803	0,000809	0,000000
5100	Transporte aéreo	0,003296	0,001231	0,003491	0,046515	0,000000
5280	Armazenamento, atividades auxiliares dos transportes e correio	0,005978	0,004962	0,005585	0,017925	0,000000
5500	Alojamento	0,002758	0,000657	0,002808	0,024985	0,000000
5600	Alimentação	0,025684	0,015761	0,003111	0,054260	0,000000
5800	Edição e edição integrada à impressão	0,000572	0,000906	0,001628	0,001710	0,000000
5980	Atividades de televisão, rádio, cinema e gravação/edição de som e imagem	0,004124	0,002316	0,021869	0,007099	0,000000
6100	Telecomunicações	0,005978	0,007404	0,011361	0,014013	0,000000
6280	Desenvolvimento de sistemas e outros serviços de informação	0,015168	0,002921	0,009850	0,013312	0,000000
6480	Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	0,013204	0,034157	0,043590	0,034780	0,000000
6800	Atividades imobiliárias	0,006215	0,011234	0,090358	0,021182	0,000000

6980	Atividades jurídicas, contábeis, consultoria e sedes de empresas	0,010679	0,019217	0,038026	0,031030	0,000000
7180	Serviços de arquitetura, engenharia, testes/análises técnicas e P & D	0,011602	0,001918	0,002401	0,002693	0,000000
7380	Outras atividades profissionais, científicas e técnicas	0,010236	0,005441	0,049109	0,017300	0,000000
7700	Aluguéis não imobiliários e gestão de ativos de propriedade intelectual	0,008829	0,003659	0,010879	0,005610	0,000000
7880	Outras atividades administrativas e serviços complementares	0,060878	0,021202	0,036257	0,046012	0,000000
8000	Atividades de vigilância, segurança e investigação	0,009100	0,001642	0,006551	0,002673	0,000000
8400	Administração pública, defesa e seguridade social	0,003073	0,002473	0,007800	0,005689	0,000000
8591	Educação pública	0,000252	0,000257	0,000198	0,000221	0,000000
8592	Educação privada	0,004012	0,000762	0,001518	0,003920	0,000000
8691	Saúde pública	1,000011	0,000996	0,000006	0,000006	0,000000
8692	Saúde privada	0,000107	1,103236	0,000397	0,000094	0,000000
9080	Atividades artísticas, criativas e de espetáculos	0,000989	0,000426	1,025167	0,010022	0,000000
9480	Organizações associativas e outros serviços pessoais	0,009057	0,010251	0,001902	1,004082	0,000000
9700	Serviços domésticos	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	1,000000

(continuação)

APÊNDICE C – SIMULAÇÕES DOS CHOQUES DE INVESTIMENTO

Quadro de variáveis para um choque de investimento de R\$ 618.641,00 na atividade Saúde Pública – 2010 – Brasil (Fonte: Elaboração própria)

Código da atividade nível 67	Descrição da atividade nível 67	Choque	Vetor de aumento da produção por atividade	Coeficiente de participação por operação segundo atividade							
				Valor adicionado bruto (PIB)	Remunerações	Salários	Contribuições sociais efetivas	Excedente operacional bruto e rendimento misto bruto	Rendimento misto bruto	Excedente operacional bruto (EOB)	Fator trabalho (ocupações)
0191	Agricultura, inclusive o apoio à agricultura e a pós-colheita	0	4586,998749	0,5928604	0,127838873	0,108852843	0,01898603	0,470677066	0,271294141	0,199382924	41,25256276
0192	Pecuária, inclusive o apoio à pecuária	0	2405,249509	0,53761624	0,168512127	0,146114946	0,022397181	0,365832614	0,261863676	0,103968939	89,56093615
0280	Produção florestal; pesca e aquicultura	0	691,4095867	0,735687586	0,097530986	0,081005312	0,016525674	0,63441865	0,278231359	0,356187291	51,21503049
0580	Extração de carvão mineral e de minerais não-metálicos	0	703,8907083	0,444264726	0,18681763	0,145706969	0,041110662	0,250033697	0,011389675	0,238644022	9,36514355
0680	Extração de petróleo e gás, inclusive as atividades de apoio	0	2876,403922	0,54098696	0,10398875	0,074200972	0,029787778	0,431100315	0	0,431100315	0,51374755
0791	Extração de minério de ferro, inclusive beneficiamentos e a aglomeração	0	244,0728979	0,645572755	0,065227775	0,047624945	0,017602831	0,574506855	0	0,574506855	0,635612561
0792	Extração de minerais metálicos não-ferrosos, inclusive beneficiamentos	0	164,3140607	0,345498783	0,152777778	0,120742092	0,032035685	0,185218978	0	0,185218978	3,221309813
1091	Abate e produtos de carne, inclusive os produtos do laticínio e da pesca	0	4894,470171	0,151599322	0,095334007	0,072960219	0,022373788	0,049292139	0,001774197	0,047517942	4,641939401
1092	Fabricação e refino de açúcar	0	910,137973	0,21487101	0,139007699	0,107874477	0,031133222	0,065530593	0	0,065530593	5,147336905
1093	Outros produtos alimentares	0	8050,384772	0,178485616	0,104519774	0,082037795	0,022481979	0,06640691	0,016410157	0,049996753	7,2439574
1100	Fabricação de bebidas	0	2579,690785	0,324772787	0,099313648	0,075329034	0,023984614	0,215767244	0,000358261	0,215408983	3,045367123
1200	Fabricação de produtos do fumo	0	6,108791444	0,268183514	0,085639687	0,064677359	0,020962327	0,176501305	0	0,176501305	1,442969041
1300	Fabricação de produtos têxteis	0	799,4895109	0,270403754	0,198987529	0,158414619	0,040572291	0,063563403	0,018125695	0,045437708	15,39928386
1400	Confecção de artefatos do vestuário e acessórios	0	642,9913682	0,454230507	0,251562081	0,202111645	0,049450436	0,194852865	0,12443033	0,070422535	36,05274988
1500	Fabricação de calçados e de artefatos de couro	0	91,38634058	0,360502852	0,26806272	0,213165716	0,054897004	0,083114132	0,019847641	0,063266491	20,02206812
1600	Fabricação de produtos da madeira	0	1109,219821	0,406147404	0,221630109	0,179901984	0,041728125	0,174239901	0,06461436	0,109625541	22,34376933
1700	Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	0	2816,832154	0,272696555	0,141647845	0,107609681	0,034038164	0,123757358	0,00366346	0,120093898	3,532980029
1800	Impressão e reprodução de gravações	0	1680,558957	0,433989494	0,243433585	0,192749524	0,050684062	0,179068291	0,02834382	0,15072447	12,20204353
1991	Refino de petróleo e coquerias	0	8257,654116	0,071951988	0,017956051	0,012791758	0,005164292	0,051466668	0	0,051466668	0,105682925
1992	Fabricação de biocombustíveis	0	623,2383583	0,22076961	0,107260319	0,083867785	0,023392534	0,106109193	0	0,106109193	3,638052952
2091	Fabricação de químicos orgânicos e inorgânicos, resinas e elastômeros	0	5012,081684	0,162231441	0,075752976	0,056685442	0,019067535	0,080531103	0	0,080531103	0,967677381
2092	Fabricação de defensivos, desinfestantes, tintas e químicos diversos	0	4969,271786	0,191762782	0,124089297	0,092504089	0,031585208	0,061258735	0	0,061258735	1,9576669
2093	Fabricação de produtos de limpeza, cosméticos/perfumaria e higiene pessoal	0	1042,660966	0,268371568	0,134185784	0,105678827	0,028506958	0,127040241	0,005754043	0,121286198	7,001316284
2100	Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	0	11161,53643	0,478895347	0,155004537	0,118583376	0,036421161	0,316508474	0	0,316508474	2,41765384
2200	Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	0	4639,750685	0,293521654	0,183254866	0,140855153	0,042399714	0,102034636	0,003001019	0,099033617	6,398281986
2300	Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	0	2774,748015	0,348495953	0,18641134	0,147285855	0,039125485	0,154225209	0,010635146	0,143590063	9,802485692
2491	Produção de ferro-gusa/ferroligas, siderurgia e tubos de aço sem costura	0	2309,276135	0,184977603	0,096329072	0,072915984	0,023413089	0,082279034	0	0,082279034	1,464328635
2492	Metalurgia de metais não-ferrosos e a fundição de metais	0	1044,835637	0,192393203	0,121195278	0,092927849	0,028267429	0,064342809	0	0,064342809	3,076200307

2500	Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	0	2682,332948	0,387319027	0,223135597	0,174406197	0,0487294	0,15538342	0,022974878	0,132408542	10,21785296
2600	Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	0	1956,224672	0,216671841	0,127786402	0,097826762	0,02995964	0,079695747	0	0,079695747	2,698975473
2700	Fabricação de máquinas e equipamentos elétricos	0	1353,480636	0,249778218	0,17839839	0,137266275	0,041132114	0,063344479	0	0,063344479	4,162447113
2800	Fabricação de máquinas e equipamentos mecânicos	0	2178,527071	0,315064583	0,192647644	0,146833043	0,045814601	0,114098133	0	0,114098133	4,51940545
2991	Fabricação de automóveis, caminhões e ônibus, exceto peças	0	171,6955509	0,243473438	0,095544406	0,072625734	0,022918672	0,141713258	0	0,141713258	1,1926826
2992	Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores	0	2000,964132	0,295230558	0,191779297	0,147596731	0,044182567	0,095116794	0,000692478	0,094424316	4,563627595
3000	Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	0	136,6111251	0,287064042	0,185958197	0,142149714	0,043808482	0,100437477	0,001032932	0,099404545	3,287489367
3180	Fabricação de móveis e de produtos de indústrias diversas	0	6945,104241	0,464438867	0,190739679	0,150544434	0,040195245	0,266466415	0,029938936	0,236527479	16,94190068
3300	Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	0	5113,325118	0,40524871	0,17726821	0,143404799	0,03386341	0,222987363	0,10374367	0,119243694	12,45650528
3500	Energia elétrica, gás natural e outras utilidades	0	12166,0671	0,45107286	0,079455841	0,059675391	0,01978045	0,364418769	0	0,364418769	0,931004218
3680	Água, esgoto e gestão de resíduos	0	6455,488331	0,558741519	0,188353936	0,146179942	0,042173994	0,362278093	0,030741705	0,331536388	12,93844688
4180	Construção	0	14855,36086	0,462781065	0,182746714	0,147952086	0,034794627	0,274268794	0,099700764	0,17456803	17,54369121
4580	Comércio por atacado e varejo	0	36749,85753	0,643643803	0,294119466	0,233565186	0,060554281	0,340388386	0,092528561	0,247859825	27,54393081
4900	Transporte terrestre	0	12891,31077	0,439198269	0,206732016	0,165825047	0,040906969	0,225209933	0,089136267	0,136073666	15,82101079
5000	Transporte aquaviário	0	232,4480181	0,327907194	0,225839648	0,175601085	0,050238563	0,085321358	0,011320049	0,07400131	5,475161381
5100	Transporte aéreo	0	1937,731014	0,250781563	0,20248497	0,154028056	0,048456914	0,035350701	0	0,035350701	2,505370741
5280	Armazenamento, atividades auxiliares dos transportes e correio	0	3682,900952	0,573543125	0,335854586	0,256264894	0,079589692	0,223730369	0,01348451	0,210245859	10,54065335
5500	Alojamento	0	1361,816144	0,565332802	0,348994625	0,283164112	0,065830513	0,204990378	0,053354569	0,151635809	25,09828124
5600	Alimentação	0	17268,04241	0,491149984	0,201571744	0,171585996	0,029985748	0,284410755	0,16323362	0,121177136	34,34352233
5800	Edição e edição integrada à impressão	0	693,5247186	0,461804492	0,249222957	0,194151381	0,055071576	0,203519678	0,026353806	0,177165871	7,454975266
5980	Atividades de televisão, rádio, cinema e gravação/edição de som e imagem	0	2896,459847	0,436628217	0,241774623	0,187222715	0,054551908	0,169050577	0,011996451	0,157054126	5,782573203
6100	Telecomunicações	0	6032,702175	0,438572947	0,084207272	0,064363639	0,019843633	0,33212452	0,003272088	0,328852432	1,513944073
6280	Desenvolvimento de sistemas e outros serviços de informação	0	8352,929683	0,67363187	0,369284044	0,287684612	0,081599432	0,293322876	0,067836742	0,225486134	9,154808062
6480	Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	0	8735,006028	0,619150684	0,248944008	0,193836644	0,055107364	0,35964951	0,004496929	0,355152581	2,980746749
6800	Atividades imobiliárias	0	3991,291249	0,926452963	0,013159805	0,010219274	0,002940531	0,912736112	0,013413008	0,899323104	1,162640739
6980	Atividades jurídicas, contábeis, consultoria e sedes de empresas	0	6878,11206	0,681794269	0,270639708	0,216865991	0,053773717	0,402974082	0,200373514	0,202600568	13,19478834
7180	Serviços de arquitetura, engenharia, testes/análises técnicas e P & D	0	5436,127859	0,640227898	0,297206752	0,237756866	0,059449886	0,348291829	0,152913813	0,195378017	11,29374987
7380	Outras atividades profissionais, científicas e técnicas	0	6774,838541	0,332036294	0,115958747	0,093731169	0,022227579	0,212410255	0,080370517	0,132039738	7,104922436
7700	Aluguéis não-imobiliários e gestão de ativos de propriedade intelectual	0	6752,151292	0,637507916	0,229061115	0,185837555	0,043223559	0,399303357	0,028063648	0,371239709	11,37717701
7880	Outras atividades administrativas e serviços complementares	0	37842,51591	0,6868228	0,437982567	0,341292518	0,096690049	0,235797871	0,026750887	0,209046985	28,25043742
8000	Atividades de vigilância, segurança e investigação	0	5484,992867	0,819150475	0,702762644	0,544525336	0,158237308	0,095318451	0,032785304	0,062533147	34,66269707
8400	Administração pública, defesa e seguridade social	0	1880,637928	0,70877298	0,623809573	0,446054275	0,085613716	0,084930376	0	0,084930376	10,64974349
8591	Educação pública	0	201,2790296	0,798870397	0,760063077	0,654767514	0,088583976	0,03878219	0	0,03878219	23,89368666
8592	Educação privada	0	2495,939111	0,64585708	0,570188514	0,478193775	0,091994739	0,059096887	0,05478299	0,004313897	31,84396317
8691	Saúde pública	618.641	618648,1689	0,651840313	0,619455584	0,512210697	0,074154346	0,032384472	0	0,032384472	15,12052984
8692	Saúde privada	0	102,1814771	0,543471421	0,318300996	0,261990911	0,056310086	0,215399406	0,139695857	0,075703548	19,21454291

9080	Atividades artísticas, criativas e de espetáculos	0	609,8332293	0,614275291	0,300012876	0,266620885	0,033391991	0,308425254	0,194943989	0,113481265	39,78063436
9480	Organizações associativas e outros serviços pessoais	0	5662,805156	0,459450129	0,269680377	0,233134188	0,036546189	0,182778891	0,141936536	0,040842356	35,77776925
9700	Serviços domésticos	0	0	1	1	0,951728071	0,048271929	0	0	0	168,0967422

Código da atividade nível 67	Descrição da atividade nível 67	Variações nas operações segundo atividade após choque							
		Valor adicionado bruto (PIB)	Remunerações	Salários	Contribuições sociais efetivas	Excedente operacional bruto e rendimento misto bruto	Rendimento misto bruto	Excedente operacional bruto (EOB)	Fator trabalho (ocupações)
0191	Agricultura, inclusive o apoio à agricultura e a pós-colheita	2719,449913	586,3967524	499,3078568	87,08889555	2158,995112	1244,425887	914,569225	189225,4538
0192	Pecuária, inclusive o apoio à pecuária	1293,101198	405,3137115	351,4429018	53,87080976	879,918716	629,8474772	250,0712389	215416,3977
0280	Produção florestal; pesca e aquicultura	508,6614498	67,43385847	56,00784917	11,4260093	438,6431369	192,3718292	246,2713076	35410,56307
0580	Extração de carvão mineral e de minerais não-metálicos	312,7138124	131,4991942	102,5617813	28,93741286	175,9963963	8,017086514	167,9793097	6592,037527
0680	Extração de petróleo e gás, inclusive as atividades de apoio	1556,097013	299,1136475	213,4319658	85,68168165	1240,018638	0	1240,018638	1477,745467
0791	Extração de minério de ferro, inclusive beneficiamentos e a aglomeração	157,5668132	15,92033215	11,62395827	4,296373878	140,2215531	0	140,2215531	155,1357997
0792	Extração de minerais metálicos não-ferrosos, inclusive beneficiamentos	56,77030809	25,10353706	19,83962351	5,263913543	30,43408242	0	30,43408242	529,3064963
1091	Abate e produtos de carne, inclusive os produtos do laticínio e da pesca	741,9983611	466,6094543	357,1016142	109,50784	241,258904	8,683754621	232,5751494	22719,83394
1092	Fabricação e refino de açúcar	195,5622654	126,5161853	98,18065748	28,33552782	59,64188104	0	59,64188104	4684,786777
1093	Outros produtos alimentares	1436,877885	841,4243971	660,4358129	180,9885842	534,6011733	132,108074	402,4930993	58316,64434
1100	Fabricação de bebidas	837,8133665	256,1985022	194,3256154	61,8728868	556,6127702	0,924201925	555,6885682	7856,105504
1200	Fabricação de produtos do fumo	1,638277153	0,523154985	0,395100498	0,128054487	1,078209665	0	1,078209665	8,814796935
1300	Fabricação de produtos têxteis	216,1849647	159,0884425	126,6508263	32,43761616	50,81827388	14,49130265	36,32697123	12311,56592
1400	Confecção de artefatos do vestuário e acessórios	292,0662955	161,7522467	129,9560431	31,7962036	125,2887105	80,00762823	45,28108227	23181,60697
1500	Fabricação de calçados e de artefatos de couro	32,94503645	24,49727102	19,48043471	5,01683631	7,595496418	1,813803296	5,781693122	1829,743536
1600	Fabricação de produtos da madeira	450,5067515	245,8365099	199,5508467	46,2856632	193,2703519	71,67152864	121,5988233	24784,15183
1700	Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	768,1404252	398,9982057	303,1184109	95,87979483	348,6037054	10,31935096	338,2843545	9951,811745
1800	Impressão e reprodução de gravações	729,3449308	409,1044923	323,9269386	85,17755377	300,9348198	47,63346117	253,3013587	20506,25354
1991	Refino de petróleo e coqueiras	594,1546294	148,2748555	105,6299154	42,64494003	424,9939416	0	424,9939416	872,6930389
1992	Fabricação de biocombustíveis	137,5920895	66,84874514	52,26962058	14,57912456	66,13131897	0	66,13131897	2267,374149
2091	Fabricação de químicos orgânicos e inorgânicos, resinas e elastômeros	813,117235	379,680106	284,1120651	95,56804093	403,6284653	0	403,6284653	4850,078077
2092	Fabricação de defensivos, desinfestantes, tintas e químicos diversos	952,9213807	616,6334411	459,6779589	156,9554822	304,411305	0	304,411305	9728,178894
2093	Fabricação de produtos de limpeza, cosméticos/perfumaria e higiene pessoal	279,8205587	139,9102793	110,1871875	29,72309185	132,4599001	5,999515902	126,4603842	7299,999202
2100	Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	5345,207868	1730,088791	1323,572674	406,5161161	3532,720861	0	3532,720861	26984,73141
2200	Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	1361,867296	850,2568916	653,5327911	196,7241005	473,4152705	13,92397854	459,4912919	29686,43323
2300	Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	966,9884549	517,2444957	408,6811328	108,5633629	427,9360935	29,50984993	398,4262436	27199,42772
2491	Produção de ferro-gusa/ferroligas, siderurgia e tubos de aço sem costura	427,164364	222,4504281	168,3831413	54,06728676	190,0050101	0	190,0050101	3381,539171
2492	Metalurgia de metais não-ferrosos e a fundição de metais	201,0192749	126,6291457	97,09432854	29,53481711	67,22765955	0	67,22765955	3214,123707

2500	Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	1038,918587	598,5239625	467,8154882	130,7084743	416,790066	61,62627173	355,1637943	27407,68364
2600	Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	423,8588012	249,9789118	191,3711252	58,60778666	155,9027859	0	155,9027859	5279,80241
2700	Fabricação de máquinas e equipamentos elétricos	338,0699806	241,4587656	185,7872457	55,67151993	85,73552613	0	85,73552613	5633,791564
2800	Fabricação de máquinas e equipamentos mecânicos	686,3767228	419,6881065	319,8797586	99,80834791	248,5658722	0	248,5658722	9845,647116
2991	Fabricação de automóveis, caminhões e ônibus, exceto peças	41,80330606	16,40454945	12,4695154	3,935034047	24,33153598	0	24,33153598	204,7782962
2992	Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores	590,7457573	383,7434953	295,3357637	88,40773155	190,3252928	1,385623556	188,9396692	9131,655129
3000	Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	39,21614173	25,40395846	19,41923242	5,984726042	13,72087676	0,141110045	13,57976672	449,1076212
3180	Fabricação de móveis e de produtos de indústrias diversas	3225,576347	1324,706957	1045,546788	279,1601689	1850,637029	207,9290343	1642,707995	117663,2662
3300	Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	2072,168409	906,4299886	733,2753613	173,1546274	1140,206886	530,4751128	609,7317732	63694,16132
3500	Energia elétrica, gás natural e outras utilidades	5487,782685	966,6650948	726,0148115	240,6502833	4433,543199	0	4433,543199	11326,65979
3680	Água, esgoto e gestão de resíduos	3606,949354	1215,916638	943,6629122	272,2537253	2338,682	198,4527155	2140,229285	83523,99287
4180	Construção	6874,779724	2714,768375	2197,881633	516,8867424	4074,361907	1481,09082	2593,271087	260617,8637
4580	Comércio por atacado e varejo	23653,81807	10808,84849	8583,487298	2225,361187	12509,2247	3400,411451	9108,813246	1012235,533
4900	Transporte terrestre	5661,841369	2665,046663	2137,702211	527,3444522	2903,25124	1149,083318	1754,167922	203953,5668
5000	Transporte aquaviário	76,22137743	52,49597863	40,81812423	11,6778544	19,83278066	2,631322873	17,20145779	1272,690412
5100	Transporte aéreo	485,9472127	392,3614062	298,4649414	93,89646479	68,50015049	0	68,50015049	4854,734588
5280	Armazenamento, atividades auxiliares dos transportes e correio	2112,302522	1236,919176	943,7982234	293,1209523	823,976789	49,66211411	774,3146749	38820,18227
5500	Alojamento	769,8793372	475,2665142	385,6174589	89,64905535	279,1592056	72,65911341	206,5000922	34179,24458
5600	Alimentação	8481,198761	3480,749418	2962,954256	517,7951614	4911,216985	2818,725068	2092,491918	593045,4
5800	Edição e edição integrada à impressão	320,27283	172,8422809	134,648782	38,19349893	141,1459273	18,27701618	122,8689111	5170,209623
5980	Atividades de televisão, rádio, cinema e gravação/edição de som e imagem	1264,676097	700,2904871	542,2830769	158,0074103	489,6482076	34,74723791	454,9009697	16748,99109
6100	Telecomunicações	2645,779972	507,9973958	388,2866656	119,7107302	2003,608316	19,7395353	1983,868781	9133,173701
6280	Desenvolvimento de sistemas e outros serviços de informação	5626,799644	3084,603654	2403,009339	681,5943155	2450,105355	566,6355354	1883,469819	76469,46801
6480	Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	5408,28496	2174,527407	1693,164252	481,3631552	3141,540636	39,28069776	3102,259938	26036,84082
6800	Atividades imobiliárias	3697,743605	52,52461399	40,78809814	11,73651585	3642,995656	53,53522098	3589,460435	4640,437806
6980	Atividades jurídicas, contábeis, consultoria e sedes de empresas	4689,457386	1861,490241	1491,628588	369,8616531	2771,700893	1378,191482	1393,509411	90755,23282
7180	Serviços de arquitetura, engenharia, testes/análises técnicas e P & D	3480,360714	1615,653902	1292,476722	323,1771806	1893,358917	831,2590366	1062,09988	61394,26828
7380	Outras atividades profissionais, científicas e técnicas	2249,492282	785,6017901	635,0135331	150,588257	1439,04518	544,4972763	894,5479032	48134,70235
7700	Aluguéis não-imobiliários e gestão de ativos de propriedade intelectual	4304,549901	1546,655301	1254,80329	291,8520112	2696,156675	189,4899963	2506,666679	76820,42045
7880	Outras atividades administrativas e serviços complementares	25991,10276	16574,36228	12915,36755	3658,994729	8923,184704	1012,320862	7910,863842	1069067,628
8000	Atividades de vigilância, segurança e investigação	4493,034512	3854,64809	2986,717586	867,9305043	522,8210259	179,8271612	342,9938647	190124,6462
8400	Administração pública, defesa e seguridade social	1332,945349	1173,159943	838,8665875	161,0084021	159,7232856	0	159,7232856	20028,31153
8591	Educação pública	160,7958584	152,9847586	131,7909699	17,83009667	7,806041615	0	7,806041615	4809,298066
8592	Educação privada	1612,019946	1423,155812	1193,542545	229,6132674	147,5022324	136,7350071	10,76722527	79480,59312
8691	Saúde pública	403259,8159	383225,2213	316878,2101	45875,45056	20034,5946	0	20034,5946	9354288,099
8692	Saúde privada	55,53271258	32,52446598	26,77061825	5,753847729	22,00982945	14,27432905	7,735500392	1963,370377

9080	Atividades artísticas, criativas e de espetáculos	374,6054843	182,9578211	162,5942753	20,36354575	188,0879688	118,8833224	69,20464648	24259,55272
9480	Organizações associativas e outros serviços pessoais	2601,776559	1527,147427	1320,193482	206,9539452	1035,041248	803,7589458	231,2823019	202602,5362
9700	Serviços domésticos	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		562.623,79	458.243,07	376.151,94	61.442,93	101.704,90	18.407,47	83.297,43	14.595.510,08

(continuação)

Quadro de variáveis para um choque de investimento de R\$ 618.641,00 na atividade Saúde Privada – 2010 – Brasil (Fonte: Elaboração própria)

Código da atividade nível 67	Descrição da atividade nível 67	Choque	Vetor de aumento da produção por atividade	Coeficiente de participação por operação segundo atividade							Fator trabalho (ocupações)
				Valor adicionado bruto (PIB)	Remunerações	Salários	Contribuições sociais efetivas	Excedente operacional bruto e rendimento misto bruto	Rendimento misto bruto	Excedente operacional bruto (EOB)	
0191	Agricultura, inclusive o apoio à agricultura e a pós-colheita	0	3157,459598	0,5928604	0,127838873	0,108852843	0,01898603	0,470677066	0,271294141	0,199382924	41,25256276
0192	Pecuária, inclusive o apoio à pecuária	0	1776,666325	0,53761624	0,168512127	0,146114946	0,022397181	0,365832614	0,261863676	0,103968939	89,56093615
0280	Produção florestal; pesca e aquicultura	0	806,3300332	0,735687586	0,097530986	0,081005312	0,016525674	0,63441865	0,278231359	0,356187291	51,21503049
0580	Extração de carvão mineral e de minerais não-metálicos	0	567,6473456	0,444264726	0,18681763	0,145706969	0,041110662	0,250033697	0,011389675	0,238644022	9,36514355
0680	Extração de petróleo e gás, inclusive as atividades de apoio	0	2823,674957	0,54098696	0,10398875	0,074200972	0,029787778	0,431100315	0	0,431100315	0,51374755
0791	Extração de minério de ferro, inclusive beneficiamentos e a aglomeração	0	200,7201369	0,645572755	0,065227775	0,047624945	0,017602831	0,574506855	0	0,574506855	0,635612561
0792	Extração de minerais metálicos não-ferrosos, inclusive beneficiamentos	0	208,2023754	0,345498783	0,152777778	0,120742092	0,032035685	0,185218978	0	0,185218978	3,221309813
1091	Abate e produtos de carne, inclusive os produtos do laticínio e da pesca	0	3128,079369	0,151599322	0,095334007	0,072960219	0,022373788	0,049292139	0,001774197	0,047517942	4,641939401
1092	Fabricação e refino de açúcar	0	679,6062595	0,21487101	0,139007699	0,107874477	0,031133222	0,065530593	0	0,065530593	5,147336905
1093	Outros produtos alimentares	0	4088,120745	0,178485616	0,104519774	0,082037795	0,022481979	0,06640691	0,016410157	0,049996753	7,2439574
1100	Fabricação de bebidas	0	2067,510775	0,324772787	0,099313648	0,075329034	0,023984614	0,215767244	0,000358261	0,215408983	3,045367123
1200	Fabricação de produtos do fumo	0	10,23307832	0,268183514	0,085639687	0,064677359	0,020962327	0,176501305	0	0,176501305	1,442969041
1300	Fabricação de produtos têxteis	0	1107,22049	0,270403754	0,198987529	0,158414619	0,04057291	0,063563403	0,018125695	0,045437708	15,39928386
1400	Confecção de artefatos do vestuário e acessórios	0	523,8259882	0,454230507	0,251562081	0,202111645	0,049450436	0,194852865	0,12443033	0,070422535	36,05274988
1500	Fabricação de calçados e de artefatos de couro	0	121,009854	0,360502852	0,26806272	0,213165716	0,054897004	0,083114132	0,019847641	0,063266491	20,02206812
1600	Fabricação de produtos da madeira	0	2436,167839	0,406147404	0,221630109	0,179901984	0,041728125	0,174239901	0,06461436	0,109625541	22,34376933
1700	Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	0	5434,003513	0,272696555	0,141647845	0,107609681	0,034038164	0,123757358	0,00366346	0,120093898	3,532980029
1800	Impressão e reprodução de gravações	0	1564,188506	0,433989494	0,243433585	0,192749524	0,050684062	0,179068291	0,02834382	0,15072447	12,20204353
1991	Refino de petróleo e coquerias	0	8065,688527	0,071951988	0,017956051	0,012791758	0,005164292	0,051466668	0	0,051466668	0,105682925
1992	Fabricação de biocombustíveis	0	538,4914666	0,22076961	0,107260319	0,083867785	0,023392534	0,106109193	0	0,106109193	3,638052952
2091	Fabricação de químicos orgânicos e inorgânicos, resinas e elastômeros	0	7212,360325	0,162231441	0,075752976	0,056685442	0,019067535	0,080531103	0	0,080531103	0,967677381
2092	Fabricação de defensivos, desinfestantes, tintas e químicos diversos	0	2097,672434	0,191762782	0,124089297	0,092504089	0,031585208	0,061258735	0	0,061258735	1,9576669
2093	Fabricação de produtos de limpeza, cosméticos/perfumaria e higiene pessoal	0	2759,402166	0,268371568	0,134185784	0,105678827	0,028506958	0,127040241	0,005754043	0,121286198	7,001316284
2100	Fabricação de produtos farmaquímicos e farmacêuticos	0	13329,04328	0,478895347	0,155004537	0,118583376	0,036421161	0,316508474	0	0,316508474	2,41765384
2200	Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	0	4185,815591	0,293521654	0,183254866	0,140855153	0,042399714	0,102034636	0,003001019	0,099033617	6,398281986
2300	Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	0	1342,251036	0,348495953	0,18641134	0,147285855	0,039125485	0,154225209	0,010635146	0,143590063	9,802485692
2491	Produção de ferro-gusa/ferroligas, siderurgia e tubos de aço sem costura	0	1899,439222	0,184977603	0,096329072	0,072915984	0,023413089	0,082279034	0	0,082279034	1,464328635
2492	Metalurgia de metais não-ferrosos e a fundição de metais	0	1459,518088	0,192393203	0,121195278	0,092927849	0,028267429	0,064342809	0	0,064342809	3,076200307
2500	Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	0	2063,640916	0,387319027	0,223135597	0,174406197	0,0487294	0,15538342	0,022974878	0,132408542	10,21785296

2600	Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	0	1488,147355	0,216671841	0,127786402	0,097826762	0,02995964	0,079695747	0	0,079695747	2,698975473
2700	Fabricação de máquinas e equipamentos elétricos	0	1194,932444	0,249778218	0,17839839	0,137266275	0,041132114	0,063344479	0	0,063344479	4,162447113
2800	Fabricação de máquinas e equipamentos mecânicos	0	1176,29043	0,315064583	0,192647644	0,146833043	0,045814601	0,114098133	0	0,114098133	4,51940545
2991	Fabricação de automóveis, caminhões e ônibus, exceto peças	0	211,5560123	0,243473438	0,095544406	0,072625734	0,022918672	0,141713258	0	0,141713258	1,1926826
2992	Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores	0	1455,84245	0,295230558	0,191779297	0,147596731	0,044182567	0,095116794	0,000692478	0,094424316	4,563627595
3000	Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	0	154,7919856	0,287064042	0,185958197	0,142149714	0,043808482	0,100437477	0,001032932	0,099404545	3,287489367
3180	Fabricação de móveis e de produtos de indústrias diversas	0	21047,86274	0,464438867	0,190739679	0,150544434	0,040195245	0,266466415	0,029938936	0,236527479	16,94190068
3300	Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	0	4247,146255	0,40524871	0,17726821	0,143404799	0,03386341	0,222987363	0,10374367	0,119243694	12,45650528
3500	Energia elétrica, gás natural e outras utilidades	0	11847,49444	0,45107286	0,079455841	0,059675391	0,01978045	0,364418769	0	0,364418769	0,931004218
3680	Água, esgoto e gestão de resíduos	0	6668,467273	0,558741519	0,188353936	0,146179942	0,042173994	0,362278093	0,030741705	0,331536388	12,93844688
4180	Construção	0	1797,464442	0,462781065	0,182746714	0,147952086	0,034794627	0,274268794	0,099700764	0,17456803	17,54369121
4580	Comércio por atacado e varejo	0	57127,58903	0,643643803	0,294119466	0,233565186	0,060554281	0,340388386	0,092528561	0,247859825	27,54393081
4900	Transporte terrestre	0	10216,77532	0,439198269	0,206732016	0,165825047	0,040906969	0,225209933	0,089136267	0,136073666	15,82101079
5000	Transporte aquaviário	0	241,722872	0,327907194	0,225839648	0,175601085	0,050238563	0,085321358	0,011320049	0,07400131	5,475161381
5100	Transporte aéreo	0	963,3157476	0,250781563	0,20248497	0,154028056	0,048456914	0,035350701	0	0,035350701	2,505370741
5280	Armazenamento, atividades auxiliares dos transportes e correio	0	3406,557328	0,573543125	0,335854586	0,256264894	0,079589692	0,223730369	0,01348451	0,210245859	10,54065335
5500	Alojamento	0	498,3624681	0,565332802	0,348994625	0,283164112	0,065830513	0,204990378	0,053354569	0,151635809	25,09828124
5600	Alimentação	0	9259,181584	0,491149984	0,201571744	0,171585996	0,029985748	0,284410755	0,16323362	0,121177136	34,34352233
5800	Edição e edição integrada à impressão	0	1018,994527	0,461804492	0,249222957	0,194151381	0,055071576	0,203519678	0,026353806	0,177165871	7,454975266
5980	Atividades de televisão, rádio, cinema e gravação/edição de som e imagem	0	1622,226568	0,436628217	0,241774623	0,187222715	0,054551908	0,169050577	0,011996451	0,157054126	5,782573203
6100	Telecomunicações	0	8196,210595	0,438572947	0,084207272	0,064363639	0,019843633	0,33212452	0,003272088	0,328852432	1,513944073
6280	Desenvolvimento de sistemas e outros serviços de informação	0	1795,814376	0,67363187	0,369284044	0,287684612	0,081599432	0,293322876	0,067836742	0,225486134	9,154808062
6480	Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	0	25854,95092	0,619150684	0,248944008	0,193836644	0,055107364	0,35964951	0,004496929	0,355152581	2,980746749
6800	Atividades imobiliárias	0	7474,679484	0,926452963	0,013159805	0,010219274	0,002940531	0,912736112	0,013413008	0,899323104	1,162640739
6980	Atividades jurídicas, contábeis, consultoria e sedes de empresas	0	11274,37309	0,681794269	0,270639708	0,216865991	0,053773717	0,402974082	0,200373514	0,202600568	13,19478834
7180	Serviços de arquitetura, engenharia, testes/análises técnicas e P & D	0	1299,261311	0,640227898	0,297206752	0,237756866	0,059449886	0,348291829	0,152913813	0,195378017	11,29374987
7380	Outras atividades profissionais, científicas e técnicas	0	3519,673753	0,332036294	0,115958747	0,093731169	0,022227579	0,212410255	0,080370517	0,132039738	7,104922436
7700	Aluguéis não-imobiliários e gestão de ativos de propriedade intelectual	0	2433,539277	0,637507916	0,229061115	0,185837555	0,043223559	0,399303357	0,028063648	0,371239709	11,37717701
7880	Outras atividades administrativas e serviços complementares	0	14848,50384	0,6868228	0,437982567	0,341292518	0,096690049	0,235797871	0,026750887	0,209046985	28,25043742
8000	Atividades de vigilância, segurança e investigação	0	1028,925386	0,819150475	0,702762644	0,544525336	0,158237308	0,095318451	0,032785304	0,062533147	34,66269707
8400	Administração pública, defesa e seguridade social	0	1587,476589	0,70877298	0,623809573	0,446054275	0,085613716	0,084930376	0	0,084930376	10,64974349
8591	Educação pública	0	123,4126344	0,798870397	0,760063077	0,654767514	0,088583976	0,03878219	0	0,03878219	23,89368666
8592	Educação privada	0	442,540032	0,64585708	0,570188514	0,478193775	0,091994739	0,059096887	0,05478299	0,004313897	31,84396317
8691	Saúde pública	0	1495,678976	0,651840313	0,651945584	0,512210697	0,074154346	0,032384472	0	0,032384472	15,12052984
8692	Saúde privada	618.641	688248,146	0,543471421	0,318300996	0,261990911	0,056310086	0,215399406	0,139695857	0,075703548	19,21454291
9080	Atividades artísticas, criativas e de espetáculos	0	272,9909275	0,614275291	0,300012876	0,266620885	0,033391991	0,308425254	0,194943989	0,113481265	39,78063436

9480	Organizações associativas e outros serviços pessoais	0	7372,501771	0,459450129	0,269680377	0,233134188	0,036546189	0,182778891	0,141936536	0,040842356	35,77776925
9700	Serviços domésticos	0	0	1	1	0,951728071	0,048271929	0	0	0	168,0967422

Código da atividade nível 67	Descrição da atividade nível 67	Variações nas operações segundo atividade após choque							
		Valor adicionado bruto (PIB)	Remunerações	Salários	Contribuições sociais efetivas	Excedente operacional bruto e rendimento misto bruto	Rendimento misto bruto	Excedente operacional bruto (EOB)	Fator trabalho (ocupações)
0191	Agricultura, inclusive o apoio à agricultura e a pós-colheita	1871,93276	403,6460778	343,6984553	59,94762243	1486,143819	856,6002904	629,5435283	130253,3002
0192	Pecuária, inclusive o apoio à pecuária	955,1646695	299,3898219	259,5975038	39,79231811	649,9624865	465,2443741	184,7181123	159119,8993
0280	Produção florestal; pesca e aquicultura	593,2069957	78,64216289	65,31701577	13,32514712	511,5508114	224,3463013	287,2045101	41296,21724
0580	Extração de carvão mineral e de minerais não-metálicos	252,1856923	106,046532	82,71017395	23,33635805	141,9309646	6,465318871	135,4656457	5316,098877
0680	Extração de petróleo e gás, inclusive as atividades de apoio	1527,571331	293,6304283	209,5194254	84,11100295	1217,287165	0	1217,287165	1450,65609
	Extração de minério de ferro, inclusive beneficiamentos e a								
0791	aglomeração	129,5794518	13,09252799	9,559285421	3,533242568	115,3150946	0	115,3150946	127,5802402
0792	Extração de minerais metálicos não-ferrosos, inclusive beneficiamentos	71,9336674	31,80869624	25,13879046	6,66990578	38,5630312	0	38,5630312	670,684355
	Abate e produtos de carne, inclusive os produtos do laticínio e da pesca								
1091		474,2147124	298,2123409	228,2253549	69,98698595	154,189723	5,54982924	148,6398938	14520,35487
1092	Fabricação e refino de açúcar	146,0276833	94,47050229	73,31216955	21,15833274	44,53500116	0	44,53500116	3498,162381
1093	Outros produtos alimentares	729,6707492	427,2894564	335,3804102	91,90904616	271,4794645	67,08670123	204,3927633	29614,17252
1100	Fabricação de bebidas	671,4712373	205,3320371	155,7435899	49,58844715	446,1011012	0,740707937	445,3603933	6296,329342
1200	Fabricação de produtos do fumo	2,744342898	0,876357621	0,661848482	0,214509139	1,806151682	0	1,806151682	14,76601521
1300	Fabricação de produtos têxteis	299,3965766	220,3230698	175,3999122	44,92315757	70,37870212	20,06914039	50,30956173	17050,40263
	Confecção de artefatos do vestuário e acessórios								
1400		237,9377445	131,7747557	105,8713322	25,90342358	102,0689948	65,17984066	36,8891541	18885,36733
	Fabricação de calçados e de artefatos de couro								
1500		43,62439753	32,43823059	25,79515215	6,643078445	10,05762903	2,40176016	7,655868874	2422,867539
1600	Fabricação de produtos da madeira	989,4432447	539,9281436	438,2714278	101,6567157	424,4776432	157,4114253	267,0662179	54433,17224
	Fabricação de celulose, papel e produtos de papel								
1700		1481,834039	769,71489	584,7513873	184,9635028	672,4979184	19,90725265	652,5906657	19198,22589
	Impressão e reprodução de gravações								
1800		678,8413776	380,7760161	301,4965895	79,27942665	280,096562	44,335078	235,761484	19086,29623
1991	Refino de petróleo e coquerias	580,3423236	144,8279116	103,174338	41,6535736	415,1141123	0	415,1141123	852,4055539
1992	Fabricação de biocombustíveis	118,8825512	57,7587665	45,16208649	12,59668001	57,13889472	0	57,13889472	1959,060469
	Fabricação de químicos orgânicos e inorgânicos, resinas e elastômeros								
2091		1170,07161	546,3577621	408,8358321	137,52193	580,8193307	0	580,8193307	6979,237949
	Fabricação de defensivos, desinfestantes, tintas e químicos diversos								
2092		402,2555011	260,2986971	194,0432773	66,25541982	128,5007604	0	128,5007604	4106,543892
	Fabricação de produtos de limpeza, cosméticos/perfumaria e higiene pessoal								
2093		740,5450867	370,2725433	291,6103831	78,66216027	350,5551153	15,87771837	334,6773969	19319,44732
	Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos								
2100		6383,216814	2066,062187	1580,602955	485,4592323	4218,755146	0	4218,755146	32225,01267
	Fabricação de produtos de borracha e de material plástico								
2200		1228,627516	767,0710766	589,5936941	177,4773825	427,0981685	12,56171084	414,5364577	26782,02849
	Fabricação de produtos de minerais não-metálicos								
2300		467,7690544	250,2108142	197,694591	52,51622327	207,008947	14,27503558	192,7339115	13157,39658
	Produção de ferro-gusa/ferroligas, siderurgia e tubos de aço sem costura								
2491		351,3537143	182,9712184	138,4994796	44,47173881	156,2840247	0	156,2840247	2781,403244

2492	Metalurgia de metais não-ferrosos e a fundição de metais	280,8013599	176,8867006	135,6298768	41,25682382	93,90949318	0	93,90949318	4489,76999
2500	Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	799,2873913	460,471747	359,911764	100,559983	320,6555825	47,41189791	273,2436846	21085,97944
2600	Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	322,4396271	190,1649957	145,5806369	44,58435882	118,5990146	0	118,5990146	4016,473212
2700	Fabricação de máquinas e equipamentos elétricos	298,4680959	213,1740235	164,0239259	49,15009761	75,69237347	0	75,69237347	4973,843101
2800	Fabricação de máquinas e equipamentos mecânicos	370,6074537	226,6095795	172,7183031	53,8912764	134,2125424	0	134,2125424	5316,133381
2991	Fabricação de automóveis, caminhões e ônibus, exceto peças	51,50826963	20,21299356	15,36441066	4,848582894	29,98029184	0	29,98029184	252,3191749
2992	Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores	429,8091789	279,2004421	214,8775857	64,32285639	138,4750661	1,008138807	137,4669273	6643,922778
3000	Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	44,43521304	28,7848385	22,00363655	6,781201947	15,54691653	0,159889644	15,38702689	508,8770069
3180	Fabricação de móveis e de produtos de indústrias diversas	9775,445527	4014,662592	3168,638585	846,0240066	5608,548527	630,1506244	4978,397903	356590,7999
3300	Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	1721,150542	752,8840124	609,0611554	143,822857	947,0599451	440,6145388	506,4454063	52904,59974
3500	Energia elétrica, gás natural e outras utilidades	5344,083204	941,3526362	707,0038635	234,3487727	4317,449342	0	4317,449342	11030,0673
3680	Água, esgoto e gestão de resíduos	3725,949532	1256,03206	974,7961617	281,2358979	2415,839605	205,0000512	2210,839554	86279,60959
4180	Construção	831,8325093	328,4807194	265,9386144	62,54210509	492,9884047	179,2085772	313,7798274	31534,16113
4580	Comércio por atacado e varejo	36769,81866	16802,336	13343,01594	3459,320059	19445,56783	5285,933631	14159,6342	1573518,359
4900	Transporte terrestre	4487,190033	2112,134559	1694,197246	417,9373133	2300,919291	910,6852129	1390,234078	161639,7127
5000	Transporte aquaviário	79,26266876	54,59060838	42,44679865	12,14380974	20,6241238	2,73631467	17,88780913	1323,471734
5100	Transporte aéreo	241,581829	195,0569602	148,377652	46,67930817	34,05388735	0	34,05388735	2413,463089
5280	Armazenamento, atividades auxiliares dos transportes e correio	1953,807536	1144,107902	872,9810538	271,1268484	762,1503279	45,93575579	716,2145722	35907,33992
5500	Alojamento	281,7406507	173,9258225	141,1183656	32,80745692	102,1595105	26,58991468	75,56959583	12508,04138
5600	Alimentação	4547,646891	1866,389377	1588,745895	277,6434821	2633,410829	1511,409726	1122,001103	317992,9095
5800	Edição e edição integrada à impressão	470,5762494	253,9568289	197,8391948	56,11763407	207,3854378	26,8543845	180,5310533	7596,578995
	Atividades de televisão, rádio, cinema e gravação/edição de som e imagem								
5980		708,3098931	392,2132167	303,7176626	88,49555403	274,2383369	19,46096113	254,7773758	9380,64388
6100	Telecomunicações	3594,636237	690,1805389	527,5379408	162,6425981	2722,162512	26,81872629	2695,343786	12408,60445
6280	Desenvolvimento de sistemas e outros serviços de informação	1209,717797	663,1655954	516,6281628	146,5374326	526,753437	121,8221964	404,9312406	16440,33593
6480	Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	16008,11056	6436,435099	5011,636912	1424,798187	9298,720425	116,2678663	9182,452559	77067,06092
6800	Atividades imobiliárias	6924,938958	98,36532344	76,38579632	21,97952712	6822,409889	100,2579348	6722,151955	8690,366877
6980	Atividades jurídicas, contábeis, consultoria e sedes de empresas	7686,80296	3051,293042	2445,028092	606,2649506	4543,280145	2259,085752	2284,194393	148762,9666
7180	Serviços de arquitetura, engenharia, testes/análises técnicas e P & D	831,8233383	386,1492336	308,908297	77,24093659	452,5220987	198,6750006	253,8470981	14673,53225
7380	Outras atividades profissionais, científicas e técnicas	1168,65943	408,1369592	329,9031338	78,23382544	747,6147982	282,8779993	464,7367988	25007,00902
7700	Aluguéis não-imobiliários e gestão de ativos de propriedade intelectual	1551,400554	557,4292193	452,2429902	105,186229	971,7204016	68,29398937	903,4264123	27686,80712
7880	Outras atividades administrativas e serviços complementares	10198,29099	6503,385832	5067,683264	1435,702568	3501,245599	397,2106465	3104,034953	419476,7284
8000	Atividades de vigilância, segurança e investigação	842,8447188	723,090325	560,275942	162,814383	98,0755744	33,73363207	64,34194234	35665,32898
8400	Administração pública, defesa e seguridade social	1125,160513	990,2830934	708,1007192	135,9097705	134,824983	0	134,824983	16906,21847
8591	Educação pública	98,59070024	93,80138659	80,80658382	10,93238181	4,786212262	0	4,786212262	2948,782816

8592	Educação privada	285,8176129	252,3312431	211,6198883	40,71135481	26,15273841	24,24366611	1,909072299	14092,22848
8691	Saúde pública	974,9438512	926,5070766	766,1027712	110,9110967	48,43677463	0	48,43677463	22615,45858
8692	Saúde privada	374043,198	219070,0706	180314,7586	38755,31205	148248,2416	96145,41484	52102,82679	13224373,54
9080	Atividades artísticas, criativas e de espetáculos	167,6915814	81,90079331	72,78508269	9,115710614	84,19729624	53,21794037	30,97935587	10859,75227
9480	Organizações associativas e outros serviços pessoais	3387,29689	1988,219055	1718,782215	269,4368401	1347,537699	1046,42736	301,110339	263771,6672
9700	Serviços domésticos	0	0	0	0	0	0	0	0
Total		526.235,52	283.777,60	231.426,84	52.152,93	233.247,87	112.185,56	121.062,31	17.680.770,55

(continuação)

Quadro de variáveis para um choque de investimento de R\$ 1.000.000,00 na atividade Saúde Pública – 2015 – Brasil (Fonte: Elaboração própria)

Código da atividade nível 67	Descrição da atividade nível 67	Choque	Vetor de aumento da produção por atividade	Coeficiente de participação por operação segundo atividade							
				Valor adicionado bruto (PIB)	Remunerações	Salários	Contribuições sociais efetivas	Excedente operacional bruto e rendimento misto bruto	Rendimento misto bruto	Excedente operacional bruto (EOB)	Fator trabalho (ocupações)
0191	Agricultura, inclusive o apoio à agricultura e a pós-colheita	0	5709,470344	0,527405343	0,084451715	0,071949331	0,012502384	0,47369391	0,250994985	0,222698924	19,30840831
0192	Pecuária, inclusive o apoio à pecuária	0	3205,736818	0,521457035	0,156840707	0,13556613	0,021274577	0,361726197	0,273350947	0,08837525	45,25557226
0280	Produção florestal; pesca e aquicultura	0	683,4134892	0,752553146	0,067847336	0,057264509	0,010582827	0,682206658	0,348924748	0,33328191	29,76113048
0580	Extração de carvão mineral e de minerais não metálicos	0	731,2142324	0,448740688	0,204733188	0,163381138	0,04135205	0,239649318	0,019966553	0,219682765	6,834186388
0680	Extração de petróleo e gás, inclusive as atividades de apoio	0	3927,889003	0,427690948	0,128721276	0,092153921	0,036567355	0,291934133	0	0,291934133	0,397996325
0791	Extração de minério de ferro, inclusive beneficiamentos e a aglomeração	0	162,2756549	0,453358103	0,082440809	0,065759293	0,016681516	0,364889201	0	0,364889201	0,954315394
0792	Extração de minerais metálicos não ferrosos, inclusive beneficiamentos	0	165,019071	0,275849221	0,14059492	0,107805999	0,032788921	0,126684469	0	0,126684469	2,10550829
1091	Abate e produtos de carne, inclusive os produtos do laticínio e da pesca	0	6980,784954	0,158218325	0,100847185	0,079138551	0,021708634	0,050498045	0,001598759	0,048899286	2,887906645
1092	Fabricação e refino de açúcar	0	964,5184007	0,153705322	0,1751758	0,129967129	0,045208671	-0,030520534	0	-0,030520534	3,768027296
1093	Outros produtos alimentares	0	9574,830072	0,191688913	0,114098757	0,090704819	0,023393937	0,069814554	0,01312651	0,056688044	4,884463803
1100	Fabricação de bebidas	0	3435,190878	0,299866569	0,10997593	0,086390037	0,023585893	0,181126053	0,000274711	0,180851342	2,519909999
1200	Fabricação de produtos do fumo	0	4,770337522	0,282285866	0,091421374	0,070604614	0,020816759	0,184168656	0	0,184168656	1,204653938
1300	Fabricação de produtos têxteis	0	865,6625921	0,288068059	0,215205686	0,176049968	0,039155718	0,064505708	0,030949817	0,033555891	13,34212793
1400	Confecção de artefatos do vestuário e acessórios	0	714,1892852	0,406658837	0,2887834	0,229013735	0,059769665	0,108365143	0,090812698	0,017552445	27,65095755
1500	Fabricação de calçados e de artefatos de couro	0	118,4446524	0,336448598	0,243114933	0,200735733	0,042379201	0,083167628	0,011433685	0,071733943	12,14595347
1600	Fabricação de produtos da madeira	0	1143,852996	0,370091771	0,222280728	0,183879946	0,038400782	0,139611855	0,057206258	0,082405597	14,35579961
1700	Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	0	2971,871311	0,283642655	0,142935385	0,113347524	0,029587861	0,134147404	0,003062101	0,131085303	2,510648892
1800	Impressão e reprodução de gravações	0	1885,089461	0,431161095	0,291531865	0,236635341	0,054896523	0,127612592	0,029579418	0,098033174	10,22086992
1991	Refino de petróleo e coquerias	0	12603,18708	0,097568227	0,018663503	0,01263697	0,006026533	0,076804813	0	0,076804813	0,061955436
1992	Fabricação de biocombustíveis	0	1041,372478	0,20260965	0,146471838	0,113185967	0,033285871	0,052076282	0	0,052076282	2,502205831
2091	Fabricação de químicos orgânicos e inorgânicos, resinas e elastômeros	0	6376,33034	0,174798843	0,07754255	0,059766513	0,017776037	0,090907217	0	0,090907217	0,695065724
2092	Fabricação de defensivos, desinfestantes, tintas e químicos diversos	0	5857,051781	0,202660974	0,12542291	0,096289136	0,029133774	0,069585414	0	0,069585414	1,277710649
2093	Fabricação de produtos de limpeza, cosméticos/perfumaria e higiene pessoal	0	1221,163872	0,207461396	0,138085238	0,108980852	0,029104385	0,061000618	0,013341569	0,047659049	3,459691167
2100	Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	0	14564,08041	0,399278962	0,193455461	0,148485476	0,044969986	0,197491893	0	0,197491893	1,768284689
2200	Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	0	5873,472455	0,257751727	0,203141216	0,158741141	0,044400075	0,047029287	0,002421643	0,044607644	4,408288937
2300	Fabricação de produtos de minerais não metálicos	0	3861,24613	0,309817013	0,223325034	0,180843819	0,042481216	0,078587458	0,011711641	0,066875816	7,302024138
2491	Produção de ferro gusa/ferroligas, siderurgia e tubos de aço sem costura	0	2215,832132	0,214062131	0,118838097	0,093343964	0,025494133	0,088471533	0	0,088471533	1,219151114
2492	Metalurgia de metais não ferrosos e a fundição de metais	0	1182,739734	0,219638921	0,102130786	0,082169973	0,019960813	0,111140268	-0,000192436	0,111332704	1,763829117
2500	Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	0	3492,726424	0,375834073	0,248266114	0,197394515	0,050871599	0,118495875	0,030404628	0,088091247	7,941546418
2600	Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	0	1182,502658	0,160957176	0,118719854	0,094180192	0,024539661	0,03322419	0	0,03322419	1,690173573

2700	Fabricação de máquinas e equipamentos elétricos	0	1596,575054	0,236631573	0,200588905	0,157865496	0,042723409	0,028250785	0	0,028250785	3,095808217
2800	Fabricação de máquinas e equipamentos mecânicos	0	2310,31058	0,312032693	0,233516802	0,185206983	0,048309819	0,070840034	0	0,070840034	3,398614035
2991	Fabricação de automóveis, caminhões e ônibus, exceto peças	0	261,3429208	0,153025689	0,13811917	0,106831187	0,031287983	0,009211587	0	0,009211587	1,161329091
2992	Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores	0	1661,680391	0,261230974	0,253854774	0,214065847	0,039788927	0,000156035	0,000553215	-0,00039718	4,076315304
3000	Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	0	321,6255132	0,236499069	0,190492992	0,156267764	0,034225228	0,038165246	0,000313633	0,037851612	2,236577477
3180	Fabricação de móveis e de produtos de indústrias diversas	0	7532,435292	0,44569448	0,229154237	0,187349072	0,041805165	0,208003068	0,019503395	0,188499673	11,1638825
3300	Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	0	8307,163057	0,35518732	0,19024976	0,154306756	0,035943004	0,158741595	0,062439962	0,096301633	8,149743836
3500	Energia elétrica, gás natural e outras utilidades	0	18424,70176	0,327720103	0,061870813	0,044187411	0,017683402	0,260836884	0	0,260836884	0,587628906
3680	Água, esgoto e gestão de resíduos	0	10995,7434	0,600175034	0,267467579	0,204837298	0,062630281	0,323001034	0,027925849	0,295075185	8,341077254
4180	Construção	0	23662,39164	0,46815476	0,200233114	0,1614498	0,038783314	0,262413254	0,125334489	0,137078765	13,66404347
4580	Comércio por atacado e varejo	0	54140,55504	0,622945175	0,313117356	0,249987509	0,063129847	0,300870396	0,070042325	0,230828071	17,14571892
4900	Transporte terrestre	0	20385,21243	0,437941446	0,235456881	0,192846735	0,042610146	0,200913311	0,062441604	0,138471707	11,35597182
5000	Transporte aquaviário	0	481,2409459	0,436155378	0,251394422	0,206025896	0,045368526	0,166334661	0,016384462	0,149950199	2,935159363
5100	Transporte aéreo	0	3295,847479	0,184316246	0,190235149	0,158096309	0,03213884	-0,020301034	0	-0,020301034	1,517488885
5280	Armazenamento, atividades auxiliares dos transportes e correio	0	5978,218256	0,565292156	0,355051066	0,278234211	0,076816855	0,196875217	0,008302647	0,18857257	7,083391232
5500	Alojamento	0	2758,273562	0,54710296	0,400333472	0,336015006	0,064318466	0,133305544	0,039808253	0,093497291	18,58703627
5600	Alimentação	0	25683,8598	0,490126485	0,214245432	0,17957176	0,034673673	0,269731365	0,154350881	0,115380484	22,11048401
5800	Edição e edição integrada à impressão	0	571,7893082	0,427462657	0,341501513	0,273650298	0,067851215	0,074392268	0,020355365	0,054036903	8,139656351
5980	Atividades de televisão, rádio, cinema e gravação/edição de som e imagem	0	4123,825488	0,443323196	0,239471016	0,201064418	0,038406598	0,174523085	0,017233435	0,157289651	4,020113354
6100	Telecomunicações	0	5977,893737	0,405510466	0,107532958	0,080589174	0,026943784	0,269375741	0,003309757	0,266065984	1,448630456
6280	Desenvolvimento de sistemas e outros serviços de informação	0	15167,71943	0,658785856	0,372033743	0,298907892	0,073125851	0,27424584	0,05659686	0,21764898	6,175334762
6480	Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	0	13204,36023	0,635694409	0,249286909	0,192406689	0,05688022	0,37374328	0,003759065	0,369984215	2,088134407
6800	Atividades imobiliárias	0	6214,625958	0,913825791	0,012296471	0,009851098	0,002445373	0,900873557	0,008303278	0,892570279	0,763932673
6980	Atividades jurídicas, contábeis, consultoria e sedes de empresas	0	10678,76566	0,668155301	0,279254583	0,228186812	0,051067771	0,378238976	0,152181319	0,226057658	9,10692614
7180	Serviços de arquitetura, engenharia, testes/análises técnicas e P & D	0	11602,10132	0,633306984	0,309920388	0,248842527	0,061077861	0,322398509	0,144655864	0,177742646	8,257128338
7380	Outras atividades profissionais, científicas e técnicas	0	10236,01266	0,354414414	0,118706942	0,095718071	0,022988871	0,231648119	0,057943826	0,173704293	5,324780074
7700	Aluguéis não imobiliários e gestão de ativos de propriedade intelectual	0	8828,527132	0,646888757	0,231005103	0,184681429	0,046323674	0,410977506	0,014981273	0,395996233	7,199399873
7880	Outras atividades administrativas e serviços complementares	0	60878,39369	0,704533896	0,479182459	0,387616946	0,091565514	0,212627741	0,03088327	0,181744471	19,83052823
8000	Atividades de vigilância, segurança e investigação	0	9099,634138	0,824502565	0,708597172	0,556350895	0,152246277	0,094080841	0,022325116	0,071755725	21,62607934
8400	Administração pública, defesa e seguridade social	0	3072,69117	0,707515077	0,608703204	0,437139046	0,082807593	0,098622884	0	0,098622884	7,077804953
8591	Educação pública	0	252,3812546	0,832597708	0,796501356	0,664794165	0,123177385	0,036083408	0	0,036083408	13,49605221
8592	Educação privada	0	4012,003639	0,691913311	0,620289384	0,512695533	0,107593851	0,052993582	0,047902732	0,00509085	22,42554632
8691	Saúde pública	1.000.000	1000010,799	0,665033072	0,634512015	0,5204711	0,083452876	0,030515475	0	0,030515475	10,62466579
8692	Saúde privada	0	106,96948	0,598555782	0,304350169	0,262195697	0,042154472	0,284447259	0,139500002	0,144947256	13,0603554
9080	Atividades artísticas, criativas e de espetáculos	0	988,5764125	0,552655136	0,316970344	0,271895123	0,045075222	0,228465825	0,151656031	0,076809795	28,47474806

9480	Organizações associativas e outros serviços pessoais	0	9056,767763	0,487883783	0,271399135	0,228188749	0,043210385	0,209286352	0,165457792	0,04382856	27,47538292
9700	Serviços domésticos	0	0	1	1	0,948222466	0,051777534	0	0	0	102,9295761

Código da atividade nível 67	Descrição da atividade nível 67	Variações nas operações segundo atividade após choque							
		Valor adicionado bruto (PIB)	Remunerações	Salários	Contribuições sociais efetivas	Excedente operacional bruto e rendimento misto bruto	Rendimento misto bruto	Excedente operacional bruto (EOB)	Fator trabalho (ocupações)
0191	Agricultura, inclusive o apoio à agricultura e a pós-colheita	3011,205165	482,1745641	410,7925711	71,38199301	2704,54133	1433,048426	1271,492904	110240,7847
0192	Pecuária, inclusive o apoio à pecuária	1671,654016	502,7900292	434,5893342	68,20069498	1159,598986	876,2911937	283,3077926	145077,4542
0280	Produção florestal; pesca e aquicultura	514,304971	46,36778448	39,13533788	7,232446602	466,2292327	238,4598794	227,7693533	20339,15803
0580	Extração de carvão mineral e de minerais não metálicos	328,1255779	149,703821	119,4666136	30,2372074	175,2349924	14,59982808	160,6351643	4997,254354
0680	Extração de petróleo e gás, inclusive as atividades de apoio	1679,922572	505,6028861	361,9703741	143,632512	1146,684872	0	1146,684872	1563,285389
0791	Extração de minério de ferro, inclusive beneficiamentos e a aglomeração	73,56898306	13,37813628	10,67113239	2,707003893	59,21263401	0	59,21263401	154,8621556
0792	Extração de minerais metálicos não ferrosos, inclusive beneficiamentos	45,52038212	23,20084312	17,79004578	5,410797335	20,90535334	0	20,90535334	347,449022
1091	Abate e produtos de carne, inclusive os produtos do laticínio e da pesca	1104,4881	703,992514	552,4492078	151,5433062	352,5159903	11,16059006	341,3554003	20159,85526
1092	Fabricação e refino de açúcar	148,2516112	168,9602824	125,355687	43,60459545	-29,4376169	0	-29,4376169	3634,331661
1093	Outros produtos alimentares	1835,388766	1092,476208	868,4832322	223,9929761	668,4624956	125,6841074	542,7783882	46767,91091
1100	Fabricação de bebidas	1030,098902	377,7883118	296,7662676	81,02204428	622,2025652	0,943684376	621,2588808	8656,371843
1200	Fabricação de produtos do fumo	1,346598858	0,436110809	0,33680784	0,099302969	0,878546648	0	0,878546648	5,746605881
1300	Fabricação de produtos têxteis	249,369743	186,295512	152,3998714	33,89564059	55,84017797	26,79209875	29,04807923	11549,78105
1400	Confecção de artefatos do vestuário e acessórios	290,4313838	206,2460102	163,5591559	42,68685428	77,39322406	64,85745572	12,53576834	19748,01761
1500	Fabricação de calçados e de artefatos de couro	39,85053725	28,79566378	23,77607409	5,019589688	9,85076076	1,354258801	8,496501959	1438,623237
1600	Fabricação de produtos da madeira	423,3305807	254,2564768	210,3316269	43,92484989	159,6954386	65,43555013	94,25988845	16420,92439
1700	Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	842,9494699	424,7855691	336,8542534	87,93131566	398,6688216	9,100169816	389,5686517	7461,325413
1800	Impressão e reprodução de gravações	812,7772357	549,5636454	446,0787878	103,4848577	240,5611518	55,75984847	184,8013034	19267,25417
1991	Refino de petróleo e coquerias	1229,670618	235,2196137	159,2660932	75,95352048	967,9854222	0	967,9854222	780,8359477
1992	Fabricação de biocombustíveis	210,9921129	152,5317406	117,8687506	34,66298997	54,23080689	0	54,23080689	2605,728286
2091	Fabricação de químicos orgânicos e inorgânicos, resinas e elastômeros	1114,575165	494,4369173	381,0910329	113,3458844	579,6544453	0	579,6544453	4431,968663
2092	Fabricação de defensivos, desinfestantes, tintas e químicos diversos	1186,99582	734,6084761	563,970455	170,6380211	407,5653749	0	407,5653749	7483,617434
2093	Fabricação de produtos de limpeza, cosméticos/perfumaria e higiene pessoal	253,3443615	168,6247037	133,0834797	35,541224	74,49175047	16,2922419	58,19950857	4224,849862
2100	Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	5815,130911	2817,500893	2162,554408	654,9464849	2876,287804	0	2876,287804	25753,4404
2200	Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	1513,89767	1193,144339	932,3617206	260,7826182	276,2252221	14,22345091	262,0017712	25891,96364
2300	Fabricação de produtos de minerais não metálicos	1196,279741	862,3129245	698,2824952	164,0304293	303,445517	45,22152966	258,2239873	28194,91244
2491	Produção de ferro gusa/ferroligas, siderurgia e tubos de aço sem costura	474,3257477	263,3252749	206,8345549	56,49071995	196,038066	0	196,038066	2701,434212
2492	Metalurgia de metais não ferrosos e a fundição de metais	259,775679	120,7941389	97,18569211	23,60844682	131,4500111	-0,227601152	131,6776122	2086,150782
2500	Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	1312,685598	867,1256182	689,445039	177,6805793	413,8736732	106,1950479	307,6786253	27737,64902

2600	Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	190,3322883	140,3865424	111,3683277	29,01821472	39,28769291	0	39,28769291	1998,634743
2700	Fabricação de máquinas e equipamentos elétricos	377,8000667	320,2552423	252,0441133	68,21112902	45,10449819	0	45,10449819	4942,690172
2800	Fabricação de máquinas e equipamentos mecânicos	720,8924317	539,4963391	427,8856521	111,610687	163,6624796	0	163,6624796	7851,853964
2991	Fabricação de automóveis, caminhões e ônibus, exceto peças	39,99218043	36,09646736	27,91957442	8,176892937	2,407382927	0	2,407382927	303,5051365
2992	Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores	434,0823877	421,8255001	355,70902	66,1164801	0,259280314	0,919266568	-0,659986254	6773,53321
3000	Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	76,0641344	61,26740639	50,25969991	11,00770648	12,27491667	0,100872453	12,17404422	719,3403788
3180	Fabricação de móveis e de produtos de indústrias diversas	3357,16483	1726,089465	1411,194765	314,8946996	1566,769652	146,9080607	1419,861592	84091,22251
3300	Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	2950,598982	1580,435777	1281,851386	298,584391	1318,69231	518,698942	799,9933683	67701,25091
3500	Energia elétrica, gás natural e outras utilidades	6038,145158	1139,95127	814,1398706	325,8113994	4805,841795	0	4805,841795	10826,88733
3680	Água, esgoto e gestão de resíduos	6599,370669	2941,004867	2252,33837	688,6664975	3551,636492	307,0654734	3244,571019	91716,34519
4180	Construção	11077,66128	4737,994369	3820,288393	917,705976	6209,325195	2965,713762	3243,611433	323323,9481
4580	Comércio por atacado e varejo	33726,59755	16952,34744	13534,46247	3417,884967	16289,29025	3792,130362	12497,15989	928278,7391
4900	Transporte terrestre	8927,529408	4799,83853	3931,221661	868,6168689	4095,660517	1272,885356	2822,775161	231493,8979
5000	Transporte aquaviário	209,8958269	120,9812896	99,14809726	21,83319231	80,04704976	7,884874063	72,1621757	1412,518868
5100	Transporte aéreo	607,4782354	626,9860369	521,0613228	105,9247141	-66,90911108	0	-66,90911108	5001,411918
5280	Armazenamento, atividades auxiliares dos transportes e correio	3379,439887	2122,572768	1663,34484	459,2279274	1176,963017	49,63503659	1127,327981	42346,05878
5500	Alojamento	1509,059629	1104,229232	926,8213081	177,4079244	367,6931576	109,802053	257,8911046	51268,13072
5600	Alimentação	12588,33992	5502,64965	4612,095901	890,5537486	6927,742566	3964,326394	2963,416172	567882,5713
5800	Edição e edição integrada à impressão	244,4185772	195,266914	156,4703145	38,79659955	42,53670339	11,63897987	30,89772353	4654,168474
5980	Atividades de televisão, rádio, cinema e gravação/edição de som e imagem	1828,187495	987,5366815	829,1545718	158,3821097	719,702748	71,06767729	648,6350707	16578,24591
6100	Telecomunicações	2424,098477	642,8205953	481,7535188	161,0670765	1610,299557	19,78537722	1590,514179	8659,75893
6280	Desenvolvimento de sistemas e outros serviços de informação	9992,279031	5642,903435	4533,751038	1109,152397	4159,683955	858,4452917	3301,238664	93665,74508
6480	Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	8393,937974	3291,674147	2540,607234	751,0669129	4935,040907	49,63604613	4885,404861	27572,47893
6800	Atividades imobiliárias	5679,085479	76,41796655	61,22088844	15,19707811	5598,592191	51,60176409	5546,990427	4747,555817
6980	Atividades jurídicas, contábeis, consultoria e sedes de empresas	7135,073882	2982,094253	2436,753493	545,3407594	4039,125393	1625,108642	2414,016751	97250,73017
7180	Serviços de arquitetura, engenharia, testes/análises técnicas e P & D	7347,691801	3595,727749	2887,096215	708,6315344	3740,500172	1678,311986	2062,188186	95800,03962
7380	Outras atividades profissionais, científicas e técnicas	3627,790431	1215,085763	979,7713862	235,3143768	2371,153075	593,1137381	1778,039337	54504,51622
7700	Aluguéis não imobiliários e gestão de ativos de propriedade intelectual	5711,074947	2039,434822	1630,465006	408,9698159	3628,326064	132,2625788	3496,063485	63560,09711
7880	Outras atividades administrativas e serviços complementares	42890,8919	29171,85841	23597,49702	5574,361385	12944,43531	1880,123879	11064,31143	1207250,705
8000	Atividades de vigilância, segurança e investigação	7502,671691	6447,975015	5062,589595	1385,38542	856,101232	203,1503855	652,9508466	196789,4098
8400	Administração pública, defesa e seguridade social	2173,975331	1870,356961	1343,193285	254,4421595	303,0376657	0	303,0376657	21747,90878
8591	Educação pública	210,132054	201,0220115	167,7815854	31,08766297	9,106775857	0	9,106775857	3406,15059
8592	Educação privada	2775,958722	2488,603266	2056,936343	431,6669228	212,6104449	192,1859362	20,42450876	89971,37343
8691	Saúde pública	665040,2539	634518,8671	520476,7213	83453,77725	30515,80498	0	30515,80498	10624780,53
8692	Saúde privada	64,02720069	32,55617931	28,04693735	4,509241958	30,42717533	14,92224269	15,50493264	1397,059425

9080	Atividades artísticas, criativas e de espetáculos	546,3418313	313,349406	268,7891052	44,56030089	225,8559261	149,9235748	75,93235129	28149,46428
9480	Organizações associativas e outros serviços pessoais	4418,65012	2457,998933	2066,652508	391,3464249	1895,457887	1498,512801	396,9450862	248838,1624
9700	Serviços domésticos	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		899.487,24	756.672,40	618.411,16	107.398,00	138.993,83	25.271,05	113.722,78	15.886.979,58

(continuação)

Quadro de variáveis para um choque de investimento de R\$ 1.000.000,00 na atividade Saúde Privada – 2015 – Brasil (Fonte: Elaboração própria)

Código da atividade nível 67	Descrição da atividade nível 67	Choque	Vetor de aumento da produção por atividade	Coeficiente de participação por operação segundo atividade							
				Valor adicionado bruto (PIB)	Remunerações	Salários	Contribuições sociais efetivas	Excedente operacional bruto e rendimento misto bruto	Rendimento misto bruto	Excedente operacional bruto (EOB)	Fator trabalho (ocupações)
0191	Agricultura, inclusive o apoio à agricultura e a pós-colheita	0	4749,106943	0,527405343	0,084451715	0,071949331	0,012502384	0,47369391	0,250994985	0,222698924	19,30840831
0192	Pecuária, inclusive o apoio à pecuária	0	2638,635025	0,521457035	0,156840707	0,13556613	0,021274577	0,361726197	0,273350947	0,08837525	45,25557226
0280	Produção florestal; pesca e aquicultura	0	782,5195654	0,752553146	0,067847336	0,057264509	0,010582827	0,682206658	0,348924748	0,33328191	29,76113048
0580	Extração de carvão mineral e de minerais não metálicos	0	421,6306352	0,448740688	0,204733188	0,163381138	0,04135205	0,239649318	0,019966553	0,219682765	6,834186388
0680	Extração de petróleo e gás, inclusive as atividades de apoio	0	3699,530988	0,427690948	0,128721276	0,092153921	0,036567355	0,291934133	0	0,291934133	0,397996325
0791	Extração de minério de ferro, inclusive beneficiamentos e a aglomeração	0	120,628263	0,453358103	0,082440809	0,065759293	0,016681516	0,364889201	0	0,364889201	0,954315394
0792	Extração de minerais metálicos não ferrosos, inclusive beneficiamentos	0	174,5543878	0,275849221	0,14059492	0,107805999	0,032788921	0,126684469	0	0,126684469	2,10550829
1091	Abate e produtos de carne, inclusive os produtos do laticínio e da pesca	0	5268,293337	0,158218325	0,100847185	0,079138551	0,021708634	0,050498045	0,001598759	0,048899286	2,887906645
1092	Fabricação e refino de açúcar	0	881,6465245	0,153705322	0,1751758	0,129967129	0,045208671	-0,030520534	0	-0,030520534	3,768027296
1093	Outros produtos alimentares	0	5563,047279	0,191688913	0,114098757	0,090704819	0,023393937	0,069814554	0,01312651	0,056688044	4,884463803
1100	Fabricação de bebidas	0	2995,157908	0,299866569	0,10997593	0,086390037	0,023585893	0,181126053	0,000274711	0,180851342	2,519909999
1200	Fabricação de produtos do fumo	0	7,483681527	0,282285866	0,091421374	0,070604614	0,020816759	0,184168656	0	0,184168656	1,204653938
1300	Fabricação de produtos têxteis	0	1359,156722	0,288068059	0,215205686	0,176049968	0,039155718	0,064505708	0,030949817	0,033555891	13,34212793
1400	Confecção de artefatos do vestuário e acessórios	0	646,4577974	0,406658837	0,2887834	0,229013735	0,059769665	0,108365143	0,090812698	0,017552445	27,65095755
1500	Fabricação de calçados e de artefatos de couro	0	150,4579328	0,336448598	0,243114933	0,200735733	0,042379201	0,083167628	0,011433685	0,071733943	12,14595347
1600	Fabricação de produtos da madeira	0	2851,736061	0,370091771	0,222280728	0,183879946	0,038400782	0,139611855	0,057206258	0,082405597	14,35579961
1700	Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	0	5456,412894	0,283642655	0,142935385	0,113347524	0,029587861	0,134147404	0,003062101	0,131085303	2,510648892
1800	Impressão e reprodução de gravações	0	1487,489426	0,431161095	0,291531865	0,236635341	0,054896523	0,127612592	0,029579418	0,098033174	10,22086992
1991	Refino de petróleo e coquerias	0	11942,14172	0,097568227	0,018663503	0,01263697	0,006026533	0,076804813	0	0,076804813	0,061955436
1992	Fabricação de biocombustíveis	0	1174,264517	0,20260965	0,146471838	0,113185967	0,033285871	0,052076282	0	0,052076282	2,502205831
2091	Fabricação de químicos orgânicos e inorgânicos, resinas e elastômeros	0	8772,962406	0,174798843	0,07754255	0,059766513	0,017776037	0,090907217	0	0,090907217	0,695065724
2092	Fabricação de defensivos, desinfestantes, tintas e químicos diversos	0	2739,199262	0,202660974	0,12542291	0,096289136	0,029133774	0,069585414	0	0,069585414	1,277710649
2093	Fabricação de produtos de limpeza, cosméticos/perfumaria e higiene pessoal	0	3643,496567	0,207461396	0,138085238	0,108980852	0,029104385	0,061000618	0,013341569	0,047659049	3,459691167
2100	Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	0	24152,5293	0,399278962	0,193455461	0,148485476	0,044969986	0,197491893	0	0,197491893	1,768284689
2200	Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	0	5905,418464	0,257751727	0,203141216	0,158741141	0,044400075	0,047029287	0,002421643	0,044607644	4,408288937
2300	Fabricação de produtos de minerais não metálicos	0	1874,661998	0,309817013	0,223325034	0,180843819	0,042481216	0,078587458	0,011711641	0,066875816	7,302024138
2491	Produção de ferro gusa/ferroligas, siderurgia e tubos de aço sem costura	0	1628,748827	0,214062131	0,118838097	0,093343964	0,025494133	0,088471533	0	0,088471533	1,219151114
2492	Metalurgia de metais não ferrosos e a fundição de metais	0	1688,577216	0,219638921	0,102130786	0,082169973	0,019960813	0,111140268	-0,000192436	0,111332704	1,763829117
2500	Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	0	2072,893504	0,375834073	0,248266114	0,197394515	0,050871599	0,118495875	0,030404628	0,088091247	7,941546418
2600	Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	0	976,5383517	0,160957176	0,118719854	0,094180192	0,024539661	0,03322419	0	0,03322419	1,690173573

2700	Fabricação de máquinas e equipamentos elétricos	0	1134,843553	0,236631573	0,200588905	0,157865496	0,042723409	0,028250785	0	0,028250785	3,095808217
2800	Fabricação de máquinas e equipamentos mecânicos	0	1045,491576	0,312032693	0,233516802	0,185206983	0,048309819	0,070840034	0	0,070840034	3,398614035
2991	Fabricação de automóveis, caminhões e ônibus, exceto peças	0	322,9416449	0,153025689	0,13811917	0,106831187	0,031287983	0,009211587	0	0,009211587	1,161329091
2992	Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores	0	1357,476468	0,261230974	0,253854774	0,214065847	0,039788927	0,000156035	0,000553215	-0,00039718	4,076315304
3000	Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	0	294,3869127	0,236499069	0,190492992	0,156267764	0,034225228	0,038165246	0,000313633	0,037851612	2,236577477
3180	Fabricação de móveis e de produtos de indústrias diversas	0	29687,38194	0,44569448	0,229154237	0,187349072	0,041805165	0,208003068	0,019503395	0,188499673	11,1638825
3300	Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	0	4315,64816	0,35518732	0,19024976	0,154306756	0,035943004	0,158741595	0,062439962	0,096301633	8,149743836
3500	Energia elétrica, gás natural e outras utilidades	0	15824,91865	0,327720103	0,061870813	0,044187411	0,017683402	0,260836884	0	0,260836884	0,587628906
3680	Água, esgoto e gestão de resíduos	0	10069,72893	0,600175034	0,267467579	0,204837298	0,062630281	0,323001034	0,027925849	0,295075185	8,341077254
4180	Construção	0	2053,031765	0,46815476	0,200233114	0,1614498	0,038783314	0,262413254	0,125334489	0,137078765	13,66404347
4580	Comércio por atacado e varejo	0	84773,22471	0,622945175	0,313117356	0,249987509	0,063129847	0,300870396	0,070042325	0,230828071	17,14571892
4900	Transporte terrestre	0	15332,18019	0,437941446	0,235456881	0,192846735	0,042610146	0,200913311	0,062441604	0,138471707	11,35597182
5000	Transporte aquaviário	0	495,183208	0,436155378	0,251394422	0,206025896	0,045368526	0,166334661	0,016384462	0,149950199	2,935159363
5100	Transporte aéreo	0	1231,36909	0,184316246	0,190235149	0,158096309	0,03213884	-0,020301034	0	-0,020301034	1,517488885
5280	Armazenamento, atividades auxiliares dos transportes e correio	0	4962,28523	0,565292156	0,355051066	0,278234211	0,076816855	0,196875217	0,008302647	0,18857257	7,083391232
5500	Alojamento	0	657,0331328	0,54710296	0,400333472	0,336015006	0,064318466	0,133305544	0,039808253	0,093497291	18,58703627
5600	Alimentação	0	15761,27663	0,490126485	0,214245432	0,17957176	0,034673673	0,269731365	0,154350881	0,115380484	22,11048401
5800	Edição e edição integrada à impressão	0	906,2885125	0,427462657	0,341501513	0,273650298	0,067851215	0,074392268	0,020355365	0,054036903	8,139656351
5980	Atividades de televisão, rádio, cinema e gravação/edição de som e imagem	0	2315,515425	0,443323196	0,239471016	0,201064418	0,038406598	0,174523085	0,017233435	0,157289651	4,020113354
6100	Telecomunicações	0	7403,690383	0,405510466	0,107532958	0,080589174	0,026943784	0,269375741	0,003309757	0,266065984	1,448630456
6280	Desenvolvimento de sistemas e outros serviços de informação	0	2920,678042	0,658785856	0,372033743	0,298907892	0,073125851	0,27424584	0,05659686	0,21764898	6,175334762
6480	Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	0	34157,28359	0,635694409	0,249286909	0,192406689	0,05688022	0,37374328	0,003759065	0,369984215	2,088134407
6800	Atividades imobiliárias	0	11233,76523	0,913825791	0,012296471	0,009851098	0,002445373	0,900873557	0,008303278	0,892570279	0,763932673
6980	Atividades jurídicas, contábeis, consultoria e sedes de empresas	0	19217,29879	0,668155301	0,279254583	0,228186812	0,051067771	0,378238976	0,152181319	0,226057658	9,10692614
7180	Serviços de arquitetura, engenharia, testes/análises técnicas e P & D	0	1918,262798	0,633306984	0,309920388	0,248842527	0,061077861	0,322398509	0,144655864	0,177742646	8,257128338
7380	Outras atividades profissionais, científicas e técnicas	0	5440,763881	0,354414414	0,118706942	0,095718071	0,022988871	0,231648119	0,057943826	0,173704293	5,324780074
7700	Aluguéis não imobiliários e gestão de ativos de propriedade intelectual	0	3658,80448	0,646888757	0,231005103	0,184681429	0,046323674	0,410977506	0,014981273	0,395996233	7,199399873
7880	Outras atividades administrativas e serviços complementares	0	21202,02155	0,704533896	0,479182459	0,387616946	0,091565514	0,212627741	0,03088327	0,181744471	19,83052823
8000	Atividades de vigilância, segurança e investigação	0	1641,843435	0,824502565	0,708597172	0,556350895	0,152246277	0,094080841	0,022325116	0,071755725	21,62607934
8400	Administração pública, defesa e seguridade social	0	2473,383964	0,707515077	0,608703204	0,437139046	0,082807593	0,098622884	0	0,098622884	7,077804953
8591	Educação pública	0	257,3635982	0,832597708	0,796501356	0,664794165	0,123177385	0,036083408	0	0,036083408	13,49605221
8592	Educação privada	0	762,1033307	0,691913311	0,620289384	0,512695533	0,107593851	0,052993582	0,047902732	0,00509085	22,42554632
8691	Saúde pública	0	996,0267771	0,665033072	0,634512015	0,5204711	0,083452876	0,030515475	0	0,030515475	10,62466579
8692	Saúde privada	1.000.000	1103235,544	0,598555782	0,304350169	0,262195697	0,042154472	0,284447259	0,139500002	0,144947256	13,0603554
9080	Atividades artísticas, criativas e de espetáculos	0	425,8759856	0,552655136	0,316970344	0,271895123	0,045075222	0,228465825	0,151656031	0,076809795	28,47474806

9480	Organizações associativas e outros serviços pessoais	0	10251,02715	0,487883783	0,271399135	0,228188749	0,043210385	0,209286352	0,165457792	0,04382856	27,47538292
9700	Serviços domésticos	0	0	1	1	0,948222466	0,051777534	0	0	0	102,9295761

Código da atividade nível 67	Descrição da atividade nível 67	Variações nas operações segundo atividade após choque							
		Valor adicionado bruto (PIB)	Remunerações	Salários	Contribuições sociais efetivas	Excedente operacional bruto e rendimento misto bruto	Rendimento misto bruto	Excedente operacional bruto (EOB)	Fator trabalho (ocupações)
0191	Agricultura, inclusive o apoio à agricultura e a pós-colheita	2504,704376	401,0702275	341,6950669	59,37516059	2249,623036	1192,002028	1057,621008	91697,69597
0192	Pecuária, inclusive o apoio à pecuária	1375,934796	413,845383	357,7095388	56,13584418	954,4634117	721,2733818	233,1900299	119412,938
0280	Produção florestal; pesca e aquicultura	588,8875604	53,09186771	44,81059866	8,281269042	533,8400577	273,040442	260,7996157	23288,66689
0580	Extração de carvão mineral e de minerais não metálicos	189,2028214	86,32178412	68,88649307	17,43529105	101,0434943	8,41851063	92,6249837	2881,502348
0680	Extração de petróleo e gás, inclusive as atividades de apoio	1582,255915	476,2083508	340,9262875	135,2820633	1080,019373	0	1080,019373	1472,399738
0791	Extração de minério de ferro, inclusive beneficiamentos e a aglomeração	54,68780048	9,944691599	7,93242933	2,012262269	44,01595047	0	44,01595047	115,1174084
0792	Extração de minerais metálicos não ferrosos, inclusive beneficiamentos	48,15069184	24,54146023	18,81801014	5,723450088	22,11332989	0	22,11332989	367,5257107
1091	Abate e produtos de carne, inclusive os produtos do laticínio e da pesca	833,5405452	531,2925545	416,9251022	114,3674523	266,0385122	8,422729337	257,6157828	15214,33934
1092	Fabricação e refino de açúcar	135,5137628	154,4431352	114,5850672	39,85806803	-26,90832296	0	-26,90832296	3322,06817
1093	Outros produtos alimentares	1066,374484	634,7367788	504,5951986	130,1415802	388,3816673	73,0233985	315,3582688	27172,50307
1100	Fabricação de bebidas	898,1477255	329,3952767	258,751803	70,64347377	542,5011302	0,822802523	541,6783277	7547,528363
1200	Fabricação de produtos do fumo	2,112537519	0,684168445	0,528382447	0,155785998	1,378259565	0	1,378259565	9,015246422
1300	Fabricação de produtos têxteis	391,5296395	292,4982548	239,2794971	53,21875773	87,67336601	42,06565174	45,60771427	18134,04287
1400	Confecção de artefatos do vestuário e acessórios	262,8877758	186,6862808	148,0477149	38,63856595	70,0534917	58,70657659	11,34691511	17875,17712
1500	Fabricação de calçados e de artefatos de couro	50,62136057	36,57857031	30,20228339	6,376286921	12,51322935	1,720288554	10,79294079	1827,455051
1600	Fabricação de produtos da madeira	1055,404048	633,8859682	524,3770725	109,5088957	398,1361614	163,1371502	234,9990112	40938,95143
1700	Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	1547,671442	779,9144761	618,4708891	161,443587	731,9636252	16,70808683	715,2555384	13699,13698
1800	Impressão e reprodução de gravações	641,3475697	433,6505661	351,992568	81,65799809	189,822381	43,999071	145,82331	15203,43594
1991	Refino de petróleo e coquerias	1165,173595	222,882192	150,912483	71,96970896	917,2139575	0	917,2139575	739,8805946
1992	Fabricação de biocombustíveis	237,9173223	171,9966818	132,9102645	39,08641724	61,1513302	0	61,1513302	2938,251521
2091	Fabricação de químicos orgânicos e inorgânicos, resinas e elastômeros	1533,503677	680,2778803	524,3293755	155,9485048	797,5255965	0	797,5255965	6097,785466
2092	Fabricação de defensivos, desinfestantes, tintas e químicos diversos	555,1287908	343,5583414	263,75513	79,8032114	190,6083155	0	190,6083155	3499,904067
2093	Fabricação de produtos de limpeza, cosméticos/perfumaria e higiene pessoal	755,8848839	503,1130899	397,0713615	106,0417284	222,2555411	48,60996038	173,6455807	12605,37289
2100	Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	9643,596834	4672,438696	3586,299803	1086,138893	4769,928723	0	4769,928723	42708,54776
2200	Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	1522,131809	1199,63389	937,4328664	262,2010234	277,7276201	14,30081272	263,4268074	26032,79088
2300	Fabricação de produtos de minerais não metálicos	580,8021799	418,6589551	339,0210346	79,63792052	147,3249205	21,95536889	125,3695516	13688,82716
2491	Produção de ferro gusa/ferroligas, siderurgia e tubos de aço sem costura	348,6534447	193,5574119	152,0338721	41,52353988	144,097906	0	144,097906	1985,690948
2492	Metalurgia de metais não ferosos e a fundição de metais	370,8772777	172,4557186	138,7503444	33,70537426	187,6689243	-0,324942258	187,9938666	2978,36166
2500	Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	779,0640084	514,629216	409,1778082	105,4514078	245,6293292	63,02555604	182,6037732	16461,97998

2600	Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	157,1808552	115,9344901	91,97056968	23,9639204	32,44469567	0	32,44469567	1650,519315
2700	Fabricação de máquinas e equipamentos elétricos	268,5398151	227,6370258	179,1526406	48,48438523	32,06022092	0	32,06022092	3513,257995
2800	Fabricação de máquinas e equipamentos mecânicos	326,2275517	244,1398496	193,6323403	50,50750927	74,06265858	0	74,06265858	3553,222343
2991	Fabricação de automóveis, caminhões e ônibus, exceto peças	49,41836761	44,60443202	34,50023923	10,10419279	2,974804904	0	2,974804904	375,0415268
2992	Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores	354,6149005	344,601882	290,5893497	54,01253236	0,211813852	0,750976386	-0,539162533	5533,502103
3000	Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	69,62223076	56,07864389	46,00318472	10,07545917	11,2353488	0,092329523	11,14301928	658,4191386
3180	Fabricação de móveis e de produtos de indústrias diversas	13231,50225	6802,989366	5561,903468	1241,085898	6175,066532	579,0047359	5596,061796	331426,4436
3300	Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	1532,863503	821,0510259	665,9336689	155,117357	685,0728707	269,4689053	415,6039654	35171,42699
3500	Energia elétrica, gás natural e outras utilidades	5186,143968	979,1005761	699,2621855	279,8383907	4127,722469	0	4127,722469	9299,179624
3680	Água, esgoto e gestão de resíduos	6043,599902	2693,326018	2062,656067	630,6699511	3252,53286	281,2057328	2971,327127	83992,38694
4180	Construção	961,1365932	411,0849439	331,4615674	79,62337653	538,7427466	257,3156869	281,4270597	28052,71528
4580	Comércio por atacado e varejo	52809,07133	26543,96797	21192,24725	5351,720723	25505,75371	5937,713772	19568,03994	1453497,883
4900	Transporte terrestre	6714,597161	3610,06732	2956,76089	653,3064295	3080,43908	957,3659191	2123,073161	174111,8061
5000	Transporte aquaviário	215,9768195	124,4862965	102,0205643	22,46573219	82,36613121	8,113310529	74,25282068	1453,441629
5100	Transporte aéreo	226,9613284	234,2496826	194,6749087	39,57477391	-24,99806552	0	-24,99806552	1868,588908
5280	Armazenamento, atividades auxiliares dos transportes e correio	2805,140916	1761,864663	1380,677516	381,1871471	976,9509821	41,20010318	935,750879	35149,80769
5500	Alojamento	359,4647715	263,0323555	220,7729922	42,25936323	87,58615918	26,15534147	61,43081771	12212,29867
5600	Alimentação	7725,01911	3376,781528	2830,28018	546,5013474	4251,310662	2432,766938	1818,543724	348489,4548
5800	Edição e edição integrada à impressão	387,4044959	309,4988984	248,0061213	61,49277713	67,42085781	18,44783314	48,97302467	7376,877046
5980	Atividades de televisão, rádio, cinema e gravação/edição de som e imagem	1026,521699	554,4988325	465,5677614	88,93107118	404,1108963	39,90428389	364,2066124	9308,634481
6100	Telecomunicações	3002,27394	796,1407259	596,6572929	199,483433	1994,374585	24,50441802	1969,870167	10725,21138
6280	Desenvolvimento de sistemas e outros serviços de informação	1924,101384	1086,590784	873,0137159	213,5770683	800,9838026	165,3012059	635,6825967	18036,16464
6480	Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	21713,5942	8514,963643	6572,089843	1942,8738	12766,05521	128,3994434	12637,65577	71324,99914
6800	Atividades imobiliárias	10265,70439	138,135666	110,6649205	27,47074543	10120,20204	93,27707044	10026,92497	8581,840296
6980	Atividades jurídicas, contábeis, consultoria e sedes de empresas	12840,14005	5366,518759	4385,134146	981,3846135	7268,731421	2924,513873	4344,217547	175010,5207
7180	Serviços de arquitetura, engenharia, testes/análises técnicas e P & D	1214,849228	594,5087515	477,3453625	117,1633889	618,4450667	277,4879616	340,9571051	15839,34211
7380	Outras atividades profissionais, científicas e técnicas	1928,285145	645,8564438	520,7794236	125,0770202	1260,342717	315,2586766	945,0840408	28970,8711
7700	Aluguéis não imobiliários e gestão de ativos de propriedade intelectual	2366,839484	845,2025066	675,7132394	169,4892672	1503,686341	54,81355025	1448,87279	26341,19651
7880	Outras atividades administrativas e serviços complementares	14937,54285	10159,63683	8218,262837	1941,373993	4508,137941	654,7877596	3853,350182	420447,287
8000	Atividades de vigilância, segurança e investigação	1353,704124	1163,405614	913,4410639	249,9645504	154,466011	36,65434473	117,8116663	35506,63638
8400	Administração pública, defesa e seguridade social	1749,956447	1505,556745	1081,212706	204,8149724	243,9322605	0	243,9322605	17506,12927
8591	Educação pública	214,2803419	204,9904549	171,0938183	31,70137502	9,286555793	0	9,286555793	3473,392559
8592	Educação privada	527,309439	472,7246057	390,7269732	81,99763241	40,38658556	36,50683181	3,879753748	17090,58354
8691	Saúde pública	662,3907473	631,9909571	518,4031527	83,12129912	30,39423064	0	30,39423064	10582,45163
8692	Saúde privada	660348,0132	335769,9243	289263,6123	46506,31194	313812,3261	153901,3608	159910,9652	14408648,29

9080	Atividades artísticas, criativas e de espetáculos	235,3625506	134,9900579	115,7936034	19,19645444	97,29810858	64,58666156	32,71144702	12126,71139
9480	Organizações associativas e outros serviços pessoais	5001,309907	2782,119896	2339,169063	442,950833	2145,400077	1696,112322	449,2877548	281650,8962
9700	Serviços domésticos	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		871.458,37	434.904,24	368.391,42	66.260,64	422.345,32	173.973,98	248.371,34	18.638.474,32